

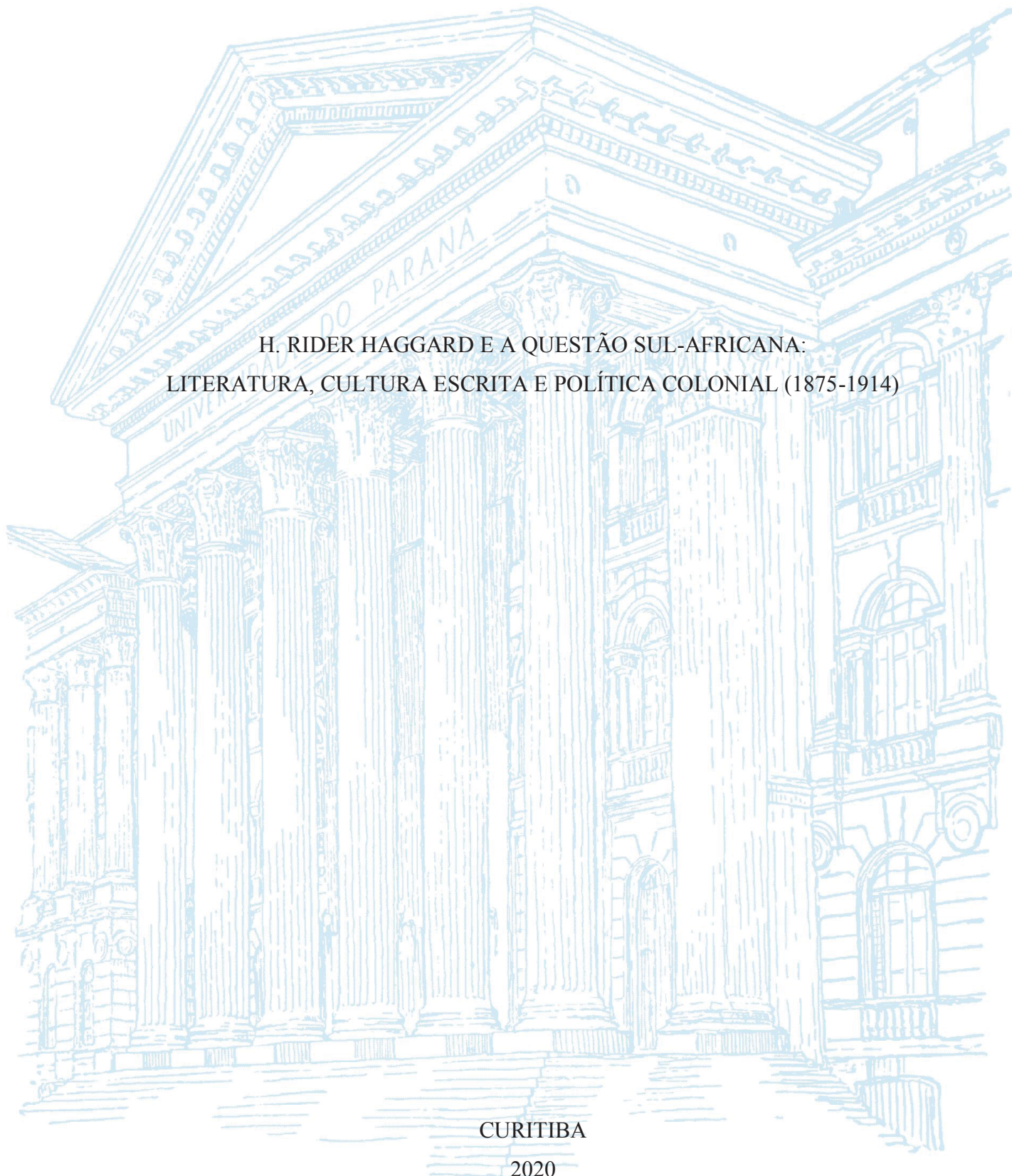
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EVANDER RUTHIERI SATURNO DA SILVA

H. RIDER HAGGARD E A QUESTÃO SUL-AFRICANA:  
LITERATURA, CULTURA ESCRITA E POLÍTICA COLONIAL (1875-1914)

CURITIBA

2020



EVANDER RUTHIERI SATURNO DA SILVA

H. RIDER HAGGARD E A QUESTÃO SUL-AFRICANA:  
LITERATURA, CULTURA ESCRITA E POLÍTICA COLONIAL (1875-1914)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Gruner.

Co-Orientador: Prof. Dr. Hector Rolando Guerra Hernandez.

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Silva, Evander Ruthieri Saturno da

H. Rider Haggard e a questão sul-africana : literatura, cultura escrita e política colonial. (1875 – 1914) / Evander Ruthieri Saturno da Silva. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Clóvis Gruner

Coorientador : Prof. Dr. Hector Roland Guerra Hernandez

1. Haggard, H. Rider (Henry Rider), 1856 - 1925 - Crítica e interpretação.
2. África do Sul – Literatura inglesa. 3. África do Sul – Cultura – História.
4. Literatura e história. I. Gruner, Clóvis, 1971 -. II. Guerra Hernandez, Hector Roland, 1969 -. III. Título.

CDD – 968






MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -  
40001016009P0

## TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **EVANDER RUTHIERI SATURNO DA SILVA**, intitulada: **H. RIDER HAGGARD E A QUESTÃO SUL-AFRICANA: LITERATURA, CULTURA ESCRITA E POLÍTICA COLONIAL (1875-1914)**, sob orientação do Prof. Dr. CLÓVIS MENDES GRUNER, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.


A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.


Curitiba, 20 de Março de 2020.

  
CLÓVIS MENDES GRUNER  
Presidente da Banca Examinadora

  
MARILENE WEINHARDT  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
ANA PAULA WAGNER  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

  
ANDRÉ MARCOS DE SOUZA CORREA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

  
RAOUL GRYSZCZYSZYN ALVES GOMES  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)



À minha família, sobretudo meus pais e avós. Aos mestres e mestras em minha formação. À Cris, pela amizade e por sempre acreditar e incentivar.

## AGRADECIMENTOS

A finalização deste percurso de pesquisa, após quatro anos de idas e vindas entre textos e leituras, bibliotecas e acervos, seminários e conferências – todos estes elementos que constituem o fazer do historiador, ou, para citar Michel de Certeau, a “operação historiográfica” – requerem sinceros e singelos agradecimentos a uma série de pessoas e instituições que foram essenciais para a concretização deste processo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa que viabilizou materialmente e financeiramente a realização desta pesquisa; soma-se ainda a bolsa de estágio em pesquisa no exterior (doutorado sanduíche), e que possibilitou o acesso aos arquivos europeus e a interlocução com a University of Exeter (Reino Unido).

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, aos seus coordenadores neste íterim (2016-2020), e, especialmente, à secretária, Maria Cristina Parzowski, sempre disposta a nos auxiliar em todos os trâmites, prazos, relatórios e documentos que uma pesquisa em âmbito acadêmico exige.

Ao meu orientador no Brasil, Prof. Dr. Clóvis Gruner, que, desde o mestrado, decidiu aceitar o desafio de orientar minhas pesquisas. Por todo o seu apoio, dedicação e atenção, por todas as conversas e recomendações de leituras, bem como as críticas, sou muito grato. Também agradeço ao Prof. Dr. Hector Rolando Guerra Hernandez, meu co-orientador, que auxiliou-me em minhas primeiras incursões pela História da África, área de estudos em crescimento no campo acadêmico brasileiro.

Da University of Exeter, agradeço imensamente ao Prof. Dr. Paul Young, que me recebeu calorosamente e, desde o nosso primeiro contato, sempre foi extremamente solícito e atencioso, sem desanimar em meio a todas as burocracias envolvidas no íterim. Também agradeço aos seus estudantes e orientandos, que me receberam e tornaram a experiência de morar em um país distante mais leve, menos solitária.

Aos funcionários e arquivistas do Norfolk Records Office, e à Annie Price, bibliotecária responsável pelas coleções de obras raras da Old Library na University of Exeter, por todo o auxílio no processo de coleta de parte da documentação.

Aos professores do Departamento de História e do PPGHIS-UFPR, em especial, Ana Paula Vosne Martins, Artur Freitas, Karina Kosicki Belloti, Magnus Roberto de Mello Pereira, Roseli Boschilia e Vinicius Honesko, pelas disciplinas cursadas e pelo diálogo ao

longo destes quatro anos de doutorado. Um agradecimento especial à Rosane Kaminski, por todo o apoio e pela acolhida, pelas aulas, conversas, trocas de ideias e conselhos.

Às professoras Raquel Gryszczenko Alves Gomes e Ana Paula Wagner, por todas as críticas atenciosas e sugestões cuidadosas no exame de qualificação, e por terem aceito o convite para retornar à defesa da tese; e ao professor Silvio Marcus de Souza Correa e a professora Marilene Weinhardt, por sua leitura dedicada na banca final.

À Cristina Ferreira, infinitos agradecimentos: pela orientação nos tempos de graduação e, com muita atenção e apoio, ensinou-me lições valiosas a respeito da seriedade e da dedicação que a pesquisa em História requer, o cuidado metodológico indispensável às fontes, a crítica inerente ao ofício; pelas suas leituras cuidadosas de meus projetos de pesquisa subsequentes, por todas as críticas, diálogos e interlocuções, pelos convites aos seminários na Universidade Regional de Blumenau e no Centro de Memória Oral e Pesquisa (CEMOPE); e, finalmente, pela amizade e pela cumplicidade, pelas conversas descontraídas e pelos cafés, tanto nos momentos difíceis quanto nos dias triunfantes.

Aos amigos e colegas do mestrado e do doutorado, em especial, Alice Freyesleben, Alloma Modzelewski, Amanda Ribeiro Coutinho, Anne Moraes, André Malinski, Carlos Eduardo Zlatic, Carolina Nunes da Motta, Felipe Tkáč, Flavia Bortolon, Flávia da Rosa Melo, Larissa Guedes Busnardo, Leonardo Bento de Andrade, Noemia Cordeiro, Maria Elisa Sonda, Thayla Walzburger Neto, Rhuan Zaleski Trindade, entre tantos outros, pelo seu companheirismo e amizade, por todo o apoio nos últimos anos, pelas conversas e cervejas no Casa Verde e outros espaços de sociabilidades acadêmicas e éticas. Aos amigos do Rio: Ana Carolina de Azevedo Guedes, Edson Silva de Lima e Maycon da Silva Tannis, por todas as nossas aventuras nos eventos em Belo Horizonte e pelos planos ambiciosos de conquista mundial, muito obrigado!

Às amigas de longa data: Jessica Pinheiro, por ter me ensinado, nos momentos mais difíceis e críticos desses últimos anos, o valor da confiança, a importância da amizade, a leveza dos risos e das conversas, mesmo que à distância; e à Lari Brum, uma das intelectuais e artistas mais brilhantes que conheço, e uma das amigas que mais estimo: obrigado por estar presente em todos os momentos, obrigado por sua sensibilidade, pelo ombro para chorar, pelo apoio incondicional, por todas as aventuras pela vida boêmia de Curitiba. À Flora Morena Martini de Araújo, amiga e historiadora que muito admiro, agradeço pela amizade e companheirismo, pelas trocas intelectuais e recomendações de leituras, pelos cafés, cervejas e conversas, pelos almoços no Restaurante Universitário da UFPR.

Ale Cozer, Benjamim Brum, Matheus Vieira: faltam-me palavras para agradecer o quanto vocês foram importantes, e continuam sendo, na minha vida. Com vocês, aprendi que, mesmo nos momentos mais tenebrosos, quando tudo parece perdido, sempre posso contar com a amizade, com apoio e afeto, e a recíproca, certamente, é verdadeira; que a amizade torna a vida não só mais leve, como também mais intensa, mais colorida. Meninos, obrigado por tudo: pelas conversas, pelo carinho, pelos abraços, pelos conselhos.

À Natascha Eggers, pela cumplicidade e amizade ímpar, por ter tornado esses últimos anos do doutorado muito mais leves com seu apoio e carinho. Amiga, você é maravilhosa, e te admiro muito. Muito obrigado por tudo! À Amanda Tortato, uma das melhores pessoas que tive a oportunidade de conhecer nessa vida de pós-graduação, obrigado por sua amizade e pelo companheirismo, pela parceria nos jogos de vôlei, pelo bom humor e por todos os rolês.

Aos excelentíssimos membros da Diretoria: André Balão, Gabi Vasconcelos, Higor Klank, Luce Catalá, Sissi Valente. Obrigado por estarem por perto nos momentos de descontração, obrigado pela companhia nas sextas-feiras à noite, pelas festas nas madrugadas curitibanas, pelo apoio e pelo carinho. Vocês foram meu porto seguro em muitos momentos, e sua presença na minha vida me ajudou a superar várias ansiedades.

Aos acadêmicos e acadêmicas das turmas de Teoria da História I (2017/1) na Universidade Regional de Blumenau; e das turmas de História da Educação I e II, entre os anos de 2017 e 2018, na Universidade Federal do Paraná, e da graduação em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa; agradeço pela recepção calorosa às aulas, por todas as noites de teoria e história da historiografia, de Carlo Ginzburg a Arnaldo Momigliano, por discussões sobre Jean-Jacques Rousseau e Mary Wollstonecraft. Saibam que aprendi muito com vocês, e sempre relembrarei com muito carinho pelas nossas aulas.

A Nick e Thérèse Ash, por terem me acolhido em sua residência durante o período em Exeter. Às amizades feitas na Inglaterra, sobretudo, Alex Everett, por ter me mostrado as maravilhas de Devon, os castelos, os parques e as florestas: sentirei muitas saudades das *roadtrips* e de nossas conversas sobre a fabulosa biografia de Mary Anning!

Aos meus pais, Arlete e Célio, e meus familiares, especialmente aos meus avós Vicente e Dorvalina, por todos os sorrisos, pelo incentivo e amparo a continuar os estudos. Nada disso seria possível sem seu apoio e compreensão, sobretudo no que compete às ausências e às distâncias nesses últimos anos. Por isso, e por muitas outras coisas, obrigado.

Enfim, os agradecimentos estendem-se a todos os amigos e amigas que fiz em Curitiba: essa vida de leituras e escritas não seria a mesma sem vocês. *Grazie*.



*“Without dreams and phantoms  
man cannot exist”*

(Olive Schreiner,  
*Story of an African Farm*)

*“But his soul was mad.  
Being alone in the wilderness,  
it had looked within itself and,  
by heavens I tell you,  
it had gone mad.”*

(Joseph Conrad,  
*Heart of Darkness*)

## RESUMO

O objetivo da tese consiste em investigar a “questão sul-africana” na produção literário-intelectual do romancista britânico H. Rider Haggard (1856-1925), a partir dos entrelaces estabelecidos com os embates políticos e conflitos interétnicos decorrentes do processo histórico de ocupação territorial e formação nacional da África do Sul, sobretudo no contexto das práticas políticas coloniais ao longo do século XIX. A ênfase da pesquisa recai sobre os romances de aventura – *Jess* (1887), *Nada the Lily* (1892), *Swallow* (1899) e *Marie* (1912) – com atenção especial às relações entre literatura e colonialismo, no afã de investigar o lugar das sensibilidades e dos afetos políticos no mapeamento de eventos históricos associados aos processos de expansão colonial da África do Sul. O ponto de partida diz respeito à trajetória intelectual do literato, com destaque para sua experiência na administração colonial sul-africana, práticas letradas no campo da cultura escrita e formação de redes de sociabilidade e política entre as décadas de 1870 e 1890. Com base em uma perspectiva teórico-metodológica inspirada no campo da história cultural e da história política, a tese concentra-se na produção literária de Haggard na intersecção de um período de transformações geopolíticas e expansão econômico-territorial sul-africana, e de uma preocupação em delinear lugares políticos e sociais para britânicos, bôeres e africanos no final do século XIX.

Palavras-chave: História e Literatura. África do Sul. H. Rider Haggard. Colonialismo.

## ABSTRACT

The thesis' objective is to investigate the “South African question” in the literary and essayistic writings of British novelist H. Rider Haggard (1856-1925), based on the relationships established between political clashes and interethnic conflicts that resulted from the historical processes of South Africa's territorial occupation and national formation, especially in the context of colonial politics throughout the 19th century. The research focuses on adventure novels – *Jess* (1887), *Nada the Lily* (1892), *Swallow* (1899) and *Marie* (1912) – with special attention to the relationship between literature and colonialism, in an effort to investigate the role of sensibilities and political emotions in mapping historical events associated with colonial expansion in South Africa. The starting point concerns the novelist's intellectual trajectory, emphasising his experiences at the South African colonial administration, literary practices within the field of written culture and the formation of social and political networks between the 1870s and 1890s. Based on theoretical and methodological perspectives inspired by cultural and political history, the thesis focuses on Haggard's writings at the intersection of a historical period of geopolitical transformations and economic-territorial expansion in South Africa, and a concern to outline political and social roles for British, Boers and Africans in the late 19th century.

Keywords: History and Literature. South Africa. H. Rider Haggard. Colonialism.

## LISTA DE FIGURAS

MAPA 1: O SUL DA ÁFRICA NO FINAL DO SÉCULO XIX..	18
FIGURA 1: O EXPLORADOR HENRY STANLEY “RESISTINDO A TENTAÇÃO” EM HEROES OF THE DARK CONTINENT (1895).....	104
FIGURA 2: REVISTA BOYS OF OUR EMPIRE (1902). .....	106
FIGURA 3: “NÃO DESPREZE SEU INIMIGO” .....	147
FIGURA 4: A ÂNFORA DE AMENARTAS .....	185
FIGURA 5: “A ESCOLA DE MOSQUETERIA” .....	251
FIGURA 6: ALLAN QUATERMAIN E O "HOTENTOTE" HANS .....	325
FIGURA 7: UMSLOPOGAAS E GALAZI.....	340
FIGURA 8: O GUERREIRO UMSLOPOGAAS EM BATALHA .....	340
FIGURA 9: SHAKA, O REI DOS ZULUS .....	341
FIGURA 10: UTIMUNI, SOBRINHO DE SHAKA, POR GEORGE FRENCH ANGAS ..	341

## SUMÁRIO

AVISOS.....	15
<b>1. INTRODUÇÃO: SONHOS IMPERIAIS: IMAGINAÇÃO LITERÁRIA E SENSIBILIDADES POLÍTICAS .....</b>	<b>19</b>
<b>2. A QUESTÃO SUL-AFRICANA: COLONIALISMO, HISTORIOGRAFIA E LITERATURA EM FINS DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>40</b>
2.1 – IDÉIAS POLÍTICAS E PRÁTICAS COLONIAIS NA FASE DISRAELIANA (1874-1880).....	42
2.2 – ZULUS, BRITÂNICOS E BÔERES: A FASE GLADSTONE E A POLÍTICA COLONIAL (1880-1885) .....	55
2.3 – NARRAR O PASSADO: POLÍTICAS DA HISTORIOGRAFIA COLONIAL SUL-AFRICANA .....	65
2.4 – AS “GUERRAS DE EXTERMÍNIO” E A “GRANDE JORNADA”: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ZULUCÊNTRICO.....	85
2.5 – ROMANCES AVENTURESCOS E A ÁFRICA DO SUL.....	101
<b>3. DOS BALUARTES DO BARBARISMO: H. RIDER HAGGARD, A POLÍTICA COLONIAL E A FASE SUL-AFRICANA, ENTRE RAZÕES E SENSIBILIDADES (1875-1881).....</b>	<b>115</b>
3.1 – A “HERANÇA IMATERIAL” DE H. RIDER HAGGARD: A FORÇA DO PATERNALISMO .....	117
3.2 – A POLÍTICA COLONIAL E A “NUVEM SOMBRIA DA QUESTÃO NATIVA” EM DOIS TEMPOS.....	130
3.3 – <i>CETYWAYO E SEUS VIZINHOS BRANCOS</i> : A GUERRA ANGLO-ZULU RESSIGNIFICADA .....	143
3.4 – A “PERDA” DO TRANSVAAL ENTRE A IMAGINAÇÃO E O RESSENTIMENTO .....	156
<b>4. “O CAMINHO FATAL DA AUTORIA”: IMAGINAÇÃO LITERÁRIA, SOCIABILIDADES INTELLECTUAIS E POLÍTICA (DÉCADAS DE 1880-1910).....</b>	<b>169</b>
4.1 – O REI ROMANCE: O RETORNO À METRÓPOLE E AS PRÁTICAS LETRADAS .....	171
4.2 – O REI DO PLÁGIO: DEBATES LITERÁRIOS EM TORNO DE <i>SHE</i> E <i>JESS</i> (1887) .....	183
4.3 – NAS VEREDAS DAS SOCIABILIDADES: RIDER HAGGARD E O “POETA DO IMPÉRIO” .....	197



4.4 – NAS VEREDAS DAS SOCIABILIDADES: O ROMANCISTA E O ANTROPÓLOGO .....	208
4.5 – ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO E AUTO-REPRESENTAÇÃO: DOS PREFÁCIOS E DEDICATÓRIAS NOS ROMANCES AFRICANOS DE HAGGARD .....	216
4.6 – A QUERELA DA POLÍTICA: RIDER HAGGARD E AS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 1895 .....	227
<b>5. A QUESTÃO SUL-AFRICANA - REVISITADA: LITERATURA E HISTÓRIA POLÍTICA NO EMBATE COLONIAL .....</b>	<b>238</b>
5.1 – <i>JESS</i> , OU, A GESTÃO DOS RESENTIMENTOS POLÍTICOS .....	240
5.2 – <i>NADA THE LILY</i> : USOS POLÍTICOS DO PASSADO E IMAGINAÇÃO LITERÁRIA .....	252
5.3 – UTOPIAS RACIAIS EM <i>SWALLOW, A TALE OF THE GREAT TREK</i> : AMOR EM TEMPOS DE GUERRA .....	263
5.4 – A “QUESTÃO NATIVA” EM <i>MARIE</i> .....	279
<b>6. ENTRE A AÇÃO E A PAIXÃO: HEROÍSMO COLONIAL E VIRILIDADES NA LITERATURA DE RIDER HAGGARD .....</b>	<b>296</b>
6.1 – MITOS DO INDIVIDUALISMO MODERNO: JOHN NEIL E RALPH KENZIE ....	297
6.2 – “A TODOS OS MENINOS, PEQUENOS E GRANDES”: ALLAN QUATERMAIN	313
6.3 – MASCULINIDADES NEGRAS: GÊNERO E RAÇA EM <i>NADA THE LILY</i> .....	328
<b>7. NA TERRA DOS LÍRIOS AZUIS: DOMESTICIDADE, COLONIALISMO E ANSIEDADES RACIAIS .....</b>	<b>343</b>
7.1 – A ESCOLHA DE BESSIE: DOMESTICIDADE E FEMINILIDADE COLONIAL ..	344
7.2 – “O AMOR SE ERGUE COMO O VENTO SOB O SEIO TÁCITO DE ALGUM MAR DISTANTE”: O CORAÇÃO PARTIDO DE JESS CROFT .....	354
7.3 – “NATUREZA DOCE, PERSPICAZ E DE BOM CORAÇÃO”: SUZANNE E SIHAMBA, OU, A BONDADE ENQUANTO VIRTUDE COLONIAL .....	364
7.4 – “CÃES MESTIÇOS SÃO DIFÍCEIS DE LIDAR”: MESTIÇAGEM E ANSIEDADES POLÍTICO-RACIAIS .....	375
<b>8. <i>POST-SCRIPTUM</i>: O RETORNO DE RIDER HAGGARD (ÁFRICA DO SUL, 1914) .....</b>	<b>394</b>
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CORAÇÃO DAS TREVAS DE RIDER HAGGARD: LITERATURA, COLONIALISMO, RACISMO .....</b>	<b>413</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>428</b>

## AVISOS

Todas as traduções utilizadas são livres, a menos que indicado em notas de rodapé. Parte significativa das obras referenciadas não possui tradução para a língua portuguesa.

O termo “África do Sul”, se utilizado em um contexto anterior à União Sul-Africana de 1910, refere-se a um conceito geográfico ou a uma idéia política, e não à nação unificada. Para tratar do fato de que a região ao sul do Rio Zambezi encontrava-se geopoliticamente dividida ao longo de boa parte do período da pesquisa, utilizo a expressão “territórios sul-africanos”.

Diversas regiões possuíam designações distintas no contexto do século XIX e início do século XX. Assim, por exemplo, ao mencionar a Bechuanalândia, refiro-me à região correspondente à atual República do Botswana; a antiga Rodésia do Norte, a Rodésia do Sul e a Matabelelândia integram atualmente a Zâmbia e o Zimbábue; a Suazilândia corresponde, desde 2018, ao Reino de Eswatini; e a Basutolândia, desde sua independência na década de 1960, corresponde ao atual território do Lesoto.

A expressão “nativo” é utilizada, de forma geral, para se referir às populações de origem africana, ao exemplo dos Xhosa, Zulu ou Ndebele, quando não for especificado; a mobilização do conceito também é recorrente devido à frequência nas fontes do período. Alguns documentos do período analisado referem-se ainda a “bosquímanos” (*bushmen*, grupos San), “hotentotes” (Khoikhoi) e “kaffirs” (Xhosa, Zulu, Ndebele e Swazi, etc.); esses termos, considerados hoje como perjurativos, são utilizados apenas em citações da documentação.

Opto por utilizar o termo “bôer” para referir-me aos descendentes de alemães, franceses e holandeses que, ao longo do século XIX, ganharam expressividade política no contexto sul-africano. Reservo o uso do termo *afrikaner* para indicar as discussões políticas que adentram ao século XX ou para tratar dos movimentos identitários ou nacionalistas, tal qual manifesto em associações político-culturais como o *Afrikaner Bond*.

Alguns nomes e terminologias africanas aparecem na documentação com grafias múltiplas, ao exemplo de “Chaka” ou “T’Chaka”, “Matabele” ou “Matabili”, “Cetywayo” ou “Ketywayo”. Quando referencio as fontes, optei por manter a grafia original, contudo, utilizo da versão recorrente entre a historiografia africana e anglo-africana contemporânea (Shaka, Ndebele, Cetshwayo, etc.) nos demais momentos da análise.

O *corpus* documental prioritário da tese compõe-se de quatro romances de H. Rider Haggard, ambientados na África do Sul: *Jess* (1887), *Nada the Lily* (1892), *Swallow* (1899),

*Marie* (1912). Para facilitar a compreensão do estudo, apresento breve resumo das tramas e de seus personagens abaixo:

**Jess:** Ambientado na guerra-sul africana de 1880-1881, especificamente em uma fazenda do Transvaal e na capital, Pretória. O protagonista, um ex-capitão do exército britânico, John Neil, parte à África do Sul, onde se torna sócio de uma fazenda de avestruzes de um patriótico colono britânico, Silas Croft. Na fazenda, Neil apaixona-se simultaneamente pelas duas sobrinhas de Silas: a dócil Elizabeth “Bessie”, e a intelectual Jess Croft. O vilão, um anglo-bôer chamado Frank Müller, deseja casar-se com Bessie, a despeito da constante rejeição da jovem. Ao estourar a guerra, Müller aproveita-se da situação e junta-se aos bôeres insurgentes para concretizar seus planos nefastos de possuir Bessie e ascender politicamente no Transvaal. John Neil resgata Jess, que havia fugido para a capital, Pretória, e após uma série de eventos, a jovem retorna à fazenda, onde descobre que seu tio havia sido condenado por alta traição contra os bôeres. Para salvar o tio e a irmã, Jess, com a ajuda de um nativo, Jantje, assassina Muller, mas morre de exaustão logo em seguida. Neil casa-se com Bessie e, ao lado de Silas, deixam a África do Sul e refugiam-se na metrópole.

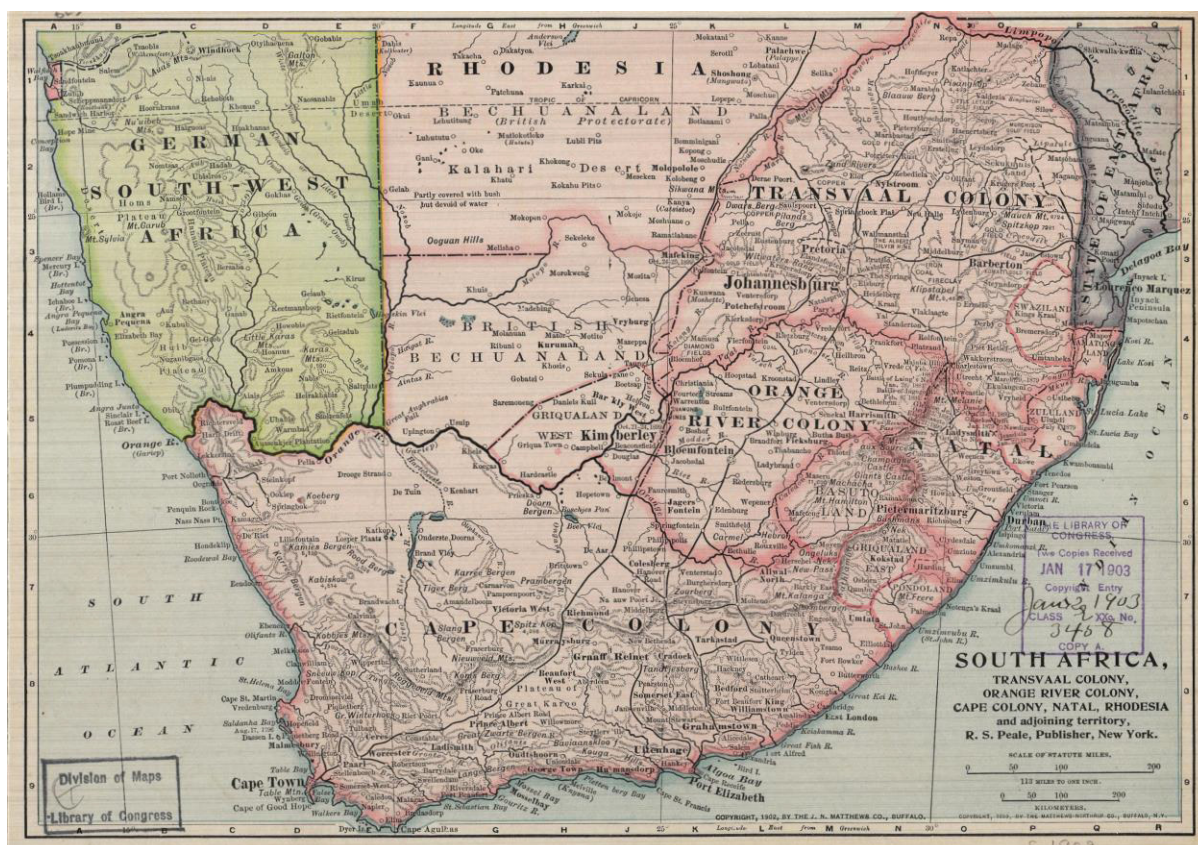
**Nada the Lily:** Narrado por um africano idoso, o *inyanga* Mopo, e ambientado no Reino Zulu entre as décadas de 1820 e 1830. O romance histórico narra o entrecruzamento de duas tramas paralelas: a ascensão e queda dos reis Zulus, Shaka e Dingane, as intrigas palacianas e o expansionismo militar dos Zulus; e o amor entre o bravo guerreiro Umslopogaas (filho ilegítimo de Shaka) e a jovem Nada, filha de Mopo e considerada a mais bela mulher entre os Zulus. Por ter escondido e protegido o filho ilegítimo do rei, Shaka manda matar a família de Mopo; contudo, Mopo manipula os meio-irmãos do rei, Dingane e Mhlangane, a assassinarem Shaka e usurparem o trono. Umslopogaas, após ser perseguido por um animal feroz, é salvo por Galazi, o “rei dos Lobos”, e os dois passam a conquistar vilarejos por meio do combate e com o auxílio de uma matilha sobrenatural. Ao final da trama, Nada é morta devido a eventos causados pelo rei Dingane, que desejava possuí-la em seu harém, e Umslopogaas e Mopo decidem vingar-se do monarca.

**Swallow:** Ambientado na África do Sul da primeira metade da década de 1830, e narrado por uma bôer idosa, Suzanne Botmar. Os protagonistas são dois jovens apaixonados, o órfão britânico Ralph Kenzie a jovem bôer Suzanne (filha de Suzanne e Jan Botmar), a qual era desejada pelo vilão, o “*half-caste*” Piet van Vooren. Suzanne salva a vida de uma sacerdotisa,

Sihamba Ngenyanga, e por gratidão, a africana decide acompanhá-la e protegê-la em servidão voluntária. Após caírem em uma emboscada planejada por Piet e seus lacaios, a bôer e a africana fogem e encontram refúgio entre os Umpondwana, um reino nativo localizado em meio às montanhas, do qual Sihamba era a próxima chefe. Nesse ínterim, os Botmars e Ralph Kenzie decidem migrar junto aos bôeres (*Great Trek*), em busca do paradeiro de Suzanne. Piet van Vooren manipula os Zulus a atacarem o reino Umpondwana e, em meio ao conflito, o vilão assassina Sihamba, mas é morto pouco depois por Ralph ao resgatar Suzanne.

**Marie:** O romance, que se passa entre as décadas de 1820 e 1830, narra a infância e a juventude do caçador Allan Quatermain, e o destino trágico de sua primeira esposa, a bôer Marie Marais. Após salvar a vida da jovem bôer de um ataque de nativos, Quatermain planeja pedi-la em casamento, mas o pai da moça, Henri, junta-se aos *voortrekkers* e migra ao interior da Baía Delagoa. Seu grupo de migrantes era liderado pelo primo de Marie, o ambicioso e cruel Hernan Pereira, e os bôeres são vitimados por doenças, fome e ataques. Após receber uma carta de Marie, Allan decide partir em resgate dos migrantes. Após encontrá-los, são capturados pelo rei Zulu, Dingane, e apenas libertos quando Allan demonstra suas proezas com o manuseio de armas de fogo. Eventualmente, o grupo junta-se à caravana de Piet Retief, e Allan assume o papel de intermediário nas negociações de Retief e Dingane. A comitiva de Retief é traída por Dingane - após maquinações de Hernan Pereira - e executada por ordens do monarca Zulu. Allan, o único sobrevivente, é acusado por Pereira de ter sido o culpado pelo massacre, e é condenado à morte pelos bôeres. Marie, para garantir a fuga e salvar a vida de Allan, disfarça-se com suas roupas, mas é confundida e morta a tiros por Hernan. Henri, enlouquecido pela morte de sua filha, fere mortalmente Pereira.

MAPA 1: O SUL DA ÁFRICA NO FINAL DO SÉCULO XIX.



(Fonte: Library of Congress, US. Disponível em <<https://www.loc.gov/maps/collections/?st=gallery>> Acesso em: 18/03/2020).



## 1. INTRODUÇÃO: SONHOS IMPERIAIS: IMAGINAÇÃO LITERÁRIA E SENSIBILIDADES POLÍTICAS

Na década de 1970, Hannah Arendt publicou *Origens do Totalitarismo*, obra na qual examinou as bases políticas que estruturaram a experiência totalitária na primeira metade do século XX. Arendt localizou parte das raízes desses movimentos no colonialismo exercido pelas potências europeias no Oitocentos. Formalizado sobretudo a partir da década de 1880, com a chamada Conferência de Berlim, a constituição do sistema colonial na África promoveu violências concretas e simbólicas, o esfacelamento de formas tradicionais de organização social e política, extermínios étnico-raciais, e a ocupação generalizada de diversos espaços geopolíticos. Ao lado de fatores econômicos, exemplificados pela competição internacional entre os países europeus, Arendt acrescentou três características centrais ao colonialismo oitocentista: “a expansão por amor à expansão”, a formação da burocracia colonial e o racismo. Assim, a compreensão do colonialismo transcende a esfera econômica, pois se tratava de um “objetivo permanente e supremo da política”<sup>1</sup>. Nessa perspectiva, o colonialismo teria instrumentalizado a elite econômica e as classes médias com poderes políticos para atuar por meio de uma estrutura burocrática, capacitada para a ação política pela violência e força física.

O colonialismo exercido na África ao longo do século XIX ainda promoveu uma relação intrínseca entre práticas políticas e representações discursivas que lhe conferiam legitimidade pública, aproximando e sobrepondo as condições pragmáticas de conquista e exploração com suas formas de justificação. Recentemente, a historiografia tem demonstrado o modo como que esses mecanismos ideológicos de legitimação de políticas de exploração colonial estavam presentes no cotidiano de homens e mulheres, tanto nas metrópoles quanto nas colônias. Sobretudo no que diz respeito ao colonialismo britânico na África do Sul, as sendas do Império se faziam sentir, explícita ou implicitamente, nas práticas corriqueiras e cotidianas, naturalizando visões de mundo e informando o arcabouço imaginativo de indivíduos e grupos a respeito dos territórios ultramarinos. Nesse movimento, as distâncias encurtavam-se, as colônias tornavam-se familiares e, em vários casos, lugares que proporcionavam resoluções para muitas das ansiedades, incertezas e temores experienciados na metrópole. No campo das políticas coloniais e sua relação com as vivências cotidianas, a

---

<sup>1</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 155.

literatura, especialmente os romances de aventura ambientados em terras distantes e popularizados no último quartel do século XIX, desempenhavam um papel fundamental.

Londres, outubro de 1886: os leitores que folheavam o jornal *The Graphic* deparavam-se – talvez desavisados – com o primeiro capítulo de *She, A History of Adventure*, uma trama aventuresca do romancista britânico H. Rider Haggard (1856-1925), publicada em vinte e oito capítulos até janeiro de 1887. Ao lado de publicidades que anunciavam tônicos restauradores, produtos alimentícios importados das distantes colônias, novos espetáculos nos *music halls*, notícias políticas e escândalos sociais, o público leitor deleitava-se com uma trama repleta de cenários exóticos e episódios perigosos, de heróis bravos e ousados que se embrenhavam pelas profundezas da África, daquele que era considerado como o “continente negro”. Rider Haggard não era necessariamente um nome desconhecido naquele momento, afinal, no ano anterior, havia publicado o estrondoso *King Solomon’s Mines*, anunciado pelos editores em portentosas publicidades que o classificavam como “o mais maravilhoso livro já escrito”. Com um pouco de imaginação histórica, pode-se até vislumbrar a ânsia dos leitores e leitoras, de todas as idades e origens sociais, esperando a próxima edição da revista e a resolução das aventuras dos protagonistas, engajando-se afetivamente com uma narrativa literária que se refestelava com civilizações perdidas, rainhas imortais e canibais perigosos, informando seu arcabouço imaginativo com imagens e descrições de terras longínquas, quiçá desconhecidas, mas que eram apresentadas a partir dos sentimentos de heróis ficcionais.

Haggard não estava sozinho<sup>2</sup>. Esse e outros romances, às miríades, escoavam pelo mercado editorial britânico ao *fin-de-siècle*, momento em que tramas de aventura, uma literatura ligeira e trivial voltada ao entretenimento, ganhavam notória popularidade. Publicados em formato folhetinesco, em volumes produzidos a baixo custo, ou até mesmo em “edições coloniais”, que circulavam no ultramar, os romances de aventura, comumente direcionados a um público infanto-juvenil, galgaram o *status* de *best-sellers*, e, no processo, contribuíam para a formação das atitudes e afetos de parte de seu público, em especial diante da expansão colonial em África. Marcados pela sensibilidade romântica, tais narrativas apresentavam descrições exóticas e assombrosas do interior da África, de animais selvagens e riscos inevitáveis, garantias de vivências aventurosas e desenfreadas, repletas de perigos e paixões proibidas. Com enredos emocionantes, aproximavam seus leitores e leitoras do

---

<sup>2</sup> Com efeito, a segunda metade do século XIX assistiu a uma proliferação do gênero aventuresco, sobretudo nos trabalhos de literatos como H. Rider Haggard, Thomas Mayne Reid, Elizabeth Corbett, Betram Mitford, Robert Ballantyne, G. W. Henty, Robert Louis Stevenson, Arthur Conan Doyle, Ann Fraser Tytler, Frederick Marryat, W. H. G. Kingston, Rudyard Kipling, entre muitos outros. Sobre a ficção aventuresca no século XIX, ver: BRISTOW, Joseph. *Empire Boys: Adventures in a Man’s World*. Nova York: Routledge, 1991.

Império Britânico e de suas colônias, transformando o domínio de outros territórios em algo familiar. Tingidos pelas marcas de preconceitos e teorias raciais, de vertentes poligenistas ou monogenistas, essas obras literárias narravam as ameaças representadas pelas chamadas “raças inferiores”, descrevendo nativos perigosos e incompreensíveis, naturalmente movidos à violência e ao extermínio, traduzindo suas formas de resistência como atos de agressividade descomedida e autodestrutiva. Ou, por outro lado, evocavam o que seus autores entendiam ser o “fardo do homem branco”, como classificou o poeta Rudyard Kipling: a crença na missão civilizadora dos homens europeus, a necessidade de civilizar e subjugar as outras raças, em nome de práticas políticas coloniais vistas naquele momento, pelos seus articulistas, como justas e benevolentes.

Segundo Anne McClintock, essas produções literárias se entrelaçavam às ansiedades sociais e políticas de seus produtores e de parte do seu público leitor nas metrópoles. A literatura aventuresca, nesta perspectiva, estava diretamente vinculada ao projeto do colonialismo, o culto da domesticidade e a exaltação do progresso industrial. Elementos de classe, raça e gênero encontravam-se em complexa interação neste contexto, tornando-se centrais nos processos de autodefinição de grupos sociais, sobretudo as classes médias e as elites vitorianas, explícita ou indiretamente engajadas com a expansão colonial. Ademais, o embate colonial foi marcado pelo reordenamento do trabalho sexual, por esforços constantes de controle da mão de obra nativa e de fontes de exploração de matéria prima, por instâncias de conflito, negociação e resistências a esses processos. Em suma, “o imperialismo europeu foi, desde o começo, um encontro violento com hierarquias preexistentes de poder que tomou forma não como um desdobramento de seu próprio destino, mas como interferência oportunista e desordenada com outros regimes de poder”. Desta forma, o colonialismo resultou de uma rede intrincada de processos e encontros com “formas alternativas de autoridade, conhecimento e poder”<sup>3</sup>, os quais também promoveram “processos de mutação cultural e inquieta (des)continuidade que ultrapassam o discurso racial e evitam a captura por seus agentes”<sup>4</sup> – enfim, uma situação histórica contestada, em conflito, mesmo que em um contexto de fortes hierarquias e desigualdades de poder político.

Os romances aventurecos publicados ao *fin-de-siècle*, no auge da chamada “Era dos Impérios”<sup>5</sup>, integravam um contexto editorial mais amplo, marcado por um interesse ávido

---

<sup>3</sup> MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: UNICAMP, 2010, p. 21, p. 38.

<sup>4</sup> GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p. 35.

<sup>5</sup> HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

dos leitores e leitoras na metrópole por narrativas que descrevessem as circunstâncias políticas, sociais, culturais e econômicas das distantes colônias. Tome-se, a exemplos, os relatos de diversos viajantes que rumavam ao interior da África, como Richard Francis Burton e Henry Morton Stanley, os quais se tornaram verdadeiras celebridades literárias com suas descrições de lugares exóticos e seres humanos aberrantes. Ou, ainda, as publicações de missionários, que forneciam aos seus leitores e leitoras detalhes das suas vivências arriscadas em meio a nativos retratados como incivilizados e canibais, emoldurando-as com sentimentos e sensibilidades religiosas. Títulos como *In Darkest Africa* (1890), de Morton Stanley, *Through Masai Land* (1887), de Joseph Thompson, ou *A Hunter's Wanderings in Africa* (1881), de Frederick Courteney Selous, permitiam ao público leitor, no conforto da metrópole, engajar-se, por intermédio da leitura, com a exploração colonial em África, apresentando-a não apenas como um processo político-econômico, mas como uma possibilidade de protagonismo social e político, de revestir-se com o manto de heróis e descobridores pela aventura.

A historiografia tem demonstrado que o colonialismo britânico entre as décadas de 1870 e 1890 não foi apenas um fenômeno sócio-econômico, mas também um processo político e cultural, demarcado por constantes oscilações entre o entusiasmo pela expansão colonial e as ansiedades diante das perdas territoriais e das resistências nativas. Ademais, tratou-se de um momento histórico no qual uma multiplicidade de atores históricos continuou a fazer uso da cultura escrita e literária para reivindicar seu protagonismo nas colônias ou nas metrópoles, para demarcar seus lugares enquanto partícipes de processos macropolíticos. Por esse motivo, torna-se pertinente a realização de investigações históricas a respeito do modo como literatos e romancistas, observadores atentos de tensões e conflitos sociais, interpretavam esse universo de relações por meio da cultura escrita, espaço de constantes embates, disputas, apropriações e ressignificações. Atenção redobrada tem sido concedida às vias pelas quais as narrativas ficcionais, tecidas a partir de experiências concretas enredadas no cotidiano destes sujeitos históricos, contribuíam para interpretações políticas do colonialismo e de seus articulistas, e, ao mesmo tempo, reverberavam tensões e ansiedades concernentes à presença europeia em África.

A interpretação do mundo social a partir de fontes literárias pressupõe, de início, que essas narrativas culturais promovem significações sensíveis à experiência vivida, compondo impressões fragmentárias e verossímeis de formas de agir, sentir e pensar de determinado contexto histórico. Assim, o ponto de partida concerne à recusa de uma perspectiva que observa na ficção literária certa abstração e atemporalidade, em favor de uma análise atenta ao

lugar dos textos enquanto parte integrante das ações dos atores sociais, em especial, em seu papel de compreensão dos processos históricos<sup>6</sup>. Essa perspectiva norteia a problemática central que compõe essa pesquisa de doutoramento, a qual consiste no estudo articulado entre identidade nacional, relações interétnicas e território na produção literário-intelectual de H. Rider Haggard, com especificidade na formulação de representações textuais da nação sul-africana e do processo histórico de sua ocupação territorial e unificação política, sobretudo no contexto das práticas políticas coloniais. A ênfase da pesquisa recai sobre quatro romances aventureiros, *Jess* (1887), *Nada the Lily* (1892), *Swallow* (1899) e *Marie* (1912), os quais contrapõem as trajetórias de personagens ficcionais a eventos históricos considerados por Haggard como formativos da África do Sul, e que, em retratos de papel e letras, apresentavam aos seus leitores descrições apaixonadas e comumente estereotipadas dos embates interétnicos e resistências nativas tramadas naquela região.

Dividido entre as colônias britânicas do Cabo e de Natal, os territórios e protetorados nativos, e as repúblicas bôeres do Transvaal (República Sul-Africana, *Zuid-Afrikaansche Republiek*) e o Estado Livre de Orange, o extremo sul da África atraiu o interesse do público leitor na metrópole por uma série de fatores: a descoberta das minas de diamante e ouro entre as décadas de 1860 e 1870, que produziu intenso escoamento populacional e levadas migratórias rumo às áreas de mineração; os constantes embates e negociações entre europeus e africanos, em especial, britânicos e Zulus ao final dos anos de 1870; as tensões seculares entre britânicos e bôeres, as disputas territoriais e políticas, animosidades intensificadas tanto pela emergência do jingoísmo<sup>7</sup> entre os ingleses, quanto pela formação do nacionalismo *afrikaner*, e que eclodiram nas guerras sul-africanas de 1880-1881 e na virada do século; as campanhas políticas que visavam a formação da unidade política no território sul-africano, por meio do estabelecimento de uma confederação sob a égide do Império Britânico, e que resultaram na malfadada anexação do Transvaal em 1877, e no fracassado Jameson Raid em 1895; os processos de industrialização e modernização resultantes da busca por ouro e diamantes, bem como a construção de vias ferroviárias que facilitaram o acesso ao interior do subcontinente; e, sobretudo entre a segunda guerra sul-africana e a formação da União Sul-Africana em 1910, os debates em torno da criação de políticas de tratamento aos nativos, “ou seja, a

<sup>6</sup> REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.109.

<sup>7</sup> No contexto político do século XIX, o termo “jingoísmo” era comumente utilizado para se referir a um modelo de nacionalismo que advogava o uso de uma política externa agressiva para garantir a sua expansão territorial. Segundo Joseph Brantlinger, no caso britânico, o jingoísmo era muito mais associado aos sentimentos nacionalistas das classes operárias ou das camadas menos abastadas, e era constratado com o “patriotismo”, visto no período como um valor inerente às elites e às classes médias (ver BRANTLINGER, Patrick. *Victorian literature and postcolonial studies*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009, p.1-2).



instituição de práticas de controle daquele socialmente definido como nativo”<sup>8</sup>; os debates em torno do “sul-africanismo”<sup>9</sup>, isto é, da formação de uma identidade nacional estruturada a partir de paradigmas de exclusão e inclusão, que imaginavam uma África do Sul liderada pela união de britânicos e bôeres, e que, por meio da cultura histórica e de instituições científicas almejava identificar os elementos formativos da nacionalidade.

Ao longo do século XIX, diversos conflitos e negociações entre populações brancas e negras marcaram as regiões fronteiriças, e se intensificaram no último quartel do século, momento em que os agentes do colonialismo mobilizaram múltiplos esforços para segregar os nativos e controlar a terra e a mão de obra africana. Esse processo de conflitos interétnicos e embates políticos recebeu a designação na imprensa do período de “questão sul-africana”. A descoberta das jazidas diamantíferas promoveu reestruturações políticas, e levou ao fim da independência política de diversos reinos africanos. As minas de diamantes estavam localizadas em uma região contestada pelo Estado Livre de Orange, pelo Transvaal, pelos Griqua, liderados por Nicolaas Waterboer, e por chefes Tswana. O governador de Natal decidiu em favor do líder Griqua, o qual requisitou proteção britânica contra os bôeres; como resultado, o território foi anexado pelos britânicos e incorporado à Colônia do Cabo em 1880. Parte do Transkei, região montanhosa entre o Cabo e Natal, e originalmente denominado Griqualândia Ocidental, encontrava-se ocupada por um chefe Griqua rival, Adam Kok, e foi rapidamente ocupada por colonos brancos. Os fazendeiros Xhosa e Thembu, que habitavam o restante do Transkei, defenderam seus territórios nas chamadas Guerras Xhosa, que perduraram até 1877-1878, quando o último estado independente, a Gcalekalândia, foi formalmente anexado como área britânica<sup>10</sup>. Tratava-se, portanto, de um cenário de profundas alterações político-sociais, marcado por embates, negociações e resistências nativas.

Essa urdidura contextual conectava-se, de uma forma ou de outra, com a trajetória e a produção literário-intelectual de H. Rider Haggard. Enviado para a Colônia de Natal aos dezenove anos para assumir um cargo não-comissionado na administração local em 1875, o jovem posteriormente passou a integrar a equipe de Theophilus Shepstone, oficial responsável pela anexação do Transvaal; em seus escritos autobiográficos, Haggard vangloriava-se de seu engajamento direto com a ação político-militar, interpretando-a como um movimento necessário para a proteção de bôeres e nativos. Ressentido e amargurado com a devolução do

<sup>8</sup> GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. *Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2010, p.25.

<sup>9</sup> DUBOW, Saul. *A Commonwealth of Knowledge: Science, Sensibility and White South Africa (1820-2000)*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

<sup>10</sup> VIDROVITCH, Catherine Coquery. *Africa and the Africans in the Nineteenth Century: a Turbulent History*. Nova York: Sharpe, 2009, p.153-154.

território aos bôeres após a guerra de 1880-1881, Haggard retornou à Inglaterra, onde, casado com uma herdeira, passou a atuar no campo da jurisprudência, função que logo deixaria de lado para seguir a carreira literária. Seus primeiros romances e escritos ensaísticos fadaram às vendas insignificantes. Mas, com a publicação do aventuresco *King Solomon's Mines*, Haggard tornou-se um nome familiar no campo literário, embora frequentemente acusado de produzir uma literatura barata e trivial. Após candidatar-se sem êxito ao Parlamento Britânico pelo Partido Conservador em 1895, o letrado envolveu-se em campanhas sociais e nos debates pela reforma na agricultura, os quais coexistiam com sua profícua e incessante produção literária, ao totalizar cerca de quarenta romances e contos.

À exceção de algumas novelas domésticas e sentimentais, Haggard popularizou-se enquanto um autor do gênero aventuresco. Essas produções literárias associavam-se ao recrudescimento das práticas políticas coloniais entre as décadas de 1870 e 1880, e desencadearam uma nova semântica em torno da ideia de aventura e da figura do aventureiro<sup>11</sup>. Tais ficções desempenhavam um papel nada desprezível na formação de gostos estéticos e sensibilidades políticas de seu público leitor, na medida em que, por meio de suas tramas e personagens, cingiam razões e sentimentos associados às práticas políticas coloniais e, ao mobilizar preceitos raciais ou racistas na construção de seus personagens, sobretudo de nativos africanos, formulavam alteridades convenientes que visavam legitimar a conquista imperialista de novos territórios. Afinal, a “literatura desempenhou um papel significativo no desenvolvimento do imaginário imperial – imagens e mitos sobre o império que atuavam em conjunção com ‘fatos’ advindos das colônias – que eram necessárias para garantir o apoio do público para o projeto econômico”<sup>12</sup>. Os romances de aventura atuavam no processo de engajamento político e envolvimento sentimental de seus leitores com as sendas do colonialismo na África do Sul a partir da década de 1870, momento em que diversos grupos sociais rejeitam as fronteiras nacionais como barreiras à expansão econômica. Assim, movidos pelo que Hannah Arendt categorizou de “expansão por amor à expansão”<sup>13</sup>, esses indivíduos construíram em torno de si autorepresentações de desbravadores e aventureiros, conquistadores em outras terras – até mesmo como uma forma de compensação emocional para suas próprias limitações sociais, políticas e econômicas.

---

<sup>11</sup> VENAYRE, Sylvain. Une histoire des representations: l'aventure lointaine dans la France des années 1850-1940. *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, n.84, 2001, pp.93-112.

<sup>12</sup> KREBS, Paula M. *Gender, race and the writing of empire: public discourse and the Boer War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p.8.

<sup>13</sup> ARENDT, op. cit., 1989, pp. 147-153.

Por isso, esses romances atuavam na formação daquilo que Laura Chrisman designou de “inconsciente imperial”<sup>14</sup>, um conjunto de práticas e discursos de representação e autorepresentação no embate colonial, dotadas de suas próprias contradições, paradoxos e ambiguidades. Contribuíam para que as insidiosas sendas do colonialismo se fizessem sentir, mesmo quando não fossem perceptíveis, afinal, a “influência do Império [Britânico] sobre a metrópole era indubitavelmente assimétrica. Por vezes, quando estava simplesmente lá, não era objeto de uma crítica popular e consciente (...), embora o cotidiano das pessoas fosse permeado pela presença colonial”<sup>15</sup>. Como resultado, as ficções aventurescas articulavam investimentos afetivos às questões coloniais, especialmente ao *fin-de-siècle*, momento de acirramento das tensões internacionais, de formação de movimentos nacionalistas nas colônias, e de ansiedades geradas pelas transformações sociais e pelos discursos degeneracionistas nas metrópoles.

Os romances de aventura contribuíam para a formação das visões de mundo de muitos dos seus leitores, e eram construídos a partir de circunstâncias concretas vivenciadas pelos seus romancistas. Faziam parte, portanto, dos contextos de experiência e visão política dos sujeitos históricos, considerando-os como “lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentidos ao que dizem e ao que fazem; onde eles se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais; (...) e onde eles produzem novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo”<sup>16</sup>. E, por seu aspecto ficcional, conjugavam dimensões de afetividade e de sensibilidade, investimentos no campo simbólico e na memória coletiva, afinal, “o ato político, enquanto fenômeno complexo que ele é, se explica frequentemente por referência a um conjunto de representações compartilhadas por um grupo bastante amplo no seio de uma sociedade”<sup>17</sup>. Assim, compreende-se que as figurações literárias, em especial as representações do tempo pretérito, colocam-se no centro das problemáticas em torno da consolidação, interiorização e da difusão de vivências do político, conjugando fenômenos individuais e coletivos, sentimentos e sensibilidades, por meio das paixões políticas e dos engajamentos afetivos.

Diante destes pressupostos, a problemática da pesquisa incide sobre a trajetória e a produção literário-intelectual de H. Rider Haggard para compreender por quais vias o discurso

---

<sup>14</sup> CHRISMAN, Laura. The imperial unconscious? Representations of imperial discourse. *Critical Quarterly*, v.32, n.3, pp.38-58, 1990.

<sup>15</sup> HALL, Catherine; ROSE, Sonya. *At Home with the Empire: Metropolitan Culture and the Imperial World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p.8.

<sup>16</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Revista Varia História*, n.28, 2002, p.18.

<sup>17</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, JeanFrançois (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p.157.

colonial reverbera nas figurações da formação da nação sul-africana, vista pelo letrado como um espaço essencial para a reconstituição de formas de relações sociais em esfacelamento na metrópole ao *fin-de-siècle*. A análise dos romances, a partir de uma perspectiva histórica, almeja entender quais personagens e episódios eram considerados pelo literato como representativos da formação nacional, bem como os diálogos que sua produção ficcional estabelecia com a escrita da história colonial ou anglo-africana no eixo da circularidade de ideias. Em um vaivém entre vida e escrita, o ângulo de problematização do *corpus* documental compreende que subjacente ao crivo imposto pela visão de Haggard encontravam-se as marcas dos encontros interétnicos nos territórios sul-africanos; e que, sob sua constante apologia e engajamento fervoroso com o colonialismo, escapavam dissonâncias que remetem às formas táticas de resistência à conquista colonial, em especial por parte dos africanos negros. Afinal, estes romances aventurecos, gestados a partir da experiência colonial de Haggard, apresentam “filtros narrativos”<sup>18</sup>, os quais desvelam, pelos indícios apresentados, evidências do modo como os territórios sul-africanos tornam-se o teatro para a exibição de suas ansiedades políticas, de seu engajamento com o colonialismo, bem como das variadas formas de resistência a estes processos macropolíticos.

O ângulo de problematização das relações entre imaginação literária e sentimentos políticos na escrita ficcional do letrado é tributário ao que tem sido designado de uma *história das sensibilidades*, a qual opera “na esfera das sensações e pertence à ordem da intimidade, porque atua na esfera dos sentimentos e fundamenta a percepção, interpretando e qualificando o mundo”<sup>19</sup>. O vetor de interpretação atenta-se aos afetos, mas sempre “para reinseri-los em conjuntos significativos mais vastos”<sup>20</sup>, portanto, possível de privilegiar as sensibilidades enquanto elementos estruturantes de posicionamentos políticos dos sujeitos históricos em questão, a partir de “uma atenção mais sistemática em torno da importância dos afetos”<sup>21</sup>.

Ao plano das sensibilidades, competem formas de “apreensão e de conhecimento do mundo” traduzidos em “sentimentos, afetos” resultantes de experiências históricas individuais, mas que são produzidas “através de sua inserção no mundo social, na sua relação

---

<sup>18</sup> GINZBURG, Carlo. Desventuras e venturas da escrita da História: entrevista com Carlo Ginzburg. Revista *Tempos Históricos*, v.20, n.1, 2016, p.13.

<sup>19</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, pp.224-225.

<sup>20</sup> GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.8.

<sup>21</sup> ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. *História: Questões & Debates*, n.33, julho-dezembro de 2000, p.145.

com o outro”<sup>22</sup>. O que se busca, portanto, nas fontes literárias dessa pesquisa é a sua potência política metaforizada em sensibilidade: paixões ternas, sofrimentos amorosos, rancores subreptícios, expressões nostálgicas, ódios cultivados e ressentimentos – enfim, forças motrizes da ação humana na temporalidade. A este arcabouço teórico e conceitual, convém ainda referenciar os estudos em história cultural e história social da cultura que, nas últimas décadas, tem se atentado à historicidade da literatura, para reencontrá-la nos movimentos de sua sociedade e de seu tempo. A partir dessa perspectiva, privilegiam-se os textos literários enquanto “substrato para o escrutínio de percepções, representações, figurações, por meio das quais se busca os movimentos de instituição de imaginários e da própria temporalidade enquanto tal”<sup>23</sup>. Por encontrar-se em um ângulo estratégico entre razões e sensibilidades, a ficção oferece à História possibilidade de análise de experiências ficcionais, construídas e estruturadas a partir de situações vivenciadas no cotidiano dos literatos e de muitos dos seus contemporâneos. Trata-se, portanto, de uma escolha metodológica atenta à “lógica social do texto”<sup>24</sup> a partir do entrecruzamento de fontes e problemas, ao compreender que a ficção encontra-se eivada por condições políticas, socioeconômicas e culturais dos sujeitos históricos que constituem a esfera da produção literária.

A dimensão política apresenta-se como uma das chaves de leitura para a compreensão da relação entre literatura e colonialismo, a partir daquilo que Christophe Prochasson definiu como “a parte emocional que governa a atividade social, (...) o papel dos sentimentos e dos afetos na vida política”. Essa perspectiva, tributária às contribuições da nova história política, deslindou no estudo dos “mecanismos simbólicos que impulsionam a vida política (...), os motores emocionais destas práticas, e mesmo os fenômenos de apropriação ou de recepção de que são objeto”<sup>25</sup>. Afinal, os romances produzidos em interação com a expansão ultramarina na África do Sul, por tocarem nos sentimentos ao abordarem os amores e ódios, os medos e as esperanças de personagens comuns, visavam engajar seus leitores e leitoras com as inflexões do colonialismo britânico, traduzindo a conquista de outros territórios em uma linguagem intimista, carregada de sensibilidade. Tais produções textuais atuam, em muitos aspectos, no âmago das autorrepresentações políticas, pois partem das experiências autobiográficas e

---

<sup>22</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUAGE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, pp.12-14.

<sup>23</sup> NAXARA, Márcia; CAMILLOTTI, Virginia. História e Literatura: fontes privilegiadas na produção historiográfica recente no Brasil. *História: Questões & Debates*, n.50, jan-junho de 2009, p.28.

<sup>24</sup> SPIEGEL, Gabrielle. *The Past as a Text*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

<sup>25</sup> PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. *Revista Varia Hist.*, v.21, n.34, julho de 2005, pp. 306-309.



fomentam fulcros de identificação coletiva, os quais “têm efeitos nos comportamentos políticos” e fomentam “sensibilidades particulares”<sup>26</sup>.

Ao lado das dimensões políticas das paixões e das sensibilidades, o conjunto teórico e conceitual dessa pesquisa recai sobre a noção de *imaginação literária*, compreendendo-a a partir do que Wolfgang Iser categoriza como “atos de fingir”, que mediam as relações entre ficção e realidade. Na sua perspectiva, a ficção é a “configuração apta para o uso do imaginário”, cujo caráter difuso “impõe a necessidade de interpretação”<sup>27</sup>. Entre narrativas literárias e sua recepção, “o estudo do processamento do texto dá lugar a um estudo do que o meio pode revelar acerca das disposições que caracterizam a constituição humana”, afinal, tanto o fictício quanto o imaginário “desempenham um papel em nossa vida cotidiana”<sup>28</sup>. O lugar do imaginário enquanto força atuante no mundo social não se encontra apartado da concepção acerca da ficção elaborada por Natalie Zemon Davis, a qual resgata um sentido arcaico do termo, e que não implica necessariamente no fantasioso ou no falso, mas sim com o plausível e o possível, enfim, com um regime de verossimilhança. Para a historiadora, o ficcional não compreende “apenas os elementos fictícios, mas sim – usando um sentido mais amplo, da raiz *fingere* – os elementos formadores, modeladores e construtivos: a elaboração de uma narrativa”<sup>29</sup>. Ao lado da ficção enquanto forma de significação e compreensão do mundo social, compete igualmente pensá-la a partir dos usos políticos da literatura, inserida no movimento das redes de interlocução cultural e intelectual.

A tônica metodológica da análise consiste em investigar a dinamicidade dos processos históricos por intermédio dos atores envolvidos na análise, para cercar seus posicionamentos e os seus filtros de observação. Essa escolha remete a decodificar as fontes literárias a partir de uma “análise interna ou estrutural do texto”, o qual é compreendido como um objeto de significação cultural, pois se alicerça a um “contexto histórico-social que o envolve e que, de alguma maneira, atribui-lhe sentido”<sup>30</sup>. Os questionamentos que cercam os textos ficcionais visam apreender o “entrecruzamento propriamente dito da ficção e da história na refiguração do tempo”<sup>31</sup>. Afinal, enquanto a narrativa histórica referencia um passado concreto, a literatura expressa o que teria acontecido na perspectiva das vozes narrativas ficcionais,

<sup>26</sup> ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Curitiba: UFPR, 2019, p.17.

<sup>27</sup> ISER, Wolfgang. Problemas da teoria da literatura atual: o imaginário e os conceitos-chaves da época. In: COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p.379.

<sup>28</sup> ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p.67-67.

<sup>29</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.17.

<sup>30</sup> BARROS, José D’Assunção. *O campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 136.

<sup>31</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins, 2010, p.317.

sobretudo devido à sua localização “estratégica entre a cultura e o indivíduo, o micro e o macro, apresentando ideais e práticas políticas, sociais, religiosas, desenvolvimentos portentosos e conflitos memoráveis”<sup>32</sup>. Este ponto de intersecção circunscreve a narrativa literária no âmago de lugares sociais e culturais, os quais, no caso dos textos de Haggard, encontram-se repletos de fantasias políticas a respeito das relações interétnicas no território sul-africano e das figurações identitárias com vértices nos discursos ficcionais, das apropriações afetivas e figurações literárias no cerne do colonialismo.

O escopo da análise, que recai sobre as construções culturais promovidas pelos sujeitos históricos em foco, suas visões e percepções de mundo traduzidas em sensibilidades e imaginários, assenta-se sobre um *corpus* documental constituído por fontes pertencentes ao campo da cultura escrita e literária. Os quatro romances supramencionados constituem as fontes prioritárias, particularmente no que se refere à análise de personagens e episódios históricos apropriados ou ressignificados pelo letrado para compor uma versão do passado sul-africano interligada aos projetos coloniais em voga no contexto histórico. Tratam-se dos seguintes textos, disponíveis em edição original pelo *Internet Archive* (<http://archive.org/>) ou consultados na Chris Brooks Collections da biblioteca da University of Exeter (Reino Unido): publicado em 1887, *Jess* aborda o triângulo amoroso formado pelo ex-soldado britânico, John Neil e as irmãs Jessica (Jess) e Elizabeth (Bessie) Croft, duas jovens de origem inglesa que vivem em uma fazenda no Transvaal com seu tio, Silas Croft. O romance ambienta-se durante a primeira guerra sul-africana, a qual serve como plano de fundo para as ações e sentimentos de seus personagens. Neste romance, Haggard escoia muitos dos seus ressentimentos com relação à devolução do Transvaal, e certo senso de humilhação política e mágoa pessoal pulula naquelas páginas. O vilão da trama, Frank Muller, metaforizava o que Haggard considerava como o extremismo político dos bôeres, e apresentava-se como uma ameaça simultaneamente política e sexual, ao perseguir desenfreadamente os amores de Bessie.

O interesse de Haggard pelas formas de organização social e política dos Zulus ficou demarcado em *Nada the Lily*, romance histórico publicado em 1892 e ambientado na Zululândia durante o reinado de Shaka kaSenzangakhona (1787-1828), reconhecido na época por introduzir inovações militares, ao exemplo do uso da assegai (azagaia), um tipo de lança curta e delgada, e a formação de *amabuthos*, regimentos militares organizados em faixas etárias, que teriam resultado na consolidação política e expansão territorial do Reino Zulu. Além de narrar a ascensão política de Shaka, Haggard também relata o conto do bravo

---

<sup>32</sup> GAY, Peter. *Represálias selvagens*. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p.16

guerreiro Umslopogaas, filho ilegítimo do rei Zulu, e seu amor pela jovem Nada, a mais bela entre as mulheres Zulus. Em *Nada the Lily*, Haggard descreve as disputas dinásticas, as conspirações na corte Zulu, o assassinato de Shaka e o reinado de Dingane kaSenzangakhona (1795-1840), considerado pelo letrado como um monarca politicamente ineficaz e entregue aos excessos sexuais, cuja paixão desenfreada por Nada eventualmente levaria ao conflito com Umslopogaas e sua destruição. Contraposto ao contexto pós-guerra Anglo-Zulu (1879), a derrota e desintegração do Reino Zulu e das suas instituições político-militares diante do avanço do colonialismo britânico na região, *Nada the Lily* reescreve o passado pela via da ficção, tentando buscar quadros explicativos para a experiência da derrota Zulu.

*Swallow, a tale of the Great Trek*, publicado em 1899, era protagonizado por três personagens: o bravo órfão Ralph Kenzie, sua noiva e irmã adotiva, Suzanne Botmar, e a sacerdotisa africana Sihamba Ngenyanga. A trama era ambientada na década de 1830, período do Great Trek, a migração dos bôeres que deixaram a Colônia do Cabo rumo ao interior do subcontinente, e do *mfecane*, neologismo cunhado pela historiografia no século XX e comumente traduzido como “esmagamento”<sup>33</sup>, utilizado para designar uma série de transformações históricas e migrações populacionais transcorridas na África do Sul do início do século XIX. Em tons aventurecos, o romance narrava a solidariedade entre Suzanne e Sihamba, perseguidas pelo vilanesco Piet van Vooren, e a busca incessante de Ralph para reencontrar sua noiva. Redigido e publicado em um período marcado por tensões crescentes entre britânicos e bôeres ao sul da África, o romance apresentava uma visão muito mais empática deste último elemento, imaginando a formação étnica da África do Sul a partir da união de elementos brancos e do sacrifício da protagonista negra. Ao lado da bondade feminina, vista neste romance como uma virtude colonialista, Haggard imaginava um herói viril que apresentava uma característica de difícil acesso nos discursos masculinos: o sofrimento amoroso e a separação dos amantes.

A juventude e o ingresso na vida adulta de seu personagem mais famoso, o caçador Allan Quatermain, são narrados no romance *Marie*, publicado em 1912. A narrativa literária descreve o relacionamento do jovem Quatermain com sua primeira esposa, a bôer huguenote Marie Marais, e o destino trágico que aguardava sua família, após migrar durante o *Great Trek*. Ademais, o literato trata longamente da questão Zulu nessa obra, apresentando seu

---

<sup>33</sup> O neologismo *mfecane* foi introduzido pelo historiador Eric Walker em 1928. A respeito dos debates em torno do conceito de *mfecane* na historiografia sul-africana e dos usos políticos do passado, ver: ETHERINGTON, Norman. *The Great Treks: the transformation of Southern Africa (1815-1854)*. Londres: Longman, 2001; GUMP, James. Origins of the Zulu Kingdom. *The Historian*, v. 50, n. 4, p. 521-534, 1988; COBBING, Julian. The Mfecane as Alibi: Thoughts on Dithakong and Mbolombo, *Journal of African History*, v. 29, p. 487-519, 1988.

monarca, Dingane, como um tirano despótico e responsável pelo extermínio étnico nas regiões em torno da Zululândia. *Marie* evidencia os modos pelos quais Haggard, em sua escrita literária, se apropria dos paradigmas Zulucêntricos da *mfecane*, desenvolvidos pela historiografia anglo-africana ao final do século XIX, e que culpabilizavam os Zulus pelo esvaziamento étnico nos territórios posteriormente ocupados por britânicos e bôeres. Além desses quatro romances, outras obras literárias do romancista integram o escopo analítico da pesquisa, no afã de fornecer olhares mais aperfeiçoados às suas visões de mundo, ao exemplo de *King Solomon's Mines* (1885), *She* (1887) e *The Ghost Kings* (1908).

Um segundo conjunto de fontes referencia a escrita ensaística e autobiográfica de Haggard, em especial, os artigos produzidos pelo letrado durante seu período de permanência na África do Sul: *A Zulu War-Dance*, *A Visit to the Chief Secocæni* e *The Transvaal*, todos publicados na imprensa periódica em 1877. Estes ensaios, escritos na tonalidade dos relatos de viajantes, evidenciam um engajamento fervoroso com o colonialismo britânico, apresentando Haggard como indivíduo atuante na expansão dos territórios sul-africanos e nas negociações com as lideranças nativas. Após regressar à metrópole, Haggard publicou *Cetywayo and his white neighbours* (1882), no qual desponta-se como um sujeito amargurado com a devolução do Transvaal, com as decisões políticas tomadas pelo ministério liberal em gestão, e com as impunidades resultantes dos crimes de guerra cometidos pelos bôeres. Ao retornar à África, em 1914, Haggard registrou a viagem em diário, salvaguardado no Norfolk Records Office e categorizado como “*rough diary*” (NRO MC 32/51). Finalmente, toma-se como foco de análise sua autobiografia, *The Days of My Life*, redigida em 1912, mas publicada postumamente (1926) em dois volumes, na qual Haggard intenciona atribuir um sentido e lógica aos seus percursos vividos, ressignificando seus contextos de atuação.

Philippe Artières destaca a importância destas modalidades de escrita nos processos de constituição das imagens de si e dos outros. Neste intento autobiográfico, no anseio de registro das experiências concretas, ocorre um exercício de arquivamento da “própria vida”, pautado no contrapor da “imagem social à imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”<sup>34</sup>. As memórias de Haggard estão emolduradas por um contexto de proliferação de autobiografias, gênero literário privilegiado por muitos homens e mulheres do século XIX para perscrutar a vida introspectiva. Ademais, a escrita autobiográfica do período desempenhava papel importante na exploração da vida interior, ao dar vazão para o interesse pelas auto-revelações,

---

<sup>34</sup> ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Revista *Estudos históricos*, v. 11, n. 21, 1998, p.11.

além de apresentar os dilemas morais e os problemas antagônicos dos sujeitos autobiografados<sup>35</sup>. Estes elementos não estavam desconectados da valorização da intimidade no século XIX e da ascensão de uma sociedade intimista dentro das “tirantias da intimidade”, de uma cultura narcisística na qual o político, ao se resignar de ações políticas, passa a embasar-se no cultivo da personalidade enquanto base de credibilidade<sup>36</sup>.

Ao lado destes escritos haggardianos, a pesquisa depara-se com um conjunto de cartas e correspondências enviadas pelo poeta Rudyard Kipling e pelo antropólogo Andrew Lang ao literato, sintomáticas das redes de sociabilidade intelectual, das amizades literárias e das trocas de ideias entre estes sujeitos históricos. Salvaguardadas no Norfolk Records Office, as cartas examinadas, que constituem o terceiro conjunto de fontes da pesquisa, são textos produzidos no cerne da intimidade, mas que remetem a uma dimensão pública e à esfera política. São indícios das práticas de escrita de seus autores, exercícios de sociabilidade e fragmentos de trajetórias, portanto, profundamente reveladores da imagem que visavam produzir em torno de si e de seus contemporâneos. Afinal, a identidade do intelectual não é constituída unicamente a partir de sua condição de leitor ou letrado, pois também é marcada pela inserção nas redes de diálogo, nos lugares de encontro, discussão e debates intelectuais<sup>37</sup>. As amizades entre letrados, a troca de presentes e favores, os diálogos e colaborações literárias, a partilha de afetos e estimas, evidentes na interlocução por correspondências, constituem rastros das redes de interdependência, nas quais “uma das condições fundamentais da existência humana é a presença simultânea de diversas pessoas inter-relacionadas”<sup>38</sup>.

O quarto conjunto documental compõe-se de fontes oriundas da imprensa periódica, divididas em três categorias principais: a) as recepções críticas dos romances de Haggard no jornal *Pall Mall Gazette*, o qual, em meados de 1887, publicou diversas colunas, artigos e cartas abertas referentes às acusações de plágio nas obras do literato; b) os artigos publicados por Rider Haggard e Andrew Lang na revista *Contemporary Review*, nos quais apresentaram suas defesas diante da questão do plágio e suas visões acerca do campo literário; c) os semanários *The Norfolk Chronicle* e o *The Norfolk News*, que acompanharam em minúcias a campanha eleitoral de Haggard ao parlamento britânico no primeiro semestre de 1895. Sobre essa documentação incide um aporte metodológico que visa “dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”, por meio de uma “análise

<sup>35</sup> GAY, Peter. *A experiência burguesa: o coração desvelado*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, pp.119-167.

<sup>36</sup> SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tirantias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>37</sup> CHARTIER, Roger. O homem das letras. In: VOVELLE, Michel (org). *O homem do iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997, p.142-143.

<sup>38</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994, p. 27.

circunstanciada” dos lugares de inserção dos impressos, das “ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”<sup>39</sup>. A imprensa periódica também é tomada como espaço de debates políticos e enfrentamentos, lugares de conflitos sociais e culturais que desvelam as nuances do entrecruzamento entre o campo político e literário ao *fin-de-siècle*. Os periódicos foram coletados na hemeroteca digital da *British Library* ([britishnewspaperarchives.co.uk](http://britishnewspaperarchives.co.uk)) e no *Internet Archive*.

Para compreender os laços intertextuais que conectavam os romances de Rider Haggard à constituição de interpretações do passado sul-africano, um quinto conjunto documento incorpora aquilo que chamamos de historiografia colonial sul-africana ou anglo-africana, isto é, os primeiros tratados histórico-geográficos que, entre as décadas de 1870 e 1890, visavam fornecer sentidos explicativos para a contemporaneidade étnica e política na África do Sul. Tratam-se de obras como *History of the colony of the Cape of Good Hope* (1869), de Alexander Wilmot e John Centlivres Chase; *Die Geskiedenis van Ons Land in die Taal vans On Volk* (1877), do clérigo bôer Stephanus du Toit; e as obras do historiador canadense George McCall Theal, em especial, *The History of the Emigrant Boers in South Africa* (1888) e *Progress of the South Africa in the Century* (1901), nos quais elabora uma perspectiva Zulucêntrica das “guerras de extermínio” do início do século, simultaneamente retomando o protagonismo bôer na ocupação territorial da África do Sul e culpabilizando o colonialismo britânico pelo acirramento das tensões na região naquele período. Estes modelos de escrita do passado, inspirados por métodos da emergente historiografia europeia, visavam inscrever a história da África do Sul em uma rede de colonizadores europeus (português, holandês, britânico), ou demarcar sua singularidade a partir de elementos de identificação étnico-racial.

Do entrecruzamento entre fontes e problemas, deriva a percepção de que os textos literários constituem entrelaces com o mundo social, para inscrever, em seu âmago narrativo, indícios fragmentários das razões e dos sentimentos partilhados por romancistas e muitos dos seus contemporâneos. Desta forma, a literatura encontra-se permeada por formas de traduções sensíveis das vivências históricas, e torna-se um guia insuperável para a problematização da experiência humana no tempo pretérito, por localizar-se na intersecção entre o terreno individual e seus contextos de referências culturais. Afinal, a ficção não se aparta dos movimentos da sociedade e estabelece conexões com as trajetórias de seus produtores e leitores, particularmente em boa parte da literatura produzida no século XIX, amplamente

---

<sup>39</sup> LUCA, Tânia Regina de. História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2018, pp.140-141.



preocupada com os dramas individuais e suas dimensões sociais e culturais. Elaboraões ficcionais, nas quais predominavam certa perspectiva autobiográfica, cuja maleabilidade permitiu acolher múltiplas vozes e valores morais, e expressar certa visão de mundo que os romancistas da época visavam traduzir<sup>40</sup>.

Feitas estas considerações referentes aos aportes documentais da pesquisa, no primeiro capítulo, intitulado *A questão sul-africana: colonialismo, historiografia e literatura em fins do século XIX*, intenciona-se apresentar o contexto político que demarcava as relações entre a metrópole britânica e as colônias sul-africanas no último quartel do século XIX, com atenção especial para as circunstâncias que envolviam os projetos confederacionistas, a anexação do Transvaal e os conflitos com os Zulus no final da década de 1870. Esta ambiência político-partidária, que envolvia disputas entre liberais e conservadores e a formação de projetos coloniais distintos, reverberou na formação da historiografia colonial sul-africana ou anglo-africana, a qual visava, a despeito da fragmentação territorial que marcava a África do Sul, fornecer certo senso de coesão e integração. Estas narrativas do passado foram igualmente responsáveis pela formação de discursos Zulucêntricos a respeito do *mfecane*, bem como promoveram a recuperação do *Great Trek* enquanto episódio formativo da nação sul-africana. Ao lado da emergência destas vertentes da historiografia, o período presenciou uma atenção redobrada ao território sul-africano a partir dos romances aventurecos, os quais promoveram a apologia ao colonialismo em tramas que evocavam o entusiasmo e o engajamento emocional de seus leitores.

O movimento entre vida e escrita percorre o segundo capítulo, *Dos baluartes do barbarismo: a política colonial e a fase sul-africana, entre razões e sensibilidades (1875-1881)*. Nesse capítulo, intenciona-se acompanhar a trajetória de Rider Haggard durante seu período de permanência na África do Sul, com base nos escritos ensaísticos produzidos no final da década de 1870 e início dos anos de 1880. Em seus artigos publicados na imprensa periódica, denota-se o modo como Haggard, oriundo de um mundo ruralizado de relações paternalistas em esfacelamento, tenta reconstituir estas redes de poder e política nas suas descrições da África e dos nativos sul-africanos. Ademais, a noção de ressentimento torna-se central para este capítulo, ao perceber que, especialmente em *Cetywayo and his white neighbours*, a imagem do imperialista entusiasmado cede espaço ao colonialista humilhado e amargurado com as perdas sofridas durante a guerra sul-africana de 1881. O ressentimento, tomado como chave de leitura do texto literário, alinha-se a condições históricas que

---

<sup>40</sup> VASCONCELOS, Sandra Guardini. *A formação do romance inglês*. São Paulo: Hucitec, 2007, p.23.

culminam, como no caso em questão, a um “ódio recalcado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideravam inferiores. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada”<sup>41</sup>, mesmo que no plano artístico ou literário.

Neste capítulo, não há a ambição de compor uma biografia de H. Rider Haggard, em sua significação clássica do gênero narrativo como escrita de uma vida (com início, meio e fim), mas partir de usos da biografia, de fragmentos da trajetória, para delinear elementos que possibilitam localizar o romancista em sua formação política e cultural. Esta escolha resulta de discussões que, no interior do campo da historiografia, retomaram a atenção às trajetórias em um movimento que intencionou “restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais”<sup>42</sup>. Parcialmente eclipsado pelas abordagens estruturalistas que se voltavam a processos em longa duração, este retorno ao biográfico implica em uma redução da escala de análise, para concentrar-se na movimentação de indivíduos localizados no cerne das forças que permeiam e constituem o mundo social. Diante das lacunas apresentadas pelas fontes e documentos, em especial pela destruição de parte das correspondências emitidas por Haggard, opta-se pela mobilização de elementos daquilo que Giovanni Levi afirma ser uma relação simbiótica entre “biografia e contexto”<sup>43</sup>, por meio da valorização do entorno histórico no qual o romancista faz parte. Este recurso possibilita perseguir a historicidade do indivíduo, considerando aí que o personagem histórico não obedece a “um modelo de racionalidade anacrônico e limitado”<sup>44</sup>, pois está suscetível a mudanças de rota, incertezas e incoerências.

A “atenção aos condicionamentos sociais do biografado, o grupo ou grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia a dia”<sup>45</sup>, também norteia o terceiro capítulo, *O caminho fatal da autoria: imaginação literária, sociabilidades e política (décadas de 1880-1910)*, o qual visa seguir a formação de Haggard enquanto literato a partir de seu retorno à metrópole e as suas práticas letradas. A nostalgia pela África perdida de sua juventude, bem como seus esforços simbólicos em recuperá-la, converteram-se na intensidade de sua escrita e no seu engajamento no romance como forma literária privilegiada. O período em questão também condicionou o estreitamento de seus laços de sociabilidade com outros letrados, ao exemplo de Rudyard Kipling e Andrew Lang, cujas trocas de

<sup>41</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p.18.

<sup>42</sup> CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, v. 7, n.13, 1994, p.102.

<sup>43</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.175.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 169.

<sup>45</sup> BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2018, p.222.

correspondências são privilegiadas no capítulo em questão. Finalmente, a produção de uma auto-imagem ou de uma representação pública de Haggard é tomada como foco a partir de elementos da cultura escrita (prefácios e dedicatórias de seus romances) e da política, em especial por sua campanha eleitoral para o Parlamento Britânico em 1895. O período demarca outra guinada na trajetória de Haggard, a saber, um envolvimento mais direto com reformas internas referentes ao Império Britânico, em especial com a agricultura.

O estudo da literatura aventuresca de Rider Haggard, sob o prisma de uma história política das sensibilidades no embate colonial, recebe ênfase no quarto capítulo, *A questão sul-africana – revisitada*. Nesse capítulo, parte-se da ideia de que as ficções literárias se tornam lugares privilegiados para a constituição de “paixões políticas”, conceito compreendido enquanto atrelado às “emoções e sentimentos coletivos” que “convivem e dão sustentação às práticas políticas particulares”<sup>46</sup>. Intenciona-se, nesse eixo de problematização histórica, analisar o modo como os quatro romances supramencionados privilegiam determinados aspectos do projeto colonialista na África do Sul: os ressentimentos e humilhações com a perda territorial em *Jess*; os usos do passado e os álibis políticos para o colonialismo e para a desmobilização de etnias africanas em *Nada the Lily*; o amor enquanto metáfora para as utopias étnico-raciais em um contexto de constantes tensões entre britânicos e bôeres, em *Swallow*; o uso e a apropriação de terras e o controle da mão de obra africana em *Marie*, contraposto a um momento de implementação de políticas segregacionistas e de crescentes oposições entre brancos e negros.

No quinto capítulo, *Entre a ação e a paixão: heroísmo colonial e virilidades na literatura de Rider Haggard*, a produção literária do romancista é tomada como fonte privilegiada para a análise da constituição de figurações de heroísmo e masculinidade enquanto fulcro de identificação dos articulistas da expansão colonial em África do Sul. Ao constituir determinadas imagens de virilidade por intermédio dos seus personagens, Haggard igualmente idealizava perfis de ações e sentimentos associados aos sujeitos colonizadores. Personagens como John Neil, Ralph Kenzie e Allan Quatermain eram descritos como bravos, viris e laboriosos, mas simultaneamente afetados pelo sofrimento amoroso e pelas perdas familiares, sintomático de certa recusa da domesticidade em favor da ação na esfera pública. Por extensão, o capítulo concentra-se no personagem de Umslopogaas, o herói negro em *Nada the Lily* (1892), por compreender que se, por um lado, Haggard expressa certa admiração pela bravura associada aos guerreiros Zulus, por outro, a virilidade do protagonista

---

<sup>46</sup> ANSART, op. cit., 2019, p. 8.

africano era utilizado, a partir de princípios inspirados na antropologia comparativa, para confirmar ou legitimar a masculinidade anglo-saxônica.

A análise do culto da domesticidade articulado ao projeto colonialista, bem como das ansiedades raciais associadas à miscigenação, recebem foco no sexto capítulo, *Na terra dos lírios azuis: domesticidade, colonialismo e ansiedades raciais*. Nesse capítulo, intenciona-se acompanhar as vias pelas quais Haggard redireciona os espaços de ação e agenciamento de suas personagens femininas, comumente enquadradas em um perfil conservador de feminilidade doméstico, a serviço da manutenção das práticas políticas coloniais na África do Sul. Destarte, a ênfase recai sobre personagens como a frágil Bessie Croft, a intelectual Jess, e os laços de solidariedade entre a bôer Suzanne e a africana Sihamba, em especial, na análise da bondade feminina enquanto virtude colonial. Na parte final do capítulo, privilegia-se o estudo dos antagonistas de Haggard, os “*half-breed*” Frank Muller, Piet van Vooren e Hernan Pereira, pois evidencia as articulações entre sexualidade, degenerescência, discursos raciais e ansiedades políticas no embate colonial.

O estudo em questão visa compreender as sendas do colonialismo a partir da produção ensaística e ficcional de H. Rider Haggard, com ênfase ao lugar das sensibilidades e da imaginação literária na legitimação pública das práticas políticas coloniais. Afinal, estas produções aventurescas encontravam-se amparadas em preceitos raciais e racistas, “paradigmas de desigualdade e de exclusão” e “uma das formas mais insidiosas de discriminação”<sup>47</sup>. Romances que, ao conjugar os sentimentos e emoções de seus leitores, tornavam o colonialismo em algo como que familiar ou mesmo naturalizado, embasado nas premissas de que era o destino do homem britânico ou europeu conquistar outros territórios, e civilizar ou subjugar as “raças inferiores”. Sabe-se que estas ideias, aparentemente inofensivas por estarem ligadas a uma literatura vista como de mero entretenimento, contribuíram para legitimar vastas ações repressivas e violentas no contexto colonial, genocídios e experiências de segregacionismo, em especial na África do Sul, que conviveu por boa parte do século XX em um regime de *apartheid*.

As políticas coloniais em África ao longo do século XIX e no início do século XX legaram cicatrizes históricas aos territórios almejados pelas políticas europeias. Somado à desarticulação de formas complexas de organização sociocultural e política africana, bem como o extermínio étnico, o colonialismo promoveu a estigmatização dos africanos enquanto

---

<sup>47</sup> BREPOHL, Marion. Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do império, 1896-1914. *Revista Brasileira de História*, v.33, n.66, 2013, p.13.

selvagens ou primitivos<sup>48</sup>, além de “uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuam, através dos séculos, por vias que lhes são próprias”<sup>49</sup>. A efetivação de um estado segregacionista por intermédio da política do *apartheid*, institucionalizada pelo governo sul-africano na segunda metade do século XX, estruturou-se a partir de um modelo racial em voga no período precedente e legítima inúmeras formas de violência a grupos étnicos e sociais<sup>50</sup>. A legislação segregacionista acarretou na violação de direitos humanos, repressão e violência contra movimentos de resistência, suspensão de liberdades públicas, perseguições arbitrárias, além da cassação dos direitos civis e políticos. Devido a estas complexidades, a produção acadêmica não pode negligenciar as imagens e textos que informam os processos de implantação dos sistemas coloniais na África oitocentista, para exercer o imprescindível desafio de desnaturalização e problematização dos usos de discursos biologizantes (como o racismo) traduzidos para outros campos discursivos, a exemplo do literário, para estabelecer distinções claras entre experiências democráticas e práticas autoritárias e segregacionistas, e também para abominar qualquer tentativa de retomada de ações políticas contrárias aos direitos humanos e civis constitucionais. Por isso, esta pesquisa visa inserir-se em um esforço, oriundo de parte da produção historiográfica recente, em atentar-se às discussões sobre questões étnico-raciais e territoriais no momento imediatamente anterior à institucionalização das políticas segregacionistas, sobretudo entre as décadas de 1870-1900<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: PUC-SP, 2014, p. 238.

<sup>49</sup> M'BOW, Amadou Mahtar. Prefácio. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África*, vol. I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010, p. 21.

<sup>50</sup> VIDROVITCH, Catherine Coquery. O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra. In: FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p.766.

<sup>51</sup> LEGASSIK, Martin. British hegemony and the origins of segregation in South Africa. In: BEINART, William; DUBOW, Saul (org.). *Segregation and Apartheid in Twentieth-century South Africa*. Londres: Routledge, 1995, p.43-59.

## 2. A QUESTÃO SUL-AFRICANA: COLONIALISMO, HISTORIOGRAFIA E LITERATURA EM FINS DO SÉCULO XIX

Nas últimas três décadas do século XIX, assistiu-se a um interesse renovado pela política colonial e pela expansão territorial, manifesta em diversos títulos publicados naquele período: *Greater Britain* (1868), de Charles Dilke, *The Expansion of England* (1884), de John Seeley, ou *Oceana* (1886), de James Froude, os quais apresentavam argumentos fervorosos a favor da continuidade da unidade britânica representada pelo seu império, ou ainda propunham a formação de uma confederação de nações independentes unidas sob a bandeira imperial. Naquele momento, o Império colonial britânico abrangia o Canadá e diversas áreas das Índias Ocidentais, além de entrepostos comerciais na África Ocidental e Oriental, as colônias na África do Sul, a Índia Britânica, a Malásia e Singapura, além da Austrália e da Nova Zelândia. Na metade do século, anexou a Costa do Ouro, Lagos, Serra Leoa, a Basutolândia, a Griqualândia do Oeste e o Transvaal. Os territórios sul-africanos receberam atenção especial neste período, especialmente após a descoberta de jazidas de diamantes e ouro, bem como pelos esforços em estabelecer uma confederação capaz de unificar os estados independentes e as colônias naquela região.

Tratou-se, também, de um momento de constantes reordenações territoriais e transformações políticas nas colônias, que marcaram o debate público e as discussões partidárias na metrópole, sobretudo entre liberais e conservadores. Essa situação torna-se ilustrativa das conexões entre o imperialismo, isto é, “a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante”, e o colonialismo, “quase sempre uma consequência do imperialismo, a implantação de colônias em territórios distantes”<sup>1</sup>. De acordo com Edward Said, o contexto foi marcado por um estatuto privilegiado atribuído à ideia de domínio ultramarino na cultura escrita da Inglaterra do século XIX, e “essa ideia tem muito a ver com projeções, seja na literatura, na geografia ou nas artes, e ela adquire uma presença contínua por meio da expansão, da administração, dos investimentos e dos compromissos efetivos”<sup>2</sup>. Ademais, no que compete ao estudo do colonialismo, é preciso ter em mente que não se trata de um processo monolítico, de modo que, como lembrou Frederick Cooper, os projetos coloniais também são marcados por cisões internas, incertezas e incoerências e colocaram os sujeitos colonizadores em relações ambíguas com as estruturas sociais nativas – da mesma forma em que as reações, resistências e negociações de nativos

---

<sup>1</sup> SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 42.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 25.



diante do colonialismo são marcadas, por vezes, por nuances complexas, “por uma sutil e constante interação da cooperação e crítica, da apropriação e recusa”<sup>3</sup>.

Este capítulo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, intenciona-se apresentar as experiências coloniais na África do Sul durante o contexto da gestão do Primeiro Ministro conservador, Benjamin Disraeli, entre 1874 e 1880, e de modo mais específico, parte das ideias políticas de seu Secretário de Estado para as Colônias, Henry Herbert, Lorde Carnarvon. O momento em questão envolvia uma série de debates parlamentares em torno do estabelecimento de uma confederação capaz de unir os territórios do sul da África, por meio de medidas administrativas e pela anexação territorial. A circunstância requer situar as tomadas de decisões e os partidarismos políticos em questão em sua conjuntura histórica, e, por se tratar de um contexto de ânimos exaltados em torno da questão colonial, propício para considerar a historicidade das ideias políticas e das práticas constitutivas da política em vigência. O *corpus* documental privilegia o artigo *Imperial Administration*, de Carnarvon, publicado no *The Fortnightly Review*. O aporte teórico-conceitual relaciona-se às propostas da História Política, pois envolve uma compreensão da política enquanto constituída não apenas por instituições formais, “mas percebida como um dos componentes que permeiam todas as relações sociais, envolvendo assim outras variáveis que não apenas as racionais”, isto é “sentimentos, paixões, circunstâncias que tornam essa abordagem fundamentalmente multidimensional”<sup>4</sup>.

Essa conjuntura política não esteve desconectada da emergência de uma historiografia anglo-africana ou uma historiografia colonial sul-africana que, assim como os projetos confederacionistas, visava fornecer unidade e coesão aos territórios sul-africanos, a despeito de sua pluralidade política e étnico-racial. Assim, na segunda parte do capítulo, intenciona-se analisar alguns destes textos dedicados à narrar o passado da África do Sul, compreendendo-os enquanto tentativas de atribuir sentido interpretativo à contemporaneidade política da segunda metade do século XIX, simultaneamente inscrevendo a história sul-africana numa rede de impérios sucessivos. Por fim, na última parte deste capítulo, pretende-se apresentar a literatura aventuresca que, assim como a historiografia, visava interpretar os encontros interétnicos e interculturais tramados nos territórios ao sul do Rio Zambezi, com atenção especial às redefinições em torno da noção de aventura e seu papel político enquanto elemento legitimador de práticas políticas coloniais.

---

<sup>3</sup> COOPER, Frederick. *Decolonization and African Society: The Labor Question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 10.

<sup>4</sup> COHEN, Ilka Stern. Entre História e Política. *Revista de Sociologia e Política*, n.9, 1997, p.199.

## 2.1 – IDÉIAS POLÍTICAS E PRÁTICAS COLONIAIS NA FASE DISRAELIANA (1874-1880)

A presença britânica em território sul-africano remonta ao início do século XIX, momento em que parte daquela região havia sido formalmente ocupada pela Companhia Holandesa das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, ou VOC). Entre 1795 e 1803, as tropas britânicas foram mobilizadas e tomaram o território denominado posteriormente de Colônia do Cabo, com o pretexto de impedir que a capital, lugar estratégico na passagem de rotas comerciais marítimas à Índia, fosse ocupada pela França napoleônica, a qual havia invadido a Holanda. As levas imigratórias de britânicos ao sul da África intensificaram-se na década de 1820, concomitantemente aos deslocamentos internos de bôeres insatisfeitos com a presença imperial britânica na região (*Great Trek*) e com o crescimento e expansão do Reino Zulu, governado por Shaka, contexto designado posteriormente pelo neologismo *mfecane*. A formalização do domínio colonial no subcontinente sul-africano também ocorreu por meio das ações missionárias, estabelecidas no interior desde os primeiros decênios do século, ao exemplo da Missão Bethelsdorp, vinculada à *London Missionary Society*, fundada em 1803 na parte oriental do Cabo, e da Missão Lovedale, ligada à *Glasgow Missionary Society*, e estabelecida em 1824. Muitos desses missionários atuavam junto às populações Bantos e, a despeito de seus esforços em transformar práticas culturais e costumeiras entre os africanos, os avanços eram restringidos devido às limitações de recursos materiais e às resistências africanas<sup>5</sup>.

Contudo, em princípios da década de 1870, com a descoberta de jazidas auríferas e diamantíferas na região, o sul da África adquiriu maior relevância econômica do ponto de vista das políticas coloniais. Naquele contexto, a África do Sul abarcava um conceito geográfico, que incluía, sobretudo, quatro entidades geopolíticas ao sul do Rio Zambezi: a Colônia do Cabo e Natal, sob domínio britânico, e duas repúblicas bôeres, o Estado Livre de Orange e o Transvaal, além dos reinos, territórios e protetorados nativos. Tratava-se, também, de uma ideia política, já que, pelo menos desde a década de 1850, diversos esforços foram mobilizados para promover a unificação destes corpos geopolíticos. A política britânica nas colônias baseava-se mormente no Relatório de Durham (1839), com a intenção de promover paulatinamente o desenvolvimento do que se denominava no período de “governos

---

<sup>5</sup> HUTCHINSON Bertram. Some Social Consequences of Nineteenth Century Missionary Activity among the South African Bantu. *Africa: Journal of the International African Institute*, v.27, n.2, abril de 1957, pp.160-177.

responsáveis”, isto é, parcialmente autônomos e com seus próprios órgãos parlamentares. O primeiro passo nesta direção consistiu na eleição de uma assembleia representativa na Colônia do Cabo em 1853, seguido pelo estabelecimento de sua condição autônoma em 1872. Na prática, o Cabo passou a ter uma administração própria e um primeiro-ministro responsável pelo seu parlamento, de modo que a posição de governador britânico, algo próximo a um chefe de estado constitucional, possuía pouca voz na política interna, mas era responsável pelas relações com os outros estados na África do Sul. Portanto, de um lado, configuravam-se interesses majoritariamente baseados na política local do Cabo, e, de outro, as demandas imperialistas, advindas da metrópole britânica<sup>6</sup>.

Predominava na Colônia do Cabo um sistema eleitoral multirracial, isto é, que visava conferir direito ao voto de modo igualitário a brancos e nativos, sob a condição de que o eleitor fosse detentor de renda anual equivalente a £25. Porém, a despeito dos apologistas à “tradição liberal do Cabo”, cumpre enfatizar que uma série de medidas legislativas foram tomadas, entre as décadas de 1870 e 1890, com o fito de restringir as possibilidades de direitos políticos aos africanos negros, o que culminou com o registro de raça no título de eleitor em 1893 e, no ano seguinte, o estabelecimento do *Glen Grey Act*<sup>7</sup>, ato legislativo que deixou muitos nativos desprovidos de terras e trabalho e pôs um fim às formas comunais de acesso às terras<sup>8</sup>. Quanto à Colônia de Natal, convém mencionar que a região tornou-se território colonial a partir de maio de 1843, momento em que o Império Britânico anexou a República de Natal, de breve existência, estabelecida por emigrantes bôeres em uma área outrora pertencente aos Zulus. Ponto de destino de muitos colonos que deixaram a Europa e a Colônia do Cabo, Natal configurava-se por uma economia largamente agrária, e sua anexação esteve associada aos interesses britânicos pelo controle do porto de Durban. A colônia recebeu número expressivo de operários estrangeiros, sobretudo indianos e chineses, os quais serviam de mão de obra nas plantações de cana de açúcar, café e algodão.

Nesse ponto, talvez seja importante estabelecer algumas questões mais gerais acerca do modelo de administração e institucionalização de leis concernentes à população nativa adotado nas Colônias britânicas. Segundo Mahmood Mamdani, desde a anexação de Natal, diversas práticas costumeiras e leis nativas foram toleradas pela administração colonial com a

<sup>6</sup> WESSELING, H. *Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p.294.

<sup>7</sup> Promulgado em julho de 1894 na Colônia do Cabo pelo então primeiro ministro, Cecil Rhodes, o *Glen Grey Act* estabelecia um sistema de terras individuais (e não mais comunais), além de criar uma taxa de trabalho para forçar os Xhosas a buscarem empregos em fazendas comerciais ou em indústrias. Na prática, o ato legislativo deixou inúmeros africanos negros sem terras, visava controlar a mão-de-trabalho negra, forçando-a a trabalhar para fazendeiros brancos na região do Cabo Oriental.

<sup>8</sup> GOMES, op. cit., 2010, p.120-122.

intenção de promover um governo indireto, porém mais eficaz da população nativa. Em 1891, foi aprovado o *Code of Native Law*, um estatuto draconiano que estabelecia o governador da Colônia como “Chefe Supremo”, com atributos para exercer amplo número de intervenções sociopolíticas nas chefias africanas, além de “designar todos os chefes ou remover qualquer um por ofensa política, ou por incompetência, ou outra justa causa”. No Cabo, a política nativa mudou drasticamente a partir de 1871, quando a Basutolândia foi anexada. Com base na crença de que os nativos não estavam “suficientemente avançados em progresso civilizatório e social” para serem integrados enquanto cidadãos, as autoridades do Cabo rejeitaram a assimilação legal dos africanos da Basutolândia, o que então havia sido comum no modelo “liberal” da colônia. As resistências armadas de africanos nesse contexto, especialmente dos Gcaleka e Ngqika em 1877-1878, e dos Basotos em 1880-1881, levaram os administradores no Cabo a manter a autoridade das lideranças nativas na forma de conselhos locais, para preservar o controle colonial. Governo indireto sobre os nativos foi estabelecido no final do século, e o “dualismo legal obtido; relações entre os *peasants* foram regulamentadas por meio da lei costumeira”. No Cabo, os parâmetros da sociedade civil visavam incluir uma minoria de nativos, embora, assim como em Natal, segregação e lei costumeira atuavam para separar brancos e negros: em Natal, entre nativos e não-nativos; no Cabo, entre aqueles considerados “civilizados” e “incivilizados”<sup>9</sup>.

As repúblicas do Estado Livre de Orange e do Transvaal estabeleceram governos independentes após a Convenção de Bloemfontein (1854), que acarretou no reconhecimento formal da sua independência e legitimidade. Ocupados, em parte, por fazendeiros bôeres, descendentes de holandeses, franceses e alemães que se estabeleceram no extremo sul da África desde o século XVII, estavam regidos por uma constituição que concedia o direito ao voto aos homens brancos com mais de 18 anos, responsáveis pela eleição de um *Volksraad* (assembléia legislativa) e um chefe de estado. O Transvaal era administrado em linhas próximas, com a exceção de que, além de um presidente eleito, era regida por um general comandante, e configurava-se como um estado de fronteira, de perfil agrário e em constante conflito com os nativos Tswana. No final da década de 1870, era crescente a influência de Paul Kruger (1825-1904), liderança incontestada entre os bôeres do Transvaal, filho de fazendeiros migrantes, homem das armas e da religião, além de um obstinado opositor à anexação da república pelos britânicos em 1877. Ao final do século, as demandas pela extensão de direitos políticos a estrangeiros (*uitlanders*) nas repúblicas bôeres levaram a

---

<sup>9</sup> MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subjects: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996, pp. 62-71.

conflitos entre a autoridade britânica na região e o Transvaal e o Estado Livre de Orange. Além disso, as repúblicas bôeres eram conhecidas por sua resistência em reconhecer os direitos das populações nativas, e pelo aspecto segregacionista de suas instituições.

Somado a tais configurações geopolíticas, ainda convém mencionar uma importante força política e militar no subcontinente sul-africano na década de 1870: o Reino Zulu, cujo território adensou-se na primeira metade do século XIX, em particular devido ao expansionismo militar e incorporação de outros grupos nativos, abrangendo uma área que se estendia da costa do Oceano Índico, ao Rio Tugela no sul e ao Rio Pongola no norte. A força política e militar dos Zulus, em particular sob a monarquia de Cetshwayo kaMpande (1826-1884), representava um obstáculo para a formalização das anexações territoriais orquestradas pelo então Secretário de Estado das Colônias, Lord Carnarvon, que em 1877 defendeu junto ao Parlamento britânico o Ato de Confederação Permissiva, o qual visava autorizar a criação de uma confederação de colônias e estados na África do Sul. A execução destas políticas ficou nas mãos do governador geral da Colônia do Cabo e alto comissário para a África do Sul, Bartle Frere, imperialista convicto e plenamente convencido de que a questão sul-africana seria resolvida apenas quando todos os povos que ocupavam a região, sobretudo os Zulus, reconhecessem a soberania britânica. É no âmago deste clima de tensões entre Zulus, britânicos e transvaalenses que eclodem a guerra Anglo-Zulu (1879), a qual resultou no colapso da independência Zulu, e a chamada guerra Anglo-Bôer (ou guerra sul-africana) entre 1880 e 1881, ocasionando a devolução do Transvaal aos bôeres após uma concordata de paz.

Quando Benjamin Disraeli assumiu seu segundo mandato como primeiro ministro em fevereiro de 1874, os debates em torno da expansão ou da consolidação de territórios coloniais, bem como as propostas de confederação para a África do Sul, circulavam entre políticos e intelectuais. Seu antecessor, o liberal William Gladstone, adotara uma política externa baseada num esforço de consolidar os territórios coloniais, ao invés de desmembrá-los ou expandi-los. Paralelamente, a *Royal Colonial Society* foi formada em 1868, atuando primariamente como um espaço de difusão de informações sobre as colônias, e também como um lugar de encontro para políticos e intelectuais interessados nos debates sobre o império. E, no início da década de 1870, tanto no Parlamento quanto em associações civis, ganharam forma as discussões em torno da possibilidade de constituição de uma confederação capaz de aproximar a metrópole de suas colônias. Foi neste mesmo período que Benjamin Disraeli apresentou seu discurso acerca da manutenção do Império, no Crystal Palace, em junho de 1872: nele, o líder do Partido Conservador delineava sua plataforma política, constituída na defesa pela manutenção das instituições, melhoramentos na condição social da população e na

defesa do Império, sobretudo diante das ameaças representadas pelos interesses imperiais da Rússia, que avançava sobre o Cáucaso, e da Prússia, recentemente vitoriosa sobre a França.

Esses eventos, que pareciam minar a supremacia internacional do Império Britânico, levaram Disraeli a estabelecer um vínculo entre a continuidade da grandeza britânica e de seus domínios coloniais, vistos como uma solução para a revitalização do prestígio imperial<sup>10</sup>. Naquele momento, estava claro para Disraeli que a única forma de garantir “uma grande política de consolidação Imperial” seria por meio da concessão de “autogoverno” [*self-government*] para as colônias, por intermédio de “uma tarifa imperial” e por emissários coloniais eleitos para algum “conselho representativo na metrópole”<sup>11</sup>.

Ao longo da administração de Disraeli, a ênfase dos discursos de políticos e intelectuais recaía sobre a necessidade de manutenção do império. Predominava, na tonalidade dos apologistas ao Império Britânico, a necessidade de uma confederação imperial e de representação das colônias no Parlamento, questão amplamente difundida em livros, panfletos, cartas abertas e discursos políticos. Em comum a todos estes posicionamentos estava a demanda pela regulamentação das relações entre a metrópole e suas colônias, a qual partia da crença de que os vínculos existentes até então eram demasiadamente precários e com poucas chances de durabilidade. Os esquemas de confederação eram vistos como soluções para a manutenção dos territórios coloniais, que, para muitos parlamentares da época, forneciam um vasto leque de vantagens, ao exemplo da revitalização da defesa imperial e do comércio, de investimentos financeiros e da emigração, além de revogar tarifas coloniais e gastos excessivos sobre as administrações locais. As propostas apresentadas ao Parlamento Britânico eram múltiplas: desde incluir emissários coloniais em Westminster, centro do governo britânico, constituir um conselho privado, estabelecer um conselho de assistência e criar um parlamento federal supremo. Neste contexto, o conceito de confederação era comumente utilizado em termos vagos, com pouco consenso entre os parlamentares britânicos acerca de sua formação e funções. Contudo, apontam para uma preocupação renovada com as colônias na década de 1870<sup>12</sup>.

A gestão de Disraeli foi perpassada por diversos impasses relacionados à política externa, em específico, o controle sobre o canal de Suez, no Egito, e as crescentes tensões

---

<sup>10</sup> BURGESS, Michael. Imperial Federation: Continuity and Change in British Imperial Ideas, 1869-1871. *The New Zealand Journal of History*, v.17, n.1, 1983, p.76.

<sup>11</sup> DISRAELI, Benjamin. Conservative and Liberal Principles: Speech at Crystal Palace, June 24, 1872. In: KEBBEL, Thomas Edward (org.). *Selected speeches of the late Right Honourable the Earl of Beaconsfield*. Londres: Longmans & Green, 1882, p.530.

<sup>12</sup> ELDRIDGE, C. C. *England's Mission: The Imperial Idea in the Age of Gladstone and Disraeli, 1868-1880*. Londres: Palgrave Macmillan, 1973, pp.128-132.



diplomáticas nos Bálcãs devido à guerra Turco-Russa (1877-1878). Entretanto, os territórios sul-africanos tornaram-se foco das práticas políticas coloniais, sobretudo após a descoberta de diamantes perto da fronteira da colônia do Cabo em 1867, o que levou a disputas internas pelo domínio desses territórios. Naquele mesmo ano, o secretário colonial, Lord Carnarvon, tinha criado com sucesso a confederação do Canadá, e acreditava que o mesmo método poderia solucionar os impasses na África do Sul. Para tanto, Carnarvon propôs a realização de uma conferência composta pelos representantes das várias entidades geopolíticas da região, com a intenção de alavancar seu projeto político, o qual também incluía dividir a Colônia do Cabo em Cabo Oriental e Cabo Ocidental. A recusa dos representantes do Cabo, devido aos custos elevados que a proposta acarretaria, somava-se à oposição bôer, situação que inviabilizou o projeto confederacionista. Carnarvon optou pela alternativa militar, propondo a anexação do Transvaal em setembro de 1876, logo após a derrota dos transvaalenses em uma guerra contra o Reino Bapedi, liderado por Sekhukhune. O secretário colonial decidiu agir nessa direção, e ordenou a Theophilus Shepstone, comissário especial encarregado das relações com os Zulus e funcionário de destaque na Colônia de Natal, para mobilizar tropas de cavalaria e avançar sobre Pretoria, capital transvaalense, em janeiro de 1877. A pouca resistência do governo do Transvaal levou a sua anexação ao Império Britânico, situação que se configurou até o início da década de 1880, quando a guerra anglo-bôer levou à devolução do território aos bôeres.

Após a anexação do Transvaal em 1877, Carnarvon tentou introduzir um decreto de lei no Parlamento Britânico com o afã de preparar o terreno para o estabelecimento de uma confederação sul-africana. Entretanto, seus esforços foram barrados pela própria anexação do território, afinal, os britânicos haviam se isolado politicamente das lideranças transvaalenses, ao exemplo de Paul Kruger, defensor da independência bôer. Ademais, os britânicos haviam herdado os problemas de disputas nas fronteiras do Transvaal com o Reino Zulu, situação que eclodiu em 1879 na guerra Anglo-Zulu. A insistência de Carnarvon no projeto confederacionista inseria-se numa acepção de imperialismo gestada na segunda metade da década de 1870 entre os setores conservadores da política britânica, e melhor ilustrados com sua intervenção nos assuntos diplomáticos dos Bálcãs: a visão de um império centralizado e militarizado, capaz de assegurar o lugar da Inglaterra enquanto potência mundial, garantindo recursos e exércitos para além do controle do Parlamento. Nesse sentido, Disraeli contribuiu para uma nova visão de imperialismo baseado em um império em expansão e militarizado, constituinte da “missão da Inglaterra” enquanto potência mundial<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Ibidem, p.233-241.

Contudo, não havia necessariamente novidades no projeto confederacionista de Carnarvon, afinal, em 1858, o governador da Colônia do Cabo, George Grey, havia proposto ao Gabinete Colonial que todas as colônias e repúblicas bôeres, bem como alguns territórios e protetorados nativos, fossem cingidos em uma confederação, “com governador indicado pela rainha e legisladores eleitos através do voto popular censitário. (...) O Gabinete Colonial, porém, tinha planos distintos para suas colônias sul-africanas, e Grey não obteve o apoio necessário para fortalecer e implementar sua política”<sup>14</sup>. O que mudara, no ínterim, dizia respeito às condições político-sociais nos territórios coloniais decorrentes das descobertas de jazidas de diamante e ouro na segunda metade do século. Este processo levou à industrialização e a um esforço de modernização, bem como o escoamento populacional e levadas migratórias ao interior sul-africano, o que gerou fortes tensões entre ingleses e bôeres. Neste jogo de tensões, enquadravam-se os conflitos com os Bapedi, na região nordeste do território, nas proximidades da Suazilândia, e as guerras contra os Zulus, liderados pelo rei Cetshwayo no final da década de 1870. Na metrópole, estes e outros episódios apoquentavam as discussões em torno da manutenção do Império, e alimentavam os opositores à política de Disraeli e Carnarvon com argumentos que reverberavam em disputas parlamentares, sobretudo entre liberais e conservadores.

A chamada “historiografia liberal-imperialista” consagrou certas interpretações de que a proposta de confederação de Carnarvon partia de um desejo de proteger a população negra da África do Sul, especialmente dos bôeres. Contudo, o texto original do *South African Act* de 1877, tal qual redigido por Carnarvon e por seus conselheiros, era profundamente restritivo e excluía os africanos negros de direitos políticos e de representação na proposta de Assembléia federal. Ademais, uma das objeções do primeiro ministro do Cabo frente ao esquema confederacionista dizia respeito ao seu aspecto retrógrado e contrário ao liberalismo praticado na colônia. Mais recentemente, alguns historiadores (Anthony Atmore, Shula Marks e R. L. Cope) demonstraram que os interesses por trás do projeto eram sobretudo socioeconômicos, intensificados após a descoberta dos diamantes. Além da necessidade de fortalecer a autoridade da elite branca diante de uma maioria populacional negra, o contexto posterior à descoberta das jazidas demandava mão de obra, e, do ponto de vista dos administradores coloniais britânicos, a obrigação de remover os obstáculos representados pelas repúblicas bôeres e pelas chefias e reinos africanos independentes para modernizar os aparatos estatais e alinhá-los ao desenvolvimento econômico capitalista. A colônia de Natal

---

<sup>14</sup> GOMES, op. cit., 2010, p.25.

provavelmente abrigava a maior parte dos apoiadores da confederação, e mesmo assim alguns dos seus dirigentes responderam ao projeto com certa apatia e indiferença<sup>15</sup>.

De acordo com Ngwabi Bhebe, o projeto confederacionista ainda tinha como pilar a intenção de suprir mão de obra para a Griqualândia Ocidental, que concentrava a extração de diamantes e, mesmo após sua anexação às posses britânicas em 1871, continuava sendo contestado pelo Estado Livre de Orange e pelas chefias Griqua que habitavam a região. Quando a metrópole concedeu o status de governo autônomo para a Colônia do Cabo, havia a esperança de que a colônia assumisse o controle sobre o reservatório de mão de obra do Lesoto e da Griqualândia Ocidental, tornando-se o estado mais poderoso da região. A elite dirigente do Cabo manteve controle sobre o Lesoto, mas recusou-se a anexar a Griqualândia devido ao alto número de habitantes bôeres que simpatizavam com a causa republicana. Do ponto de vista de Carnarvon, o modelo de confederação seria o único antídoto para escoar mão de obra à Griqualândia Ocidental, além de resolver os litígios territoriais da região e controlar, de forma mais eficaz, a circulação de armas de fogo entre as populações negras. Somava-se, nesse contexto, a resistência de Langalibalele, rei dos Hlubi, o qual se recusou a declarar ao governo da Colônia de Natal as armas de fogo que seus súditos haviam adquirido. Influenciado por Theophilus Shepstone, Carnarvon compreendia que a criação de uma confederação seria a única solução possível para a “questão sul-africana”<sup>16</sup>.

Enquanto Shepstone ficou responsável pela anexação territorial do Transvaal, o governador geral da Colônia do Cabo, Bartle Frere, foi incumbido com a responsabilidade de executar o esquema confederacionista idealizado por Carnarvon. Frere, que ocupava o cargo de presidente da *Geographical Society*, além de imperialista convicto, apresentava características pessoais, ao exemplo da impulsividade e a impaciência, adequadas às ambições coloniais de Carnarvon. Era reconhecido entre seus contemporâneos por ter persuadido o sultão de Zanzibar a assinar um decreto contrário à escravidão. Após uma longa carreira em cargos coloniais, chegou à Cidade do Cabo no início de 1877 e, desde que se estabelecera no cargo de governador, estava convencido da necessidade de subjugar os reinos africanos que ainda mantinham sua independência, em especial, os Zulus<sup>17</sup>. Desde 1856, após derrotar seu irmão Mbuyazi na batalha de Ndongakusuka, Cetshwayo kaMpande tornara-se o único

---

<sup>15</sup> COPE, R. L. Local Imperatives and Imperial Policy: The Sources of Lord Carnarvon's South African Confederation Policy. *The International Journal of African Historical Studies*, v. 20, n.4, pp. 601-626, 1987; ATMORE, Anthony; MARKS, Shula. The Imperial Factor in South Africa in the Nineteenth Century: Towards a Reassessment. *Journal of Imperial and Commonwealth History*, v. 3, n. 1, pp. 120-127, 1974.

<sup>16</sup> NGWABI, Bhebe. Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 197-198.

<sup>17</sup> SCHREUDER, D. M. *The Scramble for Southern Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p.71.

herdeiro ao trono entre os Zulus. Em seu governo, Cetshwayo tentou consolidar o poder real que havia sido subvertido pelos líderes amaKhosi, bem como revitalizar o sistema iButho, modelo de formação militar profundamente enraizado na organização sociocultural Zulu. Embora as políticas de Cetshwayo seguissem originalmente certa cordialidade diplomática com os britânicos, a anexação do Transvaal, cujo território avançava sobre a Zululândia, tornou as relações muito mais hostis, e as negociações foram infrutíferas, culminando na guerra entre britânicos e Zulus em 1879.

Da perspectiva de Bartle Frere, a subjugação dos africanos implicava “essencialmente a transformação das sociedades africanas em reservatórios de mão de obra para as empresas britânicas e coloniais, e em mercados para os produtos da metrópole, ao passo que o ‘governo autônomo europeu’ garantiria a segurança dos investimentos britânicos”<sup>18</sup>. Dentro desse projeto, todos os reinos e estados africanos independentes (ao exemplo dos Ndebele e dos Shona), seriam eventualmente anexados sob a forma de protetorado ou por meio da conquista militar. O território ocupado pelo Reino Zulu era de interesse vital ao plano, afinal englobava partes da Colônia de Natal e do Transvaal, além de fazer parte dos planos de Theophilus Shepstone, que desde a década de 1850 intencionava fundar um grande reino de africanos negros gestado por uma administração branca, um território capaz de se autofinanciar e simultaneamente uma reserva de mão de obra africana.

Muitos dos posicionamentos de Carnarvon foram expressos em seu artigo *Imperial Administration*, publicado em 1878. No documento, Carnarvon alude a certa polissemia e ineditismo em torno do conceito de “imperialismo”, descrevendo-o como “uma nova palavra (...) que se infiltrou entre nós (...). Eu já ouvi falar de política Imperial, e interesses imperiais, mas (...) em certo sentido, a Constituição Britânica nada sabe de Imperialismo. Seria injusto, contudo, negar que a Constituição Britânica reconhece muito do que compõe um caráter Imperial”<sup>19</sup>. A questão associava-se às discussões em torno da ambiguidade do termo “imperialismo”, fonte de contendas para historiadores, literatos, políticos e jornalistas que, ao longo do século XIX, engajaram-se na consolidação do moderno Império Britânico. O termo comumente abrangia uma vasta gama semântica que incluía, mas não se limitava à, participação estatal no estabelecimento formal de colônias, a um conjunto de posicionamentos ideológicos, demarcados pelo ímpeto militar, por sentimentos vagos de patriotismo e de

---

<sup>18</sup> NGWABI, op. cit., p. 202.

<sup>19</sup> CARNARVON, Lord. *Imperial Administration*. *The Fortnightly Review*, v.24, jul-dez.1878, p.760.

superioridade étnica ou racial<sup>20</sup>. Ademais, a referência ao termo demonstra que, mesmo antes da Conferência de Berlim (1884-1885), a qual formalizou a divisão territorial da África entre as potências europeias, o imperialismo enquanto prática política já ganhara forma, sobretudo desde a emergência do jingoísmo na metade do século, conceito que referenciava a devoção inequívoca ao militarismo britânico e expansão colonial, sentimento que, distinto e similar ao patriotismo, era comumente associado às classes operárias<sup>21</sup>.

Carnarvon, que escrevia em um momento no qual a questão colonial tornava-se constante nos debates parlamentares e nas plataformas políticas, dividia e categorizava as colônias britânicas em quatro categorias principais: a) as “grandes colônias dotadas de autogoverno livre e responsável”, que haviam reduzido as responsabilidades do gabinete colonial ao registro das decisões locais, mas que geravam impasses constitucionais, sobretudo relacionados à política externa; b) “os postos militares”, tais como Gibraltar e Malta, nos quais todo o corpo administrativo era formado por funcionários indicados pelo gabinete colonial; c) os “governos de natureza mista”, ao exemplo da Colônia de Natal, “onde muito trabalho e pouco crédito vão ao trabalho do Governo na metrópole”; d) por fim, as “colônias da Coroa”, tal qual o Ceilão (atual Sri Lanka), que por seu formato exigem dedicação redobrada do gabinete colonial, sobretudo em questões ligadas “às obras públicas, legislação, impostos”. Ao lado das funções administrativas que recaíam sobre o gabinete colonial, Carnarvon ainda destacava a codificação de “sistemas de lei nativa” nos territórios coloniais, funções que eram exercidas em nome do que o secretário e muitos de seus contemporâneos compreendiam como sua função civilizadora, isto é, “gradualmente conduzindo-os [os nativos] na escala do conhecimento humano e da felicidade”. Ao exemplo dos africanos no Cabo, descritos por ele como “tribos selvagens, dos quais ouvimos falar muito ultimamente”<sup>22</sup>, as populações nativas eram vistas pelo colonialista como destituídas de ação e agência, e, dentro desta visão de mundo, requereriam a ação supostamente benevolente do homem branco e de suas instituições para civilizar-se.

Para Carnarvon, só havia um possível antecedente ao Império Britânico, “o grande Império de Roma”, cuja história permitiria fornecer precedentes e exemplos cívicos e políticos para a sua contemporaneidade. Ao perfazer uso político do passado, Carnarvon delineia os desafios enfrentados pelos administradores concernentes à extensão do Império

---

<sup>20</sup> BRANTLINGER, Patrick. *Rule of Darkness: British Literature and Imperialism, 1830-1914*. Nova York: Cornell University Press, 1990, p.x.

<sup>21</sup> BRANTLINGER, Patrick. *Victorian literature and postcolonial studies*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009, p.1-2.

<sup>22</sup> CARNARVON, op. cit., pp.754-755.

Romano, e que incluíam a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, em assimilar os diferentes grupos étnicos que o constituem e a necessidade pela manutenção dos territórios nas fronteiras. O discurso de Carnarvon inseria-se em um contexto mais amplo de interesse pela Antiguidade clássica Greco-romana na segunda metade do século XIX, derivada não apenas da formação da arqueologia moderna e da instituição da história enquanto ciência, mas também de uma percepção de paralelismos entre o Império Romano e o Império Britânico. Segundo Quentin Broughall, “enquanto a supremacia de Roma havia garantido a *pax Romana* sobre o mundo mediterrâneo, o domínio internacional da Inglaterra no século XIX havia criado uma *pax Britannica* similar, celebrada em discursos políticos e na poesia de seu tempo”<sup>23</sup>. Diversos artistas, romancistas, políticos e intelectuais referenciavam o Império Romano, ao exemplo do poema *To Virgil* (1882), de Alfred Lord Tennyson, o qual lamentava o desaparecimento do mundo romano, ou as pinturas acadêmicas de Lawrence Alma-Tadema, retratando a glória e a decadência do Império Romano. Por fim, John Robert Seeley, ao redigir seu influente *The expansion of England* (1883), utilizava o Império Romano como um elemento comparativo para comensurar as conquistas coloniais ao longo do século XIX.

Os usos do passado atuavam tanto no sentido de fornecer um ponto comparativo à expansão dos territórios coloniais britânicos, bem como seu oposto: o medo da decadência e da ruína política, que coexistem em muitas das produções literárias da época. Este senso de decadência relacionada ao Império Britânico apareceu já na década de 1860, quando o poeta e crítico inglês Matthew Arnold publicou *Culture and Anarchy* (1869), no qual expressava certo temor de que a emergência das classes médias e da sociedade industrializada iriam arruinar a cultura, compreendida por ele a partir de uma noção iluminista de polidez e aprendizagem. A “descoberta” da pobreza industrial, o desenvolvimento das teorias degeneracionistas, as crises do liberalismo clássico e as revoltas coloniais levaram a certa sensação de instabilidade relacionada às posses coloniais. Temia-se que, assim como o Império Romano, o Britânico estava fadado à decadência<sup>24</sup>.

A anexação do Transvaal, questão delicada no momento em que Carnarvon redigia seu artigo devido às crescentes insatisfações dos bôeres e a inadimplência do governo recém estabelecido na nova colônia, era justificada com base na “condição crítica de toda a fronteira sul-africana, mas quando adotada, foi executada sem oposição ativa ou a menor desordem”. Na perspectiva do secretário colonial, existiriam, com efeito, dois tipos de imperialismo, um

<sup>23</sup> BROUGHALL, Quentin J. *Assuming the purple: the rehabilitation of ancient Rome in Victorian culture, 1837-1901*. Tese de doutoramento em Clássicos Antigos. Maynooth: Maynooth University, 2015, p.218.

<sup>24</sup> HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.272.



falso e outro verdadeiro. Para ele, o verdadeiro imperialismo não se confundiria com o cesarismo ou com o despotismo associado à “monarquia bastarda surgida no lamaçal da corrupção política e financeira”, em referência ao Segundo Império Francês; tampouco seria “o mero amontoado de territórios e a multiplicação de súditos”. A ideia residiria em certa concepção positivada do imperialismo, compreendendo-o como uma força justa e benevolente capaz de evocar qualidades morais em seus articulistas, “a firmeza de propósito, a simplicidade de caráter, a verdade, e a predileção por aquilo que é sólido e substancial”. A retórica adotada por Carnarvon estava alinhavada à perspectiva de muitos políticos do Partido Conservador na metade da década de 1870, isto é, a crença de que a intervenção estatal seria aceitável quando o objetivo era encorajar a responsabilidade individual<sup>25</sup>. O imperialismo seria uma força aglutinadora, capaz de “atribuir no conjunto daquela grandiosa massa que eu descrevi, uma unidade em comum; para encontrar para ela aquele princípio unificador e revigorador que é o mais próximo do espírito de patriotismo que se procura em um indivíduo”<sup>26</sup>. A ideia imperial em Carnarvon aparecia como um apelo ao que considerava como dever ou fardo da metrópole para desenvolver a autonomia em territórios coloniais, misturado a certo senso de *Machtpolitik*, quando essas medidas não fossem possíveis por vias parlamentares, tal qual ilustrado pela anexação do Transvaal.

Carnarvon não estava sozinho nas discussões em torno da noção de imperialismo, termo que foi alvo de extensas discussões políticas e intelectuais ao longo do último quartel do século XIX. Talvez um dos autores mais referenciados, em especial por ter inspirado as concepções marxistas de imperialismo, foi John A. Hobson, que em 1902 publicou um artigo polêmico intitulado *Imperialism*, no qual argumentava que “a principal raiz econômica do Império Britânico era a ganância pura e simples”<sup>27</sup>. Na sua perspectiva, os capitalistas ingleses precisavam encontrar uma via de escoamento para o capital, resultante da pobreza crônica e do subconsumo na metrópole. O imperialismo seria, portanto, resultante dos esforços de financistas e industrialista, que promoveram os sentimentos nacionalistas para criar um império ultramarino que garantisse a manutenção de suas riquezas. No caso sul-africano, estas questões assumiram uma dimensão pragmática com a incorporação do território transvaalense em 1877, o qual parecia assinalar um fôlego reanimado de expansão territorial interconectado aos interesses pelo controle das áreas de mineração.

---

<sup>25</sup> JENKINS, T. A. *Disraeli and Victorian Conservatism*. Londres: Macmillan, 1996, p.112.

<sup>26</sup> CARNARVON, op. cit., pp.762-763.

<sup>27</sup> HERMAN, op. cit., p.279.

A anexação do Transvaal ainda torna-se evocativa das relações políticas entre as forças coloniais e o reino Zulu, sobretudo no momento de nomeação de Theophilus Shepstone para o cargo de Secretário de Assuntos Nativos. Em outubro de 1872, Shepstone participou de uma das cerimônias de coroação de Cetshwayo, para o qual, a aproximação com o governo de Natal “representava uma busca de reforço junto às disputas de terras com a República Sul-Africana, em particular a região do rio Ncome”<sup>28</sup>. Como muitos dos seus contemporâneos em Natal, Shepstone acreditava que a expansão territorial dos domínios britânicos seria capaz de garantir o controle da mão de obra africana, ameaçado pelos centros de poder africanos independentes, por colônias rivais e pelas repúblicas bôeres. A anexação do Transvaal só fez crescer as expectativas de domínio sobre os territórios Zulus, e após 1876, Cetshwayo passou ser associado ao despotismo militar e visto como um risco ao Transvaal. Com o ultimato apresentado por Bartle Frere em dezembro de 1878, indicando a Cetshwayo que dissolvesse o sistema militar Zulu em curto prazo, as ofensivas militares tiveram início no ano seguinte.

O desfecho da segunda gestão de Benjamin Disraeli foi marcada, por um lado, por novas concepções e práticas associadas ao colonialismo, mas, por outro lado, por ânimos apoquentados diante da questão Zulu e das relações políticas com os bôeres. A demissão de Carnarvon do posto de secretário colonial foi seguida pela nomeação de Michael Hicks-Beach, que não compartilhava dos mesmos ideais confederacionistas e herdava, da administração anterior, o clima tenso no Transvaal e no Reino Zulu. Tome-se, a título de exemplo, as minutas da reunião parlamentar de 27 de maio de 1879, no qual Hicks-Beach era questionado a respeito das táticas militares dos Zulus, a “queima de campos em nosso país, de modo a tornar os avanços da cavalaria impossíveis”<sup>29</sup>, e diversas indagações a respeito de gastos retirados dos “fundos Imperiais para o Transvaal, o Transkei, e outras despesas na África do Sul até o final do ano financeiro”<sup>30</sup>. Contudo, a despeito da prisão de Cetshwayo no segundo semestre de 1879, e da divisão de seu território em treze áreas entregues a chefes supervisionados por um residente britânico, a opinião pública na metrópole parece ter sido afetada pela campanha da oposição, liderada por William Gladstone, cuja plataforma política sustentava-se na crítica à política colonial disraeliana.

---

<sup>28</sup> SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza* (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX). Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2017, p.203.

<sup>29</sup> SOUTH AFRICA – The Zulu War – The Transvaal – Question. Relatório do House of Commons, 27 de maio de 1879, v.246, cc.1363-4.

<sup>30</sup> SOUTH AFRICA – The Zulu War – The Expenditure – Questions. Relatório do House of Commons, 02 de maio de 1879, v.246, cc.1363-4.

## 2.2 – ZULUS, BRITÂNICOS E BÔERES: A FASE GLADSTONE E A POLÍTICA COLONIAL (1880-1885)

A incorporação do Transvaal às posses britânicas integrava as ambições políticas de uma Confederação Sul-Africana e, como resultado, tornou crescentes as expectativas de que os domínios coloniais se estendessem aos territórios de Cetshwayo. Ao final de 1878, o Transvaal era assolado por instabilidades políticas e econômicas, e Cetshwayo compreendeu que as táticas de aproximação diplomáticas, iniciadas no começo daquela década, estavam ruindo. O ultimato enviado por Bartle Frere, exigindo a dissolução da organização militar Zulu, a entrega de homens procurados pelas autoridades das colônias e o pagamento de multas equivalentes a seiscentas cabeças de gado levaram a tensões acirradas e à eclosão da guerra entre britânicos e Zulus no ano seguinte. A expectativa de Frere era de que os conflitos seriam breves e marcados pela vitória britânica, por meio de um plano militar de invasão em cinco frentes que marchavam rumo a Ulundi, o principal *kraal* de Cetshwayo. As restrições financeiras do comissariado de guerra reduziram o plano para três colunas: uma partiu para os territórios próximos ao rio Tugela, a segunda para as margens do rio Mfolozi e a terceira atravessando o rio Búfalo até a região de Isandhlwana.

A batalha de Isandhlwana, em janeiro de 1879, durou poucas horas e, segundo Gabriela Aparecida dos Santos, era possível “que as insígnias guerreiras pedidas por Bikwayo”, um dos *induna* de Cetshwayo encarregado de negociar a aquisição de suprimentos junto a Mzila, rei dos Shangane, compostas por “peles de macaco azul [usadas em tiras ao lado do rosto], de geneta [para os cintos] e de leopardo e lontra [para a confecção da fita que era posta no entorno da cabeça] – se agitassem com a explosão da pólvora, cápsulas e chumbo”<sup>31</sup>. Estes símbolos do poder militar Zulu inscreviam-se em um campo de alianças políticas e forças em interação, remetendo às experiências compartilhadas culturalmente em torno do uso de armas de fogo pelo menos desde a época de Shaka, na década de 1820. A aquisição de armas de fogo por parte dos Zulus intensificara-se desde os anos de 1860, devido a fatores econômicos e avanços tecnológicos na produção de armamento na Europa, e estava associada à movimentação dos africanos pelo extremo sul do continente. Isso porque inúmeros africanos adquiriam armas e munição por compra ou em troca de trabalho nas minas de ouro e diamante, de modo que “a posse de armas redimensionava a própria força em meio ao frágil equilíbrio de poderes regionais, constantemente tensionado pelo avanço colonial”<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> SANTOS, op. cit., p.206.

<sup>32</sup> Ibidem, p.210.

Havia, portanto, uma relação intrínseca entre os deslocamentos migratórios, as respostas dos africanos às demandas e trabalho e a aquisição de armas de fogo a partir de relações de conflito e alianças interétnicas, mesmo que tais armamentos tivessem um papel secundário no manejo da *assegai* (azagaia)<sup>33</sup>.

A historiografia colonial produzida no final do século XIX e início do século XX categorizou o processo de formação do Reino Zulu na década de 1820 como *mfecane*, termo utilizado para descrever um período de violências extremas e genocídios que partiam do centro de poder Zulu e de seu monarca, Shaka kaSenzangakhona. Estes relatos do passado, fortemente embasados em pressupostos raciais, culpabilizavam os Zulus por romper um equilíbrio político anterior e causar numerosas levas de migrações forçadas entre os africanos. O esvaziamento territorial supostamente causado pelo avanço Zulu justificaria a ocupação destas áreas pelos colonos europeus. Contudo, desde a década de 1970, a historiografia tem questionado estas representações da *mfecane* como “parte de um discurso racista, estruturado pelos historiadores coloniais de modo a absolver o capitalismo das responsabilidades pelas violentas convulsões sociais no sudeste da África oriental na primeira metade do século XIX”<sup>34</sup>. Essas pesquisas têm demonstrado que, nas primeiras décadas do século, muitos grupos africanos recorreram a centros maiores de poder para sua própria defesa, em um momento no qual a demanda pelo controle e escravização da mão de obra africana estimulava a invasão e a conquista colonial. Como resultado, quatro principais centros de poder defensivo emergiram na época: os Bapedi, liderados por Sekwati, no vale Steelpoort; os Ngwane (Swazi), liderados por Sobhuza, na região oriental do Transvaal; os Bamokoteli (Basoto), liderados por Moshoeshe na região da Basutolândia; e os Zulus, liderados por Shaka, e responsáveis pela assimilação de diversos grupos: Chunu, Mthethwa, Qwabe, Mkhize, Cele, entre outros. O período em questão foi marcado por mudanças nas relações políticas e sociais nos reinos africanos, pelo crescimento da autoridade dos chefes e pela formação dos *amabutho*, regimentos masculinos responsabilizados pela defesa do território.

A despeito disso, os observadores europeus do século XIX construíram narrativas em torno do Reino Zulu e do *mfecane* que enfatizavam Shaka e seus guerreiros como forças violentas e incontroláveis, mesmo que admiráveis em sua organização militar. Os primeiros relatos a estabelecerem essa imagem da África do Sul partiram de missionários e viajantes nas primeiras décadas do século, os quais, muito possivelmente coletando informações

---

<sup>33</sup> DELIUS, Peter. Migrant labour and the Pedi before 1869. *Collected Seminar Papers on the Societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1977, pp.41-47.

<sup>34</sup> SANTOS, op. cit., p.25.

transmitidas oralmente por africanos conquistados pelos Zulus ou inimigos políticos do rei, impuseram filtros de observação que destacavam a crueldade de Shaka e de seus exércitos. Tome-se, a título de exemplo, o relato do engenheiro Cowper Rose, *Four Years in Southern Africa*, publicado em Londres em 1829, o qual apresenta “Chaka” como o “incansável Alexandre do Sudoeste africano (...), chefe de uma pequena tribo de guerreiros nas proximidades de Delagoa Bay, chamados Zoolas”. O viajante atribui aos exércitos Zulus a “conquista de todas as pequenas tribos em volta, e seu nome é pronunciado em terror até nas mais distantes partes da Kafirlândia; pois se sabe que ele ameaçou destruir tudo que há entre ele e a fronteira da colônia”<sup>35</sup>. Por volta do mesmo período, o colono George Thompson publicava *Travels and Adventures in Southern Africa*, onde alertava seus leitores a respeito do “progresso destrutivo dos Zoolas comandados pelo rei Chaka”, responsável por ter “conquistado ou extirpado todas as tribos nativas de Delagoa Bay até Hambona; e estabeleceu um reino bárbaro de ampla extensão, governado em um sistema de despotismo militar”<sup>36</sup>. Com maiores ou menores variações, estas representações dos Zulus como bárbaros foram retomadas com ênfase no final da década de 1870, justamente no período em que Cetshwayo tornava-se um risco para as empreitadas coloniais.

Ademais, a vitória em Isandhlwana torna-se representativa de algumas questões centrais no que diz respeito à organização social e política dos Zulus em tempos coloniais. A aquisição cumulativa de armas de fogo estava relacionada ao trabalho migrante a partir das décadas de 1860 e 1870, sobretudo com a descoberta dos campos diamantíferos em Kimberley. Estima-se que, por volta desta época, cerca de 50 mil africanos foram empregados naquela região, atraídos pela possibilidade de trabalho temporário por períodos de seis meses e pelo pagamento em armas e munições. Parte expressiva deste contingente de mão de obra africana vinha de sociedades independentes, e as autoridades dos chefes dos regimentos ou de outras formas de organizações de jovens desempenhavam um papel importante na mobilização de grandes grupos de migrantes. Além disso, as estruturas internas destas sociedades africanas e a divisão do trabalho baseada em questões de gênero demarcaram a predominância de jovens africanos nos campos de trabalho, e um baixo envolvimento de mulheres nas migrações internas<sup>37</sup>. Não obstante, as trocas e alianças entre Cetshwayo e Mzila evidenciam uma “transmissão recíproca de signos historicamente codificados – insígnias guerreiras, armas de fogo e chefes de regimento”, a qual “ressignificava as antigas

<sup>35</sup> ROSE, Cowper. *Four Years in Southern Africa*. Londres: Colburn & Bentley, 1829, p.64.

<sup>36</sup> THOMPSON, George. *Travels and Adventures in Southern Africa*. Londres: Colburn, 1827, pp.353-355.

<sup>37</sup> DELIUS, Peter. The History of Migrant Labor in South Africa (1800-2014). SPEAR, Thomas; ACHEBE, Nwando (orgs.). *Oxford Research Encyclopedia of African History*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

intersecções de processos vividos entre os rios Mzimkhulu e Phongolo”, ao exemplo dos Zulus e Shangane, “atribuindo-lhes dimensões adicionais em novas conjunturas”<sup>38</sup>.

Nos meses após a batalha de Isandhlwana, o governo britânico reuniu tropas e encarregou Garnet Wolseley com a autoridade necessária para combater as forças de Cetshwayo. Assim, com a derrota de Cetshwayo em julho de 1879 e sua posterior captura, a região do Reino Zulu foi dividida em treze pequenos reinos, todos em conflito uns contra os outros, e designados a lideranças tuteladas pelo governo colonial. Esse modelo de fragmentação territorial e designação de lideranças tradicionais evidencia um dos aspectos insidiosos do colonialismo: afinal, como destacou Mahmood Mamdani, trata-se do momento em que as autoridades tradicionais passam a ser mobilizadas como instrumentos das potências europeias para manter seu controle político na região. Nessa lógica, as chefias tradicionais são incorporadas na base das estruturas de gestão colonial, atuando como intermediárias entre as populações nativas e a administração das colônias<sup>39</sup>.

Os Usutho, isto é, os seguidores leais a Cetshwayo foram privados de suas terras e gados, e diversas das novas províncias criadas foram distribuídas entre nativos aliados dos britânicos, ao exemplo de Uhamu, o meio-irmão do rei, responsável pelo território de Qulusi, e o chefe Hlubi, ao qual foi atribuído o distrito de Nqutu<sup>40</sup>. O desfecho da guerra Anglo-Zulu e a deposição de Cetshwayo intensificaram os conflitos internos entre as lideranças Zulus, sobretudo entre 1883 e 1884, na região dos rios Msebe e Sand. A resolução da campanha contra os Zulus foi seguida por outra, voltada à destituição simbólica de Cetshwayo, por meio da ênfase na tirania como justificativa para a invasão britânica em seu território. Com a dissolução do Reino Zulu no final da década de 1870, o gabinete colonial britânico agora enfrentava outros problemas graves nos territórios sul-africanos. Isto porque, naquele período, era crescente a insatisfação dos bôeres transvaalenses com a anexação e, liderados pelo político Paul Kruger, iniciaram um movimento de resistência armada que eclodiu na guerra sul-africana de 1880-1881.

Naquelas décadas, o nacionalismo *afrikaner* começava a ganhar força cultural e política, integrado por remanescentes das dispersas comunidades bôeres que, liderados por setores da política e da intelectualidade, visavam produzir um sistema de figurações culturais capaz de resistir à crescente influência britânica na região. A formação do nacionalismo *afrikaner* estava interligada à valorização de elementos culturais e linguísticos e, sobretudo

---

<sup>38</sup> SANTOS, op. cit., 2010, p.210.

<sup>39</sup> MAMDANI, op. cit., 1996.

<sup>40</sup> SCHREUDER, op. cit., 1980, p.77.



após a reconquista da independência do Transvaal na guerra de 1880-1881, à emergência de um sentimento de “missão nacional” entre os colonos bôeres. Embora incapazes de traduzir estes ideais em um movimento político coerente, Mark Suzman enfatiza a publicação de manuais de gramática, a criação de periódicos em *afrikaans*, ao exemplo do *Die Patriot* (1876), e de associações culturais como espaços de expressão deste proto-nacionalismo *afrikaner*<sup>41</sup>. Além disso, o movimento estava destituído originalmente de um objetivo histórico e político definido, e carecia de uma linguagem unificada, falando um misto de holandês e dialetos locais, em especial o Nguni e o Khoisan<sup>42</sup>. Sua singularidade parecia estar fortemente centrada na religiosidade, considerando-se como o povo em busca da “terra prometida”; posteriormente, assumiu um forte caráter excludente com base étnico-racial, visando distanciar-se do elemento negro ou britânico.

A emergência do *afrikaner* enquanto um sistema de identificação política e cultural relaciona-se a um contexto de acirramento das hostilidades entre bôeres e britânicos que se seguiu à anexação do Transvaal no final da década de 1870, espalhando-se pelo território adentro e revitalizando antigos ressentimentos atribuídos ao início do século, sobretudo com a expansão da esfera política britânica na região. No Estado Livre de Orange, por exemplo, muitos bôeres cultivavam forte ressentimento com as vias pelas quais os britânicos haviam anexado a Basutolândia em 1868, em resposta aos apelos de Moshoeshoe, rei dos Sothos. A indignação entre os bôeres tornara-se ainda mais intensa após a anexação dos campos de diamantes na Griqualândia, integrada à Colônia do Cabo em 1871. Tal processo anexacionista deixou o Estado Livre de Orange cercado por territórios britânicos, circunstância que representava um risco para sua independência. Entretanto, foi no Cabo que a esfera de influência política do regime colonial deu um impulso significativo para o movimento *afrikaner*, liderado por intelectuais que sentiam-se prejudicados pela presença britânica, sobretudo pela obrigatoriedade do uso do inglês enquanto língua oficial da colônia. Em 1875, Stephanus du Toit, um clérigo da Igreja Holandesa Reformada, ao lado de outros intelectuais, fundou uma sociedade denominada *Die Genootskap Van Regte Afrikaners* (Irmandade dos Verdadeiros *Afrikaners*), dedicada à valorização do uso do *afrikaans*, associação considerada como uma das bases fundacionais do movimento nacionalista<sup>43</sup>.

Paralelamente à emergência do movimento *afrikaner* e das insatisfações bôeres, o cenário da política colonial britânica parecia prestes a mudar no início da década de 1880.

---

<sup>41</sup> SUZMAN, Mark. *Ethnic Nationalism and State Power: the rise of Irish Nationalism, Afrikaner Nationalism and Zionism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1999, p.31-32.

<sup>42</sup> MCCLINTOCK, op. cit., pp.541-542.

<sup>43</sup> MEREDITH, Martin. *O destino da África*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

Durante a campanha pelas eleições parlamentares, o liberal William Gladstone atacou veementemente as políticas coloniais adotadas na África do Sul e, de modo específico, a anexação do Transvaal. Em novembro de 1879, durante seus discursos em Midlothian, na Escócia, Gladstone criticou a política externa adotada por Disraeli e pelos Conservadores, ao sugerir que apenas a força do descontentamento popular seria capaz de derrubar um sistema corrupto de governo. Para Gladstone, parte significativa das empreitadas coloniais era financeiramente excessiva e politicamente desnecessária, resultando na aniquilação de reinos nativos, ao exemplo dos Zulus, e a morte de mulheres e crianças na guerra Anglo-Afegã entre 1878 e 1880. Gladstone contrastava essa culpabilidade moral com outros deveres e direitos que deveriam estruturar a política britânica, sobretudo evitar envolvimento desnecessários com a política externa em favor do “amor pela liberdade”, a qual teria gerado a autoridade moral do Império Britânico diante da opinião internacional<sup>44</sup>. Enquanto Disraeli enfatizava um império baseado em atividades comerciais e defensivas, amparado por uma unidade militar centralizada, Gladstone defendia a continuidade de relações livres entre colônias autônomas, idealizando um império unificado por laços de afeição e cordialidade<sup>45</sup>.

Na campanha de Midlothian, Gladstone atacou de forma direta as ações políticas firmadas no gabinete colonial de Carnarvon e Disraeli, caracterizando a anexação do Transvaal como um ato de irresponsabilidade, pois “fomos insensatíssimos, ousar dizer até insanos, em nos colocar nesta estranha condição de súditos livres de um monarca que vai coagir súditos livres de uma república e obrigá-los a aceitar uma cidadania que eles declinam e recusam”<sup>46</sup>. A política colonial adotada por Gladstone durante seu ministério, e o desfecho da guerra Anglo-Bôer por meio da devolução do Transvaal aos bôeres, evidenciava o idealismo liberal adotado no lido com os territórios coloniais. A reconciliação adotada no período visava minimizar os gastos do gabinete colonial com a manutenção destes territórios, de modo que os custos da expansão ficassem a cargo da Colônia do Cabo, caso houvesse o interesse ou oportunidade. Para os bôeres transvaalenses, a retórica adotada por Gladstone durante sua campanha eleitoral parecia sinalizar um futuro de independência ao seu país. Contudo, após ser eleito ao cargo de primeiro-ministro em 1880, Gladstone informou ao governo do Transvaal a continuidade de seu *status* enquanto colônia, mesmo que baseado em um modelo de autogoverno sob a soberania britânica; na prática as propostas não foram capazes de satisfazer o lado bôer da questão.

---

<sup>44</sup> HAWKINS, Angus. *Victorian Political Culture: Habits of Heart and Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2015, p.300.

<sup>45</sup> ELDRIDGE, op. cit., 1996, pp.4-6.

<sup>46</sup> WESSELING, op. cit., p.302.

Ao final de 1880, Paul Kruger e seus partidários bôeres iniciaram uma rebelião armada contra a presença britânica no Transvaal, imediatamente declarando sua independência. Além de derrotar as forças britânicas em Laing's Nek e Majuba Hill, os bôeres sitiaram diversas cidades e guarnições coloniais, sobretudo em Pretoria, Potchefstroom e Lydenburg. A vitória bôer em Majuba Hill passou a ser vista, desde então, como um símbolo de humilhação britânica, e parte dos mitos fundacionais do movimento *afrikaner*. Além do apoio do Estado Livre de Orange, os bôeres transvaalenses receberam entusiasmo dos Países Baixos, apesar de terem sido considerados, durante muito tempo, como uma raça degenerada devido à permanência excessiva em território africano. Segundo Vincent Kuitenbrouwer, um dos principais expoentes do apoio aos bôeres foi o biólogo holandês Pieter Harting, que, em uma carta aberta publicada em dezembro de 1880, convocava a Inglaterra, e seu senso de liberdade, a conceder a independência ao Transvaal. A utopia colonial de uma *Nieuw Holland* (Nova Holanda) era gestada entre alguns dos apoiadores, que viam no Transvaal uma possibilidade de refúgio da população holandesa em caso de invasão germânica<sup>47</sup>. Também na Colônia do Cabo, os representantes do movimento *afrikaner*, em especial Jan Hendrik Hofmeyr, posicionaram-se favoráveis à independência do Transvaal pela concessão de um governo autônomo, mesmo que parte da confederação sul-africana.

Diante dos riscos em logo prazo, o ministério de Gladstone optou por negociações diplomáticas que resultaram na Convenção de Pretoria, assinada em abril de 1881, na qual a Inglaterra reconhecia a independência do Transvaal, proibia a sua expansão e manteria um residente britânico em Pretoria, para assinalar a suserania do território. A opção pelo regime de suserania sustentava-se na premissa de que era dever do gabinete colonial proteger a população nativa na região dos abusos bôeres, sobretudo do uso de trabalho servil. Desde a abolição da escravidão nos territórios coloniais britânicos em 1833, os bôeres eram comumente associados à escravização da mão de obra africana, e diversos panfletos e *blue books* foram emitidos em tom de denúncia. Tome-se, a exemplo, o panfleto *The Dutch Boers and Slavery*, publicado em 1869, o qual alertava seus leitores ao fato de que “os bôeres enviam suas milícias para matar os homens *kaffirs*, e para escravizar as mulheres e crianças sobreviventes”, somado à percepção de que “estão erigindo esta instituição da escravidão”<sup>48</sup> em direta contravenção aos tratados que a aboliam. Porém, embora as práticas escravocratas fossem associadas aos bôeres, torna-se importante lembrar que, mesmo nas colônias

<sup>47</sup> KUITENBROUWER, Vincent. *War of Words: Dutch Pro-Boer Propaganda and the South African War*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012, p.40-41.

<sup>48</sup> CHESSON, F. W. *The Dutch Boers and Slavery in the Trans-vaal Republic*. Londres: Tweedie, 1869, p.i.

britânicas, associadas a certo liberalismo, diversas medidas foram criadas nas últimas décadas do século XIX para cercear os direitos civis e políticos dos africanos, ao exemplo do *Glen Grey Act* na Colônia do Cabo, que restringia a posse de terras individuais pelos nativos, bem como da imposição do registro racial nos títulos eleitorais a partir de 1893.

Insatisfeito com a cláusula, Kruger, eleito presidente do Transvaal em abril de 1883, viajou para Londres com o objetivo de negociar a independência. Com a Convenção de Londres, assinada em fevereiro do ano seguinte, eliminava-se a suserania e, em troca, o governo britânico anexaria dois pequenos estados bôeres, Stellaland e Goschen, localizadas a oeste do Transvaal, na região da Bechuanalândia. A incorporação destes dois microestados integrava as premissas coloniais desenvolvidas no período gladstoniano, a saber, que a expansão dos territórios ficaria a cargo das próprias colônias, de modo que a única possibilidade de ampliação da Colônia do Cabo seria rumo ao norte. Como resultado, em maio de 1884, o gabinete colonial firmou diversos tratados com os chefes locais ao sul de Bechuanalândia, garantindo assim o status de protetorado britânico para aquela região. O primeiro vice-comissário designado para a Bechuanalândia foi o missionário John Mackenzie, que em questão de poucos meses foi substituído pelo “magnata da mineração”, Cecil Rhodes, o qual representava uma força política em ascensão no cenário sul-africano, e que garantiu a anexação da região. Poucos anos depois, ao final da década de 1880, Rhodes formou a *British South Africa Company*, uma companhia de mineração constituída a partir das ambições de seus articulistas em estender a influência britânica do Cabo ao Cairo<sup>49</sup>.

Para muitos dos seus observadores contemporâneos, críticos ou favoráveis, Rhodes personificava as atitudes e valores associados ao colonialismo no seu modelo mais voraz. Filho de um vigário do interior da Inglaterra, partiu para a África do Sul na juventude, e logo inseriu-se no lucrativo ramo da mineração de diamantes em Kimberley. Em 1888, Rhodes formou a *De Beers*, uma companhia particular especializada na extração de diamantes e, poucos anos depois, adentrou no campo da política, eleito ao Parlamento do Cabo e, em 1890, ao posto de Primeiro Ministro daquela colônia. Logo após assumir o cargo, Rhodes forneceu seu apoio ao chamado *Strop Bill* (oficialmente conhecida como *Masters and Servants Act* de 1891), o qual permitia o livre açoite de nativos africanos pelos magistrados rurais, quando os fazendeiros se queixassem de desobediência por parte dos seus trabalhadores negros. A emenda constitucional causou grandes furores entre políticos e intelectuais na Colônia do Cabo, especialmente porque o projeto de lei não especificava que tipos de ofensas seriam

---

<sup>49</sup> SCHREUDER, op. cit., 1980, p.169-172.

passíveis de punição, e também porque a proposta não excluía castigos corporais em crianças<sup>50</sup>. Por fim, a lei não foi aprovada, mas demarcou um elemento que frequentemente era associado à trajetória política e profissional de Cecil Rhodes: a violência arbitrária contra os africanos negros.

Descrito no período como um empreendedor implacável e até mesmo cruel, munido de um exército de tropas particulares, Rhodes não hesitou em utilizar suas fortunas oriundas da exploração de ouro e diamantes para expandir as posses do Império Britânico. Por meio de concessões e tratados, a *British South Africa Company* expandiu suas posses rumo a uma vasta região entre o Rio Limpopo e o Lago Tanganyika, posteriormente designada de Rodésia. Em 1888, os interesses geopolíticos de Rhodes sobre a Matabelelândia entraram em conflito com os da *Austral Africa Exploration Company*, representada por John Fellowes Wallop e Alfred W. Haggard – irmão de um desses autores de literatura aventureira que proliferavam no mercado editorial britânico, tal H. Rider Haggard. A questão foi resolvida por meio de ações financeiras concedidas a Wallop e Alfred Haggard, e a posse da Matabelelândia foi resolvida com um acordo com Lobengula, rei dos Ndebele, o qual posteriormente questionaria a validade da concessão territorial<sup>51</sup>.

Entre as décadas de 1870 e 1890, Lobengula exerceu uma estratégia diplomática favorável aos interesses da nação Ndebele. Além de regulamentar a imigração, Lobengula informara aos estrangeiros que não tinha a intenção de abrir o país para a caça ou para a exploração de minérios. Segundo David Chanaíwa, sua estratégia “consistia em procurar uma aliança militar e o estatuto de protetorado junto do governo britânico, a fim de se opor aos alemães, portugueses e aos *afrikaners*”<sup>52</sup>. Essa resistência diplomática perdurou até 1888, quando Cecil Rhodes passou a apoiar os esforços do missionário John Smith Moffat, o qual, após fracassar no processo de conversão dos Ndebele, passou a advogar o esfacelamento daquela nação. Assim, Moffat “aconselhou” Lobengula a aliar-se aos britânicos e a assinar um acordo que, na prática, submetia-o à autoridade dos administradores coloniais na África do Sul. Miríades de concessionários e companhias britânicas recorreram a Lobengula, reclamando direitos territoriais sobre a Matabelelândia e a Mashonalândia. Nesse ponto,

---

<sup>50</sup> MEREDITH, Martin. *Diamond's, Gold and War: the British, the Boers and the Making of South Africa*. Nova York: Public Affairs, 2007, p. 261.

<sup>51</sup> ROTBERG, Robert. *The Founder: Cecil Rhodes and the Pursuit of Power*. Oxford: Oxford University Press, 1988, pp.268-270; JONES, Arthur Keppel. *Rhodes and Rhodesia: The White Conquest of Zimbabwe (1884-1902)*. Kingston: McGill-Queen's University Press, 1983, pp. 112-113.

<sup>52</sup> CHANAIWA, David. Iniciativas e resistências africanas na África meridional. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 229.

Rhodes firmou um acordo com Lobengula que expulsaria os outros concessionários britânicos, e submeteria a Mashonalândia aos auspícios da sua *Company*.

Não demorou muito para Lobengula ser informado do fato de que o acordo havia colocado os Ndebele em desvantagem, que as suas reivindicações não haviam sido incluídas no texto do contrato e, apesar de enviar emissários para recorrer junto à Rainha Vitória, o tratado não foi anulado. Sob muitos aspectos, a guerra Anglo-Ndebele de 1893 era similar aos conflitos entre britânicos e Zulus em 1879. Assim como Cetshwayo, Lobengula tentou impedir a guerra por vias diplomáticas, em vão, já que não contava com apoio entre brancos e entre outras chefias e reinos africanos. Assim, no momento de invasão das tropas de Rhodes, Lobengula preferiu evacuar a Mashonalândia e realocar seus exércitos e súditos na Rodésia do Norte. Lobengula faleceu no trajeto, e a nação Ndebele, sem sua principal liderança, aos poucos se desfez e alguns dos seus comandantes renderam-se às forças britânicas. Além do confisco de 280 mil cabeças de gado pela companhia de Rhodes, o governo britânico promulgou um decreto que autorizava a *Company* a estabelecer impostos e criar um departamento de assuntos nativos para controlar toda a região da Rodésia do Sul.

É preciso lembrar também que, ao lado da presença britânica na região, outra força política ganhava espaço nas dinâmicas territoriais ao sul da África: o colonialismo alemão. Pelo menos desde a primeira metade do século, os missionários germânicos já haviam se estabelecido entre os hereros na atual Namíbia, porém, foi apenas na década de 1880 que diversos comerciantes e colonos alemães, ao exemplo de Franz Adolf Eduard Lüderitz, iniciaram a aquisição formal de territórios na região de Angra Pequena, região portuária da Namíbia, então designada Lüderitz-land. Foi nesse contexto que surgiram entidades privadas ligadas ao colonialismo alemão, ao exemplo da *Kolonialverein* (1882) e a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation* (1884), ganharam relevância no cenário político. Inspiradas no modelo inglês, estas companhias, que logo seriam fundidas na defesa pela expansão mundial das populações germânicas, postulavam “tanto o imperialismo direto como o indireto, a expansão colonial para África, América Latina e Ásia”<sup>53</sup>, o que desencadeou na aquisição da África do Sudoeste e do Togo. As anexações alemãs na África forneceram dilemas para o gabinete colonial britânico, que temia que os avanços do governo germânico na África entrassem em conflito com a expansão da Colônia do Cabo. Como resultado, os governos britânico e alemão

---

<sup>53</sup> BREPOHL, Marion. *Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo (1880-1945)*. Uberlândia: EDUFU, 2010, p.55.



entraram em acordo, e em 1884 a Alemanha anexou Angra Pequena e toda a área costeira entre a Colônia do Cabo e a Angola Portuguesa<sup>54</sup>.

Em suma, o período marcado pelo ministério de Gladstone no início da década de 1880 foi caracterizado, pelo menos no âmbito da política parlamentar, por uma atitude de manutenção dos territórios coloniais, e não necessariamente em sua expansão, alicerçado pela proposta de reestruturação da economia na metrópole e pelo mínimo intervencionismo e responsabilidade externa. Enquanto que a concepção disraeliana de imperialismo enfatizava um modelo de potência militar ancorado no fortalecimento das atividades comerciais, os primeiros anos daquela década foram perpassados por uma ênfase no “império de assentamento”<sup>55</sup>, em um senso de obrigação moral com as chamadas “raças inferiores” e de missão imperial. De toda a forma, o período foi marcado por transformações significativas nas políticas coloniais, que oscilavam entre uma atitude de manutenção das posses coloniais e uma perspectiva expansionista. Não há dúvidas de que estas mudanças foram decorrentes de um clima de rivalidades internacionais entre as potências europeias pela “partilha da África”, justificadas, na época, pela crença na integração das chamadas “raças inferiores” na “marcha” pelo progresso. Contudo, na esteira das revisões propostas pela historiografia contemporânea, destaca-se que os interesses econômicos, exemplificados pelas descobertas das minas de diamante e ouro, também foram forças motrizes nas transformações sociopolíticas no extremo sul da África, provocando reorganizações de ordem geopolítica, na demanda por terras ou nas formas de distribuição e controle da mão de obra nativa<sup>56</sup>.

### 2.3 – NARRAR O PASSADO: POLÍTICAS DA HISTORIOGRAFIA COLONIAL SUL-AFRICANA

Nas últimas décadas do século XIX, a constituição de narrativas históricas a respeito da formação nacional e ocupação territorial da África do Sul associou-se a um período de particular instabilidade política e falência de projetos que, emanados de distintos grupos sociais ou posicionamentos políticos envolvidos nestes processos históricos, almejaram o estabelecimento de uma confederação capaz de unir ou unificar os territórios no subcontinente sul-africano. Parte destas narrativas do passado sul-africano se voltava ao período do *Great Trek* da década de 1830, a “grande jornada” dos bôeres, descendentes de holandeses e

---

<sup>54</sup> SCHREUDER, op. cit., 1980, p.115-136.

<sup>55</sup> ELDRIDGE, op. cit., p.238.

<sup>56</sup> WORDEN, Nigel. *The Making of Modern South Africa: Conquest, Apartheid, Democracy*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012, pp.19-21.

huguenotes franceses, rumo ao interior do continente africano, processo considerado, em particular pelos emergentes movimentos nacionalistas *afrikaners*, como mito de origem e instância fundacional da nação. Estes relatos, produzidos tanto por historiadores coloniais quanto por literatos no último quartel do século XIX, visavam promover sentidos explicativos para a contemporaneidade geopolítica sul-africana a partir de um olhar voltado ao passado, para engendrar representações identitárias estruturadas a partir de sentimentos de pertencimento ou paradigmas de exclusão.

Neste sentido, convém atenção especial ao que se identifica como variações das culturas históricas em narrativas de caráter histórico-geográfico, isto é, a partir da “relação que uma sociedade mantém com seu passado, ou seja, para nos possibilitar entender melhor o que especificamente os homens consideram seu passado e *que lugar (espaço e valor)* lhe destinam em determinado momento do tempo”<sup>57</sup>. O aspecto amplo da cultura histórica torna-se pertinente por abarcar, de um lado, os múltiplos objetos culturais que convergem na construção das culturas históricas e, por outro lado, por sua complexa relação com o campo da historiografia. Este aporte conceitual adquire relevância para pensar a aproximação entre História e Literatura no século XIX, em especial nas “interpretações fundadoras e fundantes”<sup>58</sup> das comunidades nacionais, ainda que solidificadas, como no caso sul-africano, por aspirações políticas, pelas contendas acerca dos direitos de cidadania e voto, ou ainda no afã de promover formas independentes de afiliação étnica<sup>59</sup>. No contexto em questão, narrativas literárias e históricas forneciam leituras múltiplas, contraditórias e complementares, a respeito de um passado em comum, com atenção aos contextos do *Great Trek* e do *mfecane*, da ocupação do espaço geográfico sul-africano e da própria percepção da temporalidade.

Tal perspectiva de consideração para as narrativas históricas relaciona-se aos debates intelectuais iniciados entre as décadas de 1870 e 1890 que visavam compreender as particularidades políticas e étnicas do território sul-africano. Decorre, neste contexto, um aumento significativo de publicações que intencionavam, a despeito da fragmentação territorial no subcontinente, fornecer certo senso de coesão e unidade em vasta produção escrita, mormente em tratados histórico-geográficos, narrativas de viajantes e romances históricos. Em 1869, Alexander Wilmot e John Centlivres Chase, em *History of the colony of the Cape of Good Hope*, visam registrar uma “narrativa do progresso civilizatório” a partir da Colônia do Cabo, com atenção especial às limitações da administração imperial, em

<sup>57</sup> GOMES, Angela de Castro. A "cultura histórica" do Estado Novo. *Projeto História*, v.16, 1998, p.122.

<sup>58</sup> NAXARA, Márcia R. C.. Historiadores e texto literário. *História: Questões e Debates*, v. 44, 2006, p.39.

<sup>59</sup> DUBOW, op. cit., 2006, p.123.

particular, no atendimento às demandas de colonos locais<sup>60</sup>. O foco de observação do passado sul-africano, ainda estende-se à produção do clérigo Stephanus du Toit, um dos primeiros representantes do movimento *afrikaner* e que, por meio de suas narrativas histórico-geográficas, visava fornecer uma visão alternativa àquela promovida por intelectuais no lado anglo-africano da questão.

Essas narrativas histórico-geográficas associam-se ao que Saul Dubow caracteriza como a emergência do *sul-africanismo* na metade do século XIX, sentimento de pertencimento nacional que almejava promover senso de coesão, em específico, a partir da ideia de uma África do Sul simbolicamente unificada pela via de identificações étnicas carregadas de paradigmas de exclusão. Em linhas gerais, o sul-africanismo assumiu a expressão de uma sociedade colonial em desenvolvimento e, portanto, visava marginalizar ou negar os direitos políticos aos nativos africanos. Levando-se em consideração o fato de que a população branca no território sul-africano era significativamente menor se comparado com outras sociedades coloniais, a “patologia da negação” torna-se ainda mais evidente. O foco primário do sul-africanismo, visto mais como uma crença do que como um sistema ideológico aperfeiçoado, era baseado no relacionamento dos territórios sul-africanos com o Império Britânico, bem como no aperfeiçoamento das relações interétnicas (mormente, entre bôeres e britânicos). Além disso, estava encarnado em valores como razão, progresso e civilização e, por esse motivo, o conhecimento científico e tecnológico, as instituições de saberes históricos e geográficos, passam a ser valorizados como elementos estruturantes da ideia de nação sul-africana no último quartel do século, definidores de sua identidade nacional e simultaneamente voltados aos impasses derivados da política colonial<sup>61</sup>.

Da perspectiva de inúmeros observadores externos, a região permaneceu em relativa obscuridade pelo menos até princípios da década de 1870. As colônias sul-africanas eram consideradas por muitos como os domínios ultramarinos mais impopulares no período, situação que decorria de sua conformação política pouco aperfeiçoada. O termo “África do Sul” era tão pouco familiar na metrópole britânica, e o desconhecimento com relação ao extremo sul da África tão difundido, que setores da imprensa na metrópole tratavam da região de modo pluralizado, como parte das “colônias do Cabo”<sup>62</sup>. Não obstante, foi neste período que a ideia de uma África do Sul unificada começou a ser gestada, e o termo passou a adquirir

---

<sup>60</sup> WORGER, William. Southern and Central Africa. WINKS, Robert (org). *The Oxford History of the British Empire: Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p.513.

<sup>61</sup> DUBOW, op. cit., 2006, p.vi.

<sup>62</sup> DAVIDSON, J. H. Editor's Introduction. In: TROLLOPE, Anthony. *South Africa*. Cape Town: Taylor & Francis, 1973, pp.11-13.

novos significados articulados à sua relevância política. A concessão de parcial autonomia política à Colônia do Cabo em 1872, a descoberta de jazidas diamantíferas na mesma década, e a elaboração das propostas de uma *South African Bill* pelo parlamento britânico em 1877, legislação que fomentaria a unificação ou confederação dos estados e colônias na região, atraíram um novo interesse pela integração do subcontinente.

Em decorrência destas particularidades políticas, a análise da produção historiadores coloniais, de perfil anglo-africano, entre as décadas de 1870 e 1890, reveste-se com relevância para a problematização das relações entre espaço e temporalidade no território sul-africano, com destaque à força de tais narrativas para promover quadros explicativos à contemporaneidade política do subcontinente. Afinal, estes setores da cultura escrita, inegavelmente fomentam a “temporalização e historicização dos eventos, com a definição precisa de meio, tempo e lugar como elementos constitutivos das ações e relações entre os homens”<sup>63</sup>. Daí a necessidade de compreender, entre a sensibilidade e a imaginação histórica, as articulações entre estilos de narrar o passado sul-africano e padrões de intencionalidades, isto é, de relações entre “o problema e a solução com o contexto que os cerca”<sup>64</sup>, sobretudo no que diz respeito ao que estes historiadores, muitos dos quais entusiastas amadores, ou ainda pertencentes às instituições civis ou a institutos históricos, consideravam como eventos formativos da África do Sul.

Apesar das publicações de relatos de viajantes e missionários, ou mesmo de periódicos de institutos histórico-geográficos sul-africanos, ao exemplo do *South African Quarterly Journal*, pertencente à *South Africa Literary and Scientific Institution*, fundada em 1832, os primeiros registros da historiografia colonial remontam ao final da década de 1860, quando Alexander Wilmot e John Chase publicam *History of the Colony of the Cape of Good Hope*. A obra foi publicada em um momento de acentuada preocupação com as regiões fronteiriças da colônia do Cabo e, inserida em um contexto de acirramento das tensões entre europeus e africanos, reforça preceitos racialistas, em especial na simultânea idealização e exclusão dos africanos negros. Escrita com a intenção de integrar a Colônia do Cabo às sendas de sucessivos projetos coloniais, a *History* apresentava certa dimensão laudatória, ao reforçar a identificação do Cabo com a esfera de influência política britânica, enquanto que as contribuições de holandeses e de seus descendentes, em especial pela ação da Companhia Holandesa das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, VOC), instituição

---

<sup>63</sup> NAXARA, Márcia R. C.. Historiadores e texto literário. *História: Questões e Debates*, v. 44, 2006, p.39.

<sup>64</sup> BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.48.

responsável pelo estabelecimento de núcleos de colonização holandesa na Cidade do Cabo na metade do século XVIII, eram interpretadas como retrógradas, sobretudo no desenvolvimento econômico da região.

O prólogo de *History*, ao evidenciar a intencionalidade fundacional da narrativa histórica, enfatiza o fato alegado de que o passado da Colônia do Cabo, até aquele momento, era de conhecimento parcial e amplamente lacunar, “ilustrativo apenas de alguns períodos específicos e nunca em uma forma consecutiva”. Por esta razão, Wilmot e Chase adotam a identidade de “compiladores” no afã de preencher as deficiências associadas à escrita da história no subcontinente sul-africano, e ainda almejam o manto de “pioneiros”, a despeito do reconhecimento de possíveis omissões e equívocos. Ademais, o breve prólogo reforça a intenção formativa da tessitura textual, ao enfatizar não apenas certo senso de pioneirismo na descrição e interpretação dos eventos constitutivos e constituintes da Colônia, e, por meio desta, da África do Sul, mas também o crivo crítico dos leitores: o sucesso da obra é deixado “ao julgamento do leitor”, e os autores admitem seu preparo para “dar atenção ao criticismo gentil, embora adverso, e se este volume alcançar outra edição, tomarão vantagem para adicionar ou corrigir as ausências ou erros”<sup>65</sup>.

A primeira parte da obra, cuja autoria é atribuída a Alexander Wilmot (1836-1923), imigrante escocês e funcionário civil na Cidade do Cabo desde meados da década de 1850, se inicia com relatos associado a informações esparsas e contraditórias fornecidas por geógrafos e navegadores na Antiguidade a respeito do sul da África; em seguida, concentra-se na expansão ultramarina portuguesa no século XVI e XVII, momento em que, na ótica de Wilmot, decorre a ocupação efetiva do subcontinente e, com ela, a instauração da própria temporalidade enquanto tal. Ao observar as sagas dos navegadores portugueses responsáveis pela descoberta do Cabo da Boa Esperança e pelo estabelecimento de núcleos coloniais, Wilmot não ignora o aspecto trágico inerente à empreitada, em particular, como resultado de frequentes naufrágios, tripulações amotinadas e conflitos com os nativos. Ao referenciar as forças motrizes que conduzem os portugueses a ocupar o extremo sul da África, opta pela multicausalidade, emoldurando tais processos históricos em um quadro amplo de intencionalidades econômicas e religiosas:

a expansão do comércio, a aquisição de riquezas, bem como a extensão da cristandade, foram os verdadeiros incentivos para a descoberta marítima. A destruição do monopólio do comércio oriental por parte das repúblicas italianas foi o

---

<sup>65</sup> WILMOT, Alexander; CHASE, John Centlivres. *History of the colony of the Cape of Good Hope*. Cape Town: J.C.Juta, 1869, s.n.

objetivo mestre pelo qual os portugueses tinham em vista quando mobilizara expedições para navegar a África em direção das Índias; e nós veremos logo que a Holanda, por sua vez, visava suplantar o novo monopólio, ao estabelecer o seu próprio<sup>66</sup>.

A escrita da história em Wilmot mobilizava elementos literários ao narrar personagens e eventos, de modo que, ao tratar das navegações portuguesas, por exemplo, o autor não hesita em referenciar os versos d’*Os Lusíadas* (1572), obra poética de Luís Vaz de Camões. A construção do caráter e personalidade dos governantes e administradores dirigentes da Colônia do Cabo revestia-se com centralidade na ótica do historiador, por meio de cenas vívidas que decorriam ao longo dos capítulos com portentosa grandiosidade. As sagas de naufragos portugueses e de catástrofes marítimas holandesas, a intensificação da violência contra os nativos nas “guerras bosquímanas” e as ações corajosas das lideranças militares holandesas, a rebelião dos bôeres de Slachter’s Nek em 1815, quando um grupo de colonos na fronteira oriental do Cabo, revoltados com a presença britânica na região, foi executado por ordens do governador Charles Somerset – todos esses exemplos demonstram o modo como a *History* de Wilmot estava investida com elementos melodramáticos, contrapondo forças de progresso ao retrocesso no estabelecimento da ordem política e social. Simultaneamente, a ênfase nos detalhes minuciosos, a descrição cuidadosa de seus personagens, bem como a utilização de notas de rodapé para indicar as fontes documentais, contribuem para a construção de verossimilhança histórica na obra, que não se distanciava dos desenvolvimentos do campo da pesquisa em História na segunda metade do século XIX, em especial entre historiadores alemães e franceses.

As elites dirigentes, sobretudo no período holandês de ocupação do território sul-africano, são representadas como forças motrizes do desenvolvimento colonial e simultaneamente personificam o império nos lugares de poder e autoridade local. Por isso que, ao longo da primeira parte da obra, a sequência de governadores holandeses da Colônia do Cabo da Boa Esperança é apresentada a partir de seus vícios e virtudes, de modo a evidenciar que, ao lado de forças macropolíticas e econômicas, o caráter individual recebe relevância na narrativa de Wilmot. Contudo, apesar da vivacidade que reveste as descrições das ações e decisões tomadas pelos governadores, estes são frequentemente delineados como personalidades estáticas, sem um senso de identidade apta a mudanças ou adaptações. Sobre Jan van Riebeeck, fundador da Cidade do Cabo e comandante da colônia entre abril de 1652 e maio de 1662, Wilmot afirma que sua “personalidade” foi “extravagantemente elogiada e

---

<sup>66</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., 1869, p.5.



injustamente censurada. Ele era um homem energético e laborioso, que respondia assiduamente aos interesses de seus mestres. Não era cruel e tampouco vingativo com os nativos”. Em sintonia às ações despóticas da VOC e as incongruências em seu modelo administrativo, homens como Van Riebeeck, “tampouco liberal ou esclarecido”, eram portadores de “paciência, indulgência e perseverança”, apesar de facilmente persuadidos por seus dirigentes na Holanda “em favor de projetos quiméricos”<sup>67</sup>.

A história política de Wilmot é constantemente edulcorada por impressões de sentimentos e razões individuais, de modo a produzir um estilo ensaístico entre a história e a biografia, próximo de uma tradição literária anglófona que, por meio de formas estáticas de caracterização de personagens históricos, buscava capturar a “essência” da personalidade<sup>68</sup>. O comandante holandês van Riebeeck aparece no início da narrativa como uma força constitutiva da colonização no início do período moderno, conjugando características positivas, apesar da inquestionável lealdade à Companhia Holandesa das Índias Orientais. Mas, de um modo geral, após a administração deste “incansável e fiel oficial”, e de Simon van der Stell, que administrou a colônia holandesa como comandante entre 1679 e 1691, e na condição de governador até 1699, o qual era um “vigoroso e competente administrador, embora sem qualquer concepção de liberdade”, os governadores do Cabo são vistos por Wilmot como homens autoritários, despóticos ou incapazes. Seu filho e sucessor, Willem Adriaan van der Stel, demitido do cargo em 1707 após acusações de despotismo no monopólio mercantil, atuava de acordo com “o controle arbitrário dos colonos depositado em suas mãos”; Joachim van Plettenberg, governador entre 1771 e 1785, era um homem “de coração frio e egoísta”, cuja lealdade à Companhia possibilitou o acirramento do despotismo holandês no Cabo, de modo que “não havia liberdade, e tampouco pretensão a liberdade”. A exceção reside Ryk Tulbagh, governador entre 1751 e 1771, o qual era “um disciplinador rigoroso, mas não um tirano; e sua disposição justa embora compassiva atraiu a confiança e o amor da população”<sup>69</sup>.

Nesse projeto de história sul-africana, as forças macropolíticas, representadas sucessivamente pela colonização português, holandesa e britânica, entrecruzam-se e diluem-se nas vontades individuais de seus articulistas, compondo um quadro afetivo entre ação livre e determinação histórica. É no âmago deste emolduramento de vontade individual e motivações coletivas que Wilmot insere a administração de Jan Van Riebeeck: a despeito da “paciência,

---

<sup>67</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., 1869, p.70.

<sup>68</sup> MILLGATE, Jane. *Macaulay*. Abingdon: Routledge & Paul, 1973, p.20.

<sup>69</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., 1869, p.118; p.127; p.174-175; p.162.

indulgência e perseverança”, igualmente enfatiza que suas ações estavam constantemente orientadas por seus superiores na VOC, pois “Van Riebeeck parecia nunca ter nenhuma vontade a não ser de seus mestres” de modo que “seguia estritamente as suas direções”<sup>70</sup>. Na ótica do historiador colonial, os sucessores de Van Rieebek, Zacharias Wagenaer, Cornelis van Quaelberg e Jacob Borghorst, tornam-se focos irradiadores de uma época, cristalizam um período de impotência e violência, sobretudo diante dos conflitos deflagrados com as populações nativas e, ao conectarem instâncias locais e determinações metropolitanas, inserem o passado da colônia do Cabo em um quadro histórico mais amplo, ou em outros termos, nas sendas dos impérios ultramarinos.

Por estas peculiaridades, a história política do Cabo, tal qual delineada por Wilmot, era igualmente uma narrativa de seu expansionismo e dos conflitos gerados na demarcação de suas fronteiras, em especial no caso holandês, cujo “governo clamou jurisdição sobre as tribos sul-africanas, e presumiam-se governantes de todo o território colonial”, anexando-os “de tempos e tempos como fosse conveniente”<sup>71</sup>. Isso porque, ao longo da primeira metade do século XIX, a Colônia do Cabo ampliou suas esferas de influência e entrou, de modo inevitável, em contato e conflito com sociedades africanas independentes, promovendo o que se convencionou denominar de “guerras Kaffir”, as quais resultaram, no final da década de 1870, na anexação dos últimos territórios Xhosa. A questão não concernia apenas as elites e classes médias no Cabo, que naquele período demandavam o estabelecimento de um sistema de governo autônomo, pois tanto na metrópole quanto na colônia, bradavam vozes a favor de um imperialismo mais forte e uma política colonial significativamente mais ativa, em especial, após a descoberta de diamantes em 1867, próximo da fronteira entre a Colônia do Cabo e o Estado Livre de Orange, episódio que intensificou os interesses econômicos pela região e transformou radicalmente as relações de trabalho nas regiões de mineração<sup>72</sup>. A expansão territorial, sinônimo de progresso material e econômico para Wilmot, torna-se ainda mais evidente no momento em que o historiador revisita a questão com *The story of the expansion of southern Africa*, publicado em 1894.

A temporalidade linear e progressiva da narrativa, personalizada na sucessão de lideranças políticas da Colônia do Cabo, é suspensa quando Wilmot depara-se com a questão nativa, momento em que, ao tratar sobre as variações étnico-raciais nas colônias, assume um olhar etnográfico e profundamente hierárquico – enfim, racista. Com relação à “raça

---

<sup>70</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., 1869, p.56-70.

<sup>71</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., 1869, p.98.

<sup>72</sup> WORDEN, op. cit., pp.37-39.

Hotentote”, encontrada pelos holandeses “divididas em muitas tribos”, Wilmot apóia-se em preceitos evolucionistas que enfatizavam que “de todas as espécies, esta raça, aproximando em sua forma ao segundo *genus* de animais bímanos, é ainda mais próxima dos orangotangos por meio da inferioridade de suas capacidades intelectuais”. Sobre os bosquímanos (*bushmen*), as descrições orbitam em torno de certo vocábulo degeneracionista, afinal, “sua constituição é demasiadamente danificada por seus hábitos dissolutos, e o constante fumo de *durha*, de modo que tanto velhos quanto jovens parecem enrugados e decrepitos”. Descritos como insolentes, traiçoeiros e perniciosos, Wilmot assegura que a bravura dos bosquímanos constava como uma de suas qualidades proeminentes, porém a “vingança era uma de suas paixões dominantes”<sup>73</sup>. No ímpeto de categorização na hierarquia racial em vigência, refuta as classificações do naturalista Johann Friedrich Blumenbach, em favor da proposta do etnólogo e poligenista Robert Gordom Latham, possivelmente em seu *The Natural History of the Varieties of Man* (1850), no qual enredou a hipótese de uma relação simbiótica entre o desenvolvimento das linguagens e o progressivo desabrochar das variações humanas<sup>74</sup>.

Pelo menos desde o século XVII, os relatos das viagens de naturalistas europeus e americanos pelo Novo Mundo resultaram na constituição de modelos de classificação da humanidade embasados em níveis hierárquicos que levavam em consideração uma combinação de aspectos físicos, como a cor da pele. Atentos às variações climáticas e geográficas, estes viajantes visavam explicar e interpretar o aparente estado de degenerescência encontrado nos corpos das populações nativas na América<sup>75</sup>. A partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX, com a colonização europeia na África, os interesses etnográficos pela variação racial tornaram-se cada vez mais adensados e revestidos por um vocabulário científico. Filósofos, cientistas e naturalistas, sobretudo desde o Iluminismo, tinham acesso a uma vasta gama de informações protoetnográficas, as quais informavam suas especulações a respeito da variação humana, frequentemente observando africanos negros ora como “bons selvagens”, ora como retrocessos na escala evolutiva. As discussões em torno da escravidão levantadas pelas campanhas abolicionistas na virada para o século XIX intensificaram os debates, traduzindo especulações filosófico-científicas ao campo político<sup>76</sup>. A presença nativa na África do Sul, vista como um impasse para as políticas

---

<sup>73</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., 1869, p.58-64.

<sup>74</sup> LATHAM, Robert Gordom. *The Natural History of the Varieties of Man*. Londres: John Van Voorst, 1850, p.492-496.

<sup>75</sup> SILVA, Bruno da. *Inventário do homem americano: viagens, teorias, degeneração e composição das raças nos séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

<sup>76</sup> CURRAN, Andrew. *The Anatomy of Blackness: Science and Slavery in an Age of Enlightenment*. Baltimore: John Hopkins University, 2013, pp. 117-167.

colonialistas, recebeu atenção de muitos pesquisadores que, ao partir do registro etnográfico, visavam fornecer um sistema classificatório da hierarquia humana na região. É deste período, por exemplo, o estudo do geólogo e etnólogo George William Stow, *The Native Races of South Africa*, editado e publicado postumamente pelo historiador George McCall Theal. Além de hotentotes e bosquímanos, Stow dedicou capítulos aos Barolongs e aos Bakwena, entre outros grupos étnicos, os quais eram frequentemente considerados como demasiadamente agressivos e violentos ou fadados à destruição mútua, ao exemplo dos Griqua, responsabilizados nessa obra pela extinção dos bosquímanos.

As considerações acerca das “raças nativas” no território sul-africano possuíam implicações políticas, na medida em que, operacionalizando-se no registro do racismo poligenista em vigência nas discussões antropológicas do final do século XIX, enfatizavam o papel civilizador do colono branco, apto a dar continuidade ao processo civilizatório que teria sido instaurado, mesmo que por linhas tortuosas, pela ação colonial holandesa no século XVII. Também comportavam implicações literárias, pois, por meio de descrições detalhadas das fisionomias, das práticas e costumes rituais de “Hotentotes” e “bosquímanos”, informavam um imaginário do exotismo em torno das populações autóctones no extremo sul da África e, por extensão, de sua pressuposta perniciosidade, sobretudo pela ênfase nas práticas antropofágicas. Implicações científicas, ademais, por revestirem a narrativa histórica com informações de ordem etnográfica, incorporadas de modo mais evidente para enfatizar as origens raciais distintas entre nativos e europeus e reforçar o intento à objetividade e cientificidade do volume de Wilmot e Chase: dimensões de um projeto de história que não estavam desconectadas das propostas de instituições científicas, museus e bibliotecas, que, sobretudo a partir das décadas de 1830-1840, período de formação intelectual dos autores, visavam compor quadros explicativos à colônia do Cabo, embasados em especial em um interesse comum pela história natural.

Ao voltar seus olhos ao passado e procurar representar a ocupação e dispersão étnica no território sul-africano em *History*, Wilmot o faz em um movimento que visa registrar o eventual declínio e extinção racial de “Hotentotes” e “bosquímanos”, para enaltecer a presença europeia na região, sobretudo a colonização britânica. Assim, reforça que “desde um período muito remoto, várias causas começaram a resultar em uma diminuição das raças nativas. Varíola e outras doenças frequentemente infestavam furiosamente feito pragas entre eles, e o amor pelos espíritos ardentes [*ardent spirits*, i.e., álcool] causavam um efeito ainda

mais destrutivo”<sup>77</sup>. A miscigenação racial, vista pelas teorias pseudocientíficas da metade do século como perigosas por produzir indivíduos situados num *locus* de instabilidade racial, é referenciada em associação aos núcleos de extrema resistência nativa, ao exemplo do “assentamento Hotentote” localizado às margens do rio Kat, no qual “o professor residente, um homem branco, casado com uma Hotentote ou *half-caste*, possuía influência extensiva”; não obstante, “entre os Hotentotes, localizava-se um número de outros indivíduos de cor, cuja nomenclatura da época designava de certa forma grosseira como ‘bastardos’”<sup>78</sup>. Por extensão, a preservação de certo isolamento racial igualmente produz cenários de declínio e extinção, exemplificados na segunda parte da obra por John Centlivres Chase ao narrar a “grande rebelião” de 1851, em referência às resistências armadas dos Khoi e dos Xhosa após a anexação pelas forças britânicas de seus territórios no Estado Livre de Orange e no Cabo:

A nossa ‘Grande Rebelião’, que eclodiu em 26 de janeiro, possuía seu âmago no assentamento do Rio Kat, tendo sido gestada lá por armas Kaffir e fragilidade Hotentote. Este assentamento foi, como antes mencionado, criado por intenções benevolentes, mas um descuido fatal com a natureza da população, a qual, sem qualquer mistura de elementos brancos e mais civilizados, estavam segregados em uma massa compacta e em um estado de perfeito isolamento<sup>79</sup>.

Seja no passado mais remoto, no período de colonização holandesa, ou em uma temporalidade mais próxima da instância de escrita da narrativa histórica, as resistências e reações nativas, parte integrante das complexas dinâmicas de política e protagonismo histórico no território sul-africano, são formuladas por Wilmot e Chase como resultantes de determinações raciais e obstáculos ao crescente desenvolvimento em direção à civilização. Ao buscar fornecer explicações para os conflitos com os Zulus em *History of the Zulu War* (1880), concernente à guerra Anglo-Zulu em 1879, Wilmot destaca aos leitores a necessidade de “manter em mente que as guerras Kaffir sul-africanas constituem uma tragédia em muitos atos. As campanhas Zulus são meramente os últimos elos em uma corrente. A onda de selvageria foi periodicamente revertida, e isso necessariamente deveria ser feito, ou os homens brancos deveriam abandonar a África do Sul”<sup>80</sup>. Devidamente descaracterizados de seu caráter político enquanto formas de resistências à ocupação de suas terras, os conflitos históricos gerados pelos embates com africanos negros são observados por Wilmot e Chase a

---

<sup>77</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., 1869, p.90.

<sup>78</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., 1869, p.306.

<sup>79</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., 1869, p.444.

<sup>80</sup> WILMOT, Alexander. *History of the Zulu War*. Londres: Richardson, 1880, p.v.

partir de uma ótica pró-colonial, e considerados como movimentos de contínua depredação e agressão sem motivos por parte das chamadas “raças selvagens”<sup>81</sup>.

As consequências do deslocamento dos colonos bôeres na década de 1830 são abordadas, cá e acolá, na segunda parte do *History*, cuja autoria é atribuída exclusivamente a John Centlivres Chase e aborda a história contemporânea da Colônia do Cabo entre 1819 e 1868. A demonstração de empatia com os fazendeiros bôeres, sintomático de certo sul-africanismo latente na escrita de Chase, fica evidente ao tratar, no que diz respeito aos trâmites de legislação de terras no ano de 1842, do descaso da administração do Cabo com o destino dos *vootrekkers*. Diante da recusa do governador George Napier em conceder autonomia política a uma faixa de terras ocupadas pelos bôeres em Colesberg, nas fronteiras ao norte da colônia, Chase afirma que o ato “confundia os infelizes emigrantes, os quais eram deixados em total perda em saber onde eles estavam ou o que eram – colonos e súditos ou estrangeiros e livres”. O movimento migratório dos bôeres é resultado, segundo Chase, da “má administração”, o que levou os migrantes bôeres a “estabelecerem-se em Natal, o qual foi tomado em posse pelos britânicos à força, e agora se encontravam em asilo, onde poderiam se proteger contra a agressão nativa”. O problema do estatuto político dos bôeres derivava das “complicações consequentes da grande migração”, as quais “continuavam até os dias atuais, aparentemente sem nunca ter uma chance de solução”<sup>82</sup>.

Em formato de anais das recentes administrações britânicas, a tonalidade assumida por Chase é nitidamente política, e fundamenta a construção de sua narrativa a partir das dificuldades e méritos dos governadores designados para o Cabo na primeira metade do século XIX. O grande alvo político de Chase em sua narrativa era o “sistema Glenelg”, estabelecido durante a administração de Andries Stockenström em dezembro de 1836, o qual reconhecia a autoridade e soberania dos líderes Xhosa alocados para além de Fish River e estendia a eles a responsabilidade da manutenção da ordem entre seus súditos, sobretudo no convívio com colonos brancos. A concepção política de administração das fronteiras elaborada por Stockenström baseava-se na ideia de que o avanço da civilização não poderia ser imposto por força militar, pois deveria ser gestado a partir das experiências pacíficas de nativos em contato com instituições e influências vistas como superiores. Da parte da elite colonial, a oposição ao sistema de tratados implantados por Stockenström derivava da crescente defesa por uma presença mais forte do governo ao oeste da colônia, amparada por forças militares que garantissem a segurança dos colonos contra os efeitos devastadores das

---

<sup>81</sup> DUBOW, op. cit., 2006, p.136.

<sup>82</sup> Ibidem, p.368.



guerras com os nativos<sup>83</sup>. A escrita de Chase, inflamada pela aversão “ao experimento de Glenelg, o qual desmantelou a fidelidade dos nativos, permitindo-os o pleno direito de adotar e aderir às leis Kaffir”<sup>84</sup>, reverbera este posicionamento, pois acusa Stockenström de ser conivente com a intensificação da violência nativa no período mais recente da colônia.

Além das críticas à administração britânica, Chase relata outros fatores que antecederam a migração dos bôeres na década de 1830, dentre os quais os “rumores” de que “uma massa imensa de selvagens, supostamente canibais, avançava por Kaffirlândia rumo à fronteira colonial”. A intensificação da violência nativa no período também era atribuída aos fatores raciais, a “cupidez natural da mente selvagem”, e representava uma ameaça ao “centro de civilização” em formação na Colônia do Cabo, sobretudo após a chegada de colonos britânicos nas primeiras décadas após a anexação. Chase referia-se aos “Mantantee ou Fetcani”, um grupo de canibais que haviam avançado rumo à Baía Delagoa “pelas conquistas do chefe Zulu Chaka”, o “monstruoso chefe assassino dos Zulus”<sup>85</sup>. Neste ponto, o autor reforçava um lugar comum na historiografia colonial, a saber, a ideia de que o expansionismo militar dos Zulus teria forçado a migração de reinos africanos ao sul que, para sobreviver, haviam recorrido ao canibalismo. As narrativas do período enfatizavam o perigo representado pelos “Mantatees” (Tlokwa), os quais, liderados pela rainha 'Ma Nthisi (c. 1784-1847) na metade da década de 1820, avançaram rumo ao sudeste do atual território da Zâmbia. Posteriormente, teriam retornado à área do Vale Caledon e, para muitos observadores no Cabo, invadiriam a colônia se não fosse por suas derrotas em conflitos contra os Griqua e os Thlaping na região de Dithakong em meados de 1823.

É importante lembrar que o que Chase e outros historiadores do período entendiam como um “efeito dominó” iniciado pelo expansionismo Zulu tratava-se, com efeito, de um contexto de transformações sociais e políticas nos Estados banto da África Austral, momento em que a formação de reinos centralizados “estimulou o espírito inventivo dos chefes políticos africanos e os obrigou a se adaptarem, tanto no plano da tática militar quanto no que concerne à organização política e à administração dos negócios”<sup>86</sup>. Na virada do século XVIII para os primeiros anos do século XIX, uma conjunção de fatores, ao exemplo da busca por terras e a intensificação do comércio de escravos, levou à formação de centros de poder político e militar, tais como os Ngwane, governados por Sobhuza, os Ndwandwe, liderados

<sup>83</sup> KEEGAN, Tim. *Colonial South Africa and the Origins of the Racial Order*. Londres: Leicester University Press, 1996, p.150-153.

<sup>84</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., p.375.

<sup>85</sup> Ibidem, p.295-296.

<sup>86</sup> NGCONGCO, Leonard D. O Mfecane e a emergência de novos Estados africanos. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 106.

por Zwide, e a confederação dos Mthethwa, governados por Dingiswayo. Shaka, filho do líder Zulu, Senzangakhona kaJama, era originalmente um dos principais generais de Dingiswayo. Em comum, esses três estados fortemente centralizados apoiavam-se na arrecadação de tributos, na mobilização de regimentos *amabutho* constituídos por faixas etárias capazes de suplantarem antigas divisões internas, no simbolismo sagrado em torno do poder real e em relações comerciais com outras chefias, reinos e estados africanos. De fato, até 1818, as ambições rivais de Zwide e Dingiswayo dominavam o contexto político na região do Rio Tugela, pois buscavam assimilar, incorporar ou conquistar os reinos africanos da região<sup>87</sup>.

Neste ponto, convém destacar que até a década de 1970, a função dos *amabutho* era associada por historiadores sobretudo às atividades guerreiras, à rigorosa disciplina, ao expansionismo Zulu e à formação de vínculos de interdependência em grupos de jovens unidos por faixas etárias ou referenciais territoriais. Contudo, a historiografia recente desenvolveu novas perspectivas acerca dos *amabutho*, relacionando-os não apenas às atividades guerreiras entre Zulus, mas também às “formações sociais ao sul da Baía de Maputo, em um período anterior à própria ascensão de Shaka e mesmo de seu antecessor, Dingiswayo”. Nessa perspectiva, os *amabutho* constituíam vínculos nos quais diferentes linhagens visavam reproduzir as “condições materiais que lhes permitiram exercer posições de domínio no âmbito da economia política regional, como a participação no comércio de marfim”<sup>88</sup>. Justamente em um momento no qual a comercialização de marfim passava a assumir importância nos centros de poder da África banta, a formação dos *amabutho* permitia a dominação de certos chefes de linhagens sobre outros, o que contribuía para reforçar a participação no comércio, a centralização política e a estratificação social<sup>89</sup>.

Desde que era apenas um vassalo de Dingiswayo, Shaka já havia dado os primeiros passos na reorganização do exército, seguindo um processo de racionalização e substituição das longas lanças pela azagaia (assegai) curta de lâmina larga, mais eficaz no combate corporal. Além disso, os guerreiros eram sujeitados ao celibato até serem liberados de sua obrigação militar, o que tornava o sistema de casamentos em uma questão estatal. Mais recentemente, contudo, o trabalho de diversos historiadores, ao exemplo de Norman Etherington e Carolyn Hamilton, tem demonstrado que várias das inovações e modelos político-militares adotados já circulavam por vários reinos da África banta há décadas, se não

<sup>87</sup> ETHERINGTON, Norman. *The Great Treks: The Transformation of Southern Africa (1815-1854)*. Londres: Pearson, 2001, p. 81

<sup>88</sup> SANTOS, op. cit., 2017, pp. 46-47.

<sup>89</sup> WRIGHT, John; HAMILTON, Carolyn. Traditions and transformations: the Phongolo-Mzimkhulu region in the late eighteenth and early nineteenth centuries. In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (orgs). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1989, p. 63.

séculos<sup>90</sup>. Após a morte de Dingiswayo em 1818, Shaka aproveitou-se do vácuo deixado à frente dos Mthethwa, e tomou o lugar do chefe morto. Como consequência, Mthethwa foi incorporado ao Estado Zulu, mantendo seu sistema de governo tradicional, agora ocupado por um filho menor de Dingiswayo e um regente que respondia diretamente à Shaka. Diferentemente de seus antecedentes, Shaka frequentemente aniquilava as elites dirigentes dos estados e reinos vassalos e substituía-os por membros da família real Zulu, exceto em grupos muito numerosos. Seu principal rival, Zigwe, foi derrotado em duas batalhas sucessivas entre 1819 e 1820, o que levou ao desabamento do estado Ndwandwe e a fuga de seus dirigentes rumo ao Norte, na região correspondente ao atual território de Moçambique<sup>91</sup>.

Uma das reformas mais significativas introduzidas por Shaka foi a instituição de um exército permanente, composto por guerreiros armados com azagaias e protegidos com escudos ovais feitos de pele de boi. Até então, as atividades guerreiras eram apenas circunstanciais, e Shaka destacou uma parte da população que passou a ser especializada no manejo de armas. Os jovens, por exemplo, passaram a ser recrutados aos dezesseis anos, e ficavam sujeitos a dois ou três anos de formação militar. Ao lado dos veteranos, foram integrados em regimentos mistos, chamados *impis*, que controlavam posições estratégicas no reino. A bravura dos regimentos poderia ser eventualmente recompensada com o casamento, de modo que pulsões sexuais e fins militares estavam entrelaçados na organização sociopolítica do Reino Zulu<sup>92</sup>. Após consolidar o território de seu reino, Shaka foi assassinado em 1828, em meio a disputas dinásticas com seus meio-irmãos, os príncipes Dingane e Mhlangane. Relatos que enfatizavam o despotismo e a crueldade de Shaka começaram a circular logo depois de sua morte, tanto em narrativas orais africanas quanto nos escritos de viajantes europeus, e contribuíam para o mito da ferocidade Zulu.

Na perspectiva dos historiadores coloniais do século XIX, o expansionismo Zulu teria causado um esvaziamento populacional e um vácuo territorial a ser ocupado pelos bôeres migrantes na metade dos anos de 1830. Desta forma, o *Great Trek*, na metade da década de 1830, é visto por John Centlivres Chase como o resultado imediato das crescentes tensões interétnicas no território colonial, e se concretizou quando a “mania pela emigração”, característica cultural dos bôeres, “encontrou e reconheceu um líder influente”, isto é, o *voortrekker* Piet Retief, o qual foi “seguido por uma massa ampla de fazendeiros prósperos e

---

<sup>90</sup> ETHERINGTON, op. cit., 2001, p. 85.

<sup>91</sup> NGCONGCO, op. cit., pp. 121-122.

<sup>92</sup> M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*, vol. II: do século XIX aos nossos dias. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, pp. 77-81.

inteligentes, e no final, não menos do que seis mil se expatriaram”<sup>93</sup>. Considerado como um dos mártires da “grande jornada”, Retief foi reiteradamente visto pelos historiadores coloniais como uma figura heróica e trágica já que, após liderar parte dos colonos migrantes pelas cordilheiras Drakensberg rumo ao território posteriormente ocupado pela Colônia de Natal, foi assassinado pelo rei Zulu Dingane em fevereiro de 1838. O episódio coligia dois pilares do imaginário colonial disseminado por muitos britânicos e bôeres daquele período: o pioneirismo do bôer em busca da liberdade e o aspecto autoritário, traiçoeiro e violento das lideranças Zulus do início do século.

Apesar das diferenças entre Wilmot e Chase, a tonalidade da narrativa histórica composta reforçava o protagonismo britânico no processo de expansão territorial da Colônia do Cabo e, por meio desta, de todo o subcontinente sul-africano. Contudo, não havia unanimidade nestas leituras do passado sul-africano, sobretudo entre a intelectualidade bôer na Colônia do Cabo que, por meio da formação de associações como a *Die Genootskap Van Regte Afrikaners* ou a *Afrikaner Bond*, criada no final da década de 1870, adquiriam um caráter anti-britânico e com ambições à unificação da África do Sul sob o modelo republicano adotado previamente no Transvaal e no Estado Livre de Orange. Neste contexto de efervescer do nacionalismo bôer, a linguagem *afrikaans* assume mais do que mera forma de coesão cultural, pois tratava-se de uma potência política. Em 1874, quando Stephanus du Toit engajou-se no debate a respeito dos méritos da língua no jornal *De Zuid-Afrikaan*, o clérigo adotou termos claros que vinculavam linguagem e política pois, em seu artigo, assinado sob o pseudônimo de *Ware Afrikaander* [Verdadeiro *Afrikaner*], destacava que “a linguagem de uma nação expressa o caráter daquela nação. Prive uma nação do veículo de seus pensamentos e você a priva da sabedoria dos seus ancestrais”. Na sua perspectiva, a política imperial britânica, ao instituir o inglês como idioma oficial na Colônia do Cabo, havia provocado efeitos danosos sobre o *afrikaans* e os colonos bôeres, em especial nas cerimônias religiosas e nas escolas públicas. As acusações de ausência de estrutura gramatical no *afrikaans*, bem como a noção comum de que tal linguagem era associada às populações de cor, eram refutadas por du Toit em seu artigo, ao alegar que “os hotentotes abandonaram a sua língua e adotaram a nossa”; para ele, o *afrikaans* era uma língua racializada, de origem étnica europeia, “uma língua puramente germânica”<sup>94</sup>, dotada de vigor e simplicidade.

Em 1877, du Toit publicou *Die Geskiedenis van Ons Land in die Taal van Ons Volk*, a “história de nossa terra na língua de nosso povo”, considerado como o primeiro tratado

---

<sup>93</sup> WILMOT; CHASE, op. cit., p.343.

<sup>94</sup> GILLIOMEE, op. cit., 2011, p.217.

histórico sob o prisma de observação *afrikaner*. O clérigo interpretava os bôeres como um povo distinto, que, embora disperso pelas colônias britânicas e repúblicas independentes, estava cingido por um destino comum, atribuído pela vontade divina: “governar a África meridional e civilizar seus habitantes pagãos”<sup>95</sup>. Tratava-se, com efeito, de uma contra-narrativa às formulas adotadas pela emergente historiografia colonial produzida pelo lado anglófono da questão. Por este motivo a obra demarcou o início do que se poderia categorizar como uma escrita da história *afrikaner*, que visava justificar a autonomia política e a legitimidade da nação *afrikaner*, vista como oprimida pelo domínio britânico. A ocupação da Colônia do Cabo pelos britânicos em 1806, a violência política no episódio de Slachter’s Nek em 1815, e os fatores que levaram ao *Great Trek* da década de 1830 eram considerados como evidências da opressão britânica e de suas práticas políticas imperialistas. Como sumariza Martin Meredith, os emigrantes de 1836 eram denominados de *voortrekkers* e representados por du Toit como pioneiros heróicos e mártires, determinados a proteger a sua liberdade individual e coletiva, e fortemente ligados por laços de solidariedade racial. Seu martírio rumo ao interior do subcontinente sul-africano figura nestas narrativas como manifestação de sua obstinação, e adquire um sentido profundamente religioso: tal como os israelitas a escaparem do Egito no Antigo Testamento, os bôeres afastavam-se da Colônia do Cabo para fundar novas repúblicas, constantemente perseguidos pelas forças britânicas.

*Die Geskiedenis* é dividido em quatro capítulos principais, com mais um corpo de anexos, majoritariamente constituído por transcrições de documentos e listas de administradores ou presidentes no Transvaal ou no Estado Livre de Orange. O primeiro capítulo, “Di Kaap in di ou Hollanse Tyd” [O Cabo na era Holandesa], aborda o período de colonização holandesa na região da Colônia do Cabo entre 1652 e 1806, momento em que o território foi formalmente anexado às posses britânicas. Assim como ocorre em Wilmot e Chase, a presença nativa é abordada, nesta primeira parte da obra, de modo além ou aquém à temporalidade, com atenção especial aos “hotentotes”, “bosquímanos” e “kaffirs”, sumarizados principalmente nos “sulas, basutos, fingos, makketes e pondos”. O segundo capítulo, intitulado “Di Franse Vlughteling” [Os refugiados franceses], versa sobre a chegada dos huguenotes franceses à região do Cabo. A terceira parte da obra, “Di Kaap onder di engelse” [O Cabo sob os ingleses], trata da história colonial recente, com destaque para a perseguição aos bôeres e o episódio de Slachter’s Nek em 1815. O quarto capítulo, “Di Uitgeweke Boere” [Os bôeres exilados], discorre sobre o desenvolvimento dos bôeres em

---

<sup>95</sup> MEREDITH, op. cit., p. 82.

Natal, no Transvaal, no Estado Livre de Orange e seu papel na formação das áreas de mineração diamantífera. De modo geral, foi neste capítulo em que du Toit tratou sobre o *Great Trek*, suas principais lideranças e os conflitos gerados com os Zulus na segunda metade da década de 1830, sobretudo com Dingane, o “cruel rei dos Sulas [Zulus]”<sup>96</sup>.

O ponto de partida da “história de nossa terra na língua de nosso povo” de Stephanus du Toit diz respeito à chegada dos europeus à região da Colônia do Cabo, particularmente dos navegadores portugueses Bartolomeu Dias e Vasco da Gama na segunda metade do século XV, e dos colonizadores holandeses enviados para o extremo sul da África pela Companhia Holandesa das Índias Orientais. Além destes elementos, du Toit dedica um capítulo à vinda de aproximadamente duzentos huguenotes franceses em 1688, em busca de refúgio das perseguições religiosas iniciadas pela revogação do Édito de Nantes. Desta forma, o historiador *afrikaner* visa apresentar os bôeres como um grupo étnico forjado a partir das ações de mártires aventureiros e persistentes, dadas às condições hostis no subcontinente, mas também ligados por uma sensibilidade religiosa historicamente presente em seus processos migratórios. Ao voltar seus olhos para o tempo pretérito, du Toit buscou localizar características presentes em si e seus contemporâneos, dentre os quais, uma devoção ao seu território e à tradição calvinista, elementos que transformam o nacionalismo *afrikaner* como um misto de sentimentos religiosos e sentidos de pertencimento.

Na visão do passado colonial enredada por du Toit, persistem ainda dimensões de gênero, na medida em que o processo de ocupação territorial é identificado e protagonizado por personagens masculinos, ao exemplo do líder holandês Jan Antonie van Rieebek, interpretado pelo historiador *afrikaner* como um dos pioneiros a desbravar territórios desconhecidos. Ao tomar a presença europeia como instância fundacional da história sul-africana, du Toit minimiza a presença de nativos no processo de ocupação da África do Sul e reforça o “mito das terras vazias”. Esta característica recorrente nos discursos coloniais simbolicamente desloca os nativos para um “espaço anacrônico”, fundamentado na ideia de que estes “não habitam a história propriamente dita, mas existem num tempo permanentemente anterior no espaço geográfico do império moderno como humanos anacrônicos, irracionais, destituídos de atuação humana”<sup>97</sup>. Os “kaffirs” e “hotentotes”, designações utilizadas com frequência no período para categorizar uma multiplicidade de africanos negros, são descritos por du Toit como povos pertencentes a uma temporalidade que

<sup>96</sup> DU TOIT, Stephanus Jacobus. *Die Geskiedenis van Ons Land in die Taal van Ons Volk*. Paarl: D. F. Du Toit & Co., 1895, p. 95.

<sup>97</sup> MCCLINTOCK, op. cit., p.58.



encontra-se aquém ao processo civilizatório, “povos pobres e infelizes”, “fanáticos supersticiosos” ou ainda “selvagens que gostam de assaltar e roubar os bôeres”<sup>98</sup>.

Aqui, se percebe a força do fator racial, e por extensão, dos paradigmas de exclusão nos projetos nacionais engendrados pelo movimento *afrikaner* no século XIX. Como demonstrou Hannah Arendt, os bôeres no subcontinente sul-africano foram os primeiros a mobilizar ideias de diferença racial para justificar violências efetivas e simbólicas, as quais acarretaram em práticas de escravização e extermínio étnico que nas interpretações da época eram vistas como resultado das tendências naturais das “raças inferiores” ao declínio e à extinção. Sobretudo até a primeira metade do século XIX, os bôeres dependiam largamente da escravização de africanos, ao mobilizarem o racismo como um instrumento de domínio antes mesmo que o colonialismo finisse secular o utilizasse enquanto ideia política, tendo como base e justificativa a própria experiência colonial, que resultava em um esforço para negar a condição humana das populações negras africanas<sup>99</sup>. Por isso, caracterizá-los como selvagens e animais adquiria um sentido político, pois perniciosamente negava aos negros africanos qualquer margem de protagonismo histórico e, por extensão, de atuação política, sobretudo diante do aspecto racial adotado pelos critérios de cidadania nas repúblicas bôeres do Transvaal e do Estado Livre de Orange. Daí o caráter convencional dos mitos das terras vazias associadas ao *Great Trek*, convertido nas narrativas como um processo histórico protagonizado apenas por populações brancas, em um sentido que desloca simbolicamente as populações nativas a um “espaço anacrônico”, numa temporalidade permanentemente anterior aos espaços geográficos sedimentados pelos impérios modernos<sup>100</sup>.

As projeções do pioneirismo dos colonos bôeres também se baseiam nas figurações de um passado capaz de conferir autenticidade às suas ações políticas e, desta forma, a obra de du Toit apresenta subcapítulos que reforçam elementos da história e da memória coletiva, ao exemplo da incorporação de excertos de “diários” de colonos e magistrados, listas com os nomes dos patriarcas bôeres que saíram da Colônia do Cabo em 1836 para deslocaram-se ao interior sul-africano e a transcrição do acordo realizado entre uma das lideranças bôeres, Piet Retief, e o rei Dingane em fevereiro de 1838<sup>101</sup>. Ao resgatar o testemunho de Anna Elizabeth Steenekamp, filha de um dos líderes do *Great Trek*, du Toit enfatiza as razões que levaram os colonos à migrarem, relacionadas à crescente esfera política britânica na Colônia do Cabo no início do século, a qual regulamentou a proibição da posse de escravos, fonte de mão de obra

---

<sup>98</sup> DU TOIT, op. cit., 1895, p.9.

<sup>99</sup> ARENDT, op. cit., 1989, p.224.

<sup>100</sup> MCCLINTOCK, op. cit., p.58.

<sup>101</sup> DU TOIT, op. cit., 1895, pp.199-202.

para muitos bôeres, inviabilizou a utilização dos dialetos bôeres em documentos públicos e petições, além de ampliar os direitos legais para as “pessoas livres de cor”. A proibição do trabalho servil era vista como uma “ação desleal e injusta”, e a extensão de direitos para parte dos nativos interpretada como “contrárias às leis de Deus e as distinções naturais”, pois colocavam os africanos em “em pé de igualdade com os cristãos”<sup>102</sup>. O recrudescimento da violência política por parte do governo colonial, particularmente na memória do episódio da rebelião de Slachter’s Nek em 1815, no qual cinco insurgentes bôeres foram enforcados<sup>103</sup>, compõe precedentes que justificariam o deslocamento territorial e contribuiriam para a constituição de uma imagem de martírio e devoção religiosa em torno de seus articulistas.

Contudo, é no diálogo intertextual com outros setores da escrita da história sul-africana colonial que se percebe o caráter inelutavelmente seletivo relacionado às reelaborações do passado mobilizados por du Toit em *Die Geskiedenis*. Assim, por exemplo, Wilmot e Chase são citados na menção à batalha de Berea, ocasionada em 1852, entre os exércitos coloniais britânicos e os Basotos, liderados pelo rei Moshoeshoe, e que se encerrou com um acordo diplomático entre os envolvidos. A resolução dos conflitos surtiu efeito na configuração geopolítica da região, já que a retirada das forças britânicas, dois anos depois, proporcionou a unificação do reino Basoto e a formação do Estado Livre de Orange. Os acontecimentos históricos narrados pelos historiadores de língua inglesa, incluindo o resultado da guerra, são questionados sumariamente por meio de um cotejo das obras de Wilmot e Chase empreendido por du Toit:

É uma singular linguagem como os ingleses escrevem a história. Em um lugar, está escrito “foi prudente retirar-se, porque não era um sortudo”. Em outro lugar está: “os Basoto venceram” (“a victory to the Basutos”). E novamente em outro livro do mesmo autor está escrito: “Os Basotos perderam” (“Moshes [sic] was defeated at the battle of Berea”). O que agora é verdade? O que se deve acreditar agora? Felizmente, ainda há testemunhas suficientes para explicar o que é a verdade<sup>104</sup>.

Se as incoerências históricas de Wilmot e Chase são alvos críticos, o mesmo não pode ser dito do historiador de origem canadense George McCall Theal, autor do *Compendium of the History and Geography of South Africa* (1878), cuja proximidade com o lado *afrikaner* da questão condicionava um olhar muito mais favorável do clérigo du Toit. Embora escrevesse em inglês, Theal possuía vínculos de sociabilidade com a elite *afrikaner* e, em diversas de suas obras, almejava propor uma visão do passado que enfatizava a construção da África do

<sup>102</sup> Ibidem, p.192.

<sup>103</sup> Ibidem, pp.61-62.

<sup>104</sup> Ibidem, p.73-74.

Sul a partir da união de elementos britânicos e bôeres. Assim, Theal era referenciado como uma autoridade no que dizia respeito ao caráter honrado e benevolente dos bôeres, distinto dos preceitos e preconceitos comuns que observavam neles um grupo étnico-racial degenerado pela exposição prolongada ao continente africano:

Os ingleses sempre lembram aos Boeres que eles são tão bárbaros; agora você sabe o que um homem inglês diz: ‘os feridos foram tratados pelos Boeres com a maior humanidade. Eles não foram considerados prisioneiros de guerra, eles foram enviados de volta o mais rápido possível. Os corpos dos mortos foram enviados para o acampamento inglês, para serem enterrados’ (Theal, South Africa, II, 122)<sup>105</sup>.

Além disso, convém atenção à transcrição de documentos históricos na narrativa de du Toit, com o afã de legitimar a saga dos colonos ao escaparem da opressão britânica na região, evidência que os investimentos nas leituras do passado visam enraizá-las “no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”, no escopo de garantir um “sentimento de continuidade”<sup>106</sup>. A ênfase recai sobre a transcrição dos documentos e ofícios emitidos pelas lideranças dos *trekkers* que, nos anos após a migração, foram responsáveis pelo estabelecimento da República de Natália, posteriormente anexada pelos britânicos. A transcrição adquire um sentido fundacional, documento legitimador das sagas históricas dos bôeres em busca da liberdade. Enquanto parte de determinada cultura histórica, *Die Geskiedenis* traduz os projetos de muitos *afrikaners* que, no período em questão, visavam constituir a sua identidade política a partir da recuperação e valorização de um passado em comum, um mito de origem nacional que reforçasse as desigualdades vistas como naturais entre os colonos de ascendência europeia e os nativos africanos.

## 2.4 – AS “GUERRAS DE EXTERMÍNIO” E A “GRANDE JORNADA”: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ZULUCÊNTRICO

O esfacelamento das propostas políticas de confederação sul-africana no final da década de 1870, a emergência do movimento nacionalista *afrikaner* na Colônia do Cabo e a devolução do Transvaal aos bôeres em 1881, emolduraram um deslocamento ideológico em parte da cultura histórica na África do Sul *fin-de-siècle*. Este movimento esteve relacionado ao fortalecimento dos discursos sul-africanistas mobilizados por parte da elite colonial no

<sup>105</sup> Ibidem, p.107.

<sup>106</sup> NORA, op. cit., 1993, pp.7-9.

subcontinente, muitos dos quais visavam constituir uma identidade nacional fortemente coesiva, passível de unir britânicos e bôeres, e simultaneamente excluir ou subjugar as populações negras africanas enquanto constituinte dos sonhos de uma África do Sul unificada. Este senso de patriotismo racial fez amplo uso da memória coletiva e da história nacional para promover um sentimento de pertencimento entre os seus articulistas, elemento presente em parte significativa dos discursos sobre a formação nacional no século XIX. No caso sul-africano, a questão envolveu investimentos simbólicos e afetivos em produções culturais que, com certa frequência, reinterpretavam, apropriavam ou obliteravam elementos do passado, de modo a promover “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”<sup>107</sup>.

Além das diversas instituições históricas e culturais previamente mencionadas, bem como a vasta rede de interlocução formada por impressos periódicos e tratados históricos, este processo de constituição de interpretações da temporalidade sul-africana recebeu imprescindível contribuição do primeiro arquivista da Colônia do Cabo, Hendrik Carel Vos Leibrandt, e do historiador George McCall Theal (1837-1919), com ênfase nas suas representações das “guerras de extermínio”, supostamente promovidas pelos Zulus em sua expansão territorial, e do *Great Trek*, a “grande jornada” dos bôeres rumo ao interior do subcontinente. Embora fornecessem visões contraditórias do passado sul-africano, ambos visavam suplantam as distinções entre bôeres e britânicos para compor uma história em longa duração da cooperação e solidariedade entre brancos, incluindo holandeses, alemães, huguenotes franceses e britânicos. Nestas e noutras narrativas, figuras representativas de períodos históricos eram eleitas como heróis ou mártires, ao exemplo do governador holandês Simon van der Stell, responsável pela administração do Cabo no final do século XVII, o qual foi considerado por muitos nacionalistas como um antecedente histórico da identidade colonial branca que visavam promover. Além disso, a assertiva de George McCall Theal a respeito da migração recente de populações negras para o território sul-africano, movimento localizado por ele no final do século XVI, igualmente almejava legitimar a perniciosa ideia racista da África do Sul como uma nação branca, ao implicar que os africanos não possuíam mais direitos a terras do que os europeus e seus descendentes<sup>108</sup>.

Imigrante canadense, McCall Theal exerceu ampla carreira em missões religiosas, em especial na missão Lovedale, no jornalismo e na docência e, a partir da década de 1880,

<sup>107</sup> POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, vol.2, n.3, 1989, p.9.

<sup>108</sup> FOSTER, Jeremy. *Washed with Sun: Landscape and the Making of White South Africa*. Pittsburgh: University of Pittsburg Press, 2008, p.41-43.

produziu sua monumental *History of South Africa*, em múltiplos volumes que intencionavam fornecer interpretações do impacto cumulativo das populações europeias no sudoeste da África. Na sua escrita da história da África do Sul, Theal representou a experiência colonial nos termos de uma emergente “nova sociedade” protagonizada pelas populações brancas nos territórios sul-africanos. E, embora não negligencie a presença de africanos nos processos de dispersão étnica e ocupação territorial da África do Sul, até mesma por sua utilização de relatos orais, notadamente em *Kaffir Folk-Lore* (1882), sua história era frequentemente vista sob uma perspectiva que a apartava do passado branco. Apesar de suas pretensões objetivas em produzir uma narrativa científica, sua escrita encontra-se profundamente entrelaçada a posicionamentos pessoais a respeito do contato imperial e do domínio de outros territórios<sup>109</sup>. Afinal, a prática histórica no século XIX está indubitavelmente articulada a lugares de produção socioeconômicos, políticos e culturais, portanto, perpassada pela experiência social e por configurações identitárias<sup>110</sup>.

Os posicionamentos políticos de McCall Theal convergiam em uma visão de mundo que poderia ser descrita em termos de um “nacionalismo colonial”, o qual ganha força no seu projeto de escrita do passado sul-africano a partir de meados da década de 1880, momento em que o historiador aproxima-se do *Afrikaner Bond*. Até então, em especial no seu panfleto propagandístico destinado a atrair colonos ao Cabo (*South Africa as it is*, 1871), e no *Compendium of South African History and Geography* (1874), McCall Theal apresentava uma visão empática à tradição cultural africana, marcada por razoável preocupação com os direitos de africanos negros no processo de colonização mas, que simultaneamente evocava as vantagens da cristianização de nativos. Uma série de fatores políticos e pessoais fraturou sua lealdade ao Império Britânico e ao humanitarismo de Lovedale que incluem a inserção no serviço civil no Departamento de Finanças, e posteriormente no Departamento de Assuntos Nativos, sua aproximação com a elite colonial no Cabo (nominalmente do *Afrikaner Bond*), bem como o descontentamento, partilhado por muitos holandeses, com as fracassadas tentativas britânicas de constituir uma confederação sul-africana. Em suma, o historiador “criou uma *History* que oferecia uma força coesiva, legitimadora e intelectual na evolução de uma mitologia da nacionalidade colonial branca”<sup>111</sup>, uma espécie de utopia racial em

---

<sup>109</sup> SCHREUDER, Deryck. The Imperial Historian as Colonial Nationalist: George McCall Theal and the Making of South African History. In: MARTEL, Gordon (org.). *Studies in British Imperial History*. Nova York: Palgrave Macmillan, 1986, p.95.

<sup>110</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.71-72.

<sup>111</sup> SCHREUDER, op. cit., 1986, p.96.

contraste com o acirramento das hostilidades entre bôeres e britânicos, nominalmente após a primeira guerra sul-africana de 1881.

Na interpretação de McCall Theal a respeito da de ocupação territorial e das práticas políticas coloniais, os colonizadores europeus assumiam um papel heróico. Seu ideal de unidade cultural visava abarcar tanto britânicos quando bôeres na conformação de uma classe dirigente. Por extensão, sua produção histórica assume uma dimensão fundamental na constituição de uma cultura histórica da elite colonial, devido à “capacidade de ligar sua visão conceitualizante, e altamente evocativa, de uma nova sociedade colonial branca”<sup>112</sup>, somada à inspiração Rankeana de produzir uma narrativa histórica a partir de operações de pesquisa envoltas em aura de objetividade e cientificidade. Tal efeito era produzido não apenas no embasamento a uma extensa pesquisa de fôlego em documentos e acervos concernentes aos séculos recentes da história política sul-africana, mas também pelo esforço em coletar e expor datas e eventos com a mínima intervenção ou interpretação do intelectual. Por fim, sua condição enquanto *outsider* era, com certa frequência, base primária da objetividade que o historiador visava produzir em suas narrativas. Afinal, por ser canadense, estaria supostamente apto a produzir uma versão desapaixonada do passado sul-africano. Contudo, pelo Canadá ter feito parte dos domínios britânicos, ainda poderia sentir-se parte integrante da comunidade imperial. Assim, como anuncia no prefácio a *The History of the Emigrant Boers in South Africa*:

Determinação para ser estritamente imparcial, liberdade dos preconceitos que podem involuntariamente afetar aquela determinação, são igualmente necessários. Eu acredito possuir tais qualificações, e de qualquer forma tenho feito o máximo esforço naquela direção. Não tenho interesses a servir com nenhum partido em especial, e estou em termos amigáveis com todos. Embora resida na África do Sul por mais de um quarto de século, sou um canadense por nascimento, o descendente de uma família que se alinhou ao rei durante a época da Revolução Americana, e após isso exilou-se de Nova York para New Brunswick [Canadá] com outros Royalistas. Os primeiros anos de minha vida após a infância foram passados nos Estados Unidos e em Serra Leoa. Portanto, nenhum vínculo de sangue e nem preconceitos adquiridos na juventude são barreiras para que possa formar um julgamento imparcial dos eventos que ocorreram na África do Sul há uma geração<sup>113</sup>.

A tradição arquivística pode ser vislumbrada na produção de uma série de trinta e seis volumes intitulada *Records of the Cape Colony 1793-1831*, no qual o historiador sul-africano

---

<sup>112</sup> Ibidem, p.96.

<sup>113</sup> THEAL, George McCall. *The History of the Emigrant Boers in South Africa, or, the wanderings and wars of the emigrant farmers from their leaving the Cape Colony to the acknowledgment of their independence by Great Britain*. Londres: Swan Sonnenschein, Lowrey & Co., 1888, p.viii-ix.



compilou e transcreveu documentos concernentes à administração da Colônia do Cabo no período de transição à esfera de influência ultramarina britânica. Por extensão, Theal ainda publicou outras séries de documentos, tais como os nove volumes da *Records of South-Eastern Africa*, entre 1898 e 1903, e, a serviço do governo recentemente estabelecido na União Sul-Africana, os *Documents Relating to the Kaffir War of 1835*, publicado em 1912. A vasta documentação compilada por Theal nestes volumes derivava de uma tradição europeia na arquivística, mas também de um interesse ávido pela oralidade, em particular na incorporação das culturas africanas. A utilização de testemunhos orais tornava-se significativa para a produção de interpretações sobre o *mfecane*, fenômeno observado por McCall Theal como resultado do expansionismo Zulu e da incorporação de suas estratégias e sistemas militares por outras nações, ao exemplo dos Ndebele, Xhosa e Swazi, cuja aniquilação era justificada pelo historiador enquanto medida defensiva para a Colônia do Cabo<sup>114</sup>.

Em seu monumental *History of South Africa*, publicado entre as décadas de 1880 e 1910, George McCall Theal visou retratar a história do *veldt* e das relações interétnicas que levaram à constituição do território sul-africano moderno. Seu ponto de partida fundamenta-se na migração de etnias africanas na região, particularmente os grupos San e Khoikhoi, bem como o impacto causado pelas levadas imigratórias de povos Bantos, mormente os Nguni (Zulus, Ndebele, Xhosa e Swazi) e os Basoto. Além desses, Theal dedicou volumes à chegada dos primeiros portugueses no subcontinente sul-africano e à crescente concentração de holandeses, franceses e alemães na região a partir do século XVII. Os volumes finais de sua coletânea privilegiavam a presença crescente dos britânicos no território sul-africano, tomando a década de 1890 como contexto de encerramento de sua obra. Nesses últimos tomos, escritos e publicados após a constituição do estado nacional sul-africano, a guerra entre bôeres e britânicos ocupa um lugar significativo e um alerta acerca dos efeitos de conflitos entre brancos, bem como das consequências perniciosas da excessiva interferência imperial. O historiador verte seus olhos ao passado na intencionalidade de pavimentar uma ideia de África do Sul branca, sustentada pelo trabalho nativo e na constituição de reservas tribais administradas pela elite colonial anglo-saxônica<sup>115</sup>.

A trajetória de George McCall Theal no campo da historiografia sul-africana do século XIX ainda torna-se emblemática dos embates que cercam as “lutas de representações” em torno de um passado comum, convertido em objeto de disputa por distintos posicionamentos

---

<sup>114</sup> RICHNER, Jürg Emil. *The historiographical development of the concept mfecane and the writing of early Southern African history (1820-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Rhodes University, Grahamstown, 2005, p.130.

<sup>115</sup> SCHREUDER, op. cit., 1986, p.97-98.

políticos. O episódio em questão, a saber, a designação de Hendrik Leibbrandt para o cargo de arquivista oficial da Colônia do Cabo em 1881, evidencia os conflitos entre diferentes vertentes da produção escrita e da cultura histórica na África do Sul ao *fin-de-siècle*, contrapondo, de um lado, o círculo de intelectuais razoavelmente alinhavados ao lado anglo-sul-africano da questão e, de outro, McCall Theal, que tentava conciliar alianças com representantes do nacionalismo *afrikaner*. É possível que estes atritos, sintomáticos dos embates e disputas geradas no campo da intelectualidade, já apresentassem precedentes no início da década anterior, já que a *Cape Monthly*, revista editada por John Noble, em agosto de 1873, publicou uma crítica pontiaguda ao *Compendium of South African History and Geography* de Theal. O artigo, assinado por J. [John?], direciona seus comentários mais ásperos ao excesso de violência atribuído por Theal aos governadores coloniais, em especial no que se refere ao tratamento de nativos: “talvez houvesse casos excepcionais de tratamento cruel destes nativos, cujas disposições selvagens eram suficientes para provocar; mas como um todo, e em clara comparação com outros assentamentos mesmo em tempos posteriores, o colono do Cabo era distinto, tal qual ele ainda é, por consideração no que diz respeito ao seu *volk*”<sup>116</sup>. Pouco mais de uma década depois, a indicação de Leibbrandt representou um golpe significativo para McCall Theal, o qual compreendia que, por seus méritos e profícua produção intelectual, a função naturalmente lhe pertencia<sup>117</sup>.

As controvérsias entre estas duas vertentes da prática histórica sul-africana já eram sentidas a partir das interpretações díspares fornecidas em torno da figura do governador holandês Willem Adriaan van der Stell, afastado do cargo em 1707 após acusações de corrupção referentes à concessão de monopólio sobre a comercialização de carne e vinho. Na perspectiva de Leibbrandt, as intenções de Van der Stel, vistas como tirânicas e opressivas pelo lado bôer do embate, visavam o desenvolvimento da agricultura na colônia do Cabo, e não necessariamente implicavam na delimitação dos direitos dos colonos livres. Sua defesa fica evidente na seleção dos documentos que integram a obra *Precis of the archives of the Cape of Good Hope*, em especial no volume dedicado às argumentações do governador durante as acusações: “o governador responde que rapidamente mostrará (...) que foi injustamente, falsamente, maliciosamente acusado (...), que lhe causa ampla tristeza e mágoa,

---

<sup>116</sup> A NEW BOOK ON THE CAPE. *The Cape Monthly Magazine*, v.7, ago.1873, p.127-128.

<sup>117</sup> MERRINGTON, Peter. Nothing new under the Sun: anatomy of a literary historical polemic in Colonial Cape Town, circa 1880-1910. DELMAS, Adrien; PENN, Nigel (orgs.). In: *Written Culture in a Colonial Context: Africa and the Americas, 1500-1900*. Leiden: Brill, 2012, p.200.

após ter sido líder de uma cidade bem governada e amplamente civilizada, e partilhar de um governo justo e adequado”<sup>118</sup>.

McCall Theal, em seu *Compendium of South African History and Geography*, já indicara van der Stell como um indivíduo “apaixonado, tirânico e cobiçoso de riquezas”, o qual enriquecera nas custas dos *burghers* holandeses e, “de fúria sem limites”, estabelecera “um reino de terror” na Colônia do Cabo<sup>119</sup>. Como resultado, os simpatizantes do *Afrikaner Bond* alinharam-se à interpretação de George McCall Theal, enquanto que aqueles favoráveis à modernização, intervenção estatal e desenvolvimento político das relações anglo-bôeres, forneceram apoio à visão de Leibbrandt. No ínterim, o primeiro ministro do Cabo, Gordon Sprigg, negou o acesso de Theal aos arquivos na Cidade do Cabo, sob a alegação de que a administração colonial opunha-se à sua ocupação parcial enquanto historiador, demandando dele dedicação integral ao cargo de funcionário civil<sup>120</sup>.

Como afirma Peter Merrington, a designação de Leibbrandt gerou controvérsias, já que diversos membros do comitê organizado no ano precedente com a função de selecionar o Bibliotecário Parlamentar e Arquivista Colonial, haviam previamente apontado McCall Theal para a função. Seu principal articulista havia sido Onze Jan Hofmeyr, membro do *Afrikaner Bond* e editor de seu periódico principal, *Het Volksblad*, o qual fez amplo uso dos editoriais para a defesa do historiador ao cargo. De modo semelhante, Saul Solomon, editor do *Cape Argus* e membro do parlamento do Cabo, havia apoiado a designação de Theal. O primeiro ministro do Cabo ignorou a indicação do comitê e manteve Leibbrandt na função dupla, em parte por ter previamente garantido ao arquivista o encargo de catalogar e coletar fontes e arquivos da cidade de Graaff-Reinet, no Cabo Oriental, região de importância histórica na configuração geopolítica do território sul-africano. A controvérsia entre Theal e Leibbrandt estava igualmente imersa em outras particularidades retóricas e políticas: a tonalidade das narrativas do passado sul-africano de McCall Theal era muito mais empática à causa do separatismo bôer, enquanto Leibbrandt alinhavava-se a um grupo de intelectuais e políticos, ao exemplo de seu cunhado, o professor e jornalista John Noble, e de Douglas Fairbridge, membro da Assembléia Legislativa do Cabo, que defendiam a aproximação da Colônia com o Império Britânico<sup>121</sup>.

---

<sup>118</sup> LEIBBRANDT, H. C. V. *Précis of the archives of the Cape of Good Hope*. Cape Town: W. A. Richards & Sons, 1896, p.428.

<sup>119</sup> THEAL, George McCall. *Compendium of South African History and Geography*. Alice, South Africa: Lovedale Missionary Institution, 1878, p.94-95.

<sup>120</sup> MERRINGTON, op. cit., p.201.

<sup>121</sup> Ibidem, p.201.

No que diz respeito à ocupação e expansão do território sul-africano em seu período mais recente, duas chaves de leitura recebem relevância na obra de George McCall Theal: a *Great Trek*, em especial no volume dedicado às migrações internas dos bôeres na África do Sul, particularmente sintomático de sua empatia à causa holandesa, e as “guerras de extermínio” associadas ao *mfecane*. Ao tratar sobre estes processos históricos, McCall Theal visou produzir uma narrativa hegemônica, geograficamente coesa, racialmente informada e fortemente zulucêntrica, sobretudo em seu *Compendium* e, com algumas revisões, em *Progress of South Africa in the Century* (1901). Esses contextos, caracterizados pela marca da dispersão étnica pelo interior dos territórios coloniais, eram vistos pelo historiador sul-africano como intrinsecamente interligados e, ao defender o protagonismo bôer na história política colonial em oposição às práticas vistas como bárbaras e tiranas da monarquia Zulu, proporcionava um relato do passado que atendia às expectativas de muitos membros da elite branca colonial na África do Sul. Tais grupos formavam, presumivelmente, a comunidade de leitores imaginada por McCall Theal, independentemente de sua identificação étnica, já que, como relembra no prefácio de *Progress*, o historiador almeja produzir “as verdades indisputáveis sobre a história sul-africana, e cada indivíduo poderá colorir estas verdades para adequar às suas inclinações, seja em favor dos ingleses, holandeses ou bantos”. E, apesar de declarar-se ansioso pela “extensão e solidificação do Império”, Theal adverte seus leitores a respeito do fato de que não “permitira aquele sentimento prejudicar meu trabalho”<sup>122</sup>.

Até a década de 1870, as principais narrativas que tratavam da *mfecane* concentravam-se em áreas geográficas ou grupos étnicos específicos, produzindo, de modo reiterado, um discurso que enfatizava a multiplicidade de atores históricos envolvidos na história da África do Sul das primeiras décadas do século: em linhas gerais, alguns autores destacavam a emergência do Reino Zulu, a formação da Zululândia e o esvaziamento populacional da região de Natal, posteriormente ocupada pelos *vootrekkers*; as incursões militares dos Mantatees e mais tarde dos Ndebele, as quais teriam produzido um vazio populacional além das fronteiras da Colônia do Cabo; a travessia dos Ngwane, de Natal para o Transkei, pela região do Transgariep, onde foram derrotados por um exército colonial; e, por fim, narrativas sobre os Fingo, oriundos de Natal, escravizados pelos Gcaleka e libertados pelo governador D’Urban. No período de publicação de sua obra, a questão Zulu voltava ao debate, nominalmente pelos conflitos gerados pela resistência dos Zulus liderados pelo rei Cetshwayo em fins dos anos de 1870.

---

<sup>122</sup> THEAL, George McCall. *Progress of South Africa in the Century*. Londres: Linscott, 1901, p.vi.

Ao tratar sobre o expansionismo Zulu em seu *Compendium*, Theal concentrou-se nas regiões costeiras do Cabo Oriental, em Natal e na Zululândia, promovendo uma interpretação dos processos de migração do início do século como resultantes da ação expansionista dos Zulus, bem como da adoção de suas estratégias militares por outros grupos étnicos, ao exemplo dos Ngwane. Como afirma Richner, o historiador adotou uma forma de periodização tripartite sugerida pelo secretário de assuntos nativos, Theophilus Shepstone, na primeira metade dos anos de 1870: um período inicial, anterior à década de 1810, marcado pela ausência de conflitos, edênico e pacífico; uma segunda fase, entre 1812 e 1820, caracterizada por “um grande redemoinho de confusão, guerra e massacre”<sup>123</sup> promovida pela evasão de diversas lideranças militares africanas que fugiam das forças Zulus em direção ao sul; e um período posterior, em que a ação colonial britânica almejava suplantar a fase de violência e genocídio por meio da cristianização e do processo civilizatório<sup>124</sup>.

Nesta ótica a respeito da expansão Zulu, o que se observa é uma visão que enfatiza o efeito dominó, na medida em que o monarca, Shaka, é responsabilizado pela “trajetória de sanguinolência” que teria, eventualmente, promovido a migração de diversos grupos populacionais, “alguns fugitivos selvagens, inconsequentes, buscando apenas ficar para além do controle dos bandos de Tshaka”, outros “furiosos por terem perdido suas posses e determinados a infligir em outros as misérias que eles mesmos passavam”<sup>125</sup>. Na escrita do passado sul-africano empreendida por McCall Theal, as forças motrizes do expansionismo Zulu nas três primeiras décadas do século perpassam, indubitavelmente, pelas marcas do racismo enquanto elemento estruturante dos sentidos explicativos elaborados pelo historiador: a violência descomedida, o desejo de provocar “massacres e roubos” é atribuído por ele ao simples “desejo de sangue humano e uma resolução por viver e reinar sozinhos”<sup>126</sup>. Como se sabe, a convergência entre o determinismo biológico e preceitos evolucionistas tornaram-se predominantes no pensamento social e histórico de muitos intelectuais no último quartel do século, de modo a ecoar, na produção de Theal e de muitos de seus contemporâneos, em um ideário de superioridade racial europeia em detrimento do barbarismo e selvageria associado às “raças nativas”.

Além disso, persiste nas narrativas do expansionismo Zulu formuladas por George McCall Theal um aspecto que o conecta a diversas produções de caráter histórico gestadas na

---

<sup>123</sup> THEAL, George McCall. *Compendium of South African History and Geography*. Alice, South Africa: Lovedale Missionary Institution, 1878, p.82.

<sup>124</sup> RICHNER, op. cit., p.130.

<sup>125</sup> THEAL, op. cit., 1878, p.82.

<sup>126</sup> Ibidem, p.83.

segunda metade do século XIX: a crença de que a individualidade representada pelas lideranças político-militares – os “grandes homens” – seriam capazes de irradiar elementos de compreensão para toda a tessitura social e cultural na qual se encontravam inseridos, ideia apresentada originalmente por Thomas Carlyle na década de 1840<sup>127</sup>. Daí a ênfase constante, sobretudo no *Compendium*, em torno das trajetórias de Shaka e seus sucessores imediatos, seus meio-irmãos Dingane e Mpande kaSenzangakhona (1798-1872). Não há nele a intenção de transformá-los em heróis, atitude previsível se considerados os posicionamentos de McCall Theal: Dingane é descrito como um governante “sem qualquer talento, um mero copista”, cujo temperamento refletia em seus exércitos ao demandarem “novas vítimas”; Mpande, seu irmão e sucessor, é visto pelo historiador como “um homem sem nenhuma genialidade”, cujo reinado demarcou o declínio do expansionismo militar iniciado por Shaka, mesmo que sem a perda de “sua ferocidade”<sup>128</sup>. O discurso racialista, em articulação à crença na individualidade representativa, visa apresentar os Zulus como movidos pela violência desmotivada, ou ainda destituídos de sua própria agência, como meros “copistas” sem “genialidade”.

Publicado em 1901, *Progress of South Africa in the Century*, em volume único, pode ser visto como uma sumarização da *magnum opus* de George McCall Theal, *History of South Africa*, pois apresenta de modo conciso os principais argumentos da sua obra enciclopédica. A julgar pelo título, amplamente sugestivo das utopias de civilização e progresso que perpassam quase que integralmente a produção do historiador, persiste uma concepção de tempo linear e progressivo, indicado pela divisão interna do texto: se os primeiros capítulos são dedicados aos “antigos habitantes da África do Sul”, isto é, “bosquímanos”, “hotentotes” e “bantos”, o desfecho de *Progress* assinala que “o grande progresso dos últimos anos se deve a uma quantidade maior de comunidades europeias sendo livres para conduzir seus próprios assuntos da sua própria forma”<sup>129</sup>. Por tudo o que se viu acerca da trajetória de McCall Theal, não surpreende o fato de que, ao tratar sobre sua contemporaneidade demarcada pela guerra sul-africana de 1899-1902, o imperialismo britânico, se movido por “paixão e derramamento de sangue”, era visto como causa imediata para uma “grande onda de barbarismo”, responsável por “intensos sentimentos de hostilidade e ódio entre povos que precisam continuar a viver juntos no mesmo solo”, isto é, “ingleses e holandeses, tão intimamente ligados por sangue e caráter”<sup>130</sup>.

<sup>127</sup> LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, pp.53-61.

<sup>128</sup> THEAL, op. cit., 1878, p.197.

<sup>129</sup> THEAL, op. cit., 1901, p.506.

<sup>130</sup> Ibidem, p.502.



O expansionismo Zulu era caracterizado na obra como a “guerra Zulu de extermínio”, e demarca um retorno de McCall Theal à ideia da individualidade representativa, pois o reino era personificado nas ações e trajetória de Shaka, comparado, na abertura do texto, aos massacres promovidos pelo imperador romano Júlio César na Gália, embora “aquele número foi grandemente ultrapassado pela carnificina causada direta ou indiretamente por Tshaka na África do Sul”<sup>131</sup>. Além de descrever a trajetória de Shaka, e sua ascensão ao poder entre os Zulus devido a atos de bravura e crueldade, o período era descrito pelo historiador a partir da retórica do “mito das terras vazias”, isto é, o avanço dos Zulus nas primeiras décadas do século teria causado um vazio populacional que facilitou a ocupação posterior da região pelos colonos bôeres. Com efeito, o escoamento causado por Shaka era interpretado como um dos males necessários para sua concepção de progresso no subcontinente, já que “se o terrível exterminador nunca tivesse existido indubitavelmente teríamos progresso na África do Sul, mas não seria aquele tipo de progresso que ocorreu, não existiriam o Estado Livre de Orange, a República do Transvaal ou a Colônia Rodésia, como existem atualmente”<sup>132</sup>. A ideia de um violento efeito dominó causado pelo Reino Zulu recebe ênfase no capítulo:

Os próximos a fugir foi a grande tribo dos Amangwane, os pequenos tigres, que plenamente justificavam seu nome pela conduta que mantinham. Deixando seu antigo lar nas margens do Umzinyati, eles atacaram primeiro os Hlubis, que dispersaram, e então atravessaram a [cordilheira de] Drakensberg e atacaram o povo que ocupava a região norte do que hoje é a Basutolândia e a parte oriental do Estado Livre de Orange. Estes, incapazes de resistir ao choque da horda de Matiwane, que tinham parcialmente adotado as armas zulus, fugiram por sua vez, e sob a liderança de uma mulher chamada Ma Xtatisi atravessaram o rio Vaal e dirigiram-se ao noroeste. A região diante deles era densamente habitada, mas as populações não eram suficientemente inteligentes para se unir a tempo de um perigo em comum. Uma região foi assim destruída, seu gado e grãos devorados, e então a horda assassina movia-se para ao próxima<sup>133</sup>.

Dentre os sobreviventes da “guerra de extermínio” promovida pelas azagaias de Shaka, McCall Theal ainda relatava a proliferação de práticas de canibalismo. As narrativas de canibalismo integravam muitos dos relatos de missionários e viajantes que descreveram as regiões de Natal, do Transvaal e do vale Caledon durante a primeira metade do século XIX, e, a despeito das hipóteses contraditórias a respeito de sua veracidade, faziam parte do imaginário de muitos europeus a respeito do interior da África do Sul. As práticas de

---

<sup>131</sup> Ibidem, p.169.

<sup>132</sup> Ibidem, p.170.

<sup>133</sup> Ibidem, p.174.

canibalismo e escravidão, com certa frequência inter-relacionadas<sup>134</sup>, integravam a imaginação literária e as ficções científicas que definiam a África enquanto um “continente negro”. Essa percepção foi particularmente intensificada nas últimas décadas do século com a proliferação de relatos de viajantes e antropólogos e com o acirramento da corrida colonial. Por um lado, os relatos de antropofagia reforçavam preceitos evolucionistas que observavam em seus praticantes os estágios mais inferiores da evolução humana, ofereciam uma legitimação política, de base pseudocientífica, para justificar o domínio das terras ultramarinas por europeus vistos como civilizados e de modo simultâneo legitimavam o extermínio étnico das “raças menos desenvolvidas”<sup>135</sup>. Por outro, demonstram o modo como tais discursos eram constituídos a partir de elementos presentes no romance gótico e na literatura aventuresca, ao cingirem cenários de violência interétnica e declínio racial, especialmente na obra de Theal, povoada por um simultâneo entusiasmo com o futuro político da África do Sul e preocupações de âmbito racial, sobretudo com a miscigenação, vista como uma ameaça ao progresso colonial.

O deslocamento populacional e o genocídio atribuído por Theal ao expansionismo Zulu teriam possibilitado, por sua vez, a migração dos bôeres para o interior do subcontinente na década de 1830. Porém, o historiador sul-africano aponta para um importante antecedente, sintomático das resistências dos colonos diante da crescente influência política britânica: a rebelião de Slachter’s Nek em 1815, ocasionada após a morte do fazendeiro bôer, Frederik Bezuindenhout, morto por soldados britânicos da Colônia do Cabo ao ser acusado de maus tratos contra seus escravos de origem Khoi. O movimento, na ótica de McCall Theal, não é vista como uma forma de insurgência, mas sim como uma via de resistência dos colonos bôeres perante a crescente autoridade britânica. Um dos líderes da rebelião, Jan Bezuidenhout, era descrito como um fazendeiro iletrado, porém dotado de um “código de honra (...), que continha pelo menos um dos princípios comuns às mentes mais nobres em todos os setores de sua raça: morrer, ao invés de fazer algo degradante”. Para Theal, o imperativo ético e político do historiador era lembrar estes episódios da resistência bôer, legitimá-los enquanto parte do passado colonial e salvaguardá-los para sua geração, pois as prisões e execuções dos membros do movimento deixavam claro “a natureza impiedosa da autoridade inglesa”, e conclui, ao afirmar que a punição não passava de um “grave erro político”<sup>136</sup>.

---

<sup>134</sup> RICHNER, op. cit., p.193-194.

<sup>135</sup> BRANTLINGER, Patrick. Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent. *Critical Inquiry*, v.12, n.1, 1985, pp.185-186.

<sup>136</sup> THEAL, op. cit., 1901, p.118-120.

Convém ainda destacar que, em *Progress*, McCall Theal utiliza do termo “*afrikander*” para descrever os colonos do início do século, expressão que passa a ser de uso comum apenas nas décadas de 1870-1880, como parte das novas configurações de identificação política constituídas na África do Sul do período; o anacronismo, aqui, deixa inegáveis os vínculos entre as ações justificadas dos bôeres no passado e de seus descendentes em tempos de “derramamento de sangue” na busca pela liberdade política e religiosa longe da opressão imperial britânica. Ao recuperar o episódio de *Slachter’s Nek*, representa seus articulistas como mártires injustiçados diante das novas legislações concernentes ao trabalho servil africano estabelecidas pelo governo colonial no Cabo e a mobilização de tropas compostas por Khoi-Khoi. Em favor de suas utopias de pureza racial, McCall Theal ignora o fato de que diversos dos homens envolvidos na revolta viviam com esposas africanas; que uma de suas lideranças, Cornelis Faber, tentou realizar uma aliança político-militar com os Ngqika; e que, de um modo geral, os fazendeiros bem estabelecidos pouco se interessaram pelo movimento, composto, majoritariamente, por rufiões iletrados das fronteiras, destituídos de terras próprias e com rebanhos limitados. Até mesmo a opção pelo uso do termo “*afrikander*”, e não mais “*boer*”, evidencia não apenas o peso político atribuído à designação, especialmente após a formação do *Afrikander Bond* em 1881, mas também os vínculos entre colonos brancos e proprietários de terras, já que alguns setores do *Bond* compreendiam que o partido estava fundamentado “em vínculos comunais de forma a excluir não-brancos”<sup>137</sup>.

Mais do que uma análise detalhada da saga dos *vootrekkers*, *History of the Emigrant Boers in South Africa* fornece pistas importantes a respeito do método mobilizado por George McCall Theal em sua “operação historiográfica”. No prefácio, o historiador destaca a ausência de estudos a respeito das emigrações bôeres e do estabelecimento das repúblicas do Transvaal e do Estado Livre, além de enfatizar suas “incomuns capacidades para coletar informações orais”, tanto de testemunhas europeias quanto nativas envolvidas nos processos históricos descritos. Além disso, atesta o caráter arquivístico-documental de seu trabalho, com ênfase na documentação coletada nos Arquivos Coloniais do Cabo e nos arquivos holandeses; na sua perspectiva, a documentação cingida possuía “o maior valor histórico”, suplantando, inclusive os *bluebooks* produzidos pelo governo britânico, os quais, conclui-se, estariam inflamados por sentimentos tendenciosos. A tradição arquivística torna-se um corolário da objetividade do historiador, na medida em que “após ler, comparar e digerir [os documentos], o único trabalho em escrever a história da emigração era aquele de guiar a pena”. A seleção

---

<sup>137</sup> GILIOMEE, Hermann. *The Afrikaners*. Londres: Hurst & Company, 2011, pp. 84-85; p. 289.

documental pressupõe igualmente a exclusão de uma gama de fontes que McCall Theal considera como demasiadamente parciais, “como aqueles devotados a controvérsias teológicas, poesia, ficção e ciências especiais”<sup>138</sup>.

No capítulo dedicado ao *Great Trek*, Theal categoriza a emigração de milhares de bôeres rumo ao interior do subcontinente como uma ânsia por escapar “do que viam como uma opressão intolerável”, promovendo “um evento singular na história da colonização moderna”<sup>139</sup>. O episódio possibilitava ao historiador elaborar largamente a respeito das discussões raciais concernentes aos bôeres, aproximando-os dos anglo-saxônicos, pois afirmava que os bôeres na África do Sul eram “homens de nossa própria raça, daquela vigorosa vertente teutônica holandesa que ocupou a Inglaterra e a Escócia” a qual, a despeito dos processos históricos de dispersão geográfica, conservou “de modo imutável” a “corrente contumaz”. A miscigenação entre britânicos e bôeres era vista como uma evidência das relações harmônicas e cordiais cultivadas pelos colonos da região antes do *Great Trek*, fraturadas, no início do século XIX, por uma complexidade multicausal: segundo McCall Theal, a “comparação de numerosos documentos escritos em diferentes épocas, por diferentes pessoas” possibilita um quadro explicativo amplo das razões que levaram os colonos bôeres a deixarem a Colônia do Cabo. Em primeiro lugar, o governo britânico é acusado por sua incapacidade de fornecer proteção em amparo aos colonos, bem como de favorecer as populações nativas em disputas por terras. Em segundo, os missionários da *London Society*, acusados de abuso de autoridade e de “advogar esquemas diretamente hostis ao progresso da civilização e a manutenção da ordem”. Por fim, a questão nativa: a abolição do trabalho servil nas colônias britânicas e a concessão de “perfeita igualdade política” aos nativos ex-escravos, embora Theal destaque a escassez de documentos concernentes a este fator<sup>140</sup>.

Uma das questões sobre as quais McCall Theal se detém em sua análise dos fluxos migratórios rumo ao interior do subcontinente diz respeito ao seu estatuto jurídico, bem como o reconhecimento dos direitos políticos dos colonos bôeres e a legitimação de sua autonomia com relação às instituições britânicas. O historiador atém-se ao fato de que “os primeiros emigrantes constantemente defendiam que deixaram a Colônia para se livrarem não da lei, mas da ausência de lei” [*lawlessness*] e, neste mesmo movimento, “defendiam ter deixado de serem cidadãos britânicos”. A alegação da autonomia política dos bôeres, justificado por seu anseio por uma sociedade distinta da “*lawlessness*” representada pela autoridade britânica,

---

<sup>138</sup> THEAL, op. cit., 1888, ppp.v-viii.

<sup>139</sup> Ibidem, p.59.

<sup>140</sup> Ibidem, p.59-65.

ressoava de modo empático à causa dos bôeres da década de 1880, ao observar em seus antecedentes um movimento legítimo, movido por insatisfações que se intensificam no período em questão.

Na configuração do mito de origem nacional delineado por McCall Theal em sua obra, o historiador mapeia não apenas chaves de leitura para a gestão dos ressentimentos entre britânicos e bôeres, mas também uma via de justificação das lutas de bôeres pela independência e da existência legítima das suas repúblicas. De modo distinto às ações do governo britânico nas décadas de 1830-1840, que inicialmente recusa-se a reconhecer a autonomia política bôer, o reconhecimento da independência do Transvaal pela Convenção de Londres, em 1884, é laureada posteriormente por McCall Theal como um “ato de liberalidade por parte do governo”, e “não há motivos pelos quais os sentimentos mais amistosos não possam ser renovados por parte daquele pequeno estado” [o Transvaal]<sup>141</sup>. Mais do que a busca por terras ou riquezas, o *Great Trek* é apresentado nestas narrativas, em especial se cotejadas com as outras lutas de bôeres e seus descendentes, como uma constante busca por liberdade irrestrita, pela premissa de uma “terra prometida”.

Se Shaka torna-se uma individualidade representativa do expansionismo Zulu, do lado bôer da questão, McCall Theal faz questão de selecionar heróis e mártires, com destaque para uma das principais lideranças *voortrekkers*, Piet Retief, assassinado com sua delegação de bôeres por Dingane em 1838. A carta-declaração de Retief, na qual expõe as principais insatisfações e reivindicações dos emigrantes, é resgatada por McCall Theal como um dos documentos que testemunha a origem da identidade *afrikaner* e da própria África do Sul enquanto tal. Além de remeter suas origens étnico-raciais à leva de imigrantes huguenotes que deixaram a França no final do século XVII em busca de liberdade religiosa, o historiador descreve Piet Retief como um “homem de grande valor” que desafiou a autoridade dos governadores do Cabo, e ao aproximar-se dos colonos bôeres da região, conquistou “sua confiança e estima”. O líder *vootrekker*, que previamente ocupava um cargo militar, ainda recebe destaque no momento em que, ao desafiar o sistema de tratamento nativo estabelecido por Stockenstrom, foi “oficialmente retirado da lista de comandantes de campo”<sup>142</sup>: talvez McCall Theal encontrasse nele alguém que, tal qual o próprio historiador, havia sido deliberadamente excluído de encargos oficiais por suas afiliações políticas.

Nesse sentido, um último elemento ressalta das narrativas de McCall Theal acerca das migrações dos bôeres na década de 1830: seu antagonismo quanto à administração

---

<sup>141</sup> THEAL, op. cit., 1901, p.438.

<sup>142</sup> THEAL, op. cit., 1888, p.81.

colonial e as supostas medidas discriminatórias tomadas pelo Cabo. Segundo Norman Etherington, até então, a responsabilidade pelas migrações não era atribuída à administração do governador D'Urban, o qual possuía relativa admiração pelos bôeres, e um jornal anglófono contemporâneo aos fatos expressava suas esperanças de que “esta migração pode ser a maior benção já vivenciada nesta parte da África do Sul”<sup>143</sup>. Até mesmo em outros tratados histórico-geográficos, ao exemplo do supramencionado *History* de Alexander Wilmot e John Chase, os *voortrekkers* são descritos em termos amenos, como “fazendeiros prósperos e inteligentes”<sup>144</sup>, e as insatisfações dos bôeres são atribuídas a questões ligadas aos ataques de africanos às suas propriedades. Em *History of the Emigrant Boers*, Theal responsabiliza diretamente o “Governo Imperial” por sua incapacidade em proteger os habitantes do Cabo contra ataques, pela sua parcialidade ao “favorecer os selvagens” e pela “forma injusta” com a qual a escravidão foi abolida<sup>145</sup>. Dessa forma, o historiador canadense reforçava a hipótese da opressão britânica, identificada como resultante de seu imperialismo, e simultaneamente demonstrando uma visão empática com os bôeres.

A escrita da história de George McCall Theal deixou reverberações nas leituras do passado sul-africano delineados pelos projetos políticos anglo-bôeres no final do século XIX. No que diz respeito ao expansionismo de Shaka, o historiador canadense erradicado na África do Sul propôs uma narrativa geograficamente coesa, que culpabilizava os Zulus, uma força política inegável no final da década de 1870 e ameaça aos projetos expansionistas, como responsáveis pelo genocídio e dispersão étnica que teria ocasionado um esvaziamento territorial, posteriormente ocupado pelos bôeres. Por este motivo, McCall Theal visava legitimar a dispersão dos colonos bôeres na década de 1830 enquanto uma saga em busca pela liberdade, para longe da presença britânica, cujo imperialismo era caracterizado pelo historiador como violento e conflituoso. Em um momento no qual a ideia de uma África do Sul unificava estava sendo gestada, o projeto de escrita do passado de McCall Theal partia de pressupostos racialistas, ao enfatizar a legitimidade política de uma comunidade colonial de ascendência europeia e, afastando-se de seu contato inicial com o missionarismo e o humanitarismo, visava negar o acesso a terras e a direitos políticos aos africanos negros.

George McCall Theal influenciou diversos outros historiadores do período, dentre os quais, um funcionário civil em Pietermaritzburg, James Stuart, o qual, com base em testemunhos orais, produziu estudos sobre costumes e leis Zulus e, em 1913, publicou *The*

---

<sup>143</sup> ETHERINGTON, op. cit., 2001, p. 340.

<sup>144</sup> WILMOT, CHASE, op. cit., 1869, p. 343.

<sup>145</sup> THEAL, op. cit., 1888, p. 62.



*History of the Zulu Rebellion*, obra em dois volumes. Stuart conservou a forte prerrogativa racial, a perspectiva zulucêntrica e geograficamente integrada sobre a *mfecane*, descrevendo a Zululândia como “o centro da tempestade de terríveis êxodos que transformaram o país em um deserto agitado, repleto de leões, hienas e lobos, seus habitantes transformados em vorazes e sagazes canibais”<sup>146</sup>. Além disso, James Stuart recuperou algumas das ideias de Theophilus Shepstone concernentes à periodização da história sul-africana de acordo com o período mais intenso de expansão militar zulu, fator de violência considerado como uma força motriz para as transformações históricas desde a década de 1830 e que culminavam, no último quartel do século, no acirramento das tensões entre britânicos, bôeres e Zulus.

## 2.5 – ROMANCES AVENTURESCOS E A ÁFRICA DO SUL

De forma concomitante à emergência da historiografia colonial sul-africana na segunda metade do século XIX, a popularização dos romances aventurecos e das novelas sentimentais atraiu a atenção de muitos leitores e leitoras na metrópole à situação política e étnico-social no extremo sul da África. Neste contexto, tanto as narrativas históricas quanto as ficções literárias atuavam na “temporalização e historicização dos eventos, com a definição precisa de meio, tempo e lugar como elementos constitutivos das ações e relações entre os homens”<sup>147</sup>. Estas produções literárias, remetendo-se à sensibilidade, ao imaginário e ao domínio da significação simbólica, contribuíram para a formação de estereótipos que caracterizavam a África como o “continente negro”, espaço de seres exóticos e violentos, ou de terras inóspitas e inabitadas; simultaneamente, a seleção de personagens e episódios históricos que transparecem no plano de fundo de muitos dos romances aventurecos produzidos naquele período imaginavam a formação dos estados coloniais, ao exemplo da África do Sul, que passou a ser alvo de perscruto de diversos romancistas, tais como George Alfred Henty, Bertram Mitford, Robert Michael Ballantyne e H. Rider Haggard.

No prefácio à reedição de seu *The Story of an African Farm* (1883), a romancista sul-africana Olive Schreiner criticou os modelos paradigmáticos e altamente estereotipados a partir dos quais diversos escritores coloniais relatavam a África do Sul enquanto um espaço de conquistas de fortunas e vivências aventureiras que se encerravam com um retorno triunfante à metrópole. Para Schreiner, estas “histórias de aventuras selvagens, de gado sendo

---

<sup>146</sup> RICHNER, op. cit., p.151.

<sup>147</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e textos literários: alguns apontamentos. *História: questões & debates*, n.44, 2006, p.39.

conduzido a *kranzes* inacessíveis por bosquímanos, de encontros com leões selvagens e fugas arriscadas” só poderiam ser escritos “em Picadilly ou no Strand, lá onde os dons da imaginação criativa, desimpedida pelo contato com qualquer fato, podem abrir suas asas”<sup>148</sup>. Schreiner certamente aludia ao fato de que, entre as décadas de 1870 e 1880, um tipo particularmente popular de ficção aventuresca tornou-se *best selling* no mercado editorial britânico, difundido tanto em volumes ilustrados quanto nas páginas de periódicos voltados a leitores infanto-juvenis. Esses romances atuavam como verdadeiras cartilhas do colonialismo, informando seus leitores e leitoras a respeito das vicissitudes ambientadas nas regiões fronteiras do Império Britânico e, marcados com sensibilidade romântica<sup>149</sup> e preceitos racialistas, apresentavam cenários exóticos e nativos incompreensíveis.

A proliferação da literatura aventuresca ocorreu em associação ao recrudescimento das práticas políticas coloniais entre as décadas de 1870 e 1880, e desencadeou uma nova semântica em torno da ideia de aventura e da figura do aventureiro. No século XVIII, o aventureiro era visto como um personagem nas margens da legalidade, um criminoso ou usurpador estigmatizado, que evocava certa figura de errância, mas que se acomodava adequadamente ao espaço europeu da época. Tome-se, a títulos de exemplos, as vicissitudes do veneziano Giacomo Casanova (1725-1798), ou o Don Juan, imortalizado por Lord Byron em um poema de 1824: heróis românticos, ladinos e quixotescos, famosos por suas aventuras amorosas. Contudo, a imagem do aventureiro que domina a ficção na segunda metade do século XIX era capaz de romper com o espaço europeu: longe de ser uma figura intrusa no espaço cotidiano, o aventureiro se torna uma figura de partida, cuja representação evocava a idealização de distâncias geográficas, e constantes referências a mapas convertiam-se explicitamente em um vetor do imaginário da aventura. Segundo Sylvain Venayre, a definição de aventura no século XIX trouxe consigo uma série de valores difundidos na época: a exaltação do individualismo e da iniciativa individual; a valorização da conquista e do risco mortal, visto como um meio de viver intensamente; e a virilização da aventura, na medida em que esta era entendida como “um meio de se tornar homem, e um homem rigoroso”<sup>150</sup>. Ademais, a aventura estava enlaçada às certas sensibilidades políticas, na medida em que

<sup>148</sup> SCHREINER, Oliver. *The Story of an African Farm*. Londres: Chapman and Hall, 1892, p. viii.

<sup>149</sup> Utilizo o termo “sensibilidade romântica” a partir do sentido atribuído por Márcia Naxara, a qual compreende que, a partir do final do século XVIII, determinados sentimentos (o belo, o sublime, o pitoresco) foram mobilizados por artistas e literatos ao buscarem sentidos explicativos para o espaço natural, o campo e a cidade, bem como suas gentes. Cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Brasília: UNB, 2004.

<sup>150</sup> VENAYRE, op. cit., 2001, pp.93-112.

visava promover a conquista colonial, apresentada como resultante das ações de homens fortes e joviais, movidos pelo espírito empreendedor e aventureiro.

Segundo Franco Moretti, ao longo do século XIX estabeleceu-se uma relação direta entre a concepção de aventura e a popularização e consolidação do romance. Nesta perspectiva, o romance aventureiro torna-se responsável por expandir as geografias imaginárias da narrativa ficcional, de modo que o “desconhecido não é uma ameaça, é uma oportunidade, ou mais precisamente: não existe mais a distinção entre ameaças e oportunidades”<sup>151</sup>. A fórmula adotada por muitos destes romances aventureiros publicados entre as décadas de 1870 e 1890 pululava de episódios de risco e perigo, missões secretas e perseguições implacáveis, cenas de batalhas, caçadas e campanhas militares. Os protagonistas, geralmente adolescentes ou homens jovens, eram retratados como corajosos e bravos, intrépidos e engenhosos; suas ações heróicas importavam muito mais do que o desenvolvimento moral ou intelectual do personagem e as motivações que os levavam à África variavam mas, em geral, estavam relacionadas a questões militares, ao comércio ou à exploração das riquezas minerais<sup>152</sup>. Estas ficções cingiam o “mito energizante do Imperialismo britânico. Elas eram, coletivamente, a história que a Inglaterra contava a si mesma quando ia dormir à noite; e, na forma de sonhos, elas recarregavam a vontade britânica com a energia para ir ao mundo explorar, conquistar e dominar”<sup>153</sup>.

Simultaneamente, os romances de aventura, ao descrever as paisagens naturais e os territórios coloniais, conjugavam um vasto leque de sentimentos, ao exemplo da resignação e da submissão do indivíduo perante a grandiosidade do espaço natural, unindo elementos estéticos de caráter romântico, tais como o sublime e o pitoresco. Essas figurações das colônias assumiam um papel central na literatura aventureira produzida no período, a qual definia os “espaços da aventura” como distantes, ausentes de quaisquer traços de civilização, exóticos e desconhecidos, lugares nos quais o sentimento de risco mortal, essencial nos discursos sobre a aventura, concretizava-se. Assim, o território da aventura era apresentado como “uma natureza perigosa, imensa e sublime”<sup>154</sup>. Finalmente, esses discursos literários desempenhavam um evidente papel político, no sentido de que “o conhecimento da natureza” constituía um “elemento importante e primordial como explicação, justificação e legitimação do poder que se estabelece sobre as regiões consideradas e representadas como atrasadas,

---

<sup>151</sup> MORETTI, Franco. O romance: história e teoria. *Revista Novos Estudos*, v.85, 2009, pp.204-205.

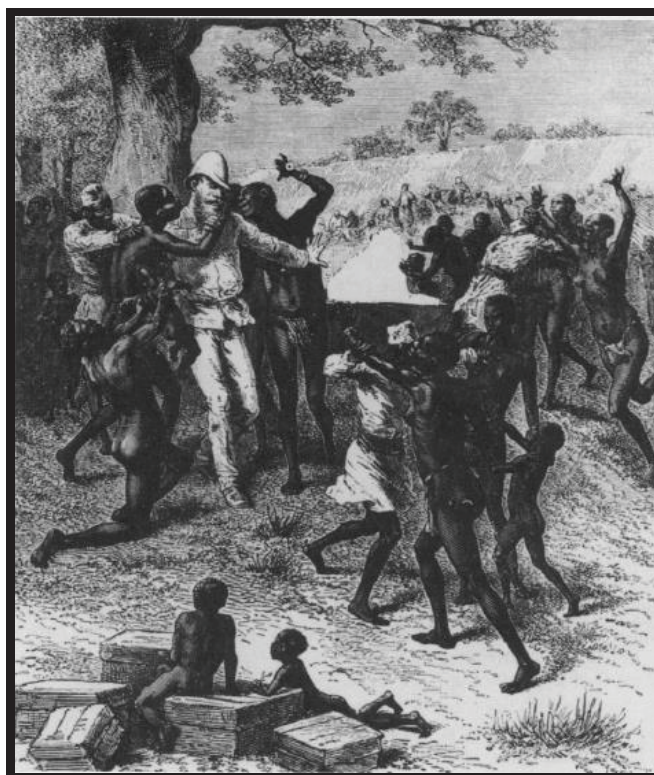
<sup>152</sup> RICHARDS, Jeffrey. *With Henty to Africa*. In: RICHARDS, Jeffrey (org.). *Imperialism and Juvenile Literature*. Oxford: Manchester University Press, 1989, pp.75-79.

<sup>153</sup> GREEN, Martin. *Dreams of Adventure, Deeds of Empire*. Nova York: Routledge, 1979, p.3.

<sup>154</sup> VENAYRE, op. cit. pp.93-112.

selvagens e bárbaras”<sup>155</sup>. Portanto, as representações dos territórios longínquos pelos romances aventureiros não eram frívolas e tampouco inofensivas, pois intencionavam a legitimação pública da conquista ultramarina, evocando o entusiasmo de seus leitores ao apresentar as regiões limítrofes dos interesses coloniais como virginais e inexploradas, ou ainda habitadas por feras selvagens e seres humanos incompreensíveis.

FIGURA 1: O EXPLORADOR HENRY STANLEY “RESISTINDO A TENTAÇÃO” EM *HEROES OF THE DARK CONTINENT* (1895).



(Fonte: BRANTLINGER, Patrick. *Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent*. *Critical Inquiry*, v.12, n.1, 1985)

Por extensão, tais romances contribuíam para a vulgarização de preceitos raciais ou racialistas em termos hierárquicos, os quais implicavam na inferioridade, vista como natural, dos africanos negros e na construção de uma imagem altamente estereotipada e negativa do chamado “continente negro”. O desenvolvimento da antropologia evolucionista, somado a boa dose de senso comum e de preconceitos convenientes, informavam as – e eram simultaneamente informados pelas – ficções aventureiras que retratavam cenários de selvageria e canibalismo, de violência descomedida e racialmente motivada por parte das

<sup>155</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Brasília: UNB, 2004, p.68.

populações nativas, as quais, comumente desumanizadas, eram vistas como pontos retrógados na escala evolutiva. Se o “continente negro” do romance de aventura era visto como um espaço de possível enriquecimento e protagonismo político pelo engajamento com as práticas políticas coloniais, ao mesmo tempo era retratado como um lugar em que o contato com o nativo poderia degenerar a conduta civilizada dos europeus: os temores da degenerescência racial, do declínio moral e físico, transpareciam, por exemplo, em uma das ilustrações anexas ao livro de J. W. Buel, *Heroes of the Dark Continent* (Figura 1), no qual retratava o explorador anglo-americano Henry Morton Stanley “resistindo a tentação” representada pela sexualidade, vista como racialmente exacerbada, de mulheres africanas<sup>156</sup>.

O crescimento do mercado editorial, o desenvolvimento de novas técnicas de impressão, o barateamento dos custos e das taxas sobre impressos, a publicidade na imprensa periódica e a expansão dos índices de letramento garantiram que, ao final do século, romances e revistas literárias se tornassem cada vez mais acessíveis ao público leitor. Desta forma, estes romances aventurecos foram popularizados na segunda metade do século tanto em tomos quanto nos impressos periódicos especializados, ao exemplo da revista *Boy's Own Magazine*, fundada em 1855 por Samuel Beeton, e voltada para jovens oriundos das elites e das classes médias. Os contos publicados na revista literária apontavam para um dos elementos centrais na ficção aventuresca do período: a ideia de que a leitura e a literatura seriam capazes de formar homens comprometidos com a grandiosidade do Império Britânico e o papel da Inglaterra enquanto agente civilizador. Segundo Kelly Boyd, estas revistas evocavam o otimismo colonial, apresentando peripécias arriscadas e aventurecos nas quais jovens e heróicos protagonistas destilavam atos de bravura e coragem. O período em questão assistiu a uma proliferação dessas revistas literárias, ao exemplo da *Boys of England*, *Young Men of Great Britain*, *Union Jack*, *Boys of Our Empire*, entre dezenas de outros títulos impressos aos milhares de cópias, e que articulavam uma relação direta entre literatura, virilidade e a soberania britânica no domínio de outros territórios<sup>157</sup>.

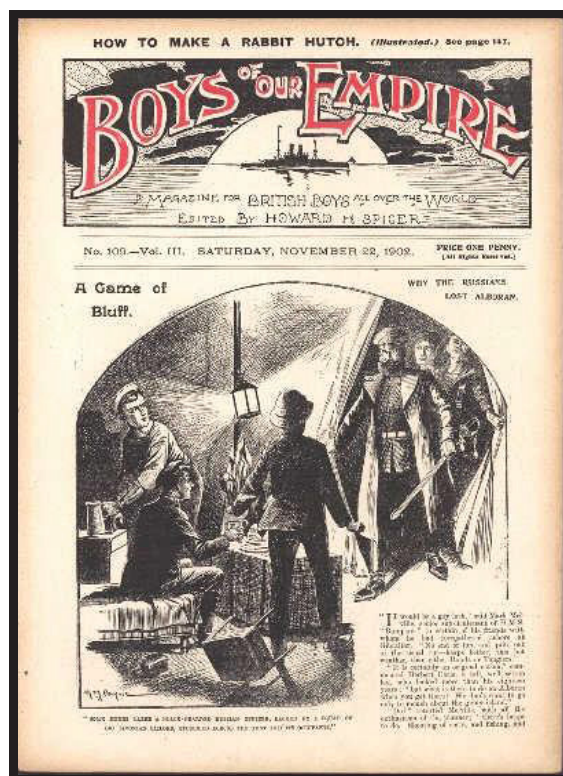
---

<sup>156</sup> BRANTLINGER, Patrick. Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent. *Critical Inquiry*, v.12, n.1, 1985, pp.166-203.

<sup>157</sup> BOYD, Kelly. *Manliness and the Boy's Story Paper in Britain: A Cultural History (1855-1940)*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003, p.28.



FIGURA 2: REVISTA BOYS OF OUR EMPIRE (1902).



(Disponível em: <http://www.philsp.com/data/data076.html>, acesso em 18 dez. 2019)

Em linhas gerais, estes romances e periódicos literários voltados para um público masculino infanto-juvenil visavam combater a difusão dos *penny dreadfuls*, repletos de peripécias quixotescas com personagens de moral duvidosa e, mesmo que aventurecos, pouco comprometidos moralmente com a expansão dos domínios britânicos. Personagens como Spring Helled Jack, do serial homônimo de Colin Henry Hazlewood publicado em 1867, ou Dick Turpin, anti-herói de *Black Bess* (1866-1868), eram figuras com notável senso de aventura e perigo, porém responsáveis por atos criminosos ou moralmente condenáveis. Os romances aventurecos redirecionavam a violência e a agressividade presentes nos *penny dreadfuls* para fins vistos como honoráveis, e seus heróis, laureados como viris e patrióticos, não eram opositores da ordem social, pois, ao combater piratas, corsários e nativos hostis, tornavam-se forças engajadas com a ampliação ou a defesa dos territórios ultramarinos.

Ao lado das ficções literárias, revistas como a *Boy's Own Paper* divulgavam notícias e artigos concernentes aos acontecimentos nas colônias, as sagas e os deveres dos missionários. Em 1885, esse periódico reportou os resultados da Conferência de Berlim, enfatizando aos seus leitores as supostas bases humanitárias do acontecimento, isto é, a premissa de que a presença europeia na África conduziria as populações negras para longe da “densa escuridão



na qual eles por tanto tempo tiveram de viver”<sup>158</sup>. Algumas dessas publicações, ao exemplo da revista *Boys of Our Empire*, fundada em 1900, reforçavam a imagem positivada em torno do colonialismo, diferenciando um “verdadeiro imperialismo”, marcado por humildade e fraternidade, e um “falso imperialismo”, marcado por avareza e orgulho; ainda assim, muitos dos apologistas ao “verdadeiro imperialismo” mobilizavam termos como “a raça conquistadora” e a “nação mestra” ao designarem sua capacidade de conquistar e subjugar outros territórios e outras populações<sup>159</sup>.

Embora o interesse por aventuras ao sul da África tenha se intensificado nas últimas décadas do século, um dos primeiros exemplos de literatura ambientada na região foi publicada em três volumes na metade dos anos de 1830: *The English Boy at the Cape: An Anglo-African Story*, por Edward Augustus Kendall. A narrativa literária, que conjugava a sensibilidade e a compaixão enquanto virtudes políticas, denunciava a exploração do trabalho infantil praticado na Colônia do Cabo na década de 1830, momento em que milhares de órfãos britânicos eram enviados ao sul da África. Além do mais, o romance de Kendall apresentava um elemento recorrente na ficção aventuresca, a saber, o amadurecimento físico, intelectual e emocional do protagonista masculino, seus ritos de passagem da adolescência à vida adulta por meio do contato com a realidade étnico-social nas colônias. A obra, redigida e publicada no período imediatamente posterior à abolição do trabalho servil nas colônias britânicas, também fazia coro às denúncias em torno da violência e do extermínio das populações nativas sul-africanas no período. No mesmo período, a viajante Harriet Martineau, em seu *Life in the Wilds* (1832), relatou as consequências desastrosas dos conflitos entre colonos britânicos e os “bosquímanos”, descritos como “os proprietários originais de boa parte do país que inclui o Cabo, o qual os Britânicos e os Holandeses desde então tomaram para si. Os nativos são caçados como tantas feras selvagens. Esta prática naturalmente os torna ferozes e ativos em sua vingança”<sup>160</sup>. Para parte destes escritores da primeira metade do século, as violências cometidas contra as populações nativas eram consideradas como imorais e economicamente inúteis, além de conduzir inevitavelmente ao extermínio étnico-racial.

Nos últimos decênios do século XIX, diversos fatores, ao exemplo do recrudescimento das práticas políticas coloniais, o desenvolvimento das teorias racialistas e do racismo pseudocientífico, a concorrência pelo controle das regiões de mineração e da mão de obra africana, somadas à emergência do romance de aventura, levaram à constituição de novas

<sup>158</sup> DUNAE, Patrick A. Boys’ Literature and the Idea of Empire. *Victorian Studies*, v.24, n.1, 1980, p.109.

<sup>159</sup> Ibidem, p.114.

<sup>160</sup> BRANTLINGER, Patrick. *Dark Vanishings: Discourse on the Extinction of Primitive Races (1800-1930)*. Ithaca: Cornell University Press, 2003, p.82.

visões sobre o território sul-africano e seus habitantes. Nesse período, no qual a ideia de aventura foi ressignificada e associada às ideias de dominação e exploração de outros territórios, tais romances passaram a informar um imaginário literário das colônias, em especial da África do Sul, ressaltando o seu potencial econômico e a sua diferença étnico-racial. Ao lado das narrativas de viajantes, exploradores e missionários, os romances aventurecos espetacularizavam a vida nos territórios coloniais, retratando-os como espaços de riscos e perigos, mas também como possibilidade de protagonismo político e ascensão social para homens e mulheres que, considerados como párias sociais em suas pátrias de origem, deixavam as metrópoles para trás com o afã de revestir-se com o manto de descobridores e aventureiros em terras estranhas. Os romances de aventura tornavam-se “uma ferramenta pedagógica”<sup>161</sup> para desenvolver os sonhos de jovens que se engajariam ativa ou indiretamente na conquista de outros territórios.

A literatura de aventura e entretenimento, voltada às massas de leitores, desempenhava outro papel político, pois se obstinava a demonstrar o que considerava como os traços naturais de crueldade e ignorância dos povos a serem conquistados, sobretudo em África. Na literatura aventureca do período, o imaginário das colônias enquanto territórios de absoluta liberdade e ausência de restrições morais estava conectado a fantasias de masculinidade revitalizada a partir da violência descomedida e desregrada, ou ainda embasados em certa infantilização da virilidade que legitimaria a agressividade de seus articulistas<sup>162</sup>. Estes romances evocavam o que Hannah Arendt afirmou ser “um mundo que oferecia possibilidades infinitas para crimes em nome da diversão, para uma mistura de horror e de riso”<sup>163</sup>. Também ofereciam certa compensação emocional pelas perdas coloniais sofridas naquele período, sobretudo do território do Transvaal e a falência do projeto confederacionista, pois teciam a ficção com uma visão de mundo marcada pelo uso da violência e por uma visão tutelar do Império Britânico enquanto força civilizacional.

Tome-se, a exemplo, o aventureco *The Young Colonists: A Tale of the Zulu and Boer Wars*, publicado em 1885 por G. A. Henty. Prolífico romancista e correspondente de guerra, Henty acumulava uma média de três a quatro romances publicados anualmente, muitos dos quais ambientados nas regiões limítrofes dos interesses coloniais ou em momentos de conflitos armados. Transcorrido na África do Sul entre o final da década de 1870 e a guerra anglo-bôer de 1880-1881, Henty comprometia-se a apresentar aos leitores um relato literário

<sup>161</sup> BEGHETTO, Lorena. *Aventura e Alteridade: o domínio de outros territórios na literatura de aventura de Emilio Salgari*. Tese de doutoramento em História. Curitiba: UFPR, 2014, p.73.

<sup>162</sup> DEANE, Bradley. Imperial boyhood. *Victorian Studies*, v.53, n.4, 2001, pp.689-714.

<sup>163</sup> ARENDT, op. cit., 1989, p.220.

das duas derrotas sofridas contra os bôeres, em Lang's Nek e em Majuba Hill, garantindo que, apesar da temática sensível, o “conto será de grande interesse ao leitor por causa da característica coragem britânica e da ousadia de seu herói”<sup>164</sup>. Para Henty, a devolução do Transvaal havia sido um ato de fraqueza por parte do governo britânico, circunstância que apenas encorajou os bôeres e os africanos a intensificarem suas formas de rebeldia e resistência. Além disso, a perda territorial publicamente humilhou os colonos britânicos que “por meses haviam resistido nobremente em cada cidade no Transvaal”<sup>165</sup>.

Ao enfatizar a crença na superioridade britânica e nas hierarquias raciais, Henty descrevia os africanos negros como seres infantilizados e indolentes, de inteligência atrofiada e forte tendência ao barbarismo, se deixados apartados das forças civilizatórias representadas pela raça anglo-saxônica. Seus romances destacavam as sendas do Império como esferas de ação, capazes de proporcionar um ambiente adequado para que seus heróis britânicos, em geral homens jovens ou adolescentes, pudessem exercer atos de agressividade, disciplina, bravura ou eficiência, impossibilitadas por convenções sociais ou pelas restrições morais na metrópole<sup>166</sup>.

Muitos desses romances visavam difundir e inculcar entre seus leitores diversos valores fortemente associados às classes médias, ao exemplo do empreendedorismo, autocontrole, e patriotismo ao invés do jingoísmo, em defesa do avanço do Império Britânico e da cristandade. Assim, por exemplo, Henty descreve seu herói em *With Roberts to Pretoria* (1901) como um jovem de “quase dezesseis anos”, “um menino de escola pública (...) que precisa aprender a pensar por si mesmo, e ser mais independente”, com a aprovação paterna para “avançar em qualquer carreira que possa escolher”<sup>167</sup>. Sob muitos aspectos, esses romances continuavam uma tradição iniciada pelos relatos de abolicionistas do início do século XIX, os quais colocaram em cheque as ideias setecentistas do “nobre selvagem” ao enfatizarem uma imagem da África como terra de superstição, crueldade, selvageria e canibalismo. A imaginação literária sobre a África e os africanos formulada nesses romances desempenhava uma função política nada desprezível: Henty, assim como muitos de seus contemporâneos, “endossavam imagens que já estavam bem formadas. Assim, quando as gerações mais jovens partiam ao exterior, levavam consigo imagens pré-concebidas sobre o

---

<sup>164</sup> HENTY, G. A. *The Young Colonists: a Story of the Zulu and Boer Wars*. Londres: Blackie & Son, 1885, p.iii.

<sup>165</sup> Ibidem, p.301.

<sup>166</sup> CLARK, G. S. Imperial Stereotypes: G. A. Henty and the Boy's Own Empire. *The Journal of Popular Culture*, v.18, n.4, 1985, pp.43-51.

<sup>167</sup> HENTY, G. A. *With Roberts to Pretoria: a Tale of the South African War*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1901, pp.8-9.

mundo, constituídas majoritariamente pela literatura infantil, livros didáticos, textos das escolas dominicais e pela imprensa popular”<sup>168</sup>.

Orgulho nacional, prestígio internacional e potência militar transpareciam em romances aventurecos como os de William Gordon Stables, um cirurgião escocês da marinha britânica que se converteu em romancista e *best-seller* no final do século. Muitas das suas tramas, em geral ambientadas em cenários marítimos, enfatizavam a história do Império Britânico, assumindo um tom claramente chauvinista, e seus heróis comumente resolviam impasses em seus percalços por meio do uso da força física. Em romances como *Shoulder to Shoulder* (1896), Stables exaltava o aspecto militante da raça anglo-saxônica e enfatizava a necessidade de manutenção do Império a qualquer custo. Assim como Henty, Mitford e Haggard, Stables também escreveu romances com a guerra sul-africana de 1880-1881 de plano de fundo, em especial, *On War's Red Tide* (1895). Enquanto que, nas metrópoles, muitos dos apologistas da virilidade cultivada denunciavam certa sensação de “crise da masculinidade”, pela proliferação de homens fracos e moralmente arrefecidos, estes e outros romances retratavam uma África do Sul onde o potencial viril poderia ser revitalizado por atos de pura agressividade, e almejavam perpetuar a ideia de que “o imperialismo não era nada menos do que um dever sagrado imposto às raças superiores”<sup>169</sup>.

Como se depreende, os romances de aventura produzidos nesse período eram pensados enquanto parte constitutiva das energias viris de meninos e homens engajados com o colonialismo. Contudo, é importante lembrar que, a despeito da ênfase masculina, algumas autoras enveredaram pelo campo, ao exemplo da escritora sul-africana Mary Ann Carey-Hobson, autora de romances ambientados sobretudo no Transvaal. Em 1883, Carey-Hobson publicou *The Farm in the Karoo*, cuja dedicatória deixa explícito as conexões coloniais: “dedicado aos meninos da Inglaterra e aqueles do ‘Cabo’ e especialmente aqueles que se reconhecerão enquanto parte ativa de muitas das aventuras e incidentes aqui descritos”. Publicado poucos anos após a guerra-sul africana de 1880-1881, Carey Hobson admitia, no prefácio, que se tratava de um “momento em que a África do Sul atrai muita atenção”, e que portanto seus relatos poderiam interessar aos que “tem amigos e familiares entre os colonos do Cabo, ou que talvez esperam um dia encontrar uma vida de aventuras entre serpentes, elegantes, tigres e babuínos do grande continente, o qual atraiu tantos exploradores e se

<sup>168</sup> ELDRIDGE, C. C. *The Imperial Experience: From Carlyle to Foster*. Londres: Macmillan, 1996, p.57.

<sup>169</sup> GAY, Peter. *A experiência burguesa: o cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.92.

tornou o lar para tantos espíritos jovens e ardentes”<sup>170</sup>. Em outro de seus romances, *Leila* (1900), ambientado no Cabo da década de 1830, aborda a questão da escravidão por meio de sua protagonista homônima, uma mulher escravizada mas que no final das contas revela ser uma herdeira portuguesa. E, a respeito de eventos contemporâneos, seu *At Home in the Transvaal*, publicado originalmente em 1882, anunciava considerar que “a anexação [do Transvaal] foi ruim, pois foi prematura”, mas “o que foi pior foi o retrocesso, executado da forma como foi após duas desastrosas derrotas”<sup>171</sup>.

Escritoras e viajantes britânicas que se estabeleceram na África do Sul, especialmente na Colônia do Cabo do final do século XIX, igualmente inseriram-se no campo da literatura aventuresca de forma semelhante à Mary Ann Carey-Hobson. A romancista Anna Howarth, por exemplo, tacitamente admitia que as fronteiras do Cabo Oriental de seu tempo careciam de oportunidades de vivências aventurescas, e portanto ambientou seus romances no passado sul-africano, em contextos nos quais as regiões fronteiriças eram territórios contestados e os colonos viviam em constante estado de alarme e incerteza. Seu romance *Katrina: A Tale of the Karoo*, publicado em 1898, era ambientado no final da década de 1850, poucos anos antes da descoberta das minas de ouro e diamantes que promoveram a industrialização e a urbanização em várias regiões do interior sul-africano. Por sua vez, a trama de seu terceiro romance, *Sword and Assegai* (1899), passava-se na metade dos anos de 1830, momento marcado pelos movimentos migratórios de bôeres e pela chamada “sexta guerra de fronteiras”, ou “Sexta Guerra Xhosa”, entre 1834 e 1835, que mobilizou tropas coloniais após acusações de roubo de gado por parte dos nativos na fronteira oriental da Colônia, sobretudo na região das montanhas Winterberg<sup>172</sup>.

O romancista Bertram Mitford, autor de dezenas de romances ambientados nas regiões coloniais da África e da Ásia, era considerado como um dos principais nomes da literatura aventuresca ao *fin-de-siècle*. Entre 1882 e 1914, Mitford publicou diversos contos na imprensa periódica e aproximadamente cinquenta romances, muitos dos quais, ao exemplo de *The Gun-Runner* (1882) e *The Sign of the Spider* (1896), se passam nos territórios sul-africanos. Assim como diversos historiadores coloniais de seu tempo, Mitford dedicou diversos de seus romances às sagas dos Ndebele e dos Zulus, as dinâmicas internas e os conflitos pelo poder, bem como a derrocada do Reino Zulu na década de 1870. A despeito das escassas informações biográficas a respeito de Mitford, sabe-se que esteve envolvido com a

<sup>170</sup> CAREY-HOBSON, Mary Ann. *The Farm in the Karoo: or, What Charley Vyvyan and his friends saw in South Africa*. Londres: Juta, Heelis & Company, 1883, s.p.

<sup>171</sup> CAREY-HOBSON, Mary Ann. *At Home in the Transvaal*. Londres: Sonnenschein, 1884, p. v.

<sup>172</sup> FOURIE, Fiona. A "New Woman" in the Eastern Cape. *English in Africa*, v. 22, n.2, pp. 70-88, 1995.

administração colonial na Colônia do Cabo no final dos anos de 1870 e que, em retorno a Londres, integrou o *Anglo-African's Writers' Club*, uma associação de cavalheiros engajados com a produção de literatura anglo-africana, reunidos mensalmente para jantares e discussões políticas<sup>173</sup>. Um de seus principais romances, *The King's Assegai: a Matabili Story*, publicado em 1894, era ambientado no período da *mfecane* e relatava as aventuras de um jovem guerreiro Zulu, Untuswa, o qual escapa da tirania de Shaka e da Zululândia para estabelecer um novo reino sob um novo líder, Mzilikazi, rei dos Ndebele.

Ao lado da historiografia colonial supramencionada, esses romances contribuíam para sedimentar na imaginação de seus leitores a imagem do *mfecane* como um fenômeno Zulucêntrico, responsabilizando os Zulus pelo esvaziamento e genocídio na região e caracterizando seu monarca, Shaka, como uma figura tirânica e cruel. Seguindo os paradigmas estabelecidos por George McCall Theal e outros historiadores sul-africanos ou anglo-africanos do final do século, tais romances contrastavam a idealização de uma “era dourada” de relações pacíficas na África sob dominação colonial com a imagem de barbarismo e sanguinolência associada ao expansionismo Zulu. A ênfase na individualidade de personagens como Shaka ou seus sucessores, Dingane e Mpande, seguia uma tendência estabelecida pela historiografia contemporânea, a saber, de que as dinâmicas sociais e políticas da sociedade Zulu poderiam ser analisadas e explicadas pelo estudo atencioso aos seus membros mais proeminentes. Ademais, publicados em um período no qual projetos confederacionistas e causas nacionalistas ambicionavam uma África do Sul unificada, os romances de aventura atuavam na construção de representações do passado a partir da ficção narrativa, ressignificando elementos da memória e da historiografia. A incorporação de episódios e personagens históricos nestes romances volta-se ao passado em um esforço de atribuir sentidos explicativos à contemporaneidade; tratam-se de “procedimentos narrativos que contribuem para criar um efeito de verdade, tornando os fatos possíveis de se acreditar”<sup>174</sup> e, talvez até mais do que a historiografia colonial, informavam as imaginações de leitores e leitoras comuns a respeito das regiões coloniais.

Por isso, estas produções culturais, que se voltavam a personagens e episódios históricos associados ao passado recente e remoto dos territórios sul-africanos, evidenciam um esforço político e um conjunto de medidas voltado a fornecer leituras de um tempo pretérito que explicassem ou legitimassem determinadas ações políticas na

<sup>173</sup> MOSMAN, Gerald. *H. Rider Haggard on the Imperial Frontier*. Greensboro: University of Carolina, 2006, pp.268-288.

<sup>174</sup> ABREU, Márcia. As memórias do outro. In: ROCHA, João Cezar de Castro. *A força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011, p.130.



contemporaneidade das décadas de 1880 e 1890. Assim, os romances aventureiros, ao lado de outros gêneros literários ou historiográficos, visavam a “consolidação de um passado comum”<sup>175</sup> a partir do enquadramento de memórias ligadas à ocupação territorial e aos conflitos interétnicos deslindados na África do Sul. Essas ficções literárias aproximavam, de uma forma ou de outra, do romance histórico, gênero que se popularizou entre o público leitor na metrópole na primeira metade do século, apresentando o “passado como algo reconhecível, mas simultânea e autenticamente pouco familiar” e mobilizando elementos como “realismo, desenvolvimento de personagem e autenticidade”<sup>176</sup>.

Ademais, os romances aproximam o passado ao campo das sensibilidades, na medida em que personagens e episódios históricos são delineados com sentimentos e emoções, processos afetivos que os aproximam de seus leitores e leitoras no processo de construção dos regimes de verossimilhança. Romances como *The King's Assegai*, entre outros, tornam “o passado reconhecível em termos emocionais”: fictícios ou históricos, seus personagens experienciam amores ternos, explosões de ódios, paixões políticas, medo e terror, episódios de coragem e bravura. Tratava-se, também, de um projeto de classe, na medida em que tais romances contribuíam para a modulação dos sentimentos de acordo com valores cultivados pelas classes médias e pelas elites: uma pedagogia dos afetos que não se distanciava de tensões sociais. Portanto, a “interrogação histórica destes textos deve prestar atenção particular às emoções inscritas nela, como uma maneira de examinar a forma e as implicações dos seus projetos e práticas históricas”<sup>177</sup>.

Por esse motivo, as ficções de aventura, ao selecionarem episódios e personagens históricos considerados significativos para a compreensão do passado sul-africano, aproximavam-se dos romances históricos, que se popularizaram a partir da primeira metade do século XIX. Como afirmou Marilene Weinhardt, a partir das reflexões de críticos literários ao exemplo de Mikhail Bakhtin e George Lukács, os romances históricos desse período eram marcados por uma “condição fundamental”, isto é, “a especificidade histórica do tempo da ação condicionando o modo de ser e de agir das personagens”. Nessas ficções, não interessa tanto a repetição dos grandes acontecimentos, embora estes sirvam de plano de fundo, mas sim “ressuscitar poeticamente os seres humanos que viveram essa experiência”, as “razões sociais e humanas que fizeram com que os homens daquele tempo e daquele espaço

<sup>175</sup> GOMES, Ângela de Castro. A cultura histórica do Estado Novo. *Revista Projeto História*, v.16, 1998, p.124.

<sup>176</sup> GROOT, Jerome de. *The Historical Novel*. Londres: Routledge, 2010, pp.3-4.

<sup>177</sup> PINTO, Sarah. Emotional histories and historical emotions: looking at the past in historical novels. *Rethinking History*, v.14, n.2, 2010, p.193-200.

pensassem, sentisse e agissem da forma como o fizeram”<sup>178</sup>. Entre a história e a ficção, romancistas como G. A. Henty, Bertram Mitford, H. Rider Haggard, entre tantos outros, contavam tramas que forneciam senso de historicidade aos contatos coloniais derivados do processo de ocupação do território sul-africano e almejavam contribuir com a legitimação das empreitadas colonialistas, localizando-as no tempo e no espaço geográfico.

Em suma, as décadas de 1870 e 1880 foram marcadas por significativas transformações políticas e econômicas nos territórios sul-africanos que reverberaram fortemente nas produções culturais, sejam elas literárias ou historiográficas. O período disraeliano, caracterizado pelos esforços malfadados em constituir uma confederação que unisse as repúblicas e colônias ao sul da África, e levaram à anexação do Transvaal às posses britânicas foram emolduradas por conflitos interétnicos, ao exemplo da Guerra Anglo-Zulu de 1879 e, no ano seguinte, à guerra sul-africana entre bôeres e britânicos. A resolução destes impasses, durante a administração do liberal William Gladstone, levou à devolução do Transvaal aos bôeres, e efetivamente desmobilizou os planos confederacionistas idealizadas por figuras como George Herbert e levadas a cabo por Theophilus Shepstone. Concomitante a esses eventos políticos, o período marcou a emergência do que poderia ser categorizado como uma historiografia colonial sul-africana ou anglo-africana: o esforço em fornecer sentidos explicativos ao passado, em especial as guerras Zulus e as dispersões migratórias dos bôeres rumo ao interior do território. Os eventos foram igualmente abordados pelos romances aventurecos da época, os quais, produzidos por indivíduos ligados direta ou indiretamente com a manutenção dos territórios coloniais ultramarinos, evocavam a sensibilidade de seus leitores para engajar-se afetivamente com as sendas do Império Britânico.

---

<sup>178</sup> WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. Revista *Letras*, n. 43, 1994, p. 51.

### 3. DOS BALUARTES DO BARBARISMO: H. RIDER HAGGARD, A POLÍTICA COLONIAL E A FASE SUL-AFRICANA, ENTRE RAZÕES E SENSIBILIDADES (1875-1881)

Amargurado e ressentido com a devolução do território do Transvaal aos bôeres, após a malfadada guerra travada com os britânicos entre dezembro de 1880 e março de 1881, o jovem Henry Rider Haggard abandonou o subcontinente sul-africano e, ao lado da esposa Marianna Louisa (grávida do primeiro filho, Jock), retornou formalmente à Inglaterra em agosto daquele mesmo ano. Em sua autobiografia, na qual a força da reminiscência visa fornecer vivacidade ao que compreendia como uma verdadeira traição por parte da administração liberal do primeiro ministro William Gladstone, em vigência durante a guerra, Haggard registrou as reações de homens e mulheres diante dos efeitos práticos da concordata de paz assinada entre britânicos e bôeres: “eu vi homens fortes chorando feito crianças, e ouvi ingleses de nascimento gritando que não eram mais ‘malditos ingleses’. Soldados estavam furiosos e blasfemavam, e ninguém tentava impedi-los; nativos permaneciam estupefatos, observando-os com os braços cruzados sobre o peito”<sup>1</sup>. Para o jovem letrado de Norfolk, que nos anos precedentes havia deixado o interior rural inglês rumo à África do Sul para ocupar um cargo no aparato administrativo da Colônia de Natal, ascendido à elite branca colonial e integrado fervorosamente a equipe de Theophilus Shepstone, oficial responsável pela anexação do Transvaal às posses britânicas, a decisão adotada pela administração metropolitana soava como um insulto pessoal, um ultraje aos seus esforços apaixonados pela expansão territorial do império: “o mais intenso tipo de vergonha, uma vergonha para meu país”<sup>2</sup>, tal qual detalhou em suas memórias.

Os escritos autorreferenciais do romancista H. Rider Haggard, em especial suas narrativas autobiográficas, os textos ensaísticos ou narrativas de viagens, produzidos durante seu período de permanência na África do Sul, ou imediatamente posteriores, fornecem evidências a respeito da constituição histórica de suas sensibilidades e de sua trajetória intelectual. Humilhação, ressentimento e paixões políticas convivem nos seus registros escritos, fornecendo ao observador uma densa rede constitutiva de seus percursos biográficos e de sua formação enquanto letrado envolvido diretamente com os meandros do colonialismo em África. Tratam-se, portanto, de documentos pertencentes ao campo da cultura escrita e edulcorados por “práticas culturais do sensível”, experiências históricas que possibilitam uma

---

<sup>1</sup> HAGGARD, H. Rider. *The Days of my Life*. v.1. Londres: Longmans, Green & Co., 1926, p.194.

<sup>2</sup> Ibidem, p.201.

aproximação às “emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos”<sup>3</sup> dos sujeitos históricos. Desta forma, este capítulo intenciona acompanhar a circulação de Rider Haggard a partir da complexidade de fatores constitutivos da política colonial sul-africana, mormente aquela adotada nos territórios de Natal e do Transvaal no final da década de 1870, com a intenção de se atentar ao fio da individualidade inserido na tapeçaria do mundo social. A reconstituição de parte da trajetória intelectual de H. Rider Haggard em sua fase sul-africana decorre, portanto, de uma atenção às “linhas que convergem para o nome e que dela partem, compondo uma espécie de teia de malha fina” e que fornecem “a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”<sup>4</sup>, mas que igualmente se atenta às guinadas estratégicas, as “mudanças de rota, os percalços, os acasos, os possíveis de cada existência”<sup>5</sup>.

A primeira parte do capítulo visa demonstrar que Haggard, oriundo de um mundo social demarcado pelo esfacelamento de relações paternalistas no universo rural da Inglaterra oitocentista, visou reconstituir estas mesmas formas de vínculos político-sociais na África do Sul. Considerado como a ovelha negra da família, inapto e incompetente, Haggard foi enviado para atuar na administração colonial em Natal, mudança de percurso que o catapultou para uma posição social de relativo destaque no âmbito colonial. Em África, o jovem almejou demarcar sua individualidade, e, simultaneamente, ao descrever as relações entre europeus brancos e africanos negros, visou resgatar alguns princípios do paternalismo, até mesmo como uma forma de demarcar seu engajamento afetivo e protagonismo político com as sendas do colonialismo britânico. Os valores sociais associados ao paternalismo podem ser vistos como a “herança imaterial” de sua família, que Haggard talvez se visse impossibilitado de alcançar, embora tenha interpretado-o ao seu próprio modo. Essa “herança”, que fazia parte do universo social de sua juventude, em um mundo ruralizado de paróquias e *squires*, “não é separável de uma prática social que lhe empresta corpo e eficácia”<sup>6</sup>.

Os escritos haggardianos produzidos na fase sul-africana estavam marcados por ambiguidades fundamentais: por um lado, reconhece a necessidade de amparo tutelar e proteção aos nativos e, por outro, a imperiosidade de controlar a terra e mão de obra nativa; de um lado, os aspectos vistos como benevolentes e justos do colonialismo e, por outro, a dimensão destrutiva das práticas políticas coloniais para as sociedades nativas. Dois

<sup>3</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (orgs.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2007, pp.14-15.

<sup>4</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p.175.

<sup>5</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, Margareth (org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: UNICAMP/IFICH, 2014, p.199.

<sup>6</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7.

episódios tornam-se particularmente significativos na ótica de Haggard: a guerra Anglo-Zulu de 1879, enquanto resultado de relações diplomáticas malfadadas entre britânicos e Zulus, e a guerra sul-africana entre bôeres e britânicos de 1880-1881. Na segunda parte do capítulo, intenciona-se analisar as vias pelas quais estes eventos, ligados diretamente às reverberações do colonialismo em África, foram ressignificados e revisitados pelo letrado até mesmo como uma forma de demarcar seus posicionamentos e críticas políticas. Seus escritos ensaísticos em *Cetywayo and his white neighbours*, publicado logo após seu retorno à metrópole, evidenciam as vias pelas quais o apologista ao imperialismo britânico coexiste com o colonialista ressentido e humilhado, sobretudo pela devolução territorial do Transvaal após a guerra nos debates político-partidários entre liberais e conservadores. As circunstâncias em questão evidenciam, enfim, as reverberações de processos macropolíticos na trajetória individual de Haggard, os modos como as práticas políticas coloniais estiveram associadas aos seus dispositivos de ação e interpretação do mundo social.

### 3.1 – A “HERANÇA IMATERIAL” DE H. RIDER HAGGARD: A FORÇA DO PATERNALISMO

Até meados da década de 1860, os territórios sul-africanos, e em particular as Colônias de Natal e do Cabo, apresentavam-se como postos remotos de limitada atenção sob o ponto de vista das políticas imperiais em vigência. A situação alterou-se drasticamente entre 1866 e 1867, momento em que diamantes foram descobertos acidentalmente na região de Kimberley, ao norte do Cabo, localidade que logo se tornou foco de disputas entre os representantes políticos do subcontinente. A descoberta dos campos diamantíferos ocasionou um constante escoamento de imigrantes ao sul da África, muitos dos quais acalentavam sonhos de rápido enriquecimento com a expansão da indústria mineradora e com a incorporação do território das minas, sob a designação de Griqualândia Ocidental, pelo Império Britânico em 1873. Entre estes aventureiros que chegaram ao litoral sul-africano dois anos depois constava Henry Rider Haggard, então com dezenove anos, enviado por sua família para atuar junto à administração de Natal, governada por Henry Bulwer, o qual, à época, já acumulara cargos diplomáticos e funções administrativas em outras colônias e protetorados<sup>7</sup> do Império. Após permanecer um período na Cidade do Cabo, Haggard, integrando a equipe de Bulwer, partiu para a costa de Durban e então para Pietermaritzburg, capital da colônia de Natal, onde

---

<sup>7</sup> Os protetorados eram territórios nos quais o Império Britânico exercia poderes institucionais que, em tese, eram limitados, mas usualmente estabeleciam governos indiretos ao apontarem administradores e governantes sob sua esfera de influência.

desempenhava funções que lidavam com o gerenciamento cotidiano da sede do governo e da residência oficial do governador. A inserção na estrutura burocrática colonial possibilitou sua integração à elite colonial da África do Sul e, a partir de maio de 1876, Haggard passou a acompanhar Henry Bulwer em missões diplomáticas com as lideranças nativas.

Oitavo filho de uma prole de dez crianças, Haggard nasceu em Bradenham, no condado de Norfolk, Inglaterra, em junho de 1856, filho de Ella Doveton, poeta que passou a juventude na Índia colonial britânica, e William Meybohm Rider Haggard, um proprietário de terras de perfil conservador e com laços na nobreza rural. Haggard nasceu no final de um período de relativa prosperidade econômica para as antigas famílias cujo prestígio social e estabilidade financeira dependiam diretamente das propriedades agrárias. A despeito da extinção das *Corn Laws* no Parlamento britânico em 1846, a qual efetivamente aboliu as taxas alfandegárias que recaíam sobre a entrada de grãos importados na Inglaterra e promoveu um regime de *laissez-faire* na economia nacional, os preços da produção agrícola interna permaneceram relativamente estáveis e o mercado de consumo estava em franco crescimento. Somado aos valores altos associados aos contratos de arrendamento de terras e sua demanda constante, famílias como a dos Haggards mantinham um lugar de destaque na sociedade rural de Norfolk. O próprio Haggard, em sua autobiografia, detalha o período de sua infância como parte de um “grupo jovial”, embora descreva as ações de seu pai em um tom nitidamente tirânico, pois “reinava em Bradenham como um rei”<sup>8</sup>, vivendo de sua propriedade aos modos patriarcais e paternalistas das antigas hierarquias associadas à nobreza latifundiária. No entanto, sua vida e obra tomam forma a partir das contradições que vivenciaria na juventude, isto é, o declínio das atividades agrícolas no final dos anos de 1860, que levou ao “enfraquecimento da antiga hierarquia do campo com o deslocamento do poder nacional para o setor manufatureiro e a ascensão do novo imperialismo”<sup>9</sup>.

Os substratos iniciais que concernem à relação multifacetada entre indivíduo e contexto possibilitam mapear uma dupla dimensão no escrutínio da trajetória, pois, afinal, desvela aquilo que reside aos termos das experiências individuais e ao que concerne aos percursos de uma geração, neste caso, aquela que desponta em meio à intelectualidade e à política dos anos de 1870 e cuja formação ocorre de modo diretamente ligado à expansão colonial. Nesse sentido, Haggard pode ser pensado como representativo de determinado grupo social, em especial daqueles homens que deixam a metrópole para buscar o enriquecimento rápido e o sucesso profissional nas colônias. Contudo, “nas pesquisas biográficas, a noção de

---

<sup>8</sup> HAGGARD, op. cit., v.1, 1926, p.18-24.

<sup>9</sup> MCCLINTOCK, op. cit., p.344.



representatividade, frequentemente, leva o investigador a privilegiar aquilo que o personagem enfocado tem em comum com os seus contemporâneos, o que conduz ao esvaziamento das possibilidades de se pensar o sentido e o papel das ações individuais”<sup>10</sup>. É evidente que, a despeito da tendência à generalização, Haggard individualizou-se em múltiplos contextos de atuação social, afinal, é “somente através de um processo social de moldagem, no contexto de características sociais específicas, é que a pessoa desenvolve as características e estilos comportamentais que a distinguem de todos os demais membros de sua sociedade”<sup>11</sup>. O que se busca, portanto, é a compreensão do indivíduo a partir de seus contextos de formação e atuação, das suas ambiguidades e descontinuidades, em consideração aos conflitos e tensões que se escondem por trás das homogeneidades, a saber, as instituições, os grupos sociais, as linhas políticas e geracionais, entre outras<sup>12</sup>.

Quanto à formação intelectual e à constituição dos filtros de observação e interpretação do mundo social de Rider Haggard, convém atenção redobrada à contextura social em que sua família, parte integrante da *landed gentry* do interior rural britânico, estava inserida. A se julgar pelas narrativas biográficas, há uma linha em comum que caracteriza seu pai, o *squire* William Meybohm, como um proprietário de perfil político conservador, que legou ao filho o seu próprio “senso dinástico”, isto é, “deixar um filho e terras para que ele herdasse” pois “perpetuar seu nome eram suas fortes predisposições”<sup>13</sup>. Tudo parece indicar que, a despeito da perpetuação do prestígio familiar por meio da posse de terras e da sucessão de herdeiros ter sido internalizada por Haggard, sua posição enquanto um dos filhos mais jovens o alocava em um lugar de desvantagem, já que estaria inevitavelmente deserdado da “posição patriarcal pelas rígidas leis da primogenitura”<sup>14</sup>, práticas costumeiras vivenciadas sobretudo pelas famílias de elite do interior rural britânico. Não obstante, entre a infância e a juventude, Haggard testemunhou um momento de acentuada depressão econômica na agricultura britânica ao longo das décadas de 1860 e 1870, caracterizada por colheitas insuficientes e pela crescente competição internacional, em especial com a produção agrícola norte-americana; e, de modo simultâneo, assistiu ao esfacelamento das relações paternalistas entre a *gentry* britânica, questão que não pode ser ignorada em cotejo à produção letrada do

---

<sup>10</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Flávio Koutzii: pedaços de vida na memória (1943-1984) - apontamentos sobre uma pesquisa em curso. Revista *História* (Unisinos), v.13, n.12, maio-agosto de 2009, p.191.

<sup>11</sup> ELIAS, op. cit., 1994, p.55-56.

<sup>12</sup> LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.249.

<sup>13</sup> HAGGARD, Lillias. *The cloak that I left: a biography of the author, Henry Rider Haggard*. Londres: Hodder & Stoughton, 1951, p.16.

<sup>14</sup> MCCLINTOCK, op. cit., p.344.

jovem de Norfolk, pois torna-se amplamente sugestiva do modo como as relações sociais são traduzidas e retratadas em sua escrita.

Ao se considerar a escrita autobiográfica de Haggard em *The Days of My Life*, um exercício de reminiscência profundamente sugestivo dos contextos de formação do personagem histórico em questão, sua infância e juventude em Norfolk foram marcadas por experiências de vivência e erosão das relações paternalistas, as quais, até mesmo pela configuração social de sua família, devem ser priorizadas ao se problematizar “os elementos e as mudanças significativas de sua vida (...), o peso dos fatos históricos, das práticas sociais, das relações emocionais”<sup>15</sup> nos percursos individuais. De início, as atenções de Haggard, ao narrar sua infância, convergem no esforço de conferir legitimidade à sua linhagem familiar, a partir de um léxico de tradição e respeitabilidade social em associação à posse de terras e sua transmissão hereditária, elemento central no ideário paternalista da primeira metade do século XIX. O letrado evoca seu ancestral mais antigo, o nobre “Andrew Ogard (ou Agard, Haggard)”, um “homem notável” oriundo da Dinamarca, que teria deixado sua pátria no século XV “com nada, e morreu possuindo propriedades em onze condados ingleses, além de muito dinheiro e a propriedade dinamarquesa que ele herdou”. Seus ancestrais mais imediatos são igualmente referenciados em associação a propriedades rurais em Herfordshire e Norwich, além de terem realizados casamentos e alianças matrimoniais com famílias de posse. A infância de Haggard possui como plano de fundo um mundo social ruralizado, de pequenos arrendatários de terras e párocos, de aventuras e rivalidades juvenis entre o literato e seus irmãos, de linhagens familiares e aspirações à nobreza, de relações verticalizadas e de dependência, de influências sociais e políticas por parte de seu pai, William Meybohm, figura autoritária “devotamente ligada” à propriedade da família em Bradenham<sup>16</sup>.

As impressões da autoridade paternal de William Meybohm, tal qual representadas na escrita autorreferencial de Haggard, convivem com um misto de respeito e benevolência, afinal, se ele reinava de formas tirânicas em Bradenham, “gritando com todos e fazendo algazarra intermináveis”, também estava certo de que “não havia homem mais popular no condado de Norfolk”, mesmo entre os empregados, os quais, apesar da forte hierarquia reforçada cotidianamente pela vontade senhorial, “gostavam dele”. Contudo, o tom laudatório adotado por Haggard ao descrever o lugar social ocupado por seu pai não ocupa integralmente suas narrativas juvenis, afinal, mesmo que respeitado entre seus dependentes por sua

---

<sup>15</sup> LORIGA, Sabina; SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. *Métis: História & Cultura*, v.2, n.3, 2003, p.17.

<sup>16</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.1-2; p.16.

“profundeza inata e dignidade”, e dotado de forte potencial para a política, “sua mente possuía certas características femininas que acredito terem sido transmitidas para ele por seu sangue russo. Assim, eu não acredito que ele raciocinasse muito. Ele lançava-se a conclusões como uma mulher faz e estas, embora exageradas, eram em essência muito equivocadas”<sup>17</sup>.

Este léxico gendrificado de racialidade, ao aludir às “características femininas” hereditariamente condicionadas, cinge certo ressentimento com relação à figura paternal, derivado da condição de Haggard enquanto filho mais jovem de uma vasta prole e portanto impossibilitado de contrair a “herança imaterial” de William Meybohm, e aponta para uma percepção das próprias fraturas inerentes ao paternalismo britânico na metade do século XIX. Com efeito, se uma das características das relações paternalistas reside na metaforização dos vínculos entre senhores e dependentes enquanto pais protetores e filhos inaptos, uma das causas para as explosões de violência de William Meybohm recai naquilo que Haggard entendia como sua incapacidade de “perceber que as crianças nem sempre permanecem crianças”<sup>18</sup>. Em outras palavras, o letrado nasceu em um universo de relações sociais que estavam gradativamente em transformação, questão com a qual muitos detentores de terras oriundos da *gentry* precisavam lidar naquele momento de crise do paternalismo. Foi neste período que muitos membros das elites agrárias redescobriram a “importância fundamental da política”<sup>19</sup>, aproximando-se de cargos estatais ou militares.

A historiografia recente tem se atentado às características de certa visão de mundo paternalista, de seus impactos no cotidiano das comunidades rurais no interior da Inglaterra ao longo do século XIX, bem como de seus elementos de desestabilização a partir das décadas de 1850 e 1860. Desde a publicação de *Paternalism in Early Victorian England* (1979), de David Roberts, o debate tem se ampliado em torno da própria existência do paternalismo enquanto um conceito sólido e definível, e acerca da extensão de sua influência no campo da política, da sociedade e da cultura. No cerne desta chave de leitura, o paternalismo é compreendido como uma crença na ideia de que a sociedade deve ser “autoritária, hierárquica, orgânica e plural”. Dentro desta lógica social, os proprietários de terras pertencentes à nobreza rural deveriam envolver-se, por meio de práticas cotidianas e rituais simbólicos, em um manto de notabilidade e respeitabilidade, pois compreendiam que “a propriedade possui deveres além de direitos”, e que suas principais prerrogativas envolviam “governar, guiar, e ajudar”<sup>20</sup>. Se aceitarmos esta conceitualização do paternalismo enquanto uma forma de organização social

---

<sup>17</sup> Ibidem, p.17.

<sup>18</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.21.

<sup>19</sup> MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. SP: Companhia das Letras, 1987, p.42.

<sup>20</sup> ROBERTS, David. *Paternalism in Early Victorian England*. Londres: Croon Helm, 1979, p.1-5.

que requer a demonstração pública do prestígio senhorial, tornam-se mais claras as menções de Haggard às aparições constantes de seu pai nas missas realizadas na paróquia de Norfolk, momentos em que, ao término das cerimônias, “ninguém se aventurava a sair até que ele caminhasse lentamente e assumisse sua posição em um lugar específico no átrio”<sup>21</sup>.

O paternalismo, ou a crença no senso inato de dever e benevolência da parte dos proprietários de terras, garantia e reforçava sua autoridade local. Contudo, os desafios apresentados pela crise na economia agrícola a partir do final da década de 1860 provocaram efeitos significativos nas relações sociais entretidas no meio rural, o que levou, como demonstrou Alexander Guy Dale, a estratégias de adaptação por parte dos representantes da *gentry*<sup>22</sup>. O colapso dos preços na produção agrícola “significava que a renda oriunda das propriedades caiu dramaticamente, e os valores de terra despencaram de modo correspondente. Como resultado, a base territorial da existência patriciana foi desestabilizada, e [a posse d]as terras não era mais a forma segura para preservar a riqueza”<sup>23</sup>. A deterioração das relações entre *landlords* e *tenants* derivava de uma complexidade de fatores, que incluíam a expansão das indústrias ao longo do século XIX, a emergência de movimentos sociais, e a relativa democratização da política britânica por meio do *Second Reform Act* (1867), que expandiu o direito ao voto para os homens nas províncias que possuísem posse de terras e renda anual mínima no valor de £10, fortalecendo assim a representatividade política de profissionais liberais e dos pequenos arrendatários. Além disso, a crise do liberalismo clássico no final do século, e as medidas intervencionistas adotadas pelo governo britânico, contribuíram para desestabilizar a autoridade local da *gentry*.

Dentre as alternativas mobilizadas pelos representantes da pequena aristocracia rural para amenizar as consequências da crise, constava a diversificação de suas fontes de renda e investimento em atividades fora da agricultura, ao exemplo da construção de ferrovias em territórios ultramarinos, na mineração ou em companhias bancárias. Essas estratégias talvez auxiliem a entender porque Haggard, que era considerado, se acreditarmos em suas palavras, como a criança estúpida da família, apto apenas a se tornar um “verdureiro” por sua “reputação à estupidez”<sup>24</sup>, de escolaridade limitada e, em meados de 1872, reprovações nos exames de admissão ao serviço militar estrangeiro, foi enviado por seu pai para atuar junto à administração colonial na África do Sul em um cargo inicialmente não remunerado. É claro,

---

<sup>21</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.19.

<sup>22</sup> GUY DALE, Alexander. *Paternalism in crisis: aristocratic responses to the agricultural depression in England* (1870-1900). Dissertação de mestrado em História. York: Universidade de York, 2012, pp.10-11.

<sup>23</sup> CANNADINE, David. *The Decline and Fall of the British Aristocracy*. Londres: Picador, 1992, pp.26-27.

<sup>24</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.6; p.28.

há algo de intencionalmente jocoso na interpretação da infância, pois enfatiza o inesperado sucesso profissional, a capacidade de prosperar em condições adversas e evoca a imagem de um *self-made man*, figura emblemática nas fantasias de virilidade e enriquecimento entre muitos homens das classes médias vitorianas. Integra uma das características mais marcantes da escrita autobiográfica, a saber, “a preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final”<sup>25</sup>, enfim, um esforço de linearidade e coerência. Todavia, a opção por enviar o filho à África para atuar na burocracia colonial evidencia as marcas das estratégias familiares em tempos de crise, além de exemplificar o aspecto autoritário da vontade senhorial, para o qual Haggard, como se vê, nutria aceitação e ressentimento de modo simultâneo.

Criança “estúpida” e “lunática”; educada com preceptores particulares e sem acesso ao ensino universitário, de modo distinto a todos os seus irmãos, escolarizados em Oxford e Cambridge; reprovado no serviço militar e sem perspectivas de atuação profissional: após passar uma temporada em Londres, longe da família, momento em que o jovem tomou contato com as tendências espiritualistas e as *séances* que faziam o gosto de muitos vitorianos interessados no oculto, foi enviado para integrar a administração de Henry Bulwer, amigo de seu pai, e recém designado tenente-governador da Colônia de Natal, na África do Sul, em 1875. Aqui, convém destaque à expressão de Hannah Arendt – “homens supérfluos” – ao referenciar esta estirpe de arrivistas sociais que, tal qual Haggard em sua juventude, criam para si certa compensação emocional, uma autoimagem de descobridores, aventureiros, conquistadores em terras estranhas, e não do que são: homens supérfluos, sem valor social ou possibilidades de atuação profissional, expulsos de suas pátrias como mão de obra excedente. Eram estes jovens que, tal qual Rider Haggard, alimentavam suas imaginações com leituras de romances aventurecos e quixotescos, constituindo para si a ânsia pela aventura, pelo risco mortal em busca de rápido enriquecimento e estabilidade social.

Se Haggard experienciava a perspectiva imediata de emigrar para as colônias com temor ou ansiedade, com euforia ou antecipação, não é possível discernir. Sua narrativa autobiográfica, redigida já na velhice, descreve a guinada ao subcontinente sul-africano como um momento de passagem da juventude para a vida adulta, de reconhecimento de seu prestígio profissional e aprimoramento do intelecto. Em outras palavras, na imaginação de Haggard e de muitos dos seus contemporâneos, meninos se tornavam homens na África. Aos

---

<sup>25</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.184.

dezenove anos, Haggard descrevia-se como “um rapaz alto, de seis pés de altura [1,82m] e magro; com olhos azuis, cabelos castanhos, de feições joviais e até bonito. Os Zulus me deram o nome de ‘*Indanda*’<sup>26</sup>, que significa, creio, aquele que é alto e de natureza agradável”. Ambicioso, indolente, sujeito a instâncias de melancolia e com a capacidade de “observar para além da superfície do caráter e dos eventos”<sup>27</sup>, a narrativa da partida à África também possibilita ao letrado demarcar sua individualidade de modo mais refinado, ao coligir razões e sentimentos. Ademais, o momento em que deixa a metrópole integrava um contexto de intensificação das levadas migratórias rumo às colônias, sobretudo de homens jovens com poucos recursos, que observavam nas oportunidades abertas pela mineração de diamantes ou pela atuação no serviço colonial como possibilidades de enriquecimento fácil. A situação demonstra que os percursos dos personagens resultam de escolhas realizadas em campos de possibilidade social, historicamente delimitados<sup>28</sup>, e isto requer um exercício de “recuperar os desvios, as fissuras e os acidentes, mas também as potencialidades do passado”<sup>29</sup>, imersas nas hesitações, contradições e ambiguidades que integram as trajetórias humanas.

A natureza da documentação, nominalmente aqueles categorizados como “ego-documentos”, ao exemplo de diários, autobiografias, textos ensaísticos e correspondências<sup>30</sup>, possibilitam a problematização das vias pelas quais o personagem histórico em questão “constrói, nas narrativas que elabora sobre si, a lógica de sua vida, elegendo determinadas lembranças para conferir consistência e constância, continuidade e coerência às suas múltiplas experiências”<sup>31</sup>. A se julgar por estes registros, em Natal, Haggard responsabilizava-se por tarefas cotidianas na residência oficial do governador, ao exemplo da organização de eventos sociais, contratação de empregados e aquisição de mantimentos. Por seus itinerários, circulava entre centros concêntricos da sociabilidade local, confabulando com funcionários coloniais, juristas e oficiais do exército. Suas funções profissionais lidavam diretamente com a política de “champagne e xerez” que a administração britânica tentava manter, em especial com os bôeres. Seu superior imediato, o governador Henry Bulwer, havia sido designado para substituir Garnet Wolseley, apontado pelo Secretário de Colônias, Lord Carnarvon, para

---

<sup>26</sup> Haggard provavelmente aludia ao termo *Lundanda u Ndandokalweni* ou *undanda okhalweni*, em isiZulu, que significava “homem alto que caminha ao longo dos rios e montanhas”. Ver: COAN, Stephen. Introduction. In: HAGGARD, H. Rider. *Diary of an African Journey*. Nova York: New York University Press, 2001.

<sup>27</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.49.

<sup>28</sup> GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de Il retorno de Martin Guerre, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p.183.

<sup>29</sup> LORIGA, op. cit., 1998, p.248.

<sup>30</sup> LORIGA, Sabina; SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *Revista História da Historiografia*, n.9, agosto de 2012, p.32.

<sup>31</sup> SCHMIDT, op. cit., p.195.



ocupar o cargo em caráter temporário. Wolseley, por sua vez, detinha suas funções dirigentes em substituição a Benjamin Pine, governador demitido do cargo após uma série de conflitos contra os Hlubi, liderados pelo rei Langalibalele. Desde o final da década de 1840, os Hlubi habitavam um vasto território na Colônia de Natal, entre Estocourt e a cordilheira de Drakensberg, cuja ocupação territorial ocorrera após negociações com o Secretário de Assuntos Nativos, Theophilus Shepstone, figura que, como veremos, possui um papel importante na trajetória de Haggard na África do Sul.

A descoberta dos diamantes em Kimberley atraiu uma miríade de trabalhadores negros para a região de Natal, muitos dos quais jovens Hlubi pagos por seu trabalho com armas e munição, prática considerada legal na Griqualândia Oriental. Em 1873, o governador Pine ordenara a prisão de Langalibalele após a resistência e recusa de seus súditos a registrar a posse das armas, e as tratativas de paz entre as partes envolvidas foram entrecortadas por conflitos armados entre as forças Hlubi e a guarda colonial. A prisão e o julgamento de Langalibalele em 1874, presidido por Benjamin Pine e Theophilus Shepstone, dividiu opiniões a respeito da legitimidade da jurisprudência adotada e a inconstância das políticas de tratamento dos nativos empregadas nas diferentes colônias britânicas. A questão tornara-se ainda mais acirrada com a intervenção do bispo de Natal, John Colenso, o qual acusava a administração colonial de promover grave injustiça e falsas acusações contra Langalibalele. Logo após chegar a Natal, Haggard confidenciou ao pai, em missiva redigida em 18 de agosto de 1875, que se encontrava “atualizando-se no caso Langalibalele e extraindo a parte essencial de um monte de *blue-books*. Não é fácil alcançar a verdade quando se encontra cercada por uma massa de evidência contraditória”<sup>32</sup>.

De acordo com Norman Etherington, a Colônia de Natal distinguia-se pela existência de partidários do “expansionismo imperial”, isto é, um esforço conjunto da elite político-econômica local em expandir suas áreas de influência, sobretudo para territórios ocupados por reinos, estados e chefias africanas, com o afã de controlar a mão de obra e o acesso às terras<sup>33</sup>. Em Natal, “os esforços empregados para obrigar os africanos a fornecerem essa força de trabalho foram em vão, devido às condições de trabalho medíocre e aos baixos salários oferecidos pelos plantadores”<sup>34</sup>. Por isso, o crescimento da lavoura açucareira na região dependia fortemente das migrações de africanos vindos do norte, da África Central e da África Oriental, e muitos proprietários de terras envolveram-se com o comércio interno.

---

<sup>32</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.47.

<sup>33</sup> ETHERINGTON, Norman. Labour Supply and the Genesis of South African Confederation in the 1870s. *Journal of African History*, v.20, n.2, pp. 235-253, 1979.

<sup>34</sup> NGWABI, op. cit., p.183.

Quaisquer ameaças às levas migratórias e às fontes de mão de obra produziam demandas pela intervenção britânica na região. Na primeira metade da década de 1870, Theophilus Shepstone representava uma das principais forças favoráveis ao expansionismo na região, e, por sua experiência prévia enquanto Secretário de Assuntos Nativos, defendia que a manutenção do “sistema tribal” e da “lei nativa” era necessária enquanto método de controle capaz de proletarizar os africanos negros. A despeito de suas diferenças políticas, especialmente no que concerne à questão nativa, a perspectiva de Theophilus Shepstone reverberou no projeto confederacionista de Carnarvon e, em partes, refletia um anseio por controle do território ao norte, por parte dos dirigentes na Colônia de Natal. Uma confederação dos corpos geopolíticos da África do Sul, governada por brancos e executando uma política africana padronizada, passou a ser visto naquele momento como a solução para os problemas concernentes à mão de obra nativa.

Do lugar em que ocupava na casta da elite branca em Natal, e observando os fatos a partir do cerne da administração colonial, mesmo que ocupando um cargo minoritário, Haggard gradativamente passou a entender que aquele era um momento decisivo na história sul-africana e nas relações com a metrópole. Lord Carnarvon promoveu uma campanha expansionista para a África do Sul, inspirada em uma série de medidas já implantadas por seu antecessor, o liberal Lord Kimberley. Baseando-se no modelo confederacionista implementado no Canadá em 1867, Carnarvon pretendia manter a autoridade britânica na África do Sul, considerada a partir daquele momento – até mesmo pela expansão da mineração diamantífera e ampliação das atividades portuárias – como uma área de estratégica e vital importância. A estrutura política pretendida por Carnarvon visava unir as colônias e territórios britânicos e bôeres, de modo a criar uma confederação sul-africana inserida dentro do Império Britânico. A proposta, que foi recebida com resistência em especial pelas elites locais na Colônia do Cabo, as quais, acreditavam, arcariam com os custos do projeto, integrava-se aos debates parlamentares na metrópole que passavam a atribuir uma importância maior à política externa e à manutenção do Império, em detrimento de proposições de reformas sociais internas<sup>35</sup>. Os dirigentes locais haviam acabado de conseguir a garantia de autogoverno e consideravam tais iniciativas da metrópole como uma revogação de seus direitos e, além disso, viam o liberalismo do Cabo como incompatível com o conservadorismo político e econômico das repúblicas bôeres<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> JENKINS, op. cit., 1996, p.116-118.

<sup>36</sup> WESSELING, op. cit., p.298.

Haggard rapidamente tornara-se consciente da precariedade em torno da situação política na África do Sul. Os conflitos entre africanos e bôeres eram constantes, e as tensões entre bôeres e britânicos tornavam-se ainda mais acirradas com a proposta de confederação e os meios militares associados a ela. Pouco tempo após sua chegada no território sul-africano, Haggard tomou notícia dos conflitos gerados entre o chefe dos Bapedi, Sekhukhune, e os bôeres nas fronteiras do Transvaal, os quais resultaram na derrota dos bôeres e na acumulação de pesadas dívidas financeiras e perdas militares; em correspondência aos familiares, Haggard aludia às “notícias turbulentas” ao norte, referentes às “escaramuças entre os Bôeres e Secocoeni (...)”. A guerra entre negros e brancos é uma coisa terrível. Nenhuma piedade é concedida, e nenhuma é solicitada”<sup>37</sup>. Na condição informal de secretário pessoal de Henry Bulwer, Haggard acompanhou-o em viagens rumo ao interior de Natal e às regiões fronteiriças, em especial nas missões diplomáticas com reinos africanos. Essas viagens oficiais possibilitaram a Haggard tomar conhecimento das áreas mais afastadas dos centros urbanos da colônia, incrementando seu arcabouço imaginativo com impressões da natureza local e da diversidade étnica; por extensão, estas missões encontravam-se alinhavadas aos desdobramentos dos planos de confederação, na medida em que garantiam aos seus articulistas conhecimento sobre o interior do território sul-africano e suas fronteiras. As viagens ao interior da África, e a subsequente elaboração de relatos, contribuíam para a formação de imaginários dos encontros interétnicos e interculturais ocasionados nas sendas do Império, e a chamada literatura de viagem possibilita problematizar “as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, pondo em questão como os sujeitos coloniais são constituídos nas e pelas relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e visitados, em termos de interação e trocas no interior de relações assimétricas de poder”<sup>38</sup>.

Acompanhado por Theophilus Shepstone, Haggard visitou o *kraal* do chefe Zulu Phakade em 1876, evento que resultou na escrita do artigo intitulado *A Zulu War-Dance*, que remeteu à revista londrina *The Gentleman's Magazine* no ano seguinte. No artigo, observa a presença britânica na África do Sul como parte do “espírito de justiça” que sempre prevalece quando “a mão forte e agressiva da Inglaterra agarra alguma parte fresca da superfície terrestre”<sup>39</sup>. Em sua primeira incursão ao mundo das letras, autoridade e responsabilidade paternalista entrelaçam-se na retórica de Haggard, cingidas por uma crença no papel ativo da missão colonial britânica em promover o desenvolvimento das áreas mais distantes dos

---

<sup>37</sup> COHEN, op. cit., p.31.

<sup>38</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Resenha: PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação. *Revista Brasileira de História*, v.20, n.39, 2000, p.283.

<sup>39</sup> HAGGARD, H. Rider. A Zulu War-Dance. *The Gentleman's Magazine*, n.243, julho de 1877, p.94.

territórios coloniais. A questão com a qual Haggard depara-se, ao descrever as cerimônias religiosas testemunhadas no *kraal* de Phakade, reside precisamente naquilo que atordoava a elite branca nas colônias: o tratamento delegado às populações nativas, em especial aquelas que, oficialmente alocadas na Colônia de Natal, cresceram quantitativamente nas décadas precedentes. No entanto, subjacente à fervorosa crença no papel benevolente do colonialismo britânico e sua responsabilidade paternal com as chamadas “raças selvagens”, reside um forte senso de que o processo civilizacional pode ser igualmente um processo destrutivo, pois as “várias influências do homem branco tem devorado o sistema nativo feito a ferrugem ao ferro” e “mesmo o mais descompromissado daqueles que marcham sob a bandeira da civilização” precisa hesitar diante dos sistemas de organização política e social das populações nativas. Afinal, Haggard estava certo de que a cerimônia, outrora um símbolo de guerra e coragem, transformara-se em mero divertimento para seus convidados brancos, uma “cerimônia selvagem, metade cômica, metade em ameaçadora diligência”<sup>40</sup>.

O contato com os Zulus deixou marcas inegáveis tanto nas missivas trocadas entre Haggard e seus familiares, quanto em sua autobiografia redigida na velhice. A se julgar pelo *corpus* documental, o letrado nutria simultaneamente admiração e temor pela organização social, política e militar do reino Zulu, naquele período (1872-1879) liderado pelo monarca Cetshwayo kaMpande, o qual estabelecera a capital da nação em uluNdi (atualmente na província de KwaZulu-Natal). A relação entre as forças britânicas e os Zulus tornaram-se tensas por volta daquele período, já que a autonomia destes era interpretada como um obstáculo para os projetos confederacionistas. Em consequência, Haggard escrevera aos familiares em dezembro de 1877, informando-lhes que “os Zulus estão ansiando por guerra”, que estavam “nas vésperas de uma vasta guerra nativa” a qual “se ocorrer, os resultados serão terrivelmente indescritíveis”<sup>41</sup>. Entre os Zulus, Haggard sentia ter encontrado um senso congênito à obediência e o respeito à autoridade paternal, uma espécie de “instinto”, com o qual “eles conhecem o verdadeiro artigo quando o veem, seja qual for a posição em vida ocupada pelo indivíduo em questão”. Observando retrospectivamente sua vivência com os africanos, o letrado localizava na visão de mundo deles uma solução para seus dilemas pessoais: se, na metrópole, seria considerado um homem supérfluo, inapto a ocupar uma posição de poder, por não se enquadrar na primogenitura e por ser oriundo de um mundo social em crise, aqui, entre os Zulus, o jovem teria encontrado uma possibilidade de prestígio e respeitabilidade, já que “muitos daqueles que seriam considerados ‘cavalheiros’ entre nós,

---

<sup>40</sup> Ibidem, p.97-107.

<sup>41</sup> COHEN, op. cit., p.43-44.

devido à sua riqueza ou posição, não seriam considerados como tais por eles”<sup>42</sup>. Haggard deparava-se, portanto, com uma configuração social que, na sua imaginação, possibilitaria certo senso de ascensão social com base em valores outros: bravura, coragem, obediência.

Em seus relatos, Haggard muito possivelmente aludia ao sistema iButho, uma forma de organização social e militar que constituía as bases da autoridade régia entre os Zulus. Embora os testemunhos coloniais regularmente caracterizassem o Reino Zulu como despótico ou mesmo arbitrário, a autoridade do rei era restringida por leis e costumes tradicionais, bem como por uma rede de poder e influências entre o rei e seus amaKhosis (chefias locais), ao exemplo de Phakade. A autoridade real era sustentada por uma rede de indivíduos que mantinham funções administrativas, ao exemplo dos izinDuna, oficiais do estado designados pelo rei para comandar os *amabutho*, regimentos de soldados jovens, ou mesmo para administrar distritos territoriais onde não houvesse a presença de autoridades designadas por critério de hereditariedade. Tal qual mencionado, o sistema militar (iButho) foi institucionalizado por Shaka entre as décadas de 1810 e 1820, sobretudo por meio de regimentos militares formados por homens da mesma idade e de uma mesma região, treinados em centros administrativos designados amaKhanda<sup>43</sup>. O que Haggard categorizava como um senso inato de obediência constituía, com efeito, uma das bases da organização social, política e militar do Reino Zulu.

Em *A Zulu War-Dance*, Haggard igualmente mobiliza traços de sensibilidade romântica ao descrever as paisagens naturais do interior da colônia, movendo-se entre a estetização da paisagem e o relato de seus sentimentos em contato com a flora local: “era como ficar face a face com a grande Natureza primeva, não a Natureza como nós pessoas civilizadas a conhecemos, sorrindo nos milharais, acenando em florestas bem planejadas, mas a Natureza como ela era no dia da Criação”. O cenário que emoldura o vale do Rio Mooi é descrito pelo letrado como “tão verde, tão brilhante em raios gloriosos de sol, e ainda tão terrivelmente ausente de vida, tão solenemente silencioso”. Aqui, o jovem de Norfolk parece remeter seus leitores aos efeitos mais devastadores da presença do homem branco no interior sul-africano e do processo civilizador, já que reconhece que as atividades de caça predatória contribuíram para a extinção da vida animal, pois “toda a vida estrangeira deve cessar perante o homem branco, e assim estes moradores selvagens da floresta, dos rios e das planícies, desapareceram para não mais retornar”<sup>44</sup>. A impressão fatalista da civilização convive com a

---

<sup>42</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.66.

<sup>43</sup> LABAND, John. *Historical Dictionary of the Zulu Wars*. Maryland: Scarecrow Press, 2009, p.26.

<sup>44</sup> HAGGARD, op. cit., 1877, p.99.

exuberância e a admiração pelo espaço selvagem, lugar de liberdades irrestritas, capaz de aproximar o homem branco de seus congêneres mais primitivos e, neste mesmo movimento, evocar aquilo que haveria de mais atávico no coração dos homens. Mas, apesar de reconhecer os aspectos mais destrutivos do avanço civilizatório, não restavam dúvidas ao jovem Haggard, pois, em suas palavras, “o caminho do progresso precisa, por necessidade, ser seguido, e os resultados desta direção deixados nas mãos do Destino e do futuro”<sup>45</sup>.

Naquele momento, Haggard interpretava o colonialismo britânico e sua “missão civilizadora” na África do Sul como uma forma de tutela paternal, traduzida em termos de respeito e autoritarismo, de reconhecimento das leis e costumes nativos, mas também da necessidade de expurgar seus aspectos mais perniciosos, nominalmente a prática da poligamia e o sistema de organização político em chefias locais<sup>46</sup>. Ademais, o jovem não estava sozinho em sua crença fervorosa na ideia imperial. No início da década de 1870, certa visão separatista a respeito da dissolução do Império Britânico cedeu lugar a perspectivas que visavam promover políticas públicas eficazes na consolidação dos domínios coloniais, e as propostas da constituição de uma Confederação Imperial, formada por um corpo político de representantes das colônias no Parlamento, ganharam fôlego nos debates políticos e na imprensa periódica<sup>47</sup>. Nos anos seguintes, o interesse pela continuidade do projeto colonial desencadeou alterações significativas nas discussões parlamentares, bem como a criação de instituições dedicadas à promoção do imperialismo britânico, ao exemplo da *Colonial Society*, fundada em 1868, e que institucionalizou o debate a respeito da consolidação do Império. Durante a administração de Disraeli, o secretariado de colônias adotou o modelo de confederação como uma estratégia para garantir a preservação das colônias e estabilidade financeira; contudo, a despeito das sérias limitações à implantação deste modelo político no território sul-africano, Carnarvon optou pelo uso da força e da anexação militar, situação que culminou com a crise do Transvaal no final da década de 1870.

### 3.2 – A POLÍTICA COLONIAL E A “NUVEM SOMBRIA DA QUESTÃO NATIVA” EM DOIS TEMPOS

A análise da trajetória e dos contextos de formação intelectual e atuação de Rider Haggard, em um movimento que se atenta ao indivíduo para cercar macroprocessos políticos

---

<sup>45</sup> Ibidem, p.107.

<sup>46</sup> Ibidem, p.107.

<sup>47</sup> ELDRIDGE, op. cit., 1996, p.130.



e socioculturais, requer atenção aos laços de sociabilidade que vinculam e cingem personagens em círculos concêntricos de contato afetivo e trocas intelectuais. Afinal, “o modo como os indivíduos se comportam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas”<sup>48</sup>, e por este motivo, as redes de sociabilidade e solidariedade fornecem escrutínios para a análise e interpretação dos “múltiplos itinerários daqueles que cruzaram em momentos e em redes diferentes”<sup>49</sup> com os percursos dos sujeitos históricos privilegiados. Nesta perspectiva, *The Days of My Life* assume relevância pois, nas narrativas de suas reminiscências, Haggard visa mapear e fornecer relativa coerência às redes que permeavam os centros da administração colonial na África do Sul, simultaneamente salvaguardando para a posteridade fragmentos de memórias revestidas pela força do elogio enquanto estratégia de legitimação do papel daqueles homens na manutenção e na consolidação do Império. No relato autobiográfico, sociabilidades políticas encontram-se revestidas com impressões pessoais, formando uma tessitura textual de sentimento e política que permite rastrear a constituição das visões de mundo de Haggard, em especial a respeito dos nativos sul-africanos, a partir de trajetórias entrecruzadas com outros atores históricos.

Tome-se, a título de exemplo, o empregador de Rider Haggard, Henry Bulwer, o qual é descrito como um “ideal de beleza do que um cavalheiro inglês deve ser”, o mais “cuidadoso e minucioso em seus métodos”, um “funcionário civil extremamente competente”, embora, segundo o letrado, dotado de “dificuldade ao tomar suas decisões”<sup>50</sup>. A pertinência desta passagem reside no fato de apontar para dois pontos-chaves nas trajetórias de Bulwer e Haggard: em primeiro lugar, remete seus leitores ao âmago dos relacionamentos pessoais e afetivos, ao observar o governador como um ideal de conduta masculina a ser seguido e nos relembra que a partida de Haggard para a África se deu graças às alianças familiares entre seu pai e Bulwer; em segundo, pois implica em uma tomada de consciência do letrado com relação aos trâmites burocráticos que revestem a administração colonial, as quais ocorriam, no período de instabilidade política, com maior ou menor grau de eficácia. Além disso, a referência ao ideal de cavalheirismo representado por Bulwer evidencia um dos pilares do ideário paternalista, tal qual resgatado por Haggard em sua escrita autorreferencial: a premissa de que os homens estariam naturalmente qualificados para exercer os predicados relacionados à tutela protetora, um discurso de gênero que estabelece a “dicotomia entre os potentes e os

---

<sup>48</sup> ELIAS, op. cit., 1994, p. 26.

<sup>49</sup> DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EdUSP, 2009, p.376.

<sup>50</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.45.

impotentes”<sup>51</sup>. Naquele momento, Henry Bulwer acumulava um longo histórico de cargos relacionados à administração de territórios coloniais, pois havia sido, em um período de tempo relativamente curto (1860-1880), diplomata em Cítera (Grécia); secretário do embaixador britânico no Império Otomano; administrador em Trinidad e na Dominica; governador de Bornéu e, entre 1875 e 1885, atuou enquanto governador da Colônia de Natal e comissário especial de Assuntos Zulus. A rede política de Bulwer, que era membro de uma família influente de letrados e políticos, desempenhou um papel vital em sua trajetória, e a influência pessoal possibilitou a Haggard galgar cargos administrativos, além de aproximá-lo de outras figuras significativas da elite colonial, em especial, Theophilus Shepstone.

O caso de Theophilus Shepstone (1817-1893) fornece indícios importantes a respeito do lugar da “questão nativa” na produção escrita de Haggard, particularmente em dois artigos que o letrado remeteu à imprensa britânica entre julho e setembro de 1877: *A Zulu War-Dance* e *A Visit to the Chief Secocæni*. Shepstone, que era filho de um missionário britânico do Transkei, ocupava o cargo de encarregado especial das relações com os Zulus em Natal, o que, em termos práticos, tornava-o em uma espécie de diplomata e, por seu conhecimento dos costumes e da linguagem Zulu, uma referência na elaboração de políticas de tratamento dos nativos. Desde a década de 1840, havia sido um dos articulistas da criação de reservas para as populações nativas e, em entre 1876 e 1877, um dos responsáveis pela malfadada anexação do Transvaal às posses britânicas, questões que se sobrepõem à trajetória de Haggard na África do Sul. A se julgar pelas narrativas autobiográficas, Shepstone incluía Haggard em sua comissão para o Transvaal devido à experiência do jovem em Natal, afinal, a organização de jantares e eventos sociais desempenhava um papel importante na manutenção das relações cordiais entre políticos britânicos e bôeres e “haverá boa dose do que é denominado de política do champanhe e xerez em Pretoria, e ele quer que alguém cuide do entretenimento”<sup>52</sup>.

Em 1876, aos vinte anos, Haggard partiu para o Transvaal acompanhando Shepstone, em uma jornada ladeada pela paisagem do interior sul-africano, tecida por laços de homossociabilidade e de um senso de dever com a manutenção dos domínios coloniais. No caso da anexação do Transvaal, a questão estava, para Haggard, diretamente ligada com os assuntos nativos, já que “a única coisa que poderia permitir a anexação de terras, pertencentes por natureza e direito às raças selvagens, é a introdução de uma política justa e piedosa com

---

<sup>51</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. Nem Minotauro, nem maternal: repensando o conceito de paternalismo no contexto da formulação das políticas da maternidade. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero. *Diversidades: Dimensões de Gênero e Sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p.180.

<sup>52</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.62.

relação aos seus proprietários originais”<sup>53</sup>. Coexiste, na ideia colonial de Rider Haggard, um reconhecimento da legitimidade das leis e costumes africanos mas, ao mesmo tempo, a demanda pela tutela paternal do Império Britânico para protegê-los e coagi-los, sobretudo se necessário para o fornecimento de mão de obra nativa. Com efeito, o controle do Transvaal era visto, da perspectiva de Shepstone e de outros dirigentes na Colônia de Natal, como uma das vias necessárias para a manutenção do fluxo de migrantes africanos do norte, a serem empregados nas plantações de cana de açúcar e no trabalho com a mineração.

Em *The Days of My Life*, Shepstone era descrito por Haggard em um tom paternal e respeitoso, com destaque ao seu conhecimento dos idiomas nativos e sua gradual escalada profissional até ocupar o cargo de Secretário de Assuntos Nativos, fundamentado em uma “política que visava manter o sistema tribal dos nativos sobre a supremacia da Coroa Britânica, e civilizá-los gradativamente”<sup>54</sup>. Haggard remetia seus leitores ao que alguns historiadores definiram como “*Locations System*” ou “sistema Shepstone”<sup>55</sup>, um esquema de distribuição de terras que, na metade do século XIX, visava organizar e controlar a população nativa na Colônia de Natal, a qual ultrapassava a marca dos 100 mil africanos. O sistema, criado pela Comissão de Localização dos Nativos em 1847, marcaria a carreira política de Shepstone em Natal, mas seria profundamente questionada e desmantelada pelo governador Benjamin Pine na década seguinte. O esquema estava embasado na ideia de que as reservas de nativos manteriam o sistema tradicional de chefias locais, embora submetidas à autoridade da Coroa Britânica com a intenção de “civilizar” gradualmente as populações africanas<sup>56</sup>.

O sistema implementado por Shepstone resultava da crença de que a população nativa de Natal, e os africanos em um modo geral, estariam incapacitados para integrarem a sociedade colonial e, portanto, necessitavam ser devidamente civilizados. A questão nativa, que tomava forma naquele momento e que dizia respeito à elaboração de políticas de tratamento dos nativos nos territórios sul-africanos, tornara-se particularmente complexa para os administradores coloniais, que reverberavam as ansiedades de muitos colonos brancos com o crescimento quantitativo da população nativa em Natal nas décadas de 1840 e 1850. O fato era associado na época ao movimento expansionista Zulu, que, na perspectiva dos administradores coloniais, teria resultado na dispersão étnica e na migração forçada de

<sup>53</sup> HAGGARD, H. Rider. *The Transvaal. Macmillan's Magazine*, v.36, n.211, maio de 1877, p.84.

<sup>54</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.69.

<sup>55</sup> ETHERINGTON, Norman. The ‘Shepstone system’ in the Colony of Natal and beyond the borders. In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (org.). *Natal and Zululand From Earliest Times to 1910: A New History*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1989.

<sup>56</sup> IVEY, Jacob Mckinnon. *The White Chief of Natal: Sir Theophilus Shepstone and the British Native Policy in Mid-Nineteenth Century Natal*. Dissertação de Mestrado em História. Orlando, Florida: University of Central Florida, 2008, p.3.

milhares de nativos que cruzaram as fronteiras rumo à Natal. Além disso, alianças políticas realizadas entre bôeres e Zulus, naquele mesmo período, resultaram no deslocamento de aproximadamente 17 mil Zulus para Natal após o exílio do rei Mpande em 1838. Antes de Natal ser incorporada às posses britânicas, o *volksraad* bôer já havia proposto um sistema segregacionista para as populações nativas, com a intenção de criar uma vasta reserva nativa entre os rios Umtamfuna e Umzimvubu. Com a anexação, a administração colonial optou pela descentralização, por intermédio da criação de múltiplas reservas, o envolvimento de missionários e a indicação de oficiais do governo para supervisionar o desenvolvimento e a segurança dos nativos em cada território. Shepstone foi designado agente diplomático para os nativos, e assumiu as rédeas da organização das reservas, as quais tornaram-se possíveis graças às suas relações interpessoais de negociação com os chefes locais<sup>57</sup>.

Em seus princípios, a política de reservas nativas desenvolvida por Shepstone, implementada entre 1846 e 1852, estava amparada na premissa de civilizar gradualmente os nativos, embora isto não implicasse necessariamente na expectativa de promover uma sociedade colonial de coexistência igualitária entre europeus e africanos. Para levar a cabo sua proposta, Shepstone almejava garantir a distribuição de terras entre os nativos, os quais manteriam a maior parte de seus elementos culturais, incluindo sua hierarquia política e a leis costumeiras. Contudo, ao mesmo tempo, elementos de origem europeia seriam aos poucos incorporados na sociedade nativa, ao exemplo de escolas e missionários que atuariam como agentes de cristianização e aculturação. Embora a determinação pessoal de Shepstone tenha levado parte da historiografia colonial a retratá-lo como um defensor das culturas africanas e um ávido opositor aos esquemas de exploração de africanos pelos colonos brancos, essa imagem tem sido recentemente problematizada. Isto porque as evidências demonstram que nos momentos precedentes ao estabelecimento das reservas, Shepstone manifestou apoio aos interesses de exploração dos recursos humanos e minerais do continente, e que a própria política de distribuição de terras nativas facilitaria o cerceamento da mão de obra africana. Não obstante, após o desmantelamento do “*Locations System*” em 1852, Shepstone apoiou a Lei de Refugiados de 1854, a qual obrigava todos os imigrantes africanos recém chegados em Natal a cumprirem três anos de serviço em obras públicas ou nas fazendas a um salário fixo. Finalmente, os interesses de Shepstone por territórios mais afastados do litoral entrecruzavam

---

<sup>57</sup> Ibidem, pp.18-38.

ambições pessoais e políticas oficiais, já que sua família e alguns de seus associados estavam envolvidos com projetos de exploração de recursos africanos<sup>58</sup>.

Por extensão, há que se atentar à presença de experiências de segregacionismo étnico-racial que revestiam os projetos de administração dos assuntos nativos enredados por Shepstone naquele período. Afinal, com a abolição do “*Locations System*” por Benjamin Pine, governador de Natal no início da década de 1850, Shepstone propôs o estabelecimento de um vasto território ao sul do rio Umkomanzi, com o objetivo de abrigar permanentemente as populações nativas que previamente ocupavam as reservas instituídas pelo esquema. Na sua perspectiva, a abolição do esquema de reservas daria início a um processo de reintegração étnica forçada entre brancos e africanos negros, os quais, julgava, estariam ainda despreparados. Desta forma, ao longo da década de 1850, Shepstone realizou diversas propostas para aquilo que Jacob Mckinnon Ivey denomina de “*Grand Removal Scheme*”, mediante o qual uma parcela da população nativa de Natal seria forçadamente realocada a um novo território fora das fronteiras ao sul da colônia. No mesmo período, iniciou uma série de negociações com Faku, líder dos Mpondo, no afã de garantir acesso às terras necessárias ao esquema e assegurar a autoridade do administrador sobre as populações nativas que ocupariam o território proposto às autoridades coloniais. Os esquemas de Shepstone assumiram feições segregacionistas, ancoradas no que observava como uma desigualdade natural entre as diferentes raças que justificaria a criação de territórios apartados para brancos e negros no intento de civilizá-los. Embora o plano tenha sido preliminarmente aceito pelo governador Pine, seu sucessor, George Grey, designado ao cargo em 1854, opôs-se ao esquema sob a alegação dos custos excessivos, decisão que inviabilizou a sua implantação<sup>59</sup>.

A política nativista adotada por Theophilus Shepstone durante sua gestão enquanto Secretário de Assuntos Nativos visava gradativamente disseminar ideais e comportamentos considerados como civilizados entre os africanos negros de Natal na metade do século XIX. O estabelecimento das reservas nativas, elemento chave em seu sistema territorial, seria viável graças à boa dose de diplomacia com as chefias locais, circunstância sintomática do jogo entre coerções e negociações estabelecidas entre a administração colonial e as populações nativas no período em questão. O reconhecimento da diplomacia e das visitas oficiais às lideranças nativas também transparece na década de 1870, em particular, no momento imediatamente anterior à anexação do Transvaal às posses britânicas. Assim, em maio de 1876, Haggard

---

<sup>58</sup> ETHERINGTON, op. cit., 1979, pp. 237-238; SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza* (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX). Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2017, p.187-190.

<sup>59</sup> IVEY, op. cit., p.66-72.

acompanhou o Secretário de Assuntos Nativos ao *kraal* do chefe Zulu Phakade, líder dos amaChunu, episódio que o jovem relatou em seu artigo *A Zulu War Dance*. O documento, que demarca suas incursões iniciais ao mundo das letras, reveste-se de importância, pois, por um lado, incorpora alguns dos posicionamentos de Shepstone a respeito do tratamento de nativos e, por outro, coloca em questão alguns dos elementos estruturantes de seu projeto civilizacional para os nativos sul-africanos.

No que se refere às visitas oficiais aos Zulus relatadas em *A Zulu War Dance*, algumas questões contextuais precisam ser devidamente enfatizadas. Em 1872, o rei Zulu Cetshwayo convidou Theophilus Shepstone para participar das cerimônias de coroação, momento em que o Secretário de Assuntos Nativos teria firmado uma série de compromissos com o novo monarca. Para Cetshwayo, a aproximação com o governo de Natal “representava uma busca de reforço junto às disputas de terras com a República Sul-Africana [i.e. o Transvaal], em particular a região do rio Ncome, e às pretensões de seus irmãos”, enquanto que para Shepstone, o episódio apresentava-se como uma oportunidade de impulsionar sua política expansionista, alinhada com as propostas de confederação que começavam a ser elaboradas. A presença de Shepstone na coroação, simbolicamente representando a autoridade de Shaka, demonstra uma daquelas instâncias em que, como demonstrou Mahmood Mamdani, as autoridades coloniais tentam aglutinar e incorporar as práticas de poder nativo e os costumes tradicionais com a intenção de exercer um controle indireto, mas mais efetivo<sup>60</sup>. Em 1877, após a anexação do Transvaal, Shepstone assumiu o cargo de administrador e, nesta posição, adotou oficialmente “as reivindicações do Transvaal com relação à Cetshwayo, declarando que ‘uma inspeção nos arquivos em Pretoria o havia convencido de que o sucessor de Mpande estava errado’” e que, por isso, a demanda Zulu pela posse de terras próximas ao rio Ncome, essenciais no controle da mão de obra africana rumo ao sul e nas rotas de agentes europeus para o interior, eram ilegítimas<sup>61</sup>. Tratava-se, portanto, de um momento particularmente instável no que referencia as relações diplomáticas entre as lideranças nativas e a administração colonial, de modo que a visita oficial à Phakade em de maio de 1876, encontrasse emoldurada por um quadro maior de negociações diplomáticas, pretensões coloniais e demandas de nativos por acesso a terras.

No momento em que Haggard publica *A Zulu War Dance*, o jovem colonialista apresentava-se aos seus leitores como um adepto fervoroso das funções mais benevolentes atribuídas por ele à expansão ultramarina britânica, compreendendo-a como um manto de

---

<sup>60</sup> MAMDANI, op. cit., 1996, pp. 37-39.

<sup>61</sup> SANTOS, op. cit., p.203.



proteção e justiça às populações que habitavam os territórios anexados. As colônias, na ótica de Haggard, serviriam como locais de restituição das relações paternalistas em esfacelamento no interior da metrópole, lugares em que “a forte e agressiva mão da Inglaterra”<sup>62</sup> estaria provida do senso de responsabilidade paternal, especialmente no caso sul-africano, se levarmos em consideração o fato de que o letrado caracteriza sua população nativa como “crianças dotadas de força e intelecto (em oposição à inteligência) dos homens”<sup>63</sup>. Entretanto, na “nuvem sombria da Questão Nativa”<sup>64</sup>, Haggard relativiza a força do processo civilizatório entre os nativos, por compreender que a “potência da civilização” produziria efeitos negativos, especialmente entre os Zulus, cuja numerosa presença na Colônia de Natal tornava-se preocupante para os colonos brancos na década de 1870. Enquanto que, para Shepstone, a gradual implementação de instituições religiosas, ao exemplo de missões e escolas, propiciaria alterações culturais e sociais entre os nativos, elevando-os na escala civilizatória, o jovem Haggard lança dúvidas com relação a esta proposta:

A civilização, aparentemente, quando aplicada às raças negras, produz efeitos diametricamente opostos àqueles que estamos acostumados a observar nas nações brancas: degrada, antes de poder elevar; e com relação aos Kaffirs, é duvidoso, e ainda precisa ser comprovado, se possui qualquer poder para elevá-los<sup>65</sup>.

O argumento de Haggard sustentava-se na premissa racial de que, em seu estado natural, os Zulus estariam dotados de qualidades positivas que contrabalanceariam os seus “vícios” mais perniciosos. Desta forma, o letrado apresenta-os, em tempos de paz, como homens simples e voltados para atividades agrícolas, “perfeitamente indolentes e perfeitamente felizes”, honestos e confiáveis. Em períodos de conflitos o calor da batalha produziria nos Zulus um “espírito feroz e selvagem”, entretanto, até mesmo em situações de extrema violência, Haggard destaca elementos valorativos na conduta dos nativos: “ao mesmo tempo em que é cruel, ele é corajoso na batalha; se ele é imprudente com a vida dos outros, também não se importa com a sua própria; e quando a morte aproxima-se, ele a encontra destemido, e avança aos espíritos de seus ancestrais corajosamente, como um guerreiro deve ser”<sup>66</sup>. Sua crença numa tendência natural do Zulu à guerra não estava distante dos posicionamentos adotados por Shepstone por volta daquele período, o qual escreveu que “o estado de guerra é o clamor universal entre os soldados [Zulu], ansiosos para vivenciar as suas

<sup>62</sup> HAGGARD, H. Rider. A Zulu War-Dance. *The Gentleman's Magazine*, n.243, julho de 1877, p.94.

<sup>63</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, p.xliii.

<sup>64</sup> HAGGARD, op. cit., 1877, p.96.

<sup>65</sup> Ibidem, p.96.

<sup>66</sup> Ibidem, p.96-97.

tradições”<sup>67</sup>. Para o letrado, a difusão de projetos civilizatórios entre os nativos produziria efeitos colaterais nos Zulus, na medida em que obliteraria as suas virtudes e intensificaria o seu comportamento vicioso, “acrescentando destreza a sua crueldade, avareza ao seu amor pelas posses, substituindo sua bravura por grosseria e insolência, e sua verdade por mentiras”. O problema encontrava-se nos “efeitos de nossa civilização parcial, quando imperfeitamente e espasmodicamente aplicada sobre a vasta população nativa na África do Sul”<sup>68</sup>, embora reconheça que, a despeito de sua ineficácia, eventualmente contribuiria para a desestruturação de “costumes nativos”, em especial o sistema das chefias locais e a poligamia.

O processo civilizacional, para o jovem Haggard, inevitavelmente desmobilizaria as culturas africanas, embora estivesse embasado na premissa de que “é nossa missão conquistar e submeter, não pela sede de conquista, mas pelo desejo de lei, justiça e ordem”<sup>69</sup>. Em sua escrita ensaística, as sendas do Império eram vistas como forças destrutivas, capazes de levar a um desequilíbrio de forças entre sujeitos colonizadores e colonizados, afinal, a hierarquia tribal e as formas de organização social das populações africanas eram interpretadas como pilares dos “costumes nativos”, de todas as “suas ideias de bondade e justiça; nelas a história de seu passado está corporificada, e dela originam-se suas esperanças de futuro”. As ações das populações europeias no subcontinente sul-africanos são reconhecidas por Haggard como declaradamente corrosivas, as quais “devoraram o sistema nativo feito ferrugem no ferro”, de modo que “os baluartes do barbarismo, seus costumes menores e leis menores, se foram, ou existem apenas em nome”<sup>70</sup>. A aparente contradição de Haggard em *A Zulu War-Dance* era, com efeito, reveladora das linhas de fuga de seus ideais a respeito da questão nativa: de um lado, os princípios paternalistas de proteção às populações nativas, alicerçados no reconhecimento da perda e do esfacelamento dos sistemas socioculturais africanos diante da presença europeia; de outro lado, sua crença na eficácia das políticas colonialistas, se orientadas por princípios de justiça e civilização, capazes de preservar aquilo que considerava como virtudes naturais dos nativos e simultaneamente dissipar os “baluartes do barbarismo”.

As cerimônias no *kraal* de Phakade foram descritas de forma detalhada e repletas de vivacidade, oscilando entre uma interpretação hierarquizada que observava os guerreiros amaChunu enquanto “selvagens” e o apreço por suas poses “graciosas e estatuescas”, pelo seu canto “tão suave e tão selvagem, tão simples e ainda assim tão expressivo das paixões mais

---

<sup>67</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, pp.22-23.

<sup>68</sup> HAGGARD, op. cit., 1877, p.97.

<sup>69</sup> HAGGARD, H. Rider. The Transvaal. *Macmillan's Magazine*, v. 36, n.211, maio de 1877, p.78.

<sup>70</sup> HAGGARD, op. cit., 1877, p.107.

ferozes conhecidas ao coração humano”<sup>71</sup>. Todavia, persistia no tom do relato certo senso de anacronismo, como se o ritual fosse remanescente de uma cultura em extinção pela via inexorável da civilização, de modo que uma cerimônia militar estaria se convertendo em mero entretenimento para visitantes brancos. Subjacente às narrativas de Haggard, as quais atrairiam as atenções devido “ao magnetismo do contraste por meio do qual o leitor altamente civilizado é convidado para ir aonde ele ainda pode encontrar-se cara a cara com o bárbaro e testemunhar a cerimônia selvagem”<sup>72</sup>, as evidências demonstram que o episódio narrado integra a textura de negociações diplomáticas e políticas em que Shepstone, e Haggard por consequência, encontravam-se inseridos. Afinal, desde o início do século XIX, os amaChunu formavam um dos reinos mais poderosos, ocupavam um território vizinho aos Zulus, e o pai de Phakade, Macingwane, havia sido um contemporâneo e rival de Shaka. Os avanços militares dos Zulus no início do século forçaram os amaChunu para a região do rio Tugela, onde estabeleceram diversos vilarejos e incorporaram, derrotaram ou realizaram alianças diplomáticas com outras chefias locais, ao exemplo dos Embo e dos amaNtambo<sup>73</sup>.

No período da visita ao *kraal* de Phakade, o chefe encontrava-se em idade avançada e, tal qual narrado pelo letrado, seu filho e herdeiro, Gabangaye, exercia na prática as funções políticas de líder dos amaChunu, os quais haviam firmado alianças razoavelmente sólidas com a Colônia de Natal. Por sua localização próxima à Zululandia, bem como pela lealdade à colônia, a visita de Shepstone aos amaChunu era estratégica em um período de crescentes animosidades entre Cetshwayo e a administração colonial. A cordialidade narrada entre Shepstone e Phakade parece reforçar o reconhecimento da autoridade colonial pelos nativos, em especial, ao descrever o Secretário de Assuntos Nativos como o “portador do espírito de Chaka”<sup>74</sup>. Entretanto, Haggard igualmente remete seus leitores à superioridade numérica dos Zulus, pois semelhante cerimônia no *kraal* de Cetshwayo agregava “30 mil guerreiros (...), e um trágico interesse é acrescido ao feroz espetáculo pelo massacre de muitos homens”, em referência aos inimigos políticos do monarca Zulu, supostamente mortos sob a acusação de feitiçaria, no que o letrado descreve como uma “grande oportunidade política para se livrar dos elementos irreconciliáveis”<sup>75</sup>. Se no *kraal* de Phakade a cerimônia reveste-se de mero entretenimento, o mesmo não poderia ser dito das breves referências a Cetshwayo, o qual,

---

<sup>71</sup> Ibidem, p.103.

<sup>72</sup> Ibidem, p.97.

<sup>73</sup> ELREDGE, Elizabeth. *The Creation of the Zulu Kingdom, 1815-1828: War, Shaka and the Consolidation of Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp.97-100.

<sup>74</sup> HAGGARD, op. cit., 1877, p.106

<sup>75</sup> Ibidem, p.106.

ladeado por um vasto exército e em uma posição pouco amistosa com relação à administração colonial, representava uma verdadeira ameaça à colônia.

Ao final de março de 1877, Haggard integrava a equipe administrativa de Theophilus Shepstone em Pretoria, capital do Transvaal, e foi incumbido de compor uma comissão diplomática que partiu em visita oficial a Matsebe Sekhukhune, rei dos Bapedi, na região entre a cordilheira de Drakensberg e as montanhas Leolo. O episódio foi relatado no artigo *A Visit to the Chief Secocœni*, publicado na *The Gentleman's Magazine* em setembro daquele ano, no qual Haggard recorre à sensibilidade romântica ao descrever as paisagens do interior do Transvaal e simultaneamente estrutura-se em preceitos racialistas ao narrar suas populações bôeres. As circunstâncias que emolduram a visita a Sekhukhune são contextualmente diferentes daquelas que levaram Shepstone e Haggard ao *kraal* de Pkahade, mas evidenciam a continuidade das negociações diplomáticas entre a administração colonial e as chefias nativas, e sugerem a fragilidade que demarcava a anexação do Transvaal. Afinal, no ano precedente, as forças de Sekhukhune haviam derrotado os bôeres e seus aliados Swazi, após acusações e rumores de que os Bapedi haviam provocado roubo de gado bôer. A derrota bôer havia sido utilizada como uma justificativa para a anexação do Transvaal e o apaziguamento das animosidades certamente encontrava-se na agenda da comissão que Haggard, pois reconhece que “negociações de paz haviam sido providenciadas, e era em conexão com estes assuntos delicados que a jornada tomou seu rumo”<sup>76</sup>.

Até aquele momento, a administração colonial britânica não demonstrara oposição às políticas territoriais de Sekhukhune. O rei dos Bapedi defendia que seus domínios estavam para além da jurisdição transvaalense, que o território entre os rios Vaal e Limpopo lhe pertencia, e, embora veementemente contrário ao governo bôer, não desconsiderava a possibilidade de transformar seu reino em protetorado britânico. No entanto, as atitudes coloniais com relação a Sekhukhune alteraram-se drasticamente com a anexação do Transvaal, já que muitos passaram a entender que a agressão bôer contra os Bapedi havia sido plenamente justificada e, como resultado, seus territórios foram formalmente anexados às posses britânicas em maio de 1877, questão que o monarca recusou a reconhecer. A visita de Haggard e da comissão ao *kraal* de Sekhukhune enquadrava-se num contexto de instáveis negociações por posse de terras e delimitações das fronteiras do Transvaal, além de evidenciar as pressões políticas por parte de Shepstone em Pretoria para coagir os nativos e cercear o campo de ação dos Bapedi. Nas descrições da jornada rumo à fortaleza de Sekhukhune,

---

<sup>76</sup> HAGGARD, H. Rider. *A Visit to the Chief Secocœni*. *Gentleman's Magazine*, n.241, setembro de 1877, p.302.

Haggard conjuga atenção à beleza natural do interior transvaalense, mas relembra seus leitores da intensidade da violência interétnica na região: “algumas dessas vilas foram queimadas pelos voluntários [bôeres], e as demais permanecem inteiramente desertas”<sup>77</sup>.

Diferentemente dos Zulus, que são apresentados por Haggard enquanto detentores de virtudes louváveis, em especial no que referencia bravura e ímpeto, os Bapedi são descritos pelo letrado como uma raça exaurida e desgastada, a despeito de suas vitórias militares recentes. O jovem de Norfolk, ao descrever as choças ocupadas pelos Bapedi, garante aos seus leitores que “certamente, estas cabanas são muito superiores àquelas dos Zulus, da mesma forma que aqueles que as habitam são inferiores à grande raça. O que os Basotos<sup>78</sup> ganham em arte e praticidade eles perdem em masculinidade e sentimentos cavalheirescos”. Além disso, Haggard visa retratar os Bapedi como uma população afetada negativamente pelo contato com os europeus, pois os vícios do alcoolismo, comumente associados como resultado das influências europeias sobre nativos, estariam difundidos entre os nativos e seus chefes. Sekhukhune foi descrito por Haggard como um homem “inteiramente horrível e de aparência semi-repulsiva”, o qual, apesar de seu potentado, encontrava-se em estado de pauperização devido aos conflitos com os bôeres. Os demais membros da elite Bapedi foram representados em termos depreciativos, ao exemplo do “general de seus exércitos, um sujeito gordo com uma face exatamente como a de um porco”<sup>79</sup>, elemento que visava a relativização da condição humana dos africanos a partir de uma perspectiva racial e, simultaneamente, reforçar sua inferioridade se comparados com os Zulus, os quais representavam, na imaginação de Haggard, ideais de beleza e bravura africana.

Posteriormente, ao tentar estabelecer uma categorização racial das populações nativas na África do Sul, Haggard classificou os Bapedi, e os Basotos de um modo geral, como uma raça inapta à guerra e desprovida de sentimentos viris, sendo, “de fato, tímidos e covardes por natureza, e apenas lutam quando são obrigados. (...) Pessoalmente, os Basotos são fracos e franzinos quando comparado ao robusto Zulu”, características que, somadas à sua “natural timidez” produziria uma “consciência de sua inferioridade”. O letrado admitia que a natureza pacífica e as “capacidades para a civilização”<sup>80</sup> facilitariam o processo de cristianização dos Bapedi, porém, a narrativa tecida em *A Visit to the Chief Secocæni* parece corroborar com sua perspectiva em *A Zulu War-Dance*, embasada na ideia de que a civilização produziria efeitos

---

<sup>77</sup> Ibidem, p.311.

<sup>78</sup> Haggard referencia os Bapedi enquanto Basotos em seu artigo.

<sup>79</sup> HAGGARD, op. cit., 1877, pp.313-315.

<sup>80</sup> HAGGARD, H. Rider. *Cetywayo and his white neighbours, or remarks on recente events in Zululand, Natal and the Transvaal*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co, 1896, p.87.

destrutivos e desarticuladores nas populações nativas. Esta caracterização da inferioridade dos Bapedi também não estava desconectada da dinamicidade dos fenômenos políticos entre as populações que, ao longo do século XIX, disputavam o controle territorial sobre a região do rio Limpopo. No início do século, quando a esfera de influência britânica começou a se ampliar ao sul da África, os Bapedi formavam um dos mais importantes grupos étnicos na região, mas, a partir das décadas de 1820 e 1830, em decorrência da intensificação da violência e da crescente força político-militar dos Ndebele, foram forçados a migrar e engajaram-se em lutas para manter sua identidade e independência. Sekwati, o antecessor de Sekhukhune, lançou-se a uma política de apaziguamento tributário e diplomacia com os Zulus, os quais passaram a compreender os Bapedi como seus súditos. Os Swazi, que desde a década de 1840 mantinham relações diplomáticas com os bôeres transvaalenses, igualmente classificavam os Bapedi como seus súditos e, portanto, consideravam-se no direito de ceder ou vender parte dos territórios Bapedi à república sul-africana<sup>81</sup>. A despeito de sua independência e força militar no momento da anexação, Haggard parecia ater-se à convicção de que os Bapedi eram naturalmente inferiores e com uma tendência à submissão, “tanto ao homem branco quanto aos seus irmãos negros”<sup>82</sup>, e por este motivo, plenamente compatíveis com o ideário paternalista e de coerção dos nativos que se deslinda em seus textos.

As primeiras incursões de Haggard ao mundo das letras, por intermédio de suas atividades jornalísticas, foram estruturadas a partir da percepção de que as tensões interétnicas no território sul-africano atingiam um momento de pico na segunda metade da década de 1870. Esses escritos enquadram-se no que Mary Louise Pratt classifica como um complexo de laços interculturais, gestados a partir das “zonas de contato”, isto é, “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”, ao exemplo do “colonialismo, o escravismo ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo”<sup>83</sup>. Pelo lugar que o letrado ocupava na administração colonial, tanto em Natal quanto em Transvaal, Haggard tomou contato direto com a “questão nativa” e, por meio de seus artigos, enredou ideias e visões de mundo a respeito dos nativos sul-africanos, as quais estavam claramente marcados pelo contato com Theophilus Shepstone. Em *A Zulu War-Dance*, construiu uma imagem dos Zulus que oscila entre a admiração e o anátema, cingidos pela sua crença no que

<sup>81</sup> SMITH, K.W. The Fall of the Bapedi of the North-Eastern Transvaal. *The Journal of African History*, v.10, n.2, 1969, pp.237-252.

<sup>82</sup> HAGGARD, H. Rider. *Cetywayo and his white neighbours, or remarks on recente events in Zululand, Natal and the Transvaal*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co, 1896, p.87.

<sup>83</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999, p. 27.



considerava como dimensões benevolentes do colonialismo, visto como uma força necessária para proteger, amparar e coagir as populações nativas. Ao mesmo tempo, evoca os efeitos mais destrutivos do processo civilizacional, sua capacidade de ruir os sistemas de organização social e cultural destes grupos étnicos.

Neste sentido, *A Visit to the Chief Secocæni* incorpora, ao lado do senso de insegurança, representações de um grupo nativo exaurido e desgastado, e ainda inferiores aos Zulus, imagens de extinção racial que integravam o ideário racialista e racista de muitos europeus naquele período. Na visão de mundo de Haggard a respeito dos nativos, aninhava-se sua perspectiva paternalista, que demandava a tutela justa e benevolente para proteção e amparo e, da parte dos africanos, a obediência constituída em certo senso de afeição e respeito. Assim, ao voltar para Pretoria da missão no *kraal* de Sekhukhune, Haggard afirma que foi efusivamente recebido por seu laçaio, um “menino” Zulu – com efeito, um africano adulto – chamado Masooku, que emotivamente proclamava: “‘Estou muito feliz que você voltou, senhor! Eu não gosto de viver sem você, Inkose’. Pobre Masooku! Ele desapontou-se terrivelmente por não poder me acompanhar. ‘Certamente’, ele disse, ‘onde meu chefe for, eu também irei’. Há algo muito tocante na afeição que estes camaradas carregam”<sup>84</sup>.

### 3.3 - *CETYWAYO E SEUS VIZINHOS BRANCOS: A GUERRA ANGLO-ZULU* RESSIGNIFICADA

Bartle Frere, recém designado governador geral da Colônia do Cabo e alto comissário para a África do Sul, chegou à cidade do Cabo no início de abril de 1877, pouco antes da anexação do Transvaal ser concretizada pelas ações de Theophilus Shepstone. Na ótica de Frere, um dos principais articuladores dos projetos confederacionistas promovidos pelo secretário colonial, Lord Carnarvon, aquela havia sido a atitude correta, embora suas preocupações mais imediatas, ao assumir os encargos coloniais, residissem nas resistências africanas nas regiões limítrofes do território. O governador da colônia estava convencido de que a garantia de paz na África do Sul, bem como a solidificação da sua unificação territorial, só estaria assegurada no momento em que o reconhecimento da soberania britânica na região fosse unânime. O Reino Zulu, para Frere, representava uma constante ameaça ao estabelecimento das políticas expansionistas na região, categorizando Cetshwayo, o monarca Zulu, como um “tirano ignorante e sanguinário”. Quando Cetshwayo recusou-se a obedecer o

---

<sup>84</sup> HAGGARD, op. cit., 1877, p.318.

ultimato de Frere, o qual demandava a dissolução dos exércitos Zulus e o estabelecimento de um oficial britânico na capital, as tropas coloniais invadiram a Zululândia<sup>85</sup>.

O esforço da elite colonial em desarticular as instituições Zulus fazia parte das tendências mais gerais adotadas pelo colonialismo britânico. Segundo Jane Burbank e Frederick Cooper, após derrotar reinos, Estados e chefias locais, os colonizadores geralmente esforçavam-se para desestabilizar as autoridades e lideranças nativas, substituindo-as por intermediários que colaborassem com a administração colonial, mesmo que sua autoridade fosse “inventada” para atingir esses objetivos. Os articulistas do colonialismo passaram a atribuir autoridade política e depender de alguns nativos, sobretudo aqueles que ocupavam cargos de policiamento ou como intérpretes. A burocratização e a institucionalização dos costumes e das leis nativas possibilitavam à administração colonial, tanto no Cabo quanto em Natal, a prerrogativa de apontar ou “demitir” chefes nativos, sobretudo com o apoio das guardas e tropas coloniais. É certo que houveram revoltas e movimentos de resistência a esse modelo de colonização, algumas delas em larga escala, mas o modelo assumido pela colonização britânica, embasado na premissa de “dividir para conquistar”, geralmente reprimia essas articulações político-militares africanas por meio do uso da violência<sup>86</sup>.

Até princípios da década de 1870, os Zulus, os Ndebele, os Bemba e os Yao (Ajauas) haviam conseguido manter a soberania e a independência de seus reinos com variadas doses de segurança. A despeito de um longo histórico de rivalidades étnicas, em especial com os bôeres e britânicos, os Basotos e os Swazi, os Zulu constituíam a maior potência política africana estabelecida ao sul do rio Limpopo, enquanto que os Ndebele habitavam a região de limite com o Zambezi, os Bemba na Rodésia do Norte (atual Zimbábue) e os reinos Yao permaneciam geopoliticamente dispersos pelo norte e sul da Niassalândia (atual Moçambique). No que diz respeito às relações com britânicos e bôeres, Cetshwayo, rei dos Zulu, e Lobengula, rei dos Ndebele, haviam adotado inicialmente uma estratégia diplomática e, posteriormente, a resistência armada. Cetshwayo conduziu uma política externa pacifista e isolacionista, já adotada por seu antecessor, Mpande, posicionamento que rapidamente desmoronou quando Shepstone anexou o Transvaal e passou a apoiar os bôeres que avançavam sobre território Zulu na região do rio Buffalo. Para Shepstone e Frere, o desmantelamento da potência militar Zulu garantiria a concretização da confederação na

---

<sup>85</sup> WORDEN, op. cit., p.23.

<sup>86</sup> BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2010, p.316.

África austral e simultaneamente demonstraria às repúblicas bôeres a capacidade do governo britânico em mobilizar uma política racial eficaz<sup>87</sup>.

No ínterim, Cetshwayo recorreu ao vice-governador de Natal, Henry Bulwer, para articular os conflitos por terras entre Zulus e bôeres, ação que resultou na constituição de uma comissão encarregada ao exame do litígio e que declarou a ilegalidade das pretensões bôeres. Os relatórios da comissão foram sumariamente confiscados por Frere, para inviabilizar a divulgação das conclusões até assegurar o pretexto político para invadir o território Zulu, bem como assegurar reforços militares para levar a cabo seu projeto anexacionista. As justificativas circunscreveram-se a eventos decorridos em julho de 1878, quando os filhos do chefe Zulu Sirayo, MehlokaZulu, KuZulu e Tshekwana, atravessaram o rio Buffalo com as esposas do chefe, que haviam emigrado para Natal: o deslocamento foi interpretado pelas autoridades coloniais como uma evidência da iminente invasão Zulu a Natal<sup>88</sup>.

Em dezembro daquele mesmo ano, Bartle Frere enviou um ultimato a Cetshwayo, que na prática se converteu em uma declaração de guerra. A chamada guerra Anglo-Zulu, que se estendeu até julho de 1879, iniciou-se com uma vitória inesperada do exército Zulu em Isandhlwana, repelindo os invasores britânicos. Contudo, as represálias coloniais concretizaram-se ao final da guerra, com a derrota de Cetshwayo e o desmantelamento da Zululândia, dividida em treze territórios governados por dirigentes designados pelo Império, o que pôs fim à dinastia de Shaka, bem como ao esquema confederacionista de Bartle Frere. Os dirigentes dos territórios haviam sido encarregados de dissolver as instituições militares criadas por Cetshwayo, que viajou para Londres em 1882 para solicitar apoio do governo contra seus rivais e morreu, possivelmente assassinado, dois anos depois<sup>89</sup>.

A derrota de Cetshwayo e a divisão da Zululândia acarretaram em sensíveis e significativas transformações no quadro político da África austral. As alianças formadas entre algumas lideranças Zulus e os dirigentes bôeres do Transvaal levaram a um escoamento populacional para o noroeste da Zululândia a partir de 1884, e milhares de acres de terras foram gradualmente ocupados por colonos bôeres e comerciantes alemães. As concordatas realizadas entre britânicos e bôeres nos anos seguintes levaram a um reconhecimento formal da Zululândia enquanto protetorado do Império em fevereiro de 1887, e os códigos de legislação nativa, promulgados na Colônia de Natal, passaram a vigorar naquela região<sup>90</sup>. A despeito dos resultados dos conflitos, que efetivamente desmobilizaram a força militar Zulu e

---

<sup>87</sup> CHANAIWA, op. cit., p. 226.

<sup>88</sup> Ibidem, p.227.

<sup>89</sup> WORDEN, op. cit., p.23; SCHREUDER, op. cit., 1980, pp.76-79.

<sup>90</sup> MORRIS, Donald. *The Washing of the Spears*. Londres: Random, 1989, pp.597-601.

esfacelaram o reino, a guerra Anglo-Zulu integrava o multifacetado mapa das resistências mobilizadas pelas sociedades africanas em tempos coloniais. Na ótica de muitos dos apologistas do colonialismo, o suposto caráter irracional e desesperado das resistências armadas constituía um impasse malogradamente fatal, sintomático do atavismo e incivilidade frequentemente atribuídos às populações africanas. Ademais, a resistência gerou, entre parte da historiografia colonial, uma tendência à generalização e categorização das sociedades africanas entre estados belicosos e populações pacíficas, que não ofereciam resistência<sup>91</sup>. No entanto, a produção historiográfica tem problematizado a tese da generalização, ao exemplo do estudo de Shula Marks, a qual demonstrou, em sua análise sobre a resistência dos Khoisan na África do Sul, as táticas mobilizadas por povos politicamente descentralizados para combater o avanço colonial holandês<sup>92</sup>.

Para Haggard, que deixara a administração colonial em 1879 logo após a demissão de Shepstone no Transvaal, a guerra Anglo-Zulu, bem como os conflitos entre bôeres e britânicos no ano seguinte, representavam um momento crucial da história política sul-africana. Ao retornar para a Inglaterra logo após o desfecho dos conflitos, tais acontecimentos perduravam com ávido interesse entre o público leitor, e as decisões políticas tomadas no ínterim eram fonte de controvérsias em muitos dos círculos de sociabilidades letradas, bem como na imprensa. Tome-se, a título de exemplo, a popular revista *Punch*, periódico ilustrado criado por um coletivo de intelectuais na década de 1860, e que, em janeiro de 1879, estampava suas páginas com uma caricatura representando um guerreiro Zulu, devidamente letrado, ensinando a John Bull, figura representativa da nação inglesa, a “não detestar seu inimigo”<sup>93</sup>. A imagem reúne uma série de estereótipos raciais que orientavam as percepções de parte expressiva dos leitores na metrópole a respeito das populações africanas: o crânio alongado do Zulu associa-se às teorias da antropologia e da frenologia que, naquele período, amparavam-se em métodos antropométricos para reforçar as distinções entre as raças “superiores” e “inferiores”. Simultaneamente, a ilustração comporta uma potência política embasada em misto de admiração e horror, já que, se o Zulu tenta ensinar ao inglês uma lição de pacifismo, ele continua armado com seus escudos e azagaias, remanescente, portanto, da derrota britânica em Isandhlwana.

---

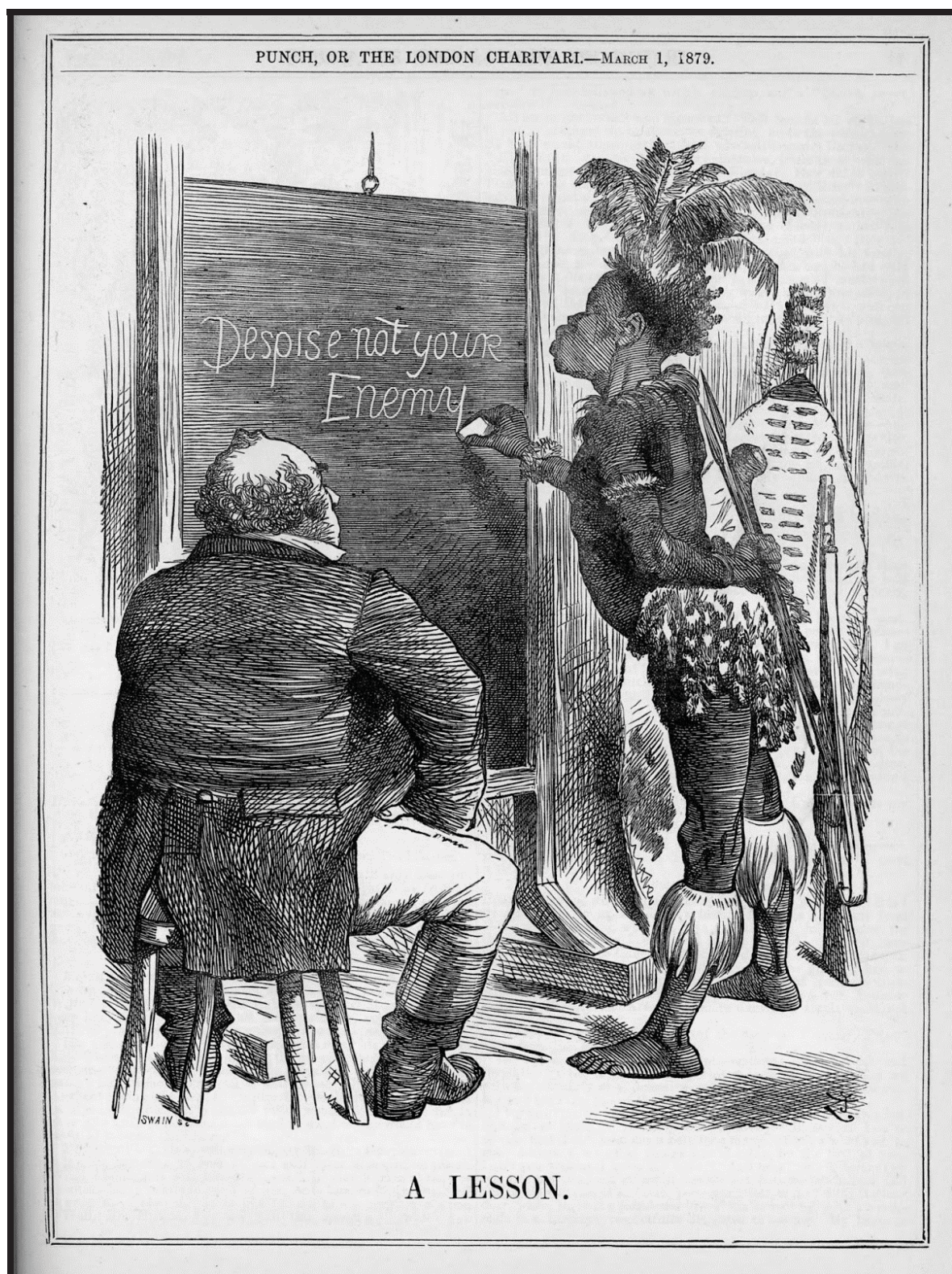
<sup>91</sup> RANGER, Terence. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.53.

<sup>92</sup> MARKS, Shula. Khoisan resistance to the Dutch in the seventeenth and eighteenth century. *The Journal of African History*, v.13, n.1, 1972, pp.55-80.

<sup>93</sup> A LESSON. *Punch, or the London charivari*. v.76, 03 de janeiro de 1879, p.91.



FIGURA 3: “NÃO DESPREZE SEU INIMIGO”



(Fonte: A LESSON. *Punch, or the London charivari*.v.76, 03 de janeiro de 1879, p.91)

É muito possível que o teor incandescente dos debates a respeito dos resultados da guerra Anglo-Zulu, bem como das manobras políticas de seu líder, Cetshwayo, tenham incentivado Haggard a redigir *Cetywayo and his white neighbours*, publicado originalmente em 1882. Um relato testemunhal da situação sul-africana, *Cetywayo* também deve ser lido como uma manifestação do ressentimento com relação à devolução do Transvaal, portanto, além de um esforço intelectual na produção de uma história política sul-africana, a obra configura-se como um manifesto dos posicionamentos do letrado quanto ao esfacelamento de projetos expansionistas que ele se engajara com fervor, de vínculos entre visões de mundo e sensibilidades políticas. Trata-se, afinal, de uma tentativa de constituir certo senso de protagonismo com relação aos eventos decorridos, na medida em que Haggard, até mesmo por sua experiência pessoal e envolvimento direto com a questão sul-africana, visava envolver-se com uma aura de autoridade intelectual sobre os assuntos coloniais. Assim, a análise e problematização de *Cetywayo*, com ênfase nas narrativas da guerra Anglo-Zulu e na caracterização de seus articulistas africanos, leva em consideração o fato de que, por sua escrita estar associada a circunstâncias políticas, possibilita o “estudo das lógicas de ação e de situação”, passíveis de desvelar “a coerência da movimentação dos atores presentes na produção de sentidos, nas suas tentativas de se compreenderem nas suas controvérsias, disputas e compromissos, na resolução de seus problemas”<sup>94</sup>.

O prefácio da edição original de *Cetywayo* fornece substratos para a inquirição das intencionalidades de Haggard ao redigir sua obra para o público leitor na metrópole, e simultaneamente instrumentaliza uma espécie de enquadramento a partir do qual sua narrativa supostamente se constituiria e como esperava que fosse interpretada por seus leitores. O ponto de partida diz respeito a um momento de aceleradas transformações na política britânica em âmbito externo e interno, embora, na ótica do letrado, estas apresentassem um panorama futuro “que não parece de forma alguma ensolarado”. Em sua perspectiva, a opinião pública a respeito dos territórios coloniais sul-africanos na “Pátria Mãe” distingue-se de suas outras posses coloniais, de modo que a África do Sul estaria considerada “não tanto com apatia tingida com despeito, mas mais com desgosto explícito”. O problema ao qual Haggard parece ater-se nesta conformação da opinião pública deriva de sua percepção sobre o modo como a questão colonial havia sido incorporada nas políticas partidárias, em especial a forma como a malfadada anexação do Transvaal havia sido utilizada como plataforma nas eleições gerais de 1880, em referência aos ataques do liberal William Gladstone à política externa adotada pelo

---

<sup>94</sup> DUTRA, op. cit., 2002, p.19.



conservador Disraeli. Embora preservasse laços com o Partido Conservador, Haggard afirma que “escreveu este livro sem interesse de nenhum partido”, de modo que suas páginas estariam intocadas por “colorações indevidas ou interesses políticos”<sup>95</sup>. Contudo, o apartidarismo de Haggard e sua pretensão de neutralidade devem ser problematizadas à luz de “um interesse pela maneira como os textos dizem o que dizem: pelo como e não apenas pelo que”. Afinal, “as maneiras de falar não são inocentes; para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e organizar a realidade”<sup>96</sup>.

A construção de representações visuais e escritas dos Zulus transformaram-se significativamente a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com Catherine Andersen, embora as lideranças Zulus do início do século, ao exemplo de Shaka e Dingane, fossem representadas como combativas e sanguinolentas, estes eram vistos pelos observadores europeus como ameaças maiores às próprias populações africanas do que à presença europeia na região. Por isso, na iconografia das décadas de 1830 e 1840, os Zulus eram retratados como curiosidades etnográficas, e não necessariamente como inimigos do Império Britânico. Contudo, o acirramento das tensões nas décadas de 1860 e 1870, e o desenvolvimento das teorias pseudocientíficas a respeito da variação racial, resultaram em acepções polissêmicas sobre os Zulus: alguns os distinguiam dos demais africanos, localizando as origens raciais no nordeste africano para enfatizar o processo de degenerescência racial ao deslocar-se para o sul; outros circunscreviam os Zulus a uma racialidade simultaneamente atrofiada e degenerada, e por isso sua destruição representaria um processo natural de extinção. Entretanto, características como a bravura e a disciplina física, a obediência leal às lideranças militares e o destemor eram sublinhadas por alguns vitorianos, que observavam nos guerreiros Zulus de Shaka e Cetshwayo um reflexo distante, embora distorcido e problemático, de seus próprios códigos de virilidade<sup>97</sup>.

A caracterização das lideranças Zulus em *Cetywayo and his white neighbours* transita em torno destes elementos. Shaka, por exemplo, é representado por Haggard de forma relativamente positivada, informando aos seus leitores que se tratava de “um dos homens mais destacáveis que já se sentaram em um trono”, capaz de transformar um pequeno contingente nativo em um “terror vivente, e eles eram a maior potência negra na África do Sul”. Shaka é ainda descrito como um “Átila Africano”, responsabilizado por Haggard pelo extermínio

<sup>95</sup> HAGGARD, H. Rider. *Cetywayo and his white neighbours, or remarks on recente events in Zululand, Natal and the Transvaal*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co, 1896, p.lxxiv-lxxviii.

<sup>96</sup> PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.312.

<sup>97</sup> ANDERSON, Catherine. Red Coats and Black Shields: Race and Masculinity in British Representations of the Anglo-Zulu War. *Critical Survey*, v.20, n.3, 2008, pp.6-28.

étnico de milhares de africanos, reinando “como uma Morte deslumbrante, a genialidade dirigente de uma saturnália de massacres”<sup>98</sup>. Atenção especial era delegada aos métodos de governo e de guerra mobilizados por Shaka, classificados pelo literato simultaneamente como drásticos e eficientes, pois incorporava em seus exércitos os membros remanescentes dos batalhões inimigos derrotados. Na narrativa, a admiração pela capacidade de organização militar e sistematicidade política de Shaka articula-se de modo simbiótico ao emprego da violência étnica na mobilização de seus projetos expansionistas, fornecendo uma interpretação Zulucêntrica da *mfecane*, muito próxima daquela proposta pelo historiador George McCall Theal. Ademais, este aspecto aproxima a perspectiva de Haggard da historiografia colonial no mesmo período, que ressaltava a violência dos embates militares e as ações dos exércitos de Shaka como alicerces das justificativas da conquista europeia naqueles territórios, as quais se legitimariam enquanto garantias contra práticas de ferocidade, ao despotismo e a devastação associados às “guerras de extermínio” dos Zulus<sup>99</sup>.

As ambiguidades que revestem o imaginário social construído ao longo do século XIX em torno da figura de Shaka são particularmente significativas para a interpretação das escritas e circunstâncias de Haggard. Na década de 1870, Theophilus Shepstone, encarregado dos assuntos nativos em Natal, contribuiu com a popularização da imagem de Shaka enquanto um líder autocrático, porém efetivo, com o afã de justificar as ações autoritárias de seu departamento em nome de uma tradição costumeira, isto é, uma política nativa centralizada e autoritária. Shepstone mobilizou este modelo político no momento de instauração de Cetshwayo como monarca Zulu em 1873, já que, como relatou Haggard, “ele foi solenemente anunciado como um rei Zulu, para permanecer no lugar do grande fundador da nação deles, Chaka (...). Por mais estranho que pareça, investiu-se no Sr. Shepstone todos os atributos de um rei Zulu, como o poder de estabelecer leis, ou ordenar execuções”<sup>100</sup>. Segundo Carolyn Hamilton, Shepstone interpretava o sistema militar-administrativo de Shaka como um paradigma exemplar de administração nativa, o que exigia amplo conhecimento das práticas culturais e das instituições locais, desafio que Haggard, por meio de sua escrita ensaística, parece tentar contemplar em maior ou menor medida. Contudo, a guerra Anglo-Zulu esfacelou o modelo shepstoniano de interpretação paternalista de Shaka, inspirando

---

<sup>98</sup>HAGGARD, op. cit., 1896, p.2-3.

<sup>99</sup> WYLIE, Dan. *Myth of Iron: Shaka in History*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2006; GOMES, Raquel. Para quem contar sua história: *Mhudi*, de Sol Plaatje, 1930. *Transversos: Revista de História*. v.06, n.06, outubro-março de 2016, p.39.

<sup>100</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, p.10.

ressignificações simbólicas do personagem histórico que enfatizavam a dimensão violenta e autoritária da monarquia Zulu estabelecida nas primeiras décadas do século XIX<sup>101</sup>.

A ambivalência entre o anátema e a admiração desdobra-se no modo como Haggard observa as ações políticas e militares de Cetshwayo. A despeito do alto grau de violência associado à presença dos Zulus na região limítrofe de Natal, ele reconhece em Cetshwayo uma espécie de mal necessário, cuja competência em arregimentar militarmente os Zulus se contrapõe ao estado de calamidade e incertezas que se instaurou na Zululândia após o desmantelamento de seu reino: “o governo de Cetywayo, por mais terrível que fosse, era talvez preferível ao reino de terror que estabelecemos sob o nome de assentamento”<sup>102</sup>. O prenúncio da vinda de Cetshwayo para a Inglaterra em 1882 permite ao letrado expressar certo tom de admiração pelo monarca deposto, afirmando que ele “sem dúvidas causará uma boa impressão, pois sua aparência é dignificada, suas maneiras, como é comum entre os Zulus de alta estirpe, são aquelas de um cavalheiro”<sup>103</sup>. Como se vê, as ações políticas de Cetshwayo eram interpretadas a partir de um filtro de elementos de gênero e classe social, atribuindo ao monarca deposto características que o aproximariam de um *gentleman* britânico; no entanto, apesar das semelhanças, o letrado esforçava-se para se desassociar do que categoriza como um “público adorador de Cetywayo”<sup>104</sup>, que teria em Frances Colenso e Florence Dixie suas principais articulistas, contra as quais Haggard direciona suas críticas mais pontiagudas.

Na ótica de Haggard, reside uma nítida admiração pela organização das forças bélicas Zulus durante o governo de Cetshwayo, cuja ascensão ao trono, após a morte de seu pai, Mpande, representava uma “esperança generalizada e uma expectativa geral do exército” com relação à retomada da expansão militar da “potência negra”. Para ele, a propensão ao conflito precisava ser entendida em termos raciais e culturais, de modo que o letrado expõe aos seus leitores a necessidade de compreender que “todos os homens capazes da nação Zulu eram membros de um regimento, até mesmo os mais jovens, ligados aos regimentos como carregadores”, constituindo assim um “sistema militar universal (...) em absoluta perfeição, obtido ao subordinar todos os deveres e vínculos da vida civil aos objetivos militares”. A disciplina dos soldados, na visão de Haggard, seria apenas reforçada pela proibição de casamentos sem a autorização formal do monarca Zulu. Por este motivo, nas narrativas da organicidade das forças militares Zulus se torna possível circunscrever as evidências mais

---

<sup>101</sup> HAMILTON, Carolyn. *Terrific Majesty: The Powers of Shaka Zulu and the Limits of Historical Invention*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

<sup>102</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, p.57.

<sup>103</sup> Ibidem, p.2.

<sup>104</sup> Ibidem, p.15.

marcantes das subjetividades de gênero de Rider Haggard e da construção de ideais de masculinidade: o heroísmo dos soldados se constitui a partir do distanciamento com a domesticidade, o que resultaria em “soldados melhores e mais ferozes, vivendo sob a sombra de uma disciplina selvagem (...). Seu lar era a trilha da guerra com seu regimento, sua religião a fervorosa denúncia dos *isanusi*<sup>105</sup>, e seus afetos eram atrelados ao repentino clamor da batalha, o massacre em vermelho e os espólios da mortandade”<sup>106</sup>.

Embora o racismo científico instrumentalizasse os intérpretes europeus a observarem os Zulus, e de um modo geral os demais africanos, como raças degeneradas, sua força física e proezas militares desestabilizavam tais noções pré-concebidas. Com efeito, parte dos observadores na metrópole relatava as ações de Cetshwayo com um senso de respeito e reverência, sintomático da fluidez e ambiguidade dos estereótipos raciais, informados por variações de gênero e classe social. Segundo Catherine Anderson, alguns antropólogos da época compreendiam que as elites africanas possuíam comportamentos e atitudes equiparáveis à aristocracia britânica, e, portanto, passíveis de estima e admiração, sobrepondo posições de classe social às identificações étnico-raciais. As descrições contemporâneas sobre Cetshwayo, tanto na escrita de viajantes e antropólogos, quanto na imprensa periódica, sugeriam que o monarca personificava noções tradicionais de realeza, encarnando qualidades de liderança, vistas como naturais, como intelecto e autoridade<sup>107</sup>. Outros, ao exemplo do médico inglês Robert James Mann, em seu *The Zulus and Boers of South Africa* (1879), esforçavam-se para distinguir Cetshwayo do tipo mais comum de Zulus a partir de leituras fisiognômicas ou antropométricas: tratava-se de um “rei entre seu povo (...), cujas feições diferenciavam-se consideravelmente do tipo mais comum da raça Kaffir-Zulu”<sup>108</sup>. Em um panfleto datado do início da década de 1890, a missionária Harriette Colenso, atuando junto ao filho e herdeiro de Cetshwayo, Dinizulu (1868-1913), reforçava algumas destas ideias ao enfatizar que se tratava de uma monarquia legítima, liderada “não por um déspota, mas por um homem governando constitucionalmente”<sup>109</sup>.

---

<sup>105</sup> Em uma nota explicativa ao seu texto, Haggard afirma que os *isanusi* seriam feiticeiros ou feiticeiras Zulus, responsáveis por denunciar outros feiticeiros que, por utilizar de suas forças para fins destrutivos, seriam sumariamente executados. Haggard utiliza estes exemplos como sintomático do modo como “o quão terrível e sombrio é a superstição Zulu”, e da forma como tais denúncias poderiam ser utilizadas como estratégias políticas por reis ou chefes para eliminar rivais.

<sup>106</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, pp.21-22.

<sup>107</sup> ANDERSON, op. cit., p.24.

<sup>108</sup> MANN, Robert James. *The Zulus and Boers of South Africa: A Fragment of Recent History*. Londres: Edward Stanford, 1879, p.3, pp.76-77.

<sup>109</sup> COLENSO, Harriette. *The present situation among the Zulus, with some suggestions for the future*. Londres: Burt & Sons, 1893, p.11.

Esta caracterização positiva de Cetshwayo não passou despercebida por Haggard. Com efeito, aponta, no início do capítulo dedicado a Cetshwayo e ao reino Zulu, seu reconhecimento ao fato de que “alguns escritores, influenciados pelo sentimentalismo e pelo espírito de partidarismo que a realeza em perigo sempre incita, o pintam com uma forma tão persistente que seus leitores tem a impressão de que o ex-rei é um modelo de inocência ferida e virtude”. Por outro lado, admite que opiniões diametricalmente opostas foram elaboradas, resultando, “por razões políticas”, em uma imagem extremamente depreciativa do monarca, “e prevendo que sua restauração iria resultar na destruição, ou pelo menos, na desorganização, de nosso império sul-africano”<sup>110</sup>. A realidade dos fatos, para o letrado, estava em um lugar intermediário entre os dois posicionamentos: Haggard rejeita uma das justificativas coloniais utilizadas para legitimar a invasão, baseada na premissa de que Cetshwayo havia violado seu acordo de não-agressão com o governo colonial, firmado com Theophilus Shepstone no momento de sua coroação, em favor da incapacidade do governo de Natal para estabelecer “negociações amistosas para dar um fim à mortandade Zulu” e do reconhecimento que “o governo de Natal não possuía direitos para ditar os termos com os quais um rei Zulu mantém o seu trono”. Além disso, destaca o aspecto defensivo das investidas Zulus e observa que, pelo menos em partes, as ações de Cetshwayo foram movidas pela pressão militar de seus exércitos, “o tempestuoso e incerto Caríbdis de seus regimentos clamorosos”<sup>111</sup>.

No entanto, subjacente a esta perspectiva razoavelmente pró-Zulu, encontram-se preocupações de aspecto colonial, que compreendem os riscos apresentados por Cetshwayo e seus regimentos durante a guerra, bem como as implicações de seu possível retorno ao poder régio. Desta forma, o autor caracteriza o reino Zulu como “uma abominação e uma desgraça para a Inglaterra”, e descreve as razões que levaram ao ultimato de guerra como um ato “realizado sem consulta com as autoridades coloniais, em termos imperiais, isto é, porque Cetywayo ameaçava o poder de Vossa Majestade na África do Sul”. E, se por um lado, a devolução do trono Zulu para Cetshwayo fosse concretizada – uma questão em aberto, quando Haggard publicou a primeira edição de *Cetywayo* – com a garantia de um “sólido aliado” para o Império, a restauração do monarca não era garantia de estabilidade política, já que “o quanto demoraria antes de uma revolução, ou a mão de um assassino (...) colocasse um fim nele, e como podemos saber se seu sucessor compartilharia de suas visões?”<sup>112</sup>.

---

<sup>110</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, p.2.

<sup>111</sup> Ibidem, p.10; p.24.

<sup>112</sup> Ibidem, p.32-42; p.56.

A interpretação das políticas coloniais aproximava Haggard simultaneamente do colonialismo de vertente shepstoniana, ao defender a instituição de taxas e de um magistrado europeu para administrar a Zululândia, bem como do colonialismo de Bulwer, que compreendia que a obediência dos Zulus seria garantida pelo fortalecimento da autoridade britânica na região. Aliado a estes fatores, Haggard argumenta que o desmantelamento do reino Zulu teria gerado uma ineficácia administrativa generalizada, portanto, sua predileção por um governo centralizado estava alinhavada às perspectivas políticas de anexação da Zululândia e controle total de seus territórios<sup>113</sup>. Na perspectiva de Haggard, a divisão do território Zulu em treze territórios, organizada por Garnet Wolseley após o desfecho da guerra, teria sido realizada por alguém que “não compreende o caráter e as aspirações dos Zulus”, o que resultou em um clima de desconfiança mútua e rivalidades entre as novas lideranças. Como consequência, “o massacre é algo de ocorrência cotidiana, e todo o país encontra-se dividido por medo, incerteza e carestia”<sup>114</sup>. Para Haggard, a solução da questão nativa, pelo menos no que concerne ao esfacelamento das políticas coloniais na Zululândia, residiria em um terreno intermediário entre o protecionismo paternalista e a “nossa responsabilidade com os infelizes Zulus”<sup>115</sup>, cingidos pelo reconhecimento das particularidades políticas dos mesmos, os quais estariam, de acordo com o letrado, racialmente condicionados à obediência a uma autoridade centralizada.

As menções e referências que Haggard perfaz às batalhas travadas ao longo da guerra Anglo-Zulu são breves e pontuais em *Cetywayo*, mas apontam ao que ele entendia como um conturbado cenário político no início da década de 1880. Assim, por exemplo, a batalha de Isandhlwana, que resultou em uma inesperada derrota das forças britânicas, era interpretada pelo letrado como um “terrível desastre”, mas não necessariamente uma surpresa “para aqueles familiares com as táticas Zulus”. Ademais, o letrado enfatizava o modo como o avanço de Cetshwayo teria sido tomado como uma oportunidade para muitos bôeres insatisfeitos com a anexação do Transvaal, os quais teriam enviado emissários para as lideranças nativas com o escopo de os convocarem a seguir o exemplo do monarca Zulu, contudo, “os nativos, não obstante as ameaças direcionadas a eles, recusaram integralmente o convite”<sup>116</sup>. Aqui, Haggard parece chegar ao ponto crítico de sua narrativa: a compreensão da perda do Transvaal enquanto resultado de múltiplos fatores entrelaçados à instabilidade das

---

<sup>113</sup> CHRISMAN, Laura. *Rereading the Imperial Romance: British Imperialism and South African Resistance in Haggard, Schreiner and Plaatje*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.94.

<sup>114</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, pp.43-46.

<sup>115</sup> Ibidem, p.52.

<sup>116</sup> Ibidem, pp.192-193.



políticas coloniais adotadas no período em questão, em especial, na escolha malfadada de dividir a Zululândia após a derrota de Cetshwayo.

As representações dos Zulus, e de modo mais específico dos conflitos com as forças britânicas em *Cetywayo and his white neighbours* são reveladoras dos paradigmas ideológicos e políticos nos quais Haggard se inseria no início da década de 1880, e indubitavelmente integram um campo mais amplo de reações metropolitanas às vicissitudes coloniais. Enquanto populações nativas mantidas sob o controle britânico, ao exemplo dos Xhosa na Colônia do Cabo, poderiam ser facilmente retratados como passivos ou enfraquecidos, os Zulus, por outro lado, atraíram um significativo, embora limitado, respeito entre os seus observadores vitorianos, em especial devido ao vigor que caracterizava sua resistência ao avanço britânico. A derrota em Isandlwana gerou simultaneamente medo e respeito entre muitos dos soldados que registraram suas impressões dos acontecimentos, e a ferocidade e a violência produzida nas batalhas seguintes, em Khambula, Gingidlovu e Ulindi, entre março e julho de 1879, podem ser vistas como uma manifestação imediata destes ressentimentos. Embora o reino Zulu tenha sido derrotado e desmantelado no desfecho dos conflitos, a resistência armada intensificou temores e ansiedades partilhados por muitos britânicos no que concerne à manutenção dos projetos expansionistas do Império<sup>117</sup>.

A despeito dos resultados, os esforços financeiros direcionados para a guerra contra os Zulus eventualmente repercutiriam no cenário político do Parlamento em Londres, em especial na desestabilização do gabinete conservador de Disraeli. Ao final de 1879, o líder liberal, William Gladstone, apresentou uma crítica pontiaguda contra as decisões políticas tomadas por Disraeli nos últimos anos. Gladstone, que havia apresentado sua candidatura ao cargo de Primeiro Ministro nas eleições para o ano seguinte, alegava que os inúmeros equívocos ministeriais não se tratavam de casos isolados, mas sim da consequência inevitável de um pernicioso sistema de governo que intitulava de “Beaconsfieldismo”, em referência ao título de Disraeli, Conde de Beaconsfield. O candidato do Partido Liberal responsabilizava o governo de Disraeli por atrocidades militares cometidas contra populações inocentes tanto no Afeganistão quanto na África do Sul, em conflitos categorizados por ele como desnecessários e imorais, resultantes de uma urgência incansável em interferir na política externa. Gladstone condenava diretamente a *Realpolitik* do colonialismo tal qual praticado pelos conservadores, pois acarretava em dispendiosos gastos militares, responsáveis pela produção de um orçamento nacional deficitário, e, em consequência, no aumento de impostos sobre a

---

<sup>117</sup> ANNIS, Mathew. Half Devil and Half Child: British Perceptions of Native Opponents in Southern Africa (1878-1879). *Journal of the Anglo Zulu War Historical Society*, v.23, junho de 2008, pp.1-11.

população e na desregularização da economia. Disraeli era, nos discursos gladstonianos, acusado de permitir uma política imperial irresponsável, com o mero objetivo de glorificação nacional e engrandecimento pessoal, para os quais o Império agora pagava o preço. Os resultados das eleições de março de 1880 evidenciaram um aumento significativo de liberais no Parlamento, e levaram Gladstone novamente ao cargo de primeiro-ministro<sup>118</sup>. A situação levou a transformações significativas nas políticas coloniais, e resultaram na questão do Transvaal, problemática vivenciada como uma nota pessoal para Rider Haggard.

Para o jovem colono, o Transvaal parecia tornar-se acrimonioso nos meses após o desfecho da guerra contra os Zulus. As animosidades entre britânicos e bôeres cresciam, e Shepstone, que foi acusado de ser o responsável por todos os problemas causados pela guerra Anglo-Zulu, resignou de seu cargo e retornou para Londres. Possivelmente tomando as dores de seu mentor, Haggard enviou seu pedido de demissão à administração transvaalense em maio de 1879, e retornou para Londres por aproximadamente um ano. Após casar-se com Louisa Margitson, filha de um militar e herdeira de propriedades rurais, Haggard retornou à África do Sul no final de 1880. O jovem estabeleceu-se no Transvaal britânico, e associou-se a um antigo camarada do serviço civil transvaalense, Arthur Cochrane, em atividades agrícolas: a criação de avestruzes em Hilldrop, uma fazenda próxima a Newcastle, onde Haggard presenciaria a eclosão da guerra entre britânicos e bôeres poucas semanas depois. Foi em Hilldrop que, ironicamente, a comissão real, liderada por Hercule Robinson, iria se reunir no início de 1881 para negociar aquilo que Haggard consideraria como um dos principais golpes de humilhação de sua experiência colonial: a devolução do território do Transvaal aos bôeres.

### 3.4 - A "PERDA" DO TRANSVAAL ENTRE A IMAGINAÇÃO E O RESSENTIMENTO

Em janeiro de 1877, quando a comissão de Theophilus Shepstone avançou sobre Pretoria, capital do Transvaal, para efetuar o processo de anexação territorial da república bôer às posses do Império Britânico, a reputação do Secretário de Assuntos Nativos da administração colonial de Lord Carnarvon o precedia. Desde sua nomeação ao cargo de agente diplomático das populações nativas em Natal em meados da década de 1840, seu nome havia sido frequentemente associado ao “sistema Shepstone”, o qual visava o estabelecimento de domínio indireto sobre as lideranças africanas, por intermédio do reconhecimento das leis e

---

<sup>118</sup> JENKINS, op. cit., 1996, p.130.

práticas costumeiras e da criação de reservas que possibilitassem o acesso às terras sob estrito controle colonial. Embora tal sistema tenha sido arquitetado pelo secretariado colonial com o objetivo de redução de gastos administrativos, Shepstone foi, na prática, seu articulador, revestindo-se, como se pode ver pelas narrativas de Haggard, com as prerrogativas de chefes tribais ao ponto de receber a denominação de *Somtsewu*, o “pai” dos Zulus. Para alavancar o projeto confederacionista, Lord Carnarvon incumbiu Shepstone com a responsabilidade de estabelecer o domínio britânico sobre o território do Transvaal em setembro de 1876, embasado na premissa de que a república bôer encontrava-se perpassada por uma crise estrutural nas suas instituições econômicas e sociais e na expectativa de que, se a anexação fosse concretizada, seria apenas uma questão de tempo para o Estado Livre de Orange perder sua independência ao Império Britânico<sup>119</sup>.

A anexação do Transvaal tornou-se possível em uma complexa e problemática rede de fatores. Para garantir o estabelecimento da confederação, a despeito da forte oposição na metrópole e nas colônias, em especial entre a elite do Cabo, crente de que os custos do projeto recairiam sobre si, a administração de Carnarvon intensificou o nível de conflitos na região com o fito de enfraquecer as forças locais. Além disso, o Transvaal entrara em guerra com os Bapedi em 1876 que, liderados por Matsebe Sekhukhune, efetivamente derrotaram os *burghers* e seus aliados Swazi, deixando a república profundamente endividada por gastos militares. A derrota pelos Bapedi e o caos administrativo gerado durante a impopular gestão do presidente Thomas François Burgers, facilitaram os trâmites em torno da articulação por Shepstone, em especial após uma coalisão entre britânicos e Swazis derrotarem os Bapedi em novembro de 1879. A despeito disso, a anexação não era unanimidade, e a transformação do Transvaal em colônia apenas intensificou os antagonismos entre britânicos e bôeres na região, sobretudo com a emergência do movimento *afrikaner*. Na metrópole, de modo similar, a anexação não era plenamente considerada como um movimento recomendável: o jornal londrino *The Spectator* noticiou, em maio de 1877, que embora “uma geração passada receberia [a anexação territorial] como um ganho sólido para a raça inglesa e uma prova de nossas qualidades imperiais (...), não estamos mais naqueles dias em que o poder é medido meramente pela extensão das posses de uma nação”<sup>120</sup>.

Em consonância a estes processos malfadados de expansão territorial, constituintes dos sonhos de um Império revitalizado e simultaneamente de alianças capazes de unificar os territórios sul-africanos, atenção especial recai sobre a produção escrita de Rider Haggard,

<sup>119</sup> THERON, Bridget. Shepstone and the Transvaal Colony. *Kleio*, v.34, 2002, pp.104-106.

<sup>120</sup> THE ANNEXATION OF the Transvaal. *The Spectator*, Londres, 12 de maio de 1877, p.8.

nominalmente *Cetywayo and his white neighbours* e *The Days of My Life*, pois tornam-se sugestivas das implicações políticas mobilizadas pelo letrado ao narrar a anexação e a perda do Transvaal após o desfecho da guerra. A rede formada por este *corpus* documental possibilita localizar na produção ensaística e autorreferencial de Rider Haggard os rastros fragmentários de seus sentimentos de pertencimento à comunidade formada pelo Império, em especial a partir do engajamento fervoroso com a campanha anexacionista de Theophilus Shepstone, vínculo edulcorado, a se julgar pelos relatos, por um senso paternalista de dever e justiça. Contudo, subjacente a esta dimensão afetiva, residem outras, tão sensíveis quanto: a humilhação e o ressentimento gerados com a perda territorial e a derrota ao fim da guerra anglo-bôer de 1881, sentimentos que possibilitam demarcar “relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas”<sup>121</sup>.

Com o objetivo de discorrer a respeito do processo de anexação da república bôer, Haggard inicialmente recorre aos antecedentes históricos que eventualmente resultaram no caos administrativo que caracterizava o Transvaal em sua contemporaneidade. No entanto, admite que “o Transvaal é um país sem história. Sua existência era dificilmente conhecida até cerca de cinquenta anos atrás. De seu passado, não sabemos nada”. A temporalidade daquele território, para Haggard, se faz efetivamente com a chegada dos primeiros bôeres nas décadas de 1830-1840, os quais, em rota de fuga da autoridade britânica na Colônia do Cabo, teriam fundado as primeiras cidades na região do Rio Vaal. Se, na primeira parte de *Cetywayo*, Haggard reforça, mesmo que de modo ambíguo, o protagonismo histórico das lideranças Zulus e o papel dos africanos negros nos processos de ocupação territorial da África do Sul, nos capítulos referentes ao Transvaal o letrado alinha-se aos setores que, naquele período, interpretavam o *Great Trek* como um edificante mito de origem nacional branca, uma marcha triunfal de descendentes de europeus ao fundarem novos estados e nações. Ao narrar a paisagem natural do Transvaal, Haggard oscila entre a razão e a emoção, descrevendo-o como um paraíso perdido tingido por sua sensibilidade romântica: “se um país bonito e fértil fosse o suficiente para tornar uma nação e seus habitantes felizes e prósperos, felicidade e prosperidade choveria no Transvaal e nos bôeres holandeses”<sup>122</sup>. É no Transvaal, e não em Natal, que os sentimentos de Haggard florescem, estetizando a natureza local enquanto simulacro de planos ambiciosos para o Império e, no ínterim, de enobrecimento do próprio letrado que acreditava ter alçado sua virilidade, protagonismo político e autonomia financeira em terras africanas.

---

<sup>121</sup> ANSART, op. cit., 2004, p.15.

<sup>122</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, pp.87-95.

As descrições das paisagens naturais indubitavelmente desempenhavam um papel importantíssimo na construção de olhares e imaginários a respeito do interior do continente africano, e cingiam um misto de sentimentos de engrandecimento e anátema, ladeados por “um certo complexo ressentido, mesclando a inferioridade com relação ao que se considera civilizado”<sup>123</sup>. As primeiras experiências de Rider Haggard com as paisagens africanas foram particularmente encorajadoras para o jovem recém-ingresso na administração colonial, compelindo-o a acompanhar Henry Bulwer em suas funções oficiais em Natal, por longas viagens a cavalo e em caçadas. Na rota de aproximadamente trinta e cinco dias de Pietermaritzburg para Pretoria, pouco antes da anexação do Transvaal, Haggard passou jornadas em acampamento com os demais membros da comissão, lembrando posteriormente “as noites enluradas de insuperável brilho nas quais observávamos, para além das fogueiras, o nosso campo”. Ao lado das chamas crepitantes das fogueiras, Haggard relembra ouvir muitas histórias da “África selvagem”<sup>124</sup>, e este filtro da tradição oral, embora referenciado de modo vago e pontual em suas memórias, não pode ser desconsiderado na constituição de seu arcabouço imaginativo. Imagens de nostalgia por uma África virginal e indomável, embora repleta de potencial para a ação e a aventura, convivem com certo senso de civilização atrelado ao estabelecimento de colônias britânicas<sup>125</sup>, algo que Haggard anuncia, de modo mais aperfeiçoado, no prefácio de um dos seus romances posteriores:

Talvez elas [as páginas do livro] trarão de volta os dias passados de romance que já estão perdidos para nós. O país [Transvaal] (...) está agora, em sua maior parte, conhecido e explorado como os campos de Norfolk. (...) A sombra da bandeira da Bretanha cessou de recair sobre as planícies do Transvaal; a caça acabou; o encanto enevoado da manhã tornou-se o brilho do dia. Tudo mudou<sup>126</sup>.

Como se vê neste e n’outros registros escritos, o Transvaal era interpretado por Haggard como um paraíso perdido, depositário de suas expectativas frustradas a respeito de engrandecimento pessoal, sonhos de triunfo social e econômico, e aspirações de engajamento político com as sendas do Império. Tanto em seus escritos ensaísticos quanto nos textos literários, Haggard descreve a paisagem natural do Transvaal com um misto de apreciação pelo exótico e pitoresco, algo alusivo a uma “beleza indomada”, repleta de “tardes gloriosas, como por vezes ocorre na primavera africana, embora tão intensamente estática. (...) O

<sup>123</sup> NAXARA, Márcia. Natureza e civilização. In: ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004, p.429.

<sup>124</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.76.

<sup>125</sup> STIEBEL, Lindy. *Imagining Africa: Landscape in H. Rider Haggard’s Romances*. Westport: Greenwood Press, 2001, p.23.

<sup>126</sup> HAGGARD, H. Rider. *Allan’s Wife*. Nova York: M. J. Ivers & Co., 1899, p.5.

inverno havia terminado e agora, da tristeza e esterilidade de sua época ressecada, emergia o verão jovem e amável, revestido em luz do sol”<sup>127</sup>. Ao lado da natureza do Transvaal, neste mesmo contexto, Haggard insere a questão racial, arcabouço ideológico frequentemente mobilizado entre seus contemporâneos para a compreensão das particularidades socioculturais dos bôeres no interior do subcontinente sul-africano, um grupo étnico que, sob a ótica do letrado, não correspondia a muitas das confabulações produzidas na imaginação política e literária da época, a saber, a utopia de uma nação branca e civilizada no “continente negro”.

Nos bôeres, Haggard observa, assim com muitos de seus contemporâneos, os efeitos nefastos produzidos pelo isolacionismo cultural e pela exposição prolongada a períodos nas colônias, além de um misto de comportamentos políticos radicais e fanatismos religiosos. Os bôeres “são muito religiosos, mas sua religião adquire sua tonalidade das partes mais sombrias do Antigo Testamento”, produzindo assim uma raça destituída de quaisquer traços de piedade e gentileza, mormente no que diz respeito ao tratamento das populações nativas. Além disso, os bôeres do Transvaal são marcados por uma “característica desagradável”, isto é, “a ausência de zelo pela verdade, especialmente quando o assunto for [posse de] terras”, de modo a afirmar que “há pouco que eles não fariam para satisfazer seu desejo”. O letrado não hesita em destacar a total ausência dos “refinamentos da civilização” na “vida de um bôer comum do Transvaal”, descrevendo a carência de educação formal e o atrofiamento intelectual, o aspecto esquálido de suas habitações, a irresponsabilidade com impostos e deveres fiscais, bem como a falta de “romance, ou de qualquer sentimento e aspiração superior que são encontrados em quase todas as raças; em resumo, diferentemente do Zulu que ele detesta, há pouco de cavalheiresco em sua condição”. Além do ódio permanente pelas populações nativas, Haggard acreditava que, em seu estado natural, os bôeres estariam racialmente compelidos ao desprezo por qualquer forma de governo institucionalizado, estando “sempre mais ou menos em rebelião”. A busca pela liberdade por parte dos bôeres desvelava a ambição de “executar e escravizar” a “criatura negra”, que, de acordo com o letrado, não era considerado como plenamente humana pelos bôeres transvaalenses<sup>128</sup>.

Com efeito, desde o reconhecimento de sua independência política e territorial na década de 1850, o Transvaal era conhecido como a região que “dispunha das políticas mais rigorosas em relação aos nativos sul-africanos”<sup>129</sup>. A *grondwet* (constituição) do Transvaal, outorgada em 1858, explicitamente estabelecia que “o povo não deseja permitir igualdade

<sup>127</sup>HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1887, p.21-50.

<sup>128</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, p.97-100.

<sup>129</sup> GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. *De Espinhos e Agulhões: segregação e lei de terras na obra de Sol Plaatje, 1902-1930*. Tese de doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2015, p.119.



entre a população de cor e os habitantes brancos do país, seja na Igreja ou no Estado”. Em consequências da implementação destas políticas raciais na república bôer, a *Dutch Reformed Church* rapidamente aderiu aos princípios de segregação por volta do mesmo período, culminando, em princípios da década de 1880, na completa separação entre a instituição e a *Sendingkerk* para todos os adeptos que não fossem bôeres. Outros atos discriminatórios contra nativos e *uitlanders* (estrangeiros brancos) foram aprovados nas repúblicas bôeres durante o mesmo período: nativos africanos foram proibidos de portar armas e submetidos à obrigação de carregar passes a partir de 1886; e, tanto no Transvaal quanto no Estado Livre de Orange, foram impossibilitados de adquirir terras, embora muitos fizessem uso pleno de propriedades rurais adquiridas em nome de missionários brancos<sup>130</sup>. No entanto, convém lembrar que, mesmo nas colônias do Cabo e de Natal, diversas medidas discriminatórias foram adotadas na segunda metade do século XIX com o fito de minar o espaço de atuação política de nativos, que o “liberalismo do Cabo” estava longe de ser uma doutrina ausente de hierarquizações raciais<sup>131</sup>, e que o próprio sistema Shepstone, aplicado em Natal, implicava em experiências de segregacionismo de terras e cerceamento da mão de obra africana.

De qualquer forma, era sob o prisma do racismo e do tratamento violento às populações nativas que Haggard categorizava os bôeres do Transvaal. Talvez pelas origens étnicas dos bôeres estarem associadas ao norte da Europa, o letrado parecia reforçar as consequências danosas da exposição prolongada às colônias, representando-os como um povo que carecia de características civilizadas, degenerado por atrofiamentos morais, preconceitos étnico-raciais e incompetência política, embora cercados por uma natureza que, para Haggard, era compreendida como promissora, majestosa e exuberante. Estes estereótipos encontravam-se enraizados em princípios de degenerescência racial e declínio moral, e foram gradativamente reforçados no contexto da guerra de 1881, com o intento de destacar o papel do colonizador britânico enquanto parte de uma raça sóbria e laboriosa, cujo caráter nacional havia conquistado o direito de governar outros povos ou “raças inferiores”. Sobretudo na imaginação literária do período, o veredicto britânico reforçava duplamente a dimensão negativa sobre os bôeres, pois: 1) tratavam-se de descendentes de europeus que haviam abandonado as supostas qualidades que os tornavam superiores e aptos a controlar terras e populações no sul da África; 2) a permanência prolongada na região resultara na incorporação da violência primitiva e de comportamentos selvagens comumente atribuídos aos africanos

---

<sup>130</sup> WORDEN, op. cit., p.78.

<sup>131</sup> MALKIN, Emily. *Imperialism, White Nationalism, and Race: South Africa, 1902-1914*. Monografia em História. Middletown: Wesleyan University, 2008, p.16.

negros<sup>132</sup>. Em *Cetywayo*, o ressentido Haggard vai ainda mais além, posicionando os bôeres em um nível abaixo dos Zulus, já que neles estariam ausentes “qualquer sentimento e aspiração superior”, portanto, afetados pela morbidez das terras distantes da Europa e corrompidos pelo fanatismo religioso e radicalismo político.

A comparação entre Zulus e bôeres evidencia as complexidades e incongruências das políticas raciais construídas nas narrativas ensaísticas de Haggard, em especial a partir de certa valoração positiva acerca das características primevas e atávicas que o letrado atribuía aos nativos idealizados sob sua ótica racialista e paternalista. Desta forma, em uma conferência apresentada em Edinburgh em 1887, nitidamente informada por discursos antropológicos contemporâneos concernentes à evolução e relação entre distintos grupos étnico-raciais, Haggard reforçava que “do barbarismo viemos, e em direção do barbarismo podemos, algum dia, retornar (...). Os guerreiros se aproximam, as luzes da manhã iluminam suas lanças e penachos emplumados (...). Por trás deles, a desolação: *kraals* arruinados, corpos queimados de homens, mulheres e crianças”. O que se observa aqui, como demonstrou Ardel Haefele-Thomas<sup>133</sup>, é um tom melancólico que clama por um retorno a formas de vida mais simples, representadas pelos Zulus, os quais são ambigualmente aproximados por Haggard aos anglo-saxônicos revestidos por “indumentárias que cobrem uma alma baseada em barbarismo”<sup>134</sup>. Não obstante, a nostalgia por um passado mais primitivo, repleto de possibilidades de ação aventureira e conquista, convive com o temor pela iminente queda do Império Britânico, exemplificado pela perda do Transvaal: “e então, minha vida em Pretoria chegou ao fim (...). Daquele dia em diante, nunca mais vi Pretoria ou o Transvaal, e não desejo vê-los. Tudo mudou lá, e encontraria apenas túmulos. Prefiro lembrá-los tal qual eram quando jovem”<sup>135</sup>.

A racialidade degradada dos bôeres, manifesta na falência de suas instituições sociais, no radicalismo político e no antagonismo étnico com relação às populações nativas, era mobilizada por Haggard em seu *Cetywayo* como justificativas ideológicas e pragmáticas para a anexação do Transvaal pela comissão de Shepstone em 1877. Para Haggard, não restavam dúvidas: a anexação tornara-se necessária. Demarcava um ato de tutela paternal, por parte do Império Britânico, com áreas socialmente empobrecidas e economicamente atrasadas

<sup>132</sup> LEE, Todd. The Fiction of Difference: The Afrikaner in British Adventure Fiction. *UCLA Historical Journal*, v.18, 1999, pp.1-26.

<sup>133</sup> HAEFELE-THOMAS, Ardel. *Queer Others in Victorian Gothic: Transgressing Monstrosity*. Cardiff: University of Wales Press, 2012, pp.72-95.

<sup>134</sup> HAGGARD, Liliás. *The cloak that I left: a biography of the author, Henry Rider Haggard*. Londres: Hodder & Stoughton, 1951, p.53.

<sup>135</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.144.

da África austral, e também uma garantia de expansão territorial. A anexação, celebrada naquele momento por configurar-se como ato pacífico, “foi um triunfo da mente sobre a matéria”, uma ação que na perspectiva do letrado tornara-se “certa e necessária”, bem recebida pela parte britânica da população do Transvaal e pelos “bôeres mais educados”, crentes de que “não havia esperança para o país a menos que a Inglaterra auxiliasse de alguma forma”<sup>136</sup>. Ao estabelecer distinções entre os bôeres, sobretudo no momento da anexação, Haggard incorre a elementos de um “paternalismo social”, o qual compreende a obrigatoriedade de cada indivíduo na manutenção da ordem social, mas reconhece que, de acordo com sua posição, cada indivíduo atua de formas diferentes e pré-determinadas. Tal paternalismo estruturava-se a partir de fortes hierarquias sociais, vistas como imanentes, e construídas ou determinadas a partir de uma complexa combinação de elementos étnico-raciais, de gênero e classe social<sup>137</sup>. Ao enfatizar a incompetência política dos bôeres, Haggard remetia os leitores ao âmago do paternalismo, pois, nesta perspectiva, a debilidade bôer inviabilizaria sua independência, tornando-os necessariamente dependentes, ato que simbolicamente legitimaria a anexação do território sob propósitos justos e benevolentes.

Os rastros do paternalismo na narrativa de Haggard ficam ainda evidentes no modo como o letrado narra as marcas de distinção de Theophilus Shepstone, o articulista da anexação: o oficial era descrito como um homem de “tato e habilidade, combinado com uma mente largamente aberta e de simplicidade”, além de ter convivido durante muitos anos com as populações nativas da África do Sul “e certamente os conhece e conhece seus costumes melhor do que qualquer homem vivo; enquanto [Shepstone] é visto por eles como uma reverência afetuosa e peculiar”. A decisão da anexação se deve, para Haggard, não como uma resposta aos desejos da maior parte da população branca do Transvaal, e sim pelos imperativos do dever de Shepstone para com um estado “beirando à anarquia, falido, e prestes a ser destruído pelas tribos nativas”. Além disso, o literato sugere a necessidade de dar voz aos “proprietários originais” daqueles territórios, os “milhões de nativos”, os quais, acreditava, seriam plenamente favoráveis à anexação, já que “durante o nosso período de governo no Transvaal, os nativos tiveram, como previu-se, mais paz do que em qualquer outra época desde que o homem branco colocou seus pés naquele território”<sup>138</sup>. Na África do Sul imaginada enquanto *locus* de recuperação de relações demarcadas por um paternalismo latente, a harmonia social e a prosperidade política seriam garantidas pelas ações benevolentes

---

<sup>136</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, pp.138-140.

<sup>137</sup> NASH, Julie. *Servants and Paternalism in the Works of Maria Edgeworth and Elizabeth Gaskell*. Hampshire: Ashgate, 2007, pp.13-15.

<sup>138</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, pp.137-150.

de Shepstone, sobretudo no tratamento das populações nativas. Por isso, reveste-se com importância simbólica o fato de Shepstone ser categorizado como *Somtsewu*, o “pai” dos Zulus, pois retoma uma das características mais significativas do paternalismo social: as relações entre a elite latifundiária e seus dependentes ressignificadas em termos de pais e filhos, entre a benevolência paternal e a obediência afetuosa.

A autoridade forte e centralizada de Shepstone, em seu período de gestão administrativa do Transvaal, teria sido capaz de impedir a desagregação social, a intensificação da violência interétnica entre bôeres e nativos e, nesta direção, teria construído relações cordiais com as populações locais a partir de certo senso de obrigações mútuas: os nativos teriam “pago seus impostos alegremente, e não houve conflitos entre eles; mas desde que abandonamos o país, ouvimos uma história muito diferente”<sup>139</sup>. Ou assim, Haggard talvez tentasse se convencer e, por extensão, convencer seus leitores, já que a situação, tanto na recém estabelecida Colônia do Transvaal quanto no parlamento britânico, tornara-se tensa poucos meses após a anexação. Em janeiro de 1878, com a cisão parlamentar ocasionada pelas decisões políticas do primeiro-ministro britânico Benjamin Disraeli sobre a questão oriental<sup>140</sup>, Lord Carnarvon demitiu-se do cargo de Secretário de Estado das Colônias, e foi substituído por Michael Hicks Beach, ferrenho opositor da campanha confederacionista engendrada no território sul-africano por seu antecessor.

Além disso, apesar da aceitação inicial da anexação por parte dos bôeres, as correspondências trocadas entre Bartle Frere e Hicks Beach em maio daquele ano deixam a ver o estado crítico em que o Transvaal se encontrava sob a administração de Shepstone: a insatisfação bôer era intensificada pela ausência de uma gestão efetiva, carência de uma assembleia legislativa ou de órgãos representativos, intensificação das tensões nas fronteiras com a Zululândia, continuidade da cobrança da *railway tax*, vista como indevida já que não haviam nem sinais da construção de linhas férreas, e a nomeação de oficiais britânicos de Natal para cargos públicos<sup>141</sup>. Haggard não estava alheio a tais problemas, e assegura aos seus leitores que Shepstone “indubitavelmente tinha defeitos enquanto governador”<sup>142</sup>. Contudo, sua crença na inviolabilidade do poder paternal, somado à paixão política pela expansão colonial, corolário de seu prestígio pessoal e profissional, certamente dificultaram a aceitação

---

<sup>139</sup> Ibidem, p.151.

<sup>140</sup> A “questão oriental” dizia respeito a uma série de conflitos e agravos diplomáticos ocasionados nos Balcãs e no Oriente Médio ao longo do século XIX, demarcados por uma constante tensão entre as zonas de influência política britânica e russa, e que eclodiram, entre outras situações, na Guerra da Criméia (1853-1856) e na Guerra Turco-Russa (1877-1878).

<sup>141</sup> THERON, op. cit., p.113-117.

<sup>142</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, p.138.

da “perda” do Transvaal em 1881, fonte de ressentimentos e humilhação para o jovem de Norfolk.

Em *Cetywayo*, a “rebelião Bôer” era enquadrada por Haggard em uma rede de complexidades políticas, sobretudo no que concernia às relações entre a política partidária na metrópole e o republicanismo bôer, corporificado, no período, pela emergência do nacionalismo *afrikaner*. A suposta desonestidade do Partido Liberal, representado pelo então primeiro-ministro William Gladstone, era parcialmente responsabilizada por Haggard pela perda do território do Transvaal, e sua decisão em render-se e entregar o país aos bôeres “após três derrotas” era interpretada como uma verdadeira humilhação para o Império. Além disso, as agitações entre os bôeres de Potchefstroom teriam se iniciado com a recusa do pagamento de impostos em novembro de 1880, ato que levou o governo local ao uso das forças militares coloniais. A guerra sul-africana era descrita por Haggard como um amálgama de derrotas britânicas, heroísmos e resistências de seus soldados comuns, crueldade e violência descomedida por parte dos bôeres, em especial contra os nativos, os quais teriam sido “ou assassinados, ou torturados ou escravizados”. A reinstalação da república bôer, do *Volksraad* e a designação do triunvirato formado por Paul Kruger, Marthinus Wessel Pretorius e Piet Joubert, teriam rompido com as relações paternalistas estabelecidas cuidadosamente por Shepstone, as quais se fariam sentir, de acordo com Haggard, “na lealdade de todos os chefes nativos sob circunstâncias desafiadoras”. O efeito melodramático da narrativa era intensificado pela sensibilidade romântica de Haggard, em particular na descrição dos soldados feridos em conflitos noturnos próximos a Newcastle, onde se formava “uma visão para jamais ser esquecida (...). A noite – lembro-me bem – era fria e chuvosa, a vastidão de colinas e planícies por vezes iluminada por feixes fragmentados de uma lua incerta, e por vezes mergulhada na mais intensa escuridão pela passagem de uma nuvem densa”<sup>143</sup>.

Para Haggard, a “rebelião bôer” era, além de um problema para a manutenção do Império, uma nota pessoal. Desde maio de 1879, Haggard demitira-se de suas funções oficiais junto à administração do Transvaal, e, após um breve período na Inglaterra onde casou-se com a herdeira Mariana Louisa Margitson, passou a atuar em uma fazenda de avestruzes próximo à Pretoria. Durante a guerra, testemunhara o cerco à cidade de Newcastle, em Natal, local que assumira uma posição estratégica nas mobilizações militares dos soldados britânicos. De sua fazenda, Haggard escrevera a Theophilus Shepstone em meados de 1881, afirmando não poder comentar nada a respeito “desse assunto do Transvaal”, exceto que se

---

<sup>143</sup> Ibidem, pp.208; pp.221-231.

tratava do “resultado da mais poderosa combinação entre desonestidade política, covardia e ambição pessoal” <sup>144</sup>. Os articulistas do Império Britânico na África do Sul, ao exemplo de Shepstone e Frere, compreendiam que a devolução do Transvaal aos bôeres no final da guerra implicava numa humilhação ao orgulho anglo-saxônico e um grave problema para a hegemonia britânica no extremo sul da África. Garnett Wolseley, um dos proponentes da confederação, acreditava que a concordata de paz assinada entre britânicos e bôeres no final dos conflitos simultaneamente inviabilizaria a força militar britânica contra “os instintos belicosos e as inclinações” dos africanos, ou mesmo contra os bôeres, “novamente numa posição para agir como bem entendem”, em especial no que se refere às políticas de fronteiras com os territórios nativos. A “perda” do Transvaal representava o golpe final contra os sonhos confederacionistas, amparados nas ambições de pleno domínio das populações brancas sobre o território sul-africano, o qual efetivamente tornou-se uma quimera que não resultou “nem em lucro ou em honra” para o Império Britânico <sup>145</sup>.

A assinatura do armistício entre bôeres e britânicos em março de 1881, seguida pela Convenção de Pretoria em agosto do mesmo ano, a qual reconhecia a autonomia administrativa da República Sul-Africana em caráter de suserania, eram vistos por Haggard como um resultado lamentável para os conflitos. A solução encontrada era, em sua perspectiva, uma ação tomada pelo gabinete de Gladstone para garantir o apoio popular nas eleições parlamentares, além de resultar da “multidão de visionários com cabeças de hidra e sentimentalistas profissionais que enxameiam este país”. Além disso, a devolução do Transvaal afetara diretamente aquilo que designava como um “senso de lealdade, um profundo orgulho em sua nacionalidade e no orgulhoso nome da Inglaterra”, sentimento intensificado entre os colonos britânicos que habitavam aquele território e que, com a “perda”, tornavam-se expatriados, financeiramente arruinados com a perda de suas terras e investimentos abortivos, ou, como no caso dos funcionários civis, demitidos com parcas remunerações. É neste pequeno herói, o homem comum que deixou a metrópole sob a premissa de estabilidade financeira ou enriquecimento nas colônias, que Haggard observava a possibilidade de manutenção do “orgulhoso nome da Inglaterra” e, por sua associação com atividades agrícolas no Transvaal, que o letrado evidentemente se identificava. Como se tais perdas não fossem suficientes, os crimes cometidos por bôeres durante os conflitos teriam sido, de modo geral, absolvidos pelas cortes estabelecidas no Transvaal e no Estado Livre de

---

<sup>144</sup> LABAND, John. *The Transvaal Rebellion: The First Boer War, 1880-1881*. Nova York: Routledge, 2014, p.237.

<sup>145</sup> Ibidem.



Orange, gerando em Haggard uma impressão de profunda injustiça derivada do “sangue inocente que foi derramado em nome deste país, e as lágrimas das crianças e das viúvas, que apelam a um tribunal superior àquele do governo do Sr. Gladstone”<sup>146</sup>.

Mas as maiores injustiças estariam sendo infligidas sobre as populações nativas que residiam no Transvaal, cujos territórios, previamente sob a tutela administrativa e supostamente benevolente do Império Britânico, seriam entregues aos bôeres. A questão evidencia novamente as políticas raciais em Haggard, sobretudo sua defesa pelos “direitos às terras e posses do homem negro”, justificadas pelo fato de que “descobri que em todas as qualidades essenciais de mente e corpo eles são muito parecidos com o homem branco, exceto que são, enquanto uma raça, mais rápidos, mais honestos e corajosos que a leva comum de homens brancos”. Mesmo sem desprender-se de suas convicções raciais, Haggard relativiza o “avanço da civilização”, estabelecendo uma crítica frente aos seus aspectos mais destrutivos, nominalmente, a crença de que os colonizadores brancos estariam dotados de um “direito ou missão de exterminar ou mesmo de roubar e maltratar o outro”. O direito ao controle das terras pertencentes aos nativos seria justificável apenas em uma única condição, profundamente remanescente de seus posicionamentos políticos: quando “um governo justo e igualitário” for estabelecido, capaz de impedir “quaisquer maus-tratos sobre eles, seja enquanto indivíduos ou tribos, mas, ao contrário, que façamos o nosso melhor para elevá-los e afastá-los de seus costumes selvagens”<sup>147</sup>. A defesa pelo papel protecionista do governo e a crença em suas instituições sociais convive com o senso de um colonialismo simultaneamente centralizador e paternalista sob a alegação de proteção e amparo dos direitos nativos. Coerção e conciliação parecem ser as medidas políticas propostas por Haggard no que diz respeito ao território sul-africano e a questão nativa, pressupondo ainda a criação de um “secretariado ou conselho (...) composto por membros moderados de ambos os partidos [Liberal e Conservador]”<sup>148</sup> para evitar as inconstâncias derivadas das mudanças partidárias no Parlamento Britânico.

Entretanto, nada disso seria possível com a devolução do Transvaal em 1881. O sepultamento simbólico da Union Jack, a bandeira do Reino Unido, realizada por centenas de expatriados e chefes nativos, era descrito por Haggard como um ato de significância política que demarcava a humilhação, o ressentimento e a perda do território para os bôeres. A deslegitimação da causa bôer se fazia, na retórica do letrado, pela incorporação dos discursos

---

<sup>146</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, pp.250-257.

<sup>147</sup> Ibidem, pp.269-270.

<sup>148</sup> Ibidem, p.lxxvi.

de lideranças nativas em seu *Cetywayo*, ao exemplo de Umgombarie, Silamba, Sinkanhla e Umyethile, os quais professavam sua lealdade ao Império Britânico e simultaneamente alegavam o direito ancestral às posses de terras - “o país pertence aos Bôeres? Ou não pertencia ele aos nosso pais e ancestrais, antes de nós, muito antes dos Bôeres chegarem?”<sup>149</sup>. Ao retomar os laços paternalistas supostamente internalizados pelas lideranças nativas, e confirmar o papel tutelar do Império com aquelas populações, Haggard visa representar os bôeres – e não os britânicos – como uma força invasora, plenamente responsável pelas animosidades na região e pelo alto grau de violência interétnica. O letrado de Norfolk não ignorava o aspecto discriminatório ou explorador resultante da presença britânica na região, mas em *Cetywayo*, a ênfase recaía sobre as práticas imorais cometidas pelos bôeres, ao exemplo da escravização de africanos negros.

Para Haggard, nada restava no Transvaal ou em Natal. Ressentido com a perda territorial, cuja responsabilidade atribuía plenamente ao modelo de administração colonial adotado pelo gabinete liberal de Gladstone, o letrado deixou a África do Sul e retornou para a metrópole naquele mesmo ano. Para Bartle Frere, Haggard endereçara correspondência em junho de 1881, lamentando o fato de que a devolução do Transvaal aos bôeres acarretaria em consequências destrutivas para os nativos, “os verdadeiros herdeiros do solo”, entregues para “uma das raças brancas mais cruéis do mundo”<sup>150</sup>. À sua mãe, Ella Haggard, o letrado remetera missiva na qual confessava seus temores sobre o fim do estado de paz ou de segurança na África do Sul, de modo a concluir que “a política de Gladstone efetivamente arruinou o país”<sup>151</sup>. O Transvaal era retratado, em seus escritos ensaísticos, como um paraíso perdido, repleto de possibilidades de enriquecimento pessoal e expansão das ações compreendidas como mais tutelares e protecionistas do Império, emoldurado por uma natureza exuberante descrita com tons exóticos e de uma refinada sensibilidade romântica. A devolução do território aos bôeres demarcava a falência dos projetos confederacionistas, e para Haggard, assinalava outra guinada em sua trajetória intelectual: no retorno à Inglaterra, o ressentimento da perda e da humilhação, somados à nostalgia pela África abandonada, logo se traduziriam na intensidade da escrita literária.

---

<sup>149</sup> Ibidem, p.273.

<sup>150</sup> MARTINEAU, John. *The Life and Correspondence of Sir Bartle Frere*. Londres: Albermale, 1895, p. 415.

<sup>151</sup> HAGGARD, Liliás. *The cloak that I left: a biography of the author, Henry Rider Haggard*. Londres: Hodder & Stoughton, 1951, p.109.

#### 4. “O CAMINHO FATAL DA AUTORIA”: IMAGINAÇÃO LITERÁRIA, SOCIABILIDADES INTELLECTUAIS E POLÍTICA (DÉCADAS DE 1880-1910)

No que diz respeito ao lugar dos textos literários produzidos na Era dos Impérios, destacavam-se as constantes referências a metáforas de colonização, aventura e conquista, por meio de elaborações ficcionais narradas a partir de certa perspectiva autobiográfica, estruturadas com base nas trajetórias e experiências de diversos letrados envolvidos direta ou indiretamente com as práticas políticas coloniais. Essas narrativas envolvem a produção de autoimagens de descobridores e aventureiros, capazes de converter homens comuns, expulsos de suas pátrias como párias e sem valor social, ao status de monarcas e conquistadores em terras estranhas. Ao evocarem estratégias discursivas presentes em outras narrativas popularizadas no período, ao exemplo dos relatos de viajantes e missionários, esta literatura aventuresca galgava importância na constituição de um imaginário das colônias, por intermédio de descrições das suas relações humanas e paisagens naturais, em um misto de intento cientificista e sensibilidade romântica. Ademais, como mencionado, estes romances promoviam uma reavaliação positiva da própria figura do aventureiro, interpretado não mais como uma personagem nos limites da legalidade, um usurpador estigmatizado ou errante, intruso no espaço cotidiano, mas um indivíduo capaz de romper com o espaço europeu, de evocar o domínio e a exploração de territórios distantes<sup>1</sup>.

Enquanto narrativas constituintes das relações coloniais, muitos romances do período articulavam o espírito aventuresco e a dignificação de uma virilidade revitalizada pelo conflito e pelo confronto, mas também as ansiedades sexuais e raciais diante das resistências do colonizado ao avanço do europeu. Ao explorarem a África, o “continente negro” da literatura oitocentista, estes aventureiros deparavam-se com cenários de miscigenação ou degenerescência racial, com as marcas de mundos perdidos e impérios arruinados, relativizando ao mesmo tempo a condição humana e os próprios limites das políticas imperialistas; simultaneamente, assombravam seus leitores com as ameaças de atavismo e de regressão, de personagens que, afetados pelas condições climáticas ou geográficas das colônias, tornavam-se propícios a comportamentos aberrantes, com base nas teorias racialistas vulgarizadas no período. No caso de Rider Haggard, a tessitura literária observava a expansão ultramarina britânica como particularmente desestabilizadora das relações entre colonizadores e colonizados, e, para bem ou para mal, um elemento corrosivo para as sociedades africanas e dos costumes nativos.

---

<sup>1</sup> VENAYRE, op. cit., 2001, pp.93-112.

Essa particularidade estava permeada pelo ideário paternalista na ficção de Haggard, que entendia o colonialismo como uma força necessária para simultaneamente proteger e coagir as populações nativas, conter seus costumes mais perniciosos para protegê-las, como no caso sul-africano, de violências simbólicas e concretas, ao exemplo do trabalho escravo e das punições físicas pelos bôeres. A força do paternalismo na escrita de Haggard articulava-se a elementos de um *imaginário social* a respeito da África, compreendendo o conceito enquanto parte das “diferentes formas de conceber, descrever ou representar os componentes do mundo social e suas diversas identidades” e ainda como a materialização dos “desejos, obsessões, fantasias, ansiedades, sonhos, medos (...)”, enfim, a “expressão dos sentimentos e das sensibilidades coletivas de uma sociedade em um dado momento”<sup>2</sup>.

Este capítulo visa acompanhar o que Rider Haggard denominou em sua autobiografia de “o caminho fatal da autoria”<sup>3</sup>, isto é, as vias múltiplas e entrecruzadas pelas quais a trajetória do romancista constituiu-se após seu retorno à metrópole. O foco da análise incide, em primeiro lugar, em certo tom nostálgico que caracteriza seus romances domésticos e aventureiros na década de 1880, na medida em que, distante da África do Sul, o literato tenta revisitá-la de modo reiterado em sua ficção. Essas produções literárias estavam associadas a um movimento literário que, ao *fin-de-siècle*, tentou retomar o romance em um esforço de virilização da literatura e formação de um público leitor engajado politicamente com a manutenção das posses coloniais. Simultaneamente, a publicação desses e outros romances catapultaram Haggard à visibilidade pública, e envolveram-no em um caloroso debate em torno do suposto plágio de suas obras ficcionais. As farpas trocadas na imprensa periódica adquirem relevância para pensar-se a formação do autor em meio a debates culturais, inseridos em redes de amizades e sociabilidade intelectual.

Neste sentido, a segunda parte do capítulo lida com as missivas e correspondências trocadas entre Rider Haggard, o poeta Rudyard Kipling e o antropólogo Andrew Lang, para evidenciar as práticas amistosas, as colaborações literárias e as discussões intelectuais promovidas entre os sujeitos históricos em questão. A pesquisa com correspondências de homens e mulheres letradas vem ganhando espaço significativo nos estudos históricos de intelectuais, da cultura escrita e das práticas letradas. Afinal, a escrita epistolar configura um lugar de sociabilidade e constitui substrato fundamental no estudo do campo cultural. A ideia de lugar de sociabilidade passa a ser entendido como “espaço de constituição de uma rede organizacional (que pode ser mais ou menos formal/institucional) e como um microcosmo de

<sup>2</sup> KALIFA, Dominique. Escribir una historia del imaginario (siglos XIX-XX). *Secuencia*, v.105, 2019, p. 6.

<sup>3</sup> HAGGARD, H. Rider. *The Days of My Life*. v. 1. Londres: Longman's, Green & Co., 1926, p.xx.

relações afetivas (de aproximação e/ou rejeição)”<sup>4</sup>. Tal concepção tem aderido particular utilidade para as análises das redes de sociabilidade e amizade intelectual por intermédio do estudo de suas missivas enviadas e/ou recebidas, afinal, a escrita epistolar tornou-se prática disseminada e recorrente entre os intelectuais, compreendidos a partir de uma concepção polissêmica que abarca não somente os produtores, receptores e mediadores culturais, mas também personagens engajados com as contendas políticas de seu tempo<sup>5</sup>.

Essa questão, concernente às relações entre intelectuais e política, é retomada na parte final do capítulo, a qual versa sobre as estratégias de legitimação pública almejadas por Haggard, tanto pelas vias da cultura escrita quanto pelas sendas da cultura política. De um lado, a utilização de prefácios e dedicatórias em seus romances e outros escritos visava revestir o letrado de Norfolk com respeitabilidade nos assuntos concernentes às colônias na África austral. De outro, as eleições parlamentares de 1895 levaram o romancista a um envolvimento direto com as querelas político-partidárias, e a campanha eleitoral por sua candidatura ao Parlamento Britânico possibilita seguir suas plataformas políticas naquele momento, e acompanhar as nuances de sua imagem pública a partir da imprensa periódica que, entre janeiro e julho daquele ano, noticiou os percursos do candidato. A retórica adotada por Haggard naquele momento evidencia os pontos de conexão de suas visões de mundo com algumas propostas do Partido Conservador, mas, simultaneamente, possibilitam perceber elementos de singularidade, em especial a partir dos usos de sua experiência colonial para projetar-se, mesmo que sem sucesso, na corrida eleitoral.

#### 4.1 - O REI ROMANCE: O RETORNO À METRÓPOLE E AS PRÁTICAS LETRADAS

Em missiva enviada a Henry Bulwer em 1886, Haggard assegurava-lhe jamais ter perdido “o desejo de retornar ao serviço colonial”. A despeito dos ressentimentos gerados pela perda do Transvaal e por seu retorno forçado à Inglaterra, diante do clima de incerteza e insegurança que se estabelecera no território sul-africano, o jovem ainda vislumbrava as possibilidades de retornar ao aparato administrativo das colônias, mesmo que “em funções jurídicas”. Isto se devia ao fato de que, pouco tempo após retornar à Inglaterra, Haggard, tal qual informa ao seu correspondente, assumiu encargos profissionais na advocacia e passou a dedicar parte do seu tempo ao estudo da jurisprudência britânica, sobretudo envolvendo

<sup>4</sup> GOMES, Angela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.52-53.

<sup>5</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.242-243.

litígios familiares. Com um pouco de imaginação histórica, não seria difícil vislumbrar o aspecto enfadonho que a prática deveria representar para Haggard: em uma mente repleta de lembranças de bôeres e de Zulus, de caçadas no *veld*, coloridas com imagens de liberdade irrestrita e possibilidades de ascensão social e triunfo econômico, a prática jurídica possivelmente era vista como uma atividade tediosa. Haggard passou, em seu tempo livre, a dar continuidade às incursões ao mundo das letras, e assim, em um espaço de quatro anos, publicou o ensaístico *Cetywayo and his white neighbours* (1882), e três obras de ficção: *Dawn* (1884), *The Witch's Head* (1884) e *King Solomon's Mines* (1885). Se as práticas letradas atuavam como válvula de escape à rotina fastidiosa, pode-se apenas especular; ao seu antigo empregador, Haggard garantia que escrevia livros “apenas como um meio de conquistar reputação e dinheiro. Agora, contudo, começo a desejar que tivesse escrito sob um pseudônimo, pois depois de um tempo, torna-se desagradavelmente reconhecido”<sup>6</sup>.

Seu romance de estreia, *Dawn*, foi gestado no período em que Haggard e sua esposa, Marianna Louisa, deixaram a agitação dos centros urbanos para Ditchingham, no interior rural inglês do distrito de Norfolk. A narrativa de *Dawn* foi construída em torno de conspirações familiares e cenários domésticos, mas Haggard utiliza-se da trama para escoar seus ressentimentos e posicionamentos políticos, mencionando não somente a ineficácia que atribuía à “Convenção do Transvaal”, mas também caracterizando o “Partido Liberal, ou pelo menos sua parte Radical” como um grupo político que “apela apenas aos instintos mais básicos e os apetites mais imediatos do povo”, enquanto que o “partido Conservador” obedece “às suas tradições e aspirações mais elevadas, da mesma forma que a religião apela ao espírito (...). A palavra de um é ‘interesse próprio’, do outro, ‘honra nacional’”<sup>7</sup>. Política e imaginação literária entrelaçam-se nas páginas de *Dawn*, na medida em que Haggard denuncia, por intermédio de seus personagens, o aspecto dubio das políticas partidárias engendradas por William Gladstone, o qual “compreende melhor do que qualquer um de seu tempo como excitar a ganância de eleitores famintos e guiá-los para seus próprios fins”. Em *Dawn*, o romancista denuncia aquilo que categoriza como “instinto político”, isto é, “uma apreciação adequada da ciência e dos objetos de governo” ou ainda “saber como conquistar um cargo e permanecer nele”<sup>8</sup>. Em tempos de liberalismo gladstoniano, Haggard caracterizava seus articulistas como gananciosos e politicamente imorais, capazes de apelar aos sentimentos das massas eleitorais, vistas como passivas e instáveis, para alcançar seus objetivos pessoais.

<sup>6</sup> Carta de Rider Haggard a Henry Bulwer. Sem data (c. 1886). Norfolk Records Office. BUL 16/122/1-32, 705X5.

<sup>7</sup> HAGGARD, H. Rider. *Dawn*. Londres: Spencer Blackett, 1888, p.226.

<sup>8</sup> Ibidem, p.225-226.



A problemática estava diretamente ligada com as ações do Partido Liberal no território sul-africano e, mais acentuadamente, às acusações promovidas pelos liberais contra Benjamin Disraeli durante as eleições de 1880. Ao longo da década de 1870, os críticos liberais do governo de Disraeli creditavam-no, por seu envolvimento com campanhas militares e com a manutenção de colônias por vias de ocupação, como um obstáculo para o desenvolvimento econômico e industrial da nação. Seus opositores estavam crenes de que se confrontavam com uma crise moral que afetaria todos os cidadãos britânicos: “o que estava em jogo era o futuro do ‘homem de caráter’, aquele sujeito enérgico, disciplinado, viril, cuja emergência era, acreditavam, parte causa e parte consequência da nação liberal e comercial que a Grã-Bretanha havia se tornado”<sup>9</sup>. Ademais, suspeitavam que Disraeli, pela ênfase na expansão ultramarina, materializada simbolicamente na atribuição do título de Imperatriz da Índia à Rainha Vitória, visava restituir o aspecto absoluto do poder monárquico, em detrimento aos direitos do Parlamento Britânico. A chamada ala radical do Partido Liberal, centrada em Gladstone, defendia que a manutenção de colônias, ao exemplo da Índia, era redundante do ponto de vista econômico e degradante sob uma perspectiva política. A lógica embasava-se na premissa de que a força militar e o prestígio nacional eram estruturados por valores morais na metrópole, e não pela conquista de outros territórios.

Com as vendas baixas da primeira edição de *Cetywayo and his white neighbours*, Haggard entrou em contato com seu editor, o qual encaminhou o jovem letrado aos cuidados do romancista e biógrafo John Cordy Jeaffreson. Após ler o manuscrito para *Dawn*, Jeaffreson assegurou ao literato em formação que “seus capítulos de abertura apresentam uma superabundância de ação, e diversas posições altamente dramáticas, mas estão destituídos de interesse dramático, o interesse que surge com a exibição da influência de personagem sobre personagem”<sup>10</sup>. Ao lado da sugestão de que Haggard não publicasse o manuscrito na forma em que se apresentava, Jeaffreson recomendou uma revisão cautelosa da trama, em especial na caracterização dos personagens. A versão final de *Dawn*, publicada em três volumes, apresentava aos seus leitores um romance de sensação, repleto de personagens vilanescos e de motivações ambíguas. A nostalgia pela África transborda nas linhas de seu romance e, além das referências à perda do Transvaal, Haggard descreve a heroína, Angela, como uma “estranha e bela mulher, que se tornou tão doce e pura em meio à desolação moral, como um

---

<sup>9</sup> CAIN, Peter. Radicalism, Gladstone and the liberal critique of Disraeli ‘imperialism’. In: BELL, Duncan (org). *Victorian visions of global order empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p.219.

<sup>10</sup> COHEN, op. cit., p.78.

lírio branco florescendo sozinho nas planícies negras da África invernal”<sup>11</sup>. Trata-se de um mundo doméstico de ambições familiares e situações melodramáticas, mas emolduradas pelos impactos das práticas políticas coloniais na esfera privada: *at home with the Empire*.

A busca pela África perdida da juventude, em um claro exemplo da persistência de atitudes e referências às práticas políticas coloniais, continuou com seu segundo romance, *The Witch's Head*. O enredo melodramático concentra-se na trajetória malfadada de um jovem inglês, Ernest Kershaw, personagem enlouquecido pelo amor de uma mulher fatal e que, no clímax da trama, assassina seu primo durante um duelo. A ação, considerada como um crime pela legislação britânica, força o protagonista varonil a fugir para Pretoria, no Transvaal britânico, com o afã desesperado de escapar da condenação. Em sua autobiografia, Haggard considerou a obra literária como inferior ao seu romance de estreia, com “exceção da parte africana”<sup>12</sup>, assertiva sintomática dos laços afetivos com a África que o letrado mantinha por meio de sua ficção. Indubitavelmente construída a partir de certa perspectiva autobiográfica, a trajetória de Ernest na África do Sul entrecruza-se com os eventos políticos do final da década de 1870, e o herói se envolve ativamente na Batalha de Isandhlwana, travada entre as forças britânicas e Zulus:

Em outro minuto, nossos homens estavam sendo aniquilados [*assegaied*] a torto e a direito, e o refúgio do acampamento tornou-se uma rota temível. Mas mesmo lá não havia nenhum lugar para fugir (...). Nesta direção, os fragmentos dispersos das forças rumavam desordenadamente, e atrás deles e em meio deles avançavam os inimigos Zulus, massacrando todas as criaturas vivas no caminho<sup>13</sup>.

Por meio de seu protagonista, Haggard desenvolve o protótipo daquele tipo aventureiro que povoaria suas ficções posteriores e evoca os triunfos almejados por homens que, da mesma forma que o letrado, deixaram a metrópole para tentar a sorte nas colônias. Elementos raciais perpassavam a construção do herói colonial, na medida em que Ernest era caracterizado como um “jovem viking”, dotado de um “velho espírito Bersekir” e cuja família “como muitas das antigas linhagens dos condados no oeste, eram de ascendência dinamarquesa”<sup>14</sup>. A bravura e a coragem, a manutenção da honra e do prestígio masculino cingiam as ações destes personagens, e eram vistos por Haggard (e por muitos de seus contemporâneos) como corolários máximos das ações de homens engajados com a

<sup>11</sup> HAGGARD, op. cit., 1888, p.42.

<sup>12</sup> HAGGARD, H. Rider. *The Days of My Life*, v.1. Londres: Longmans, Green & Co, 1926, p.218.

<sup>13</sup> HAGGARD, H. Rider. *The Witch's Head*, v.3. Londres: Hurst & Blackett, 1885, p.106-107.

<sup>14</sup> Ibidem, p.84.

manutenção e a expansão das colônias em África. A recusa do ambiente doméstico e da metrópole, identificado com forças femininas simbolizadas em *The Witch's Head* por três heroínas – Eva, Florence e Dorothy – promove uma narrativa que atuava, assim como diversos romances produzidos no período, como um bê-a-bá do colonialismo, representativo dos anseios de muitos letrados pela “fuga de uma sociedade sufocante, de estruturas rígidas em termos de raça, classe e sexo, para um lugar mitificado, um outro lugar, onde os homens possam se libertar das restrições do moralismo vitoriano”<sup>15</sup>.

A África do Sul imaginada por Haggard em *The Witch's Head* era vista como um território capaz de revitalizar a masculinidade, e, no contexto dos exércitos coloniais, apta a promover experiências de homosociabilidade cingidas por situações de coragem viril. Em Pretoria, Ernest ingressa numa unidade de cavalaria do exército britânico, onde rapidamente se destaca por sua “aparência militante”. Em um jantar que antecede a fatídica Batalha de Isandhlwana, o herói do romance toma a palavra e, em seu discurso, atribui a presença daqueles soldados no campo de batalha ao “senso de patriotismo que é parte e fardo da mente britânica e que, de geração em geração, foi a raiz da grandeza britânica e enquanto o sangue britânico permanecer puro, continuará de geração em geração a ser a fonte da grandeza”. O patriotismo era, na sua perspectiva, “o laço que nos une; isto é, o senso de um dever comum para realizar, de um perigo comum para combater, de um patriotismo comum para reivindicar”<sup>16</sup>. A tonalidade trágica da derrota em Isandhlwana, reiterada constantemente por Haggard nos capítulos referentes às desventuras de Ernest em África, era revestida com impressões de bravura e martírio, como se a morte nas colônias – ou morrer pelo Império – confirmasse a virilidade vista como inata dos seus articulistas.

“Para todos os meninos, pequenos e grandes”: com essas palavras Haggard dedicava seu próximo romance, *King Solomon's Mines*, e simultaneamente constituía uma comunidade de leitores imaginada para sua obra literária. A proposição estava alinhavada a uma preocupação política que um de seus contemporâneos, o crítico literário Edward Salmon, deixou manifesto alguns anos depois, a respeito do caráter formativo da literatura infanto-juvenil: “ao escolher os livros que os meninos deverão ler, é necessário lembrar que estamos escolhendo o alimento intelectual para os futuros chefes de uma grande raça”<sup>17</sup>. A trama, ambientada na década de 1880, inicia em Durban, quando o protagonista, o experiente caçador Allan Quatermain, é contratado por Sir Henry Curtis e por seu companheiro, o

<sup>15</sup> SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, pp.114-115.

<sup>16</sup> HAGGARD, H. Rider. *The Witch's Head*, v.3. Londres: Hurst & Blackett, 1885, p.242.

<sup>17</sup> SALMON, Edward. *Juvenile Literature as it is*. Londres: Henry J. Drane, 1888, p.234.

Capitão Good, para encontrar o irmão do aristocrata, desaparecido em uma região desconhecida da África ao buscar por tesouros associados às lendas das fabulosas minas do Rei Salomão. Amparados pelo misterioso mapa redigido por um explorador português do século XVI, Quatermain e seus companheiros partem para Kukuanaland, região supostamente localizada no extremo sudeste do Congo. Os aventureiros entram em confronto com o reino dos Kukuana, governados por um monarca usurpador, Twala, e pela vil feiticeira Gagool. Após uma série de incidentes e violentos conflitos, Quatermain e seus companheiros destronam Twala, restituem o trono ao seu verdadeiro herdeiro, o bravo e gentil Ignosi, e encontram as minas de diamantes, garantia do sucesso financeiro da expedição.

O heroico Allan Quatermain personificava as atitudes de Rider Haggard sobre as ações e ambiguidades encontradas por europeus nos territórios coloniais, bem como a valorização de certa virilidade amparada em proezas físicas, solidariedade masculina e ímpeto pela aventura. A despeito de garantir aos leitores que “sou, para ser honesto, um tanto quanto covarde, e certamente de nenhuma forma propenso a lutar”, o conflito contra as forças de Twala, no clímax do romance, evocam em Quatermain a paixão pelo combate: “pela primeira vez, senti meu peito estufado com ardor marcial. Fragmentos de guerras lendárias, junto com numerosos versos sanguinários do Antigo Testamento, germinavam em meu cérebro como cogumelos na escuridão”<sup>18</sup>. Na escrita de Haggard, a masculinidade não se associava necessariamente às qualidades intelectuais, mas sim, e de modo acentuado, ao condicionamento físico e à agressividade vista como necessária para defender a honra e o Império Britânico. Evidenciam, portanto, as marcas do “cultivo do ódio” na cultura vitoriana finissecular, isto é, uma tendência a localizar álibis convenientes para a agressão, compreendida como uma força redentora e revitalizadora em contextos viris.

O “ardor marcial” de Quatermain afastava-se de outros modelos de virilidade cultuados naquele período, especialmente entre setores da classe média vitoriana, e que valorizavam um suave equilíbrio entre disciplina e agressividade, o tipo de homem com as “corretas ligações familiares, uma boa vida de igreja, perspectivas econômicas promissoras, talvez um título universitário”<sup>19</sup>. Em *King Solomon's Mines*, Haggard reabilita a noção de atavismo, a crença em forças primevas e animais sob a fina e frágil pele civilizada, transformando-a em um pilar de bravura e heroísmo. A virilidade e os sentimentos de ódio racial tornam-se paradoxalmente capazes de trazer à tona o que havia de mais primitivo e bárbaro em homens anglo-saxônicos, relativizando sua condição racial a partir do que

<sup>18</sup> HAGGARD, H. Rider. *King Solomon's Mines*. Londres: Cassel's, 1901, p.190-191.

<sup>19</sup> GAY, op. cit., 1995, p.106.

Quatermain categoriza como “um desejo selvagem de matar e de não poupar ninguém”<sup>20</sup>. A diferença racial entre europeus e africanos transparecia nessas narrativas como justificativas para a violência colonial. Afinal, a suposta tendência dos nativos à agressividade, vista como natural por muitos dos apologistas do racismo, seria capaz de legitimar a ação de homens como Allan Quatermain e seus companheiros, pois, no final das contas, tratar-se-iam de cenários de legítima defesa e não do que realmente eram: extermínio étnico em massa.

Para muitos de seus leitores contemporâneos, *King Solomon's Mines* representava o retorno do Rei Romance, eclipsado pela emergência da novela realista ao longo do Oitocentos. Era o que acreditava, por exemplo, o crítico literário e antropólogo Andrew Lang que, em um poema publicado em 1887, elogiava Robert Louis Stevenson e Rider Haggard, seu amigo íntimo, como paladinos que haviam devolvido o Romance ao seu lugar de direito:

*King Romance was wounded deep,  
All his knights were dead and gone  
All his court was fallen on sleep  
In the vale of Avalon!*

*Then you came from south and north  
From Tugela, from the Tweed;  
Blazoned his achievement forth,  
King Romance is come indeed! (...)*

*All the tribes of wold and wave  
Bow the knee to King Romance!  
Wand'ring voices Chaucer knew.*

*On the mountain and the main  
Cry the haunted forest through  
KING ROMANCE HAS COME AGAIN!*<sup>21</sup>

Naquele momento, a emergência do “novo romance” acompanhou-se de inovações no mercado editorial, ao exemplo da substituição do modelo de publicação em três tomos por um único volume nas décadas de 1880 e 1890, que facilitou os métodos de produção e difusão dos livros. No entanto, para além desses elementos gráfico-editoriais, os adeptos do “novo romance” viam-se como continuadores de uma tradição literária que remetiam, como se vê pelo poema de Lang, aos escritos de Geoffrey Chaucer, autor de *The Canterbury Tales* (séculos XIV-XV), das lendas arturianas em busca pela mítica Avalon ou mesmo dos

<sup>20</sup> HAGGARD, op. cit., 1901, p.191.

<sup>21</sup>Tradução livre: O Rei Romance ferido estava/Todos seus paladinos mortos e desaparecidos/Toda sua corte adormecida/No Vale de Avalon! E então vocês vieram do norte e sul/De Tugela, de Tweed/Conclamando suas realizações/O Rei Romance de fato chegou. Todas as tribos das planícies e ondas/Ajoelhem-se ao Rei Romance!/Vozes vagantes conhecidas de Chaucer/Na montanha e no continente/clamam as vozes da floresta/O REI ROMANCE RETORNOU!

romances históricos de Sir Walter Scott, do início do século XIX. Enquanto que a novela era associada, pelo menos por seus críticos finiseculares, aos enredos domésticos e realistas, o romance era interpretado como o continuador de sagas cavaleirescas, de romances históricos e épicos, com personagens constituídos para servirem de exemplo de conduta moral. Como demonstrou Catherine Gallagher, a emergência da novela ao final do século XVIII e início do século XIX ocorreu por meio de novas relações com a própria categoria da ficcionalidade, resultante de um amplo deslocamento epistemológico rumo a categorias como verossimilhança, vista como distinta das noções de mentira, fábula ou falsidade. Nesse processo, a ficcionalidade deixou de ser uma subcategoria da dissimulação e transformou-se em um fenômeno literário<sup>22</sup>. Destarte, a partir desse período,

as demandas por verdade e ficção não estavam em contradição uma com a outra; seus praticantes compreendia que a aplicabilidade geral da novela dependia da ficcionalidade manifesta das suas especificidades, já que extrair exemplos de pessoas reais apenas confundiria a questão do referencial<sup>23</sup>.

No *fin-de-siècle*, a revitalização do romance fez parte das tentativas de homens letrados em revigorar a produção literária nacional por meio de enredos permeados por fantasias de autogeração masculina, laços de homossociabilidade ou ainda oportunidades de aventura e pioneirismo nas regiões limítrofes dos interesses coloniais, onde, distantes das restrições e convenções sociais, homens comuns e ressentidos convertiam-se em viris monarcas e descobridores. Tratava-se de um momento de redefinições do campo literário, sobretudo após a morte da romancista George Eliot, considerada como uma das principais representantes da novela realista de costumes. Assim, o ressurgimento do romance de aventura na década de 1880 foi um esforço literário por parte de homens letrados, no afã de resgatar a literatura anglófona para escritores e leitores do sexo masculino, estabelecendo uma relação simbiótica entre literatura e virilidade<sup>24</sup>. Por isso, muitos dos enredos destes romances recorriam a símbolos de agência masculina e revitalização racial, sobretudo nas colônias, lugares em que, por meio de ações violentas ou agressivas, personagens comuns enfrentavam todo o tipo de intempérie para revestirem-se com o manto de bravos aventureiros.

---

<sup>22</sup> GALLAGHER, Catherine. The Rise of Ficcionalidade. In: MORETTI, Franco (org). *The Novel: History, Geography and Culture*. Princeton: Princeton University Press, 2006, p.338-341.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 342.

<sup>24</sup> SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, pp.109-145; VANINSKAYA, Anna. The Late-Victorian Romance Revival: A General Excursus. *English Literature in Transition, 1880-1920*, v.51, n.1, 2008, pp.57-79.



Na década de 1880, proliferaram-se artigos na imprensa periódica dedicados ao debate a respeito das qualidades literárias do romance e de suas implicações políticas. Uma destas contribuições anônimas, publicada nas páginas da *Saturday Review* em 1894, indicava que a predileção britânica pelo romance, “ou por sua forma moderna, a novela de aventura”, devia-se à construção da identidade nacional: “a raça inglesa é uma raça colonizadora que busca aventura e a encontra em qualquer canto do mundo (...). Não é de se imaginar que uma raça que tanto ama aventuras e peripécias, e se sinta tão a vontade com o fascínio do desconhecido, prefira obras de arte que expressem esta paixão”. A escola naturalista francesa estaria muito mais centrada “na análise de personagens ou paixões emolduradas na vida cotidiana”, pois os franceses, segundo o crítico anônimo, “não são nem aventureiros e nem românticos”<sup>25</sup>. Em muitos destes textos, Haggard era idealizado como um cavaleiro a serviço do Rei Romance, responsável por revitalizar o campo literário e devolvê-lo “ao puro romance de aventura”, cuja popularidade devia-se à capacidade de evocar o que haveria de mais intrínseco na natureza humana. Por outro lado, seus detratores acusavam o romance de apelar aos sentimentos mais inferiores dos leitores, associavam-no à infantilidade e, conseqüentemente, à atrofia moral e intelectual relacionada pela antropologia finissecular ao cérebro infantil<sup>26</sup>.

Em ambas as trincheiras destas batalhas literárias, a articulação entre literatura e infantilidade revestia-se, mesmo que sob óticas distintas, por elementos vinculados à antropologia evolucionária. Os críticos do romance afirmavam que suas narrativas fantásticas apelavam apenas à credulidade infantil e, por este motivo, pertenciam aos estágios mais primitivos da arte. Conseqüentemente, a limitação intelectual das crianças servia de metáfora ao primitivismo ou ao retrocesso na escala evolutiva, e a crença no desenvolvimento cerebral atrofiado permitiria estabelecer paralelos e comparações com os estrangeiros selvagens e as mulheres histéricas. Além disso, as sagas nórdicas e gregas, que teriam inspirado muitos dos paladinos do Rei Romance, eram vistas como elementos residuais de formas primitivas de organização social, preservadas ao longo do tempo no folclore europeu<sup>27</sup>. A questão havia sido formulada originalmente pelo antropólogo Edward Burnett Tylor em *Primitive Culture* (1871), ao propor a premissa de que características primevas de um passado arcaico continuariam a sobreviver aninhadas nas crenças e costumes contemporâneos. Os apologistas do Rei Romance, por sua vez, não hesitavam em dedicar suas obras aos “meninos, pequenos e

---

<sup>25</sup> ROMANTICISM AND REALISM. *Saturday Review*, 8 de dezembro de 1894, pp. 615-16.

<sup>26</sup> VANINSKAYA, op. cit., pp.68-69.

<sup>27</sup> Ibidem, p.71.

grandes” ou mesmo ao “menino que é meio homem e ao homem que é meio menino”<sup>28</sup>. Na medida em que as vertentes conservadoras do colonialismo britânico substituíram as narrativas liberais de progresso e civilização em favor do expansionismo militar e competição internacional, as fantasias da eterna meninice, de uma virilidade vista como naturalizada e carente de restrições éticas ou morais, entrelaçavam-se aos imaginários políticos no *fin-de-siècle* que visavam justificar a *Realpolitik* colonial.

A revitalização do romance também ocorria nas linhas de sociabilidade que cingiam esses autores a debates, colaborações literárias, defesas letradas e circulações de ideias. Nesse sentido, o destaque recai sobre a criação da *Society of Authors*, associação literária fundada por Walter Besant em 1883, e que demarcou uma conscientização partilhada por muitos letrados com relação às funções sociais e profissionais da autoria. A exclusividade masculina da associação, que incluía entre seus membros os romancistas Arthur Conan Doyle, Hall Caine e Rider Haggard, além do “poeta do Império” Rudyard Kipling, traduzia a lógica dos clubes de cavalheiros e inicialmente relegava as sócias a cargos não oficiais. A problemática levou a dissidências internas e, entre 1891 e 1892, as jornalistas e romancistas Henrietta Vaughan Stannard, Flora Annie Steel e Isabella Banks fundaram o *Writer’s Club*. A lista de associados da *Society of Authors* no período evidencia que, além do fomento à proteção dos direitos desses literatos, tratava-se de um espaço de proliferação do “novo romance” e deixa evidente um caráter comum à parte significativa da intelectualidade londrina no *fin-de-siècle*, qual seja, um hábito de aferir certa institucionalidade a uma forma de sociabilidade qualquer, neste caso, entre letrados. Os romances produzidos por estes autores, ao exemplo dos episódios africanos em *The Witch’s Head* e *King Solomon’s Mines*, mas também *The Lost World* (1912) de Arthur Conan Doyle ou *The Man Who Would be King* (1888), de Rudyard Kipling, traduzem a exclusividade masculina dos clubes em tramas fortemente homossociais, habitadas por protagonistas masculinos, interpretados como forças da expansão colonial.

Embora residisse no interior de Norfolk, a Londres do *fin-de-siècle* apresentava-se como uma metrópole primordial na experiência literária e nas redes de sociabilidade de Rider Haggard. A vida literária londrina era organizada de modo menos formal do que em outras capitais europeias, devido à inexistência de instituições como a Academia de Letras Francesa. Por isso, era nos *pubs* e nos cafés, nos clubes literários e de cavalheiros, que homens e mulheres de letras se encontravam e confabulavam. O número elevado de sociedades literárias do período evidencia a densidade da vida literária associativa na capital, de modo que, além

---

<sup>28</sup>DOYLE, Arthur Conan. *The Lost World*. Nova York: Hodder & Stoughton, 1912, s.p. (dedicatória).

da *Society of Authors*, na qual Haggard ocupou o cargo de Diretor de Comitê entre 1896 e 1898, o letrado foi membro fundador do *Anglo-African Writers Club*, um clube de jantares cujos sócios estavam engajados com a produção literária nas colônias sul-africanas. Em maio de 1898, Rudyard Kipling, recentemente retornado de viagem pela África do Sul, foi recebido por Haggard como convidado de honra do jantar mensal do *Anglo-African Writers Club*, e em seu discurso, elogiou os “homens fortes que estão construindo o nosso Império” e dirigiu críticas ao caráter retrógrado dos bôeres na África do Sul, inteiramente avessos aos “elementos mais rudimentares da civilização”. Mesmo sem propor soluções políticas, Kipling alertava seu público a respeito da permanência da “ferida infecciosa no coração do país”<sup>29</sup> deixado pelas ações políticas dos bôeres transvaalenses.

Adicionalmente, Haggard foi membro do *Athenaeum* e do *Savile Club*, os quais faziam parte da “Clubelândia” do centro financeiro e político de Londres e, a se julgar pelos registros em *The Days of My Life*, estreitaram os laços de amizade e sociabilidade com outros homens envolvidos com a expansão colonial: foi em um destes clubes de cavalheiros que em 1888 Haggard conheceu Cecil Rhodes, o magnata da mineração diamantífera e futuro primeiro-ministro da Colônia do Cabo, “cujo nome”, segundo o romancista, “deve ser sempre lembrado pelo menos pelo vasto território que ele conquistou”<sup>30</sup>. As linhas da política colonial e da sociabilidade literária entrecruzavam-se nestes lugares da intelectualidade, espaços de modelação de experiências subjetivas masculinas, onde se constituíam disposições à ação e possibilidades de negociação diante de determinadas situações cotidianas nas tramas da política colonial. A rede formada pelos clubes e associações literárias vinculava-se a condições de “interdependência”, pois demonstra que em todos os níveis do mundo social, as relações dinâmicas entre indivíduos são construídas e reformuladas no âmago de “configurações que são o espaço de confrontação entre os atores que se observam, se avaliam, aprendem a orientar-se e são levados a fazer suas escolhas”<sup>31</sup>.

A escrita de *King Solomon's Mines* era igualmente perpassada por laços de amizade e sociabilidade intelectual, em especial, com Andrew Lang. Lang, que compartilhava de ideias da antropologia cultural de Edward Tylor, alçara proeminência com a publicação de *Custom and Myth* (1884) e *Myth, Ritual and Religion* (1887), obras em que delegou atenção especial às relações entre mitos e costumes culturais, e ao longo de sua trajetória acadêmica tornou-se reconhecido por organizar compilações de folclore, contos de fadas e traduções do poeta

<sup>29</sup> TO THE ANGLO-AFRICAN Writers Club. *The African Review*, v.XV, 21 de maio de 1898, p.312.

<sup>30</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, vol.2, p.118.

<sup>31</sup> REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.132.

grego Homero. A amizade entre Haggard e Lang, forjada sob o calor dos debates intelectuais a respeito dos méritos do romance, evidencia que a formação do campo da intelectualidade finissecular era constituída por “práticas singulares de sociabilidade, canais através dos quais veiculavam suas ideias e estabeleciam suas relações com o conjunto da sociedade”<sup>32</sup>. A se julgar pela escrita autobiográfica de Haggard, as trajetórias do literato e do antropólogo entrecruzaram-se timidamente em meados de 1883 e, dois anos depois, Lang endereçara correspondência, ainda em tom formal, detalhando suas impressões durante a leitura de *King Solomon's Mines*:

Caro Sr. Rider Haggard – Eu consegui ler até o duelo de Sir Henry com o rei. Raramente li um livro com tanto prazer: eu o considero perfeitamente adorável. A questão é, qual é o melhor, ou digo, o mais lucrativo, caminho para publicá-lo? Assim que possível descobrirei o que a *Boy's Magazine* da Harper pode fazer. Acredito que todas as revistas para meninos pagam desamparadamente pouco. Há tanta invenção e poder imaginativo e conhecido do caráter africano em seu livro que quase o prefiro do que *Treasure Island*<sup>33</sup>.

A missiva, em especial pela indicação do “melhor caminho” para a publicação serializada de *King Solomon's Mines* remete a um aspecto central nas práticas amistosas entre letrados: a colaboração intelectual com a intencionalidade de indicar as vias mais lucrativas na esfera da produção literária. Ademais, a documentação referenciada possibilita “perceber indícios de aspectos de estima e consideração, elementos propulsores de sua prática social, e esboçar, ainda que de maneira fragmentária, sua rede de relações pessoais definida, marcada e materializada pela escrita epistolar”<sup>34</sup>. Tanto no poema supramencionado, quanto em ensaios de crítica e em outras composições literárias, Lang tornou-se um ávido defensor do romance masculino e homossocial, considerando-o como um herdeiro das epopeias arturianas e dos clássicos gregos. A correlação entre estes gêneros literários era facilitada pelo método comparativo mobilizado por Lang em seus estudos antropológicos, e a associação, em especial com as epopeias nacionais, almejava reforçar a respeitabilidade literária do romance.

Em suma, a formação de Haggard enquanto literato encontrava-se inextricavelmente vinculada ao plano de fundo das políticas coloniais, em especial a questão sul-africana, pois o debate era incontornável até mesmo nos clubes de cavalheiros e nas associações literárias. Por meio das suas primeiras publicações, o letrado almejou alçar-se à condição de autoridade e referência no que se refere aos territórios sul-africanos, e seus romances, particularmente *King*

<sup>32</sup> VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna*. Tese de doutoramento em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, pp.30-31.

<sup>33</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, p.227.

<sup>34</sup> VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, n.28, 2001, p.24.

*Solomon's Mines*, foram recebidos como baluartes da revitalização do campo literário finissecular. Assim, localizar a produção de Haggard nos movimentos de seu tempo, a partir de uma redução pormenorizada da escala de análise, permite compreender “a maneira como movimentos ou transformações coletivos são possíveis, mas não a partir desses movimentos em si e da capacidade autorrealizadora que se lhes imputa, e sim da parte que cada ator toma neles”<sup>35</sup>. Contudo, a imagem pública do autor foi construída em uma tensa rede de forças concêntricas, de modo que, poucos meses após a publicação de seu romance aventuresco, o letrado envolveu-se em debates literários envolvendo acusações de plágio. Das minas do Rei Salomão, Haggard foi coroado Rei Romance; dos jornais londrinos, o Rei do Plágio.

#### 4.2 - O REI DO PLÁGIO: DEBATES LITERÁRIOS EM TORNO DE *SHE* E *JESS* (1887)

Ao longo do século XIX, literatos e romancistas fizeram amplo uso do romance<sup>36</sup> para promover suas interpretações do mundo social, permeadas por posicionamentos culturais e políticos que concerniam, entre outras questões, ao lugar social ocupado pela escrita literária. No caso inglês, a expansão e consolidação de um mercado editorial, particularmente com a expressividade do modelo de publicação em tomo único no último quartel do século, bem como o crescimento do público leitor em decorrência das campanhas de letramento a partir da década de 1870, contribuíram para a formação de um público amplo e heterogêneo. Estas condições levaram muitos letrados ao debate sobre o caráter formativo e de instrução moral da literatura. Nestas circunstâncias, nas quais se observa a produção do sentido dos textos enquanto “resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social”<sup>37</sup>, decorre um posicionamento teórico-metodológico que observa a cultura escrita e literária enquanto arena de embates letrados e trocas intelectuais, entre estratégias de escrita e práticas de leitura, campo de disputas e interpretações, de significações móveis e plurais.

Embora considerado por muitos de seus contemporâneos como uma referência máxima da revitalização do romance, a escrita literária de Rider Haggard foi alvo de acalorados

<sup>35</sup> REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v.15, n.45, 2010, p.440.

<sup>36</sup> Nesse ponto, talvez seja necessário estabelecer distinções entre o que, na língua inglesa, designa-se de *novel* e *romance*. A crítica literária tem enfatizado que entre a *novel* e o *romance* há uma abordagem distinta da realidade: na *novel*, uma ênfase nos elementos do cotidiano, uma importância maior atribuída ao desenvolvimento de personagem, ao invés da ação ou da trama. Os eventos narrados no *romance*, por outro lado, associam-se ao pitoresco e ao heróico, uma tendência maior ao fantástico, ao melodramático e ao idílico. Ver: CHASE, Richard. *The American Novel and Its Tradition*. Nova York: John Hopkins, 1980.

<sup>37</sup> CHARTIER, Roger. Literatura e História. *Topoi*. v.1., n1., jan-dez.2000, p.199.

debates na imprensa periódica a partir de 1887, em especial, na revista *The Contemporary Review* e no jornal *Pall Mall Gazette*. As acusações, que se centravam no suposto plágio de suas obras literárias, possibilitam denotar contendas em torno de atividades jornalísticas e literárias, e eram amplamente sugestivas das querelas formadoras do campo literário inglês ao *fin-de-siècle*. Mais do que ideias a respeito da produção literária, as trocas de farpas intelectivas demonstram as extensões das “relações pessoais, intelectuais, afetivas”<sup>38</sup> que o letrado cultivou, e evidencia que o mundo desses intelectuais não se restringe aos seus livros, pois abarca “os atos relacionais e as práticas cotidianas que permitem vislumbrar traços de relações pessoais”<sup>39</sup>. A proeminência desses debates ocorreu logo após as publicações de dois romances haggardianos: *She, a history of adventure* e *Jess*, os quais se tornaram alvos privilegiados de debates letrados constituintes dos seus quadros receptivos, em especial nas páginas do jornal *Pall Mall Gazette*, editado por William Thomas Stead.

O aventureiro *She* foi publicado originalmente em formato de folhetim no jornal *The Graphic* entre outubro de 1886 e janeiro de 1887. A trama, contada por um intelectual de Cambridge, Horace Holly, narra os esforços de seu pupilo, o jovem e bravo Leo Vincey, para cumprir os anseios de uma ancestral, a princesa egípcia Amenartas, a qual recomendara, em uma ânfora transmitida de geração em geração da família, que os descendentes viajassem ao interior do continente africano, com o fito de localizar uma rainha imortal de rara beleza e matá-la, para vingar o assassinio de seu esposo, o sacerdote grego Kallikrates. Após uma série de desventuras, nos quais são raptados por canibais, os temidos *amahaggers*, Leo e Holly são salvos pela magnífica monarca de pele branca, Ayesha, “aquela-que-deve-ser-obedecida”, e levados para a imperial cidade perdida de Kôr. Leo apaixona-se perdidamente por Ayesha, a qual acredita que o jovem seja a reencarnação de seu amado Kallikrates, e deseja que ele torne-se imortal, por intermédio das chamas da vida eterna, escondidas nas cavernas de Kôr. No entanto, ao banhar-se nas labaredas, o encanto que mantinha a imortalidade de Ayesha é desfeito, e a rainha perece em seguida, não sem antes prometer retornar.

A trama de *She* reúne elementos recorrentes em uma miríade de romances e contos publicados no último quartel do século, os quais se refestelavam com “histórias de cidades perdidas, raças descobertas, civilizações e continentes submersos no mar ou na terra, os

---

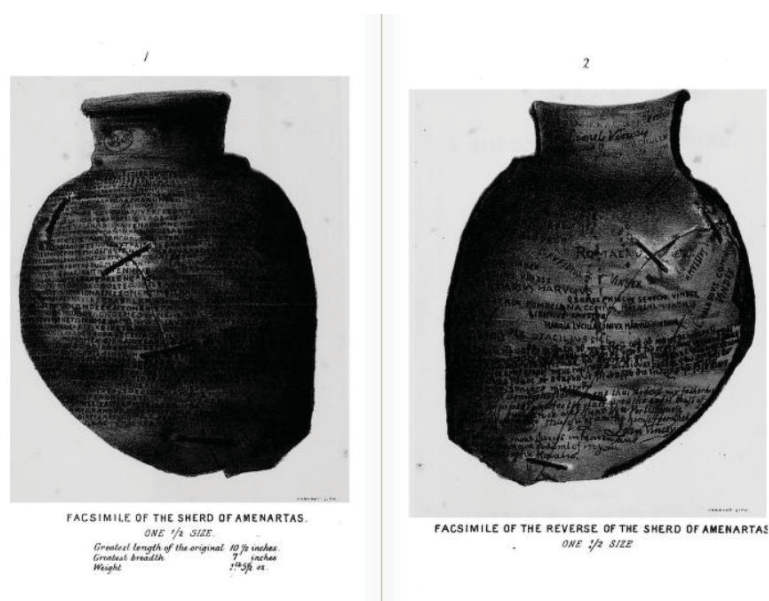
<sup>38</sup> PONTES, Heloísa. Círculos de intelectuais e experiência social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n.34, 1997, p.58.

<sup>39</sup> VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de Papel: cultura escrita e sociabilidades na correspondência de Oliveira Vianna. *Revista Estudos Históricos*, n.28, 2001, p.24.



vestígios escondidos de antigos impérios”<sup>40</sup>. Além disso, a forma da narrativa mobilizada por Rider Haggard evoca uma relação dinâmica entre os imperativos da ficção e das práticas políticas coloniais. Afinal, a narrativa apropriava-se de elementos aventureiros característicos do romance de aventura, os quais mesclam episódios sobrenaturais e cenários de declínio racial, mas também certa inspiração em relatos de viajantes e textos jornalísticos que descreviam o interior da África. A reciprocidade desses recursos culturais sumariza desejos e ansiedades pelo sucesso comercial enquanto romancista, e pelo intento de tornar-se reconhecido enquanto autoridade nas questões coloniais, particularmente na África do Sul<sup>41</sup>. A busca por verossimilhança pode ser observada em especial na primeira edição de *She* em volume único, a partir das fotografias da “ânfora de Amenartas” (Figura 4), objeto manufaturado para a obra; a dedicatória ao antropólogo Andrew Lang; a reprodução de textos em egípcio, grego antigo e latim medieval; a constante referência ao termo “*history*”, com o qual o romance foi apresentado; e a utilização de notas de rodapé ao longo do texto.

FIGURA 4: A ÂNFORA DE AMENARTAS



(HAGGARD, H. Rider. *She, a history of adventure*. Londres: Longmans, Green & Co., 1887, s.p.)

Os debates acerca das relações entre a escrita literária de romances e o jornalismo começaram poucas semanas após o encerramento da serialização de *She*, com a publicação do

<sup>40</sup> DEANE, Bradley. *Imperial Barbarians: Primitive Masculinity in Lost World Fictions*. *Victorian Literature and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.206.

<sup>41</sup> GRIFFITHS, Andrew. *The New Journalism, the New Imperialism and the Fiction of Empire (1870-1900)*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015, p.91.

ensaio “*About Fiction*”, em fevereiro de 1887 na revista *Contemporary Review*. No texto, Haggard defende a escrita de romances, considerando-os superiores às novelas realistas, até então associadas à literatura de Charles Dickens e George Eliot, vistas, naquele momento, como tediosas e demasiadamente preocupadas com temas domésticos. Haggard sugere que a ficção realista possuía paralelos com o sensacionalismo produzido pelo chamado *New Journalism*, do qual o editor e jornalista William Thomas Stead figurava como um dos principais representantes. De acordo com o literato, o “novo jornalismo” era o “naturalismo deste país”, e uma arte inferior se comparada à literatura romanesca: “o amor pelo romance é provavelmente coevo à existência da humanidade. Até agora, se seguirmos a história do mundo encontraremos as suas marcas e seus efeitos. (...) Em resumo, é como as paixões, uma qualidade inata da humanidade”. Na ótica do letrado, o romance ocupava um posicionamento paradoxal, pois “para aqueles que estão familiarizados com os hábitos e formas de pensamento das raças selvagens, saberão que ele floresce tão intensamente no bárbaro quanto no seio aculturado”<sup>42</sup>. A assertiva demonstra que noções etnológicas e elementos literários coexistiam na retórica de Haggard, o qual interpretava o romance como uma força reabilitadora do atavismo e das paixões mais “selvagens” presentes nos homens.

Como se pode depreender pelo vocábulo mobilizado por Rider Haggard, a publicação de romances, cuja “qualidade literária” devia-se ao “perfeito desabrochar do cérebro nos livros”, desempenhava um evidente papel pedagógico na formação de homens e mulheres política e intelectualmente comprometidos com a manutenção do Império Britânico. Afinal, o literato reconhece que “as colônias estão sendo lotadas de ingleses”<sup>43</sup>, os quais, se devidamente condicionados para a leitura de romances, atingiriam um nível expressivo de refinamento cultural. Ainda assim, fica evidente que as paixões evocadas pelo romance aproximariam seus leitores das “raças selvagens”, proposição enraizada nas ambiguidades do racismo oitocentista. Como demonstrou Bradley Deane ao analisar romances aventureiros produzidos no último quartel do século, certas qualidades associadas às chamadas “raças inferiores” poderiam ser apropriadas para a constituição de um ideário de virilidade revitalizado, no qual sentimentos de ódio e agressividade, impulso e irracionalidade forneciam fantasias fortalecedoras em uma revisão simultânea dos códigos masculinos e das ambições imperiais. A condição redentora da violência pode ser vislumbrada, por exemplo, no episódio em que Holly e Leo são capturados pelos canibais em *She*, e, como afirma o narrador, um respeitabilíssimo intelectual de Cambridge, “a cólera me cegava e dominava no

<sup>42</sup> HAGGARD, H. Rider. *About Fiction*. *Contemporary Review*, v.51, fevereiro de 1887, pp.172-178.

<sup>43</sup> *Ibidem*, pp.173-174.

ardor da batalha, que se insinua no coração dos seres mais civilizados, num ambiente de luta, quando a vida e a morte parecem espiar alternativamente”<sup>44</sup>.

A publicação do ensaio de Haggard, uma apologia ao romance de aventura, repleto de fantasias de autogeração masculina, homossociabilidade e proezas viris na África central, gerou acalorado debate no campo da cultura escrita, em um emaranhado de ataques e respostas que possibilita vislumbrar as marcas das sociabilidades intelectuais. A primeira dimensão das discussões diz respeito à recepção do romance *She* nas páginas do impresso *Pall Mall Gazette*, sob os auspícios editoriais de W. T. Stead desde meados de 1883. Por sua trajetória intelectual e expressiva participação na imprensa periódica finissecular, a figura de Stead requer atenção, pois se torna sintomática dos círculos concêntricos de intelectuais engajados nos debates literários e, como se verá posteriormente, nas querelas políticas. Pela ocasião do falecimento do editor, o qual pereceu no naufrágio do transatlântico Titanic em abril de 1912, era considerado como “a pessoa mais famosa a bordo”<sup>45</sup>. Desde o início de suas atividades editoriais na década de 1870, Stead aprimorou um estilo que ficou conhecido como o *New Journalism*, modelo de jornalismo social que mobilizava elementos literários, ao exemplo das técnicas do realismo, do ponto de vista das testemunhas envolvidas ou de detalhes simbólicos da vida cotidiana, sobretudo nas *exposés* de crimes e redes de prostituição infantil publicadas na *Pall Mall Gazette*<sup>46</sup>.

Em maio e novembro de 1886, W. T. Stead publicou dois artigos na *Contemporary Review*, concernentes às suas crenças nas funções sociais e políticas do jornalismo: “*Government by Journalism*” e “*The Future of Journalism*”. A tonalidade dos artigos encontra-se emoldurada pela promulgação do *Representation of the People Act* (1884) no parlamento britânico, o qual estendeu o sufrágio para mais da metade da população masculina. Neste contexto de expansão da participação popular na política, Stead compreendia que o jornalismo, funcionando em escala de produção em massa, serviria como um “grande inspetor” dos abusos sociais, e ainda como “um instrumento para complementar muitas das funções do governo”. O *New Journalism* deveria reverberar com a ampliação da presença popular na política, atuando como uma forma de consciência nacional, ou, ainda, como uma espécie de “quarto poder”, capaz de auxiliar ou mesmo superar os poderes constitucionais existentes. A figura do editor era idealizada por Stead não como um indivíduo engajado em diálogo com os leitores, mas como líder apostólico do povo e guardião da

<sup>44</sup> HAGGARD, H. Rider. *She, a history of adventure*. Londres: Longmans, Green & Co., 1887, p.103.

<sup>45</sup>BRAKE, Laurel; MUSSEL, James. Introduction: W.T. Stead, newspaper revolutionary. *19: Interdisciplinary Studies in the Long Nineteenth Century*, v.16, 2013, p.1.

<sup>46</sup> FERREIRA, Carlos Rogé. *Literatura e jornalismo, práticas políticas*. São Paulo: EdUSP, 2003, p.287.

justiça<sup>47</sup>. Em suma, reconhecia a potência política da escrita, compreendendo-a como força motriz de ações e condutas de seus leitores; ao mesmo tempo, o estilo de escrita empregado pelo novo jornalismo promoveria certa tradução literária da realidade, em narrativas melodramáticas e recursos sensacionalistas capazes de captar a atenção de seus leitores e leitoras<sup>48</sup>.

As circunstâncias sugerem certa confluência entre setores da cultura escrita em fins do século XIX, e demonstram o que Mikhail Bakhtin definiu como uma “novelização de outros gêneros”, os quais “se tornam mais livres e flexíveis, sua linguagem se renova ao incorporar a heteroglossia extraliterária e as camadas novelísticas da linguagem literária”<sup>49</sup>. O dialogismo entre os imperativos da ficção e o jornalismo realça nas colunas de crítica literária nos jornais: assim, em janeiro de 1887, logo após a finalização da serialização de *She* no *The Graphic*, a coluna de apreciação literária no *Pall Mall Gazette*, dava a entender visível desapontamento com a qualidade da escrita de Rider Haggard. O leitor sugeria que “não é fácil ajustar com precisão o louvor ou criticismo devido ao novo romance do Sr. Rider Haggard. Ele certamente está acima da média, mas com certeza não alcança a excelência. Por vezes, estamos inclinados a pensar que é apenas mais um livro muito barato”. Na perspectiva, a “concepção” da obra era “de fato, muito poderosa que nos revoltamos com um senso de ofensa diante dos muitos defeitos de sua execução”, até mesmo porque “o material para tais invenções encontra-se nas mãos de todos”<sup>50</sup>.

Stead voltou a questionar a qualidade do romance de Haggard na edição de 11 de março de 1887, no artigo “*Who is ‘She’, and where does ‘She’ come from?*”. A partir de uma análise comparativa do romance, acusou o literato de plagiar *The Epicurean* (1827), do norte-americano Thomas Moore, sob a alegação de que “continha quase todos os ingredientes da obra-prima literária do Sr. Haggard”<sup>51</sup>. As acusações ocorreram poucas semanas após a publicação do ensaio de Haggard, e visavam fornecer uma resposta, por parte do editor, às críticas depreciativas sobre o *New Journalism*. Da parte de Haggard, a relação estabelecida entre o jornalismo e o naturalismo francês, considerado excessivamente patológico, unia voz ao coro de posicionamentos críticos que observavam nas narrativas produzidas por W. T. Stead e o *Pall Mall Gazette*, caracterizadas pela denúncia social e incursões às camadas menos abastadas (as “classes perigosas” do século XIX), como sensacionalistas e

<sup>47</sup> LAW, Graham; STERENBERG, Matthew. Old v. New Journalism and the Public Sphere; or, Habermas encounters Dallas and Stead. *19: Interdisciplinary Studies in the Long Nineteenth Century*, v.16, 2013.

<sup>48</sup> GRIFFITHS, op. cit., p.9.

<sup>49</sup> BAKHTIN, Mikhail. *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press, 1981, p.6-7.

<sup>50</sup> SHE. *Pall Mall Gazette*, 04 de janeiro de 1887, p.5.

<sup>51</sup> WHO IS ‘SHE’, and where does ‘She’ come from? *Pall Mall Gazette*, 11 de março de 1887, p.1-2.

potencialmente imorais. Stead, ao enfatizar que “algumas das mais marcantes imagens de Haggard são apenas cópias coloridas daquelas feitas por Moore”<sup>52</sup>, visou deslegitimar a originalidade do Rei Romance, acusando um dos seus principais representantes de plágio.

De início, é preciso enfatizar que, ao longo do século XIX, artistas e romancistas digladiaram-se em discussões intelectuais a respeito do plágio e da originalidade. Os românticos do final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX defendiam que as obras literárias são marcadas pela absoluta originalidade, frutos da individualidade do gênio do artista. A originalidade passou a ser compreendida como a capacidade individual do artista em resistir à imitação e às influências de outros escritores. Na metade do século, especialmente na geração de autores como Charles Dickens e George Eliot, a noção de “reciclagem” ou “recomposição” de ideias começou a ser valorizada – justamente em um momento no qual preocupações sóciopolíticas com o crescimento desenfreado dos centros urbanos levaram as autoridades a discussões sobre as condições sanitárias na Inglaterra, o acúmulo de lixo urbano, a putrefação e a decomposição de matéria orgânica. A produção artístico-literária passou a ser entendida, entre as décadas de 1850 e 1860, como resultado de elementos pré-existentes, recompostos a partir das habilidades individuais do artista ou do literato. A publicação de *The Origin of Species* (1859) influenciou fortemente aqueles que advogavam pela “repetição com variação como um paradigma de mudança que conduz à inovação”<sup>53</sup>. As marcas do darwinismo surtiram efeitos nas discussões sobre o plágio e a originalidade no *fin-de-siècle*: autores como Max Nordau, em seu *Degeneration* (1892), deendiam que a atrofia da originalidade era sintomático da degeneração no campo das artes, por sua vez resultado da exaustão generalizada que se abatia sobre a Europa urbanizada.

Em defesa de Haggard, Andrew Lang, a quem o literato havia dedicado *She*, declarou nas páginas da revista *The Academy* sua certeza de que os leitores “certamente iriam admirar *She* com muito fervor, ou condenariam a bela feiticeira com extraordinário vigor (...). O mais improvável que [o romance] seja, o melhor para meu gosto”. Em sua perspectiva, a capacidade literária de Haggard era garantida devido ao seu potencial em utilizar a “maravilhosa imaginação, e certa *vraisemblance* [verossimilhança, em francês no original]” para “fazer as mais impossíveis aventuras parecerem verdade”, embora admitisse que alguns leitores poderiam desgostar das “cenas de selvageria”. De modo elogioso, concluía que “o livro é uma lenda, não uma novela. Toda a trama é uma alegoria acerca da imortalidade do

---

<sup>52</sup> Ibidem, p.1-2.

<sup>53</sup> MACFARLANE, Robert. *Original Copy: Plagiarism and Originality in Nineteenth Century Literature*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p.8.

amor”<sup>54</sup>. A defesa letrada de Lang convergia no que Patrick Brantlinger identificou como uma estratégia literária mobilizada por autores associados ao Rei Romance, isto é, a tentativa de encontrar um caminho intermediário entre a literatura como parte da *haute culture* e o desejo pelo sucesso comercial<sup>55</sup>. Ao se distanciarem do enredo novelesco dos costumes e do casamento, estes romancistas seriam capazes de enaltecer o que Andrew Lang categorizava como “a descrição da aventura, o prazer da narrativa romântica”<sup>56</sup>.

Quanto às acusações de plágio, Lang respondeu aos argumentos de W. T. Stead em um ensaio intitulado “*Literary Plagiarism*”, publicado na *Contemporary Review* em junho de 1887. Diante da impossibilidade de formulação de ideias absolutamente originais na literatura, Lang evocou certo senso de tradição cultural, que incluiria literatos de expressividade no cânone ocidental: William Shakespeare, Molière, o poeta Virgílio, Dante Alighieri, Alfred Tennyson. A mobilização de “ideias antigas (e não existem novas ideias)” para produzir uma “nova combinação”<sup>57</sup> não constituiria uma situação de plágio. Por isso, na perspectiva do antropólogo, a temática da imortalidade e os cenários em *She* pertenceriam a uma tradição literária que remetia aos épicos gregos de Odisseu e Calypso, em um movimento de sobrevivência de elementos primevos dos clássicos antigos. Sua aceção do plágio distanciava-se da dimensão ética ou estética, para ater-se às implicações jurídicas, particularmente no que compete aos direitos autorais: a produção de edições pirateadas de romances, sobretudo no mercado livreiro ultramarino, recebia atenção crítica de Andrew Lang em sua arguição a respeito do plágio e originalidade.

Lang partiu à defesa do Rei Romance em novembro daquele mesmo ano, ao publicar o artigo “*Realism and Romance*” na mesma revista. O antropólogo afirmou que as novelas realistas eram limitadas devido à “exclusão de eventos excitantes e de uma narrativa cativante”, o que as tornava demasiadamente longas e de um ritmo lento de leitura. Os leitores civilizados, segundo o antropólogo, ainda ansiavam pelo contato com a aventura, parcialmente impossibilitada nos centros urbanos, devido à condição primitiva que se esconderia sob a fina camada de civilidade: “não por nada a Natureza nos deixou selvagens por baixo de nossas peles brancas; ela o fez assim para que possamos ter muitos prazeres, entre outros, o gozo de viver aventurosamente”. Como exemplos da boa literatura aventureira, Lang evocou *Treasure Island* de Robert Louis Stevenson, e *King Solomon’s*

---

<sup>54</sup> LANG, Andrew. *She*. *The Academy*, 15 de janeiro de 1887, p.35-36.

<sup>55</sup> BRANTLINGER, Patrick. *The Reading Lesson: The Threat of Mass Literacy in Nineteenth Century British Fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1998, p.170.

<sup>56</sup> LANG, Andrew. *Realism and Romance*. *Contemporary Review*, novembro de 1887, p.684.

<sup>57</sup> LANG, Andrew. *Literary plagiarism*. *Contemporary Review*, junho de 1887, p.835.



*Mines* e *She*, de Rider Haggard, ao assegurar que “quaisquer que sejam os méritos e deméritos do romance inglês moderno, uma coisa é certa. É agora inegável que o amor pela aventura, pelo mistério e por uma boa luta perdura nas mentes de homens e mulheres”. No desfecho do artigo, Lang não deixa dúvidas a respeito do lado que assume em suas defesas letradas: “se a batalha entre o crocodilo do Realismo e o monstrengo [*catawampuss*] do Romance tem de ser travada no final – bem, naquele Ragnarok, eu ficarei ao lado do monstro”<sup>58</sup>.

Subjacente aos termos mobilizados por Lang na defesa pelo romance de aventura masculina, residia a vulgarização dos discursos racialistas/racistas por intermédio de um de seus principais desdobramentos no período em questão: a ideia de atavismo, em um percurso lógico fundamentado na premissa de que, sob o estágio evolutivo humano, persistiriam os resquícios físicos e emocionais de seus ancestrais menos evoluídos, características capazes de promover a desumanização ao aproximá-lo de uma condição selvagem. Ao evocar a “reliquia do símio (...) aquela sobrevivência do barbarismo”, e o amor integral inerente às leituras apaixonadas de épicos da literatura antiga devido ao “elemento bárbaro que não morreu em nosso sangue”, o paladino de Haggard expressava uma opinião paradoxal emoldurada pelas ambiguidades dos discursos racialistas. Afinal, acreditava, o épico grego e o romance vitoriano emergiam de uma fase primitiva da história da evolução humana ainda presente em seus estágios mais avançados e evocada por leituras sobre o “viver aventureso”<sup>59</sup>. Lang, ao defender Haggard pela mobilização de preceitos relacionados ao degeneracionismo e à variação racial, visava restituir um sentido positivado à ideia de atavismo<sup>60</sup>: a alegação de que as forças viris advindas da literatura aventureira seriam fundamentadas nas paixões e impulsos selvagens escondidos sob “nossas peles brancas”.

Para reforçar o argumento, e simultaneamente deslegitimar a crítica elaborada por Stead, Lang uniu forças ao literato e jornalista Walter Herries Pollock para produzir uma paródia de *She*, publicada anonimamente em fevereiro de 1887. A julgar pela indicação da página introdutória, a paródia havia sido produzida “pelo autor de *It*, *King Solomon's Wives*, *Bess*, *Much Darker Days*, *Mr. Morton's Subtler* e outros romances”. A apresentação da autoria de *He* referenciava uma série de outras paródias associadas às obras literárias de Rider Haggard, ao exemplo de *Bess*, uma releitura do romance *Jess*, publicado anonimamente no início daquele mesmo ano, e *King Solomon's Wives, or, The Phantom Mines* (1887), paródia de *King Solomon's Mines*, de autoria de “Hyder Ragged” (pseudônimo de Chartres Biron).

<sup>58</sup>LANG, Andrew. Realism and Romance. *Contemporary Review*, novembro de 1887, pp.688-693.

<sup>59</sup> Ibidem, p.689.

<sup>60</sup>DENTITH, Simon. Heroic Poetry in a Novelized Age: Epic and Empire in Nineteenth Century Britain. In: BROWN, Barry. et. al. (orgs.). *Bakhtin and the Nation*. Lewisburg: Bucknell University Press, 2000, pp.68-83.

Dentre as peculiaridades características da paródia escrita por Lang e Pollock constavam os constantes embates, tramados nas notas de rodapé do romance, entre dois personagens: o “*Editor*”, responsável pela compilação da narrativa, e o “*Publisher*”, que interrompe constantemente a trama em favor dos elementos comerciais.

No segundo capítulo, por exemplo, a oitava nota de rodapé enfatiza a insatisfação do “*Publisher*” com o uso de idiomas antigos:

(8) Você não acha que isto é um pouco entediante? O público não se importa com línguas mortas. —PUBLISHER.

A trama não é possível sem isto, como você verá. Você PRECISA ter algo deste tipo em um romance. Veja a cifra de Poe no *Gold Beetle*, o mapa em *Treasure Island* e o pergaminho do português em *King Solomon's Mines*.—EDITOR<sup>61</sup>.

Por intermédio do humor caricato, embora favorável e elogioso à escrita literária de Rider Haggard, os autores da paródia remetiam o público leitor às incongruências e atritos relacionados aos atores históricos responsáveis pela produção e publicação dos textos literários. Na década de 1880, as leis internacionais de direitos autorais ainda eram demasiadamente embrionárias, a proliferação de edições pirateadas era comum, e as casas editoriais (os *publishers*) visavam maximizar os lucros por meio de contratos que obrigavam os literatos a produzirem um número preestabelecido de romances. Rider Haggard submeteu-se a semelhante acordo com a editora Maxwell, a qual sujeitava o literato a ceder os direitos de publicação por qualquer obra escrita em um período de cinco anos. *Mr. Meeson's Will*, publicado pela supramencionada editora em 1888, figurava como uma crítica à ganância e ambição dos editores (*publishers*), metaforizados pelo personagem titular, o tirano proprietário de uma companhia editorial que obriga Augusta, uma jovem escritora de novelas açucaradas, a cumprir rigorosamente os termos de seu contrato<sup>62</sup>. Tanto o romance de Haggard, quanto a paródia de Lang e Pollock, incorporavam em suas narrativas representações sarcásticas dos seus editores, situação emblemática dos processos de negociação e dos posicionamentos contrastantes entre “a mão do autor e a mente do editor”<sup>63</sup>.

*He* lidava diretamente com o coração das trevas de Londres: enquanto que o romance de Haggard era ambientado na África central, a paródia de Lang e Pollock concentrava-se no âmago financeiro e político da metrópole, transformando seus habitantes em selvagens e bárbaros, e convertendo a Clubelândia londrina em uma selva inexplorada, repleta de “uma

<sup>61</sup> LANG, Andrew; POLLOCK, Walter Herries. *He*. Londres: Longman, Green & Co, 1887, p.15.

<sup>62</sup> HOLZER, Kellie. The Body Writes Back: Self Possession in Mr. Meeson's Will. *Nineteenth Century Gender Studies*, v.8, n.3, 2012.

<sup>63</sup> CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: UNESP, 2014.

tribo selvagem e traiçoeira, habitando na maior parte as ruínas de alguma antiga raça régia (...). A rua estava escura, como sempre acontecia nesta estranha cidade”<sup>64</sup>. O desfecho da trama, no qual as heroínas Polly e Leonora escapam dos túneis subterrâneos da metrópole, igualmente remete ao aspecto sombrio do submundo de Londres, na medida em que as personagens, perseguidas por exércitos de ratos e correntes inexoráveis dos esgotos, encontravam-se engolfadas pela “escuridão absoluta. Escapar parecia impossível”<sup>65</sup>.

A despeito do caráter cômico da narrativa, a paródia evidencia a extensão do filtro colonialista de interpretação da realidade, na medida em que, ao narrar os comportamentos aberrantes de “Lo-Grollas”, isto é, a troca de favores e a defesa mútua entre literatos, e “Amatories”, uma “tribo brutal e depravada” formada por políticos do Partido Conservador (*Tory*), Pollock e Lang recorrem a um dos baluartes mais perniciosos do imperialismo em África: a desumanização, por meio de metáforas animais que remetiam ao aspecto atávico de homens e mulheres, seja nas colônias ou nas metrópoles. Distantes, nas metrópoles, estes romancistas pareciam tornar-se indiferentes com relação às implicações mais insidiosas destes paradigmas, sobretudo quanto aos indivíduos nas colônias.

A paródia deve ser interpretada enquanto parte dos quadros receptivos de *She*, e simultaneamente como uma resposta às críticas de W. T. Stead no *Pall Mall Gazette*. Afinal, a trama, que transporta a narrativa do romance de Haggard para a ambientação urbana de Londres, também apresenta um personagem cômico denominado Pellmelli, um amálgama de *Pall Mall* com Billali, ancião *amahagger* em *She*. Como analisou Andrew Griffith<sup>66</sup>, ao discutir as relações entre o “novo jornalismo” e a escrita literária de Rider Haggard, o personagem pode ser identificado com o editor da *Pall Mall* pelos “estranhos caracteres, em preto e vermelho”, que cobrem a sua roupa e assemelham-se aos tipos gráficos utilizados no jornal, além de solicitar aos demais que “coloquem algo no *Budget*”<sup>67</sup>, em referência ao *Pall Mall Budget*, igualmente editado por Stead. Como se não bastasse, Polly e Leonora, ao adentrarem no Zô (em referência ao London Zoo), observam o sanguinolento combate entre um crocodilo e um monstrengo *catawampuss*, uma óbvia alusão aos embates entre o Realismo e o Rei Romance descritos anteriormente por Lang.

Além de pessoalizar suas críticas a Stead, o humor de Pollock e Lang almejava atacar o *modus operandi* do jornalista, particularmente a utilização de pronomes pessoais na terceira pessoa do plural, recurso jornalístico que remetia à coletividade atribuída ao periódico. O

<sup>64</sup> LANG, Andrew; POLLOCK, Walter Herries. *He*. Londres: Longman, Green & Co, 1887, p.58.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p.116.

<sup>66</sup> GRIFFITH, op. cit., p.103.

<sup>67</sup> LANG; POLLOCK, op. cit., p.51-52.

método de investigação social popularizado por Stead, em particular nos seus *exposés* das redes de prostituição infantil em Londres (*The Maiden Tribute of Modern Babylon*), publicado em julho de 1885, era ridicularizado no episódio em que Pellmelli, engatinhando ao subir um lance de escadas, explica suas ações ao afirmar que aquela “é a maneira dos entrevistadores (...). A nossa função é sagrada, embora precisemos simular modéstia, ou os selvagens nos expulsarão”. O âmago da crítica de Stead ao romance de Haggard – a ausência de qualidades literárias em favor de uma escrita voltada às massas de leitores – era rebatida por Pollock e Lang e atribuída ao próprio Pellmelli/Stead, em cuja indumentária liam-se os termos de seu sensacionalismo: “Tragédia, Terríveis Revelações, Pureza”<sup>68</sup>.

Ao que consta nas páginas do *Pall Mall Gazette*, Stead tomou rápido conhecimento da sátira, e retrucou que os autores cometiam crasso erro ao tentar “erguerem-se ao nível de Pellmelli”, além de direcionar novamente suas críticas a Rider Haggard, o qual estaria capacitado apenas a produzir “melhores descrições que abordam cenas que são realmente familiares a ele”<sup>69</sup>. Da parte de Haggard, tem-se registro de suas respostas às acusações de plágio e à crítica particularmente ácida de W. T. Stead em uma missiva aberta enviada em abril de 1887 ao editor do periódico *The Times*. Contrariamente às alegações de que o letrado se apropriara de elementos do romance *The Epicurean*, Haggard afirma desconhecer a suposta fonte literária, mas reforça o efeito de verossimilhança em sua obra ao afirmar que “em *She*, eu recebi a gentil assistência de três eminentes e eruditos estudiosos no que diz respeito às inscrições”. Além disso, o letrado atribui a temática da imortalidade a “algumas lendas nativas” apresentadas ao literato “algum tempo atrás”, por uma “dama muito bem familiarizada com a África”<sup>70</sup>. Por fim, remete a gênese de seu romance à sua própria experiência com as políticas coloniais na África do Sul, ao vincular a ambientação de *She* a lendas envolvendo cavernas e fontes miraculosas na Colônia do Cabo.

Como se aquilo não fosse suficiente, a própria paródia *He* foi acusada de plágio: no jornal *St. James Gazette*, um leitor anônimo enviou uma carta aberta intitulada “*More Plagiarism*”, na qual acusava os autores de *He* a plagiarem, nas linhas introdutórias do romance, alguns versos do poema *The Raven*, de Edgar Allan Poe. Logo adiante, o leitor anônimo referencia outro trecho dos capítulos iniciais, e afirma que “você não poderá falhar em reconhecer aqui um roubo miserável de um trecho no início de *Eugene Aram* de Tom Hood”, e continua, ao atestar que determinadas expressões utilizadas pela heroína Leonora

---

<sup>68</sup> Ibidem, p.51-61.

<sup>69</sup> OCCASIONAL NOTES. *Pall Mall Gazette*, 26 de fevereiro de 1887, p.3.

<sup>70</sup> HAGGARD, H. Rider. Mr. Rider Haggard and His Critics. *The Times*, 27 de abril de 1887, p. 6.

pareciam ter sido plagiadas de obras de Charles Dickens. O leitor, contudo, parecia desavisado ao fato de que *He* constituía uma paródia de *She*, convocando o público a “comparar os dois, e você ficará convencido como estou. A moralidade na literatura é uma coisa do passado?”<sup>71</sup>. O mesmo periódico havia publicado uma carta aberta de um indivíduo que se identificava como “Alguém que sabe”, o qual, em tons satíricos, afirmava que Ayesha havia se escondido no Tibet, onde se apresentava à sociedade anglo-indiana vestida como Madame Blavatsky; e relatava que o “o partido radical” de Kôr “projetava um ataque na propriedade, e só foram interrompidos por um estratagemas pelo velho Bilali”<sup>72</sup>, em referência velada ao Partido Liberal britânico.

Ao tomar o fio da individualidade do romance de Rider Haggard enquanto condutor para os debates letrados e as marcas da recepção crítica na imprensa periódica, reafirma-se uma acepção da cultura escrita e, especificamente, literária enquanto espaço de constantes disputas, apropriações e negociações. A atenção dirigida às impressões de leitura de *She: a history of adventure* nos periódicos contemporâneos, sobretudo no *Pall Mall Gazette*, possibilita mapear um circuito de embates intelectuais que mobilizavam a cultura escrita. Em primeiro lugar, a verossimilhança ressalta enquanto condição valorativa privilegiada nas múltiplas frentes do debate: da parte de Haggard, a incorporação de elementos pertinentes à cultura histórica (réplicas e transcrições de supostos documentos antigos), suas menções às contribuições de eruditos e os recursos narrativos (notas de rodapé), visavam conferir credibilidade referencial e autenticidade à narrativa literária. Na perspectiva de Stead, tal esforço literário revestia-se de mero valor comercial, resultando em um “livro muito barato”, ausente de qualidades estéticas e voltado ao consumo das massas de leitores. Somado a isso, as acusações de plágio visavam deslegitimar os méritos do romance, ao mesmo tempo em que reforçavam o caráter superior da escrita jornalística, cujos leitores, acusava Haggard, haviam “nascido sem intelecto, e com espíritos pouco desenvolvidos”<sup>73</sup>.

Além disso, a defesa pelo romance deixa ver as nuances e sutilezas dos insidiosos paradigmas do racismo, os quais desempenhavam importante papel na constituição das relações colonialistas. A argumentação de Lang e Haggard, ao defenderem o romance como parte inerente à natureza humana, envolto em sentimentos e paixões presentes tanto nas chamadas “raças inferiores” quanto nas mais “civilizadas”, atestava a certo aspecto atemporal deste gênero literário, mas também relativizava a condição humana dos leitores. Isto porque, o

<sup>71</sup> MORE PLAGIARISM. *St. James Gazette*, 22 de abril de 1887, p. 6.

<sup>72</sup> ONE WHO KNOWS. *She*. *St. James Gazette*, 18 de fevereiro de 1887, p. 13.

<sup>73</sup>HAGGARD, H. Rider. About Fiction. *Contemporary Review*, v.51, fevereiro de 1887, p.174.

ímpeto pela aventura seria capaz de evocar aquilo que, sob a “pele branca”, havia de mais primitivo e selvagem, características raciais positivadas em favor das reformulações dos códigos masculinos e das ambições imperiais. Ao transportar a ambientação do romance de Haggard para o cenário labiríntico e enevoado da Londres finissecular, a paródia de Lang e Pollock também reforçava a persistência de elementos “selvagens” no coração do Império, ao estabelecer paralelos entre grupos sociopolíticos e reinos africanos.

Os debates letrados nos quadros receptivos, contudo, não pararam com o romance aventureiro. Poucos meses após, Haggard publicou *Jess*, um romance ambientado no contexto da guerra sul-africana de 1880-1881, e centrado no triângulo amoroso formado por um soldado expatriado, John Neil, e duas jovens no Transvaal, as irmãs Jess e Bessie Croft. O romance concatenava as impressões do ressentimento de Haggard quando à devolução do território transvaalense aos bôeres, e o desfecho da trama, demarcado pela morte da heroína Jess, metaforizava a perda territorial traduzida pela ficção com elementos de sensibilidade romântica. No clímax da narrativa, contemplando a perda do homem amado e a necessidade de proteger sua irmã dos avanços do vilanesco anglo-bôer Frank Muller, Jess declama um melancólico poema em que manifestava a aceitação de seu destino trágico. O poema de Jess não passou despercebido pelo crivo crítico de W. T. Stead, o qual, em março de 1887, publicou o artigo “*The Song of Jess and Who Wrote It*”, no qual questionava a originalidade dos versos e publicamente voltava a acusar Haggard de plágio.

No artigo, Stead acusava Haggard de plagiar os versos de um poema publicado no jornal norte-americano *Transatlantic*, em março de 1874, e apresenta hipóteses que contemplavam a possibilidade do literato ser o autor original do texto ou, com boa dose de ironia, sugere uma miraculosa “coincidência literária” que tornaria “o restante de seus livros em insignificância”<sup>74</sup>. Poucas semanas depois, o jornal publicou uma carta-resposta de Haggard a respeito da questão do poema: o literato assegurava que os versos constituíam uma “composição original, escrita e enviada para mim alguns anos atrás por uma amiga que escrevia belas poesias (...). Aquela amiga está morta agora, mas acredito que ainda tenho as cópias originais dos versos (...). Coloquei os versos, ou alguns deles, nos lábios de Jess, pois sabia que minha falecida amiga gostaria disso”. O jornalista não se convence da justificativa de Haggard, alegando aos seus leitores que “a incorporação dos versos de outra pessoa em sua novela, sem nenhum conhecimento, sem avisos mas deliberadamente, parece ser um caso de desonestidade literária”. E prossegue, assinalando evidências de que alguns versos

---

<sup>74</sup> THE SONG OF Jess and Who Wrote It. *Pall Mall Gazette*, 24 de março de 1887, p. 2.



incorporados no romance de estréia de Haggard, *Dawn*, haviam sido copiados dos originais redigidos por uma poeta pertencente uma “sociedade de garotas ensaístas”<sup>75</sup>.

As evidências coletadas nas páginas da imprensa periódica pela ocasião das publicações de *She* e *Jess*, além de apontar quadros receptivos dos romances haggardianos, sugerem que o lugar ocupado pelo romancista no campo literário finissecular era caracterizado por questionamentos quanto à qualidade da escrita de romances. Indiciam, igualmente, uma densa teia de sociabilidades intelectuais e literárias que se movem a favor ou contra o literato, denotando ou questionando sua capacidade em relatar eventos transcorridos no continente africano. Finalmente, a questão em torno do “Rei do Plágio” conecta-se a um contexto mais amplo no que diz respeito à literatura da segunda metade do século XIX, pois, neste período, as noções de originalidade e plágio literário sofreram incessante escrutínio crítico. Não estavam tão distantes dos debates sobre os direitos morais dos autores, parte integrante de discussões a respeito da autoria profissional que, pelo menos desde o século XVII, compreendia que o *copyright* baseava-se em uma prerrogativa natural e uma propriedade moral em nome da honra de um autor<sup>76</sup>.

#### 4.3 - NAS VEREDAS DAS SOCIABILIDADES: RIDER HAGGARD E O "POETA DO IMPÉRIO"

O estudo das práticas letradas, das trocas intelectuais, das circulações de cartas e correspondências possibilita uma compreensão das amizades enquanto parte constitutiva das trajetórias de literatos e romancistas ao longo do século XIX. A historiadora Anne Vincent-Buffault, ao percorrer os escritos íntimos e as missivas trocadas por homens e mulheres no Oitocentos, destaca que as amizades, além de estabelecerem redes de influências e construir lugares de convivência, são forças motrizes que permitem “intensificar as relações pessoais e distingui-las de outras relações sociais. A prática epistolar se inscreve num movimento de estilização de si e do outro que caracteriza a esfera privada”<sup>77</sup>. A produção e leitura de missivas evidenciam as sociabilidades e as práticas amistosas que conectam os indivíduos a partir de interesses comuns, divergências conflitantes e laços de afetividade. Por este motivo, a análise crítica dos ego-documentos produzidos no foro íntimo, a despeito de seu aspecto lacunar ou fragmentário, reveste-se de importância no que compete ao escrutínio dos

<sup>75</sup> THE SONG OF Jess and How She Came By It. *Pall Mall Gazette*, 19 de abril de 1887, p. 5.

<sup>76</sup> Ver: CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. São Carlos: UFScar, 2012.

<sup>77</sup> BUFFAULT, Anne-Vincent. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p.19.

percursos coletivos e dos itinerários individuais. Neste pêndulo entre o exercício da solidão e das amizades, os escritos íntimos tornam-se espaços de trocas entre indivíduos, eivados por códigos sociais e padrões de escrita, por razões e sensibilidades do intelecto<sup>78</sup>.

A análise visa acompanhar parte das trocas letradas a partir da correspondência enviada pelo literato anglo-indiano Rudyard Kipling a Rider Haggard. Para levar a cabo o estudo, circunscrito ao período correspondente entre o final da década de 1880 e os anos de 1910, examina-se um conjunto documental que integra um acervo de quarenta e nove cartas de Kipling, enquanto via de aproximação do tipo de amizade intelectual constituída entre os dois literatos, emoldurada por pelo menos dois elementos principais: a) o exame da correspondência possibilita circunscrever nuances do campo literário inglês no final do século XIX, particularmente a partir das suas relações pessoais, sociais, culturais e políticas; b) a relação epistolar de Kipling e Haggard, os debates políticos e as discussões intelectuais tecidas entre os homens de letras, permitem conhecer melhor as articulações de estratégias individuais em cotejo a processos macropolíticos – a saber, as práticas políticas coloniais, particularmente na África austral. Para investigar a relação entre Kipling e Haggard, suas práticas letradas e projetos coletivos, emoldurados por questões políticas entre as fronteiras do geral e do particular, convém apresentar inicialmente os personagens envolvidos nesta relação entre vida e escrita, amizades literárias e política.

Autor de *The Jungle Book* (1894) e *Kim* (1901), Rudyard Kipling nasceu em Bombaim em dezembro de 1865, filho de John Lockwood Kipling, escultor e artista britânico erradicado na Índia, e a anglo-escocesa Alice Kipling. O poeta passou a infância com os pais em Bombaim, onde teve contato direto com as culturas indianas, mas em 1871 foi enviado para ser educado na Inglaterra com uma família de preceptores. Após sua formação no *United Services College*, Kipling retornou à Índia em outubro de 1882, onde passou a exercer a função de editor assistente em um periódico local.

A ficção de Kipling, seus poemas e suas personagens, evidenciam a perspectiva autobiográfica a partir da qual foram produzidas. O letrado, assim como muitos dos seus contemporâneos que realizaram reflexões literárias a respeito da expansão do Império Britânico e dos seus agentes de efetivação, expressa as ansiedades e as contradições inerentes às práticas políticas coloniais constituintes da empreitada imperialista. No caso de Kipling, a fragmentação de sua identidade enquanto autor de literatura infantil, filho de um núcleo familiar integrado por colonizadores, embora nascido em território colonial, bem como sua

---

<sup>78</sup> TREBITSCH, Michel. Correspondances d'intellectuels: le cas de lettres d'Henri Lefebvre à Norman Gutenberg (1935-1947). In: *Les Cahiers de l'IHTP*, n.20, março de 1992.

figuração pública de “poeta do Império”, culminava na representação literária de infâncias perdidas e de empoderamento em territórios hostis, ao exemplo de Mowgli, criado entre os lobos em *The Jungle Book*. Zohreh Sullivan observa nas produções literárias e poéticas de Kipling uma ambivalência gerada pelo paradoxal desejo de unir-se à Índia perdida de sua infância e os imperativos históricos que o separam dela. Seu retorno a Londres em 1889, foi marcado por um senso aguçado de perda, nostalgia e isolamento, bem como uma hostilidade direcionada aos demais literatos ingleses<sup>79</sup>.

As linhas das trajetórias de Haggard e Kipling se entrecruzaram no *Savile Club*, clube de cavalheiros que incluía, entre seus membros, o romancista Robert Louis Stevenson, o editor e literato Walter Besant, criador da *Society of Authors*, o ator shakespeariano Henry Irving e o cientista social Herbert Spencer. O registro mais antigo do contato entre Haggard e Kipling deriva de uma carta a Andrew Lang, amigo em comum entre os dois letrados. No documento remetido a Lang em outubro de 1889, três semanas após sua chegada a Londres, Kipling dedicou-lhe um extenso e vívido poema, no qual elogiava os projetos literários coletivos realizados entre “o senhor Haggard e seu parceiro, o senhor Lang”. O poema descrevia de modo jocosos a respeito de uma colaboração imaginária num romance sobre o herói grego Odisseu, bem como a turnê norte-americana prevista por Kipling para março de 1890. Além disso, Kipling jocosamente previa o frenesi que a dupla de letrados causaria nas “sociedades etnológicas de Boston”, que responderiam à trama com “discursos de criaturas lendárias, de totem, mito e signo”<sup>80</sup>.

A primeira carta de Kipling a Haggard não está datada, mas possivelmente foi remetida entre o final do ano de 1889 ou no início do ano seguinte. Nela, o anglo-indiano refere-se ao seu correspondente com a esperada timidez em um tratamento formal (“caro senhor Haggard”) e pede “perdão pela impertinência de um novato”<sup>81</sup> ao apresentar-se a Haggard, que no período, já se tornara reconhecido por seus romances. Desta primeira fase de missivas trocadas entre os letrados, que poderia ser categorizada de modo razoável como o período entre a chegada de Kipling à Londres (outubro de 1889) até casar-se com a norte-americana Caroline Wolcott, mudar-se para Vermont (janeiro de 1892) e retornar à Inglaterra (1902), há a predominância de um tom mais formal, entrecortado por propostas de tramas para novas empreitadas literárias. Além disso, os primeiros meses são marcados pela escassez documental, já que ambos encontravam-se inicialmente em Londres, mas assinalam uma

<sup>79</sup> SULLIVAN, Zohreh T. *Narratives of Empire: the fictions of Rudyard Kipling*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp.116-118.

<sup>80</sup> Carta de Kipling a Haggard (26-10-1889). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

<sup>81</sup> Carta de Kipling a Haggard (sem data). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

prática que se torna comum em toda a correspondência de Kipling para Haggard: a troca de “presentes de papel”<sup>82</sup>, isto é, livros.

Na carta enviada durante a primavera de 1891, Kipling agradece Haggard por uma cópia de seu romance *Eric Brighteyes*, saga nórdica ambientada na Islândia e publicada em maio daquele ano – e lhe comunica o apreço pelo romance, descrevendo que “tudo era tão forte quanto uma corda e seria impertinência minha criticá-lo”<sup>83</sup>. Sinais de afeição e agradecimentos pelas trocas também são constantes na correspondência. Em outubro de 1895, o anglo-indiano enviou uma carta de Vermont, no qual, em tom jocoso, comunicava a Haggard que um “apicultor desejava citar alguma coisa de um conto da selva de minha autoria”. Kipling afirma que o pedido não o agradara necessariamente, apesar de sua comicidade, e conclui que “o homem estava mais próximo da fonte do que ele pensava: pois foi uma frase sua em *Nada the Lily* que me colocou no caminho que me levou a escrever muitos contos sobre lobos”, em referência ao épico africano publicado por Haggard em 1892. O literato ainda confessa que desejava ter contado aquilo a Haggard “quando nos encontrarmos”<sup>84</sup> e, em situação posterior, Kipling chega a recomendar que “não envie [uma cópia de seus livros] em uma segunda-feira de manhã, quando um homem precisa responder suas cartas. Serve para procrastinar!”<sup>85</sup>

A correspondência do primeiro decênio de amizade de Rudyard Kipling e Rider Haggard já deixa caracterizado o lugar fundamental que a escrita epistolar cumpre nas trocas intelectuais e nos laços de sociabilidade que unem os letrados, apartados continentalmente até o retorno do anglo-indiano à Inglaterra. Além disso, estabelece um perfil do missivista, que recorre ao elogio e à crítica para enredar debates literários e culturais com seu correspondente inglês. A troca de livros, prática que perpassa integralmente a correspondência de Kipling a Haggard, deixa em relevo os “indícios de aspectos de estima e consideração”, elementos propulsores de práticas sociais que possibilitam circunscrever, mesmo que de modo parcial, parte de uma “rede de relações pessoais definida, marcada e materializada pela escrita epistolar”<sup>86</sup>. Além disso, dada a constância dos comentários elogiosos e intervenções criativas de Kipling sobre os livros de Haggard, pode-se sugerir que este último esperava, e talvez até mesmo incentivasse, a recepção de suas obras literárias.

---

<sup>82</sup> VENÂNCIO, op.cit., 2001, pp.23-47.

<sup>83</sup> Carta de Kipling a Haggard (sem data – 1891). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

<sup>84</sup> Carta de Kipling a Haggard (20-10-1895). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

<sup>85</sup> Carta de Kipling a Haggard (09-01-1916). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

<sup>86</sup> VENÂNCIO, op. cit., 2001, p.24.

Ao lado da crescente afeição e proximidade entre os literatos, as anotações no diário de Rider Haggard complementam traços da personalidade de seu confidente e correspondente. Observando-o de modo retrospectivo, Haggard afirma que Kipling “é um pássaro introvertido, e como ele mesmo destacou, sem amigos, exceto eu, creio, por quem ele sempre manteve afeição, e nenhum conhecido entre as pessoas letradas”<sup>87</sup>. Não obstante a imagem do homem solitário e a inicial hostilidade ao *milieu* literário inglês, o poeta anglo-indiano não hesitou em solicitar notícias de Haggard, admoestando-lhe que “vi que você está escrevendo para o *The Times* (...), por que diabos não pode enviar-me uma carta? Quero saber como você está em primeiro lugar, e em seguida as suas chances de passar por aqui. (...) Envio-lhe boa sorte neste ano novo!”<sup>88</sup>. Em outra ocasião, Kipling já confessara o valor sentimental atribuído às missivas de Haggard – “você sabe que suas cartas são tesouros de família entre nós”<sup>89</sup> – e novamente demanda notícias de seu correspondente, crente de que as dificuldades de comunicação poderiam ser causadas por atrasos no sistema postal inglês durante a primeira guerra mundial (1914-1918), momento sensível no diálogo entre ambos devido ao desaparecimento do filho do anglo-indiano, John Kipling, em combate.

O mapeamento dos temas interpretados como relevantes por ambos na troca epistolar os debates a respeito da criação literária e os assuntos da política, demonstram o âmago e a extensão das relações intelectuais e afetivas nas redes compostas por homens de letras. Afinal, sendo inegavelmente integrantes de um grupo de amigos, a relação entre Haggard e Kipling também deve ser vista a partir de “processos sociais concretos”, por isso, torna-se imperativo à análise “do resgate dos termos com que seus integrantes se viam e queriam ser apresentados e (...) a análise desses termos a partir de seus significados sociais e culturais mais gerais”<sup>90</sup>. Com relação à primeira temática – a colaboração literária – as cartas deixam ver como Kipling se sente feliz pelo sucesso editorial de Haggard, recomendando-lhe ressalvas em algumas situações e sugerindo táticas editoriais para maximizar o sucesso de suas obras.

Este último aspecto ficava demarcado na correspondência datada do dia 05 de dezembro de 1904, em que Kipling sugere a Haggard possibilidades de publicação em formato folhetinesco: “Como [o editor] McClure o faria na América? Parece-me uma trama que, de modo serializado, seria adequado para ele. Não sei se o [o periódico] *Bystander* na Inglaterra aceita serializações, mas acredito que [o editor] Cassells seria um tolo por não

---

<sup>87</sup> Diário de Haggard (15-11-1918). In: COHEN, op. cit., p.107

<sup>88</sup> Carta de Kipling a Haggard (01-01-1917). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

<sup>89</sup> Carta de Kipling a Haggard (07-01-1916). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

<sup>90</sup>PONTES, Heloísa. Círculos de intelectuais e experiência social. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n.34, p. 57.

aceitá-lo”. Kipling aconselha Haggard a “dedicar seis meses investigando” a respeito da rentabilidade do folhetim e, em caso contrário, “eu o venderia como um livro”. Ao público norte-americano, Kipling recomenda Haggard a remeter sua trama ao editor nova-iorquino Frank Nelson Doubleday<sup>91</sup>. As especulações e aconselhamentos de Kipling com relação à publicação das obras de Haggard em um mercado editorial e literário intercontinental, permitem perceber os rastros da constituição de uma rede de contatos que circunscreviam alguns autores e editores britânicos e norte-americanos enquanto parte de um sistema de produção e mediação cultural. Subjacente aos cuidados recomendados por Kipling, estavam preocupações comuns e caras a muitos literatos vitorianos do período, a saber, a garantia da manutenção dos seus direitos autorais nas edições ultramarinas de seus livros<sup>92</sup>.

Ainda em 1904, inspirado por uma recente viagem ao Egito, Haggard escreveu *The Way of Spirit*, uma trama que envolvia elementos religiosos e sobrenaturais. Em dezembro daquele ano, a missiva de Kipling evidencia que os letrados estavam debatendo a trama, de modo que o anglo-indiano sugeria a Haggard que o romance “deveria terminar com as palavras *na cama de seu senhor*” e afirma sua descrença de que “a narrativa (...) ao final fortaleça uma situação já imensamente forte. Do restante, eu fiz como em muitos dos seus outros livros: simplesmente me rendi ao gozo da leitura”. O poeta anglo-indiano sugere a Haggard que, da próxima vez que estivesse na cidade, “entrasse em contato com H.[owell] Gwynne, novo editor do [jornal] *Standard*”, o qual manifestara interesse em publicar artigos do literato. Na mesma correspondência, as linhas da literatura cedem espaço para o debate político, e Kipling afirma suas expectativas de que “a ideia sul-africana funcione”<sup>93</sup>, em referência à recente proposta de uma constituição para o Transvaal, anexado aos territórios britânicos após o desfecho da segunda guerra sul-africana, que perdurou entre 1899 e 1902.

Kipling referia-se à chamada “Constituição Lyttelton”, prevista para ser promulgada no ano seguinte com o intento de promover um governo parcialmente autônomo para a colônia por intermédio de uma Assembleia eleita. O período entre 1895 e 1905 havia sido crucial no desenrolar das políticas coloniais na África do Sul, e as tensões entre britânicos e bôeres acirraram-se no ínterim. Entre dezembro de 1895 e janeiro de 1896, o primeiro-ministro do Cabo, Cecil Rhodes, ao lado do estadista colonial Leander Starr Jameson, tentaram anexar a República do Transvaal, que concentrava regiões de forte mineração aurífera, por meio de um golpe militar. A ação partia dos objetivos políticos de Cecil Rhodes

<sup>91</sup> Carta de Kipling a Haggard (05-12-1904). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

<sup>92</sup> ELIOT, Simon; FREEBURY, Richard. A year of publishing: 1891. In: MCKITTERICK, David (org.). *The Book in Britain*: vol.4 (1830-1914). Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp.674-679.

<sup>93</sup> Carta de Kipling a Haggard (02-12-1904). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.



em anexar as repúblicas bôeres numa confederação controlada pelo Império Britânico, e da expectativa de que o processo teria o apoio dos *uitlanders*, isto é, estrangeiros sem direitos políticos naqueles territórios e prejudicados pelas políticas de monopólio e concessões adotadas pelo presidente transvaalense, Paul Kruger.

Fracassado, o Jameson Raid arruinou a carreira de Cecil Rhodes, que renunciou ao cargo e abandonou a política, e intensificou as animosidades entre bôeres e britânicos, sobretudo após 1897, quando o Transvaal aprovou uma nova legislação que possibilitava a expulsão de estrangeiros indesejáveis. Na metrópole, o Jameson Raid causou profunda polêmica entre apoiadores e detratores das ações de Rhodes e seus asseclas. Nas colônias, os acontecimentos levaram à chamada *Chimurenga*, entre 1896 e 1897, que opôs a *British South Africa Company* aos Ndebele que resistiam ao avanço europeu na região da Rodésia. Pouco tempo depois, em outubro de 1899, as tensões entre britânicos e bôeres resultaram na guerra sul-africana, que causou significativas transformações no quadro geopolítico da região com a vitória britânica e o estabelecimento do Tratado de Vereeniging em 1902.

Kipling não estava alheio à situação. Em um conto intitulado *The Outsider* (1900), Kipling criticou os oficiais britânicos por sua incompetência ao compreender as dimensões que a guerra sul-africana tomara, sobretudo pela introdução de armamentos pesados, ao exemplo de metralhadoras e rifles que possibilitavam eliminar o inimigo à distância. Em *The Comprehension of Private Cooper* (1902), Kipling apresenta a saga do cadete Alf Copper, aprisionado no veldt sul-africano por um soldado transvaalense, cujo ódio pelos seus inimigos britânicos era baseado numa experiência familiar: seu pai havia sido constantemente traído pelos britânicos no que dizia respeito ao direito por posse de terras. O bôer provocava Copper com as notícias de um jornal britânico, o qual enfatizava os fracassos dos soldados britânicos na campanha sul-africana. Copper consegue escapar do bôer, e entrega-o aos seus companheiros britânicos, mas percebe que as tropas estavam mais interessadas em ler jornais do que tomar conta do prisioneiro, já que os generais haviam censurado a imprensa da metrópole para evitar relatos de fracasso em batalhas. Após ler as notícias no jornal, Copper conclui que o ódio do bôer pelos britânicos talvez possa ser justificável. As ambivalências dos contos de Kipling sobre a guerra sul-africana sugerem certa incerteza em torno da natureza e do valor do sacrifício humano em tempos de guerra, de modo que as mortes de soldados, descritas na ficção de Kipling, são cercadas por elementos de traição e ambiguidade<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> ATTRIDGE, Steve. Character, Sacrifice and Scapegoats: Boer War Fiction. In: HOUEN, Alex; SCHRAMM, Jan-Melissa. *Sacrifice and Modern War Literature*. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 84-85

Do ponto de vista da trajetória de Haggard, a referência à proposta constitucional de Alfred Lyttelton, então secretário britânico para os territórios coloniais, assinala o envolvimento do letrado com as questões políticas do Império e demarca sua guinada rumo à imagem de reformista social. Isto porque, no ano seguinte, Lyttelton convidou Haggard a viajar para os Estados Unidos com o escopo de visitar os campos de reabilitação de indigentes do Exército da Salvação, e se possível, avaliar a possibilidade de implantação do modelo de filantropia e assistencialismo nas colônias britânicas<sup>95</sup>. No âmago da missão, estavam as crescentes preocupações sociais com relação às populações pobres nos centros urbanos, bem como a extensão destes problemas nas regiões coloniais. Os resultados de sua investigação foram divulgados em formato de panfleto intitulado *The Poor and the Land*, publicação alinhavada a um contexto em que exploradores urbanos, sob o pretexto da vigilância filantrópica, espalhavam-se pelas zonas empobrecidas dos centros urbanos e, assustados com sua densidade e extensão, realizavam constantes equiparações, amparadas por pressupostos racialistas, entre a pobreza urbana e as selvas africanas ou a incivilidade associada aos territórios coloniais<sup>96</sup>.

Da parte de Haggard, ficava evidente uma preocupação com a produção e a distribuição de alimentos em um contexto de crise, em especial durante a guerra sul-africana na virada do século. Em *Rural England*, uma “pesquisa social e agrícola” publicada parcialmente na imprensa periódica em 1901, Haggard afirmava estar “convencido que o risco de fome que pode assolar nossa nação em caso de uma guerra europeia não é mero espectro de um alarmista (...)”. Após especular que o preço de produtos agrícolas aumentaria exponencialmente, Haggard afirma que o *War Office*, repartimento estatal responsável pela administração do exército britânico, deveria estar preparado para “este tipo de emergência”. Contudo, de modo desesperançoso, questiona se “qualquer pessoa inteligente que tenha estudado as ações daquele Departamento [o *War Office*] durante nossos problemas recentes (...), pode esperar conscientemente qualquer coisa deste tipo?”<sup>97</sup>. Na missiva de 28 de janeiro de 1902, Kipling parecia concordar com “o seu lado do ataque – a questão da distribuição de alimentos” e afirma que “o que me dá nojo é o que lhe enoja – o modo como o qual os políticos responsáveis verdadeiramente admitem a controvérsia e então, explicitamente, dizem que não ousam ‘avançar contra a opinião pública’”<sup>98</sup>.

<sup>95</sup> COHEN, Morton. *Rider Haggard: his life and work*. Londres: Palgrave Macmillan, 1968, p.240.

<sup>96</sup> MCCLINTOCK, op. cit., p.185-186.

<sup>97</sup> HAGGARD, H. Rider. *Rural England: being an account of agricultural and social researches carried out in the years 1901 [and] 1902*. Nova York: Longmans, Green & Co., 1902, p.560.

<sup>98</sup> Carta de Kipling a Haggard (28-01-1902). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

Uma possibilidade de análise das correspondências e das práticas de “escrita de si” destes letrados diz respeito aos posicionamentos políticos, tanto com relação a questões coloniais quanto com os problemas sociais. Do ponto de vista de Rider Haggard, seus ressentimentos políticos eram mobilizados contra os políticos liberais, em particular nas administrações do primeiro-ministro William Ewart Gladstone. Tal qual relatado em sua autobiografia, escrita durante um período de gestões liberais, Haggard conservava traços deste ressentimento, intensificado na década de 1880 com a devolução do Transvaal aos bôeres. Apesar disso, aceitou integrar uma comissão de estudos sobre erosão costeira e reflorestamento durante a administração do liberal Henry Campbell-Bannerman em 1905. A reaproximação tímida do literato com tais setores da política integra um contexto de transformação no âmago das próprias políticas liberais, por intermédio de uma série de reformas que gradualmente afastaram-se dos princípios de *laissez-faire* em favor de uma abordagem coletivista de bem-estar social<sup>99</sup>.

Apesar disso, o descrédito de Kipling retorna em uma carta remetida no final de 1909, pouco após a eleição de outro liberal, Herbert Henry Asquith, na qual o poeta alerta seu confidente de que “você possui um longo e difícil, mas excelente caminho”, contudo, “mais cedo ou mais tarde será desapontado e abandonado e repudiado pelas Bestas com as quais agora se associa. Eles são unidos por apenas uma coisa e esta é a mentira”<sup>100</sup>. Haggard não demoraria muito para retornar aos seus ataques velados às administrações liberais, ao publicar o romance *Queen Sheba's Ring* (1910), uma aventura ambientada na África central. Na trama, dois reinos africanos encontram-se em guerra: os Abati e os Fung. Enquanto os Fung são descritos como um povo guerreiro e militarizado, os Abati sofrem da “decadência devido ao casamento consanguíneo”, vivendo em uma “terra fértil e cercada de montanhas”, mas são um “bando de cães enfraquecidos”<sup>101</sup>. O isolamento insular dos Abati e seu covardismo envolto em tons de pacifismo atua como uma alegoria à complacência britânica no período e a ausência de características viris entre seus compatriotas<sup>102</sup>. Kipling cumprimentara-lhe em correspondência no ano seguinte que “por aquilo que você diz a respeito do Império e a possibilidade de usar o cenário de seu *Queen Sheba's Ring*”<sup>103</sup>. Atento às sutilezas de seu correspondente, Kipling parecia concordar com a necessidade de revitalização da população masculina, questão que integra parte da produção cultural gestada no período.

<sup>99</sup> THOMPSON, James. Modern Liberty Redefined. In: JONES, Gareth Stedman (org.). *The Cambridge History of Nineteenth-century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp.720-747.

<sup>100</sup> Carta de Kipling (14-12-1909). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

<sup>101</sup> HAGGARD, H. Rider. *Queen Sheba's Ring*. Toronto: Top Clark Co., 1910, p.19; p. 107.

<sup>102</sup> MONSMAN, op. cit., 2006, p.212.

<sup>103</sup> Carta de Kipling a Haggard (12-10-1911). Norfolk Records Office, MS 4694/21/1-42, MS 4694/22/1-7.

A questão pode ser avaliada na produção literária de Kipling e Haggard a partir da expressão “*going native*”, indicativa das ansiedades e temores de europeus acerca da sua imersão nos costumes e práticas culturais de nativos. De acordo com Patrick Brantlinger, uma acepção positiva de *going native* pode ser circunscrita no romance *Kim*, de Rudyard Kipling, publicado originalmente em 1900. O protagonista titular, Kimball O’Hara, é um órfão irlandês aculturado na Índia, que serve de espião para o serviço secreto britânico, e discípulo de um *lama* tibetano, com o qual ele viaja ao nordeste indiano. Ao longo de suas aventuras, Kim consegue vencer os agentes russos e franceses e auxilia o *lama* a alcançar salvação. O jovem herói “cresceu como um indiano, portanto *going native* não é uma questão de escolha para ele. Mas o seu gozo – e o de Kipling – sobre a Índia é tão grande que parece improvável que ele escolheria tornar-se um britânico ou irlandês, doméstico, bom e civilizado”<sup>104</sup>, afinal, o único desprazer para Kim ocorre ao ser enviado para uma escola inglesa em Lucknow. Embora Kipling fosse o “poeta do império” e um apaixonado imperialista, a narrativa de *Kim* enfatizava as liberdades irrestritas associadas à vida nativa que seu protagonista assumia. Além disso, as habilidades do herói em comportar-se como os nativos contribuíam para preservar e manter a esfera de influência britânica na Índia a despeito dos esforços de impérios rivais. Tornar-se nativo, na visão de Kipling, não implicava necessariamente em cenários de degenerescência ou declínio político. Pelo contrário: beneficiaria o Império Britânico, ao invés de minar sua potencialidade.

*Going native*, na perspectiva da produção literária de Rider Haggard, tornava-se muito mais um processo de reavaliação de comportamentos violentos considerados como bárbaros e selvagens, ou até mesmo atávicos, com o afã de garantir a presença britânica em África. O cenário transcorre, a título de exemplo, em *King Solomon’s Mines*, quando o cavalheiresco Sir Henry confronta-se com as forças de Twala, o monarca usurpador dos Kukuana. A brutalidade dos golpes e dos ataques de europeus vistos como civilizados, evidencia uma simultânea revisão dos códigos de virilidade e dos valores imperialistas, na medida em que características associadas às “raças inferiores”, ao exemplo do atavismo, palavra chave nas teorias degeneracionistas ao pressupor o retorno de características primitivas, eram apropriadas por estes homens nas colônias imaginadas pela literatura. Assim, de modo intensamente simbólico, Sir Henry “vestiu-se como um guerreiro nativo”, em um “uniforme de guerra” dos Kukuana, o qual, além de contar com lâminas nativas, “somava-se a um revolver” e causava em Allan Quatermain a impressão de ser “sem dúvidas, uma vestimenta

---

<sup>104</sup> BRANTLINGER, P. *Taming Cannibals: Race and the Victorians*. Ithaca: Cornell University, 2011, p.68.

selvagem”<sup>105</sup>. E, o próprio Quatermain afirma que “o desejo pelo lugar selvagem [*wilderness*] estava em mim; eu não poderia tolerá-la [a Inglaterra] mais; preferiria ir morrer como vivi, entre os safaris e os selvagens”<sup>106</sup>.

Essas imagens da regeneração masculina, da demonstração de proezas físicas e viris, seja na indústria, na política ou no campo de embates coloniais, articulam-se ao que Peter Gay denominou de um “culto da masculinidade”<sup>107</sup> gestado entre as classes médias do século XIX. De modo sintomático, Haggard coligiu e destacou em seu diário a opinião de seu correspondente anglo-indiano: “ele acredita que uma imaginação como a minha é o sinal e a expressão de uma virilidade incomum, uma estranha teoria que pode ter um fundo de verdade...”<sup>108</sup>. Em contraposição às perspectivas pessimistas que observavam, pela lógica das narrativas de degenerescência racial em proliferação no último quartel do século, um declínio na qualidade de anglo-saxônicos, podem ser vislumbrados, nos heróis produzidos por Haggard em seus romances, visões de homens revitalizados em terras coloniais, lugares de realização de sonhos imaginários e fantasias de conquista. O modo como Kipling e Haggard apresentavam-se uns aos outros, seja por meio das autobiografias, das correspondências ou pela escrita íntima, corrobora este esforço de fornecer coesão e autopercepção.

No período em que ocorrem as trocas epistolares e o contexto de produção intelectual de Rider Haggard e Rudyard Kipling, homens e mulheres pertencentes sobretudo às classes médias faziam uso das modalidades de “escrita de si” em questão, quais sejam, as cartas, diários e autobiografias, em um número sem precedentes, de intensidade significativa e como repositórios das nuances da vida introspectiva. Estas formas de comunicar-se com os outros e consigo mesmo eram comumente dirigidas a um público selecionado de modo cuidadoso, mas tornavam-se instrumentos de auto-escrutínio e, por consequência, de auto-revelação<sup>109</sup>. As cartas remetidas por Rudyard Kipling a Rider Haggard deixam perceber as nuances e sutilezas da amizade intelectual cultivada entre os dois letrados: entre referências a jardinagem e doenças familiares, temas cotidianos e corriqueiros, perpassam discussões a respeito da política nacional e debates acalorados sobre a literatura produzida por ambos. De um lado, a suposta solidão de Kipling pode ser relativizada a partir de intensa troca epistolar e práticas amistosas; da parte de Haggard, as correspondências deixam ver o modo como a sua formação enquanto literato ocorre por meio de laços de interdependência e intersubjetividade.

---

<sup>105</sup> HAGGARD, op. cit., 1901, p.170.

<sup>106</sup> HAGGARD, H. Rider. *Allan Quatermain*. Londres: Longmans, Green & Co., 1888, p.3.

<sup>107</sup> GAY, op. cit., 1995, pp.103-122.

<sup>108</sup> Diário de Haggard (15-11-1918). In: COHEN, op. cit., p.107.

<sup>109</sup> GAY, op. cit., 1999, p.337.

O estudo das correspondências possibilita retrazar as relações de amizade e as teias de sociabilidade dos sujeitos históricos em questão, “destacando suas escolhas voluntárias, suas relações eleitas e o espaço limitador onde essas se estabelecem”<sup>110</sup>. Algumas características se destacam nos perfis do missivista remetente e do destinatário ausente. Em primeiro lugar, a troca dos “presentes de papel” figura como uma das particularidades desta relação epistolar, com frequentes agradecimentos e elogios por parte de Kipling. As sugestões a respeito da construção dos textos literários evidenciam que as práticas de escrita dos sujeitos históricos em questão se faziam a partir do diálogo e do debate, portanto a partir de redes de sociabilidade e circulação de ideias, proposição altamente sugestiva da forma como “atuam os agentes e os mediadores dessas transferências culturais”<sup>111</sup>.

A literatura, na perspectiva de Kipling e Haggard, não estava apartada dos debates políticos, em especial nas críticas de ambos às administrações liberais em vigência. Portanto, as cartas constituem-se em documentos importantíssimos para a compreensão das relações entre intelectuais e política, sobretudo do imperialismo, processo macropolítico que deixou marcas irrefutáveis na produção escrita e trajetórias dos letrados. Além de fornecer indícios das dimensões íntimas e pessoais das trajetórias dos sujeitos em questão, as correspondências permitem observar a constituição e a manutenção de uma amizade literária que perduraria pelo decênio seguinte até a morte de Haggard em 1925. Por fim, a análise da documentação produzida nesta rede de amizades permite esboçar a imagem de um homem que cultivava suas relações pessoais, mesmo que na distância de Norfolk, e que, por meio de cartas e correspondências sociais, mantinha constantes diálogos, trocas de favores e “presentes de papel” com um significativo grupo de pessoas.

#### 4.4 - NAS VEREDAS DAS SOCIABILIDADES: O ROMANCISTA E O ANTROPÓLOGO

É muito possível que o antropólogo, crítico literário e folclorista Andrew Lang tenha entrado em contato com as ideias de Edward Tylor durante sua fase de formação acadêmica em Oxford, pela ocasião da publicação de *Primitive Culture* (1871). Por meio de diversos artigos publicados na imprensa periódica ao longo das décadas de 1870 e 1880, Lang defendeu apaixonadamente as teorias da antropologia evolucionária de Tylor, e coligiu muitos destes textos em seu *Custom and Myth*, publicado originalmente em 1884 e dedicado ao “pai

<sup>110</sup> VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, p.110.

<sup>111</sup> RODRIGUES, Helenice. Transferência de saberes: modalidades e possibilidades. *História: Questões & Debates*, n. 53, julho - dezembro de 2010, p.205



da antropologia cultural”. O momento em que as trajetórias de Rider Haggard e Andrew Lang entrecruzam-se ocorre justamente nesta fase de produção intelectual do folclorista. Lang e Haggard rapidamente tornaram-se amigos e o literato dedicou *She* ao antropólogo, que em resposta defendeu-o publicamente durante os embates a respeito do plágio de suas obras literárias. Em seu *Realism and Romance*, publicado na *Contemporary Review* no calor das contendas de 1887, Lang mobilizou algumas das ideias de Edward Tylor para defender os romances de Haggard, considerando-os como fragmentos reminiscentes de fases mais primitivas da evolução humana. Ao longo de sua trajetória e de suas publicações, Lang fez amplo uso de conceitos desenvolvidos por Tylor em *Primitive Culture*, em especial, a noção de *sobrevivência* e o método comparativo. A ideia da sobrevivência tornava-se pertinente para explicar elementos anômalos encontrados em culturas temporalmente apartadas e o método comparativo implicava em coligar narrativas, práticas e artefatos culturais dispersos no tempo e espaço e organizá-los em uma ordem alinhavada a princípios evolucionistas<sup>112</sup>.

Para muitos dos seus contemporâneos, Andrew Lang era reconhecido como uma autoridade acadêmica nos estudos clássicos e na poesia homérica. Além da autoria do aclamado poema *Helen of Troy* (1882), Lang foi o responsável por traduções renomadas da *Iliada* e da *Odisséia*, entre 1882 e 1898, e publicou três estudos a respeito dos poemas. Com relação à autoria dos poemas homéricos, Lang categorizava-se como um Unitário: em *Homer and the Epic* (1893), o antropólogo argumentava que a *Iliada* e a *Odisseia*, a despeito das supostas discrepâncias entre os textos, haviam sido produzidas pelo mesmo indivíduo. Em *Homer and his Age* (1906), estendeu seus argumentos críticos alegando que a visão de mundo apresentada nos poemas era coerente e circunscrita a um período histórico na Grécia logo após o estabelecimento da escrita. Por fim, em *The World of Homer* (1910), publicado dois anos antes de sua morte, Lang denotou que elementos moralmente questionáveis presentes nos poemas, ao exemplo de representações de relações incestuosas, eram composições originais que haviam sobrevivido integralmente ao longo do tempo. Nesta última obra, mobilizava a antropologia comparativa para analisar o que categorizava como elementos primitivos presentes na religião grega, e estabelece similaridades entre o culto aos heróis e a veneração aos espíritos ancestrais entre os Zulus<sup>113</sup>.

Como tratado anteriormente, as linhas das trajetórias de Rider Haggard e de Andrew Lang entrecruzaram-se no emaranhado das sociabilidades londrinas, entre clubes de

<sup>112</sup>PSOMIADES, Kathy Alexis. Hidden Meaning: Andrew Lang, H. Rider Haggard, Sigmund Freud and Interpretation. *Romanticism and Victorianism on the Net*, n.64, outubro de 2013, pp.4-6.

<sup>113</sup>HILTON, J. L. Andrew Lang, Comparative anthropology and the classics in the African romances of Rider Haggard. *Akroterion: journal for the classics in South Africa*, v.56, 2011, p.109.

cavalheiros e intelectuais, a partir das amizades em comum e dos debates literários. Lang, por intermédio de seus artigos publicados na imprensa periódica, converteu-se em paladino na defesa do Rei Romance e, até mesmo em seus poemas e paródias, visava defender o “*catawampus*” do romance em sua batalha contra o “crocodilo” do realismo e do Novo Jornalismo. A amizade entre Haggard e Lang pode ser mapeada por meio de incessantes trocas de missivas e correspondências, bem como pela colaboração literária no romance *The World's Desire* (1890), uma continuação da *Odisseia* centrada na personagem de Helena de Esparta. Entre os perfis de Lang e Haggard torna-se possível denotar similaridades e discrepâncias que permitem abalizar as circunstâncias que revestem suas práticas amistosas e trocas intelectivas: ambos eram escritores profícuos e reconhecidos, homens da Clubelândia londrina, interessados em uma vasta gama de campos de conhecimento e estudos, razoavelmente autodidatas e com interesses no espiritualismo, reencarnação e temas sobrenaturais. Lang era um acadêmico de Oxford, um estudioso dos clássicos gregos, um poeta com tendências à ironia e ao humor, e um dos primeiros expoentes dos estudos antropológicos aplicados à mitologia; Haggard carecia de formação acadêmica, de perfil muito mais pragmático, diretamente envolvido com a expansão ultramarina no subcontinente sul-africano, além de acumular experiências circunstanciadas com as culturas e os costumes das populações africanas ao sul do Zambezi<sup>114</sup>.

No que compete ao estudo crítico das correspondências enviadas por Andrew Lang a Rider Haggard, totalizam-se dois conjuntos documentais: a) correspondências remetidas por Lang e transcritas por Haggard em *The Days of my Life*, sintomáticas da memória literária que o romancista visava perpetuar, a seu respeito e de seus contemporâneos, a partir da escrita autobiográfica; b) quinze cartas não datadas, embora remetidas possivelmente entre 1903 e 1912, cuja ênfase recai na circularidade de ideias e na constituição de lugares de sociabilidade pela via da cultura escrita. A problematização destes vínculos incide “sobre o ponto de interseção de ideias na elaboração do sistema de valores e crenças na construção cultural engendrada pelos sujeitos históricos em questão”<sup>115</sup>. A abordagem implica ainda na compreensão das sociabilidades e das amizades urdidas entre intelectuais enquanto parte constitutiva do arcabouço de ideias que permitiu a Haggard expressar-se por meio de retratos de papel e letras e constituir suas visões de mundo.

---

<sup>114</sup> Ibidem, p.107.

<sup>115</sup> FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968)*. Tese de doutoramento em História. Campinas: Unicamp, 2015, p.62.

Como visto anteriormente, as trajetórias de Haggard e Lang aproximaram-se em meados de 1883, e as primeiras correspondências trocadas entre ambos, transcritas pelo romancista em *The Days of my Life*, deixam evidentes o ímpeto pela colaboração literária, a troca de ideias e sugestões a respeito de possibilidades de publicação no mercado literário. De acordo com a memória de Haggard, o primeiro contato de Lang ocorreu possivelmente logo após o jovem literato publicar o conto *The Blue Curtains*, na revista Cornhill. Na missiva remetida em 28 de março de 1883, Lang, que no período ocupava a função de editor da revista literária *Harper's*, afirma seu apreço pela leitura do conto, embora alerte a Haggard que “não posso aceitar qualquer coisa exceto pela permissão do editor americano... Aproveito esta oportunidade para lhe agradecer pelo grande prazer que *The Witch's Head* me proporcionou. Não havia lido algo tão agradável há um tempo”<sup>116</sup>.

Nas correspondências seguintes, as quais tratam das impressões de Lang a partir de sua leitura do manuscrito de *King Solomon's Mines*, o folclorista agradece pelo envio do texto, e recomenda a seu correspondente que “se abstenha da política; deixe a civilização morrer descentemente como possa, pois não temos a luta em nós. Não pertenço às classes eleitoras. *Ni Elettori ni Eletti*”. Sabe-se que, além de suas atividades profissionais na jurisprudência, Haggard nutria ambições à política parlamentar e, como demarcou em sua correspondência a Henry Bulwer referenciada na abertura do capítulo, vislumbrava a possibilidade de retornar ao serviço colonial. Os conselhos de Lang parecem incidir sobre tais questões, desencorajando-o a participar ativamente da política para concentrar-se na carreira literária. O tom mobilizado pelo literato ao descrever seu correspondente é nitidamente elogioso, de modo a reiterar sua genialidade e potência criativa ao garantir ao seu leitor que Lang era “talvez o homem mais literário em toda a América e na Europa”<sup>117</sup>. A exaltação das capacidades intelectuais de Lang, bem como da afetuosidade constituída entre os dois, assume a dimensão de uma estratégia retórica, parte do esforço de Haggard em preservar à posteridade seu lugar no campo literário finissecular diante das frequentes acusações de plágio e ausência de qualidades estéticas.

Apesar da análise incidir sobre a correspondência passiva de Haggard e, por consequência, inviabilizar uma problematização circunstanciada das práticas amistosas desse intelectual, “através das cartas recebidas, pode-se ter acesso a ele *pela ótica do outro*”<sup>118</sup>; afinal, as missivas são sempre resultado das interações entre remetentes e destinatários. Neste

---

<sup>116</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.227.

<sup>117</sup> Ibidem, p.228-229.

<sup>118</sup> VENÂNCIO, op. cit., 2003, p.114.

sentido, a seleção razoavelmente criteriosa das cartas de Lang que Haggard transcreveu em *The Days of my Life* demonstra um reconhecimento da significância do antropólogo no campo intelectual e, simultaneamente, evidenciam o modo como o literato utilizou destes recursos para se fazer reconhecido neste campo e para perpetuar-se na memória póstuma. Certamente não era ingênuo da parte de Haggard apresentá-lo, em sua autobiografia, no mesmo capítulo em que narra a escrita de seu *King Solomon's Mines*, quase como se o literato associasse seu sucesso profissional com a entrada de Lang na sua trajetória. Ao lado da imagem do profissional, Haggard remete seus leitores ao campo da afetuosidade e da amizade viril, pois afirma ser um dos “privilégios de minha vida” considerar Lang como um amigo, “o mais puro e de mente mais elevada (...), alguém cuja verdadeira bondade e nobreza de alma irradia em cada palavra e ato comum, (...) o mais perfeito dos cavalheiros”<sup>119</sup>. A abordagem efusiva da amizade denota um verdadeiro culto às afeições entre homens das letras, em termos que traduzem a camaradagem e a companhia viril como uma peça chave na constituição da figura pública do intelectual e do literato. Certamente, ao atribuir códigos de masculinidade ao confidente, Haggard paralelamente reafirmava sua própria virilidade enquanto parte de um mundo literário imaginado enquanto essencialmente masculino.

Em sua trajetória tal como ele a reconstrói, Haggard apresenta Lang como um de seus leitores privilegiados, e a transcrição das missivas enviadas pelo antropólogo reforçam o elogio enquanto uma estratégia de legitimação intelectual. Assim, em carta enviada em julho de 1886, Lang apresenta suas impressões de leitura de *She, a history of adventure*, afirmando ao correspondente tratar-se “do mais extraordinário romance que já li, e é por isso que quero que você seja cuidadoso com as provas, antes que ele seja publicado em volume”. Ao lado das recomendações de revisões do texto, Lang afirma que “quase chorei com o final de Ayesha”, mas alerta seu confidente de que “há uma dificuldade sobre Leo. Ele não é um personagem interessante. (...) Ouso dizer que Kallikrates não era muito melhor”. Os elogios, contudo, convivem com o criticismo e a honestidade entre os letrados. Alguns anos depois, pouco antes de Haggard publicar o romance histórico *Cleopatra* (1889), Lang escreveu-lhe após ler o manuscrito, advertindo-o que “você me odiará por minha sugestão, mas se eu fosse você, eu deixaria ‘Cleopatra’ de lado por mais tempo possível, e então [re]leia-o como um membro do público”. As cartas redigidas pela ocasião da leitura do manuscrito estavam acompanhadas de sugestões para revisão da trama e diminuição dos capítulos, bem como questionamentos referentes ao “estilo arcaico” que Haggard empregou ao construir sua narrativa. Por volta do

---

<sup>119</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.231.

mesmo período, em que o romancista passa por uma fase de profunda melancolia e considera a possibilidade de abandonar o mundo das letras, Lang encoraja-o em uma carta, alertando-o de que “se você abandonar a Literatura, eu abandonarei a Leitura”<sup>120</sup>.

A colaboração literária também assume relevância nas práticas amistosas entre o letrado e o antropólogo. Assim, em meados de 1890, Haggard e Lang publicam *The World's Desire*, romance histórico que narra a fuga de Helena de Esparta para o Egito durante a Guerra de Tróia. Como afirmou John Lawrence Hilton, nessa e em outras obras literárias e ensaios etnológicos, torna-se possível mapear a circularidade de ideias trocadas entre Lang e Haggard. As reflexões de Haggard a respeito da situação política na Colônia de Natal eram moldadas pela sua compreensão da ascensão de Shaka à liderança Zulu, contudo, elementos da cultura clássica e da mitologia greco-romana balizavam muitas de suas opiniões: desta forma, em *Nada the Lily* (1892), um romance histórico ambientado durante o reino de Shaka, o letrado apresenta dois heróis, o homem-lobo Galazi e o bravo Umslopogaas, os quais conquistam fama e renome ao realizarem atos heroicos, como recuperar um cadáver em uma toca de lobos ou matar um líder inimigo. As referências a lobos, inexistentes na Zululândia oitocentista, e as peripécias de Umslopogaas e Galazi foram aparentemente inspirados no mito fundacional de Rômulo e Remo. Em *Child of the Storm* (1913), Haggard apresenta a sedutora africana Mameena, e categoriza-a como a “Helena dos Zulus” e, em *The Ghost Kings* (1908), romance que se passa na África do Sul da década de 1830, narra as aventuras de Rachel Dove, uma jovem inglesa que adquire reverência e poderes sobrenaturais entre os Zulus. Em *Myth, ritual e religion* (1887), Lang estabeleceu paralelos entre os cultos gregos à deusa Demeter e a deusa da tempestade dos Zulus, Nomkhubulwane, cuja coloração branca seria atingida por meio de pigmentos da cerâmica; Haggard utiliza do mesmo termo – Nomkubulwana – para descrever sua heroína em *The Ghost Kings*<sup>121</sup>.

O ponto de influxo recíproco entre o método etnológico de Lang e a escrita literária de Haggard parece ser perpassado pelo filtro da antropologia comparativa. Na perspectiva de Lang, os mitos da Antiguidade Clássica encontravam paralelos nas crenças de grupos étnicos descritos por ele como “primitivos”. Seu objetivo convergia em explicar os elementos irracionais presentes nos mitos dos “povos civilizados” como formas de sobrevivência cultural de um período de “selvageria”: como exemplo, Lang compara os mitos de metamorfose dos “hotentotes” no território sul-africano com crenças presentes na cultura grega. Em seus escritos, influenciados pelas teorias evolutivas, o antropólogo defende que

---

<sup>120</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.240-270-272.

<sup>121</sup> HILTON, op. cit., pp.112-114.

todas as culturas passariam por estágios similares de desenvolvimento que acarretariam uma série de modificações, da mesma forma que “o desenvolvimento dos organismos ou das instituições humanas podem ser rastreadas”<sup>122</sup>. Esse sistema de ideias explicaria porque mitos semelhantes seriam encontrados em lugares apartados cronológica e geograficamente e, para comprovar suas hipóteses, Lang recorre a elementos da cultura Zulu narrados por Haggard em seus ensaios e romances. O antropólogo considerava os Zulus como “os melhores, e certamente entre os menos religiosos, entre os povos subdesenvolvidos”, cujas crenças restringem-se à magia e espiritualidade, porém, com “traços de uma crença mais elevada”<sup>123</sup>. Por fim, o método comparativo, tal qual Lang o mobiliza em sua escrita etnográfica, visava acentuar a suposta falta de originalidade e potência criativa entre os povos africanos, categorizando suas práticas culturais como reminiscências de “povos civilizados”.

As cartas remetidas por Lang a Haggard no último decênio da vida do antropólogo evidenciam a continuidade das práticas amistosas e de certa tendência à colaboração literária. Assim, por exemplo, Haggard relata em sua autobiografia que, por volta de 1907, remeteu missiva a Lang convidando-o para “fazer outro livro com você, antes que nosso tempo termine – infelizmente. Eu acho que você ficou desencorajado por *W.[orld’s] Desire*, porque um bando de tolos ignorantes criticaram-no, mas em minha opinião eles estavam errados”. O letrado sugere o resgate de temas da mitologia grega ou egípcia para a produção de “um romance realmente poético (...), grandioso e puro e simples, algo para ser elevado!”. E, em novembro de 1911, Haggard envia correspondência a Lang sugerindo “um esquema que tive (há cerca de um quarto de século) para uma colaboração em uma novela sobre a Antiga Kôr. (...) O que você diz? Tem alguma ideia? (...) Seria excelente fazer outro trabalho com você, velho companheiro”<sup>124</sup>. A resposta de Lang não tardou a vir, contudo, “*faire des objections c’est collaborer*, mas não penso que possa fazer novamente. Se tive alguma ideia sobre Kôr há muito tempo? *She*, acredito, não deve ser erguida novamente a menos que ela perca seu coração por algum admirador pré-histórico”. No desfecho da correspondência, relembra a Haggard que *The World’s Desire* “funcionou, apesar de meu nome malfadado; lhe trouxe mais azar que você teria sozinho”<sup>125</sup>. A tonalidade das correspondências denota uma tomada de consciência acerca da recepção de suas obras, em especial, o julgamento negativo que o romance colaborativo recebeu na imprensa periódica.

<sup>122</sup> LANG, Andrew. *Myth, ritual and religion*. Londres: Longman’s, Green & Co., 1887, p.40.

<sup>123</sup> Ibidem, p.178.

<sup>124</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, vol.2, p.75-77.

<sup>125</sup> Carta de Andrew Lang a Rider Haggard. 11 de novembro de 1911. Norfolk Records Office. MS4694-23.



As missivas enviadas por Andrew Lang igualmente evidenciam as relações incessantes entre leituras e escrita enquanto parte constituinte do universo de produção intelectual. Isto porque são recorrentes as referências às leituras que Lang perfazia e recomendava para seu interlocutor: desta forma, na carta datada de 28 de junho de 1903, o antropólogo pergunta-lhe se “você já leu *A Burgher Quixote*? É hilário”. Ao referenciar o romance de Douglas Blackburn, jornalista britânico que viveu no Transvaal e em Natal entre 1892 e 1908, Lang certamente visava a opinião de Haggard a respeito dos graus de verossimilhança em uma trama ambientada na África do Sul, afinal, indaga-lhe “o quanto é [ilegível] como um Burgher, eu não sei. Certamente não como aqueles que lutaram”<sup>126</sup>. O questionamento de Andrew Lang não era aleatório: naquele período, Blackburn era considerado como o “grande narrador dos últimos dias da república bôer”, e desprezava os romancistas de aventura, ao exemplo de Rider Haggard, que visavam enquadrar a experiência da guerra em uma tradição de literatura popular. Mesmo antes da eclosão da segunda guerra sul-africana, Blackburn já havia criticado Rider Haggard como um “tolo”, um “manufatureiro de ficção”, incapaz de aceitar a incompetência do governo britânico nas suas responsabilidades para os territórios sul-africanos. De modo distinto dos romances aventureiros que interpretavam as guerras entre britânicos e bôeres como momentos de manifestação da virilidade, coragem e martírio heróico, *A Burgher Quixote* “é uma história de medo e incerteza”<sup>127</sup>.

A morte de Andrew Lang em 1912 desencadeou em Haggard um desejo de reelaborar uma memória positivada de sua trajetória e das qualidades intelectuais do antropólogo, para assim perpetuá-lo – e perpetuar-se – enquanto parte do *milieu* intelectual vitoriano. Ao aproximar-se da velhice, a perda de Lang assinalava, para Haggard, a percepção de certo senso de solidão, pois o antropólogo era um dos últimos “daqueles homens, não meus familiares, aqueles que conheci e amei enquanto ainda era jovem”<sup>128</sup>. Ao narrar sua amizade com Andrew Lang, o letrado “ordenou os acontecimentos que balizaram sua vida, estabeleceu coerência, construiu continuidades e linearidades em sua trajetória”, enfim, visou delinear “seu lugar social, suas relações com os seus pares”<sup>129</sup>. Não obstante, Haggard silenciou sobre muitos outros aspectos de sua trajetória entrecruzada: são poucas as menções mais explícitas à vida pessoal ou mesmo familiar. O cotejo entre as correspondências privadas e a autobiografia, contudo, permite vislumbrar de forma mais aperfeiçoada a amizade entre ambos, afinal, ao lado de conversas sobre livros e leituras, há espaço para trivialidades da vida

<sup>126</sup> Carta de Andrew Lang a Rider Haggard. 28 de junho de 1903. Norfolk Records Office. MS4694-23

<sup>127</sup> ATTRIDGE, op. cit., p.86.

<sup>128</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, vol.2, p.80.

<sup>129</sup> VENÂNCIO, op. cit., 2003, p.16.

cotidiana, referências às filhas e esposas dos intelectuais, convites para jantares, auxílios financeiros, menções a doenças e tratamentos médicos. Estão lá porque, para eles, importavam. Esses elementos demonstram que as práticas amistosas entre intelectuais não se limitam à dimensão pública e envolvem as sensibilidades e a reciprocidade dos afetos, são “evidências das transações da vida humana”<sup>130</sup>, cuja singularidade situa-se entre o exercício da solidão e o cultivo das relações intersubjetivas.

#### 4.5 – ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO E AUTO-REPRESENTAÇÃO: DOS PREFÁCIOS E DEDICATÓRIAS NOS ROMANCES AFRICANOS DE HAGGARD

Depreende-se, a partir da análise precedente, que o lugar ocupado por H. Rider Haggard em meio ao campo cultural e literário finissecular era marcado por forças de tensão caracterizadas, de um lado, por críticas à originalidade de sua escrita e acusações de plágio, e, de outro, pelos investimentos simbólicos em redes de sociabilidade intelectual, amizades e colaborações letradas que legitimassem o romancista enquanto parte da *intelligentsia* de seu tempo. Esses esforços podem ainda ser vislumbrados nos prefácios e nas dedicatórias que integravam seus romances ambientados na África, e também nos textos introdutórios redigidos para publicações de terceiros, nos quais Haggard elaborava uma imagem de si para seus leitores, permeada por estratégias de legitimação e auto-representação, bem como por programas de escrita que norteariam a interpretação de suas obras. Neste sentido, esses elementos da cultura letrada podem ser compreendidos enquanto modalidades de escrita autorreferencial, na medida em que almejavam enredar a “arte de uma construção pública de si” e simultaneamente traduzem “uma clara intenção de orientar a leitura de suas obras conformando a sua recepção junto ao público leitor”<sup>131</sup>. Tais estratégias de legitimação visavam a constituição da representação pública da autoria e, ao mesmo tempo, objetivavam revestir a figura de Haggard com o manto de uma autoridade em assuntos políticos e coloniais.

Em 1896, o historiador sul-africano Alexander Wilmot publicou *Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, and its History from the most Ancient Times to the Present Century*. A obra, patrocinada por e dedicada ao magnata da mineração e força motriz da expansão colonial no sul da África, Cecil Rhodes, versava sobre as ruínas do Grande

<sup>130</sup> COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós moderno. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998, p. 131.

<sup>131</sup> VENÂNCIO, Giselle Martins. Prefácios de Vianna na coleção Brasileira: estratégia de legitimação e construção da autoria. *Locus*, v.13, n.2, 2007, pp.51-52.

Zimbábue, edificadas por populações de origem Xona nas proximidades do Lago Mutirikwe por volta do século XI ao século XV. As pesquisas arqueológicas em torno das ruínas haviam se intensificado na segunda metade do século XIX na esteira da expansão colonialista na África, sobretudo por britânicos e alemães. No início da década de 1870, o explorador alemão Karl Mauch inspecionou as ruínas e especulou uma possível associação bíblica com as figuras míticas do Rei Salomão e da Rainha de Sabá. Poucas décadas mais tarde, o alemão Carl Peters e o arqueólogo britânico Flinders Petrie examinaram artefatos supostamente recuperados na região e identificaram as ruínas enquanto parte dos territórios egípcios na Antiguidade. Na década de 1890, Cecil Rhodes promoveu expedições e patrocinou pesquisas arqueológicas na região do Grande Zimbábue, as quais resultaram em teorias, amplamente aceitas no período, de que as ruínas, supostamente erigidas na Antiguidade, haviam sido resultado da expansão fenícia ou árabe na região. A miríade de teorias elaboradas no período encontrava-se alinhavada a certo imaginário colonial, o qual visava deslegitimar a presença negra africana nos territórios almejados pelas políticas coloniais, associando seu passado com a suposta presença histórica de populações brancas na Rodésia. Além disso, a descoberta das ruínas de um império perdido reforçava a imagem da África a partir do “mito das terras vazias”, de territórios abandonados ou destituídos de civilização e passíveis de ocupação.

A região correspondente ao Grande Zimbábue ocupava um lugar estratégico nos interesses coloniais em África nas últimas décadas do século XIX. Após a “descoberta” das ruínas por Karl Mauch em 1871, multiplicaram-se as notícias que associavam a região à exploração de minérios, em especial ouro e diamantes, de modo que, nos decênios seguintes, inúmeros visitantes conseguiram adquirir ou roubar objetos de pedra ou metais. Em 1890, cerca de 500 militares e 200 colonos partiram da Bechuanalândia e montaram um acampamento nas proximidades das edificações, em uma localidade onde seria fundada Salisbury, a futura capital da Rodésia do Sul. Os líderes desses colonos eram empregados da *British South African Company*, criada no ano precedente por Cecil Rhodes, e deram início à ocupação colonial na região, possível graças a acordos realizados com Lobengula, último monarca independente do reino Ndenbele (Matabele, para os ingleses). Entre 1893 e 1895, Lobengula realizou diversos ataques contra os invasores, contudo, sua população foi chacinada pelas tropas coloniais britânicas. Do ponto de vista da administração colonial, as reações dos Ndenbele não caracterizavam uma guerra de resistência, mas sim um gesto de insubordinação que merecia punição exemplar. Naquele período, Rhodes patrocinou a investigação de Theodore Bent sobre o Grande Zimbábue, o qual concluiu que as edificações

havia sido obras dos fenícios, hipótese aceita por parte dos historiadores e arqueólogos do final do século XIX até parte do século XX, embora não sem controvérsias<sup>132</sup>.

A historiografia recente tem proporcionado “novas interpretações das muralhas e da cultura material dos povos que viveram na região”<sup>133</sup>, de modo a enfatizar a ordem simbólica e os elementos estéticos mobilizados nas ruínas enquanto parte da ritualização do poder político das elites dirigentes da África Banto. Contudo, embora as ruínas fossem conhecidas pelos europeus desde o período das grandes navegações, na segunda metade do século XIX perpetuava-se a ideia de que populações subsaarianas seriam incapazes de executar obras de engenharia complexa, o que levava à crença, vista como inquestionável, da incapacidade civilizadora dos povos negros africanos. A pesquisa de Alexander Wilmot, patrocinada justamente por uma elite colonial que ambicionava a expansão territorial na região, compartilhava destas convicções: o historiador sul-africano reforçava a associação entre o Grande Zimbábue e a suposta passagem de rotas comerciais fenícias e árabes na região, e ao mesmo tempo articula diretamente as descobertas arqueológicas e científicas com “o mais recente desenvolvimento do Imperialismo Britânico, que trouxe à luz monumentos interessantes de alguns dos mais antigos povos do mundo, cuja história encontra-se quase perdida na distância da antiguidade remota”<sup>134</sup>. Em sua publicação original, o texto de Wilmot incluía um prefácio redigido por Rider Haggard, cuja tonalidade da escrita era reveladora de suas convicções e sensibilidades políticas e, de modo simultâneo, visava reforçar a notoriedade do autor de *King Solomon's Mines* por meio de um discurso permeado por entrecruzamentos de traços de História e Literatura.

O ponto de partida de Haggard concerne, assim como em suas narrativas transvaalenses, à representação do sudeste africano como uma região destituída de passado, afinal, em seu ângulo de observação, “até anos recentes suas regiões inexploradas haviam gerado, desde o início, nada exceto feras selvagens e homens negros quase tão selvagens, os quais, por anos incontáveis, seguiram seu caminho de destruição”. A tais cenários de extinção racial, Haggard contrapõe o aspecto civilizador gerado pela expansão colonial, capaz de engendrar não somente práticas políticas, mas também elucidar evidências do passado africano. Haggard não possui dúvidas de que “a existência de grandes ruínas nos territórios conhecido como Matabele e Mashonalandia” deriva de uma “raça de homens civilizados”. Em

---

<sup>132</sup> GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quem construiu o Grande Zimbábue? Em torno do mito da incapacidade civilizadora dos povos africanos. *Revista Diálogos*, v.8, n.1, 2004, pp.96-100.

<sup>133</sup> Ibidem, p.82.

<sup>134</sup> WILMOT, Alexander. *Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, and its History from the most Ancient Times to the Present Century*. Londres: T. Fisher Unwin, 1896, p.2.

sua narrativa, as ruínas do Grande Zimbábue representam um passado de civilizações perdidas de origens caucasianas, as quais teriam sido subsequentemente substituídas por “uma nova incursão de bárbaros”, “provavelmente esses selvagens eram dos setores Zulus da raça Banto”. No prefácio à obra de Wilmot, Haggard apresenta-se como um fervoroso adepto da teoria que preconizava as origens fenícias das ruínas do Grande Zimbábue, de modo a perpetuar aos leitores a premissa de um passado etnicamente branco em solo africano e, simultaneamente, alertá-los aos riscos representados por aquelas que eram consideradas como raças inferiores. Não obstante, o letrado inscreve-se como um partícipe das descobertas arqueológicas na região, na medida em que referencia o achado de lingotes de ouro “há dois anos por um amigo do presente escritor, o Sr. Burnham”, e atesta aos seus leitores que “uma dessas contas de ouro encontradas, (...) seguro em minha mão enquanto escrevo”<sup>135</sup>.

Narrativas de civilizações perdidas, ao exemplo do Grande Zimbábue, das fabulosas Minas do Rei Salomão ou da misteriosa cidade de Kôr, integravam os imaginários políticos da expansão colonial em fins do século XIX. De acordo com Bradley Deane, esses discursos conjugavam elementos do colonialismo por meio de fantasias políticas que mobilizavam uma valorização da ação viril e do heroísmo a partir de uma revisão de códigos de gênero e racialidade. As representações históricas e literárias de civilizações perdidas voltavam-se frequentemente a conceitos derivados da antropologia evolucionista, constantemente explorando ideais de primitivismo e barbarismo. Contudo, enquanto antropólogos como Edward Tylor, John Lubbock e John McLennan visavam comprovar a força positiva do progresso, romancistas como Rider Haggard intencionavam demarcar as qualidades redentoras do barbarismo, e sustentavam a coexistência de elementos atávicos sob a fina e frágil camada da civilidade, necessários para a manutenção das fronteiras coloniais<sup>136</sup>. Desta forma, o heróico Allan Quatermain questiona no prefácio ao romance homônimo: “Ah! Esta civilização, o que ela representa? Em essência, o selvagem e a criança da civilização são idênticos! (...) Se nos dividirmos em vinte partes, dezenove selvagens e uma civilizada, (...) é sobre nossas partes selvagens que recaímos em emergências”<sup>137</sup>. As descobertas de civilizações perdidas e tesouros esquecidos possibilitavam um retorno ao primitivo enquanto sustentáculo da expansão colonial, por meio de uma virilidade apaixonadamente agressiva e descomedidamente combativa. Esses códigos de gênero e masculinidade encontravam-se alinhavados à perspectiva de muitos imperialistas, ao exemplo de Cecil Rhodes, o qual

<sup>135</sup> HAGGARD, H. Rider. Preface. WILMOT, Alexander. *Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, and its History from the most Ancient Times to the Present Century*. Londres: T. Fisher Unwin, 1896, pp.xiii-xviii.

<sup>136</sup> DEANE, op. cit., 2008, pp.205-225.

<sup>137</sup> HAGGARD, H. Rider. *Allan Quatermain*. Londres: Longman's, Green & Co., 1888, p.4-6.

afirmava seu apreço pelas cousas “grandes e simples, bárbaras se você preferir”, ao garantir que suas ações eram conduzidas “com a inspiração em um bárbaro”<sup>138</sup>.

A premissa política do prefácio de Haggard e do texto de Wilmot articulava-se a uma ansiedade comum a muitos homens engajados intelectualmente com a expansão colonial no interior da África: o esforço em erigir simbolicamente um passado e uma identidade branca para o continente africano, para assim justificar e legitimar suas ambições coloniais e simultaneamente recusar a história da África negra e negar a identificação de africanos negros com seus territórios<sup>139</sup>. A questão ficava marcada na retórica de Haggard, em especial ao categorizar os fenícios como uma raça “engenhosa, impiedosa e aventureira, os quais eram os britânicos do mundo antigo sem a honra britânica”. Na visão do letrado, a saga dos fenícios na Antiguidade tornava-se paralela aos percalços do colonialismo britânico no século XIX, na medida em que a exploração de minérios na região demandava “o auxílio do trabalho nativo, que necessitava a constante presença e supervisão de um vasto número de homens armados e civilizados”. Contudo, se os fenícios eram descritos como precursores da presença britânica na região, o prefácio de Haggard embebia-se em certas preocupações políticas concernentes à manutenção do colonialismo: à imagem da opulência e da grandiosidade gerada pela exploração dos recursos naturais na região, o letrado contrapunha a sombra de impérios arruinados devido às resistências nativas, afinal, os fenícios “vieram, ocuparam e construíram, e então desapareceram, provavelmente em alguma forma violenta e repentina, possivelmente provinda de alguma insurreição de seus escravos”<sup>140</sup>. Ao lado da violência interétnica, Haggard acrescenta a miscigenação étnico-racial, culpabilizando as mulheres nativas, como um fator determinante na desestabilização do Grande Zimbábue.

O prefácio de Haggard imbuía-se de intencionalidades políticas, ao identificar Cecil Rhodes e a Companhia Britânica da África do Sul como forças motrizes da expansão colonial no sul e sudeste da África. A questão adquiria pertinência e relevância naquele momento, afinal, o tratado de Wilmot havia sido publicado poucos meses após o escândalo público causado pelo Jameson Raid, o qual implicou na renúncia de Rhodes do posto de primeiro-ministro da Colônia do Cabo em janeiro de 1896. O tom de defesa, tanto por parte de Haggard quanto por Wilmot, não poderia ser mais evidente. Além disso, o ato de prefaciando obras de autoria alheia revestia o texto de Haggard com um intento de auto-valorização, na medida em que demonstrava suas habilidades em investir em modalidades de escrita que não fossem

---

<sup>138</sup> DEANE, op. cit., 2008, p.205.

<sup>139</sup> DUESTERBERG, Susanne. *Popular Receptions of Archaeology: Fictional and Factual Texts in 19th and Early 20th Century Britain*. Transcript, 2015, p.152.

<sup>140</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, pp.xviii-xix.



estritamente literárias ou ficcionais. Por sua trajetória intelectual e renome associados à publicação de *King Solomon's Mines*, o prefácio não apenas valorizava “o texto singular que ele introduzia, criava também uma ideia de conjunto, inseria o livro apresentado na ‘coleção’ de textos do autor, ressaltando os aspectos nos quais determinado texto particular se integrava à obra mais geral que se elaborava”<sup>141</sup>. Visava, em meio aos debates públicos acerca da qualidade literária do “Rei Romance”, demarcar sua erudição e intelecto, produzindo uma auto-representação articulada a estratégias de legitimação.

Em seus primeiros romances africanos ou ambientados no território sul-africano, Haggard mobiliza a tática do prefácio redigido a partir de um personagem ficcional. Assim, por exemplo, Allan Quatermain assume a autoria do prefácio de *King Solomon's Mines*, onde critica o modelo realista de literatura em defesa de uma “linguagem direta”, afinal, “uma lança afiada, dizem os Kukuana, não precisa ser polida, e nesse mesmo princípio eu me aventuro a ansiar por uma verdadeira história, por mais estranha que pareça ser”. O romance de aventura tornava-se, na visão de Haggard e de seu narrador, a forma de representação literária adequada para relatar as sendas da presença colonial em África. Para revestir sua trama em graus de verossimilhança, o letrado assume a alcunha de “Editor” em *She, a history of adventure*, assegurando aos seus leitores que a publicação, a despeito de possíveis interpretações alegóricas, tratava de um caso verídico e portava “a marca da verdade sobre sua face”, apresentada ao público “com esparsas alterações”<sup>142</sup>. Em *Allan Quatermain*, romance publicado em 1887, a estratégia do narrador ficcional foi retomada em um prefácio que ilustra o corolário máximo da virilidade revitalizada em territórios coloniais:

o desejo pela *wilderness* estava em mim; eu não poderia mais tolerar esse lugar [a Inglaterra]; preferiria ir morrer como vivi, entre as caçadas e os selvagens (...). Nenhum homem que, por quarenta anos levou a vida como vivi, poderia aguentar o cerimonioso interior britânico (...); ele anseia – e como ele anseia – pela brisa do ar desértico; ele sonha com a visão dos *impis* Zulus arrastando seus inimigos como as ondas contra os rochedos, e seu coração se ergue em revolta contra os limites rígidos da vida civilizada<sup>143</sup>.

O lamento de Allan Quatermain associava-se às inquietações vivenciadas por muitos homens ao *fin-de-siècle* que, em meio às restrições morais e convenções sociais dos centros urbanos na metrópole, diante de certo senso de crise nos códigos de masculinidade, ansiavam pelas possibilidades de enriquecimento e protagonismo político proporcionadas pelas

<sup>141</sup> VENÂNCIO, op. cit., 2007, p.55.

<sup>142</sup> HAGGARD, H. Rider. *She, a history of adventure*. Londres: Longman's, Green & Co., 1887, p.5.

<sup>143</sup> HAGGARD, H. Rider. *Allan Quatermain*. Londres: Longman's, Green & Co., 1899, p.4.

colônias. Como se percebe pelas missivas de Haggard, é muito possível que o letrado compartilhasse desse sentimento, na medida em que constantemente revisitava sua experiência colonial a partir da literatura, ou até mesmo ambicionava um retorno ao serviço administrativo nas colônias. A partir de *Maiwa's Revenge, or the War of the Little Hand* e de *Mr. Meeson's Will*, publicados em 1888, passa a assumir declaradamente a autoria pelos textos introdutórios aos seus romances. O caso de *Maiwa's Revenge*, trama protagonizada por Allan Quatermain, demonstra o modo como o letrado utilizava dos prefácios para responder aos seus críticos e simultaneamente orientar a recepção de suas obras junto ao público-leitor. Publicado poucos meses após os debates em torno das acusações públicas de plágio em seus romances anteriores, o texto introdutório visava apresentar a perspectiva de Haggard a respeito da questão: “é preciso estabelecer que o incidente da ‘coisa que morde’ registrado nesse conto não é um esforço da imaginação. Pelo contrário, é ‘plagiarizado’. Mandara, um conhecido chefe da costa oeste da África, possui tal artefato e o utiliza”<sup>144</sup>. Haggard, ao ironizar seus críticos mais pontiagudos e assumir o manto de “Rei do Plágio”, constrói seu prefácio em torno da defesa realizada por Andrew Lang: a alegação de que a literatura nutre-se de elementos pré-existentes ou de narrativas supostamente atemporais.

O letrado de Norfolk revisita a questão no texto introdutório a *Mr. Meeson's Will*, o relato literário de um naufrágio no Pacífico Sul. Ao elemento central da trama, isto é, a legitimidade jurídica do testamento do editor Meeson tatuado nas costas da jovem escritora Augusta, Haggard defende-se ao afirmar que “nunca ouvi falar de nenhum conto estrangeiro do qual sou acusado de roubar a idéia. (...) Isto não significa, contudo, uma forma de clamar originalidade em torno do incidente, mas apenas com o intento de poupar certa classe de críticos do esforço de pesquisas mais profundas”. Da mesma forma que o antropólogo Andrew Lang defendia as tramas de Haggard a partir de suas inspirações clássicas, o letrado remete seus leitores aos mitos gregos de “um personagem (...) que tatuou a cabeça de seu escravo”, e acrescenta que “é provável que a ideia tenha sido plagiarizada dos hititas. Histórias de tatuagens, como muitos outros contos, foram por séculos um patrimônio comum do mundo”. O romancista continua seu prefácio com uma longa defesa contra as acusações de plágio, em especial oriundas dos “ataques de um jornal malicioso”, em referência ao caso de William Thomas Stead e do *Pall Mall Gazette*. Para Haggard, “raro é o livro que não é um plágio parcial, se por plágio entende-se lidar com aquilo que já foi tratado anteriormente.

---

<sup>144</sup> HAGGARD, H. Rider. *Maiwa's Revenge*. Londres: Hodder & Stoughton, 1920, s.p.

Portanto, se o código de moral anti-plágio for adotado em toda a sua severidade, provavelmente representaria o fim da produção de ficções”<sup>145</sup>.

Ao lado dos prefácios, sintomáticos do modo como Haggard representa-se aos leitores e, simultaneamente, responde aos seus críticos mais ácidos, as dedicatórias que integram seus livros apontam para a constituição de redes de sociabilidade intelectual e letrada, permeadas por práticas amistosas e demonstrações públicas de afeto e estima. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a tendência a dedicar livros abandonou sua função mercantil, associada à proteção senhorial e ao caráter laudatório, e transformou-se em um ritual literário, uma prática social reveladora de dimensões das sensibilidades do intelecto. Ademais, a escolha de um dedicatário notório revela os afetos nutridos pelo literato, resultante de processos de intelectualização que permitem certa valorização implícita da obra. Desta forma, “a dedicatória da obra revela sempre a demonstração, a ostentação, a exibição: ela demarca uma relação, intelectual ou privada, real ou simbólica, e esta marca encontra-se sempre ao serviço da obra, como argumento de valorização ou objeto de comentário”<sup>146</sup>. Por extensão, o elemento paratextual pode sugerir múltiplas indicações referentes às gêneses das obras literárias, dos elementos constituintes de sua forma e de seu significado, do contexto e da natureza das relações entretecidas pela cultura escrita e literária<sup>147</sup>.

No caso dos romances africanos de Haggard, parte significativa de suas dedicatórias é autobiográfica, portanto, “pertencem a um registro afetivo e demonstram um *ethos* sensível”<sup>148</sup>. Modesto em seus primeiros romances, as dedicatórias são breves e pontuais. Observe-se, a título de exemplos, o caso de *King Solomon’s Mines*, dedicado “a todos os meninos, pequenos e grandes, que o lerem”; *She, a history of adventure*, endereçado a Andrew Lang, “em retribuição por sua atenção pessoal e em sincera admiração por sua sabedoria e suas obras”<sup>149</sup>; ou mesmo *Allan Quatermain*, “um livro de aventura” dedicado a “meu filho Arthur John Rider Haggard na esperança que nos dias que se aproximam ele, e muitos outros meninos que jamais conhecerei, possam, (...) alcançar aquilo que, como Sir Henry Curtis, acredito ser o mais alto nível que possamos atingir – o estado e a dignidade de um cavalheiro britânico”<sup>150</sup>. Talvez se sentindo mais confiante com seu público leitor ou compreendendo o “destino fatal da autoria”, as dedicatórias de Haggard, a partir da década de

<sup>145</sup> HAGGARD, H. Rider. *Mr. Meeson’s Will*. Londres: Spencer Blackett, 1888, p.ix-xii.

<sup>146</sup> GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Seuil, 2002, p.138.

<sup>147</sup> VIOLA, Ana Isabel; SEARA, Isabel Roboredo. Da (des)construção da dedicatória: análise linguístico-textual. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, n.1, v.10, 2016, p.792.

<sup>148</sup> Ibidem, p.803.

<sup>149</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, s.p.

<sup>150</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, s.p.

1890, tornam-se mais extensas e, no que se refere aos seus romances africanos, sugestivas das relações entre suas experiências coloniais e a escrita literária. Além disso, ao estabelecer paralelos entre personagens ficcionais e pessoas reais, o letrado identificava os indivíduos que, na sua visão, eram responsáveis pela manutenção das práticas políticas coloniais.

Em 1889, Haggard publicou *Allan's Wife and other tales*, uma coletânea de quatro contos concernentes à trajetória de seu personagem ficcional. Ambientado nos territórios sul-africanos em meados da década de 1840, o conto titular detalhava de forma breve a juventude de Allan Quatermain, e narrava seu casamento e a morte trágica de sua segunda esposa, Stella Carson. Em sua publicação original, *Allan's Wife and other tales* incluía uma longa carta-dedicatória a Arthur Cochrane, o qual, na década de 1870, havia sido enviado ao Transvaal em funções oficiais relacionadas à situação financeira da colônia recentemente estabelecida. Após deixar seu cargo na administração transvaalense, Haggard e Cochrane estabeleceram a fazenda de avestruzes nas proximidades de Newcastle, de onde o jovem colonialista acompanhou os conflitos entre britânicos e bôeres no final de 1880.

A memória da experiência colonial, permeada por certo senso de nostalgia em torno da África perdida de sua juventude, permeia a dedicatória a Cochrane, redigida na expectativa de que talvez os contos compilados “tragam para você um pouco do romance dos dias passados, os quais estão perdidos para nós. (...) Onde nós caçamos e viajamos e cavalgamos, raramente encontrando a face do homem civilizado, lá os mineradores construíram suas cidades”. As cores da melancolia tingiam a imagem da África do Sul relatada na dedicatória de *Allan's Wife*, em especial do Transvaal, cuja devolução aos bôeres Haggard ainda lamentava, de modo que “as caçadas se foram; o charme da neblina das manhãs tornou-se o reluzir diurno. Tudo mudou (...). Poucos dos que conhecemos restaram. Alguns vitimados pela batalha e assassinato, seus ossos largados sobre o *veldt*”<sup>151</sup>. O letrado lastimava a impossibilidade do retorno à aventura em África, agora viável apenas pelo deleite literário, e no mesmo movimento, alertava seus leitores sobre as consequências mais violentas derivadas das perdas de territórios coloniais.

A tendência em destacar fulcros de identificação política com a expansão colonial continuou em *Nada, the Lily* (1892), romance ambientado na Zululândia da década de 1820 e centrado em um elenco de personagens Zulus durante os reinados de Shaka e Dingane. O épico Zulu de Haggard era dedicado ao seu antigo empregador, Theophilus Shepstone, identificado no texto pela alcunha atribuída durante sua trajetória profissional, *Somtsewu*

---

<sup>151</sup> HAGGARD, op. cit., 1889, p.7-8.

(“pai”), o qual vinculava o simbolismo do paternalismo personificado por Haggard ao administrador colonial. Em tonalidade laudatória, Haggard reforçava a imagem pública de Shepstone como uma autoridade nos assuntos nativos e coloniais, e destacava a reverência direcionada a ele pelos regimentos Zulus. Adicionalmente, o romancista utiliza-se da dedicatória para retomar a questão da anexação do Transvaal, justificando-a como necessária: “você a fez porque, se não fosse feita, os Zulus teriam eliminado os Bôeres (...). Para evitar a carnificina, você anexou o país além do [Rio] Vaal”. Por meio da escrita, o letrado intencionava a defesa política de seu dedicatário, ao mesmo tempo em que visava demarcar para a posteridade as ações de Shepstone na manutenção dos territórios coloniais ao sul da África, de modo que “apenas seu nome não será esquecido; e assim como foi ouvido em vida, será ouvido na história, e anseio que, embora humildemente, o meu seja transmitido com ele”. O elogio de Haggard, no prefácio de *Nada, the Lily*, almejava perpetuar certa memória em torno de si, enquanto agente de colonização que “abandonou o caminho da ação que amo e me enterrei em livros”<sup>152</sup>, cuja trajetória se circunscreveria entre a paixão política e a literatura.

A situação sul-africana tornava-se particularmente tensa na segunda metade da década de 1890, em especial após o escândalo público causado pelo Jameson Raid e o acirramento das tensões entre britânicos e bôeres que levariam à guerra. Talvez motivado em buscar quadros explicativos e soluções simbólicas às animosidades interétnicas no território sul-africano, Haggard escreveu *Swallow, a tale of the Great Trek* (1899), uma narrativa ambientada na década de 1830 e que relatava o romance de uma jovem bôer, Suzanne, e um órfão anglo-escocês, Ralph Kenzie. Entrecruzando as linhas da experiência autobiográfica e da sensibilidade política, Haggard dedicou *Swallow* ao administrador colonial Marshal James Clarke, o qual havia sido recentemente nomeado comissário residente para assuntos nativos da Rodésia do Sul em um período marcado por particular tensão, em especial, pelos conflitos entre os Ndebele e as tropas coloniais. Ao longo de sua trajetória, Clarke acumulou cargos relacionados à política de tratamento dos nativos na África do Sul, e na década de 1870 havia sido assistente de Theophilus Shepstone na missão transvaalense, circunstância que aproximou-o do jovem Rider Haggard. É por meio da dedicatória a Clarke, alguém que, em companhia amistosa do letrado, teve “oportunidades singulares para observar o caráter Bôer e Kaffir”, que Haggard tecia comentários à situação política no Transvaal contemporâneo a partir de um olhar voltado ao passado colonial:

---

<sup>152</sup> HAGGARD, H. Rider. *Nada, the Lily*. Londres: Longman's, Green & Co., 1895, pp.v-vi.

Empatia com os Voortrekkers de 1836 é fácil; se o mesmo permanece no caso dos seus descendentes, os senhores atuais do Transvaal, é um assunto que admite muitas opiniões. Pelo menos, compreensão deve ser sempre feita para as suscetibilidades de uma raça que testemunha sua individualidade e vida nacional lentamente naufragando, mas sem esperança de ressurreição, diante de um dilúvio invasor de Anglo-Saxões<sup>153</sup>.

Remetendo o público leitor ao âmago de suas redes de sociabilidade no período que permaneceu na África do Sul, o romancista revestia sua obra literária com formas de interpretação de eventos recentes da história política sul-africana a partir de uma combinação de elementos de ficção e realidade. À exceção de *Jess* (1887), dedicado à esposa do romancista, Marianna Louisa, os dedicatários de seus romances africanos são todos personagens com envolvimento direto com a administração colonial ou com assuntos nativos, o que evidencia a centralidade da questão nos elementos paratextuais das obras de Haggard.

Um último exemplo dessa tendência encontra-se em *Marie*, publicado em 1912, romance que narra a infância e juventude de Allan Quatermain na década de 1830, seu envolvimento com o *Great Trek* e com o monarca Zulu Dingane, bem como a morte de sua primeira esposa, a bôer Marie Marais. O letrado dedicou o romance a Henry Bulwer, ex-governador de Natal e indivíduo diretamente responsável pela ascensão de Haggard à elite colonial no final da década de 1870. Publicado poucos meses após o estabelecimento da União Sul-Africana em 1910, Haggard resumizava, no texto introdutório, os eventos recentes associados à região: “a Anexação do Transvaal, a Guerra Zulu, a primeira Guerra Bôer, a descoberta do Rand, a tomada da Rodésia, a segunda Guerra Bôer, e muitos outros assuntos que, nestes tempos efêmeros, agora são vistos como história antiga”. A despeito das suas esperanças renovadas com o fato de que “a bandeira da Inglaterra sobrevoa do Zambezi ao Cabo”, numa possibilidade de que “sob sua sombra, todas as antigas rixas e invejas sanguinolentas sejam esquecidas”, Haggard novamente lamenta a perda da África de sua juventude, com base no fato de que “se revisitarmos aquele país, encontraremos poucos rostos conhecidos”. Finalmente, o intelectual admite que “talvez os nativos também prosperem, e sejam justamente governados, pois afinal, no início a terra era deles”. O reconhecimento da associação entre africanos e seus territórios acompanha-se da premissa paternalista, isto é, a ideia de que, por suas características raciais, os nativos necessitariam de uma força política externa, presumivelmente de etnia anglo-saxônica, para serem “justamente governados”<sup>154</sup>.

Os prefácios e dedicatórias que apresentavam os romances africanos de Haggard viriam a construir a auto-imagem de um intelectual politicamente engajado, um colonialista

<sup>153</sup> HAGGARD, H. Rider. *Swallow, a tale of the Great Trek*. Londres: Longman's, Green & Co., 1899, s.p.

<sup>154</sup> HAGGARD, H. Rider. *Marie*. Londres: Longman's, Green & Co., 1912, p.v.



fervoroso, embora ressentido e acometido por certo tom nostálgico e melancólico. Estas formas de escrita autorreferencial ainda acrescentariam a representação de um homem erudito, que constrói sua literatura a partir de experiências circunstanciadas ligadas diretamente às vivências coloniais, revisitadas a partir da escolha cuidadosa dos dedicatários de seus romances. A construção da autoria era, nesse sentido, estruturada por aspectos reiterados constantemente por Haggard a respeito de si mesmo, buscando delinear sua auto-imagem e individualidade, ao mesmo tempo em que caracterizava seu nome próprio como causa criadora de discursos permeados por “indícios de autenticidade e originalidade”<sup>155</sup>. Se, por um lado, a “noção de autor aparece como auto-evidente”<sup>156</sup>, por outro, a análise das formas de auto-representação possibilitam compreender a construção da imagem pública de Haggard aos seus leitores, por meio de um “trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se através dele um autor e uma narrativa”<sup>157</sup>. Além de responder aos seus críticos, os modos de Haggard introduzir os seus textos, em especial nas dedicatórias, buscavam conformar os contextos de gênese de suas obras literárias a partir de redes de sociabilidade e de experiências políticas junto à administração colonial.

#### 4.6 – A QUERELA DA POLÍTICA: RIDER HAGGARD E AS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 1895

A renúncia do Primeiro Ministro William Gladstone em março de 1894 conduziu ao cargo o político liberal Archibald Primrose, que havia se tornado uma das principais lideranças da ala imperialista do Partido Liberal e, sob o ponto de vista de muitos dos seus contemporâneos, um sucessor indesejado ao legado gladstoniano. O breve e turbulento período de administração de Primrose foi demarcado pela crise da Armênia, causada pelo genocídio provocado pelo Império Turco-Otomano, o qual desencadeou furores na política externa do Império no final de 1894 e na imagem pública do Primeiro Ministro. Outros impasses, ao exemplo da defesa de Primrose pela expansão da frota naval, levaram a cisões internas no Partido Liberal e acirraram o clima de tensão com outras potências europeias. O Parlamento Britânico, ocupado expressivamente por políticos do Partido Conservador, opôs-se às medidas de reformas internas propostas pelos liberais, situação que levou a uma última derrota em junho de 1895 em questões associadas a suprimentos militares. Em 22 de junho,

---

<sup>155</sup> VENÂNCIO, op. cit., 2007, p.59.

<sup>156</sup> HANSEN, João Adolfo. Autor. In: JOBIM, José Luis. *Palavras de crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 11.

<sup>157</sup> GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 16.

Primrose e seus ministros entregaram as renúncias à Rainha, que convocou o conservador Robert Gascoyne-Cecil para assumir o cargo até a realização das eleições gerais em julho de 1895, as quais preservaram a expressividade parlamentar do Partido Conservador.

O ano de 1895, marcado por sua inserção direta na política enquanto candidato pelo Partido Conservador nas eleições parlamentares, torna-se emblemático nos processos de reelaboração da imagem pública de Rider Haggard. Afinal, esse período marcou o início de seu interesse por questões relacionadas à reforma social e agrária. Em janeiro de 1895, o *Anglo-African Writers Club*, presidido por Rider Haggard, recebeu o historiador sul-africano George McCall Theal como seu convidado de honra no tradicional jantar mensal do clube. Se julgarmos pelas notícias relatadas na imprensa periódica à ocasião, “dois discursos notáveis” foram proferidos no jantar: “o primeiro pelo Sr. H. Rider Haggard, que presidiu, e o outro pelo seu convidado da noite”. O *Pall Mall Gazette* articulou o discurso de Haggard às recentes publicações das memórias autobiográficas de Bartle Frere, as quais reavivaram o interesse público na figura de Theophilus Shepstone, “o qual foi culpado de intrigas danosas relacionadas à anexação original do Transvaal”, ação que Haggard declarou ter sido realizada com a intenção de “salvar os bôeres – mais especialmente as mulheres e crianças – de um ataque Zulu”. O discurso de George McCall Theal, enquadrado pelo jornal em um “ponto de vista Imperial”, atentava-se à necessidade de constituir uma “Federação em alguma forma ou maneira” que possa “salvar o Império e as colônias devem cooperar com o máximo de seus recursos para garantir o comando do Império pelos mares”<sup>158</sup>.

Tanto no discurso de Haggard quanto no de McCall Theal, tal qual relatado na imprensa periódica da época, residia certo senso de desintegração do Império Britânico e uma urgência em promover medidas políticas que proporcionassem sua reestruturação. Em seu discurso, Haggard evocava a imagem do Grande Zimbábue, “o túmulo de uma raça desaparecida”, e McCall Theal sugeria a necessidade de preservar os “instintos imperiais – aqueles instintos que certos políticos fizeram esforço para diminuir e desacreditar”<sup>159</sup>. Talvez inspirado por estas questões pertinentes à política colonial, somado à percepção do declínio das atividades agrícolas no interior rural da metrópole, Haggard candidatou-se ao parlamento pelo Partido Conservador no início de 1895. Na ocasião, o literato candidatava-se pelo distrito de East Norfolk, e enfrentava a oposição do liberal Robert John Price, que já ocupava o cargo desde as eleições de 1892. Os jornais da época, nominalmente os semanários *The Norfolk Chronicle* e o *The Norfolk News*, acompanharam com minúcias as campanhas dos candidatos,

<sup>158</sup> OCCASIONAL NOTES. *Pall Mall Gazette*, 16 de janeiro de 1895, p.2.

<sup>159</sup> NOTES ON CURRENT TOPICS. *The Norfolk Chronicle*, 19 de janeiro de 1895, p.7.

e fornecem subsídios para a compreensão das plataformas políticas adotadas por Haggard, bem como o redirecionamento de sua imagem pública no período em questão. A ênfase da análise, portanto, incide sobre o processo da campanha eleitoral que desenrolou-se entre março e julho de 1895, elemento que pode ser circunscrito não apenas como “a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos” mas também como “a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”<sup>160</sup>.

Perfazendo um movimento de variação nas escalas de análise, torna-se conveniente enquadrar a campanha política de Haggard nas tendências mais amplas adotadas, no sufrágio do verão de 1895, pelos partidos Liberal e Conservador. Desde o início da década de 1890, e em especial após a saída de William Gladstone, o Partido Liberal encontrava-se fraturado internamente por opiniões divergentes com relação às reformas eleitorais, a questão irlandesa do *Home Rule* e as relações entre o poder secular e a Igreja Anglicana no País de Gales; a renúncia de Archibald Primrose apenas agravou as dissidências internas. De acordo com Paul Readman, a campanha política do Partido Liberal engendrada em 1895 carecia de discussões sobre reformas sociais, ao exemplo da questão do desemprego e das aposentadorias, tanto nas áreas urbanas quanto nas regiões rurais: lideranças liberais, ao exemplo de Herbert Henry Asquith e John Morley, consideravam que tais debates não haviam sido suficientemente amadurecidos para serem integrados à legislação britânica. Mesmo que as eleições de 1895 não tenham sido um ponto de inflexão rumo às novas medidas liberais adotadas nos decênios seguintes, as campanhas eleitorais daquele ano demonstraram as fraturas de muitas das ideias clássicas associadas ao liberalismo britânico<sup>161</sup>. Como resultado, o Partido Liberal sofreu significativas derrotas, tanto ao cargo de Primeiro Ministro, quanto na quantidade de parlamentares eleitos (ver tabela 1).

<b>Tabela 1: Resultados gerais das eleições parlamentares de 1895</b>				
	<b>Candidato a Primeiro Ministro</b>	<b>Candidatos ao Parlamento</b>	<b>Candidatos Eleitos</b>	<b>Total de votos</b>
<b>Partido Conservador e Partido Liberal Unionista</b>	Robert Gascoyne-Cecil	588	411	1,759,484
<b>Partido Liberal</b>	Archibald Primrose	447	117	1,628,405

<sup>160</sup> RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.50.

<sup>161</sup> READMAN, Paul. The 1895 General Election and Political Change in Late Victorian Britain. *The Historical Journal*, v.42, n.2, junho de 1999, pp.473-491.

(Fonte: CRAIG, F. W. S. *British Parliamentary Election Results 1885–1918*, Macmillan, 1974).

A coligação entre o Partido Conservador e o Partido Liberal Unionista, composto por dissidentes do Partido Liberal que se opunham ao *Home Rule* para a Irlanda, levou seu candidato, Robert Gascoyne-Cecil, ao cargo de Primeiro Ministro e deu início a um período de dez anos de gestões conservadoras. Em linhas gerais, a campanha eleitoral dos conservadores fundamentava-se em críticas direcionadas ao posicionamento dos liberais quanto à questão irlandesa e à separação da Igreja e do Estado, ou até mesmo com relação às propostas legislativas de controle da venda de bebidas alcoólicas. Enquanto muitos liberais, desde meados da década de 1880, endossavam o chamado *Direct Local Veto*, mediante o qual as autoridades locais poderiam proibir a venda de álcool sem compensação financeira aos estabelecimentos comerciais que perdessem sua licença, os conservadores opunham-se à “política de confisco”, considerando-a como um ato de violação dos direitos à propriedade<sup>162</sup>.

Além de elementos já clássicos na plataforma conservadora, ao exemplo da defesa por políticas mais rigorosas de controle da imigração, seus candidatos direcionavam os discursos eleitorais à revitalização da indústria local e da agricultura. As condições precárias da agricultura, resultantes de décadas de crise na produção de alimentos, eram enfatizadas por muitos candidatos conservadores, que convocavam seus eleitores a “colocar no poder um partido que tenha os interesses da agricultura em seus corações”<sup>163</sup>, ao mesmo tempo em que propunham medidas vagas e referências nebulosas às taxas supostamente injustas que recaíam sobre a posse de terras para fins agrários. A problemática agrícola já havia sido formalmente apontada no ano anterior, quando o governo liberal de William Gladstone designou uma Comissão Real para averiguar a depressão econômica nas regiões rurais, a qual concluiu que a causa derivava de uma queda nos preços e discutiu a possibilidade de empréstimos por parte do governo para alavancar a economia no interior da Inglaterra.

Portanto, a despeito de generalizações, as propostas de muitos candidatos do Partido Conservador convergiam na defesa de reformas internas e investimentos na agricultura, tanto para contrabalancear a imagem do partido enquanto um representante dos direitos da propriedade, quanto como uma forma de auto-representação política. Como mencionado previamente, os laços de Rider Haggard com o Partido Conservador já transpareciam nos posicionamentos adotados em sua escrita literária e em seu ressentimento movido contra as

---

<sup>162</sup> FAHEY, David. The Politics of Drink: Pressure Groups and the British Liberal Party, 1883-1908. *Social Science*, v.54, n.2, 1979, pp.76-85.

<sup>163</sup> READMAN, op. cit., p.477.

gestões liberais de William Gladstone. Por isso, não surpreende que tenha sido o candidato conservador ao Parlamento por East Norfolk, elemento anunciado na imprensa periódica em março de 1895. O *The Norfolk Chronicle*, jornal com simpatias conservadoras, relatou em 16 de março que, durante uma reunião na Associação Conservadora e Unionista de Blofield, seus representantes “aproximaram-se do Sr. Rider Haggard, um homem de Norfolk, com fama mundial, um literato muito distinto, um apoiador dos interesses imperiais da Inglaterra, e uma grande potência no condado”. A candidatura de Haggard seria formalmente apresentada no sábado seguinte e esperava-se que, por suas “experiências pessoais com as necessidades de trabalhadores, fazendeiros e proprietários”, seu nome seria “unanimemente aceito”, até mesmo por sua capacidade de “lidar masculinamente com a causa Unionista em East Norfolk”<sup>164</sup>. Além de apresentar transcrições dos discursos dos candidatos liberal e conservador, o *The Norfolk News* resumizava a campanha de Haggard nos seguintes termos:

O Sr. Rider Haggard, o bem conhecido novelista, foi aceito no Sábado como o candidato Conservador para East Norfolk, substituindo o Coronel McCalmont, que se aposentou. O Sr. Haggard declarou-se em favor de taxas de importação sobre cevada e farinha estrangeiras, redução de taxas ferroviárias sobre a produção regional, *Local Option* com compensação, redução dos impostos sobre a terra, e algumas reformas na administração da Lei dos Pobres, incluindo a extensão de apoio externo. Ele expressou seu desejo de ser eleito principalmente como um representante do interesse agrícola<sup>165</sup>.

Aos seus eleitores, Haggard apresentava-se como favorável a medidas protecionistas aos interesses agrários, rigorosamente alinhado aos “princípios conservadores” e mobilizava elementos de sua trajetória e experiências coloniais como estratégias de convencimento da causa partidária: “eu desafio qualquer homem a permanecer um Radical se tiver a experiência de Majuba Hill e tudo aquilo que aconteceu logo depois [Aplausos] (...). Se este estado das cousas continuar, nada poderá acontecer, pois a terra continuará sendo desperdiçada como vi tantas vezes na África (...), e quem pode viver na *wilderness*? [Aplausos]”<sup>166</sup>. Se, por meio de sua experiência na África do Sul e na escrita literária, Haggard visava restituir relações paternalistas nos territórios coloniais, agora a trajetória do literato enquanto fazendeiro e administrador colonial, testemunha partícipe da guerra sul-africana e da devolução do Transvaal, era mobilizada para reforçar sua plataforma política. Contudo, as tramas da política envolvem relações de forças instáveis e constantes reclassificações da opinião pública, de modo que, no mesmo periódico, o discurso do

<sup>164</sup> POLITICS IN THE County. *The Norfolk Chronicle*, 16 de março de 1895, p.8.

<sup>165</sup> SUMMARY. *The Norfolk News*, 23 de março de 1895, p.13.

<sup>166</sup> CANDIDATURE OF MR. RIDER HAGGARD. *The Norfolk News*, 23 de março de 1895, p.13.

candidato liberal selecionava particularidades da trajetória do literato para dividir opiniões, em especial ao referenciá-lo como um “escritor de livros encantadores para crianças”:

O Sr. Haggard, [Price] acredita, vai descobrir que ele precisa estar em East Norfolk por muito tempo antes de ser bem conhecido. [Aplausos] O Sr. Haggard pode ser um homem de Norfolk, mas Ditchingham, eles [os eleitores] perceberiam que é tão longe quanto Londres. [Price] ouviu que o novo candidato é uma grande autoridade na agricultura. Ele não sabe porque, mas acredita que por ele ter cultivado um pouco, e perdeu dinheiro nisso durante os últimos anos. De fato, ele compreende que o Sr. Haggard desempenhou funções jurídicas, foi para a África do Sul e então escreveu um vasto número de livros, mas até o que pode se lembrar, ele não havia escrito nenhuma obra sobre agricultura, mas apenas obras de ficção (Risadas). (...) Houve depressão na agricultura, sem dúvida, e [Price] lamenta como qualquer pessoa, mas medidas protecionistas não são a melhor forma de removê-la<sup>167</sup>.

Na ocasião, os discursos do Partido Liberal em East Norfolk adotavam uma estratégia defensiva, ao acusar os conservadores de mobilizarem a opinião pública e as massas eleitorais em favor dos *landowners*, latifundiários e proprietários de terras. As medidas protecionistas, sugeridas de modo vago por parte dos candidatos conservadores, eram consideradas pelos representantes liberais do condado como prejudiciais à manutenção da economia inglesa, pois interferiam diretamente no consumo. Contrapondo-se às acusações que associavam as plataformas políticas de candidatos conservadores aos interesses latifundiários, Haggard apresenta-se aos eleitores como um candidato da agricultura em amplo senso, na intenção de prevenir que o “latifundiário seja expulso de seu lar, que o arrendatário seja expelido de sua fazenda, ou que o lavrador seja forçado a uma *workhouse*”<sup>168</sup>. O candidato mobiliza suas críticas às medidas adotadas pelo governo liberal de Primrose para resolver a crise agrícola, de modo a concluir sua ineficácia, e caracterizando a Comissão Real de 1894 como “um velho truque para postergar problemas desconfortáveis de modo indefinido”. No discurso inaugural de sua campanha, Haggard alinha suas propostas às tendências mais amplas seguidas por outros candidatos conservadores, ao exemplo da defesa por medidas que regularizem a entrada de imigrantes estrangeiros, em especial “as pessoas tomadas pela pobreza (...) os milhares que as terras estrangeiras lançam em nossas costas”. Contudo, a questão não exclui elementos de singularidade: em tom paternalista, o letrado garante aos seus espectadores “pelo menos tentar proteger, pelo menos tentar atender aos seus clamores primordiais de atenção e auxílio”, e almeja contar com o apoio financeiro de “sociedades amigáveis” e “assistência externa”<sup>169</sup>.

<sup>167</sup> THE REPRESENTATION OF EAST NORFOLK. *The Norfolk News*, 23 de março de 1895, p.13.

<sup>168</sup> As *workhouses* formavam uma instituição britânica que, desde o início do século XIX, abrigava pobres com a intenção de fornecer abrigo, alimentação e trabalho. Na prática, eram conhecidas por suas condições degradantes e desencorajadoras.

<sup>169</sup> CANDIDATURE OF MR. RIDER HAGGARD. *The Norfolk News*, 23 de março de 1895, p.13.



Sociedades amigáveis, assistência externa: os termos mobilizados por Haggard no discurso que oficializava sua campanha eleitoral evidenciam elementos da guinada em torno da imagem pública do romancista nos últimos anos da década de 1890. De acordo com Sarah Clark, ao analisar as “visões agrárias” nos romances de Rider Haggard, o letrado desenvolveu o que foi categorizado no período como um modelo de “colonização filantrópica”, baseada na premissa de que o declínio na agricultura, resultante das crises que se iniciaram na década de 1870, era uma das principais causas da desintegração do Império Britânico, e, com o objetivo de reverter esse quadro, o letrado propõe reestabelecer lavradores pobres e desempregados em propriedades agrícolas nas colônias. Neste sentido, Haggard propôs um esquema de amparo social que incluía parcerias entre instituições estatais e organizações filantrópicas, ao exemplo da *Salvation Army*. Na ótica do letrado, a filantropia e a caridade eram vistas como formas de poder capazes de moldar o comportamento das classes menos abastadas e de nativos nas colônias, transformando-os em cidadãos ideais para nutrir e manter a estabilidade do Império. As elites dirigentes, com as quais Haggard certamente se identificava, seriam cruciais nesse processo, ao exercerem o amparo e a benevolência descompromissada a favor dos interesses imperiais, em específico, ao promoverem reformas sociais e morais<sup>170</sup>.

O ideal de colonização filantrópica de Haggard aperfeiçoa-se a partir do decênio seguinte, em especial pela sua participação em comissões que atuavam diretamente com o *Salvation Army* a partir de 1905, contudo, elementos desta visão de mundo já transpareciam em sua campanha eleitoral em 1895. Ademais, a sua preocupação com o “bem estar de todas as classes neste poderoso Império”<sup>171</sup> demonstrava o modo como as propostas de resolução para a crise agrícola não se dissociavam de seu engajamento com a manutenção dos territórios coloniais – além de um discurso interclassista como estratégia de convencimento. Para levar a cabo a divulgação de suas propostas políticas, Haggard passou os meses de março a junho envolvendo-se em eventos públicos, sobretudo relacionados a instituições ligadas ao Partido Conservador: no final de março, o candidato reuniu “mais de uma centena de pessoas” no condado de Stalham, ocasião em que entreteu seu público com “relatos interessantes de sua vida no Transvaal”, ao lado de Arthur Cochrane, “seu amigo durante a campanha africana”, o qual “apresentou eloquente testemunho sobre sua masculinidade e valor”<sup>172</sup>. Aqui, como em alhures, a virilidade visa garantir respaldo simbólico de sua potência política, traduzindo uma linguagem de gênero à esfera política ao sugerir virtudes masculinas e razões desapaixonadas.

<sup>170</sup> CLARK, Sarah. *Regeneration of Empire: Agrarian Vision and Philanthropic Colonisation in H. Rider Haggard's Novels*. Dissertação de Mestrado em Literatura. Wellington: Victoria University, 2017, pp.3-8.

<sup>171</sup> CANDIDATURE OF MR. RIDER HAGGARD. *The Norfolk News*, 23 de março de 1895, p.13.

<sup>172</sup> MR. RIDER HAGGARD in Stalham. *The Norfolk Chronicle*, 23 de março de 1895, p.5.

A racionalidade e o autocontrole, consideradas no período como características viris por natureza, contrapunham-se às agitações das massas, vistas como incontroláveis e histéricas e, portanto, feminilizadas.

Em 20 de abril de 1895, o *The Norfolk News*, periódico com proximidade ao lado liberal da questão, publicou integralmente os discursos de John Wodehouse, Secretário de Assuntos Externos de março de 1894 a junho de 1895, na ocasião de sua recente visita ao condado de North Walsham. Em defesa da administração liberal, Wodehouse expressou seu amplo apoio ao *Home Rule* para a Irlanda, afirmou que o suposto “governo moribundo” havia fortalecido a armada britânica, localizou a depressão na agricultura local dentro um quadro internacional de crise econômica e opôs-se de forma veemente às propostas de aumento de taxas sobre produtos agrícolas importados sugeridas pelos candidatos do Partido Conservador.

Ponto a ponto, as bases da plataforma política de Haggard são atacadas diretamente por Wodehouse: a proposta de “levantar dinheiro por impostos sobre cevada” com o fito de “criar pensões para os idosos e necessitados” não seria suficiente para suprir a demanda social, e caracterizaria ainda um “pouquinho miserável de Protecionismo”; as propostas de Haggard com relação à regulamentação da entrada de imigrantes, os quais “lotam nossas *workhouses*”, estariam baseadas em fatos infundados; e sobre a distribuição de terras para agricultura entre lavradores estrangeiros, Wodehouse acreditava que Haggard “não dava crédito suficientes ao Governo com relação ao assunto”, apontando que a questão havia sido previamente resolvida por meio de Atos Parlamentares durante a gestão de Primrose<sup>173</sup>. As raras menções a Rider Haggard no periódico em questão, durante os meses de abril e maio, parecem resultado de um esforço em promover uma veiculação positiva da imagem do oponente liberal, John Robert Price, por intermédio da identificação de seu nome com representantes da gestão ministerial, ao exemplo da ocasião da visita de Wodehouse. O cotejo entre os dois impressos periódicos, o *The Norfolk News* e o *The Norfolk Chronicle*, evidencia os cálculos políticos em jogo nas eleições de 1895, as discussões flamejadas que perpassavam os semanários da época e que convertiam a imprensa em “arena de ação política”<sup>174</sup>.

Por volta do mesmo período, tal qual relatado no *The Norfolk Chronicle*, Haggard apresentou-se na *Conservative Association* do condado de Sprowston, evento no qual se defendeu das acusações, movidas pelo oponente liberal, de ser um “proprietário ausente” e criticou as propostas do Partido Liberal referentes à questão religiosa no País de Gales e a

<sup>173</sup> THE EARL OF KIMBERLEY At North Walsham. *The Norfolk News*, 20 de abril de 1895, p.6.

<sup>174</sup> MAIA, Tatyana de Amaral. A imprensa como arena de ação política: debates e intrigas nas disputas pela educação nacional (1958-1964). *Revista do Mestrado de História*, v. 12, n. 2, julho-dezembro de 2010, pp.73-98.

taxação de produtos agrícolas estrangeiros<sup>175</sup>. A tonalidade dos discursos de Haggard em seus comícios durante a campanha eleitoral parece seguir as tendências mais amplas adotadas pelo Partido Conservador, simultaneamente adotando elementos de singularidade baseados em relatos de sua experiência colonial sul-africana enquanto pontos estratégicos de destaque e legitimidade.

Ao final de abril, o candidato reiterou algumas de suas propostas no jantar anual da associação conservadora do vilarejo de Catton. Após os discursos do parlamentar Samuel Hoare, eleito por Norwich nas eleições de 1886, Haggard discutiu as relações entre sua trajetória enquanto entusiasta pela agricultura e romancista: “ele disse que não se envergonhava por esse último, pois quando percebeu que, devido à depressão agrícola suas finanças estavam desaparecendo, ele acertou esta veia da ficção e teve sucesso em se reerguer [Aplausos]”<sup>176</sup>. Não havia, portanto, incompatibilidade entre suas atividades profissionais e ambições políticas, de modo que a retórica adotada por Haggard muito possivelmente vinha em resposta às críticas direcionadas por seus opositores quanto à violência descomedida em seus romances. Se, no período em questão, seus romances popularizavam-se por cenas cruentas de violência descomedida em territórios coloniais, os discursos políticos visavam explicitar certo controle das paixões políticas, afinal, “os regimes políticos, sejam quais forem, tiveram que resolver um mesmo problema: assegurar certa compatibilidade entre os desejos e as paixões em conflito a fim de permitir a manutenção das relações sociais”<sup>177</sup>.

No que diz respeito ao seu oponente liberal, Haggard acusou-o de votar “deliberadamente contra os interesses dos seus eleitores” e caracterizou-o como um *outsider*, inteiramente desassociado das relações paternalistas inculcadas no interior rural inglês<sup>178</sup>. Como se pode perceber, além das visitas a instituições ligadas ao Partido, a busca pela desqualificação dos adversários, em especial pela memória de suas origens pessoais ou políticas, integrava as estratégias de campanha de ambos os lados da disputa eleitoral.

Entre junho e julho, na proximidade das eleições ao Parlamento, os ânimos entre Liberais e Conservadores de Norfolk estavam inflamados. Um último esforço para alavancar a campanha dos Conservadores foi a publicação, nas páginas do *The Norfolk Chronicle*, de cartas abertas dos candidatos aos distritos de Norfolk. Haggard, em sua tônica, adotava a defesa de suas origens familiares, alegando que “sou um homem de Norfolk por nascimento e

<sup>175</sup> MR. H. RIDER HAGGARD at Sprowston. *The Norfolk Chronicle*, 20 de abril de 1895, p.10.

<sup>176</sup> CATTON WARD CONSERVATIVE Association: speeches by Mr. Hoare, MP., and Mr. Rider Haggard. *The Norfolk Chronicle*, 27 de abril de 1895, p.9

<sup>177</sup> ANSART, Pierre. *Los Clinicos de las Pasiones Políticas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1997, p.278.

<sup>178</sup> CATTON WARD CONSERVATIVE Association: speeches by Mr. Hoare, MP., and Mr. Rider Haggard. *The Norfolk Chronicle*, 27 de abril de 1895, p.9

residência”, e apresentava-se como um “candidato pela agricultura”. As propostas apresentadas já eram familiares aos eleitores que possivelmente assistiram aos seus comícios, contudo, desta vez, Haggard sugere a criação de um “Partido da Agricultura” a ser formado por políticos eleitos a partir de interesses agrários<sup>179</sup>. Com a iminente proximidade das eleições, as demonstrações públicas de apoio ou repúdio à candidatura de Haggard tornaram-se apoquentadas: durante o processo eleitoral, o *The Norfolk Chronicle* relatou “um terrível comportamento por parte de alguns apoiadores Radicais do Sr. R. J. Price”. A comitiva de Haggard, que percorreu os condados da região no dia do pleito, foi atacada em Ludham por “uma multidão de 200 rufiões Radicais, que jogaram pedras e lama na carruagem do Sr. Haggard”, acertando a testa de uma das mulheres que o acompanhava. Ao chegar em Stalham, situação semelhante: o “mais covarde tratamento”, onde “cerca de 500 a 800 rufiões” teriam cercado a carruagem e forçado Haggard e seus partidários a buscar refúgio em um hotel local. Como estratégia para desqualificar as ações dos Liberais na ocasião, o periódico recorre ao sofrimento físico causado na jovem “severamente ferida” durante os ataques<sup>180</sup>.

Na contagem dos votos para East Norfolk, Haggard perdeu as eleições ao Parlamento com 4408 votos, contra 4606 votos para Robert John Price. Na semana seguinte após os ataques, Haggard remeteu carta aberta publicada no londrino *The Times* e transcrita integralmente no *The Norfolk Chronicle*. A ocasião em Ludham e Stalham era descrita por Haggard como uma “explosão de tudo o que é vil na natureza humana”, de uma “brutalidade excessiva”. No documento, o letrado apresentava as causas para sua derrota, e que incluíam a constante desqualificação e difamação realizada pelos liberais nos dias anteriores à eleição, a interrupção de seus comícios por “gangues de rufiões” e o suposto fato de que os locais das eleições haviam sido tomados por “turbas de rufiões” que estariam coagindo os eleitores de Haggard. O candidato derrotado vai mais além, apontando a possibilidade de Wodehouse ter sido o provocador de todas as manifestações violentas contra sua campanha e de fazer uso das “paixões raivosas da multidão” a seu favor. Tratava-se de um julgamento pessoal endossado pela imprensa local, que embora não acusasse Wodehouse de ter envolvimento com os ataques, também não negava o fato<sup>181</sup>.

Haggard certamente ressentiu a derrota e, dadas as condições elencadas por ele em sua carta aberta, muito possivelmente considerava o resultado como uma grave injustiça. Em sua autobiografia, a campanha eleitoral era brevemente mencionada, e o resultado avaliado como

<sup>179</sup> TO THE ELECTORS of the Eastern Division of Norfolk. *The Norfolk Chronicle*, 13 de julho de 1895, p.3.

<sup>180</sup> NORFOLK COUNTY ELECTIONS. *The Norfolk Chronicle*, 27 de julho de 1895, p.4.

<sup>181</sup> LETTER from Mr. Rider Haggard to The Times. *The Norfolk Chronicle*, 27 de julho de 1895, p.4.

afortunado, pois teria poupado-o do “fardo da defesa parlamentar dos inspiradores e perpetradores do Jameson Raid”<sup>182</sup>. O evento, contudo, tornava-se representativo das querelas enredadas no embate entre distintas culturas políticas, entre Liberais e Conservadores ao *fin-de-siècle*, pelos “conflitos e compromissos” que expressavam a “autonomia dos atores frente às coordenadas do contexto”<sup>183</sup>. As narrativas enredadas na imprensa periódica igualmente demonstravam o uso da palavra escrita enquanto parte integrante e constituinte das disputas políticas, com o afã de (co)mover a opinião pública enquanto testemunha e partícipe do contexto. Apesar da derrota de Haggard, o Partido Conservador ainda elegeu número expressivo de membros ao Parlamento Britânico, e assinalou as fraturas internas que perpassavam os políticos liberais no período. Para Haggard, o momento caracterizou-se por uma guinada em sua imagem pública e na sua autorepresentação política, conduzindo-o a um engajamento mais explícito a questões sociais e reformas internas, que não se encontravam dissociadas de seus interesses coloniais.

---

<sup>182</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.2, p.111.

<sup>183</sup> DUTRA, op. cit., 2002, p.19.

## 5. A QUESTÃO SUL-AFRICANA – REVISITADA: LITERATURA E HISTÓRIA POLÍTICA NO EMBATE COLONIAL

Como se viu nos capítulos precedentes, o engajamento de Rider Haggard com a “questão sul-africana” ocorreu por vias múltiplas, e que incluíam sua experiência junto à administração colonial em Natal e, posteriormente, no Transvaal; a inserção em redes de sociabilidades políticas e letradas vinculadas às discussões em torno do colonialismo; a participação em debates e campanhas eleitorais nas quais a experiência sul-africana era colocada em primeiro plano como argumento de legitimação de suas aptidões para o exercício de cargos políticos. Especialmente nos seus ensaios publicados na imprensa periódica e em *Cetywayo and his white neighbours*, Haggard cultivou uma perspectiva que observava os territórios sul-africanos como espaços nos quais as relações paternalistas poderiam ser reconstituídas. Contudo, foi por meio da sua produção literária que Haggard passou a ser considerado, pelo menos por parte de seus contemporâneos, como uma autoridade em assuntos africanos. Seus romances, ao representarem contatos e conflitos ao sul da África, difundiam entre muitos dos seus leitores e leitoras imagens e estereótipos concernentes ao chamado “continente negro”, frequentemente representado sob prismas raciais e com doses de sensibilidade romântica. Não se tratavam, todavia, de romances com um enfoque escapista, na medida em que, por meio de suas tramas literárias, Haggard visava refletir acerca de questões sociais, econômicas e culturais pertinentes ao seu contexto histórico, apresentando suas críticas e posicionamentos políticos a partir de narrativas que, por tocarem aos sentimentos e aludirem ao imaginário, eram mais acessíveis aos leitores comuns se comparados com textos estritamente políticos, ao exemplo dos *bluebooks*.

Este capítulo intenciona acompanhar as relações entre literatura e políticas coloniais em quatro romances de Haggard: *Jess* (1887), *Nada the Lily* (1892), *Swallow* (1899) e *Marie* (1912). O ponto de partida da análise compreende as obras literárias como objetos culturais inseridos no entrecruzamento de discursos e práticas político-sociais, portanto, evidências dos posicionamentos do letrado no que se refere à expansão colonial em África e à ocupação do território sul-africano. Para tanto, a problematização destas fontes parte de uma perspectiva teórico-metodológica que observa a literatura como lugar privilegiado para o estudo crítico da historicidade inerente às sensibilidades e aos afetos, às paixões e ações políticas, ao promover interações entre instâncias micro e macrosociais. Esse ângulo de observação visa submeter as ficções literárias a uma chave de análise que as entende como suportes materiais de transmissão e constituição dos imaginários políticos por meio da sua capacidade em mobilizar



sentimentos, atos e comportamentos coletivos<sup>1</sup>. Tratam-se, aliás, de romances que atuam na constituição dos “universos políticos, onde os autores participam e criam suas maneiras próprias de raciocinar, de julgar, de argumentar”, e que possibilitam “recuperar as várias maneiras de construção da inteligibilidade política”<sup>2</sup>. Por extensão, em um jogo de vai-e-vem entre circunstâncias sociais e individuais, o escrutínio histórico das fontes literárias também considera a ficção como resultado de certa perspectiva autobiográfica, isto é, na interação com as experiências concretas da trajetória do letrado, por sua postura ativa e participante no sistema político colonial, nas suas tomadas de decisões e nas formas de ação política.

A primeira parte do capítulo discute *Jess*, ressaltando-o como uma das vias pelas quais Haggard gestou e destilou seus ressentimentos derivados da devolução do Transvaal aos bôeres após o desfecho da guerra sul-africana em 1881. Por meio de seus personagens, o letrado visou abordar a humilhação derivada da perda territorial, metaforizada pela morte da heroína no desfecho da trama. Amargurado com os resultados da guerra, Haggard também aderiu ao pensamento racial da época, ao retratar os bôeres como indivíduos degenerados e movidos pelo seu fanatismo religioso e extremismo político. O interesse do letrado por formas de organização política também aparece em *Nada the Lily*, um romance histórico ambientado durante os reinados dos monarcas Shaka e Dingane, e que trata das sagas do bravo guerreiro Zulu Umslopogaas e de seu amor pela bela Nada, o “lírio” dos Zulus. O estudo concentra-se na mobilização de certa imaginação histórica e nos usos políticos do passado, ao atribuir a destruição do Reino Zulu a fatores internos, ao exemplo do autoritarismo de Shaka e a incompetência de Dingane, para amenizar a responsabilidade do colonialismo britânico no esfacelamento da organização sociopolítica dos Zulus.

Em *Swallow*, publicado entre o fracassado Jameson Raid e a eclosão da guerra de 1899, Haggard apresenta uma trama ambientada no período das migrações bôeres da década de 1830 e, por meio do romance entre a bôer Suzanne Botmar e o anglo-escocês Ralph Kenzie, delinea uma certa utopia racial anglo-bôer. Sem ignorar as distinções entre britânicos e bôeres na África do Sul, o letrado enfatiza as qualidades comuns entre esses grupos étnicos e, justamente em um período de crescentes tensões político-militares, sentidas tanto nas colônias quanto na metrópole, nos clubes intelectuais e na imprensa periódica, oferece um cenário marcado por relações interétnicas mais harmoniosas na formação de uma elite colonial. Finalmente, em *Marie*, publicado poucos meses após a formação da União Sul-Africana – que estabeleceu a unificação nacional sul-africana – Haggard retorna ao período do *Great Trek* e à

---

<sup>1</sup> KALIFA, op. cit., p.13.

<sup>2</sup> DUTRA, op. cit., 2002, p.20.

juventude de Allan Quatermain para discorrer a respeito dos direitos aos usos de terras, as resistências africanas e as relações anglo-bôeres imaginadas neste contexto.

### 5.1 – JESS, OU, A GESTÃO DOS RESENTIMENTOS POLÍTICOS

Após a devolução do Transvaal aos bôeres, no desfecho da guerra sul-africana de 1880-1881, Haggard enviou missiva à sua mãe, Ella, relatando que “a cada dia que passa, torna-se mais forte a minha convicção de que não podemos esperar paz ou segurança na África do Sul”. Em sua juventude, o letrado ansiara estabelecer-se profissionalmente e iniciar uma família em Natal, “mas os eventos foram contra nós”<sup>3</sup>. O retorno à metrópole foi marcado por golpes de ressentimento político e nostalgia pela África perdida, sentimentos que se converteram na intensidade da escrita ensaística e literária, especialmente em *Cetywayo and his white neihgbours*. Entre 1886 e 1887, Haggard publicou a versão serializada do romance *Jess* na revista *The Cornhill Magazine*, seguido da publicação em volume único em março de 1887. Ambientado durante a guerra no Transvaal, e com especial atenção aos impactos da devolução do território aos bôeres e às circunstâncias referentes à humilhação e perseguição aos britânicos na região, a trama de *Jess* possibilita uma atenção maior às circunstâncias políticas das sensibilidades literárias, sob o âmbito dos “fenômenos difusos das emoções e das paixões sociopolíticas”<sup>4</sup>. Trata-se, portanto, de uma fonte literária estruturada a partir dos mecanismos simbólicos das vivências políticas, em especial, como no caso em questão, de um “ódio recalcado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideravam inferiores. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada”<sup>5</sup>.

Algumas pistas a respeito das circunstâncias referentes à gênese de *Jess* podem ser localizadas no artigo publicado por Haggard na *Contemporary Review*, em fevereiro de 1887. Em *About Fiction*, ao identificar elogiosamente exemplos de ficções resultantes do “sofrimento pessoal por parte do escritor”<sup>6</sup>, Haggard referencia *The Story of a South African Farm* [sic], de Ralph Iron, pseudônimo utilizado pela escritora sul-africana Olive Schreiner ao publicar seu romance de estréia em 1883. Sabe-se também, a partir das correspondências de Schreiner, que os dois literatos foram correspondentes pelo menos desde 1884, quando a sul-

<sup>3</sup> COHEN, Morton. *Rider Haggard: his life and work*. Londres: Palgrave Macmillan, 1968, p.61.

<sup>4</sup> ANSART, Pierre. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002, p. 215

<sup>5</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p.18.

<sup>6</sup> HAGGARD, H. Rider. *About Fiction*. *Contemporary Review*, fevereiro de 1887, p.180.

africana afirmava ter “recebido uma carta e uma novela chamada ‘Dawn’ de um Sr. H. Rider Haggard, que leu S.A.F. [Story of an African Farm]”<sup>7</sup>. Publicado em dois volumes, *The Story of an African Farm* relatava as vidas de três personagens numa fazenda no interior sul-africano, da infância à vida adulta: a jovem inglesa Lyndall, sua prima Em e o filho do capataz, Waldo. Inserido no clima de efervescência cultural e controvérsias estéticas da década de 1880, o romance foi responsável por projetar Olive Schreiner ao campo intelectual vitoriano; simultaneamente, foi alvo de críticas pela conduta moral da personagem Lyndall, que engravida e, para evitar a submissão, se recusa a casar com seu amante. Por meio da personagem, Schreiner “questiona a dependência econômica e intelectual da mulher, o papel do casamento e da maternidade”<sup>8</sup> e utiliza o texto literário para enredar críticas à ambição do colonialismo na África. Assim, *The Story of an African Farm* figura como “uma formidável denúncia da trindade profana de império, família e Deus (...), e a significação radical do livro está na convicção de Schreiner de que uma crítica da violência do colonialismo também implica uma crítica da domesticidade e da instituição do casamento”<sup>9</sup>.

Enquanto o romance de Schreiner minava a submissão feminina e as práticas violentas derivadas do colonialismo, *Jess* verbaliza as críticas de Haggard à hipocrisia política e ao oportunismo do Partido Liberal no que compete à questão sul-africana. Em *The Days of My Life*, Haggard considerava *Jess* como “um registro vivo de nossa vergonha na África do Sul, escrito por alguém que teve que suportá-la. E assim ela vive, pois é um pouco de história colocada em uma forma tangível e humana”<sup>10</sup>. A perda do território do Transvaal, que perpassou suas experiências coloniais na África do Sul, tornou-se fonte de humilhação e ressentimento para o letrado, sentimentos que ele visou traduzir e ressignificar por meio de *Jess*, narrativa em que os impasses românticos de um soldado britânico e duas juvenzinhas transvaalenses são entrecortados pelo acirramento das tensões políticas entre britânicos e bôeres. Os personagens da trama tornam-se representativos de microcosmos de figuras sociais relacionadas à restituição do Transvaal aos bôeres, retratados na obra como cruéis, irresponsáveis, incivilizados e gananciosos. Entre razões e sentimentos, Haggard visou fornecer sentidos explicativos para a experiência vivenciada em sua fase sul-africana, e, neste movimento, revestiu sua ficção com formas de interpretação de processos históricos entre a imaginação literária e a política.

<sup>7</sup> Carta de Olive Schreiner para Havelock Ellis (12/10/1884). Harry Ramson Center, University of Texas. Referência: HRC/CAT/OS/2b-iii.

<sup>8</sup> GOMES, op. cit., 2010, p.70.

<sup>9</sup> MCCLINTOCK, op. cit., p.404-405.

<sup>10</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.365-366.

A trama inicia-se em meados de 1880, com a chegada do protagonista, John Neil, um capitão do exército britânico (*rooibatje*) que abandonou a carreira militar para tornar-se sócio da Mooifontein, a fazenda de avestruzes de Silas Croft, no interior da então chamada Colônia do Transvaal. Ao chegar à fazenda sul-africana, Neil é repentinamente atacado por uma avestruz, mas, com o auxílio de uma jovem, conseguem derrotar a ave. A jovem, Elizabeth “Bessie” Croft, acompanha o novo parceiro de seu tio Silas em direção à fazenda; no caminho, encontram-se com nativos e com a irmã mais velha de Elizabeth, a intelectual Jess, descrita na trama como uma mulher corajosa e sentimental, que nutre aspirações literárias e sonha em ir à Europa para se tornar uma escritora. Sob muitos aspectos, Jess representa o oposto de sua irmã, pois Bessie era descrita como uma jovem dócil e doméstica, cuja garantia de felicidade associa ao casamento e à maternidade. Em Mooifontein, Silas relata a Neil a origem familiar das duas garotas: quando crianças, elas foram trazidas da Europa pela mãe, para escapar do pai alcoólatra; a mãe das garotas faleceu durante a viagem, e Silas adotou-as desde então. Eventualmente, o pai de Bessie e Jess viaja ao Transvaal com o objetivo de recuperar suas filhas, mas é expulso da fazenda por Silas. Humilhado, prometeu vingança, mas morreu durante um de seus estupores alcoólicos, antes de cumprir a vendeta.

Com o passar do tempo, Neil acostuma-se à rotina em Mooifontein, auxiliando Silas. O militar britânico, que se aproxima dos Crofts e de seus empregados africanos, também é apresentado ao abastado Frank Muller, um anglo-bôer detestado por Silas e suas sobrinhas devido à ganância e crueldade. Muller pede a mão de Bessie em casamento, mas é rejeitado pela jovem e culpabiliza a presença de Neil pela rejeição. Com o passar das semanas, as duas irmãs apaixonam-se por John Neil, sem uma ter o conhecimento dos sentimentos da outra. Bessie finalmente admite à irmã que recusara a proposta de casamento de Muller, e que desde então estava cada vez mais apaixonada por Neil; Jess, apesar das mágoas e do sofrimento amoroso, coloca a felicidade da irmã em primeiro lugar e reage estoicamente às notícias, abandonando a fazenda sob o pretexto de visitar alguns colegas de escola em Pretória. Antes, porém, Jess pede a Neil que proteja Bessie contra as ações nefastas de Frank Muller, o qual prometera a si mesmo que teria a garota para si a qualquer custo. A inimizade entre John Neil e Frank Muller torna-se clara quando o britânico encontra o bôer castigando fisicamente Jantje, um empregado africano de Silas Croft, e humilha o vilão espancando-o publicamente diante de uma multidão de africanos.

Neil finalmente pede a mão de Bessie em casamento, mas os instantes de felicidade conjugal são esfacelados com os rumores de crescentes animosidades entre bôeres e britânicos. Muller, ao receber as notícias, vê na guerra uma oportunidade de ascensão social e

política, a possibilidade de governar um estado bôer após a expulsão dos britânicos do Transvaal. Com as ameaças de guerra, Muller oferece a Silas Croft proteção para sua família, em troca da mão de Bessie em casamento; o fazendeiro afirma que a decisão daquilo cabia à sobrinha, e ao descobrir que Muller já havia sido rejeitado, Croft o expulsa de sua Mooifontein, mesmo diante das ameaças do anglo-bôer. Em sua fuga, Frank encontra-se com Bessie, e tenta violentá-la, mas suas ações são impedidas por Jantje. Em dezembro, a guerra eclode, e a fazenda Croft recebe as notícias de que os bôeres conseguiram derrotar um batalhão britânico. John, ao lado de um africano Swazi chamado Mouti, parte à Pretória para trazer Jess em segurança ao lar. Desviando de guarnições bôeres e correndo alto risco de vida, Neil consegue infiltrar-se na cidade sitiada.

Jess, que planejava deixar Pretória, recebe notícias do noivado da irmã e, mesmo que feliz por Bessie, decide jamais ver John Neil novamente. Os dois se reencontram em meio à guerra, e permanecem na capital durante o cerco. Acuados, refugiam-se em uma cabana abandonada, enquanto John une forças aos voluntários que lutavam para defender a cidade. Jess recebe falsas notícias de que Neil havia sido morto, e desaba em seus braços ao reencontrá-lo vivo, confessando-lhe sobre seus sentimentos. A recíproca era verdadeira, mas a jovem lembra o soldado de seu compromisso com Bessie. Ferido com um tiro na perna, John passa por uma cirurgia, e Jess cuida dele até sua recuperação; ambos prometem esquecer-se de seus sentimentos, mas intimamente reconhecem a impossibilidade do gesto.

Com o auxílio de um bôer, Hans Coetzee, Jess consegue passes para ela e John deixarem Pretória. Coetzee informa Muller da fuga do casal, e o anglo-bôer promete executar todos, exceto Bessie. O vilão encontra o casal, dando ordens aos bôeres que os acompanhavam para afogar John e Jess num rio próximo ou atirar neles na travessia noturna. Durante a noite, uma tempestade recai sobre o grupo; a luz dos relâmpagos permite a Jess e John vislumbrar as armas erguidas dos bôeres, e o casal foge pela correnteza caudalosa, enquanto os bôeres, com exceção de Muller, são fulminados por um raio. Na fazenda, Silas desafia as ordens dos bôeres e hasteia a bandeira britânica, ato que leva Frank Muller a acusá-lo de alta traição. Algumas semanas mais tarde, Croft é apreendido pelos bôeres, e Muller propõe a Bessie que ela o aceite como marido em troca da liberdade e da sobrevivência do tio. Furioso com a recusa, Muller ameaça violentá-la, e Silas é condenado à morte.

John e Jess são presos por um grupo de bôeres, mas a garota logo é libertada e consegue alcançar Mooifontein, onde Jantje a informa dos eventos recentes. Os dois tentam libertar Bessie, que estava presa em uma das cabanas, e presenciam a chegada de Muller, o qual informa a juvenzinha da suposta morte da irmã, ação que a leva a finalmente aceitar as

propostas do anglo-bôer. Jess, ao lado de Jantje, chega à conclusão de que a única possibilidade de sobrevivência para toda a sua família implicava na morte de Frank Muller. Jantje, cujos pais haviam sido mortos pelo pai de Muller, decide matar o anglo-bôer com as próprias mãos, mas no momento decisivo, perde a coragem. Jess, que o acompanhava, toma a faca para si e assassina Muller. John, que até aquele momento havia sido prisioneiro dos bôeres, consegue escapar para a fazenda Croft, e tomado pelo cansaço, decide dormir em uma caverna. Após escapar do acampamento bôer, Jess também alcança a mesma localidade e, fatalmente acometida pela exaustão, morre ao lado de John. Ao final da trama, Jantje desaparece sob as acusações da morte de Muller, Silas é libertado, e os sobreviventes retornam à Inglaterra, onde Neil e Bessie finalmente casam-se.

Por meio do texto literário, Haggard sobrepõe os dramas de personagens individuais a um plano de fundo comum: a guerra sul-africana de 1881 e a devolução do Transvaal após a Convenção de Pretória. A humilhação pelo que caracterizava como uma derrota para o Império Britânico, somada às críticas que Haggard direciona à administração liberal do primeiro-ministro britânico William Gladstone, incidem na produção de um texto que expressa o ressentimento político do letrado diante dos eventos testemunhados. Para Haggard, tanto em seus textos ensaísticos quanto na produção literária, o Transvaal apresentava-se outrora como um lugar de revitalização política e econômica, de construção do prestígio viril, emoldurado por uma natureza exuberante e sublime, características que intensificam a sensação de um verdadeiro paraíso perdido após perder seu estatuto de colônia do Império Britânico. Por esse motivo, convém enfatizar as impressões da sensibilidade romântica nas descrições da natureza do Transvaal, pois demonstram o esforço do literato em instrumentalizar um conjunto de ideias e percepções que levam a um enaltecimento de seu espaço natural, em clara oposição ao que entende como o extremismo político dos bôeres. É o que se observa, por exemplo, na descrição da “primavera africana” em uma “tarde gloriosa (...), embora tão intensamente imóvel. Por todos os lados havia evidências da vida. O inverno terminara, e agora, da tristeza e esterilidade de sua estação seca, erguia-se um jovial e amável verão, envolto em luz do sol, adornado com orvalho e perfumado com o sopro das flores”<sup>11</sup>. A nostalgia pela África perdida da sua juventude torna-se uma sensibilidade complementar ao ressentimento agravado pelo senso de humilhação política após a devolução do território transvaalense aos bôeres. Haggard, que escrevia após a devolução territorial para os bôeres, remete a um caráter positivo da natureza sul-africana, descrevendo-a em termos nostálgicos,

---

<sup>11</sup> HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1887, p.50.



ou ainda como impossível de ser plenamente apreendida pelo domínio racional, com ênfase na pequenez do homem europeu diante do espaço natural. Afinal, o letrado afirma que

John parou e observou a beleza indomada da cena, sua mente comparando-a com muitas visões cultivadas que ele conhecia, e chegando à conclusão de que, por mais desejável que a presença do homem civilizado fosse no mundo, pode-se dizer que suas ações pouco acrescentam a esta beleza<sup>12</sup>.

Em *Jess*, o autor promove certa feminilização da paisagem transvaalense, de modo a abstrair “o corpo feminino como uma geometria da sexualidade capturada sob a tecnologia da forma imperial”<sup>13</sup>. Assim como o mapa que guia Allan Quatermain na busca pelas fabulosas minas do Rei Salomão, as metáforas femininas utilizadas para descrever a natureza do Transvaal relacionam-se ao que Anne McClintock designou de “pornotrópicos”, evocando as ansiedades masculinas pela conquista contrapostas a um território que é feminilizado e, nesta ótica, passível de ser conquistado. Desta forma, logo na abertura do romance, Haggard afirma que a vegetação sobre o *veldt* “deslocava-se, bifurcava-se e reunia como as veias no braço de uma mulher, completamente coberta com uma espessa camada de poeira avermelhada”<sup>14</sup>. E, enquanto Bessie era associada à Mooifontein e aos jardins transvaalenses, a protagonista titular era constantemente relacionada a Lion’s Kloof, uma gruta repleta de flores “em pleno desabrochar”; adicionalmente, a intensidade dos sentimentos de Jess era narrada a partir de metáforas geográficas, na medida em que “em naturezas como aquelas, o amor se ergue feito o vento sobre o seio tácito de algum mar distante”<sup>15</sup>. Estas descrições sensíveis do interior do Transvaal transformavam-no em um paraíso perdido, o que reforçava o sentido político da trama – a humilhação e o ressentimento derivado da perda colonial – mas também se embasavam em um “gesto compensatório” às crises de identidade colonial masculina, na premissa de que “as mulheres são a terra que está para ser descoberta, penetrada, nomeada, inseminada, e acima de tudo, possuída”<sup>16</sup>.

Ao lado da natureza do Transvaal, Haggard remete seus leitores à questão racial. Os bôeres, de um modo geral, são apresentados na trama como detentores de certo extremismo político e fanatismo religioso, características que Haggard, assim como muitos de seus contemporâneos, atribuíam a condições raciais derivadas da longa permanência em território colonial. Assim, por exemplo, após escaparem do cerco militar à capital, Pretória, Jess e John

---

<sup>12</sup> Ibidem, p.21.

<sup>13</sup> MCCLINTOCK, op. cit., p.18.

<sup>14</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p.1.

<sup>15</sup> Ibidem, p.44-45; p.62.

<sup>16</sup> MCCLINTOCK, op. cit., .58.

encontram dois rebeldes bôeres, os quais são descritos em termos fisionômicos que enfatizam, em um deles, “a expressão peculiarmente vilanesca no semblante, e um dente proeminente que se projetava sobre um isolamento horrível no lábio inferior”, e no outro, a profusão de cabelos e pelos faciais que o tornam “mais parecido com um grande macaco barbado do que com um ser humano”<sup>17</sup>. Esse último, “um bôer do tipo mais selvagem, vindo das fronteiras distantes de Zoutpansberg” recebe de Jess o apelido de *Vilderbeeste* (Gnu), em referência “à aparência e ferocidade do animal peludo”. A animalização de comportamentos encontrava-se no cerne das metáforas raciais empregadas por muitos letrados do período ao descreverem a variação humana em termos hierárquicos, simultaneamente valendo-se do argumento pseudocientífico para legitimar desigualdades sociais ao enfatizar que as diferenças naturais explicariam os motivos pelos quais alguns grupos eram dotados de maior competência para assumir responsabilidades e comandar. Nos bôeres descritos em *Jess*, Haggard conjugava um misto de características negativas, ao exemplo da degenerescência racial e a tendência à insurreição contra a autoridade britânica, a qual era, tal qual apontado previamente, interpretada pelo letrado como um baluarte de proteção paternal e justiça.

Nas dinâmicas do ressentimento de Haggard, o ódio e a humilhação, inflamados por preceitos de certo racismo vulgarizado, são movidos primariamente contra os bôeres, descritos como racialmente condicionados à violência. Contudo, o letrado também mobiliza elementos raciais e racistas para descrever os personagens africanos, ao exemplo do capataz da fazenda, Jantje, entregue aos excessos alcoólicos, a atitudes acovardadas e às superstições nativas, mas que é igualmente visto como vítima de práticas cruéis promovidas por colonos bôeres como Frank Muller. Na ótica do letrado, que em *Jess* atualiza e vulgariza os preceitos do racismo oitocentista, Jantje, assim como outros africanos, era como uma “criança civilizada”, dotado de “instinto canino” e que “ansiava por feras selvagens e inimigos, e se não houvesse nenhum disponível, ele se satisfazia fingindo a sua presença”<sup>18</sup>. Simultaneamente, Haggard denuncia os preconceitos raciais e a violência interétnica promovida pelos bôeres, afinal, Frank Muller não hesita em ameaçar “meter uma bala”<sup>19</sup> em Jantje e, após acusá-lo injustamente de roubo, pune severamente o negro a chicotadas. Embora categorize-o como uma “criança civilizada”, portanto dependente da tutela paternal representada pela administração colonial, o romancista não ignora certa consciência do

---

<sup>17</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p.198.

<sup>18</sup> Ibidem, p.110-298.

<sup>19</sup> Ibidem, p.84.

africano com relação ao seu estatuto no Transvaal após a anexação: “a terra é britânica agora, e bôeres não podem matar os negros como querem!”<sup>20</sup>.

O argumento racial havia sido mobilizado por Haggard em *Cetywayo and his white neighbours* para justificar a ocupação do Transvaal pelos britânicos, sob o pretexto da proteção benevolente das populações africanas. As denúncias concernentes à manutenção da escravidão e práticas de violência arbitrária entre os bôeres eram utilizadas nesse contexto para legitimar a intervenção shepstoniana na república sul-africana e, ao sensibilizar o público leitor, almejavam promover seu engajamento afetivo e compaixão pelas “crianças civilizadas”. Em *Jess*, Haggard avança nesta direção, ao relatar o histórico familiar de Jantje: sua família era composta por *bijwoners*, isto é, africanos pobres que receberam autorização para viver em choças na propriedade de Jacob Muller, pai do vilão. Quando o gado deixado aos cuidados do pai de Jantje morreu, Jacob Muller acusou o africano de roubar e revender os animais, “e bateu nele com um chicote até que ele estava todo ensanguentado, e embora nós mostrássemos a ele os ossos do gado, ele dizia que tínhamos roubado e vendido”<sup>21</sup>. Certo tempo depois, após o desaparecimento de outro rebanho, Jacob e o filho amarraram Jantje e sua família em árvores, e após torturá-los, executaram quase todos a tiros. Jantje foi salvo no último instante, quando o gado reapareceu. A morte de africanos, causada na trama pelas ambições dos bôeres insurgentes e por suas práticas de escravização, adere ao clima de impunidade que Haggard atribuía à devolução do Transvaal aos grupos revoltosos.

De um modo geral, os africanos em *Jess* são representados como indivíduos em processo de incorporação na sociedade colonial, para serem utilizados como mão de obra nas fazendas de britânicos e bôeres. Esse processo, contudo, era visto por Haggard de forma ambígua, pois, como ilustrado por Hendrik, o laçao africano de Frank Muller e responsável pela destruição da fazenda dos Croft, o contato com a “civilização” corrompera não apenas as formas tradicionais de organização social e cultural dos africanos, mas também traços do caráter de africanos, tornando-os subservientes e vilanescos. Hendrik, por exemplo, era associado por Muller a algo “inferior a um cão”, e era descrito por Haggard como o “familiar” de Muller<sup>22</sup> – um termo utilizado para categorizar os animais associados à feitiçaria – por utilizar de práticas divinatórias ao serviço do anglo-bôer. Jantje, por sua vez, era descrito como um indivíduo de feições degeneradas, “cuja idade poderia ser qualquer uma entre vinte e cinco e sessenta; era impossível formar qualquer opinião a respeito”, além de ser dotado de

---

<sup>20</sup> Ibidem, p.75.

<sup>21</sup> Ibidem, p.78.

<sup>22</sup> Ibidem, pp. 247-248.

uma “face amarelada feito um macaco, distorcida numa expressão de intensa maldade”. Haggard assegura aos seus leitores que Jantje movia-se “de arbusto em arbusto feito uma pantera, ou arrastando-se pela grama como uma serpente”<sup>23</sup>, termos que contrastavam com a bravura, a coragem e a disciplina que o letrado atribuía a africanos pouco integrados à sociedade colonial, ao exemplo dos Zulus, e que demonstram a extensão do pensamento racista na sua produção literária. Afinal, nesta lógica, os africanos estariam desprovidos de qualidades e características humanas – e, por extensão, de direitos políticos – e necessitariam da tutela justa e benevolente do colonialismo britânico.

Todavia, é com Silas Croft – o pequeno e injustiçado colono britânico – que Haggard parece escoar com maior constância seu ressentimento. Afinal, ao longo das semanas entre dezembro de 1880 e março de 1881, Silas, um britânico patriótico que deixou a metrópole para tentar o êxito financeiro em atividades agrícolas no Transvaal, permanece fervorosamente confiante na administração britânica, afirmando para sua sobrinha Elizabeth:

A correnteza irá mudar ao final, minha querida, ele disse, e nós teremos nossa oportunidade. Bem, já está na hora, depois de todo o embaraço e perdas e agonias que passamos. (...) Porém, há um fim para isto agora. Eu sabia que eles jamais iriam desistir e nos abandonar<sup>24</sup>.

Por manter a flâmula britânica erguida diante de sua fazenda, Silas é eventualmente preso pelos bôeres insurgentes e submetido a um longo e torturante julgamento. É aqui que, ao ser acusado por Muller de traição e revolta contra a república reestabelecida, Silas é alertado da devolução do Transvaal aos bôeres e, por extensão, confinado a sua nova condição de réu apátrida, abandonado pelo governo britânico à própria sorte e descrito por Haggard nos seguintes termos:

era uma visão terrível ver este homem velho, bom e temente a Deus, sua face ferida, os cabelos cinza embebidos em sangue, e as roupas praticamente em trapos no corpo, andar e cambalear de um lado ao outro, blasfemando contra seu criador e o dia em que nasceu; declamando execrações ao seu amado país e ao nome do Inglês, e o governo que o desertara, até que sua natureza lhe tomasse conta, e ele caiu imóvel, lá, à sombra de sua bandeira desonrada<sup>25</sup>

O julgamento de Silas Croft, manipulado por Muller com base em suas ambições pessoais, muito possivelmente reverberava a perspectiva do letrado a respeito dos contrastes gerados pela pluralidade de sistemas legais vigentes nas colônias e territórios sul-africanos da década de 1880, em especial, das distinções entre “a *common law* britânica e o direito

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 27; p.265.

<sup>24</sup> Ibidem, p.255.

<sup>25</sup> Ibidem, p.263.

romano-germânico praticado nas Repúblicas Bôeres” – sem contar “os sistemas nativos de regulamentação de suas sociedades”<sup>26</sup>, que receberam atenção em obras posteriores do romancista (*Nada the Lily*). Na perspectiva de muitos juristas britânicos, os sistemas legais praticados pelos bôeres eram retrógrados e atrasados e, por isso, as reações imediatas de Silas, perante a corte marcial formada pelos bôeres insurgentes, parecem derivar dos conflitos gerados pela interação destas práticas jurídicas: “eu sou um cidadão britânico. Apenas defendi minha casa após vocês terem assassinado um dos meus servos. Eu nego a sua jurisdição sobre mim, e me recuso a me declarar culpado”<sup>27</sup>. O episódio conjuga uma interlocução entre sentimentos e política, ao enfatizar a humilhação e a mágoa enquanto efeitos imediatos da devolução do Transvaal aos bôeres, sentidos e ressentidos por aqueles que, ao exemplo de Haggard (e Silas Croft), vivenciaram o calor do momento em solo sul-africano.

O desfecho da narrativa literária igualmente promove a ideia da colônia enquanto um paraíso perdido, de oportunidades econômicas e sociais que foram, após 1881, destituídas dos colonos britânicos na região. A morte de Jess e o retorno do casal John e Bessie para a metrópole promoviam a sensação de que, a despeito de sua natureza exuberante, o Transvaal dos bôeres nada mais ofereceria aos britânicos. Neste sentido, Haggard atualizava, em uma forma literária, muitas das suas ideias políticas delineadas originalmente em *Cetywayo and his white neighbours*, apresentando em tom de denúncia os danos causados aos colonos anglo-africanos prejudicados com a devolução do território transvaalense, de modo a culpabilizar não somente a ação bôer mas também o descaso do governo britânico na gestão liberal de William Gladstone. Haggard atribuía o resultado da guerra como resultante das políticas de não-intervencionismo por parte do primeiro-ministro, causando um efeito de “humilhação nacional sobre nós”<sup>28</sup> ao devolver o território transvaalense aos bôeres revoltosos.

Haggard não estava sozinho: na coluna de apreciação literária do periódico *The Times*, o leitor anônimo anunciava que, a despeito de algumas liberdades criativas, a trama era “demasiadamente verídica (...). Até a última página nós cultivamos um pouco de esperança que ele tenha algum reconforto para o orgulho britânico, e que a ficção irá salvar a crueza que a história deixou”. Contudo:

É em vão; o autor, com tanta amargura como se ele mesmo tivesse aguardado pelos soldados ao resgate que nunca chegou, está determinado que seus leitores bebam novamente a taça da vergonha, sem conseguir encontrar uma única gota redentora de doçura. É possível pensar que o Sr. Haggard traduziu os bôeres; talvez seja injurioso nele nos apresentar personagens que

<sup>26</sup> GOMES, op. cit., 2015, p.140.

<sup>27</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p.276-277.

<sup>28</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, p. 96.

corporificam tudo o que se ouviu falar da hipocrisia Bôer, brutalidade e desprezo pela vida nativa. Mas a menos que o leitor aceite que Frank Muller, o clã Koetzee, Carolus, o *Vilderbeeste* e todos os demais, são difamações grosseiras sobre aquele ‘simples povo pastoral’ e inventados apenas com a função de colorir a ficção, ele se erguerá de ‘Jess’ com a convicção desconfortável que a magnitude da rendição dos súditos britânicos a tais criaturas deveu-se à covardia e traição<sup>29</sup>.

Tanto em *Jess* quanto em outras documentações do período, a guerra sul-africana de 1880-1881 era apresentada como um conflito entre populações brancas, entre britânicos e bôeres, de modo que os africanos eram comumente vistos como testemunhos passivos ou, tal qual manifesto por Haggard em *Cetywayo and his white neighbours*, como vítimas da opressão bôer. Tome-se, a título de exemplo, a caricatura *The School of Musketry* (Figura 5), publicada na *Punch* em maio de 1881 logo após o desfecho dos conflitos, e que apresentava, em tons satíricos, o despreparo dos britânicos diante da capacidade militar dos bôeres: enquanto o condecorado oficial britânico refestela-se em papeis que ensinam a “teoria da prática de mosqueteiro”, o bôer, com armas em mãos, oferece-se para ensiná-lo na prática<sup>30</sup>. Sob essa perspectiva, a guerra era vista como um confronto de homens brancos pelo Transvaal, ignorando ou diminuindo a presença histórica e o protagonismo de Zulus, Xhosas, Swazis e Basothos na região. Os africanos são representados em *Jess* sob o prisma do paternalismo social de Haggard, ora enquanto aliados dos britânicos, ao exemplo do lacaio “hotentote” Jantje, ou servos dos bôeres, tal como o “kaffir” Hendrik, um “feiticeiro caolho” de “semblante vilanesco”<sup>31</sup>, fiel a Frank Muller mas que simultaneamente sofre com os castigos físicos de seu mestre bôer. Ainda assim, o letrado não ignora o papel das “fontes nativas”<sup>32</sup>, isto é, dos africanos enquanto informantes durante o período de conflitos, capazes de deslocarem-se com mais facilidade em um ambiente hostil e, por isso, vistos por ele como elementos atuantes nas relações de força na guerra de 1880-1881.

<sup>29</sup> JESS. *The Times*, 25 de março de 1887, p.13.

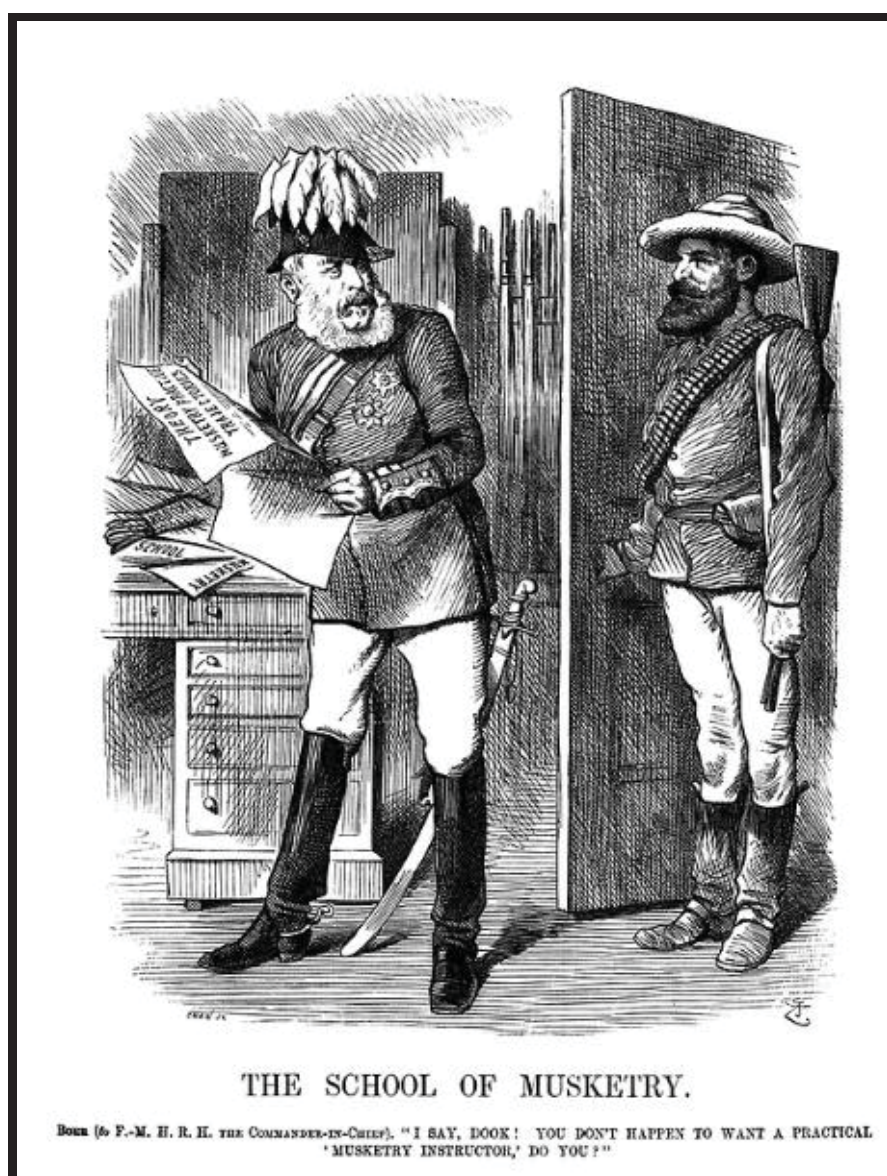
<sup>30</sup> Sobre análises a respeito desta e de outras caricaturas, ver: SANTOS, Kennya Souza. *As guerras anglo-bôeres através de caricaturas da revista ilustrada Punch Magazine* (1881-1902). Monografia em História. Florianópolis: UFSC, 2014.

<sup>31</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p.245.

<sup>32</sup> Ibidem, p.235.



FIGURA 5: “A ESCOLA DE MOSQUETERIA”



(Fonte: *Punch, or the London Charivari*, 07 de maio de 1881, p.211).

Traíçoeiros e vilanizados, ou covardes e subservientes, os africanos em *Jess* distinguem-se fundamentalmente da nobreza e da bravura atribuídas por Haggard aos Zulus em outros de seus romances, sobretudo daqueles ambientados nas primeiras décadas do século XIX, no contexto da expansão do Reino Zulu ou do *Great Trek*. Aqui, assim como em alhures, o letrado parece evidenciar o modo como o contato com a presença colonial europeia ao sul da África não apenas corroeu as bases sociopolíticas nativas, mas também corrompeu o caráter dos homens e mulheres africanas – uma preocupação que já anunciara em seus artigos a respeito da “questão nativa”. Vilanizados ou escravizados, os africanos em *Jess* contrastam

com o senso de hora, coragem e obediência às instituições sociais e políticas, elementos que o letrado relacionava fortemente aos Zulus em *Nada the Lily*, como veremos adiante.

Em suma, *Jess* configurava-se como um romance produzido a partir da interação com processos macropolíticos, na medida em que, por meio dos martírios de seus personagens, Haggard visava dar vazão aos seus sentimentos e paixões políticas concernentes à questão colonial e à devolução do território do Transvaal aos bôeres. Ao apropriar-se de elementos já familiares ao público leitor na metrópole, em especial de certas convenções narrativas popularizadas poucos anos antes com a publicação de *The Story of an African Farm*, a escrita de Haggard assumia um tom de denúncia diante da perspectiva de “tempos difíceis” nos quais “[o Transvaal] não [era] mais um país para os ingleses”<sup>33</sup>. Ao lado do ressentimento e da humilhação, tal qual ilustrado pelo personagem de Silas Croft, o letrado igualmente ressaltava a nostalgia pela África perdida de sua juventude, metaforizada pela morte de Jess e pela separação dos amantes. O coração partido de John Neil assumia uma dimensão política, se contraposto à perda territorial; da mesma forma, suas expectativas de reencontrar Jess podem simbolizar os rastros de certa expectativa, por parte de Haggard, na compensação política pelos resultados da guerra contra os bôeres – e talvez de alguns de seus contemporâneos, já que semelhantes expectativas moveriam o *randlord* Cecil Rhodes a tentar reintegrar o Transvaal às posses britânicas em 1895 de forma malfadada no Jameson Raid.

## 5.2 – *NADA, THE LILY*: USOS POLÍTICOS DO PASSADO E IMAGINAÇÃO LITERÁRIA

Intrigado pelos fracassos nos projetos coloniais que visavam estabelecer uma agenda política descentralizadora para a região da Zululândia, Haggard escreveu *Nada the Lily* em torno de duas tramas paralelas, ambas concernentes a questões de soberania e autoridade entre os Zulus: a história de Shaka e sua ascensão ao trono, e a trajetória de Umslopogaas, personagem ficcional e filho do rei africano. Logo, trata-se de um texto literário construído a partir dos usos políticos da imagem de Shaka para fornecer sentidos explicativos à expansão e queda do Reino Zulu, utilizando-o como uma alegoria para a experiência da derrota e para os antagonismos políticos na Zululândia. Para tanto, Haggard apropria-se de elementos da perspectiva shepstoniana a respeito dos deslocamentos étnicos e movimentos migratórios na África do Sul das décadas de 1820 e 1830, localizando os Zulus como o epicentro responsável pela “onda de desolação” no interior do subcontinente. Esta incursão ao passado sul-africano

---

<sup>33</sup> Ibidem, p.241.

na forma de romance histórico povoado de personagens africanos enquadra-se no que pode ser categorizado como uma tentativa de representar “os Zulus, de modo a remover os britânicos da responsabilidade sobre a derrocada do Reino Zulu. *Nada* reescreve os Zulus como vítimas, e não como agentes da história”<sup>34</sup>. Entretanto, *Nada the Lily* ainda atua de modo a conciliar posicionamentos contraditórios por parte de Haggard: de um lado, um exercício de legitimação da tutela paternal do colonialismo, contraposta à imagem de um Shaka tirânico e irracional, e, de outro, um elogio à virilidade e à bravura do homem Zulu, em especial pelo personagem Umslopogaas.

A se julgarmos pela data no manuscrito<sup>35</sup>, *Nada the Lily* foi redigido entre 1889 e 1890, ou seja, logo após a anexação da Zululândia e a publicação da segunda edição de *Cetywayo and his white neighbours*, o qual apresentava um novo prefácio, atualizado com as perspectivas de Haggard a respeito do futuro do Reino Zulu após seu desmantelamento. Haggard agora considerava plenamente justa a guerra contra Cetshwayo, sob a alegação de que o rei não havia cumprido com as premissas de convivência pacífica com a Colônia de Natal estabelecidas em acordo com Shepstone pela ocasião de sua coroação em 1873, além de tratar seus súditos com excessiva crueldade. Sua restauração ao governo de parte do território da Zululândia teria imediatamente levado a atos de vingança política contra os rivais do monarca. A morte de Cetshwayo, na perspectiva de Haggard, não resolveu o impasse, já que seu filho e herdeiro, Dinizulu, deu continuidade à guerra civil entre os Zulus. Com a apropriação de suas terras pelos bôeres, a administração da Colônia de Natal teria optado pela anexação do território Zulu: uma garantia, acreditava Haggard, da manutenção das terras para os africanos, a despeito das suas desvantagens para Dinizulu, “reduzido à posição de um chefe comissionado sob a autoridade do Residente Inglês”<sup>36</sup>.

Esses escritos, ao lado dos artigos publicados em sua juventude, evidenciam um ávido interesse pelas formas de organização política dos Zulus, ao exemplo de sua identidade coletiva, centralização política e sistema militar. A transição de Haggard para a ficção, e em especial para o formato do romance histórico em *Nada the Lily*, envolve uma “agenda ideológica” anunciada desde o prefácio da obra literária, dedicado a Theophilus Shepstone. Afinal, ao contar uma história destituída de personagens brancos, Haggard visa, ao mesmo tempo, exonerar o colonialismo britânico pela desestruturação da Zululândia e defender seu antigo mentor das acusações promovidas contra ele durante a guerra Anglo-Zulu. Mas, acima

---

<sup>34</sup> CHRISMAN, op. cit., 2000, p.99.

<sup>35</sup> HAGGARD, H. Rider. *Nada the Lily* (Manuscrito). Norfolk Records Office. NRO MS 4692/16, s.p.

<sup>36</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, p.xliv.

de tudo, *Nada the Lily* promove um debate em torno da “autoridade interpretativa: quem é e deve ser empoderado para interpretar o presente e o passado da África do Sul”<sup>37</sup>. Em suma, o projeto político de *Nada the Lily* envolve um esforço de reconstituição da “psique individual”<sup>38</sup> do homem africano alicerçado à instrumentalização do romance histórico na formulação de um álbi político para o colonialismo britânico.

A questão envolve, primordialmente, uma relação entre lugares políticos e os usos da cultura escrita na representação do passado sul-africano. Em 1875, Theophilus Shepstone, então ocupando o cargo de Secretário de Assuntos Nativos nas vésperas da anexação do Transvaal, publicou o artigo *The Zulus*, na revista *Cape Monthly Magazine*. Ao descrever a Colônia de Natal, Shepstone remetia-se às primeiras décadas do século XIX, período em que mudanças na Zululândia repercutiriam “em todo o sudeste da África”. Até então, “o país estava densamente habitado por numerosas tribos, lideradas por chefes independentes”, os quais “viviam em paz com seus vizinhos”, exceto em “conflitos eventuais, os quais não eram então sérios (...). Esses povos eram pacíficos e inofensivos, e viviam em felicidade e contentamento um com o outro”<sup>39</sup>. A partir de 1812, Shepstone conclui, este ambiente edênico e equilíbrio de forças teriam sido rompidos pelo “gênio sanguinário de Chaka”, ao ter dado início a uma política expansionista de aniquilação étnica e incorporação das “tribos vizinhas”, “compelidas a adotar também o novo sistema”. Como resultado, “onda após onda de desolação abateu-se sobre a terra, na forma de tribos em fuga (...), no esforço de estabelecer a maior distância possível entre eles e o inimigo universal Chaka”. O monarca Zulu, com a intenção de alcançar a “soberania universal”, teria promovido a expansão da “esfera de suas operações”<sup>40</sup>, tanto pela destruição de grupos rivais quanto pela incorporação dos exércitos derrotados em suas forças, gerando a desarticulação das identidades coletivas de outros grupos africanos e implicando no seu deslocamento geográfico.

Na imaginação histórica de Shepstone, o crescimento do Reino Zulu sob a égide de Shaka teria transformado “milhares de milhas quadradas em um deserto uivante, derramado rios de sangue, aniquilado comunidades inteiras, tornado os membros de outras em canibais, e causou misérias e sofrimentos”<sup>41</sup>. Sua perspectiva inseria-se em um quadro mais amplo de relatos e narrativas que, pelo menos desde a década de 1820, preocupavam-se em caracterizar as ações político-militares de Shaka kaSenzangakhona, descrever seus impactos sobre o

---

<sup>37</sup> Ibidem, pp.99-100.

<sup>38</sup> LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: USP, 1996, p.124.

<sup>39</sup> SHEPSTONE, Theophilus. *The Zulus*. *Cape Monthly Magazine*, v.11, 1875, pp. 95-96.

<sup>40</sup> Ibidem, p.97-98.

<sup>41</sup> Ibidem, p.103.

interior sul-africano e as relações interétnicas na região. Segundo Carolyn Hamilton, as primeiras narrativas de europeus acerca de Shaka foram promovidas por comerciantes no Cabo na década de 1820, as quais o caracterizavam como um indivíduo relativamente benigno, solícito a estabelecer relações comerciais com os colonos, sobretudo baseadas na comercialização de marfim e, muito possivelmente, de escravos. Após sua morte em 1828, assassinado por seus meio-irmãos, Dingane e Mhlangane, em disputas dinásticas, uma imagem mais negativa e depreciativa começou a circular, associada a um momento em que o monopólio dos comerciantes britânicos sobre a região a ser ocupada pela Colônia de Natal começava a ser fraturado. Tais narrativas eram igualmente debitárias às interações culturais resultantes do contato com a tradição oral africana, tanto dos apoiadores de Shaka quanto de seus inimigos: quando o historiador e linguista James Stuart coletou entrevistas com africanos no início da década de 1900, seus entrevistados forneciam visões múltiplas e até mesmo contraditórias a respeito da natureza da soberania de Shaka, mas muitos deles reforçavam a representação do monarca Zulu como um déspota monstruoso e autoritário<sup>42</sup>.

A imagem de Shaka foi ressignificada na década de 1870 nos escritos e nas políticas de tratamento dos nativos promovidas por Shepstone: o monarca passou a ser visto como um soberano autocrático, embora eficiente, cuja autoridade centralizada legitimaria o autoritarismo de Shepstone com base na tradição política Zulu. A participação do oficial britânico na coroação de Cetshwayo em 1873 estaria alinhavada a essa perspectiva, a qual foi minada com o advento da guerra Anglo-Zulu poucos anos depois, momento em que, para justificar o desmembramento do reino, a natureza bárbara de Shaka voltaria a ser enfatizada. A situação também assinalou um interesse pela história da formação do Reino Zulu e da sua fragmentação após a guerra, de modo que as narrativas em torno dos dois processos tornam-se sintomáticas das ansiedades concernentes à soberania e expansão territorial em âmbito colonial. Para muitos observadores vitorianos, o expansionismo de Shaka atuava como um elemento análogo e precursor ao colonialismo britânico da segunda metade do século, mas a destruição da Zululândia simultaneamente reafirmava e ameaçava as crenças na supremacia imperial: um lembrete vivo de que impérios, por mais invencíveis que possam parecer, poderiam ser derrotados. Assim, o reino Zulu, enquanto um exemplo de militarismo e de autoridade política, era visto com ambivalência, pois poderia evocar a eficácia da organização política com base em um governo centralizado e autoritário e, ao mesmo tempo, relacionada a

---

<sup>42</sup> HAMILTON, op. cit., 1998.



uma ameaça “bárbara” ou “selvagem” à expansão do colonialismo em nome do “progresso” e “civilização”<sup>43</sup>.

Até então, o reino Zulu distinguia-se por sua autonomia e complexa estrutura política. Em um espaço razoavelmente curto de tempo, entre o fim da guerra Anglo-Zulu em 1879 e a década de 1890, profundas transformações marcaram a região que outrora abrigara o reino Zulu, em especial, a deposição do rei Cetshwayo (e sua morte em fevereiro de 1884); a fragmentação do território; as disputas internas pelo poder entre os uSuthos pró-Cetshwayo e seus rivais liderados pelo chefe Zibhebhu kaMaphitha; a dissolução de seus regimentos militares e a eventual anexação do território pelos britânicos em 1887. Quando Rider Haggard pôs-se a escrever as primeiras páginas de seu *Nada the Lily*, ambientado nos reinados de Shaka e Dingane, a estrutura política dos Zulus aparentava-lhe estar em vias de extinção. No prefácio ao romance, o letrado deixava claro que em sua juventude “os Zulus eram ainda uma nação; agora aquela nação foi destruída, e o objetivo dos seus governantes brancos é arrancar o espírito guerreiro pelo qual ela se destacava, e substituí-lo por um espírito de progresso pacífico”<sup>44</sup>. A ambiguidade fica evidente: o avanço do colonialismo, visto como uma força benevolente, acarretaria na erosão das práticas costumeiras e das bases de organização sociopolítica dos africanos, por mais admiráveis que fossem.

O enredo de *Nada the Lily* inicia-se nas vésperas da guerra Anglo-Zulu, quando um viajante anônimo busca o auxílio de um velho africano, que se identificava pelo nome de Zweete. O velho, que vivia isolado e era reconhecido na região de Duguza (KwaDuzuka, em Natal) por suas habilidades de divinação, relata ao seu espectador a história trágica do bravo guerreiro Umslopogaas e de Nada, considerada como a mais bela mulher entre os Zulus. Logo, Zweete revela ao viajante sua verdadeira identidade: o curandeiro Mopo, que, décadas atrás, havia sido responsável pela morte de Shaka e de seus meio-irmãos, Dingane e Mhlangane. Logo no início do relato, Mopo deixa claro seus motivos: ele planejou a morte de Shaka após o monarca ter executado suas esposas, seus filhos e Baleka, a irmã do curandeiro e concubina do monarca; o assassinato de Dingane, por sua vez, foi provocada após causar a morte de Nada, a única filha sobrevivente de Mopo. Haggard parece traduzir as disputas dinásticas e os conflitos políticos dentre as elites Zulu em um *tableaux* doméstico, articulando brigas por poder, sucessões familiares e vinganças pessoais, e, no processo, pessoalizando ações políticas vistas como tirânicas em Shaka e a inaptidão para a soberania em Dingane. Assim, por meio da forma literária do romance histórico, Haggard torna palpável e familiar

---

<sup>43</sup> CHRISMAN, op. cit., 2000, p.76.

<sup>44</sup> HAGGARD, op. cit., 1895, p.xi.2



aos seus leitores personagens e momentos históricos que só seriam acessíveis majoritariamente na escrita “objetiva” e “neutra” de tratados históricos ou em *bluebooks*.

A narrativa oral de Mopo torna-se sugestiva da apropriação ou ressignificação de elementos da cultura Zulu e de suas formas de relação com o passado. De acordo com Sifiso Mxolisi Ndlovu, os relatos orais, transmitidos de geração em geração entre os Zulus, e comumente concernentes às sagas de seus monarcas, desempenhavam um papel central na sua organização cultural e política. As narrativas orais referentes ao passado (*umlando*) atuavam na legitimação da autoridade política do rei, forneciam senso e coesão para a estrutura social do reino Zulu; os *izimbongi*, poemas épicos declamados nas cortes, propagavam a visão de que as virtudes mais elevadas entre os Zulus eram baseadas no heroísmo e no auto-sacrifício pelo bem da comunidade. Os *izimbongi*, ao exemplo daqueles compostos por Magolwane e Mshongweni durante os reinados de Shaka e Dingane, contribuíam para a constituição de certa forma de consciência histórica, expressando simultaneamente as visões de mundo das elites dirigentes e insatisfações de ordem sociopolítica<sup>45</sup>. Em *Nada the Lily*, a oralidade africana era mobilizada simultaneamente para fornecer certo senso de autenticidade à narrativa e como uma forma de álibi político, inocentando o colonialismo britânico pela derrocada do reino Zulu. Se tradicionalmente estas narrativas orais eram mobilizadas para constituir a visão de mundo e o senso de experiência entre os africanos, Haggard apropria-se do recurso para sedimentar sua perspectiva acerca da própria desestruturação social e desestabilização política da sociedade nativa.

O relato de Mopo inicia-se em sua infância: o narrador africano era filho de Makedama, chefe dos Langeni, os quais “não formavam uma grande tribo; posteriormente, todos os nossos homens capazes constituíam um regimento completo no exército de Chaka, talvez houvesse entre duzentos ou trezentos homens”<sup>46</sup>. Mopo e sua mãe, que carregava no colo a irmã mais nova do narrador, Baleka, encontram-se com uma desolada mulher, Unandi (Nandi kaBhebhe eLangeni), acompanhada de seu filho, Shaka. Unandi havia sido expulsa do *kraal* de seu marido, o chefe Zulu Senzagkahona, após constantes maus tratos, e vagava desolada com seu filho em busca de abrigo no seu vilarejo de origem. A mãe de Mopo recusa-se a alimentar os viajantes famintos, mas Mopo apieda-se e entrega uma concha de água para o menino Shaka, o qual profetiza que, no futuro, tornar-se-ia poderoso e destruiria todos os Langeni por recusarem auxílio, com exceção de Mopo:

---

<sup>45</sup> NDLOVU, Sifiso Mxolisi. *African Perspectives of King Dingane Kasenzangakhona*. New York: Palgrave Macmillan, 2017, pp.1-35.

<sup>46</sup> HAGGARD, op. cit., 1895, p.7.

Muito bem, Mopo; agora vou lhe revelar meu nome. Meu nome é Chaka, filho de Senzangacona, e meu povo se chama Amazulu. E vou lhe dizer algo mais. Sou pequeno hoje, e meu povo é pequeno. Mas eu crescerei, e crescerei tanto que minha cabeça se perderá nas nuvens; você olhará para o alto e não vai conseguir ver. Minha face lhe cegará; será tão brilhante como o sol; e meu povo vai crescer comigo; eles irão devorar todo o mundo. (...) Então eu lembrarei da sua tribo – a tribo dos Langeni, que se recusaram a dar a mim e minha mãe um pouco de leite quando estávamos cansados. Você vê essa cuia; por cada gota que ela consegue carregar, o sangue de um homem será derramado – o sangue de um de seus homens”<sup>47</sup>.

Haggard torna a tirania de Shaka em um elemento congênito, aparente desde a tenra infância, e evidencia no episódio relatado a apropriação de um dos temas recorrentes nas narrativas oralizadas africanas, em especial dos Zulus: a profecia enquanto um elemento explicativo do real e estruturante de instituições políticas. Diversas tradições culturais associavam a morte de Shaka a uma profecia de que a terra seria eventualmente ocupada por brancos; e em *Nada the Lily* seu assassinato é profetizado a Mopo pela aparição de Inkosazana-y-Zulu, uma divindade feminina que surge recorrentemente ao narrador. A utilização de profecias que anunciam a inexorabilidade dos destinos humanos aproxima-se do que Wendy Katz categoriza como a marca do fatalismo na ficção de Haggard, em um misto de preceitos de determinismo biológico que regeriam a ação humana alicerçados às crenças religiosas do letrado em desígnios divinos e nas premissas teleológicas da sua devoção ao avanço do Império Britânico<sup>48</sup>. Com isso, Haggard exime o colonialismo britânico da responsabilidade moral e política pela destruição do Reino Zulu, categorizando sua derrocada como o resultado de forças maiores, quiçá incontrolláveis, que regeriam a ação individual e coletiva, sejam elas de ordem racial ou sobrenatural.

Após a morte de sua mãe, Mopo e Baleka crescem em relativo isolamento entre os Langeni. Em busca de maior respeitabilidade, Mopo torna-se um curandeiro (*inyanga*), mas após ser injustamente acusado de roubar gado pelo enciumado chefe dos *izinyanga*, o narrador foge do clã com sua irmã Baleka. Haggard utiliza-se da fuga de Mopo para ilustrar os efeitos das guerras de expansão Zulu, descritos no romance como um verdadeiro genocídio, exemplar da apropriação da perspectiva shepstoniana na obra do letrado: “e então nós vimos que o *kraal* ao qual o jardim pertencia estava queimado. Nós nos aproximamos dele e – ah! Era uma visão triste para nós. Depois, ficamos acostumados com essas vistas. Por todos os lados jaziam corpos de pessoas mortas, dezenas deles”. Mopo ainda complementa a descrição do

<sup>47</sup> Ibidem, p.10.

<sup>48</sup> KATZ, Wendy. *Rider Haggard and the Fiction of Empire: A Critical Study of British Imperial Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, pp.84-107.

cenário, afirmando que “era como se toda a terra tivesse sido manchada com a mão sanguinolenta do Grande Espírito, o Umkulunkulu”<sup>49</sup>. A única sobrevivente do ataque revela a Mopo que o mesmo havia sido provocado por Shaka, possivelmente em retaliação por aquele *kraal* não ter enviado soldados para auxiliar o rei em suas campanhas militares.

Perseguidos pelos soldados de Makedama, Mopo e Baleka buscam refúgio entre os Zulus. O narrador, ao encontrar-se com Shaka, relembra o monarca da promessa feita na infância, e o rei Zulu acolhe os fugitivos em seu palácio. Mopo torna-se *inyanga* e conselheiro de Shaka, enriquecendo-se com gado e esposas com o passar do tempo. Baleka, por sua vez, torna-se mais uma das esposas do rei Zulu. Para evitar brigas dinásticas e ameaças ao trono, Shaka ordenara aos seus *izinyanga* que executassem todos os bebês nascidos no harém real. Mopo, contudo, apieda-se de Baleka quando desta nasce um saudável menino, e esconde o recém-nascido entre a sua prole. O menino, Umslopogaas, cresce sem saber de suas origens e direitos de primogenitura, e desde a infância apresentava características que o destacavam dos demais Zulus: coragem, bravura e força física. O segredo de Umslopogaas era conhecido apenas pelo *inyanga*, por sua irmã Baleka, e por Unandi, a mãe de Shaka e figura influente na corte Zulu. Nesse meio tempo, Haggard também apresenta Nada, filha de Mopo e de uma de suas esposas, Macropha; a beleza de Nada era frequentemente associada a certa palidez de sua pele, atribuída pelo letrado à características étnico-raciais de Macropha, filha de uma mulher Swazi e de um homem português.

Alguns elementos se destacam na narrativa. A começar pela figura de Nandi, a “mãe dos céus”. As narrativas africanas do período, sobretudo nos *izimbongi*, enfatizavam os constantes conflitos entre Nandi e a autoridade masculina do chefe Senzangakhona, e após sua fuga, pelo esforço em proteger Shaka. Assim como outras mulheres das elites Zulus representadas na poesia épica, atribuía-se a ela características que ressaltavam sua força de vontade e insubmissão à autoridade de Senzangakhona, o qual efetivamente expulsara-a do palácio real, esiKlebeni. A tradição oral representava Nandi como uma figura “extrovertida, naturalmente desconfiada, e determinada a lutar pelos seus próprios direitos”, além “fazer tudo o que podia para proteger seu jovem filho, cobrindo-o com amor, afeto e cuidado”<sup>50</sup>. Haggard não ignora a reverência atribuída a Nandi na corte Zulu, mas compreende o exercício da autoridade e do poder político enquanto um campo exclusivamente masculino; em *Nada*

<sup>49</sup> HAGGARD, op. cit., 1895, p.22.

<sup>50</sup> NDLOVU, Sifiso Mxolisi. Women, Authority and Power in Precolonial Southeast Africa: The Production and Destruction of Historical Knowledge on Queen Mother Ntombazi of the Ndwandwe. In: WORGER, William H.; AMBLER, Charles; ACHEBE, Nwando (orgs.). *A Companion to African History*. Hoboken: Wiley & Sons, 2019, p.97.

*the Lily*, o lugar de Nandi era intimamente relacionado ao seu papel enquanto mãe e, posteriormente, avó, perspectiva construída a partir das noções vitorianas de feminilidade doméstica e maternal. A morte de Nandi, bem como de todas as outras mulheres na trama, assinala a supressão da autoridade feminina e sua marginalização do campo da política, bem como a desintegração da domesticidade em favor da esfera pública.

Nas descrições da corte Zulu, Haggard apresenta um cenário demarcado por constantes conflitos entre a autoridade dos *isanusi*, os feiticeiros que eram incitados por Shaka a usarem a divinação para identificarem seus inimigos, e os *induna*, isto é, os comandantes dos regimentos militares que constituíam a base da organização político-militar do rei. Uma das obras consultadas pelo letrado e indicada no prefácio do romance, *Zululand and the Zulus*, já indicava que, na região, a influência que os *isanusi* “exercem é de certa forma terrível, pois durante os últimos sessenta anos eles causaram a morte de centenas de milhares de inocentes”<sup>51</sup>. No romance de Haggard, Shaka alerta a Mopo que “os curandeiros governam a Zululândia, e não eu (...). Onde, então, deve isto terminar? Devo eu ser acusado [*smelt out*] e executado? Esses Isanusi são muito fortes para mim; eles dominam a terra como a sombra da noite”<sup>52</sup>. Por meio das práticas dos *isanusi*, Haggard parece apontar ao que caracterizava como as feições corruptas da política, de indivíduos ligados a instâncias de poder, mas que se utilizam de sua posição para concretizar interesses pessoais. Se *Nada the Lily* atua como um reflexo, mesmo que altamente distorcido, das ansiedades haggardianas referentes à sociedade vitoriana de seu tempo, resta teorizar: seriam os *isanusi* um paralelo aos membros do Partido Liberal de Gladstone, da mesma forma que os *induna*, com sua tendência a militarização, uma alusão aos elementos mais engajados com o imperialismo de perfil conservador?

De qualquer forma, é notável que, assim como em outros de seus textos literários e ensaísticos, Haggard remeta seus leitores à feitiçaria e às práticas de divinação na sociedade Zulu. Enquanto que em obras como *Swallow* ou *The Ghost Kings*, a divinação era apresentada como uma forma de explicação do real e de revitalização de certa espiritualidade feminina, em *Nada the Lily* o letrado parece alinhar-se a perspectiva de muitos de seus contemporâneos, os quais compreendiam as práticas divinatórias e a religiosidade africana como sintomáticas de sua degenerescência, superstição e obscurantismo. De forma mais específica, a feitiçaria tornava-se emblemática das conexões atribuídas entre práticas culturais e instituições políticas, pois, acreditavam seus observadores vitorianos, era mobilizada pelas

<sup>51</sup> FYNNEY, Fred. *Zululand and the Zulus* (1880). In: HAGGARD, H. Rider; MONSMAN, Gerald (org.). *King Solomon's Mines*. Nova York: Broadview Press, 2002, p.275.

<sup>52</sup> HAGGARD, op. cit., 1895, p.54.

elites africanas para manipular e controlar as políticas locais<sup>53</sup>. Sob uma chave de leitura política, os *isanusis* representam a ilegitimidade na política no romance de Haggard, afinal, estes “não são verdadeiros oficiais [de Shaka] pois abusam de sua posição ao torná-la em uma questão de política ao invés de usá-la para seus autênticos fins espirituais”<sup>54</sup>.

Shaka assume um papel central na primeira metade do romance. Da tradição oral africana e das narrativas de viajantes, Haggard preservou a imagem de uma figura tirânica e autocrática, que governa seus súditos de modo eficaz por meio do terror e da violência política. Em certos aspectos, o letrado apropriava-se da perspectiva elaborada por Theophilus Shepstone no início da década de 1870, que reconhecia de forma simultânea a violência excessiva causada por Shaka e a sua eficácia enquanto líder político e militar. Quanto às polaridades que marcavam a visão dos agentes do colonialismo acerca das lideranças africanas, vistas ora como soberanos constitucionais e ora como déspotas capazes provocar atos de violência arbitrária, Haggard não possuía dúvidas em *Nada the Lily*: sua visão da complexa organização política dos Zulus era simplificada em favor de uma narrativa centrada no absolutismo de Shaka. Ainda assim, o letrado utiliza-se de Shaka, e em especial da profecia revelada pelo rei no momento de sua morte – “os pés de um grande povo branco! Eles esmagarão vocês, crianças de meu pai! Eles governarão a terra que eu conquistei, e vocês e seu povo serão escravos deles!”<sup>55</sup> – para reforçar e legitimar a apropriação dos territórios Zulus pelos articulistas do colonialismo britânico.

Durante um episódio de caça, Umslopogaas é arrastado por uma leoa e desaparece. O jovem Zulu é eventualmente resgatado em uma caverna por Galazi, o “homem-lobo”, que controla uma matilha sobrenatural de lobos após matar o macho alfa da alcateia. Umslopogaas e Galazi lideram os lobos em ataques contra vilarejos na região, e, após derrotarem um de seus líderes, o filho ilegítimo de Shaka apropria-se de sua arma, o machado Groan Maker, e casa-se com Zinita, uma jovem africana que havia sido forçada ao casamento com um chefe local. Enquanto isso, acometida pela febre, uma das esposas de Mopo, revela a Shaka o segredo em torno da paternidade de Umslopogaas: enfurecido pela traição, o rei Zulu assassina a própria mãe, e manda executar todas as esposas e filhos de Mopo, com exceção de Nada e Macrophia, as quais haviam previamente fugido para o território Swazi. Posteriormente, Shaka também promove o extermínio de todos os membros da etnia Langeni,

---

<sup>53</sup> PRICE, Richard. *Making Empire: Colonial Encounters and the Creation of Imperial Rule in Nineteenth-Century Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.177.

<sup>54</sup> CHRISMAN, op. cit., 2000, p.111.

<sup>55</sup> HAGGARD, op. cit., 1895, p.172.

incluindo sua esposa Baleka. Mopo, o único sobrevivente, decide vingar-se de Shaka e promove sua vendeta ao incitar Dingane e Mhlangana a assassinar o rei e tomarem o trono.

Assim, a segunda parte do romance narra a ascensão de Dingane ao poder Zulu. Seu reinado foi marcado pelos avanços dos Amaboonas (bôeres), e pela resistência de Dingane diante das demandas por terras pelos *vootrekkers*, situação que culmina com o massacre da delegação de Piet Retief em 1836. Diferentemente de Shaka, caracterizado como um símbolo de disciplina militar e autoridade despótica, Dingane era retratado no romance de Haggard como um monarca suscetível aos excessos sexuais, às fraquezas morais e políticas. Além do mais, incapaz de continuar com a política paternalista de Shaka, que preservava o prestígio de seus soldados e comandantes com a concessão de gado e mulheres, Dingane torna-se uma figura impopular, mesmo entre seus exércitos: “os soldados amavam o nome de Chaka”, afirma Mopo, “pois mesmo que lidasse de forma cruel com eles, era bravo e generoso. Mas eles não amam Dingaan, pois os seus fardos são os fardos de Chaka, mas seus presentes são os presentes de Dingaan”<sup>56</sup>. Com Dingane, Haggard parece retomar um dos estereótipos raciais mais comumente associados aos africanos pelos seus observadores vitorianos, isto é, a sexualidade exacerbada. O rei Zulu eventualmente manda soldados em busca de Nada, cujos rumores acerca da beleza haviam alcançado seus ouvidos; tanto ele quanto Umslopogaas, que posteriormente descobre sua verdadeira identidade enquanto filho de Shaka, tornam-se rivais e vítimas da beleza fatal de Nada. O conflito culmina com o assassinato de Dingane após esse causar a morte de Nada no final do romance, e a renúncia de Umslopogaas aos seus direitos régios enquanto herdeiro legítimo de Shaka.

De forma breve, Haggard assinala, no desfecho da trama, a ascensão ao trono Zulu de Panda (Mpande kaSenzangakhona), meio-irmão de Shaka, a partir de uma aliança realizada entre os Zulus e os bôeres com a intenção de destronar Dingane. O final parece demarcar a erosão do poder tradicional das chefias africanas, e sua transformação em colaboradores, mesmo que relutantes, da propagação da autoridade colonial. Enquanto Shaka pessoalizava a eficácia do despotismo na manutenção da unidade política dos Zulus, e Dingane representava a ineficácia para o governo em decorrência de suas inaptidões pessoais, ou, na lógica de Haggard, possivelmente derivadas de ordem racial, Mpande era apresentado como um “homem de coração gentil, que não amava a guerra, e portanto acreditava-se que ele era meio imbecil”<sup>57</sup>, cuja aliança realizada com os bôeres teria garantido o arrefecimento da violência, mas ao custo do enfraquecimento da autoridade centralizada do rei Zulu. Em obras

---

<sup>56</sup> Ibidem, p.244.

<sup>57</sup> Ibidem, p.177.



posteriores, ao exemplo de *Child of Storm*, ambientado nas disputas dinásticas entre os filhos de Mpande na década de 1850, o rei era descrito como um monarca inapto e manipulável, cujas fraquezas políticas garantiram a ascensão de Cetshwayo – que, como se viu, era responsabilizado por Haggard pela derrocada da Zululândia em seus escritos pós-1888.

As evidências coletadas em *Nada the Lily* sugerem, em síntese, que por meio do romance histórico narrado por um personagem africano e dedicado a tratar sobre a ascensão e queda dos reis Shaka e Dingane, Haggard visava apresentar ao seu público leitor as particularidades da estrutura política Zulu, com ênfase na autoridade pessoal e no despotismo de seus monarcas. Shaka era apresentado como um rei tirânico e vingativo, ainda que eficaz na manutenção da unidade política dos Zulus graças às suas atitudes tutelares, perspectiva debitária às apropriações que Haggard perfaz dos posicionamentos de Shepstone; Dingane, por sua vez, era retratado como tomado pelos excessos sexuais e fraquezas políticas, cuja obsessão por Nada eventualmente conduz à derrocada do monarca. Simultaneamente, ao contar suas histórias após a anexação da Zululândia em 1888 e a morte de seu último líder independente, o letrado promovia certo álibi político, com a intenção de diminuir a responsabilidade do colonialismo britânico na desestabilização do Reino Zulu e de suas instituições político-militares, culpabilizando elementos internos. Para tanto, Haggard apropria-se de elementos da cultura Zulu e de práticas costumeiras, ao exemplo da oralidade e da divinação, para revestir sua trama com certo tom de legitimidade e autenticidade. Esse quadro sintético, que se atenta aos “laços com o político existentes nos inúmeros campos de atividades e nas relações humanas”<sup>58</sup>, tais como na cultura escrita e literária, torna-se sugestivo da intersecção entre ideias e posicionamentos políticos de Haggard, especialmente no que se refere à desestruturação de formas tradicionais de organização social em África no contato com os avanços do colonialismo ao longo do século XIX.

### 5.3 – UTOPIAS RACIAIS EM *SWALLOW, A TALE OF THE GREAT TREK*: AMOR EM TEMPOS DE GUERRA

*Swallow* foi inicialmente publicado em formato folhetinesco na revista *The Graphic*, entre julho e outubro de 1898, e em volume único em março do ano seguinte, pela editora Longman's, Green & Co., acompanhado de ilustrações de Maurice Greiffenhagen. Em *Swallow* o letrado almejou tratar dos sentimentos e trajetórias de homens e mulheres bôeres e

---

<sup>58</sup> BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. Revista *Estudos Históricos*, v.17, 1997, p.152.

britânicos durante o período da *Great Trek* entre 1836 e 1838. A trama, um misto de novela sentimental e romance aventuresco, narrava a relação amorosa entre uma jovem bôer, Suzanne Botmar, e o valente órfão anglo-escocês, Ralph Kenzie, em seus esforços para combater o vilanesco e ambicioso Piet van Vooren. O romance destacava-se do conjunto haggardiano por apresentar uma heroína negra, a sacerdotisa Sihamba Ngenyanga, e uma narradora bôer, Vrow Botmar (Suzanne Naudé Botmar), a mãe de Suzanne, a partir da qual enreda uma visão particularmente empática com o lado *afrikaner* da questão. O momento era estratégico, pois a publicação de *Swallow* coincidia com o acirramento das tensões entre britânicos e bôeres ao sul da África, especialmente após o Jameson Raid e a eclosão da segunda guerra sul-africana em outubro de 1899. Ao revisitar algumas das suas perspectivas a respeito dos bôeres sul-africanos, Haggard produziu uma narrativa de solidariedade étnico-racial, que interpretava a ocupação do território sul-africano, sobretudo da futura Colônia de Natal, a partir de laços harmônicos entre populações brancas (britânicos e bôeres) e da marginalização dos africanos negros.

A narrativa tem início por volta dos anos de 1820, quando a pequena Suzanne desaparece; a despeito das buscas desesperadas de seus pais, Jan e Suzanne Botmar, a garota retorna ao lar com um menino, cuja aparência indicava tratar-se de um naufrago de origem britânica. Suzanne afirma aos pais que aquele era seu “irmão perdido”, e que havia sonhado com ele na noite anterior, de modo que a premonição indicara onde encontrá-lo. Por meio de um tutor anglófono, os Botmars descobrem que o garoto chamava-se Ralph Kenzie, e que sua família, ao retornar da Índia para a Inglaterra, havia perecido durante um naufrágio na costa africana. Com o passar dos tempos, Ralph e Suzanne tornam-se inseparáveis; Suzanne, por sua beleza e delicadeza, ganha o apelido de *Swallow* (Andorinha) dos nativos. Quando o jovem atinge a idade de dezenove anos, Jan encontra-se com um advogado britânico, e descobre que Ralph era herdeiro de propriedades na Escócia. Simultaneamente, o enriquecido Piet van Vooren, filho de um latifundiário bôer e de uma mulher negra (daí também chamado de *Swart Piet*, Piet Negro), começa a cortejar Suzanne, almejando acrescentá-la ao seu harém de esposas africanas. Ambicioso, van Vooren era descrito como um indivíduo cruel, que não hesitava em castigar violentamente seus servos negros, e frequentemente realizava alianças com africanos para alcançar seus objetivos nefastos. Ralph, apaixonado pela irmã adotiva, pede sua mão em casamento e, ao descobrir a verdade sobre sua genealogia, recusa sua herança, reafirmando que a África se tornara seu novo lar.

Após a partida de Jan e Ralph ao *veldt* para caçar, a jovem Suzanne volta a confrontar-se com Piet van Vooren, agora herdeiro das propriedades de seu pai recém falecido. Suzanne,

que rejeita firmemente as propostas de casamento, depara-se com os lacaios de Piet punindo fisicamente uma curandeira africana, acusada de roubar gado; para salvar a africana, a jovem bôer decide ceder aos pedidos de Piet por um beijo, e a mulher, Sihamba Ngenyanga, é libertada pelos capangas do fazendeiro. Por salvar sua vida, Sihamba promete lealdade perpétua e servidão voluntária à Suzanne, e, por possuir habilidades de clarividência, prevê que, em algum momento futuro, ela retribuiria a benevolência da jovem bôer. Ao saber do incidente, Ralph decide confrontar van Vooren, mas o fazendeiro prepara uma armadilha e acerta o escocês com um tiro pelas costas. No ínterim, um africano chamado Zinti descobre os planos de Piet para sequestrar Suzanne, após os pais da jovem recusarem seu ultimato de casamento; Zinti escapa do esconderijo de Piet e alerta Sihamba, que chega em tempo de impedir a emboscada planejada por van Vooren. Temendo as represálias do fazendeiro, Ralph e Suzanne decidem finalmente casar-se.

No trajeto ao novo lar, o casal é atacado de surpresa por Piet e seus lacaios, que sequestram Suzanne, atiram em Ralph e lançam seu corpo ao mar. Sihamba e Zinti, que seguiam o casal, resgatam Ralph e, após garantir a segurança do jovem junto aos Botmars, decidem partir ao esconderijo de Piet com o objetivo de resgatar Suzanne. No *kraal*, Sihamba encontra a garota bôer, e após Zinti afugentar um dos lacaios de van Vooren, os três personagens escapam em cavalos. Eventualmente, Sihamba e Suzanne alcançam um *kraal* escondido entre as montanhas, e pedem proteção ao seu líder, Sigwe, até alcançarem a distante propriedade dos Botmar. Sigwe afirma que, nas noites anteriores à chegada das duas heroínas, sonhara com uma andorinha (*swallow*) branca que havia sobrevoado seus exércitos e garantido sua vitória; com base no sonho profético, o chefe promete proteger Suzanne se a jovem acompanhar seus regimentos em uma campanha militar. Temerosas pela proximidade com Piet, as personagens decidem aceitar a proposta e, após o vilão tentar atirar em Sihamba, Sigwe ordena a expulsão do fazendeiro e de seus lacaios do *kraal*.

Por sua diplomacia, Suzanne consegue impedir a guerra entre Sigwe e seus inimigos, contudo, o chefe africano impede a jovem bôer de deixar seu *kraal*, acreditando que a fuga causaria infortúnios ao seu clã. Ainda assim, as duas recebem permissão para visitar o reino de Sihamba, os Umpondwana, cujas terras haviam sido devastadas por secas e epidemias; com a morte de seu último chefe, a africana, que possuía parentesco com a dinastia reinante, torna-se a nova líder dos Umpondwana, e divide a chefia com sua companheira bôer. Enquanto isso, os bôeres na Colônia do Cabo, insatisfeitos com a intervenção britânica, decidem migrar para o interior do subcontinente, onde entram em conflito com os Ndebele e Zulus; Ralph e os Botmars, esperançosos para reencontrar Suzanne, decidem seguir o

*voortrekkers*. Após um conflito com os Ndebele, Ralph encontra um africano sobrevivente e, ao poupar a vida dele, descobre que era oriundo do *kraal* de Sihamba. Suzanne envia Zinti para encontrar a fazenda de seus pais, mas, após um ano de jornada, descobre que os Botmars haviam partido, e retorna aos Umpondwana para relatar à bôer sobre o destino incerto de sua família. No ínterim, Piet Van Vooren, duplamente motivado pela vingança contra Sihamba e seus desejos por Suzanne, rouba gado dos Zulus e mistura-os ao gado da chefe africana, provocando tensões entre os grupos.

Sihamba recusa os termos apresentados por Piet e pelos chefes Zulus, e prefere defender seu *kraal*. O ataque dos Zulus inicia-se na madrugada, mas os mesmos são incapazes de invadir até encontrar uma passagem de água, vital para a sobrevivência do *kraal*. Ameaçados pelo espectro da sede e da fome, alguns dos guerreiros de Sihamba encontram-se com Piet, que aceita poupá-los se ele puder vingar-se de Sihamba e possuir Suzanne. Com a invasão iminente, Sihamba planeja uma estratégia eficaz para a bôer escapar do *kraal* sitiado: cortar seus cabelos, despir suas roupas e pintar seu corpo para que se assemelhasse a uma mulher africana. Por sua baixa estatura, a chefe africana seria facilmente identificada pelas forças de Piet, e decide ficar no *kraal*, enquanto Zinti acompanharia Suzanne pelo caos gerado pela invasão Zulu em direção do acampamento bôer na região. A sacerdotisa ainda posiciona o cadáver de uma africana, pintado de branco e com as vestes de Suzanne, em um rochedo nas montanhas, para confundir Piet durante o ataque. Exausta pela fuga, a jovem bôer envia Zinti ao acampamento bôer, em busca de auxílio e Ralph e os Botmars, ao saberem das notícias partem em direção das montanhas em carroças de bois. Finalmente, Ralph encontra o *kraal*, e depara-se com o confronto final entre Sihamba e Piet, que dilacera o peito da africana com sua lâmina. Após um breve conflito, o fazendeiro, ferido pela lança do anglo-escocês, despenca para sua morte nos penhascos acima do vilarejo; os Botmars chegam a tempo para ouvir os últimos suspiros de Sihamba, a qual garante ao casal que sua filha estava viva e a caminho do acampamento em Natal, mas alertando-os do iminente ataque Zulu. Ralph, partindo a cavalo, consegue resgatar Suzanne, e os dois escapam do ataque Zulu e advertem os bôeres da invasão no desfecho do romance.

Uma nota final, a título de epílogo, relata que Suzanne Botmar falecera em sua velhice, e que o marido, Ralph, e o filho do casal, pereceram na batalha de Isandhlwana, durante a guerra Anglo-Zulu. A neta de Suzanne e Ralph, Suzanne Kenzie, conclui o romance, afirmando que eventualmente casou-se com um parente distante dos Kenzie da Escócia, herdando todas as propriedades e riquezas que seu avô recusara.

Rider Haggard, ao fazer uso da ficcionalidade, visou narrar um evento histórico anunciado desde o subtítulo de seu romance – afinal, trata-se de “um conto da grande jornada” –, a partir dos dramas individuais e coletivos de personagens comuns. Ralph Kenzie, Sihamba e o casal Botmar são alçados ao heroísmo por meio de suas ações em vias de proteger Suzanne, símbolo de feminilidade e, no desfecho do romance, garantia da formação e ocupação do território sul-africano a partir da mistura de elementos bôeres e britânicos. Por intermédio das memórias da Vrow Botmar, Haggard almeja descrever os sentimentos daqueles colonos que deixavam suas terras para migrar:

Na manhã seguinte nós partimos [*trekked away*], meus olhos estavam cheios de lágrimas enquanto sentava na primeira carroça, e a paisagem familiar e o lar em que vivi por vinte anos e muito mais desapareciam da minha vista (...). Há qualquer coisa mais maravilhosa que já tenha acontecido neste mundo do que a jornada de alguns poucos fazendeiros, com o fardo de mulheres e crianças, e armados apenas com algumas armas antiquadas em uma terra vasta, desconhecida, habitada por selvagens e feras?<sup>59</sup>

Haggard recupera o *Great Trek* enquanto um processo coesivo, a partir dos esforços conjuntos de britânicos e bôeres na ocupação do interior do subcontinente sul-africano. Se, alhures, o letrado esforçara-se para distinguir britânicos e bôeres a partir de um léxico racial, ao exemplo do vilanesco Frank Muller, em *Swallow* Haggard aproxima-se de setores da intelectualidade e da historiografia colonial que sonhavam com a formação de uma África do Sul branca ao final da década de 1890. A perspectiva do autor, ao descrever o martírio dos *voortrekkers*, não estava muito distante daquela elaborada por historiadores como George McCall Theal. Afinal, ele promoveu uma visão a respeito de uma identidade local, embasada na defesa pela administração autônoma dos territórios sul-africanos como uma estratégia política privilegiada, na legitimidade da unidade cultural partilhada pelos colonizadores (brancos, ou seja, britânicos e bôeres), e de seu lugar em um amplo sistema imperial<sup>60</sup>. Enquanto que em *Jess*, o letrado mobilizava o fanatismo religioso e o extremismo político para estabelecer uma distinção entre estes dois conjuntos étnicos, em *Swallow* enredou uma narrativa do passado sul-africano baseada nos elementos comuns a britânicos e bôeres: a bravura e a coragem, sobretudo nas instâncias de conflito contra o avanço de africanos negros. Assim, da mesma forma que Ralph confronta-se com os Zulus em Isandhlwana, Jan Botmar era lembrado por sua atuação “na batalha de Vechtkop, quando Moselikatse [Mzilikazi]

<sup>59</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, pp.233-234.

<sup>60</sup> SCHREUDER, Deryck. The Imperial Historian as Colonial Nationalist: George McCall Theal and the Making of South African History. In: MARTEL, Gordon (org.). *Studies in British Imperial History*. Nova York: Palgrave Macmillan, 1986, p.96.

enviou seus regimentos para nos destruir, e eu vi aquelas mesmas mãos agarrarem os únicos dois Zulus que se infiltraram em nosso *laager* e arremessá-los até que estivessem mortos”<sup>61</sup>.

Os conflitos com os Ndebele – identificados como Zulus na trama – gerados pelo avanço dos bôeres no *Great Trek* assumiam uma dimensão central na narrativa dos Botmars. A narradora afirma que, após os *voortrekkers* dividirem-se, “nossa linha de marcha situava-se onde Bloemfontein e Winburg estão agora localizadas no Estado Livre de Orange, e foi ao sul do [Rio] Vaal, não longe do Rio Rhenoster, que Moselikatse nos atacou”. Em Vechktop, os bôeres organizaram um *laager* com as carroças de boi e prepararam a defesa armada contra o avanço dos Ndebele:

E então houve um grande silêncio no acampamento, e subitamente no silêncio, Jan, que observava pela fresta, sussurrou:

‘*Allemachter!* Lá vem eles”.

E então eles avançaram, com um impulso e um rugido dos três lados ao mesmo tempo, enquanto os homens seguravam seus fôlegos e preparavam suas faces para o combate. (...) Os selvagens já se encontravam a trinta pés de nós, uma incontável massa de homens amontoados como ovelhas num *kraal*, seus olhos ferozes brilhando como o marfim sob o sol, suas lanças crueis tremendo nas suas mãos, quando o sinal foi dado, e cada arma, algumas carregadas com balas e outras com pólvora, foram descarregadas contra a multidão<sup>62</sup>.

Direta ou indiretamente, Haggard remetia seus leitores a uma questão que recentemente foi retomada pela historiografia concernente à África do Sul da metade da década de 1830, especialmente nos estudos de Norman Etherington: os conflitos entre os *voortrekkers* e os Ndebele provocaram profundas e decisivas transformações nas relações políticas e no controle das terras entre os rios Orange e Limpopo. Por cerca de uma década, Mzilikazi Khumalo (c. 1790-1868), rei dos Ndebele, havia controlado as planícies, e a incessante movimentação de seus regimentos *amabutho* garantia a fidelidade das tribos subordinadas e a captura de gado de grupos rivais em uma esfera de influência que se estendia por centenas de quilômetros para além do cerne do reino. As estratégias seguidas pelo monarca garantiam que parte desses territórios permanecesse virtualmente inutilizável, exceto por grupos que não tivessem gado a perder, ao exemplo dos Tswana. Em sua área de influência, Mzilikazi não permitiria chefes ou reis independentes, forçando muitos deles a migrar para outras regiões. A batalha de Vechktop transformou esse equilíbrio político, ao demonstrar que um *laager* adequadamente defendido poderia resistir aos ataques de um

---

<sup>61</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p.2

<sup>62</sup> Ibidem, pp.238-239.



*amabutho*. Mzilikazi, compreendendo o risco e a possibilidade de ataques de reinos inimigos, voltou suas energias a proteger seus rebanhos e cessou as incursões militares contra os *trekkers*, deslocando-se posteriormente rumo ao norte, ao território conhecido como Matabelelândia (atual Zimbábue) e estabelecendo sua capital, Bulawayo<sup>63</sup>.

Longe de apresentá-los como conservadores, arcaicos e imutáveis, atitude recorrente nos escritos de britânicos após a guerra de 1881, Haggard define os bôeres – os homens e, sobretudo, as mulheres – como indivíduos comuns que, na sua busca por liberdade, confrontaram-se com o avanço dos Ndbele e Zulus. A partir da narradora de *Swallow*, Haggard vê os bôeres como um grupo humilhado e ressentido pelo avanço da esfera de influência política britânica na Colônia do Cabo, enaltecendo-os como fervorosamente apegados às suas terras e religiosamente motivados, a despeito de seus preconceitos étnico-raciais com os africanos. A trajetória bôer rumo ao interior do subcontinente era representada como um sintoma de seu martírio, ceifando muitas vidas “pela lança do selvagem, ou pela fome e febre e pelos animais selvagens nas selvas”. A questão racial transparecia com certa frequência, em especial quando Suzanne Botmar apresenta a beleza das mulheres bôeres de sua família como resultado “do nobre sangue francês nas minhas veias, embora eu me importe pouco com isso, estando contente em ser uma dos bôeres, que são todos de sangue nobre”; a miscigenação, inclusive com britânicos, era visto por Botmar como um indício do declínio racial, afinal, a união de sua filha e Ralph Kenzie fez com que “nossa bela aparência declinasse”<sup>64</sup>. Os bôeres, previamente retratados por Haggard a partir da adjetivação negativa, eram descritos como o resultado do encontro da piedade religiosa huguenote e da bravura e aventureirismo dos holandeses. Comparativamente, Vrow Botmar insiste na superioridade bôer sobre os britânicos, reforçando que esses “estão sempre com pressa, e essa é uma das razões pelas quais nós bôeres somos superiores a eles, e quando queremos, podemos ser mestres em tudo, exceto no comércio e especialmente no combate”<sup>65</sup>.

Haggard ainda narra, de modo majestoso e romântico, a natureza do interior do subcontinente africano, e pela perspectiva de Vrow Botmar, interpreta o cenário enquanto testemunha da formação da nação sul-africana, afinal, “o *veldt* naqueles dias era diferente do que é agora. A terra permanece a mesma exceto onde o homem branco construiu cidades, mas o restante mudou. (...) Elas se foram agora, as belas criaturas selvagens”<sup>66</sup>. O desaparecimento das miríades de espécimes de animais assume, nesta visão, um caráter paradoxal, pois

<sup>63</sup> ETHERINGTON, op. cit., 2001, pp.253-256.

<sup>64</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p.3-6.

<sup>65</sup> Ibidem, pp.311-312.

<sup>66</sup> Ibidem, p.235.

demarca os efeitos colaterais da caça e da expansão da civilização branca nos territórios sul-africanos mas, simultaneamente, evoca em Vrow Botmar sentimentos de nostalgia por um passado edênico. A velha bôer descreve de modo ressentido como a fazenda em que vivia com sua família foi vendida, antes de emigrarem, para um “sujeito covarde, um bôer de nascimento, mas, acredito, um espião dos britânicos” e que “o descendente daquele espião” eventualmente revendera a propriedade a um alto preço, “lucranda largamente da terra que era nossa, mas é tão frequente aqueles cujos corações são pequenos e mesquinhos colherem a recompensa da coragem e dos infortúnios de homens valentes”<sup>67</sup>.

A utopia da solidariedade étnico-racial entre britânicos e bôeres, que implicava na subjugação voluntária ou involuntária das populações africanas, era metaforizada pelo amor entre Suzanne e Ralph, e, contraposta ao plano de fundo da segunda metade da década de 1890, assumia uma característica nitidamente política em um cenário de crescentes tensões interétnicas ao sul da África. Como supramencionado, o romance havia sido dedicado a Marshal Clark, Comissário Residente de Assuntos Nativos na Rodésia do Sul, justamente em um período marcado por conflitos entre os Ndebele e as tropas coloniais, de modo que a referência a Mzilikazi (Moselikatse), fundador do Reino Ndebele (Matabele), não era totalmente aleatória; seu filho e sucessor, Lobengula, havia resistido aos avanços de Cecil Rhodes e da *British South Africa Company* até o final de 1893. Além disso, as relações entre britânicos e bôeres no Transvaal tornaram-se acrimoniosas naquela década, mormente devido às políticas econômicas promovidas pelo presidente Paul Kruger, e que concerniam ao aumento de taxas sobre a mineração, o alistamento compulsório e confisco de suprimentos de guerra, mesmo de *uitlanders*, estrangeiros destituídos de direitos políticos.

Dentre as várias consequências políticas, a devolução do Transvaal após a primeira guerra-sul africana levou a um acirramento das tensões entre os bôeres e os Bagananwa na região de Bochum-Blouberg, até então razoavelmente marcadas por vínculos de cooperação e negociação nas atividades pecuárias e de caça. Como consequência do fortalecimento político de Kruger, a república transvaalense intensificou as demandas por impostos, pelo controle das terras e da mão de obra nativa na região, circunstâncias que mobilizaram a resistência armada dos Bagananwa, muitos dos quais haviam garantido acesso a armas de fogo em troca pelo trabalho nas minas de Kimberley. A despeito da oposição de muitos britânicos no Transvaal, insatisfeitos com o alistamento obrigatório, a república bôer declarou guerra e mobilizou tropas que avançaram contra os Bagananwa, liderados pelo chefe Malaboch, em abril de

---

<sup>67</sup> Ibidem, p.232.

1894. As tropas transvaalenses, seguindo as técnicas militares utilizadas pelas forças britânicas contra os Bapedi em 1877, fizeram amplo uso de cargas de dinamite para explodir as cavernas onde os Bagananwa se refugiaram após sua capital ser destruída. A operação foi criticada pelos Randlords britânicos, os ricos proprietários das minas, temerosos de que a ação do Transvaal destruísse suas fontes de mão de obra e desencorajasse os africanos a buscar emprego no setor minerador. Com a contínua resistência dos Bagananwa, os estrategistas bôeres recorreram a uma última solução: controlar as fontes de água potável dos africanos, forçando-os, sob a crescente fome e seca, a render-se em julho de 1894<sup>68</sup>.

Não existem evidências concretas de que Rider Haggard tomara conhecimento da técnica militar utilizada pelos bôeres; ainda assim, o literato incorporou a questão em *Swallow*, ao narrar as táticas perniciosas de Piet van Vooren e de seus asseclas Zulus para desestabilizar a resistência Umpondwana. A narradora bôer relata que “todos aqueles na montanha começaram a sofrer os horrores da sede. Logo, o gado enlouqueceu e avançava para frente e para trás em bandos, berrando furiosamente e atacando todos que encontravam, pisoteando-os no solo”. Após poucos dias, “o grande *kraal* dos Umpondwana tornara-se um inferno, no qual as almas perdidas vagavam atormentadas, pois o sol recaía sobre eles ferozmente, e por todos os lados espalhavam-se homens, crianças e mulheres derrotadas pela tortura da sede”<sup>69</sup>. Talvez Haggard tentasse culpabilizar os africanos por seu próprio extermínio, deslocando as origens da tática militar utilizada pelos bôeres às ações dos Zulus durante a década de 1830; talvez, simultaneamente, intencionasse denunciar as ações dos bôeres contemporâneos contra os Bagananwa como um sinal de seu barbarismo.

Os gastos contra os Bagananwa resultaram no aumento de taxas e impostos do governo transvaalense, e no desgaste das relações anglo-bôeres, em especial pela recusa de Kruger em estender direitos políticos aos *uitlanders*. A situação levaria ao fracassado Jameson Raid, entre dezembro de 1895 e janeiro de 1896, um dos principais estopins da guerra sul-africana poucos anos depois. A tentativa malfadada de anexação militar do Transvaal foi idealizada pelo magnata Cecil Rhodes, que no período ocupava o cargo de Primeiro Ministro da Colônia do Cabo, e foi coordenada pelo médico Leander Starr Jameson, o qual visava destituir Paul Kruger com o apoio dos *uitlanders*, “que desejavam representatividade política nas Repúblicas Bôeres. Além disso, a política econômica das repúblicas – e do Transvaal em especial – era reconhecidamente conservadora, dificultando a

<sup>68</sup> MAKHURA, Tlou. Another road to the Raid: the neglected role of the Boer-Bagananwa war as a factor in the coming of the Jameson Raid (1894-1895). *Journal of Southern African Studies*, v.21, n.2, 1995, pp.257-267.

<sup>69</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p.276-277.

expansão do capitalismo imperialista britânico”<sup>70</sup>. Aproximadamente 600 homens avançaram em um levante contra o Transvaal, derrotando as tropas bôeres, que foram pegas de surpresa. Contudo, o apoio dos *uitlanders* nunca veio, e os soldados de Rhodes e Jameson foram rapidamente derrotados. A ação foi criticada por parte do público na metrópole, e provocou o deterioramento das já frágeis relações entre britânicos e bôeres. Ademais, forçou Cecil Rhodes a renunciar ao cargo político que ocupava, e contribuiu para a eclosão de conflitos entre colonos brancos e grupos africanos, em especial os Ndebele e os Mashona.

Sabe-se que Haggard, mesmo apartado da África de sua juventude, não permanecera alheio às notícias dos fracassados esforços de unificação tramados pelo Jameson Raid. No início de janeiro, quando os homens de Jameson foram aprisionados pelos bôeres e enviados a Pretória para julgamento, Haggard remeteu uma carta aberta, publicada no periódico londrino *The Times*. No artigo, o letrado apresenta-se como uma autoridade nas questões políticas concernentes ao Transvaal, e localiza as origens das discórdias entre britânicos e bôeres nas migrações da década de 1830, de modo que “daquele momento em diante, a atitude com os ingleses e todos os seus projetos tem sido de latente animosidade, e que de tempos em tempos incendiou a chama da carnificina”. Aos *uitlanders*, Haggard enfatiza que “praticamente pagam todas as taxas do país, e gozam de pouquíssimos dos direitos garantidos aos homens livres em outras partes do mundo civilizado”. A garantia dos direitos políticos à população estrangeira no Transvaal era negada por Paul Kruger e pelo *Volksraad*, pois temiam a desestabilização de suas políticas governamentais. As demandas dos *uitlanders* seriam, na perspectiva de Haggard, plenamente justas, mas exigiriam “a força das armas, a um custo substancial”. Além dos riscos representados por uma guerra entre britânicos e bôeres, “sem falar das tribos nativas que, é possível, seriam arrastadas ao combate”, ainda identifica outra ameaça: os interesses germânicos na região, que representariam um possível obstáculo à unificação sob a flâmula britânica, ou ainda a possibilidade deste “imbróglio africano transformar-se em um de importância europeia”<sup>71</sup>.

Tanto na carta aberta publicada no início de janeiro no *The Times*, quanto no enredo de *Swallow*, Haggard demonstra-se peculiarmente otimista com a possibilidade de relações mais amenas com os bôeres, e que, apesar de ter vivido “a nossa humilhação nacional na África do Sul, eu não tenho nenhum remorso com relação aos Bôeres. Pelo contrário, reconheço que eles possuem bons argumentos e qualidades valiosas”<sup>72</sup>. Duas semanas depois, após as

---

<sup>70</sup> GOMES, op. cit., 2015, p.28.

<sup>71</sup> HAGGARD, H. Rider. The Crisis in the Transvaal. *The Times*, 02 de janeiro de 1896, p.4.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 4.

notícias do fracasso do Jameson Raid alcançarem os noticiosos na metrópole, Haggard voltou a manifestar-se publicamente no *The Times*, enfatizando que os resultados do plano representavam “um triste e trágico capítulo na história dos Britânicos na África do Sul”. Apesar das ações das tropas de Jameson serem condenadas publicamente por um “crime internacional e um ato de rebelião”, o letrado estava crente de que eram movidas pela crença patriótica na salvação do Transvaal. Ainda assim, embora reconheça certas características positivas no caráter dos bôeres, o romancista garantia a seus leitores que a única possibilidade para a estabilidade política na África do Sul dependia do reconhecimento, por parte do lado *afrikaner*, da soberania britânica na região e dos direitos dos *uitlanders* no Transvaal. Subjacente aos termos mobilizados no documento, residiam as marcas de certa utopia étnico-racial, na medida em que “se todos os riscos de uma guerra de raças acabarem, a opressão de uma raça sobre a outra pode acabar. Então, e apenas então, Holandeses e Britânicos podem caminhar lado a lado na marcha da civilização e do pacífico progresso”<sup>73</sup>.

Para Haggard, as maiores injustiças recaíam sobre Cecil Rhodes, interpretado pelo letrado como um dos principais articulistas do “extraordinário sucesso pela glória e pelo avanço de nosso Império”, graças ao seu “amplo intelecto e seus muitos e variados recursos ao desenvolver e proteger os vastos e férteis territórios que ele acrescentou às posses da Coroa”<sup>74</sup>. Depreende-se que as conexões do romancista com Rhodes despontavam naquele momento, tanto ao lembrá-lo com louvores na carta publicada no *The Times*, quanto na introdução ao tratado histórico de Alexander Wilmot, *Monomotapa*, cuja pesquisa sobre o Grande Zimbábue havia sido patrocinada pelo então primeiro-ministro do Cabo. Desde o final da década de 1880, Rhodes e a *British South Africa Company* controlavam uma área de aproximadamente 750.000m<sup>2</sup> no nordeste do território sul-africano e, com a permissão da coroa britânica, comprometera-se a encorajar a colonização e ampliar as redes ferroviárias e de comunicação ao sul do Zambezi.

A eleição de Rhodes ao cargo de primeiro-ministro em 1890 resultou de uma aliança com o *Afrikaner Bond*, e muitos dos seus líderes tornaram-se acionistas da *Company*. Pela unificação do território sul-africano e a anexação do Transvaal, Rhodes ambicionava estabelecer uma área de livre comércio na África do Sul; o envolvimento com o Jameson Raid e o escândalo público que se seguiu forçaram-no a abandonar o cargo que ocupava<sup>75</sup>. Em Cecil Rhodes, talvez Haggard encontrasse um espelho distorcido de sua própria trajetória: de

<sup>73</sup> HAGGARD, H. Rider. The Transvaal Crisis. *The Times*, 13 de janeiro de 1896, p. 11.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>75</sup> GOMES, op. cit, 2004, pp.82-83.

“homens supérfluos”, párias em suas pátrias, que se lançaram às colônias para enriquecer e assumir o manto de bravos colonizadores, aventureiros e descobridores.

Na imaginação de Haggard, Rhodes atuava como um reflexo de seu personagem Allan Quatermain no campo da *Realpolitik*, afinal, em *The Days of My Life*, o letrado comparava a Rodésia, uma “terra cheia de diamantes e ouro”<sup>76</sup>, com as minas de Kukuani de *King Solomon’s Mines*. As trajetórias dos dois homens entrecruzaram-se nos clubes londrinos, e a personalidade do magnata impressionou Haggard positivamente, embora caracterizasse Rhodes como ambicioso e até mesmo irresponsável. Para o letrado, Rhodes era o último exemplar em uma linhagem de figuras heróicas que incluíam, nas suas palavras, “Alexandre, César, Napoleão, Chaka”<sup>77</sup> – a admiração pela bravura masculina e pelo empreendedorismo ao serviço do avanço colonial extravasava as linhas étnico-raciais e as distinções entre líderes “civilizados” e “selvagens” no elogio a Rhodes. Mas a campanha pró-Rhodes não se limitava a cartas endereçadas ao editor do *The Times*, pois no início de março de 1896, Haggard fora convidado para o jantar anual do New Vagabonds Club, onde discursou largamente a respeito das circunstâncias em torno da derrocada do Jameson Raid e da prisão dos líderes do plano<sup>78</sup>. Na semana seguinte, voltou a remeter carta aberta ao *The Times*, no qual alegou que a sentença de morte atribuída a Leander Starr Jameson e seus oficiais seria utilizada “com sucesso, para promover o desarmamento dos Uitlanders”<sup>79</sup>.

Tanto na metrópole quanto nas colônias, o Jameson Raid dividiu opiniões, e as tensões no Transvaal continuaram elevadas, sobretudo referentes aos direitos políticos e a garantia de cidadania aos *uitlanders*, bem como os atritos entre os interesses das companhias de mineração e do governo transvaalense. O Raid fortalecera a posição de Paul Kruger no cenário sul-africano e, poucos meses após o ataque, as eleições no Estado Livre de Orange levaram o candidato do partido pró-Kruger ao poder. As animosidades contra os bôeres também se intensificaram naquele período, reforçando a imagem de extremismo político, fanatismo religioso, degenerescência racial e atraso econômico associado aos *afrikaners* do Transvaal e do Estado Livre de Orange. Nesse cenário, a segunda guerra sul-africana eclodiu em outubro de 1899, resultado do conflito secular entre britânicos e bôeres, dos embates entre a expansão territorial bôer e os projetos imperialistas britânicos. Aquela que era considerada como a “primeira guerra moderna” e que, esperavam os britânicos, fosse rápida e efetiva na

---

<sup>76</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.1, p.242.

<sup>77</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, v.2, p.118.

<sup>78</sup> THE SURRENDER AT Krugersdom. *The Times*, 06 de março de 1896, p.5.

<sup>79</sup> HAGGARD, H. Rider. Jameson's Surrender. *The Times*, 14 de março de 1896, p.10.



desmobilização bôer, prolongou-se até 1902, com a rendição das repúblicas bôeres e o acordo de paz assinado pelas partes envolvidas no Tratado de Vereeniging.

Convém frisar que a historiografia colonial consagrou a idéia da guerra sul-africana de 1899 como um embate entre “dois grupos brancos, em território africano: britânicos e bôeres, os protagonistas do conflito, pareciam contar apenas eventualmente com o auxílio dos nativos”<sup>80</sup>. Simultaneamente, os historiadores *afrikaners*, escrevendo durante o período de estruturação do regime segregacionista na África do Sul, recuperaram a chamada “segunda guerra Anglo-Bôer” como um épico de resistência e superação dos bôeres diante de infundáveis animosidades, e um evento formativo da própria identidade política *afrikaner*. Desde a década de 1980 e sobretudo após o fim do *apartheid*, a produção historiográfica tem se atentado aos diversos protagonismos em torno dos conflitos, em especial dos negros africanos e das mulheres nas tramas do cotidiano da guerra – daí a preferência pelo termo “guerra sul-africana”, ao invés de “guerra bôer” ou “guerra Anglo-Bôer” ou ainda a *Tweed Vryheidsoorlog* (“segunda guerra da liberdade”)<sup>81</sup>. As polêmicas em torno dos campos de concentração estabelecidos pelos britânicos para abrigar famílias bôeres e africanas durante a guerra, e que levaram à morte de milhares de pessoas, também receberam a atenção de parte da historiografia recente. Segundo Laura Krebs, os discursos públicos a respeito dos campos de concentração sul-africanos mobilizaram profícuas discussões sobre a honra masculina dos soldados, a violência excessiva mobilizada nas operações militares, e as relações étnico-raciais entre britânicos, bôeres e africanos em um período de acalorados debates acerca da identidade nacional no território sul-africano<sup>82</sup>.

Nas primeiras semanas da guerra, o explorador Frederick Selous, que acumulara experiências militares ao serviço da *British South Africa Company* nos conflitos contra os Ndebele e os Mashona na década de 1890, e que possivelmente servira de inspiração para o personagem Allan Quatermain, remetera ao editor do *The Times* uma carta na qual reafirmava os prejuízos causados aos *uitlanders* no Transvaal, mas ressaltava como infundadas as acusações de hostilidade e violência por parte dos bôeres transvaalenses. Selous acrescentava que “o Sr. Rider Haggard nos relatou que acha impossível continuar vivendo no Transvaal em meio aos insultos cotidianos dos Bôeres vitoriosos, e ele nos conta que os Bôeres observam os Britânicos com desprezo e consideram eles como covardes físicos e morais”. Selous ainda criticava Haggard e outros autores por atribuírem as origens das animosidades entre bôeres e

<sup>80</sup> GOMES, op. cit., 2015, p.32.

<sup>81</sup> WARWICK, Peter. *Black People and the South African War* (1899-1902). Cambridge: Cambridge University Press, 1983, pp.1-19.

<sup>82</sup> KREBS, op. cit., pp. 32-54.

britânicos à devolução do Transvaal em 1881, ignorando um longo histórico de tensões políticas, sociais e econômicas ao sul da África. Tais atitudes concernentes aos bôeres transvaalenses eram associadas a Selous a “arrogância e ignorância”<sup>83</sup>, características que, se preservadas, seriam fatais para a manutenção dos territórios coloniais. Haggard, o Rei do Romance e príncipe da polêmica, não tardou em responder, e as páginas do *The Times* anunciavam sua réplica no dia seguinte: às acusações de exagerar as hostilidades bôeres, o romancista retrucava que “se não possuem desprezo, como que duas pequenas Repúblicas, ao invés de promover certa medida de reforma eleitoral e retificar alguns abusos, foram ousadas o suficiente para declarar guerra ao Império Britânico?”<sup>84</sup>

Com relação ao histórico das contendas entre bôeres e britânicos, Haggard responde ao afirmar que Selous atribui ao letrado “ignorância sobre a história do *Great Trek* de 1836. Parece-me estranha a acusação contra um homem que no ano presente publicou um livro que lida com as circunstâncias internas daquele *Trek*, produzido de um estudo compreensivo do período”. Indubitavelmente, Haggard aludia-se a *Swallow*, pois transcreve parte do prefácio da obra no artigo, compreendendo-a como um documento legitimador de sua autoridade política sobre as instituições e os costumes bôeres, bem como uma alegoria étnico-racial à solidariedade entre britânicos e bôeres na formação e ocupação do território sul-africano. Não se sabe com precisão o que consistiu o “estudo compreensivo do período”, para além das leituras indicadas por Haggard em suas obras precedentes; sabe-se, contudo, que o letrado conhecia o historiador George McCall Theal, e publicou, em julho de 1894, uma resenha de sua obra *South Africa*, parte componente da coleção *The Story of the Nations*<sup>85</sup>. A personagem de Sihamba Ngenyanga, ademais, apareceu originalmente nos mitos compilados em *Kaffir Folk-lore*<sup>86</sup>, um estudo sobre práticas culturais e folclore Xhosa publicado por McCall Theal em 1886. Do encontro com o historiador colonial, Haggard parece ter preservado certa visão empática com o lado bôer, sugerindo um cenário de unidade cultural capaz de abarcar tanto britânicos quanto os descendentes de holandeses na construção de uma classe dirigente na África do Sul – contanto que as instituições políticas, de um modo geral, permanecessem alinhavadas ao Império Britânico.

Para o letrado, a responsabilidade pelo “infeliz estado” das relações políticas entre as repúblicas e as colônias na África do Sul não se encontrava no “bôer comum”, e sim “no

<sup>83</sup> SELOUS, Frederick. The War. *The Times*, 24 de outubro de 1899, p.15.

<sup>84</sup> HAGGARD, H. Rider. The War. *The Times*, 25 de outubro de 1899, p.7.

<sup>85</sup> HAGGARD, H. Rider. ‘South Africa’, a review of *The Story of the Nations* by G. M. Theal. *The African Review*, n.7, julho de 1894, p.10.

<sup>86</sup> THEAL, George McCall. *Kaffir Folk-lore: A Selection from the Traditional Tales Current among the People Living on the Eastern Boarder of the Cape Colony*. Londres: Swan Sonnenschein, 1886, pp.58-61.

Presidente Kruger e no Presidente Steyn e na elite de Holandeses e manipuladores no Cabo e de algumas pessoas na Inglaterra”. Assim, da mesma forma que o desfecho de *Swallow* apresentava um final relativamente idílico para Suzanne e Ralph Kenzie, Haggard encerrava sua carta aberta ao *The Times* com a perspectiva de que “parece-me mais razoável a esperança de que, em algum grau, a qualquer custo (...) o ódio herdado” entre os bôeres seja “obliterado pela influência do tempo e pela gradual mistura entre as duas raças”<sup>87</sup>. Os termos de Haggard não aludiam necessariamente a um posicionamento pró-bôer; com efeito, sua defesa por Jameson e Rhodes indicava o modo como que, subjacente às suas utopias étnico-raciais, ainda sobressaía-se uma crença trepidante em torno da importância do Império. Assim como Ralph salvaria Suzanne dos ataques Zulus, Haggard sonhava com o momento em que as forças do Império Britânico salvariam os bôeres das ambições políticas e econômicas da elite pró-Kruger, vistas pelo letrado e por muitos de seus contemporâneos, como retrógradas e particularmente nocivas ao desenvolvimento econômico do território sul-africano.

Na eclosão da guerra sul-africana, Haggard foi convidado pelo editorial do *The Times* para viajar à África do Sul com o propósito de relatar o desenrolar dos conflitos; a recusa do letrado, que no período passou a se interessar por assuntos ligados à política interna e a questão agrária, priva a pesquisa de maiores detalhes a respeito de sua perspectiva sobre os conflitos. Contudo, as atividades mensais do *Anglo-African Writers' Club*, relatadas com frequência na imprensa periódica, em especial no *The Times* e no *The African Review*, evidenciam os debates políticos nos quais Haggard e outros escritores inseriam-se na época. O *Anglo-African Writers' Club* consistia em um clube de jantares mensais, presidido por Haggard em seus anos iniciais, e que incluía, entre seus membros, os escritores Bertram Mitford, William Charles Scully, Henry Anderson Bryden e o historiador Alexander Wilmot, além de frequentadores irregulares, tais como o explorador Frederick Courteney Selous<sup>88</sup>. Tome-se, a título de exemplo de suas querelas, a ocasião da visita de três *dikgosi* (chefes) africanos da Bechuanalândia a Londres em 1895: Khama III (líder dos Bangwato), Sebele I (chefe dos Bakwena) e Bathoen I (líder dos Bangwaketse), os quais recorreram à Rainha Vitória para protestar contra a apropriação de suas terras por Rhodes. Enquanto um centro ideológico de opinião jornalística e produção literária concernente à África, o clube dividiu-se em suas perspectivas referentes à visita dos líderes africanos: alguns, ao exemplo do viajante

<sup>87</sup> HAGGARD, H. Rider. *The War*. *The Times*, 25 de outubro de 1899, p.7

<sup>88</sup> MONSMAN, Gerald. *Colonial Voices: The Anglo-African High Romance of Empire*. New Orleans: University Press of the South, 2010, p.10.

francês Lionel Declé, manifestaram-se favoráveis à colonização pela *British South Africa Company*, enquanto outros, tais como Bryden, acusavam Rhodes de explorar os nativos.

Esperava-se que Khama com os seus companheiros fossem os convidados do *Anglo-African Writers' Club* no jantar mensal desta semana, mas embora estivesse ansioso para aceitar o convite – o qual, por seu próprio pedido, foi mantido em aberto por uma semana – não puderam participar, pois agora eles estão praticamente nas mãos do Governo. O Sr. A[lexander] Wilmot também foi convidado, mas ele já havia partido para Roma – de fato, não religiosamente. Khama teria aproveitado por si próprio, creio, mas embora já seja um fato bem conhecido que todos os membros do *Anglo-African Writers' Club* são abstêmios, não parece ser o caso dos seus amigos, e eu temo que o chefe ficaria chocado com os ‘homens mortos’ na mesa da noite de quarta-feira<sup>89</sup>.

A nota, possivelmente redigida por Haggard, que atuava como um dos editores da revista *The African Review*, ainda referencia o fato de que Lionel Declé, após a fala de abertura do jantar, manifestou-se com “alguns comentários mordazes sobre *l'affaire Stokes*”<sup>90</sup>, direcionando em algo semelhante a uma denúncia forte contra Khama, a quem o celebrado explorador evidentemente desgosta (...). O Sr. H. A. Bryden defendeu Khama calorosamente<sup>91</sup>. Bryden, que se tornara reconhecido após publicar relatos de viagens pelo sul da África, manifestara-se publicamente de forma crítica a Cecil Rhodes e em defesa de Olive Schreiner, a qual acusara o *randlord* de permitir que um “pequeno bando de monopolistas” se apropriasse dos recursos minerais na região em benefício próprio<sup>92</sup>. O episódio evidencia o modo como o clube, embora presidido por apologistas do colonialismo britânico, também se configurava como um local de discussões intelectuais e dissidências, ou ainda um espaço no qual as linhas da sociabilidade, da produção literária e da política se entrecruzavam e, por vezes, entre jantares, cristais de xerez e charutos, se chocavam.

Poucos dias após a eclosão da guerra em outubro de 1899, Haggard presidiu o encontro mensal do *Club*, e em seu discurso referenciou sua experiência com a guerra de 1881 e o “tratamento que os ingleses leais receberam” na ocasião. O romancista “acreditava que eles estavam agora, em 1899, colhendo os frutos de 1881”, e preferia diferenciar os bôeres comuns, que “custeavam suas opiniões com suas vidas” do “grupo Holandês [*Hollander*] que os governa”, além de “temer o ódio racial que deve se iniciar”. Em conclusão, acreditava que

<sup>89</sup> THE SMOKING ROOM. *The African Review*, 16 de novembro de 1895, p.867.

<sup>90</sup> O “caso Stokes” referenciava a execução do comerciante anglo-irlandês Charles Stokes por autoridades belgas no Congo, em janeiro de 1895, episódio que atraiu a atenção do público britânico ao “barbarismo” associado à administração colonial na região. A respeito, ver: LOUIS, W. Roger. The Stokes Affair and the Origins of the Anti-Congo Campaign, 1895-1896. *Revue belge de Philologie et d'Histoire*, v.43, n.2, 1965, pp.572-584.

<sup>91</sup> THE SMOKING ROOM. *The African Review*, 16 de novembro de 1895, p.867.

<sup>92</sup> MONSMAN, op. cit., 2010, p.12.

“a guerra era absolutamente necessária; foi forçada sobre eles, e deve ser lutada até o amargo desfecho (...). O que estavam lutando agora na África do Sul era a supremacia da Inglaterra e nada mais”<sup>93</sup>. A empatia com relação aos bôeres comuns e os temores diante das desavenças com base étnico-racial aproximavam-se dos posicionamentos expressos pelo letrado em *Swallow*, e convergiam numa utopia de cooperação e solidariedade entre britânicos e bôeres, a despeito das desavenças existentes. De forma semelhante, o romancista Arthur Conan Doyle, convidado de honra no jantar do mês seguinte, apresentou perspectiva semelhante, ao afirmar que “a violência poderia ser um sinal de fraqueza” e alertou contra “a agressão sobre uma pequena potência [o Transvaal] por uma maior [o Império Britânico]”<sup>94</sup>.

Sob este prisma de observação, a narrativa de *Swallow* evidencia os esforços em promover um mito fundacional de origem nacional a partir da colaboração e dos papéis complementares entre britânicos e bôeres, personificados em Ralph e Suzanne. Simultaneamente, intencionava fornecer uma alternativa às animosidades crescentes entre os grupos étnicos no momento de sua publicação a partir do exemplo de seus protagonistas: se o amor entre uma mulher bôer e um homem anglo-escocês era possível em tempos de tensões interétnicas, relações mais solidárias entre britânicos e bôeres também seriam. Em suma, o texto de Haggard demonstra uma tendência geral nas relações entre políticas e linguagem, o fato de que “ao contribuir com a construção de culturas nacionais, romances (e outras obras literárias) narram conflitos entre personagens e sua resolução de forma paralela aos conflitos internos na nação e sua esperança por resolução ou desfecho”<sup>95</sup>. Distanciando-se da perspectiva racista que Haggard cultivara previamente, sobretudo em *Jess*, no qual os bôeres são caracterizados como indivíduos degenerados e politicamente perigosos, o período que emoldurou a publicação de *Swallow* evidencia uma guinada no pensamento do letrado. As marcas do racismo ainda encontravam-se presentes em sua produção literária, mas, como evidenciado em *Marie*, a ênfase recaía cada vez mais nas distinções entre negros e brancos – e não mais entre britânicos e bôeres.

#### 5.4 – A “QUESTÃO NATIVA” EM *MARIE*

O final da guerra sul-africana em 1902 deu início a um período de intensas negociações políticas, e “alimentou os debates sobre quem estaria apto ou não a pertencer

<sup>93</sup> ANGLO-AFRICAN WRITERS’ CLUB. *The Times*, 17 de Outubro de 1899, p.6.

<sup>94</sup> MONSMAN, op. cit., 2010, p.18-19.

<sup>95</sup> JOHNSON, David. *Imagining the Cape Colony: History, Literature and the South African Nation*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003, p.6.

àquela que seria reconhecida como uma nação sul-africana”<sup>96</sup>. O próprio Haggard, em carta enviada ao *The Times* alguns anos mais tarde, afirmava que “na minha mente, a grande questão sobre o futuro do sudeste da África não é, como muitos supõem, aquele da dominação de ingleses ou bôeres, mas o inevitável e distante, assim esperamos, conflito pela supremacia prática entre o sangue branco e o negro”<sup>97</sup>. Alfred Milner, que então ocupava o cargo de Alto Comissário Britânico para as Colônias, compreendia que a conversão das antigas repúblicas bôeres e sua incorporação enquanto províncias britânicas seria a medida necessária para sua recuperação econômica, por meio da reestruturação da indústria mineradora, da revigoração da produção agrícola, pela reconstrução da rede ferroviária e unificação dos impostos. O temor de insurgências africanas conduziu a um clima de incertezas entre britânicos e bôeres, ansiosos pela conformação de uma África do Sul liderada por uma elite branca; o período também contou com o incentivo à imigração de colonos britânicos, numa tentativa de reestruturar a agricultura sul-africana a partir da mão de obra branca, sobretudo na região da Colônia do Rio Orange, correspondente ao antigo Estado Livre de Orange<sup>98</sup>. Alinhavado a esses incentivos à imigração branca, Haggard considerava-a como necessária e até mesmo urgente para impedir que a África do Sul “enegrecesse [*go black*]”<sup>99</sup>.

O desfecho da guerra sul-africana provocou um aparente desequilíbrio nas relações de forças entre trabalhadores africanos e proprietários brancos, causando pânico e temores entre esses últimos, derivados, entre muitos aspectos, da mobilização de africanos como combatentes e informantes durante os conflitos. De acordo com John Higginson, “depois da guerra, contudo, permanecia incerto se as relações entre lavradores negros e arrendatários brancos no Transvaal haviam emborcado ou esfacelado de um modo geral”<sup>100</sup>. Muitos africanos, sobretudo no Transvaal, ansiavam que o término dos conflitos garantiria direitos políticos em reconhecimento ao seu potencial econômico e pelos serviços prestados aos britânicos durante a guerra. Entretanto, diversas medidas tomadas pela elite local, ao exemplo do aumento de impostos, o confisco de armas a partir de 1902 e a recusa em ampliar o sufrágio na Colônia do Transvaal e de Orange, foram utilizadas para minar as demandas de africanos. Ao lado das exigências dos *afrikaners* por compensação pelas perdas durante a guerra, o contínuo acesso de africanos negros a terras produtivas levantava questões a respeito

<sup>96</sup> GOMES, op. cit., 2015, p.127.

<sup>97</sup> HAGGARD, H. Rider. Umslopogaas and Makokel. Sir H. Rider Haggard on Zulu Types. *The Times*, 16 de Agosto de 1913, p.5.

<sup>98</sup> MARKS, Shula. War and Union, 1899-1910. ROSS, Robert; MAGER, Anne Kelk; NASSON, Bill (orgs.). *The Cambridge History of South Africa*. Vol.2. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p.177.

<sup>99</sup> HAGGARD, H. Rider. 29 de setembro de 1924. War Diaries. Norfolk Records Office. NRO MC 621.

<sup>100</sup> HIGGINSON, John. *Collective Violence and the Agrarian Origins of South African Apartheid (1900-1948)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p.65.



da apropriação destes terrenos e a remoção de seus habitantes originais. Uma anedota reproduzida no relatório do Comitê de Assuntos Nativos ilustra as instâncias cotidianas da contestação por terra e mão de obra nativa no Transvaal pós-guerra:

Um fazendeiro contou-me que ele estava trabalhando na sua terra, cultivando tabaco, e ele viu alguns nativos atravessando os limites do seu terreno. Como ele precisava de mão de obra, foi até eles e ofereceu 2 xelins e 6 centavos ao dia para trabalhar para ele, mas eles simplesmente se viraram e responderam ‘se você quiser trabalhar por 2 xelins e 6 centavos ao dia, *baas*, nós te contrataremos com muito prazer’<sup>101</sup>.

Somado ao ressentimento mobilizado contra os britânicos pelas derrotas sofridas durante a guerra, o cenário sul-africano na primeira década do século, em especial nas áreas correspondentes às antigas repúblicas bôeres, levou a uma intensificação da violência e a retomada dos grupos de guerrilhas, sob o formato de associações de fazendeiros; diversos casos de apropriação e delimitação de terras foram levados aos tribunais transvaalenses, e “os fazendeiros brancos também viam *oorstrooming* e *Swart Gevaar*, ou ‘inundação’<sup>102</sup> e ‘Perigo Negro’ por trás de qualquer vitória legal de curto prazo dos pequenos proprietários africanos”<sup>103</sup>. Em meio a esse clima de tensões, a questão sul-africana continuava a ocupar espaço nas preocupações de Haggard, afinal, em 1906, quando o Transvaal recebeu a permissão do Império Britânico para eleger seu próprio parlamento, o letrado pronunciou-se em tom crítico à nova constituição promulgada para a colônia sul-africana: “embora a bandeira Britânica ainda sobrevoe elas [as colônias do Transvaal e do Rio Orange], a garantia de tal Constituição é um presságio da derrocada de qualquer governo britânico efetivo sobre amplas partes da África do Sul”. Para ele, as eleições, que seriam realizadas no ano seguinte, levariam a uma vitória eleitoral dos interesses bôeres em decorrência de concentração populacional de *afrikaners* no Transvaal e, portanto, um risco aos resultados conquistados árdua e dolorosamente poucos anos antes na guerra<sup>104</sup>.

No período em que se debatia de forma mais acirrada a unificação da África do Sul, Haggard norteou sua produção literária a momentos e personagens históricos considerados como constitutivos da formação nacional, das relações interétnicas e da ocupação territorial ao

<sup>101</sup> MORTON, R. Fred. Linchwe I and the Kgatla Campaign, 1899-1902. *Journal of African History*, v.26, n.2-3, 1985, p.188.

<sup>102</sup> O termo *oorstrooming*, traduzido como “*swamping*” ou “inundação”, era utilizado no início do século XX pelos *afrikaners* para designar os temores relativos ao êxodo de africanos negros para os centros urbanos, assinalando assim riscos de perda de mão de obra, maior competitividade no mercado de trabalho e desestabilização do sistema de trabalho migrante. Ver: ALEXANDER, Peter. *Workers, War and the Origins of Apartheid: Labour and Politics in South Africa 1939-48*. Oxford: Currey, 2000, p. 120.

<sup>103</sup> HIGGINSON, op. cit., p.104.

<sup>104</sup> MR RIDER HAGGARD on the Transvaal Constitution. *The Times*, 07 de agosto de 1906, p.8.

sul do Zambezi. Assim, o letrado publicou *The Ghost Kings*, serializado entre outubro de 1907 e junho de 1908 na revista londrina *Pearson's Magazine*, seguido pela primeira edição no segundo semestre de 1908. Ambientado na Pondolândia, na Zululândia e, muito possivelmente, na atual Botswana, o romance concentra-se na história de Rachel Dove e Richard Darrien, dois jovens de origem britânica que se apaixonam em meio aos eventos associados ao expansionismo Zulu na década de 1830. Rachel, a filha de um missionário britânico, era considerada pelos Zulus como a encarnação de Inkosazana, um espírito poderoso associado às tempestades. Por esse motivo, Rachel é raptada pelo rei Dingane, e levada até seu *kraal*. Simultaneamente, o enigmático Ishmael, um britânico que assimilou costumes nativos e vivia por anos entre africanos, tenta forçar a jovem a casar-se com ele. Rachel é amparada e protegida por Noie, uma africana descendente do “povo fantasma”, uma civilização dotada de poderes sobrenaturais, e que vive ao norte da Zululândia. Na parte final da trama, Rachel e Noie partem ao norte, resgatam Richard Darrien e impedem o corrupto e ambicioso africano Eddo de tomar o poder do “povo fantasma”, embora à custa do sacrifício da jovem nativa e de toda a sua raça “fantasma” em uma tempestade sobrenatural.

Haggard ambientou *The Ghost Kings* durante o reinado de Dingane kaSenzangakhona, e parte da trama transcorre na capital Zulu, uMgungundlovu. Apesar de apresentar os Zulus como guerreiros e violentos, o romancista também deslinda a hipótese de que “nós brancos estamos aptos a nos considerar superiores a tal povo, quando na verdade somos apenas diferentes. De fato, quando se considera, é uma questão se as estirpes mais superiores dos povos Bantos não seriam nossos iguais”. Não obstante, questiona seus leitores: “seria uma assegai muito mais selvagem que um cartucho? Há uma distância tão grande entre um Chaka e um Napoleão? Pelo menos eles não são hipócritas e não são vulgares; este é um privilégio das nações civilizadas”<sup>105</sup>. Em *The Ghost Kings*, Haggard reforçou a ideia da *mfecane* como um fenômeno Zulucêntrico, com base na perspectiva adotada por George McCall Theal e originalmente proposta por Theophilus Shepstone. Desta forma, ao tratar sobre a missão religiosa do pai de Rachel Dove, o letrado descreve que “logo, uma vila de tamanho considerável se formou em torno dele, habitada quase que inteiramente pelos sobreviventes nas tribos de Natal que Chaka havia destruído, e que estavam muito satisfeitas em se assentarem sobre a égide do homem branco”<sup>106</sup>. Na sua perspectiva, a mobilização militar de Shaka era interpretada como eficaz, autoritária e centralizada, mas o elogio ao “Napoleão negro” convivia com a necessidade pela tutela do “homem branco”.

<sup>105</sup> HAGGARD, H. Rider. *The Ghost Kings*. Londres: Cassel and Company, 1908, p.41.

<sup>106</sup> Ibidem, p.85.

Em *The Ghost Kings*, Haggard descreve Dingane como um monarca supersticioso e profundamente temeroso das profecias que anunciavam sua derrocada: “‘eu vejo fogo’, ele [Dingane] disse. ‘Sim, neste *kraal*, uMgungundlovu arde, minha casa real queima, e acolá vem os homens brancos montados em cavalos. Oh! Eles se foram’”<sup>107</sup>. Enquanto que Shaka havia sido retratado alhures como um monarca cruel, porém eficiente em seu autoritarismo, Haggard representava o sucessor como o “horrível Dingaan, que está sempre matando pessoas”, um “monstro maldito”<sup>108</sup>, cujos medo derivado de profecias fatalistas deixavam-no à mercê dos feiticeiros *isanusi*. Em *The Ghost Kings*, Haggard recuperava certa perspectiva em torno da figura de Dingane produzida ao longo do século XIX em uma interação complexa entre fontes orais de africanos e discursos coloniais, e que representavam a figura do monarca Zulu, simultaneamente, a partir de traços negativos, exemplificados por sua responsabilidade na morte de seus irmãos e rivais ao trono, mas também a partir de elementos positivados, em especial, suas políticas mais flexíveis de casamento de seus súditos. Muitas destas imagens negativas sobre Dingane haviam sido produzidas por seus rivais políticos, que descreveram o rei Zulu como um bárbaro que alcançara o trono por meios pouco honrados, um déspota cruel que eliminava seus súditos e inimigos por razões arbitrárias<sup>109</sup>.

Haggard compreendia que as instituições sociais e políticas do Reino Zulu estavam, naquele momento, em vias de extinção, sobretudo após a anexação dos territórios da Zululândia às posses britânicas e a morte do rei Cetshwayo em 1884. Mas, eventos recentes, somados às discussões a respeito da unidade nacional sul-africana e do estatuto social e jurídico dos africanos, haviam trazido a questão Zulu à baila: ao final de 1905, as autoridades em Natal introduziram novos impostos *per capita* sobre os agricultores negros, com o objetivo de forçá-los a servir de mão de obra nos empreendimentos agrários controlados por europeus. Estas taxas provocaram ampla insatisfação, o que desencadeou rumores de insurreições e, após alguns eventos isolados, o governo de Natal declarou lei marcial. Em abril de 1906, o chefe Bambatha kaMancinza, líder do clã amaZondi, e que havia sido deposto pelas autoridades locais, deu início a uma revolta que gradativamente teve adesão de outras chefias Zulus. Os rebeldes foram derrotados pelas forças coloniais, e os principais chefes, que incluíam Bambatha e Sigananda kaZokufa, um familiar contemporâneo de Shaka e líder dos amaCube, foram capturados ou mortos em batalha. Em 1907, Dinizulu, herdeiro ao trono

---

<sup>107</sup> Ibidem, p.272.

<sup>108</sup> Ibidem, p.74.

<sup>109</sup> NDLOVU, Sifiso Mxolisi. *African Perspectives of King Dingane Kasenzangakhona*. New York: Palgrave Macmillan, 2017, pp.74-78.

Zulu e filho de Cetshwayo, foi aprisionado por suspeita de estar por trás do movimento revoltoso e condenado por alta traição<sup>110</sup>.

A historiografia recente tem questionado a noção de que a revolta de Bambatha consistia em um esforço desarticulado de resistência nativa, demonstrando que, ao lado das causas materiais, motivações culturais e políticas levaram os africanos a resistirem contra os impostos estabelecidos pelo estado colonial. Ao lado da insatisfação frente às taxas introduzidas e as disputas de longa data entre colonos brancos e africanos pelo controle sobre as melhores terras em Natal e na Zululândia, somavam-se causas ligadas a crenças religiosas de muitos nativos no período da rebelião. Os africanos envolvidos resistiam aos impostos em parte por acreditarem que, após a guerra sul-africana, os estados coloniais haviam adquirido maior poder destrutivo sobre eles graças ao censo populacional estabelecido pouco tempo antes. Com base em rumores que circularam no período, muitos Zulus atribuíam os infortúnios pelas mãos da administração colonial ao fato de que tinham sido abandonados pelos espíritos de seus ancestrais, e acreditavam que as forças da natureza puniriam os nativos por sua negligência. O engajamento na revolta e o combate ao estado colonial eram vistos como uma forma de agradar os espíritos inquietos de ancestrais, de modo que muitas das ações dos resistentes enquadravam-se na lógica de seus sistemas de crença religiosa: uma revolta armada com a intenção de derrubar o estado colonial tanto pela força das armas quanto pela ação de fatores sobrenaturais<sup>111</sup>.

Espíritos ancestrais, tempestades sobrenaturais, forças fatalistas da natureza: todos esses elementos parecem ter sido apropriados por Haggard em *The Ghost Kings*. Ademais, o letrado certamente tomara conhecimento das ações políticas de Dinizulu, pois havia transcrito, na introdução redigida para a segunda edição de *Cetywayo and his white neighbours*, diversas cartas do herdeiro Zulu endereçadas ao governador de Natal, A. E. Havelock, nas quais relatava o estado de abandono dos Zulus pela administração colonial: “nós [os Zulus] vagamos de lugar em lugar, sem ter onde nos enraizar (...). Nós morreremos, e o país se tornará desolado”<sup>112</sup>. Poucos anos depois, Haggard engajou-se em uma empreitada literária para narrar a derrocada da dinastia de Senzangakhona e a queda do Reino Zulu, em uma trilogia de livros composta por *Marie* (1912), *Child of the Storm* (1913) e *Finished* (1917). Nestas três obras, o letrado relaciona os percalços de seu personagem Allan Quatermain com eventos da história política na África do Sul: o caçador testemunha a migração dos bôeres e o

---

<sup>110</sup> HAMILTON, op. cit., 1998, p.157.

<sup>111</sup> REDDING, Sean. A Blood-Stained Tax: Poll Tax and the Bambatha Rebellion in South Africa. *African Studies Review*, v.43, n.2, setembro de 2000, pp.29-54.

<sup>112</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, p.xxxvii.

massacre de Piet Retief na década de 1830, a dispersão de africanos no *mfecane* (*Marie*), participa da batalha de Ndongakusuka em 1856, entre os filhos de Mpande, os príncipes Cetshwayo e Mbuyazi (*Child of the Storm*), além de envolver-se na Batalha de Isandhlwana, travada durante a guerra Anglo-Zulu de 1879 (*Finished*). Em comum, os três romances lidam com a saga de Zikali, o último membro da dinastia reinante do clã amaNgwane, que utiliza de elementos mágicos para vingar-se e causar a derrocada dos Zulus – novamente responsabilizando forças africanas pela queda do Reino Zulu.

*Marie*, o romance inaugural da trilogia de Zikali, foi serializado na *Cassell's Magazine*, entre setembro de 1911 e fevereiro de 1912, e publicado em volume único no final de janeiro daquele mesmo ano. Narrado em primeira pessoa por Allan Quatermain, e descrito na nota introdutória como resultado de um manuscrito deixado pelo caçador e encontrado após sua morte (narrada em *Allan Quatermain*), *Marie* relata parte da infância e da juventude do protagonista, concentrando-se no seu envolvimento com o *Great Trek* e o massacre dos bôeres por Dingane. Além da jovem Marie Marais, uma bôer de ascendência huguenote e primeira esposa de Quatermain, a trama apresenta o vilanesco Hernan Pereira, um luso-bôer, descrito como ambicioso e calculista; o pai de Marie, Henri Marais, fazendeiro bôer profundamente ressentido com relação à presença dos britânicos no sul da África; e Hans, o empregado Khoisan de Quatermain, que o acompanha em suas aventuras. O romance ambienta-se em um plano de fundo histórico marcado pelas tensões políticas entre britânicos, bôeres e Zulus, sobretudo com relação ao controle de terras na região entre os rios Tugela e Umzimvubu, em Natal. Ao lado de *Nada the Lily* e *Swallow*, Haggard promove um quadro explicativo das relações interétnicas no período marcado pelo início dos projetos colonialistas na África do Sul, atentando-se aos conflitos decorrentes para justificar, em termos shepstonianos, a necessidade de uma autoridade forte e centralizada.

No início da trama na Colônia do Cabo, o garoto Allan é enviado por seu pai, um missionário inglês, para ter aulas particulares com um tutor francês em Maraisfontein, ao lado de Marie Marais. Com o passar dos anos, o jovem Quatermain apaixona-se pela garota bôer, mas a união dos dois encontra um obstáculo: o pai de Marie havia prometido a mão dela em casamento para seu primo, o abastado Hernan Pereira. O professor particular dos jovens, Monsieur Leblanc, acidentalmente atira no filho de um chefe Quabie, e os africanos, em represália, atacam a fazenda dos Marais, onde Allan e Marie refugiam-se e defendem-se com o uso de armas de fogo. No clímax da cena, quando a morte parecia iminente, os jovens confessam seus sentimentos um ao outro e Allan, com apenas dois tiros em sua espingarda, cogita matar Marie e cometer suicídio em seguida, para evitar a morte violenta nas mãos dos

Quabie. O casal é salvo nos últimos instantes por um grupo de bôeres, mas a invasão, os descontentamentos com a influência política britânica na região e as acusações de roubo de gado contra os africanos, levam os bôeres a migrarem rumo ao interior do subcontinente. Henri Marais e a filha juntam-se aos *voortrekkers*. Desolado e de coração partido, Allan ingressa no exército britânico, aprende isiZulu e o manejo de armas de fogo, além de envolver-se na chamada guerra Anglo-Xhosa de 1834-1836, na fronteira da Colônia do Cabo, próximo ao Rio Keiskamma.

Após retornar do exército, e entediado com a rotina na missão religiosa de seu pai, Allan recebe uma carta de Marie, na qual informa que seu grupo de *voortrekkers* partiu em direção de Delagoa Bay, mas que muitos de seus companheiros morreram pelos ataques de nativos, e os sobreviventes enfrentam a ameaça da fome e da miséria. Quatermain, ao lado do laçao Hans, parte em direção da trilha dos bôeres, e ao alcançar o acampamento, descobre que Hernan havia sido o responsável por muitos dos problemas enfrentados, por ter abandonado os *voortrekkers* levando quase toda a pólvora das munições. Enquanto que, em *Swallow*, o *Great Trek* era retratado como a saga heróica de um grupo de bôeres em busca de liberdade, em *Marie*, os deslocamentos internos são apresentados como uma verdadeira martirização dos migrantes, deixados à própria sorte, vagando entre pântanos febris e à mercê dos nativos ou de feras selvagens. Ao alcançar o “acampamento da morte”, Allan, guiado “pela mão de uma criança que parecia um esqueleto”, reencontra-se com Marie, que estava “miserável, mas eu não poderia confundir aqueles olhos, aqueles grandes olhos gentis, que haviam crescido de forma pouco natural em sua face pálida, afinada”<sup>113</sup>. Após ajudar os *voortrekkers*, Allan convence Henri Marais a aceitar a proposta de casamento do jovem caçador para sua filha e, após encontrar-se com um dos laçaios africanos de Hernan, Quatermain resgata o português, acometido pela febre e abandonado em uma caverna.

Algumas semanas após o resgate, os bôeres, acompanhados por Quatermain, decidem migrar ao sul, em direção ao *laager* de Piet Retief. Hernan Pereira, considerado *persona non grata* pelos migrantes, e em especial pela matrona Vrouw Prinsloo, abandona o grupo, amargurado por Allan não ter lhe entregue munições e mantimentos para sua jornada solitária. À noite, o jovem caçador, responsável pela vigia do acampamento, quase é atingido por um tiro de Hernan, que afirma tê-lo confundido com um animal selvagem. Em fúria, Quatermain expulsa Pereira do acampamento, e os *voortrekkers* prosseguem em sua jornada:

---

<sup>113</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.124.



A jornada [*trek*] diante de nós, embora não muito longa, era de uma natureza extremamente perigosa. Nós teríamos que atravessar cerca de duzentas milhas de um território cuja única coisa que conhecíamos era que os seus habitantes eram os Amatonga e outras tribos selvagens. Aqui, eu devo explicar que após muita discussão, abandonamos a ideia de retornar pela trilha seguida por Marais em sua jornada malfada rumo a Delagoa. Se seguissemos assim, teríamos que atravessar as terríveis Montanhas Lobombo, sobre as quais era duvidoso se nosso gado conseguiria puxar as carroças. Além do mais, o território além das montanhas possuía poucos animais de caça e também de Kaffirs, de modo que nossa alimentação seria limitada. (...) Então, decidimos arriscar os selvagens e os leões que seguiam a caça nestes territórios quentes, especialmente já que não era ainda a temporada de febre ou de chuvas intensas, de modo que os rios seriam atravessáveis<sup>114</sup>.

Eventualmente, Allan e os *voortrekkers* são detidos por um regimento Zulu, enviado pelo rei Dingane, informado da presença do jovem britânico e dos migrantes bôeres por Pereira. Quatermain e os demais são conduzidos como prisioneiros até o *kraal* de Dingane, que demanda informações a respeito dos objetivos dos bôeres em sua jornada. O rei Zulu propõe uma aposta para Quatermain: se o caçador fosse capaz de atirar em três abutres em pleno vôo, ele concederia a liberdade à Marie e seus compatriotas, desafio que o jovem vence após um breve treinamento com Hans. Libertos de uMgungundhlovu, o grupo de Quatermain encontra-se com Piet Retief, personagem histórico e uma das principais lideranças do Great Trek, acompanhado de Hernan Pereira. Allan casa-se com Marie, e logo após decide ajudar Piet Retief como mediador em suas negociações junto ao rei Dingane, na intenção de estabelecer um tratado de paz e de uso de terras entre bôeres e Zulus. Retief, após averiguar os fatos recentes com Dingane, descobre que Hernan, com a intenção de incitar o rei Zulu a executar o jovem caçador, havia previamente acusado Quatermain de ser um *isanusi*, o que explicava o episódio envolvendo a captura dos *voortrekkers*.

Como parte do acordo entre os bôeres e os Zulus, Quatermain e os *voortrekkers* assumem a responsabilidade de recuperar o gado roubado de Dingane por Sekonyela, um chefe Basoto. No clímax, a delegação de bôeres liderados por Piet Retief é traída e executada por Dingane. Quatermain, o único sobrevivente graças à intervenção de Zikali junto ao rei Dingane, escapa em tempo de uMgungundhlovu, e consegue impedir que Marie, Vrouw Prinsloo e seus familiares fossem mortos em um ataque Zulu. Um tribunal bôer, composto, dentre outros, por Hernan Pereira, injustamente acusa Quatermain de ter traído os *voortrekkers* e secretamente condenam o caçador à morte; para salvar a vida dele, Marie o entorpece com sonífero, esconde-o em meio a arbustos e, vestindo roupas masculinas, é confundida e assassinada por Hernan. Henri, enlouquecido ao descobrir a morte de sua amada filha, fere mortalmente Pereira. Quatermain desperta a tempo de testemunhar a cena, e o

---

<sup>114</sup> Ibidem, p.166-167.

romance se encerra com o protagonista, relendo uma carta encontrada junto ao peito de Marie, amargurado e de coração partido.

Ao retomar o *Great Trek* como momento formativo da nação sul-africana, Haggard apresenta uma reflexão literária sobre o desequilíbrio de forças políticas na década de 1830, as quais culminaram em conflitos entre brancos e negros para além das fronteiras da Colônia do Cabo. Trata-se, com efeito, de uma narrativa ambientada nas décadas iniciais da inserção do colonialismo britânico em África, sobretudo pela ação de missionários tais como o pai de Quartermain, e das consequências políticas da expansão da influência britânica no subcontinente. Embora certo clima de conciliação anglo-bôer permeasse o momento em que Haggard escrevia e publicava *Marie*, os recentes conflitos decorrentes dos choques entre os interesses econômicos britânicos e o republicanismo bôer, sobretudo na guerra de 1899-1902, remetiam muitos dos olhares ao período do *Great Trek* enquanto chave explicativa das tensões entre os grupos envolvidos.

Desta forma, Haggard utiliza-se de seus personagens bôeres, especialmente de Marie Marais, para situar seus leitores naquilo que considerava como elementos causais da migração dos bôeres: “nós estamos quase arruinados, especialmente já que o governo britânico está libertando os escravos e nos retribuindo com um pequeno preço, que não chega a um terço do valor deles”<sup>115</sup>. O letrado caracteriza a migração como resultado das desavenças referentes à abolição do trabalho servil nas colônias britânicas e “desentendimentos mútuos”, muitos dos quais derivados do descaso do “governo britânico, ou melhor, do governo partidário”, cujos “oficiais permanentes e temporários (...) comumente oprimiam ou não representavam” os colonos. Ademais, Haggard aponta a um acirramento da violência interétnica entre bôeres e africanos, que “encorajados pela política variegada desses partidos e seus servidores, frequentemente roubavam gado; e se tivesse chance, assassinavam as mulheres e crianças, como tentaram em Maraisfontein; embora lá, é verdade, eles tinham motivos”<sup>116</sup>.

Da historiografia colonial, sobretudo das interpretações fomentadas por George McCall Theal, Haggard incorporou diversos episódios históricos, ao exemplo das negociações entre Dingane e os bôeres, e o massacre do grupo de *voortrekkers* liderados por Piet Retief, produzindo um panorama literário de eventos que considerava como constitutivos do passado sul-africano. Ademais, *Marie* pode ser interpretada como uma narrativa do expansionismo Zulu na primeira metade do século, atribuindo a Dingane a formação de rivalidades com os bôeres e responsabilizando o militarismo Zulu pelo esvaziamento populacional. Desta forma,

---

<sup>115</sup> Ibidem, p.45.

<sup>116</sup> Ibidem, p.v; p.66-67.

em sua jornada rumo ao acampamento bôer, Allan e Hans alcançam “um grande *kraal* chamado Fokoti, no rio Umkusi [Mkuze], o qual parecia estar quase deserto”, exceto pela presença de uma mulher idosa, a qual, ao ser indagada a respeito do estado do vilarejo, afirma que “todos haviam fugido para as fronteiras da Suazilândia, temendo um ataque dos Zulus, cujos territórios começavam para além desse rio”. A despeito da ausência de conflitos entre os Tongas e os Zulus, a mera presença de “um *impi*, um regimento nas margens do rio” motivou-os a “ficar longe destas lanças terríveis”<sup>117</sup>, e portanto deslocando-se territorialmente – um exemplo do medo atrelado por estas narrativas ao avanço Zulu, culpabilizando-o pelo “efeito dominó” que teria caracterizado as migrações forçadas de pequenos reinos africanos.

Haggard menciona, mesmo que brevemente, os conflitos entre britânicos e Xhosas na década de 1830, os quais afetaram as políticas de tratamento dos nativos nas fronteiras do Cabo e promoveram uma reorganização geopolítica com a criação da Província de Queen Adelaide em 1835 – posteriormente conhecida como Kaffraria Britânica – na intenção de cercear as populações Xhosa sob pretextos civilizatórios. Na historiografia colonial, em especial na obra de McCall Theal, a causa do conflito era atribuída a uma ofensiva Xhosa, os quais, rompendo alianças prévias estabelecidas com o governo da Colônia do Cabo, declararam guerra e “avançaram subitamente sobre a colônia, roubando praticamente todo o gado ao leste do rio Sunday, queimando casas e assassinando todo homem branco que não fosse capaz de escapar”<sup>118</sup>. A guerra demarcou uma crescente demanda dos colonos pela apropriação de terras e pelo enrijecimento das políticas de tratamento aos nativos, simultaneamente criticando a presença dos discursos humanitaristas e a influência de missionários na esfera da política. As narrativas favoráveis às demandas dos colonos produzidas na década de 1830 apontavam seus principais obstáculos políticos, sobretudo a tutela paternal dos missionários e o que consideravam como a ineficácia da administração britânica em lidar com a instabilidade nas fronteiras e com o roubo de gado.

Documentos redigidos no período, ao exemplo do relato de Robert Godlonton, *A Narrative of the Irruption of the Kaffir Hordes Into the Eastern Province of the Cape of Good Hope*, reforçavam a imagem dos Xhosa como um grupo étnico-racial traiçoeiro e incivilizado, insubordinado e naturalmente condicionado a violência<sup>119</sup>. Ao afastarem-se da literatura missionária, esses documentos atuavam como “instrumentos que permitiam o domínio britânico”, pois forneciam “um sistema de conhecimento que possibilitava os britânicos a

---

<sup>117</sup> Ibidem, p.61.

<sup>118</sup> THEAL, George McCall. *The Story of the Nations: South Africa*. Londres: T. Fisher, 1900, p.188.

<sup>119</sup> PRICE, op. cit., 2008, p.164-165.

explicarem a si mesmos porque era legítimo seu governo sobre os Xhosa, e porque era justificável, em última medida, a destruição da cultura cívica dos Xhosa”<sup>120</sup>. A Província de Queen Adelaide, cuja criação visava submeter a autoridade das chefias Xhosa à lei britânica, foi desmantelada pouco tempo depois, mas, segundo Richard Price, sua existência marcou uma primeira tentativa de impor um sistema de governo imperial sobre um conjunto amplo de africanos independentes. Em *Marie*, assim como em outros romances haggardianos, estas referências parecem apontar a contextos de reorganização de espaços geopolíticos e apropriação de territórios, comumente sob pretextos civilizatórios ou para preservar, em tons paternalistas, a liberdade dos africanos diante dos abusos de suas elites, representados no romance pela figura de Dingane e suas fraquezas morais e políticas.

Neste sentido, torna-se importante lembrar que o letrado publicou *Marie* no momento imediatamente posterior ao surgimento da União Sul-Africana em 1910, período no qual muitas das discussões foram voltadas para pensar “as balizas de inserção destes sul-africanos no território – bem como a exclusão daqueles que não carregavam no fenótipo a imagem da nação que se queria construir”. Um dos principais marcos desse processo foi a implementação do *Natives’ Land Act* em 1913, medida que proibia a venda de terras aos nativos sul-africanos, confinava uma população de cerca de cinco milhões de africanos a territórios que correspondia, aproximadamente, a sete por cento do território nacional e criminalizava o arrendamento de terras por parte dos nativos, uma prática bastante comum na África do Sul. Contudo, políticas de legislação e acesso a terras não eram necessariamente uma novidade naquele momento. Em 1894, a Colônia do Cabo havia promulgado o *Glen Grey Act*, que colocava um fim ao “acesso comunal à terra, instituindo o sistema de posse individual em uma parcela estipulada do território”, o que promoveu “uma desarticulação identitária que passa por uma negação dos espaços da comunidade e da ancestralidade”<sup>121</sup>. Os conflitos entre bôeres e Zulus em *Marie* traduzem, na perspectiva de Haggard, os impactos resultantes dos contrastes entre práticas costumeiras de uso de terra comunal e a introdução da economia política e da propriedade agrícola privada, questão que se tornava cada vez mais relevante entre os anos de 1890 e 1900 – e ideologicamente justificada no romance pelo argumento do esvaziamento provocado pela violência nativa.

É preciso lembrar que o romancista recorrentemente remetia-se à legitimidade da relação entre os nativos sul-africanos e o uso da terra, sobretudo com base no argumento da

---

<sup>120</sup> Ibidem, p.171.

<sup>121</sup> GOMES, op. cit., 2015, p.4.

ancestralidade, afinal, “no início, a terra era deles”<sup>122</sup>. Todavia, em *Marie*, o letrado reconhece como igualmente legítima a aspiração dos bôeres à apropriação de terras, fundamentando-se em certo pretexto de *jus solis*: Haggard resgata o suposto tratado assinado entre Piet Retief e Dingane, redigido “em um formato legal ou semi-legal”, e que estabelecia a concessão do “lugar denominado Porto de Natal, juntamente com todas as terras anexas, ou seja, do Rio Tugela ao Rio Umzimvubu ao oeste, e do mar em direção ao norte para os Bôeres, para sua propriedade eterna”<sup>123</sup>. Na lógica do autor, a doação das terras aos bôeres era compatível com a prosperidade de colonos britânicos, ao exemplo de Allan Quatermain, que contemplava a vida ao lado de Marie Marais buscando “uma faixa de *veldt* fértil, onde poderíamos nos estabelecer quando fôssemos casados, e tal lugar eu encontrei após alguns empecilhos. Ficava cerca de trinta milhas de distância ao leste, na curva de uma bela correnteza que agora é conhecida como Rio Mooi”<sup>124</sup>. Se cotejado com os posicionamentos de Haggard pela ocasião da aprovação da Constituição do Transvaal poucos anos antes, pode-se sugerir que, para o letrado, o direito dos bôeres à posse e ao uso das terras seria plenamente possível, conquanto as instituições políticas e o *status quo* colonial continuassem vinculados ao Império Britânico.

Tanto Haggard quanto seu mentor, Theophilus Shepstone, estabeleciam relações diretas entre a migração dos bôeres na década de 1830 e o uso de terras. Em um artigo publicado num periódico abolicionista em maio de 1881, Shepstone afirmou que a designação de terras para os bôeres avançava sobre territórios ocupados por “consideráveis populações nativas”, as quais se tornariam “uma espécie de servos aos Bôeres, que demandavam certa carga de trabalho deles em retorno por proteção. O sistema de aprendizes, que há muito tempo existe entre os bôeres, é de fato escravidão disfarçada”<sup>125</sup>. O *Great Trek* era visto, nesta lógica, como parte de um anseio por parte dos bôeres em afastar-se não apenas dos abusos do domínio britânico, mas também dos novos sistemas de aquisição de terrenos introduzidos no período, resultantes de mudanças políticas que teriam gerado certo clima de instabilidade e incerteza na posse de terras<sup>126</sup>. Assim, próximo ao Rio Mooi, em terras “que pertenciam a uma tribo Kaffir exterminada por Chaka”, Allan e um grupo de *voortrekkers* começam a apropriar-se das terras, pois “havia mais terras do que nós poderíamos ocupar”<sup>127</sup>. Haggard

---

<sup>122</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.v.

<sup>123</sup> Ibidem, p.249.

<sup>124</sup> Ibidem, p.233.

<sup>125</sup> SIR T. SHEPSTONE on Slavery in the Transvaal. *The Anti-slavery reporter*, v. 1, 1881, p. 88

<sup>126</sup> SIMPSON, Kathryn. *H. Rider Haggard, Theophilus Shepstone and the Zikali trilogy: A Revisionist Approach to Haggard's African Fiction*. Tese de Doutorado. Edinburgo: Napier University, 2016, p.135.

<sup>127</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.233-234.

deixa claro, no episódio relatado, o lugar delegado aos africanos na narrativa: como mão de obra, em especial na construção de cabanas e no preparo da terra para a agricultura.

Observe-se, neste sentido, as incursões aos termos *kaffir* e *natives*, as quais extrapolam uma centena de recorrências no romance de Haggard. Ao lado das situações referentes à violência interétnica, ao exemplo do ataque à Maraisfontein pelos Quabie no início do romance, o romancista representa os africanos negros como personagens de plano fundo, comumente anônimos e associados a negociações por gado ou terras, ou como empregados e servos nas fazendas de proprietários bôeres ou britânicos. Na ótica do novelista, as experiências da coletividade africana são reduzidas a laços de antagonismo ou de dependência, ao exemplo do episódio em que Quatermain apropria-se das terras nativas e ordena “aos nativos que trabalhem para construir uma choça rudimentar que serviria como uma habitação temporária”<sup>128</sup>. Assim, a despeito de relembrar seu público leitor do argumento de ancestralidade vinculado à posse de terras pelos nativos, Haggard enfatiza a sua expropriação em determinadas circunstâncias, além de pregar a importância da mão de obra africana para garantir o domínio político-econômico na região e reestabelecer as relações de subordinação entre europeus e africanos. Por volta daquele período, o letrado compartilhava dos temores de muitos proprietários brancos sul-africanos a respeito do “tratamento desrespeitoso” dos nativos quanto aos europeus, pois afirma que “nos anos 70 [do século XIX] nunca ouvi falar de um ataque sobre uma mulher branca feito por um Kaffir. Agora, essa história é frequentemente contada”<sup>129</sup>. A subordinação de africanos ao trabalho nas propriedades agrícolas poderia ser vista, nessa lógica, como uma forma de dissipar as resistências nativas e integrar os africanos negros à civilização.

Em *Marie*, o romancista tenta compatibilizar duas visões a respeito do uso das terras: por um lado, reconhece a legitimidade do direito africano, pelo menos em termos shepstonianos. Isto é, contanto que fossem “justamente governados”<sup>130</sup> por uma autoridade centralizada e competente, mesmo que autoritária, e devidamente alocados ou protegidos em territórios dependentes da administração colonial; do contrário, estariam sujeitos a serem escravizados pelos bôeres, ou, como no caso dos Zulus, em conflito direto e violento com os colonos brancos. Por outro lado, a ênfase atribuída por Haggard à violência étnica gerada pelo contato entre brancos e negros durante o *Great Trek* parece se aproximar dos temores que cercavam as elites sul-africanas no período de formação da União Sul-Africana, as quais

---

<sup>128</sup> Ibidem, p.234.

<sup>129</sup> HAGGARD, H. Rider. Umslopogaas and Makokel. Sir H. Rider Haggard on Zulu Types. *The Times*, 16 de Agosto de 1913, p.5.

<sup>130</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.v.



deslocaram a questão racial da tensão entre “britânicos e bôeres/*afrikaners* para uma oposição branco *versus* negros”<sup>131</sup>. O medo das invasões nativas nas áreas de mineração levou à demanda por novas medidas que organizassem a inserção populacional, em especial nos centros urbanos, e que controlassem a mão de obra africana, ao exemplo do *Native Labour Regulation Act* de 1911, que criminalizava a quebra de contrato trabalhista por trabalhadores negros. Ao legitimar a demanda bôer pelas terras no período da “grande jornada”, emoldurada pela perspectiva de que, sob a sombra da “flâmula britânica (...) todas as antigas rivalidades e invejas sanguinolentas sejam esquecidas”<sup>132</sup>, Haggard reforçava a visão da África do Sul como uma nação dirigida por uma elite branca, formada pela união de britânicos e bôeres e sustentada pelo trabalho negro.

Com a intenção de promover esta aproximação entre britânicos e bôeres, Haggard perfaz um movimento de ressignificação e revisão de elementos históricos. Assim, por exemplo, o letrado apresenta no prefácio de *Marie* a “crença comum entre os bôeres daquela geração que a morte cruel de Retief e de seus companheiros, e outros infortúnios que caíram sobre eles, deviam-se às conspirações traiçoeiras de um inglês, ou de ingleses, com o déspota, Dingaan”<sup>133</sup>. Ao longo da trama, Haggard intenciona demonstrar que o massacre da delegação de Piet Retief teria sido causado por uma conjunção de fatores, que incluíam o aspecto traiçoeiro e capcioso de Dingane, as tramóias do vingativo Zikali, categorizado como o “principal instigador”<sup>134</sup>, bem como as ardilosas estratégias do luso-bôer Hernan Pereira, o qual, com a intenção de vingar-se de Quatermain, perpetua os rumores da culpa britânica na morte dos *voortrekkers*. Até mesmo as causas do *Great Trek*, em geral atreladas pela historiografia *afrikaner* à opressão britânica, são relacionadas não necessariamente com a presença colonial em um sentido amplo, mas sim com os interesses partidários ou com a ineficácia de determinados oficiais na Colônia do Cabo, atuando em favor de interesses próprios, especialmente os “governadores plenos de autoridade em curto prazo”<sup>135</sup>.

Tal aproximação entre britânicos e bôeres na construção de uma elite dirigente ocorre simbolicamente por meio do amor entre Marie e Allan, o qual era permeado por sonhos malfadados de felicidade conjugal e doméstica. De forma semelhante à *Swallow*, que retrata o triunfo do amor entre uma mulher bôer e um jovem anglo-escocês, *Marie* poderia ser categorizado como algo semelhante ao que a crítica literária Doris Sommer designou de

---

<sup>131</sup> GOMES, op. cit., 2015, p.168.

<sup>132</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.v.

<sup>133</sup> Ibidem, p.vi.

<sup>134</sup> Ibidem, p.xiii.

<sup>135</sup> Ibidem, p.64.

“ficções de fundação”, isto é, uma articulação entre paixões políticas e afetos na ficção oitocentista, sobretudo em romances históricos dedicados a retratar processos de formação nacional. Diante desta perspectiva, o amor e o desejo sexual entre homens e mulheres apartados por divisões étnicas, regionais, partidárias ou por interesses econômicos, contribuiriam para legitimar simbolicamente e solidificar as comunidades nacionais modernas. Nesses romances, o desejo amoroso era reforçado pelos percalços e obstáculos, produzindo nos personagens (e nos leitores e leitoras) um esforço emocional para vencê-lo e consolidar a nação, construindo assim um Estado no qual a união dos amantes seria possível. Assim, “a paixão romântica (...) forneceu uma retórica para os projetos hegemônicos, no sentido Gramsciano de conquistar o adversário através do interesse mútuo, ou do amor, ao invés de coerção”<sup>136</sup>. Contudo, é preciso notar que em *Swallow*, redigido antes da segunda guerra sul-africana, o triunfo do amor entre uma bôer e um anglo-escocês era visto por Haggard como possível. A resolução de *Swallow* contrasta com a morte da mulher amada e com o coração partido de Allan Quatermain em *Marie*, o que talvez sugere, de forma simbólica, uma alusão aos conflitos entre britânicos e bôeres e a impossibilidade de sua aproximação e convivência harmoniosa antes do fim do século XIX.

Publicado poucos meses após o advento da União Sul-Africana em 1910, *Marie* apresenta, em linhas gerais, um conjunto de tendências que se aproximam dos debates acerca da formação nacional e ocupação territorial do sudeste da África: 1) a recuperação do *Great Trek* como episódio formativo da nação sul-africana, narrado por Haggard a partir do martírio e sofrimento de seus articulistas, em especial diante das resistências africanas, vistas pelo letrado como atos arbitrários de violência e tirania; 2) a questão do uso e apropriação das terras, elemento que o letrado remete à década de 1830, mas que se encontrava alinhavada a uma inquietação que acompanhava a unificação do território sul-africano no período de publicação de *Marie*, embasado nos paradigmas racialistas de inclusão e exclusão “aos espaços na União Sul-Africana”<sup>137</sup>; 3) a aproximação entre bôeres e britânicos na formação de uma elite dirigente, metaforizada pelo amor entre Marie e Allan, da mesma forma que, por meio da bravura dos *voortrekkers*, ao exemplo do espírito de liderança de Piet Retief, Haggard relativiza a força do racismo ou das distinções raciais, em favor das qualidades em comum aos dois grupos brancos. Esta aproximação interétnica ocorre, em *Marie*, na forma de um alibi político – em um esforço de revisão de elementos históricos para amenizar a

<sup>136</sup> SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 21.

<sup>137</sup> GOMES, op. cit., 2015, p.4.

responsabilidade dos britânicos na formação de rivalidades com os bôeres no período que precedeu as grandes migrações dos anos de 1830.

## 6. ENTRE A AÇÃO E A PAIXÃO: HEROÍSMO COLONIAL E VIRILIDADES NA LITERATURA DE RIDER HAGGARD

Os processos de construção sociocultural das masculinidades, das relações de gênero e da produção histórica de subjetividades, constituem temáticas que tem instigado análises a respeito da experiência humana no tempo. A produção historiográfica recente tem articulado estudos dedicados à problematização da constituição de modelos hegemônicos de masculinidade, por meio de práticas e representações sociais, nas dinâmicas do cotidiano e nas relações culturais, ou enquanto contraponto, se o ângulo de abordagem incidir sobre as dimensões problemáticas e conflituosas do ser homem, os traumas e exclusões produzidas pelos códigos de virilidade<sup>1</sup>. Ênfase tem sido atribuída às relações entre virilidade e política, sobretudo na chamada Era dos Impérios do século XIX, período em que transformações urbanas nas metrópoles e os encontros interculturais nas colônias promoveram reformulações graduais e significativas na valoração social das masculinidades, os quais resultaram em ressignificações da ideia de aventureirismo e heroísmo.

No que diz respeito ao imperialismo britânico entre as décadas de 1880 e 1900, as representações dos territórios coloniais sul-africanos na cultura escrita e literária fornecem vértices de interpretação para as ansiedades em torno da manutenção das fronteiras geopolíticas e raciais do Império, devido aos constantes conflitos e rivalidades políticas transcorridas naquela região. Afinal, naquele contexto, literatos, viajantes e historiadores convergiam em um ímpeto comum: o escrutínio de origens demarcatórias da colonização na África do Sul, bem como das relações interétnicas e resistências africanas frente a tais processos históricos. No nicho da literatura de entretenimento, os romances aventureiros ambientados no território sul-africano produziam adaptações dos ideais de honra masculina e cavalheirismo nos limites dos interesses políticos coloniais, lugares em que, livres das restrições sociais e constrangimentos morais da metrópole, homens comuns e ressentidos, após árduo percurso, transformavam-se em heróis, pioneiros ou desbravadores.

O capítulo intenciona investigar a produção do heroísmo colonial em alguns romances de H. Rider Haggard, considerando-os enquanto fulcros de identificação para aqueles homens envolvidos diretamente com a manutenção ou expansão dos territórios coloniais em África. Num primeiro movimento, a análise incide sobre dois personagens, John Neill (*Jess*) e Ralph

---

<sup>11</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *Revista História, Questões & Debates*, n.34, 2001, p.46.

Kenzie (*Swallow*), os quais evidenciam os sentimentos e sensibilidades associadas por Haggard à formação da virilidade colonial e do individualismo moderno em situação colonial.

Em *Marie*, Haggard descreve a formação de seu personagem mais famoso, o caçador Allan Quatermain, remetendo sua juventude contra um plano de fundo histórico: o *Great Trek* e as “guerras Zulu de extermínio” da década de 1830, categorizadas posteriormente pela historiografia como *mfecane*. A análise recai sobre a construção da masculinidade e a recusa da domesticidade no personagem, com atenção especial ao lugar dos sentimentos, e em especial do sofrimento amoroso e da separação dos amantes. Por fim, o entrecruzamento entre gênero e racialidade torna-se evidente no personagem Umslopogaas, o herói Zulu de *Nada, the Lily*, o qual evidencia a admiração de Haggard pela beleza masculina representada pelos Zulus mas simultaneamente demonstra as formas pelas quais a virilidade de africanos negros era utilizada pelo romancista como uma forma de cotejo da masculinidade anglo-saxônica.

Esses personagens, associados de uma forma ou de outra com a metrópole, desempenhavam um papel político nada desprezível: identificáveis com a crença na suposta superioridade da raça anglo-saxônica e com sua missão de governar as “raças inferiores sem lei”<sup>2</sup>, como afirmou Rudyard Kipling em 1897, o heroísmo colonial visava evocar o entusiasmo de seu público leitor, um engajamento afetivo e efetivo, com a expansão colonial em África. Ao atravessar fronteiras e explorar novos territórios, estes heróis tornavam-se baluartes das crenças na força civilizadora associada ao Império Britânico e, por suas demonstrações de coragem, bravura e impetuosidade, atuavam como guias morais para muitos homens que deixavam as metrópoles para aventurar-se nas colônias. Simultaneamente, os atos de agressividade mobilizados por estes personagens para o deleite ou entretenimento de seus leitores visavam a legitimação pública de violência simbólicas ou concretas que permearam o colonialismo ao sul da África.

## 6.1 – MITOS DO INDIVIDUALISMO MODERNO: JOHN NEIL E RALPH KENZIE

Foi em Mafeking, uma pequena cidade localizada a aproximadamente 300 quilômetros de Kimberley, na África do Sul, no âmago de um “importante entroncamento ferroviário de escoação da produção de minérios da região do Rand”<sup>3</sup>, que ocorreu um dos eventos mais notáveis da guerra sul-africana de 1899-1902. As tropas coloniais britânicas, lideradas pelo

<sup>2</sup> KIPLING, Rudyard. Recessional. Disponível em: <[http://www.kiplingsociety.co.uk/poems\\_recess.htm](http://www.kiplingsociety.co.uk/poems_recess.htm)> Acesso em 13 fev. de 2019.

<sup>3</sup> GOMES, op. cit., 2015, p.38.

tenente-general Robert Baden-Powell, conseguiram manter o controle sobre Mafeking, sitiada e cercada por guerrilheiros bôeres entre outubro de 1899 e maio de 1900. No período, Mafeking começou a ganhar importância nas tramas da política sul-africana, e desempenharia um papel central na definição do grupo que eventualmente sairia vitorioso dos combates: a região, majoritariamente habitada pelos Barolong, era a melhor via de acesso ao Transvaal.

O cerco ou a batalha de Mafeking foi tomada pela historiografia colonial como uma das experiências mais significativas de apelo aos “épicas da Guerra Anglo-Bôer”, tendo sido resgatada por incontáveis narrativas biográficas que construíram uma imagem “em torno da figura do herói de guerra”<sup>4</sup>. Diários, autobiografias e relatos das lideranças do cerco militar proliferaram nos anos seguintes após o desfecho da guerra, despertando o interesse do público leitor por um evento fatídico que parecia metaforizar as tensões que se desenrolavam entre bôeres e britânicos na região. Em comum, estas narrativas produziam uma valorização do biográfico, por meio de relatos de heroísmo e bravura politicamente comprometidos, que se propõem a atribuir sentidos à experiência colonial, de modo que os processos literários e narrativos “de heroificação não poderiam fazer esquecer os traços particulares que são os de uma personalidade e de um destino”<sup>5</sup>.

A imprensa na metrópole acompanhou de modo assíduo os eventos transcorridos, e, em maio de 1900, logo após a liberação de Mafeking, os jornais londrinos noticiaram um amplo engajamento popular com comemorações públicas da chamada *Mafeking Night*. As efemérides após o fim do cerco, sobretudo mobilizadas pela imprensa periódica, traduziram o jingoísmo, comumente visto na época como um sentimento dos grupos operários e de seu entusiasmo excessivo pelo colonialismo, para as classes médias, diluindo as suas fronteiras simbólicas com o patriotismo, considerado como uma virtude das elites em seu apoio pela defesa contra forças estrangeiras<sup>6</sup>. Logo após o fim do cerco, o *Pall Mall Gazette* anunciava em suas páginas a publicação de *Life of Baden-Powell*, uma biografia do “herói de Mafeking” e leitura recomendada a “todos os leais britânicos” interessados na “vida do nosso maior herói”<sup>7</sup>. Não havia dúvidas de que Baden-Powell simbolizava, para os leitores e leitoras contemporâneos, o epítome da virilidade em situação colonial: nas páginas do *Pall Mall Gazette*, ele era descrito como “um eminente homem de determinação, com grande resistências física e capacidade, e uma extraordinária reticência”, além de um “autocontrole

---

<sup>4</sup> Ibidem, p.39.

<sup>5</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.81.

<sup>6</sup> KREBS, op. cit., 1999, p.2.

<sup>7</sup> PUBLISHERS ANNOUNCEMENT. *Pall Mall Gazette*, 21 de maio de 1900, p.3.



impenetrável” e ser dotado de “algemas de aço feitas com suas ambições que transformaram as emoções do homem nos instintos do oficial”<sup>8</sup>.

O próprio Haggard, que recusara um convite do jornal *The Times* para viajar à África do Sul com o afã de relatar o desenrolar dos conflitos, corroborava com esta visão sobre Baden-Powell e outros heróis da guerra, ao exemplo do oficial norte-americano Frederick Russel Burnham, enquanto símbolos de identificação viril e colonial. Em sua autobiografia, Haggard estabelecia um paralelo entre Burnham e seu herói Quatermain, ao afirmar que de suas “aventuras extraordinárias”, ele havia “conquistado maior experiência de fato do que o próprio Allan Quatermain na ficção”<sup>9</sup>. Desta forma, contrapondo o personagem histórico ao herói literário, Haggard sugeria uma linha tênue entre ficção e realidade, e reitera certo efeito de realidade construído “a partir da referência a elementos que estão fora do próprio texto”<sup>10</sup>. Como resultado, seus romances, ao enredarem cenários de perigo e aventura viril, imaginavam a África enquanto lugar de revitalização da masculinidade, e simultaneamente fornecem uma resolução para certo senso de instabilidade social e fraquezas físicas que, entre as décadas de 1880 e 1890, eram alimentadas por ansiedades derivadas das teorias degeneracionistas. Política colonial e masculinidades entrelaçam-se na imaginação literária de Haggard, ao propor espaços de modelação de experiências subjetivas masculinas, cenários e personagens ficcionais que concatenavam disposições à ação e possibilidades de negociação diante de determinadas situações em ambientes coloniais.

Quanto às contribuições dos estudos de gênero para a historiografia do século XIX, atenção redobrada tem sido concedida às situações de exibição da virilidade, suas modulações sociais e os traumas causados pelo esforço de muitos jovens do período em legitimar-se enquanto homens. Além disso, este período é categorizado como um momento de valorização máxima da masculinidade, seja por meio da crença de suas relações com as teorias raciais, pelas sagas de exércitos coloniais ou revolucionários, a criação dos esportes modernos, as práticas físicas nas escolas públicas, a institucionalização de duelos ou a multiplicação de espaços de sociabilidade exclusivamente masculina<sup>11</sup>. Valores como a coragem, o heroísmo, o autossacrifício pela pátria ou pela glória, manifestavam-se tanto em atos concretos quanto na imaginação literária do período, em especial nos romances de aventura que forneciam aos seus leitores e leitoras nada menos que um mapeamento das necessárias expressões das

<sup>8</sup> THE DEFENDER OF MAFEKING Still Acting as Scout. *Pall Mall Gazette*, 20 de março de 1900, p.7.

<sup>9</sup> HAGGARD, op. cit., 1926, p.122.

<sup>10</sup> KAMINSKI, Rosane. Reflexões sobre a pesquisa histórica, a ficção e as artes. In: FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane (orgs.). *História e Arte: encontros disciplinares*. São Paulo: Intermeios, 2013, p.69.

<sup>11</sup> CORBIN, Alain. Introdução. In: CORBIN, Alain (org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013, p.7.

energias viris. Por isso, mais do que simples reflexos do real, a análise dos romances aventurecos produzidos neste período requer ênfase na “historicidade e potência política dos produtos artísticos”<sup>12</sup>, para refletir a respeito das interlocuções entre masculinidade e culturas políticas do colonialismo na literatura aventureca de Haggard.

A problematização destes temas torna-se encorajadora, pois as últimas décadas do século XIX envolveram a produção de centenas de tratados médicos e discursos morais-religiosos dedicados à formação física e moral de certa “masculinidade hegemônica”<sup>13</sup>, expressão que referencia um ideal cultural de masculinidade, a partir do qual outras subjetividades mantêm relações complexas de cumplicidade, inflexão ou marginalização. Tratados médicos ou escritos morais como *True Manhood* (1888), de E. R. Shepherd, *The Religion of Manhood* (1896) de John Owen Coit, ou *The Making of Manhood* (1894), de W. J. Dawson, ilustram ou exemplificam certa preocupação e ansiedade reiterada na construção social da masculinidade, por meio de um esforço de subjetivação e modelação de condutas e comportamentos. A emergência de ideais como o *muscular Christian*, que nas décadas de 1840 e 1850 visava cingir força física e moral religiosa, demonstra a subjetivação de sentimentos entre os homens das classes médias, e possibilita “pensar a masculinidade como diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações, rastreando-a como múltipla, mutante e diferenciada no plano das configurações práticas, prescrições, representações e subjetivações”<sup>14</sup>. Ademais, a multiplicidade da virilidade no século XIX pode ser rastreada nas situações ligadas ao colonialismo, afinal, “a conquista de novos espaços (...) é um dos temas maiores da afirmação ou da reafirmação de um poder viril na honra nacional”<sup>15</sup>.

Essas imagens de virilidade desempenhavam um papel central nos processos de engajamento afetivo e emocional do público leitor, tanto nas metrópoles quanto nas colônias. Os heróis coloniais que pululam da ficção finissecular habitam um mundo de fantasia e exotismo, de territórios repletos de possibilidade de aventura e conquista, e sua projeção ocupava um lugar estratégico nas políticas de incorporação de classes sociais e até mesmo da elite política nas sendas do colonialismo: os heróis masculinos eram, no final das contas, cruciais na formação da opinião pública por meio da confirmação reiterada das fantasias políticas associadas ao imperialismo na África. Poderiam ser aristocratas e herdeiros, ou homens comuns e desterrados, mas de qualquer modo suas origens sociais eram diversas,

---

<sup>12</sup> KAMINSKI, op. cit., p.65.

<sup>13</sup> CONNEL, R.W. Políticas da Masculinidade. Revista *Educação e Realidade*, v. 20, n.2, pp.185-206, 1995.

<sup>14</sup> MATOS, op. cit., 2001, p.47.

<sup>15</sup> TARAUD, Christelle. A virilidade em situação colonial. In: CORBIN, Alain (org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013, p.415.

embora comumente refletissem valores associados às classes médias vitorianas, ao exemplo do empreendedorismo e do individualismo. As condições históricas do final do século XIX levaram à produção de um novo tipo de heroísmo, veiculado às massas graças às inovações tecnológicas da imprensa e dos meios de comunicação, os quais garantiam a difusão massiva de textos e imagens de territórios exóticos e, com largas doses de melodrama, das aventuras de homens (ficcionais ou não) em situação colonial<sup>16</sup>.

Ao narrar a formação de seus heróis, Rider Haggard compreende a colonização ultramar como uma força de produção de homens bravos e fortes, revitalizados pelas difíceis condições nas regiões de fronteira. Este processo, porém, envolve boa dose de ansiedades e sofrimentos, questões que ficam demarcadas sobretudo em dois personagens: o soldado britânico convertido em agricultor, John Neill – um dos protagonistas de *Jess* – e o náufrago órfão Ralph Kenzie em *Swallow*. Por intermédio destes personagens expatriados, sobre os quais recaí a análise, Haggard personifica qualidades como senso de dever, força de vontade, bravura e coragem na defesa das colônias e de personagens femininas. À percepção de ameaças ao Império Britânico, representadas sobretudo pela insurgência bôer e pelas revoltas de africanos, Haggard reforça a virilidade de seus personagens enquanto articulistas da manutenção do projeto colonial e fulcros de identificação coletiva. Simultaneamente, o letrado não ignora os fardos emocionais e subjetivos associados às vivências masculinas ao *fin-de-siècle*: o desequilíbrio psicológico, o sofrimento por amor, as sequelas físicas. Nestes e n'outros personagens, o romancista de Norfolk produz imagens de heroísmo colonial, de influência máxima da virilidade na busca pela glória pessoal, nas quais sentimentos, tais como o amor e o ressentimento, o ódio e a honra, tornam-se estruturantes de atitudes políticas.

Nas páginas iniciais de *Jess*, Haggard apresenta seu herói, o britânico John Neil, outrora um capitão que, após o desfecho da guerra Anglo-Zulu, decidiu deixar o exército para tornar-se um agricultor e sócio na fazenda de avestruzes do velho colono Silas Croft, localizada no interior do Transvaal. Bravo e laborioso, John Neil era descrito aos leitores como um indivíduo que voluntariamente abandonou os círculos sociais londrinos para lançar-se às colônias com o afã de conquistar prosperidade econômica em atividades agrícolas. No capítulo introdutório, o romancista relata o momento em que John resgata uma das sobrinhas de Silas, Bessie Croft, de um avestruz que furiosamente persegue a jovem. A união da força física de John e da astúcia de Bessie possibilita a vitória dos colonos, e o capitão britânico quebra o pescoço da avestruz, em uma cena simbolicamente sugestiva da superioridade anglo-

---

<sup>16</sup> MACKENZIE, John. Introduction. In: SÈBE, Berny. *Heroic imperialists in Africa: the promotion of British and French colonial heroes, 1870-1939*. Manchester: Manchester University Press, 2013, pp.xiii-xiv.

saxônica diante dos elementos naturais sul-africanos. Ao cavalheirismo de Neil, quando percebe uma “beleza em apuros”, soma-se sua disposição e força física, ao “bravamente encarar o inimigo”. Às ordens de Bessie, John Neil, “com um impulso, segurou o pescoço em ambas as mãos e, colocando toda a sua força (pois ele era um homem forte), apertou-o até quebrar com um estalo, e após alguns espasmos selvagens e convulsões resistentes, o grande pássaro jazia morto”<sup>17</sup>.

Marcado por traços de certa sensibilidade romântica, Haggard retrata o interior transvaalense como um lugar que transborda sensualidade, ao realçar o pitoresco e relacionar aspectos da natureza selvagem vinculados à beleza feminina. Contrapondo-se ou complementando as forças da natureza, destemperadas e abruptas, o romancista reforça códigos de virilidade e força masculina enquanto agentes de civilidade e progresso colonial. Ainda assim, na ótica de Haggard, traduzida nas palavras da juvenzinha Bessie, havia algo de primitivo sob a couraça viril de John Neil: “ele parecia tão forte e selvagem quando lutava [contra a avestruz]. É ótimo ver um homem transbordar toda a sua força. E ele é um cavaleiro! – tão diferente dos homens que vemos por aqui”<sup>18</sup>. Por meio de seu herói, Rider Haggard se posiciona contra as ameaças de emasculação que cercavam a imaginação de muitos de seus contemporâneos ao *fin-de-siècle*, e exemplifica John Neil como um modelo másculo de inglesidade nas colônias e, por seu envolvimento com negócios agrícolas, um símbolo de identificação da expansão colonial no extremo sul da África. Contudo, elementos atávicos e animalescos, associados por muitos degeneracionistas à falência física e moral da raça anglo-saxônica, eram recuperados por Haggard como uma fonte de forças, e não necessariamente de fraquezas de seu personagem, afinal, “de fato, ele tinha algum tipo de *sentimento bulldog* nele, que o fazia acreditar que, ao decidir fazer algo, ele o faria de qualquer forma, a menos que estivesse fisicamente incapacitado por circunstâncias além do seu controle. É maravilhoso ver o quão longe este humor levará um homem”<sup>19</sup>.

Assim como muitos dos seus outros protagonistas masculinos, a representação literária de John Neil atuava como uma resposta às ameaças e máculas que, entre as décadas de 1880 e 1890, patologizavam a virilidade e a sexualidade masculina, e causavam significativas doses de ansiedades entre muitos intelectuais britânicos. Coincidindo com as discussões acaloradas a respeito da degenerescência racial, o período em questão assistiu à eclosão de *exposés* jornalísticos a respeito de redes de prostituição infantil, ao exemplo do *The Maiden Tribute of*

---

<sup>17</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p.4-5.

<sup>18</sup> Ibidem, p.59.

<sup>19</sup> Ibidem, p.132 [grifos nossos].

*Modern Babylon* (1885), no *Pall Mall Gazette*, e de prostíbulos masculinos em Cleveland Street em julho de 1889, os quais constituíram narrativas do perigo urbano que publicamente questionavam a sexualidade masculina. Por extensão, os degeneracionistas, amparados em supostas evidências médicas e pesquisas sociais, expunham provas do que consideravam como um enfraquecimento generalizado do sistema nervoso de homens anglo-saxônicos, além de denunciar os perigos da miscigenação e do contágio com estrangeiros vistos como racialmente inferiores<sup>20</sup>. No *fin-de-siècle*, crescia uma sensação de que a masculinidade não poderia mais ser compreendida como uma realidade estável, unitária e evidente<sup>21</sup>. As especulações médicas pelos casos clínicos de histeria masculina, enfermidade que até então era considerada como humilhantemente feminina, e o interesse jurídico e científico pela figura do homossexual – tal qual categorizado por Richard von Krafft-Ebing em *Psychopathia Sexualis* (1886) ou pela jurisprudência britânica que criminalizava a homossexualidade sob a alegação de ‘atos indecentes’ (*Criminal Law Amendment Act*, de 1885) – desestabilizavam ideais hegemônicos de masculinidade, sobretudo entre as elites e as classes médias.

A relação entre a manutenção do Império Britânico e os riscos apresentados pelas crises da masculinidade ao *fin-de-siècle* era reiterada e certamente ressentida por Haggard nas páginas de *Jess*. Num dos episódios que marcam o clímax do romance, quando John Neil decide resgatar a intelectual Jess Croft, sitiada em Pretoria durante a eclosão da guerra sul-africana, o letrado acalenta a masculinidade do capitão britânico, ao afirmar que “é a ampla posseção deste sentimento que tornou a Inglaterra no que ela é”. No entanto, admite que “agora, o sentimento começa a desaparecer e ser arrancado de nosso caráter nacional, e os resultados estão começando a aparecer no incipiente declínio de nosso poder. Não podemos governar a Irlanda. Está além de nós”. O enfraquecimento do caráter viril anglo-saxônico igualmente impediria homens nas colônias e nas metrópoles a “sustentar nossas responsabilidades Imperiais (...). O britânico de cinquenta anos atrás não falava assim. Bem, cada nação torna-se emasculada, mais cedo ou mais tarde, aquele parece ser o destino universal”. No episódio em questão, estabelecia uma relação direta entre as manifestações efusivas de masculinidade e a manutenção do projeto colonial, cingindo virilidade e política, ao afirmar que “esta nação foi feita não por Governos, mas em geral a despeito deles pelos esforços independentes de indivíduos”, de modo que a postura da administração liberal de William Gladstone a partir do final da década de 1870 teria “forçadamente destruído

<sup>20</sup> JAMIESON, Theresa. Working for the Empire: Profession’s of Masculinity in H.G. Wells The Time Machine and R.L. Stevenson’s The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde. *Victorian Network*, v.1, n.1, 2009, p.74.

<sup>21</sup> FELSKI, Rita. *The Gender of Modernity*. Harvard: Harvard University Press, 1995, p.91-92.

empreendimento pessoal e responsabilidades”. O risco era iminente, e logo, “o império perderia o contato com seus átomos individuais e se tornaria uma máquina desalmada, que primeiro tornar-se-á desordenada, e então destruída, e finalmente esfacelada”<sup>22</sup>.

À diferença dos exploradores de minas em *King Solomon's Mines*, cuja masculinidade era coroada pelo combate contra forças nativas, representadas como rebeldes, degeneradas e belicosas, e o imediato enriquecimento no clímax da narrativa, a virilidade de John Neil em *Jess* construía-se em contraponto à covardia e ao fanatismo religioso e político dos bôeres, cingindo a bravura militar e a laboriosidade de um *self-made man*, figura reverenciada nos imaginários sociais das classes médias no século XIX. Afinal, ao ser questionado por Bessie sobre seus motivos para deixar o exército e arriscar-se no Transvaal, John assegura-lhe que sua condição financeira “não me permitiria viver [na metrópole]”<sup>23</sup>. Por isso, o personagem de Haggard tornava-se ilustrativo das miríades de migrantes e expatriados que deixavam a vida difícil e sufocante nas metrópoles com sonhos de conquistar o rápido enriquecimento nas colônias, os quais “pertenciam a um tipo de pessoas que prefere a aventura e a especulação à indústria organizada e não se dá bem com as limitações da vida comum”<sup>24</sup>. Dotado de uma “constituição naturalmente vigorosa”, John Neil não hesitava em aceitar a morte “como um homem”, em uma assertiva emblemática de um *leitmotiv* presente nos romances aventureiros do período: a morte heróica nas colônias, que perpetua a imagem do herói e consagra-a como um mártir político. A eclosão dos conflitos contra os bôeres em dezembro de 1880 possibilita ao personagem empregar seus conhecimentos militares ao juntar-se à milícia em Pretoria, destacando-se por “ser um homem ativo, e suas funções em conexão com as tropas mantinham-no ocupado durante quase todo o dia”<sup>25</sup>.

Assim como em outros dos seus romances, os contextos de ação militar encontravam-se intrinsecamente ligados à modulação social de figuras viris. Certas qualidades associadas à rigorosidade dos exércitos, ao exemplo da disciplina, do senso de dever e honra, ou da rapidez e ausência de sentimentos, são reiterados por Haggard em seus personagens. No período em questão, a imprensa e a literatura, o teatro e a pintura, poemas e canções ilustram e celebram a virilidade militar, o qual, paradoxalmente, era apresentado ao público como um indivíduo capaz de “asseptizar os campos de batalha”, expondo o mínimo possível dos corpos feridos ou despedaçados. Na Inglaterra e na França do *fin-de-siècle*, a opinião pública reconhece “que o homem verdadeiro se fabrica dentro das casernas”. Em tempos de paz, entre a guerra Anglo-

---

<sup>22</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p.132-133.

<sup>23</sup> Ibidem, p.7.

<sup>24</sup> ARENDT, op. cit., 1989, p.228.

<sup>25</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p.173; p.224; p.153.



Zulu e o estopim da guerra sul-africana de 1880, o soldado de Haggard converte-se em trabalhador, de modo a reiterar o que Jean-Paul Bertaud chama de “virilidade do militar colonizador”<sup>26</sup>: de sol a sol, John Neil ocupa-se com os afazeres na fazenda de Silas, pouco avesso à “falta de sociedade civilizada”, o que supria “lendo muito”<sup>27</sup>.

A representação literária de John Neil em *Jess* não se distanciava das imagens heróicas evocadas por Rudyard Kipling em seu poema *If*, escrito em homenagem a um dos articulistas do *Jameson Raid*, Leanderr Starr Jameson, e publicado originalmente em 1910:

*If you can talk with crowds and keep your virtue,  
Or walk with kings - nor lose the common touch;  
If neither foes nor loving friends can hurt you;  
If all men count with you, but none too much;  
If you can fill the unforgiving minute  
With sixty seconds' worth of distance run -  
Yours is the Earth and everything that's in it,  
And - which is more - you'll be a Man my son!*<sup>28</sup>

Haggard ainda deslinda uma dimensão de difícil acesso nos discursos masculinos do *fin-de-siècle*: o sofrimento pelo amor e a separação dos amantes. Na fazenda sul-africana, John Neil apaixona-se simultaneamente pela dócil e angelical Bessie, com quem assume um compromisso, e pela corajosa e intelectual Jess Croft, arriscando a própria vida para resgatá-la do cerco bôer à Pretoria. Por meio deste microcosmo de personagens, a escrita literária de Haggard possibilita pensar os impactos de processos macropolíticos – o colonialismo britânico e os conflitos político-militares com os bôeres – sobre os afetos e as sensibilidades, ou ainda sobre o “processo de subjetivação dos sentimentos de amor/dor”<sup>29</sup> enquanto elementos constituinte e estruturantes do heroísmo colonial. Apesar do noivado com Bessie, uma figura que se enquadrava no ideário oitocentista da mulher doméstica e abnegada, o militar britânico estava certo de que “ele amava Jess”, pois “o fato era autoevidente, e se um homem já se sentira envergonhado de si mesmo, este era John Neil. Ele era um indivíduo

<sup>26</sup> BERTAUD, Jean-Paul. A virilidade militar. In: COURBIN, Alain (org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade*, o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013, p.196-227.

<sup>27</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p.96.

<sup>28</sup> Tradução livre: Se consegues falar com multidões e manter a virtude/ Ou andar entre reis e tampouco perder um certo toque popular/ Se tampouco amigos ou inimigos podem te ferir/ Se todos os homens contam contigo, mas nenhum em demasia/ Se você puder preencher o minuto imperdoável/com sessenta segundos de distância percorrida/Tua é a terra inteira e tudo que nela há/ E – acima de tudo – és um homem, meu filho.

<sup>29</sup> MATOS, op. cit., p.52.

estritamente honorável, e despedaçava seu coração em pensar que havia seguido um trajeto que era, considerando seu noivado com Bessie, pouco honrável”<sup>30</sup>.

De um lado, a honra viril prendia o cavalheiro colonial às suas obrigações sociais com Bessie; de outro, a paixão e o amor por Jess eram capazes de fraturar o estoicismo de um “homem forte e armado” que havia “extirpado qualquer afeição para lugares desertos de sua mente”. O amor masculino, para Rider Haggard, era fundamentalmente uma força desestabilizadora, articulando sentimentos de dor e culpa, aflição e ansiedade, resolvidos de forma inconclusa com o desfecho da trama: o sacrifício de Jess possibilita o casamento de Bessie e John Neil, o qual, secretamente, ansiava reencontrar “aqueles olhos negros e apaixonantes”<sup>31</sup> nos portões do paraíso celestial. A África perdida com a devolução do Transvaal era metaforizada pela perda da mulher amada. A utopia colonial e a possibilidade de vivência do amor masculino chocavam-se com a perda territorial e, entrelaçada a esta, o coração partido do herói haggardiano. O amor também associava-se, como mencionado anteriormente, às “ficções de fundação”, já que as metáforas de casamento nos romances oitocentistas atuavam como um tipo de metonímia para a consolidação nacional, ao superar as diferenças e obstáculos que apartavam os amantes. Assim, esses romances atuavam como alegorias nacionais, estabelecendo relações entre o amor e a política na construção de um território nacional – e os conflitos decorrentes desses processos<sup>32</sup>.

No momento em que Haggard produziu seus heróis, uma multiplicidade de perfis de masculinidade circulava entre homens das elites e das classes médias, os quais, em resumo, provocaram uma transição da ênfase sobre a moralidade espiritual, tal qual ilustrado pela *muscular Christianity* nas décadas de 1840 e 1850, para a “moralidade muscular”, com ênfase nas qualidades físicas e na agressividade viril. Somado a estes modelos, os (pseudo)darwinistas, que cultuavam a crença na sobrevivência dos mais fortes, evocando assim uma valorização da violência, da competitividade e da força física. Muitos destes valores da virilidade eram traduzidos nas instituições ligadas à educação: as escolas públicas masculinas, na segunda metade do século XIX, eram descritas como espaços brutais e violentos, nos quais a valorização dos esportes modernos, da agressividade e do espírito de competitividade atuava como uma cartilha para as práticas políticas coloniais, produzindo homens engajados com a manutenção do Império<sup>33</sup>. A literatura aventureira produzida no

---

<sup>30</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, pp.165-166.

<sup>31</sup> Ibidem, p.336.

<sup>32</sup> SOMMER, op. cit., pp. 59-60.

<sup>33</sup> MANGAN, J. A. *Manufactured' Masculinity: Making Imperial Manliness, Morality and Militarism*. Nova York: Routledge, 2012.

período reforçava ou ressignificava diversos desses valores, produzindo homens comuns que se tornavam heróis conquistadores graças às colônias; simultaneamente, como demonstra o caso de *Jess*, a masculinidade era perpassada pelo sofrimento e ressentimento, enfim, pela humilhação com a derrota contra os bôeres e a perda do território colonial.

Em *Swallow*, Haggard narra a formação e as aventuras de Ralph Kenzie, um expatriado de origem anglo-escocesa que, após sobreviver a um naufrágio na costa sul-africana, foi adotado por um casal de bôeres, Jan e Vrow Botmar, e cresceu em meio ao clima turbulento da Colônia do Cabo na década de 1830. Com o passar dos anos, Ralph apaixona-se pela jovem bôer Suzanne Botmar, filha natural de seus pais adotivos e, no ínterim, combate as forças do pernicioso Piet van Vooren, o qual pretende incluir a garota em seu harém de esposas nativas. Embora o título do romance faça referência ao apelido que Suzanne recebeu entre os nativos, os espaços de ação e agenciamento na trama são predominantemente marcados pela sacerdotisa africana Sihamba Ngenyanga e por Ralph Kenzie, os quais unem forças para proteger a jovem Botmar. Sihamba, a líder dos Umpondwana, abriga e protege Suzanne durante seu exílio, enquanto o bravo Ralph Kenzie confronta as forças de Piet van Vooren para resgatar a noiva. Embora as visões do masculino delineadas por Haggard em suas produções literárias evoquem qualidades como a bravura e a coragem, o destemor e o controle das paixões mais perniciosas, especialmente nos territórios coloniais, nos quais as liberdades irrestritas eram tentadoras, o amor masculino, em *Swallow*, era retratado como uma força encorajadora, embora angustiante, em especial durante o período de dois anos em que Suzanne e Ralph permanecem afastados. Entre a ação e paixão, a virilidade de Ralph torna-se uma força redentora e, por sua associação com o período do *Great Trek*, um pilar constitutivo das origens étnicas anglo-bôeres da África do Sul.

As primeiras páginas da trama já anunciam o martírio de Ralph, “aquele que era nosso filho adotivo, e marido de nossa única filha, pereceu na guerra Zulu lutando ao lado dos ingleses contra Cetywayo”. A despeito dos preconceitos movidos pela matrona Botmar contra os britânicos, assegura aos leitores que “Ralph Kenzie, meu filho adotivo”, o qual “criado entre os bôeres, era o melhor e mais bravo inglês que já viveu na África”. Ao registrar os fatos transcorridos durante o *Great Trek*, Rider Haggard, por meio de sua narradora bôer, visa perpetuar para a posteridade a figura heróica de Ralph Kenzie, cujas origens familiares estavam diretamente associadas ao colonialismo britânico ultramar. Afinal, o navio que naufragou retornava “de um país chamado Índia, que é um desses lugares que os ingleses roubaram no mundo, assim como roubaram o Cabo e Natal e todo o resto” e, pelas referências à fortuna paterna, tratava-se muito possivelmente de uma família enriquecida graças à

exploração colonial. Desde o início, Ralph era retratado como um sobrevivente: após o naufrágio, “os homens foram mortos em conflito com os nativos” e “após as mulheres e as crianças morreram uma por uma de fome ou exaustão, ou devorados por feras, apenas Ralph e sua mãe restaram”<sup>34</sup>, a qual eventualmente morre de inanição após algumas semanas.

Há algo de evidentemente familiar no relato da sobrevivência de Ralph. A imagem de crianças perdidas à própria sorte em contextos coloniais constituía um tema recorrente em diversas produções culturais do período, ao exemplo de Mowgli, o “menino-lobo” criado por Rudyard Kipling, ou *Tarzan of the Apes* (1912), do norte-americano Edgar Rice Burroughs. De acordo com Bradley Deane, as fronteiras coloniais, imaginadas nos romances aventurecos, tornaram-se povoadas por heróis jovens e adolescentes, na medida em que este nicho literário era cada vez mais direcionado a um público masculino cujas distinções etárias eram explicitamente diluídas, como anunciado por Haggard na dedicatória de *King Solomon's Mines*, para “todos os meninos, pequenos e grandes”. Tais romances, ao relatarem a formação moral, física e intelectual de agentes responsáveis por atos civilizatórios, cingiam o “conceito colonial de desenvolvimento”<sup>35</sup>, afinal, estes personagens aprendiam como controlar seus instintos e, ao externalizar esta trajetória em rumo à autodisciplina, aprendiam como controlar outros territórios e subjugar populações nativas<sup>36</sup>.

Em *Swallow*, Rider Haggard imagina a formação de seu herói em um período no qual o colonialismo, ainda incipiente às regiões do Cabo e de Natal, possibilitava aos homens nas fronteiras do que logo se tornaria a República Sul-Africana, um contato direto, desde suas infâncias, com a *wilderness*. Como resultado, “o garoto Ralph cresceu e tornou-se bravo e forte, com gentis olhos verdes e uma boca firme, tampouco eu conhecia algum rapaz de sua idade que poderia se igualar em força ou em agilidade; pois, embora em sua juventude, ele não fosse alto, tinha um tórax largo e músculos incansáveis”. Um misto de qualidades morais e físicas se destacava nas descrições da juventude de Ralph, enfatizando a bravura e conduta honrada como características que desabrocham nas colônias, afinal, como complementava, “apesar da falta de pelos na sua face”, aos dezenove anos já era “um homem crescido, pois no nosso clima, os jovens amadurecem rapidamente em corpo, se não em mente”<sup>37</sup>.

No entanto, assim como em *Jess*, a construção da masculinidade em *Swallow* considerava o sofrimento enquanto um elemento simultaneamente desmobilizador e redentor

---

<sup>34</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, pp.3-4; pp.20-21.

<sup>35</sup> ROSE, Jacqueline. *The Case of Peter Pan, or The Impossibility of Children's Fiction*. Londres: Macmillan, 1984, p.57.

<sup>36</sup> DEANE, op. cit., 2001, p.690.

<sup>37</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, pp.24-27.

das condutas masculinas. Isto porque, após Suzanne ser perseguida por Piet van Vooren e desaparecer por aproximadamente dois anos, Ralph Kenzie, de coração partido, foi assolado por uma condição melancólica e até mesmo catatônica: “a luz havia desaparecido de nossas vidas” e, “na medida em que ele recuperava-se de seus ferimentos, e a força retornava ao seu corpo, um tipo de loucura leve tomou conta de Ralph”<sup>38</sup>. Estes e outros elementos presentes no romance evidenciam que, ao lado dos determinismos raciais, Haggard compartilhava das crenças nas influências nocivas derivadas de elementos externos, sobretudo nas colônias. A questão preocupava letrados e intelectuais no período, ao exemplo do viajante e explorador Richard Burton, que na década de 1890 elaborou a hipótese da “zona sotádica”, a qual pressupunha que determinadas regiões tropicais nas colônias estavam climática e geograficamente propensas a gerar os “vícios” da homossexualidade e da pederastia. A hipótese de traços de um determinismo climático na escrita de Haggard, por meio da qual enredava efeitos fisiológicos dos territórios coloniais sobre anglo-saxônicos, ficava demarcada com certa ambiguidade em *Swallow*: por um lado, havia condicionado o amadurecimento físico de Ralph Kenzie, e, por outro, a longa permanência nas regiões coloniais pavimentava a ameaça do desequilíbrio mental.

Contra os riscos da degenerescência, que assombravam as figurações de virilidade ao *fin-de-siècle*, e ficavam exemplificados em *Swallow* pela hibridez racial do *half-caste* Piet van Vooren, Haggard reforça as características militantes e belicosas de seu herói: a “loucura leve” de Ralph foi plenamente superada quando o jovem parte em defesa do *laager* de seus pais adotivos contra o ataque dos Ndebele, os quais são representados no episódio como rebeldes e perniciosos. Vrow Botmar destaca “como aqueles homens lutaram, especialmente Jan e Ralph. Era um prazer observá-los (...), embora admito que estava ansiosa, já que era evidente que nenhum deles se importava em viver ou morrer”<sup>39</sup>. Na construção de seus heróis, Haggard frequentemente contrapõe a virilidade e a bravura de seus personagens anglo-saxônicos à hibridez racial de seus antagonistas, os quais são retratados como ameaças simultaneamente raciais e sexuais. Piet van Vooren, fruto da união entre um homem bôer e uma mulher africana, era descrito como um amontoado de características negativas, derivadas de sua condição étnica e, presumivelmente, pela exposição prolongada ao clima sul-africano. Em oposição a Piet, e em confronto com o vilanesco personagem, Haggard confirma a virilidade de Ralph, descrevendo um como “o derramador de sangue” e o outro como “o vingador de sangue”. Em comum a ambos, as metáforas animais, que atuam, em muitas

---

<sup>38</sup> Ibidem, p.226.

<sup>39</sup> Ibidem, p.227.

produções culturais do *fin-de-siècle*, no intento de desumanizar indivíduos ou, paradoxalmente, para reforçar suas qualidades viris: o acovardado Piet, em confronto com Ralph, era retratado como uma “gazela assustada, que voltou-se e fugiu pela montanha”, diante do “grito semelhante a uma fera ferida” do herói, que se assemelhava a um “gato selvagem”, portador de “fúria no coração, e terrível fogo de vingança brilhando nos olhos”<sup>40</sup>.

Em seu romance, Haggard imaginava a África do Sul da década de 1830 como um lugar de manifestação das energias viris e de cultivo de valores considerados como tipicamente masculinos, tais como a honra e a agressividade. Os confrontos armados e a violência física entre Ralph Kenzie e Piet van Vooren confirmavam a manutenção de um código simbólico de virilidade, embasado na defesa da honra masculina e na proteção de personagens vistos como mais fracos, ao exemplo de mulheres como Suzanne Botmar. Escrevendo do ponto de vista de alguém que regressara em caráter definitivo à metrópole, Haggard possivelmente sentia que, devido aos rígidos códigos sociais e convenções morais ao *fin-de-siècle*, as oportunidades de explosão das energias viris eram cada vez mais escassas: os duelos de pistolas ou sabres, que pelo menos até o início do período vitoriano constituíam uma situação de manifestação extrema da honra e de resolução de conflitos masculinos imprevisíveis pela lei, haviam sido ilegalizados nos territórios pertencentes ao Império Britânico. No período em questão, “basear a honra na estirpe e no sangue ficava cada vez mais ultrapassado e anacrônico”<sup>41</sup>, de modo que entre as décadas de 1880 e 1890, os duelos perdem espaço enquanto forma de resolução de impasses. Ainda assim, talvez em tom saudosista ou sintomático de traços de certa cultura aristocrática, Haggard delegava importância aos conflitos físicos entre seus personagens, como uma forma de enfatizar a bravura, a firmeza e o destemor, momentos em que o autocontrole e a contenção davam vazão ao que havia de mais primitivo nos homens: “e então seguiu-se um terrível confronto entre os dois. Swart Piet avançou de novo e de novo, buscando agarrar seu antagonista em seus grandes braços e esmagá-lo, enquanto que Ralph, como todos os ingleses, amava usar seus punhos, (...) e buscava acertá-lo golpe após golpe na face e no rosto”<sup>42</sup>.

Os constantes confrontos entre Ralph e Piet, que em última instância resultam na morte de Van Vooren e no reencontro do herói britânico e de sua noiva bôer, assim como as tensões entre John Neil e Frank Muller em *Jess*, igualmente traduzem algumas das angústias vivenciadas por muitos homens ao *fin-de-siècle*. Afinal, os temores da degenerescência,

---

<sup>40</sup> Ibidem, p.90; pp.317-318.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p.25-26.

<sup>42</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p.95.



amplificados desde a publicação de *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales* (1857), de Bénédict-Auguste Morel e reiterados por muitos intérpretes das teorias de Charles Darwin, implicavam que “o processo de seleção natural provém não apenas da luta pela sobrevivência, mas também da competição sexual entre os machos pela conquista das fêmeas”<sup>43</sup>. A equiparação entre homens e animais, tal qual enredado pelos romances de Haggard, recorre ao conflito e ao duelo viril como uma forma de seleção dos homens mais valorosos e vigorosos. *Swallow*, que foi publicado em um momento emoldurado pelo Jameson Raid e pela eclosão da guerra sul-africana em 1899, portanto, no âmago de tensões étnicas e políticas entre britânicos e bôeres, sugere, por meio da união entre Suzanne e Ralph, uma origem étnica em comum para a África do Sul, idealizando um cenário que enfatiza a solidariedade entre as populações brancas na região, coroada pela ação de homens bravos.

Como se vê, portanto, a virilidade de Ralph Kenzie era construída em caráter relacional, seja a partir do sofrimento pelo amor perdido, ou em conflito com personagens caracterizados como perigosos e traiçoeiros. O momento catártico da trama ocorre, convenientemente, nas cenas finais, nas quais o heróico personagem resgata Suzanne Botmar em pleno conflito com os Zulus, os quais, aliados a Piet van Vooren, eram representados por Haggard como responsáveis pelo desequilíbrio das forças entre europeus e nativos ao extremo sul da África. Perseguidos por regimentos Zulus, “Ralph alcançou a arma em uma mão e atirou, matando um homem. Então ele lançou para longe, sem uso, e colocando seu braço direito em volta da cintura de Suzanne, inclinou seu corpo para protegê-la”<sup>44</sup>. Nestes e em outros episódios no romance, Haggard delineia a aventura em contextos coloniais como uma possibilidade de ação e agência masculina, de conservação da honra a partir da violação das regras morais: o trucidamento de nativos, ação retratada como uma forma de autodefesa, traduzia-se numa forma de preservação de qualidades vistas como eminentemente viris, ao exemplo da coragem, da lealdade e do sangue-frio. Ademais, se, por um lado, *Swallow* era uma narrativa centrada no *Great Trek*, considerado desde a década de 1880, em especial pelos movimentos nacionalistas *afrikaners* como um mito fundacional ou de origem nacional, Haggard relaciona-o às narrativas do *mfecane*, ao atentar-se para o lugar dos nativos sul-africanos nos processos de dispersão étnica e ocupação territorial.

Entre as décadas de 1880 e 1890, o acirramento das tensões coloniais e das transformações sociais nas metrópoles levaram muitos romancistas, ao exemplo de Rider

---

<sup>43</sup> GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, Alain (org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013, p.145.

<sup>44</sup> Ibidem, p.331.

Haggard, a reimaginar a masculinidade como uma força agressiva e violenta, explosiva e belicosa, distanciando-se de ideais como a *muscular christianity*, que até a metade do século valorizava a piedade religiosa e a conduta moral. Ademais, a emergência de movimentos favoráveis aos direitos políticos e sociais das mulheres, ao exemplo da Nova Mulher, bem como a sua crescente entrada no mercado de trabalho assalariado, em particular em setores que, até então, eram predominantemente masculinos, tais como as profissões liberais ou as literárias, levaram a sentimentos de desvirilização e de crise nos valores masculinos. A aventura em território colonial atuava, na ótica de Haggard e de muitos dos seus contemporâneos, como uma forma de exercício revitalizado da virilidade, embasado no direito do mais forte e na competição sexual que resulta, comumente, no triunfo anglo-saxônico. Se, em *Jess*, Haggard escoou seu ressentimento ao narrar a perda colonial a partir da ótica dos sofrimentos por amor de um soldado expatriado, em *Swallow* ele imagina um modelo de colonização viril, amparado na defesa da honra masculina e na proteção daqueles que, na sua visão, eram considerados como naturalmente dependentes ou subservientes.

Finalmente, os personagens de John Neil e Ralph Kenzie, ilustram aquilo que Ian Watt designou como “mitos de individualismo moderno”, articulados ao ímpeto à aventura, pela dignificação do trabalho e pela introspecção religiosa<sup>45</sup>. Esta valorização do esforço individual, que ganhou espaço de expressão no romance do século XIX e pregou “o evangelho da paixão do homem pelo seu próprio destino”<sup>46</sup>, teve seu protótipo com o Robinson Crusoé de Daniel Defoe, o qual antecipou “o empreendimento moderno da descoberta e domínio de outras civilizações: deslocar-se para conhecer; conhecer para dominar”<sup>47</sup>. Sabe-se que, em sua infância, Haggard havia sido um leitor ávido das aventuras de Robinson Crusoé<sup>48</sup>, de modo que o personagem, sintomático de certo protoimperialismo que influenciou gerações de jovens britânicos, não pode ser ignorado na constituição do seu arcabouço imaginativo. Enquanto protótipo do colonizador, as ações individuais de Crusoé, ao subjugar territórios com o auxílio dos “bons selvagens”, metaforizam as conquistas de colônias intencionadas pelos impérios no século XIX. Neste personagem emblemático, Defoe estabeleceu características que contribuíram para a definição do heroísmo colonial no Oitocentos, embasados na possibilidade do enobrecimento e ascensão política ou econômica de homens comuns por meio da aventura e da virilidade: as edições da obra, publicadas na

---

<sup>45</sup> WATT, Ian. *Myths of modern individualism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

<sup>46</sup> ARENDT, op. cit., 1989, p.171.

<sup>47</sup> BREPOHL, op. cit., 2010, p.27.

<sup>48</sup> HAGGARD, H. Rider et. al. *Books which have influenced me*. Londres: Hodder & Stoughton, 1897, pp.65-68.

primeira metade do século XIX, frequentemente enfatizavam sua estatura heróica e porte viril, uma imagem idealizada dos homens que enriqueciam graças às colônias.

Neste sentido, tantos os bôeres revoltosos em *Jess* quanto os exércitos Zulus em *Swallow* metaforizavam temores que, ao *fin-de-siècle*, pareciam ameaçar o terreno da individualidade: a imagem da coletividade, traduzida nas representações das massas urbanas de pobres ou mesmo nas insurreições provocadas por nativos nas colônias. De acordo com Nancy Armstrong, *Robinson Crusoe* foi um dos primeiros romances a expressar o que define como um “individualismo possessivo”, baseado na manifestação de certas qualidades da mente, mesmo que propenso a desafiar formas tradicionais de autoridade para estabelecer suas próprias vias de organização político-social na ilha em que naufraga. Ademais, essa visão de individualismo era debitária ao pensamento político de John Locke, segundo o qual os direitos do cidadão dependem integralmente na habilidade individual de controlar a própria agressividade e violência para expressar sua individualidade; nesse sentido, o estado moderno poderia ser compreendido como uma formação defensiva, um coletivo dedicado a proteger seus cidadãos e aqueles incapazes de exercer seus direitos políticos. Ao *fin-de-siècle*, no cerne das discussões raciais que visavam naturalizar as diferenças em níveis hierárquicos, o individualismo poderia ser compreendido como uma força capaz de impedir o homem europeu de perder sua humanidade, em especial pelas máculas da degenerescência<sup>49</sup>. Ao enfatizar os sentimentos de seus heróis, Haggard mobilizava estas formas de sensibilidade para distingui-los das “raças inferiores” e assim preservar o que considerava como o postulado da superioridade branca em contextos coloniais.

## 6.2 – “A TODOS OS MENINOS, PEQUENOS E GRANDES”: ALLAN QUATERMAIN

Ao longo do século XIX, o culto ao heroísmo galgou espaço inegável nas expressões culturais, artísticas e literárias, e evidencia uma valorização máxima do esforço individual e da potência política masculina, tanto na metrópole quanto nos contextos coloniais. Tome-se, a título de exemplo, as conferências do historiador Thomas Carlyle a respeito do heroísmo, *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History*, publicadas originalmente em 1841. Ao tratar sobre indivíduos representativos de momentos históricos, Carlyle igualmente postulava modelos de conduta masculina, cujas qualidades viris estariam intrinsecamente ligadas às proezas heróicas. Os heróis, para Carlyle, seriam portadores de “um tipo de sinceridade

---

<sup>49</sup> ARMSTRONG, Nancy. *How Novels Think: The Limits of Individualism from 1719-1900*. Nova York: Columbia University Press, 2005, p.33-34, p.108.

selvagem, mas não cruel, longe disso; porém, selvagem, lutando desnudados na verdade das cousas. Neste sentido, há algo de selvagem em todos os grandes homens”. O destemor e a bravura, o comprometimento com a sinceridade e com as virtudes, a energia pulsante e a vitalidade, caracterizariam o herói enquanto um fulcro de identificação masculina, um arquétipo que exala virilidade, a ser seguido e cultuado. Ademais, os heróis carlyleanos seriam personagens capazes de atos de agressividade e violência, na medida em que “o direito divino, tomado em grande escala, pode significar ao mesmo tempo a força divina”<sup>50</sup>, sobretudo em períodos de insurreições sociais ou crises políticas.

De acordo com Sabina Loriga, a obra de Carlyle, inspirada por inquietações de ordem política na Europa pós-Revolução Francesa, promove uma imagem multifacetada do herói que “faz contrapeso às forças centrífugas da história, às imagens de indigestão, de fermentação, de obstrução, de conflagração”<sup>51</sup>. O culto aos heróis, ademais, antecipava diversos valores e sentimentos que, nas décadas finais do século XIX, contribuíram para a estruturação do engajamento de indivíduos comuns às práticas políticas coloniais, e posteriormente aos regimes totalitários, ao exemplo do medo da desordem social, a recusa da democracia liberal, a dissolução do direito na força e a valorização de um indivíduo forte capaz de defender aqueles considerados mais fracos. Estes elementos podem ainda ser sentidos na escrita biográfica do período, momento em que “as tonalidades heróicas, até mesmo tirânicas, tornaram-se particularmente vivas”. Na segunda metade do século, biógrafos e literatos centravam seus trabalhos na capacidade criadora e no potencial de ação de grandes vultos do passado, e, assim como Carlyle, visavam compreender “como o homem singular podia transcender o mundo”<sup>52</sup>, pois o princípio da individualidade poderia ser aplicado a todas as nações, mas não a todas as pessoas.

Os escritos de Thomas Carlyle influenciaram as gerações seguintes e reverberaram fortemente na construção do heroísmo presente na literatura aventuresca, inserindo-se em um momento marcado por um interesse ávido pelos destinos individuais, seja na escrita de romances ou de biografias heróicas. Daí a importância que os contextos de formação do caráter individual assumem nos romances de aventura nas últimas décadas do século XIX, pois apresentavam os processos de desenvolvimento físico e moral que condicionavam as qualidades viris vistas como necessárias para promover a manutenção do Império Britânico e a sua expansão econômico-territorial na África. Desses heróis coloniais na cultura literária

---

<sup>50</sup> CARLYLE, Thomas. *On Heroes, Hero Worship and the Heroic in History*. Londres: Chapman and Hall, 1840, pp.178-188.

<sup>51</sup> LORIGA, op. cit., 2011, p.73.

<sup>52</sup> LORIGA, op. cit., 1998, pp.233-236.

finissecular, o caçador Allan Quatermain requer atenção especial, pois reunia diversos valores associados à legitimação pública do colonialismo e à valorização da virilidade em situação colonial. Além disso, o personagem associava-se a um tema recorrente nas representações do colonialismo nas regiões fronteiriças e nos confins territoriais da África do Sul: a caça, o safári (*big game hunt*) e a destruição da vida selvagem.

Em junho de 1885, H. Rider Haggard publicou o conto *Hunter Quatermain's Story*, na compilação *In a Good Cause*, organizada por Margaret Amherst com o afã filantrópico de coletar auxílio financeiro para um hospital infantil em Londres. Publicado três meses antes de *King Solomon's Mines*, o conto apresentava publicamente o caçador herói de Rider Haggard, Allan Quatermain, em suas aventuras e safáris no sul da África, ao lado de Sir Henry Curtis e do Capitão Good – o trio de aventureiros que protagoniza *King Solomon's Mines*. A mesma coletânea incluía contos e poemas de Andrew Lang (*Seekers for a City*), Oscar Wilde (*Le Jardin des Tuileries*) e Ralph Iron (*African Moonshine*), pseudônimo utilizado pela escritora sul-africana Olive Schreiner no período em questão. O narrador anônimo, em visita à mansão de Henry Curtis em Yorkshire, era imediatamente apresentado a Allan Quatermain, descrito por seu anfitrião como “um dos mais antigos caçadores e o melhor atirador na África, que matou mais elefantes e leões do que qualquer homem vivo”. Haggard fornece, nas primeiras páginas de seu conto, uma descrição física pouco entusiasmante de seu protagonista: “seu tamanho era insignificante” e “ele tinha cabelo curto e grisalho, que recaiam uma polegada acima de sua testa como as cerdas de um arbusto, grandes olhos castanhos, que pareciam perceber tudo, e uma face cansada, bronzeada absolutamente com a cor do mogno”<sup>53</sup>. A despeito de sua aparência franzina, o narrador admitia seu fascínio pela vasta experiência de vida do caçador, ouvindo atentamente seus relatos a respeito de safáris e descobertas de tesouros perdidos no interior da África.

Quatermain apresenta-se aos convidados como um indivíduo que “viveu toda a minha vida na *wilderness*, e entre os selvagens”, e inicia seu relato de um episódio ocorrido “dez anos atrás”, quando “caçava no interior distante da África, em um lugar chamado Gatgarra, não muito distante do Rio Chobe. Eu tinha comigo quatro servos nativos (...), que eram oriundos da Matabelelândia, e um Hotentotee chamado Hans, outrora o escravo de um bôer do Transvaal”. Os objetivos, aproximadamente a “300 milhas de Bamangwato, a capital de Khama”, estavam relacionados à caça de búfalos e elefantes e a busca do precioso marfim. A narrativa de Quatermain estava repleta de elementos que enfatizavam seu espírito bravo e

---

<sup>53</sup> HAGGARD, H. Rider. *Hunter Quatermain's Story*. In: AMHERST, Margaret. *In a good cause*. Londres: Wells Gardner, Darton & Co., 1885, p.212.

aventureiro, ao enfrentar ataques de leões, caçadas a cervos e recorrentes estados febris causados pelo clima e por mosquitos na selva. O ideário paternalista, que perpassava as visões de mundo de Haggard, também se manifestava nas relações entre Quatermain e seus lacaios nativos, em especial com o Zulu Mashune, que recorrentemente refere-se ao caçador como um “pai”. O clímax envolvia a descoberta do cadáver de Hans, mutilado pelo ataque de um búfalo selvagem, e o subsequente martírio da criatura pelos esforços conjuntos de Quatermain e Mashune. Ao final, com a morte de seu laiaio Zulu, Quatermain encerrava seu relato admitindo que a perda causara-lhe profunda tristeza, “e então, cavalheiros, (...) eu chorei como uma mulher”<sup>54</sup>.

O conto de Haggard, ambientado na velhice de Quatermain, evocava a aventura e a caça no interior africano como uma possibilidade de manifestação das energias viris de homens ligados ao colonialismo. A questão adquirira popularidade nas últimas décadas do século XIX, em especial com a publicação de romances aventureiros e de relatos de viajantes no coração do “continente negro”, ao exemplo de Richard Francis Burton, Frederick Selous e Henry Morton Stanley, os quais, em retorno às metrópoles, entreteciam convidados em jantares com suas narrativas africanas e faziam o gosto de parte do público leitor com seus escritos. A presença de nativos na narrativa de Allan Quatermain, em especial o Khoisan Hans e o Zulu Mashune, aponta para as instâncias de colaboração e/ou coerção de africanos na exploração do interior do continente, afinal, diversos caçadores que partiam para a África utilizavam-se, mesmo que parcialmente, dos saberes locais e de informações de guias nativos, situação emblemática da circulação de saberes que evidencia “o papel dos informantes africanos” no processo de produção de conhecimento sobre os territórios coloniais. Com certa frequência, determinados “dispositivos reguladores de ordem mítico-religiosa dos saberes locais”<sup>55</sup> eram ignorados ou considerados como fantasiosos, questão que, em *Hunter Quatermain's Story*, aparecia ilustrado na recusa, por parte de Quatermain, da crença nativa de espíritos e fantasmas que “surgem das águas à noite, e sentam-se nas margens para secar-se”, considerando-as como um “terror civilizado do sobrenatural”<sup>56</sup>.

*Hunter Quatermain's Story* ainda deixa evidente um elemento central na trajetória literária de Allan Quatermain e nos *habitus* associados ao colonialismo: a caça esportiva. Segundo Sílvio Marcus de Souza Correa, diversas práticas esportivas desenvolveram-se na África colonial, em especial as caças, que eram operacionalizadas “às margens dos impérios,

---

<sup>54</sup> Ibidem, pp.215-237.

<sup>55</sup> CORREA, Sílvio Marcus de Souza. A ‘partilha do gorila’ entre ciência e literatura, de alhures e saberes locais. *Revista História: Questões & Debates*, v.62, n.1, janeiro-junho de 2015, p.108; p.129.

<sup>56</sup> HAGGARD, op. cit., 1885, p.222.



nos confins dos territórios coloniais”. Inicialmente, a caça esportiva era o apanágio de “poucos aristocratas a serviço imperial ou de visita às colônias”<sup>57</sup>, mas rapidamente tornou-se uma prática comum a indivíduos oriundos de outras classes sociais, em especial funcionários coloniais, soldados e comerciantes. Ao lado das caçadas esportivas, outras modalidades de caça eram praticadas por comunidades africanas, ao exemplo daquelas realizadas com o objetivo de fornecer marfim, peles e plumas aos mercados consumidores, dentro e fora da África. Além disso, a intensificação da caça pelo marfim desde o final do século XVIII promoveu a formação de centros de poder político africano, dilatando as “possibilidades de caças mais bem sucedidas e a posição de dominação de certos chefes de linhagens sobre outros, considerando que uma maior quantidade de marfim viabilizava uma participação mais ativa no comércio que se desenvolvia na baía [de Maputo]”<sup>58</sup>. Tanto nas metrópoles quanto nas colônias, proliferava-se uma “literatura de caça”, especialmente em jornais e revistas que se refestelavam com artigos e fotografias de caçadas, sobretudo na África Oriental e Austral.

Ao longo da série de dezessete livros e aproximadamente cinco contos publicados na imprensa periódica ou em compilações, Haggard associou a trajetória de Allan Quatermain a eventos fantásticos, ao exemplo da descoberta das minas do Rei Salomão ou da cidade dos Zu-Vendi, uma raça militante composta por africanos brancos em *Allan Quatermain* (1887). Similarmente, e em especial na trilogia composta pelos livros *Marie* (1912), *Child of the Storm* (1913) e *Finished* (1917), o letrado relaciona os percalços de seu aventureiro com eventos da história política na África do Sul: Quatermain testemunha a migração dos bôeres na década de 1830, a dispersão étnica dos Zulus no mesmo período (*mfecane*), participa da batalha de Ndongakusuka em 1856, entre os príncipes Zulus Cetshwayo e Mbuyazi, além de envolver-se na Batalha de Isandhlwana, travada durante a guerra Anglo-Zulu de 1879. A despeito de sua constituição franzina, Quatermain era descrito como um personagem capaz de proezas fantástica e atos de incomensurável bravura, disposto a matar ou morrer pelas colônias. Insatisfeito com a vida na metrópole, o herói de Haggard era reiteradamente associado a episódios de perigo iminente, caçadas no *veldt*, e uma atitude ambivalente com as populações nativas, que traduzem o posicionamento paradoxal do letrado com relação aos africanos: ao mesmo tempo em que combate as forças Zulus ou de outras etnias africanas, Quatermain expressa o que poderia ser designado de um modelo de colonização benevolente,

---

<sup>57</sup> CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Caça e preservação da vida selvagem na África colonial. Revista *Esboços*, v. 18, n. 25, 2011, pp. 165-166.

<sup>58</sup> SANTOS, op. cit., 2017, p. 47.

amparado em preceitos paternalistas de proteção, amparo e controle das populações nativas, ou, pelo menos, dos “bons selvagens”.

Quatermain reunia muitas das características viris valorizadas por Haggard e por muitos outros autores de romances de aventura entre as décadas de 1880 e 1890. Sua condição de *big game hunter* relacionava-se a um fascínio popular com caçadas e safáris africanos que alimentavam os imaginários sociais sobre a África na segunda metade do século XIX. Entre os britânicos, o interesse pode ser datado pelo menos desde o final da década de 1840, quando Roualeyn Gordon-Cumming, um viajante e explorador anglo-escocês, retornou à metrópole após passar cerca de cinco anos em caçadas no sudoeste da África. Gordon-Cumming trouxe toneladas de troféus de caça e animais empalhados, os quais resultaram em uma exposição aberta ao público em 1850, no mesmo ano em que publicou *Five Years of a Hunter's Life in the Far Interior of South Africa*. O exotismo da exposição era intensificado pela presença de um Khoikhoi chamado Ruyter, que havia acompanhado o caçador em seu retorno à Inglaterra e servia como guia da exposição. A imprensa periódica da época não poupava elogios ao descrever Gordon-Cumming como “o caçador de leões da África Central, no auge de sua masculinidade”<sup>59</sup>. A popularização dos safáris na África a partir da década de 1880 estava conectada ao potencial simbólico relacionado às proezas masculinas e aos feitos do Império, cingidos pela aventura romântica e pela conquista de outros territórios. Simultaneamente, como ficava demarcado pela relação entre Quatermain e seu laçao africano Hans, as expedições de caça rumo ao interior do continente africano promoviam complexas interações entre europeus e populações nativas, marcadas por laços de negociação, circulação de saberes, confronto ou coerção. Ademais, as narrativas de expedições e safáris evocavam o triunfo do indivíduo diante da natureza e, ao mesmo tempo, o “elogio da virilidade aventureira, da força física, dos protagonistas masculinos”<sup>60</sup> e da amizade viril.

No início da década de 1880, o explorador Frederick Selous publicou *A Hunter's Wanderings in Africa* (1881), uma narrativa de suas aventuras e caçadas no interior dos territórios sul-africanos, em especial na região da Matabelelândia, onde teria, supostamente, a permissão de Lobengula, o rei dos Ndebele, para caçar em seu território. Selous, que se tornara um personagem paradigmático da figura do *big game hunter*, era representativo de homens que, como Haggard em sua juventude, partiram às colônias em busca de enriquecimento: após ter agredido um guarda de caça na Alemanha em 1870, Selous fugiu

<sup>59</sup> THOMPSELL, Angela. *Hunting Africa: British Sport, African Knowledge and the Nature of Empire*. Basingstoke: Pallgrave Macmillan, 2015, p.26.

<sup>60</sup> IWAI, Marcia. *O romance de aventura europeu e a construção do Outro: uma análise de O mundo perdido* (1912), de Arthur Conan Doyle. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 2010, p.132.

para a África com o objetivo de evitar a prisão e, com o apoio financeiro de sua família, dedicou-se aos safáris no norte do Transvaal e ao sul do Congo. A descoberta de jazidas auríferas e diamantíferas na região, somado às novas possibilidades de expansão territorial, atraíram inúmeros homens das classes médias ao sul da África. Ao mesmo tempo, os ideais de masculinidade passavam por transformações nas metrópoles: as instituições escolares das elites investiam no preparo de meninos e rapazes para serem homens de ação e autoridade, uma versão robusta de masculinidade que encontrava nas colônias uma possibilidade de aprimoramento da condição viril<sup>61</sup>. Se Frederick Selous havia sido a inspiração de Rider Haggard para constituir seu personagem, pode-se apenas especular; as circunstâncias que o levaram à África, contudo, eram muito similares às de Ernest Kershaw, protagonista de *The Witch's Head*, publicado no mesmo ano que *King Solomon's Mines*.

Em *King Solomon's Mines* e *Allan Quatermain*, o letrado apresentou a maturidade e as últimas aventuras de seu herói caçador, mas foi com *Marie* que Rider Haggard narrou a formação de seu protagonista na Colônia de Natal, em meados dos anos de 1830. Em maior ou menor medida, tratava-se de um *bildungsroman*, um romance de formação, por meio do qual Haggard atrelava a constituição da subjetividade masculina contraposta a um plano de fundo histórico: o *mfecane* e o *Great Trek* da metade da década de 1830. Em resposta às crises de masculinidade que assombravam parte da intelectualidade ao *fin-de-siècle*, Haggard remetia a formação de seu protagonista a um período particularmente violento da história política sul-africana, de modo a constituir uma narrativa preocupada a demonstrar os feitos de “um cavalheiro inglês”<sup>62</sup>. Por meio de episódios constitutivos da masculinidade colonial de Allan Quatermain, Haggard recusa uma versão doméstica da virilidade em favor de uma postura combativa e agressiva.

Em linhas gerais, *Marie* narra a juventude de Allan Quatermain, suas relações com os bôeres e os Zulus no interior do subcontinente, bem como o destino trágico de sua primeira esposa, a jovem Marie Marais. Assim como *Jess* e *Swallow*, *Marie* pertence a uma série de romances ambientados em eventos fundacionais da história política sul-africana e construídos a partir de relações interétnicas, frequentemente conflituosas, entre britânicos, bôeres e africanos, cingindo elementos de aventura e sensibilidade romântica, em especial no que concerne as descrições das paisagens naturais da região. Na imaginação literária de Rider Haggard os destinos individuais de seus protagonistas confundem-se com os rumos do processo de ocupação territorial sul-africana, sobretudo em seu passado recente, o que

---

<sup>61</sup> THOMPSELL, op. cit., p.16-17.

<sup>62</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.vi.

ênfatiza a força da literatura no que se refere às “diversas formas de relação com o passado que o tornam contemporâneo do presente”<sup>63</sup>. Em maior ou menor medida, Haggard fornece aos leitores impressões literárias de personagens comuns sobrepostos a um plano de fundo histórico, convertidos em heróis ou heroínas por atos de bravura ou abnegação.

Com certa frequência, Haggard constitui destinos ficcionais alternativos às narrativas historiográficas da África do Sul produzidas por historiadores coloniais, ao exemplo de George McCall Theal e seus volumosos compêndios de documentos históricos, ou nacionalistas *afrikaners* como o clérigo Stephanus Jacobus du Toit e suas epopéias de martírio bôer e opressão britânica durante o *Great Trek*. Como mencionado anteriormente, a “grande jornada” de 1836 foi caracterizada pela dispersão geográfica e deslocamento migratório de bôeres, descendentes de holandeses, franceses e alemães, da colônia do Cabo para o interior do subcontinente sul-africano, em decorrência de diversos fatores relacionados à crescente esfera de influência política britânica na região. Nas últimas décadas do século XIX, com a emergência do nacionalismo *afrikaner*, o *Great Trek* passa a ser visto como elemento nacional e mito de origem da nação sul-africana, parte dos esforços de muitos intelectuais em conferir sentidos explicativos à contemporaneidade, sobretudo em referência às relações interétnicas conflituosas e a legitimidade da ocupação territorial.

Dedicado ao seu antigo empregador na África do Sul, Sir Henry Bulwer, o qual Haggard considera como modelo de um “cavalheiro inglês, como ele deve ser” – portanto, em uma gramática que cingia política colonial e masculinidade – a trama era narrada por Allan Quatermain em sua velhice, e concentra-se nos destinos trágicos de um grupo de *voortrekkers* aniquilados pelos Zulus após alcançarem a região de Natal (atualmente KwaZulu-Natal). A narrativa de *Marie*, ao abordar as trajetórias dos descendentes de holandeses e franceses huguenotes rumo ao Transvaal, possibilita refletir a respeito da “construção do passado pelas obras literárias”<sup>64</sup>. Estas peculiaridades, que revestem a trama de Rider Haggard com elementos de um romance histórico do passado da colonização sul-africana, podem ser vislumbrados a partir da utilização de personagens históricos (Dingane, Piet Retief), bem como da representação literária de eventos (o *Great Trek*, o massacre de Retief e seus emissários), e inscrevem o período com as marcas da violência interétnica: “deste período manchado de sangue, eu tentei relatar”, afirma Haggard na dedicatória, “do *Great Trek* e de suas tragédias, como o massacre do sincero Retief e seus companheiros nas mãos do rei Zulu,

<sup>63</sup> CHARTIER, Roger. O passado no presente. Ficção, história e memória. In: ROCHA, João Cezar de Castro. *Roger Chartier: a força das representações, história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011, p.95.

<sup>64</sup> CHARTIER, op. cit., 2011, p.95.

Dingane”<sup>65</sup>. O caráter verossímil é reforçado, por exemplo, pela utilização de recursos narrativos, tais como um Prefácio, que assinala a expectativa de que os leitores encontrassem “interesse histórico” nos relatos, e pela incorporação de uma “Nota do Editor”, detalhando como o manuscrito de *Marie* havia sido descoberto entre os papéis deixados pelo então recém-falecido Allan Quatermain. Tropos retóricos de martírio e sofrimento demarcam o modo como Rider Haggard, por meio de seu narrador, detalha a saga dos *voortrekkers*, em um misto de simpatia e empatia com os destinos trágicos de seus articulistas:

Das trinta e cinco almas originais, sem contar os nativos, que haviam acompanhado Henri Marais em sua malfadada expedição, sobravam agora apenas nove sobreviventes na nova Maraisfontein (...). O resto, com exceção de Hernan Pereira, morrera de febre ou de fome, pois quando a febre diminuiu com a mudança de estações, a fome estabeleceu-se (...). E então, quanto a *biltong*, ou carne seca, havia sido consumida, eles foram movidos a qualquer oportunidade conhecida aos famintos, como cavar raízes, ferver a grama, galhos e folhas, capturar lagartos e assim por diante. Acredito que estavam efetivamente alimentando-se de lagartos e minhocas (HAGGARD, 1912, p.128-129).

Desta forma, pode-se considerar que *Marie* fornece elementos caros à relação entre a literatura e as representações do passado colonial pela literatura, pois integra um campo de narrativas que visam fornecer leituras do pretérito no afã de justificar a contemporaneidade e salvaguardar determinadas interpretações da memória coletiva e da história sul-africana para a posteridade. Não obstante, se o romance sugere um esforço por parte de Rider Haggard em narrar a formação problemática da nação sul-africana, a trama também deve ser interpretada como uma minuciosa análise da formação do próprio Allan Quatermain, de sua passagem da juventude à vida adulta a partir de códigos de virilidade amparados na defesa da honra e na coragem. Neste sentido, convém destaque à ideia de *bildungsroman*, expressão oriunda da crítica literária e que referencia a dimensão formal de narrativas dedicadas à formação cultural e intelectual de seus protagonistas, com ênfase no desenvolvimento de traços morais e psicológicos. Em resposta às tensões finisseculares entre triunfos da virilidade e crises da masculinidade, Rider Haggard remete estrategicamente a formação de seu herói a um período violento da história sul-africana, capaz de inculcar em Quatermain as qualidades viris necessárias para sua legitimação enquanto homem adulto.

Na imaginação literária de Haggard, o modelo de virilidade de Allan Quatermain possui um desdobramento inicial, relacionado ao recrutamento nas forças militares coloniais, o qual fornece garantia de seu fortalecimento físico e demonstrações de atos de coragem. O reconhecimento da “defesa de Maraisfontein” e suas “proezas com o tiro”, no ataque Zulu à

---

<sup>65</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.vi.

fazenda de Henri Marais, fizeram com que “as autoridades me comandassem a servir nas contínuas guerras Kaffir nas fronteiras e instantaneamente me concederam uma comissão enquanto uma espécie de tenente em um esquadrão nas fronteiras”. Sua trajetória na defesa do Cabo é brevemente mencionada, mas com ênfase em um percurso de conquistas físicas, seja por meio de medalhas ou pelo acúmulo de cicatrizes, afinal “uma vez fui ferido levemente, e duas vezes escapei quase sem vida. Certa vez fui repreendido por assumir um risco tolo e perder alguns homens. Duas vezes fui condecorado pelo que chamam de ações galantes”, tais como salvar os companheiros das lanças inimigas ou executar chefes rivais. Seu esquadrão é enfim dissolvido, e Allan “retorna ao lar, não mais um rapaz, mas um homem, com ampla experiência e conhecimento singular dos Kaffirs, sua linguagem, história, modos de pensamento e ação”. O contato com os oficiais do exército permitem-lhe aprender “as idéias e os hábitos de um cavalheiro inglês”<sup>66</sup>, indicativo da intersubjetividade e das dimensões homossociais na construção da virilidade colonial.

Afinal, como enfatiza Ann Laura Stoler, “a masculinidade europeia nas colônias, seja ela comensurada por ‘caráter’ e civilidade ou por posição e classe, era amplamente independente da presença de mulheres europeias”<sup>67</sup>, constituindo-se, em muitas situações, a partir dos contextos homossociais ou com relação às populações locais, especialmente as mulheres nativas. Embora casamentos mistos tenham sido formalmente proibidos em várias regiões da África do Sul, especialmente na legislação das repúblicas bôeres, e o concubinato e a poligamia banidos pela administração colonial e associados aos costumes “selvagens”, o cotidiano da vida colonial criava uma demanda constante pela presença de mão-de-obra nativa, especialmente no serviço doméstico, promovendo uma reformulação da separação entre esferas pública/privada com variações étnico-raciais. Daí a constante presença de empregadas nativas nos romances publicados nesse período, as quais, em geral, eram retratadas como africanas idosas, de modo a evitar quaisquer sugestões de relações inadequadas entre essas mulheres e seus empregadores.

Em *Marie*, Haggard acentua a necessária instrução militar em seu personagem Allan Quatermain e reforça sua recusa a uma carreira religiosa, tal qual seu pai, um missionário inglês na Colônia do Cabo. Para o narrador, “a Igreja enquanto uma carreira não me atraía”, talvez “porque eu sabia que enquanto um clérigo, não teria oportunidade de viajar ao norte

---

<sup>66</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.101-102.

<sup>67</sup> STOLER, Ann Laura. *Carnal Knowledge and Imperial Power: Race and the Intimate in Colonial Rule*. Berkeley: University of Carolina Press, 2010, p.1-2.



quando me convocassem”<sup>68</sup>. A recusa pela missão religiosa implicava em uma recusa do modelo de cristandade muscular, em voga nas classes médias em meados das décadas de 1840 e 1860, uma vivência de virilidade baseada em corpos hiper-masculinizados, capazes de defender simultaneamente a nação inglesa, o Império Britânico e a religiosidade cristã de vertente protestante. Para Haggard, a modelação da virilidade em situação colonial ocorria em outros espaços: nas caçadas, nos exércitos coloniais, no calor da batalha, no amor heterossexual. Ademais, a situação revela uma perspectiva frequente nos romances de Haggard, isto é, uma visão crítica com relação ao missionarismo: em obras literárias como *The Ghost Kings* ou *The Wizard* (1896), ambientado na África Central, os missionários são representados como indivíduos iludidos ou até mesmo demagogos, pouco cientes das reais condições socioculturais dos africanos.

Observando retrospectivamente suas escolhas de juventude, afirma sua satisfação com a opção por tornar-se um caçador, pois “aquilo me era adequado; aquele era o buraco insignificante nos assuntos do mundo que eu era destinado a ocupar”, cujos “únicos dons eram a arte do tiro e a observação, misturada com um pouco de filosofia rudimentar”<sup>69</sup>. A escolha consciente por uma carreira militar, e posteriormente pela caça em safáris, o *big-game hunting*, reforça ideais classistas de masculinidade cultivados por muitos homens dos estratos médios da sociedade no *fin-de-siècle*, baseados em contextos homossociais do exército, do esporte ou dos clubes de cavalheiros, em detrimento da figura patriarcal enfatizada nas primeiras décadas do século, cuja autoridade adquiria legitimação moral ou religiosa<sup>70</sup>. Ademais, o safári colonial, reiterado constantemente em *Marie* e nos demais romances centrados em Allan Quatermain, representava uma “espécie de minissociedade de viagens, um ícone do empreendimento inteiro do imperialismo plenamente expressivo de sua divisão do trabalho racial e sexual”<sup>71</sup>, circunstância explícita na relação hierárquica entre Allan e seus lacaios africanos, sobretudo o Khoisan Hans.

A iconografia textual e imagética de caçadas nas savanas africanas agrega expressividade no que diz respeito às figurações de virilidade nas colônias e, em *Marie*, auxilia a construir a aura de bravura e heroísmo em torno de Allan Quatermain. Em pelo menos duas situações, as habilidades de Quatermain com o tiro ao alvo são requisitadas como sintomático de sua intrepidez: a primeira delas, concernente a uma disputa com Hernan

---

<sup>68</sup> HAGGARD, op. cit., 2012, p.100.

<sup>69</sup> Ibidem, p.101.

<sup>70</sup> TOSH, John. *A man's place: Masculinity and the Middle-Class Home in Victorian England*. New Haven: Yale University Press, 1999, p.147.

<sup>71</sup> MCCLINTOCK, op. cit., p.354.

Pereira na primeira parte do romance, traduz para o contexto sul-africano os princípios dos duelos, a rivalidade varonil e um indício prematuro do caráter insidioso do luso-bôer. Isto porque, para alcançar o objetivo de acertar uma quantidade maior de aves do que seu rival britânico, Pereira faz uso de munição adulterada. A segunda situação, de aspecto mais decisivo para a sobrevivência dos bôeres, envolve seu aprisionamento pelo Zulu Dingane, e o pacto firmado com Quatermain, a quem promete a liberdade dos *vootrekkers* mediante demonstração de seus “poderes mágicos”<sup>72</sup> com armas de fogo. Estas situações não estavam apartadas de muitas narrativas de viajantes e exploradores no continente africano a partir da década de 1880, ao exemplo de Richard Francis Burton e Henry Morton Stanley, os quais intensificam um interesse de europeus por safáris ao conectarem descrições de perigo, exotismo e proeza viril com as armas.

Essas narrativas desempenhavam um evidente papel geopolítico, já que a escassez de caça nas regiões litorâneas forçava os viajantes e aventureiros ao interior do continente, expandindo assim as fronteiras de interesses coloniais. O fato de Quatermain aceitar a proposta dúbia de Dingane apontava ainda a outro elemento recorrente nas atividades esportivas e nas caças realizadas por homens brancos no interior africano, isto é, a percepção de que a expansão das regiões almeçadas pelas políticas colonialistas, tal qual pela *British South Africa Company*, não ocorria de modo uniforme, mas sim a partir de negociações, comprometimentos e instâncias de coerção ou cooperação com populações africanas e elites locais. Além disso, certos saberes a respeito da flora e da fauna fornecidos por informantes africanos eram apropriados, incorporados ou descartados pelos europeus<sup>73</sup>, situação metaforizada em *Marie* pelos encontros entre Allan e africanos negros, tais como seu lacaios Hans, a idosa no vilarejo Tonga e a Zulu Naya, que durante seu aprisionamento informa Quatermain a respeito de uma “variedade de assuntos”, entre os quais “a história dos Zulus e de tribos semelhantes, ou a personalidade de Chaka [sic], o grande rei”<sup>74</sup>. Adicionalmente, a dependência com relação ao conhecimento de nativos africanos complexificava e desestabilizava um dos componentes críticos da masculinidade idealizada e incorporada no imaginário destes vitorianos: a ideia de que o continente africano possibilitava o corolário máximo da liberdade de ação destes aventureiros, questão central na revitalização da virilidade imaginada pelos romances de aventura naquele período<sup>75</sup>.

---

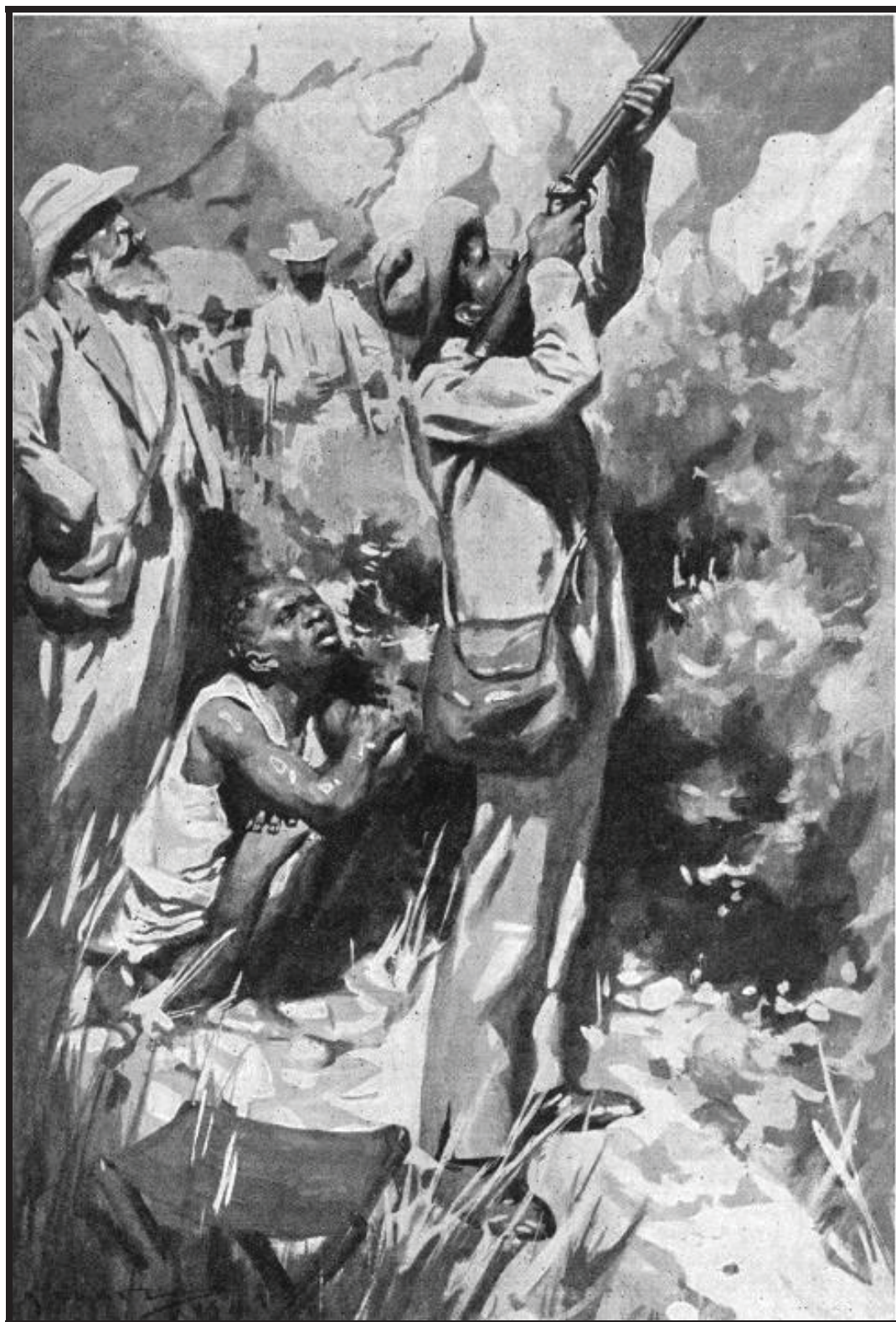
<sup>72</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.204.

<sup>73</sup> CORREA, op. cit., 2015, pp. 107-132.

<sup>74</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.294.

<sup>75</sup> THOMPSELL, op. cit., pp.42-72.

FIGURA 6: ALLAN QUATERMAIN E O "HOTENTOTE" HANS



(Fonte: HAGGARD, H. Rider. Marie. *Cassell's Magazine*, v. 53, n. 2, 1911, p. 129.)

A construção da masculinidade de Allan Quatermain em *Marie* também ocorria de modo relacional, isto é, em articulação ou oposição a outros personagens da trama, especialmente Hernan Pereira, que fornecia um anti-modelo de virilidade e hibridismo racial, por se tratar de um mestiço de bôer e português, além de uma metáfora ao que Haggard observava como a falência dos projetos políticos coloniais portugueses na região da Baía de Maputo, que descrevera em 1882 como estando “inteiramente nas mãos dos nativos”. Finalmente, sua masculinidade se legitima a partir da relação entre Allan e Marie, categorizada na trama como “um tipo muito incomum de mulher”<sup>76</sup>, em especial após tornarem-se noivos, o que possibilita pensar em alguns dos elementos principais na confirmação das características viris de homens adultos no final do século, isto é, o abandono da solteirice, carregada de ambiguidades nas narrativas culturais do período, e a expectativa de edificar um lar – microcosmo da nação e do Império – sustentado pelas atividades produtivas do marido<sup>77</sup>. Além disso, as entrelinhas desta literatura aventuresca, imersas na “articulação e conceptualização da realidade ficcional e histórica”<sup>78</sup>, permitem vislumbrar o sofrimento por amor enquanto parte integrante das figurações de virilidade.

Ao narrar as possibilidades de ação feminina nas colônias, Rider Haggard promove adaptações dos cultos da feminilidade oitocentista, ideário de gênero que valorizava a mulher a partir de qualidades como a sublimação da sexualidade, o cultivo da castidade e da abnegação, além de sentimentos gentis e dóceis, elementos integrantes do imaginário do “anjo do lar”. Esta visão do feminino reforçava as diferenças naturais entre homens e mulheres, delegando a estas o gerenciamento da esfera privada, por meio do papel de esposa virtuosa e mãe dedicada. Desta forma, Allan Quatermain narra seus sentimentos por Marie como um misto de “afeição muito discreta, quase fraternal, ou mesmo maternal, nos seus aspectos exteriores e visíveis”. A despeito das restrições concernentes à atuação de Marie no romance, Haggard reafirma a autoridade da personagem nos próprios sentimentos, ao exemplo do episódio em que a jovem confronta seu pai sobre a possibilidade de um casamento arranjado: “como uma mulher que tem poder sobre si mesma, eu lhe nego este direito; e por mais que me doa, meu pai, negar-lhe qualquer coisa, prefiro antes morrer!”<sup>79</sup>. Seu destino, ao desfecho do romance, simultaneamente confirma sua capacidade de ação e intervenção, ao salvar

---

<sup>76</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p. 94; p.50.

<sup>77</sup> TOSH, John. What historians should do with masculinity? Reflections on Nineteenth-century Britain. *History Workshop*, v.38, 1994, p.185.

<sup>78</sup> GRAWUNDER, Maria Zenilda. *A palavra mascarada: sobre alegoria*. Santa Maria: UFSM, 1996, p.118.

<sup>79</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p.16; p.85.



Quatermain da morte e legitima seu papel simbólico de esposa dedicada, ambigualmente entrelaçado pela impossibilidade de sobrevivência. Ao mesmo tempo em que apresentava características como a doçura e a abnegação, a heroína de Haggard apresentava uma moralidade distinta daquela desejada para a mulher que se quer como referência de feminilidade, afinal, Marie lança-se às armas para defender a fazenda de sua família.

Se as colônias são interpretadas por Rider Haggard como espaços de revitalização masculina e possibilidade de amor, a resolução final sugere a incompatibilidade destes valores, e a impossibilidade da vida doméstica ou no âmbito familiar para Allan Quatermain. A morte de Marie, a aniquilação dos núcleos familiares bôeres e a destruição de Maraisfontein, lar de Henri e de sua filha, no início do romance, são sugestivos das novas configurações subjetivas de gênero após a década de 1880, momento em que a domesticidade passa a ser associada por muitos homens a rotinas tediosas e restrições femininas. No *fin-de-siècle*, o nível ascendente de homens solteiros e de afiliações a clubes de exclusividade masculina, bem como o anseio por possibilidades de aventura, seja pela prática de esportes, nos exércitos coloniais ou no consumo de literatura, evidenciam a recusa do espectro da domesticidade pressentida por Allan no início de sua jornada: “e então, deixamos o nosso amor para voltar as atenções à guerra”<sup>80</sup>. A aventura, na perspectiva de Haggard e de muitos imperialistas, estava em outro lugar.

Nas últimas décadas do século XIX, os discursos de apologistas do racismo reiteravam a existência de níveis hierárquicos entre as chamadas “raças inferiores” e os europeus anglo-saxônicos, assertivas acompanhadas de metáforas de conquista, dominação e destruição, capazes de ilustrar o *leitmotiv* de “sobrevivência do mais forte”, princípio advogado por muitos naturalistas naquele contexto. No campo da produção histórica de subjetividades de gênero, estes ideais são mobilizados para legitimar a formação de uma virilidade militante e agressiva, no escopo de assegurar a manutenção das fronteiras coloniais e a defesa pela expansão do Império Britânico. Simultaneamente, intelectuais letrados, médicos sanitaristas e eugenistas promovem uma acentuada preocupação com os excessos sexuais e a miscigenação racial, sobretudo nas colônias, situações que, somadas a outras particularidades históricas daquele período, levam a certa patologização da sexualidade masculina e um senso de crise nos códigos de masculinidade hegemônica.

Por intermédio de seu romance *Marie*, Rider Haggard possibilita uma interpretação em pelo menos duas frentes inter-relacionadas: em primeiro plano, o letrado visa narrar a

---

<sup>80</sup> Ibidem, p.27.

formação da nação sul-africana, com ênfase no *Great Trek* de 1836-1838, denunciando as violências interétnicas e os preconceitos raciais, particularmente entre bôeres e britânicos, ao exemplo da relação de desconfiança de Henri Marais com o jovem Allan, mas também sugerindo alternativas de convivência, tal qual ilustrado pelo amor de Allan e Marie Marais; em segundo plano, a trama atua enquanto *bildungsroman*, dimensão formal e estilística que detalha a formação de Quatermain a partir de elementos capazes de reforçar certo ideário de masculinidade e heroísmo colonial, simultaneamente admitindo a incompatibilidade com valores de domesticidade. Desta forma, seu romance atua enquanto resposta às crises de virilidade, imaginando a formação de homens fortes e bravos no ardor das difíceis condições nas fronteiras do território sul-africano no período da “grande jornada”, além de evocar situações de heroísmo colonial enquanto corolário das ações de Allan.

Em suma, romances aventurecos, ao exemplo de *Marie*, tornaram-se responsáveis por instituir, a partir de certa sensibilidade romântica, uma nova ética associada à juventude e à virilidade em situações coloniais. Esta moral viril se expressava de acordo com um vasto leque de características, ao exemplo da exaltação do risco e da aventura, o cultivo das atividades físicas, a liberdade irrestrita no *veldt*, o fortalecimento do corpo e o gosto pela simplicidade<sup>81</sup>, elementos constitutivos de uma sensibilidade moderna que observava o território sul-africano, idealizado e estilizado pela literatura, como um *locus* de produção efervescente de heróis e conquistadores. Mais do que uma forma de conduta, a virilidade traduzia-se em um valor político, na medida em que era vista como necessária para a manutenção das colônias em um contexto em que “a masculinidade era uma produção artificial obtida por meio de um adestramento austero e de provas terríveis”<sup>82</sup>.

### 6.3 – MASCULINIDADES NEGRAS: GÊNERO E RAÇA EM *NADA THE LILY*

Em 1887, Rider Haggard publicou *Allan Quatermain*, a continuação de *King Solomon's Mines*, serializado entre janeiro e agosto na revista *Longman's Magazine*, seguido pela publicação em tomo único. A trama iniciava-se com a morte do único filho de Allan Quatermain, evento traumático que faz com que o caçador deixe a metrópole e retorne à África. Ao lado de seus companheiros Henry Curtis e o capitão John Good, Quatermain parte para a costa oeste da África em direção do território dos Maasai, grupo étnico que habitava a

<sup>81</sup> VENAYRE, Sylvain. La Belle époque de l'aventure (1890-1920). *Revue d'histoire du XIXe siècle*. v.24, 2002, pp.93-110.

<sup>82</sup> BADINTER, Elisabeth. *XY – sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.78.



região dos Grandes Lagos. O grupo de aventureiros era acompanhado do chefe Zulu Umslopogaas, representado no romance como um indivíduo bravo e leal aos exploradores europeus. Após uma série de eventos, o grupo de aventureiros encontra a fabulosa cidade escondida dos Zu-Vendi, uma civilização militarizada composta por africanos brancos e governados por duas rainhas, Nylepth e Sorais. Ambas as irmãs apaixonam-se por Curtis, o qual rejeita as paixões de Sorais em favor de sua irmã. Ofendida, Sorais provoca uma guerra civil entre os Zu-Vendi, que termina com a sua derrota. No desfecho da trama, Nyleptha e Curtis tornam-se os novos monarcas da cidade perdida, enquanto Quatermain e Umslopogaas morrem em decorrência de ferimentos sofridos em batalha.

Sob diversos aspectos, a narrativa de *Allan Quatermain* cinge muitas das ansiedades e aspirações evocadas por Haggard e por outros intelectuais ao *fin-de-siècle*: o sonho de uma África branca e a ênfase na pureza racial como uma reação contra a pluralidade da realidade multiétnica da África do Sul de seu tempo. Como afirma Angelia Poon, o estabelecimento dos Zu-Vendis enquanto uma colônia branca governada por Sir Henry era o resultado de uma série de tentativas de negociar a presença de africanos negros no romance: de um lado, os Maasai, retratados como selvagens e violentos, e de outro, os nativos cristãos que os aventureiros encontram em uma missão religiosa, plenamente docilizados e destituídos dos elementos culturais constitutivos de sua identidade cultural enquanto africanos. Mas a atenção da trama recaía sobre Umslopogaas, que acompanhava os exploradores britânicos na aventura e atuava como um complemento primitivo e ostensivamente africano à masculinidade britânica. Entre as décadas de 1880 e 1890, as representações dos Zulus evocavam admiração e temor, compreendendo-os como uma força militar admirável e um ideal de beleza masculina, embora ameaçadora aos projetos coloniais. Neste sentido, Umslopogaas era retratado como um personagem fiel aos aventureiros britânicos, compartilhando com eles do gosto pela aventura, a partir do qual a masculinidade de Quatermain, Curtis ou de Good poderia ser comensurada<sup>83</sup>. Exilado do Reino Zulu, Umslopogaas encarnava o ideal de *bom selvagem*, cujas ações nobres e bravas em favor da presença branca na região ilustram o que Mahmood Mamdani conceitualizou como *nativismo*, uma nova forma de governamentalidade colonial gestada na segunda metade do século XIX, a qual visava reconhecer a historicidade e

---

<sup>83</sup> POON, Angelia. *Enacting Englishness in the Victorian Period: Colonialism and the Politics of Performance*. Nova York: Routledge, 2008.

a agência do colonizado como parte de um esforço de constituição de um projeto colonial mais eficaz e duradouro<sup>84</sup>.

As aventuras da juventude de Umslopogaas foram relatadas por Rider Haggard no romance histórico *Nada the Lily*, publicado em 1892. Para compor a obra literária, Haggard consultou diversos textos de caráter histórico ou folclórico, ao exemplo de *Among the Zulus and the Amatongas* (1875), do viajante David Leslie, o panfleto *Zululand and the Zulus*, de John Bird, e os escritos do missionário Henry Callaway, muito possivelmente *The Religious System of the Amazulu* (1870)<sup>85</sup>. A trama, narrada por Mopo, um ancião Zulu exilado por seus crimes envolvendo regicídios, estava ambientada no período do reinado de Shaka, cuja juventude e vida adulta foram representadas ao longo do romance. Contra o plano de fundo histórico do período, o elemento central do romance incide sobre o amor entre o bravo guerreiro Umslopogaas, único filho sobrevivente de Shaka, e Nada, a filha do narrador, considerada como a mais bela mulher Zulu. Ao lado da ambientação histórica, Haggard mobiliza elementos mágico-rituais, em especial quando Umslopogaas une-se a Galazi, o qual possuía o controle sobre uma matilha de lobos sobrenaturais, conquistado pelo africano após matar o lobo alfa. Pelo envolvimento de Mopo com o assassinato de Shaka, a jovem Nada passa a ser perseguida, e refugia-se em uma caverna nas montanhas, a qual, ao desmoronar, soterra a heroína no desfecho trágico.

De acordo com Spalding Lewis, a narrativa de *Nada the Lily* evidencia a interlocução entre a ficção de Haggard e os imperativos da antropologia evolucionista por meio da caracterização de seus personagens Zulus. Como mencionado em capítulo anterior, Haggard cultivara laços de amizade e sociabilidade intelectual com o antropólogo Andrew Lang e, muito possivelmente por seu intermédio, teve contato com as idéias de E. B. Tylor. Em *Primitive Culture*, Tylor articulou formalmente o método comparativo, embasado em um estudo das culturas humanas que compreendia a sociedade como constituída por rastros fragmentários de elementos atávicos e ancestrais, suspensos em camadas temporais. Este princípio possibilitaria comparar fenômenos culturais apartados geográfica ou temporalmente, pois compreendia que todo o desenvolvimento humano seguiria as mesmas tendências imutáveis. Em *Myth, Ritual and Religion*, Andrew Lang postulava que o método comparativo “não despreza a mais atrasada ou degrada tribo, tampouco negligencia os mais civilizados, e frequentemente encontra nos Australianos ou nos Nootkas os germes das ideias e instituições

---

<sup>84</sup> MAMDANI, Mahmood. *Define and rule: native as political identity*. Harvard: Harvard University Press, 2012, p.6.

<sup>85</sup> HAGGARD, op. cit, 1895, p.xi.

que os Gregos ou Romanos aperfeiçoaram”<sup>86</sup>. Para Haggard, a cultura Zulu tornava-se um remanescente contemporâneo de uma fase mais primitiva ou bárbara da evolução humana, comparável ao primitivismo ancestral dos europeus. Na ótica do letrado, a valorização do estudo literário de uma “raça primitiva” potencializava um senso de autocompreensão das próprias origens culturais da raça anglo-saxônica<sup>87</sup>, algo que Haggard explicitara em 1887 durante uma conferência sobre a cultura Zulu realizada em Edinburgh, pois, afirmava que “do barbarismo nós viemos, e talvez ao barbarismo podemos retornar; diante dessa possibilidade, talvez não seja desnecessário considerar, com um instância típica, o estado das cousas que geraram a nossa e muitas outras civilizações”<sup>88</sup>.

A circularidade entre saberes etnográficos e literários ainda ficava evidente, como mencionado alhures, na defesa de Lang pelo “Rei Romance” em seu ensaio *Realism and Romance*, muito possivelmente publicado no período em que Haggard finalizava seu *Allan Quatermain*. Para Lang, as novelas realistas e os romances de aventura pertenciam a dois estágios diferentes da evolução humana: enquanto as primeiras apelavam a indivíduos plenamente civilizados, embora emascarados – “carecas, sem dentes, altamente aculturados e viciados em contos de análise introspectiva” – os romances evocavam o que havia de mais primitivo e bárbaro no indivíduo moderno: “o homem natural que habita em mim, a sobrevivência de algum Bretão de rosto pintado em azul ou algum cigano” o qual prefere “rachar cabeças com Umslopogaas ou Sir Lancelot sob a luz do sol” do que “entristecer-se com a palidez de Dostoiévski”<sup>89</sup>. Em *Nada the Lily*, Haggard idealiza Umslopogaas como um africano dotado de características e comportamentos inspirados na cultura da Europa medieval, pois, em sua visão de mundo, muito informada pela antropologia de Tylor e Lang, “os Zulus, devidamente ressignificados em uma forma narrativa apropriada – o romance – poderiam fornecer um ponto de acesso imaginário ao passado europeu”<sup>90</sup>, um lugar estático na evolução cultural a partir da qual a civilidade anglo-saxônica poderia ser comensurada.

Este elemento comparativo, tributário às marcas da antropologia evolucionista na ficção haggardiana, fornece motes para problematizar não apenas o que o letrado compreendia como as origens culturais dos anglo-saxônicos, mas também como um ponto de cotejo da masculinidade, por meio do qual ideários de racialidade e gênero em contextos coloniais se

<sup>86</sup> LANG, Andrew. *Myth, Ritual and Religion*. London: Longmans, Green & Co., 1887, p.30.

<sup>87</sup> LEWIS, Spalding. Romancing the Zulu: H. Rider Haggard, *Nada the Lily* and Salvage Ethnography. *English in Africa*, v.39, n.2, 2012.

<sup>88</sup> HAGGARD, Lilius Rider. *The Cloak that I Left: A Biography of the Author Henry Rider Haggard*. Londres: Hodder and Stoughton, 1951, p.53.

<sup>89</sup> LANG, Andrew. Realism and Romance. *Contemporary Review*, novembro de 1887, pp.685-689.

<sup>90</sup> LEWIS, op. cit., p.11.

entrecruzam. O elogio ao combate, a valorização da agressividade viril, eram demarcados por Haggard desde o início do romance, no qual o letrado descreve a *mfecane* enquanto um fenômeno zulucêntrico, enfatizando a periculosidade bélica representada pelos Zulus. Ao mesmo tempo, elege os Zulus enquanto símbolos de beleza e força masculina, afinal, ao relatar sua juventude, Mopo assegura ao leitor que “a batalha! A batalha! Naqueles dias nós sabíamos como lutar (...)! Naqueles dias, os abutres seguiam nossos *impis* aos milhares, as hienas infiltravam-se aos montes e nosso caminho, e nenhuma saía de estômago vazio”. O romancista mobiliza um rigoroso código de honra baseado na dedicação plena à batalha e no compromisso em matar ou morrer se necessário, pois, como afirmava Mopo, “a morte era os braços da Vitória. A Vitória seria a sua noiva naquela noite e oh! Seu peito é belo!”<sup>91</sup>. Apesar da grandiosidade militar associada por Haggard aos exércitos Zulus, não havia, em *Nada the Lily*, certo senso de ameaça colonial, tal qual vislumbrado em outros dos seus romances. No momento em que Haggard redigiu a trama, o risco representado pelos Zulus parecia ter sido deixado para trás. O distanciamento temporal permitiria a Haggard, naquele período, tratar da nação Zulu enquanto um império em declínio, e garantir aos seus leitores que “a organização militar dos Zulus, talvez a mais maravilhosa que o mundo já viu, é algo do passado; ela pereceu em Ulundi”<sup>92</sup>. Contudo, pela representação literária sobre um grupo étnico-racial que, aos olhos de Haggard, encontrava-se politicamente desarticulado, o letrado daria vazão às suas próprias ansiedades concernentes a questões de masculinidade e racialidade.

A trama de *Nada the Lily* apresentava algumas preocupações de caráter político referentes à soberania e às formas de lideranças entre Zulus. Como afirmou Carolyn Hamilton, Haggard, assim como seu mentor e dedicatário Theophilus Shepstone, compreendia que as formas de organização social e política dos Zulus poderiam ser apropriadamente escrutinizadas para bem servir ao domínio colonial. Shaka, por exemplo, era apresentado ao mesmo tempo como um indivíduo cruel, capaz de eliminar friamente seus familiares ou opositores políticos, porém competente com seus súditos. Redigido em um período no qual oscilavam imagens contraditórias acerca das elites políticas Zulus, e que alternavam entre a selvageria e a nobreza de caráter, Haggard reconhece a potência política de Shaka nos termos shepstonianos. Ao mesmo tempo, justifica o assassinato de Shaka devido ao genocídio atribuído à *mfecane*, de modo que “os ecos de argumentos imperiais, no romance, para legitimar a intervenção no reino Zulu nas vésperas da Guerra Anglo-Zulu, são

---

<sup>91</sup> HAGGARD, op. cit., 1895, p.33-34.

<sup>92</sup> Ibidem, p.xi.

inconfundíveis”<sup>93</sup>. As visões paradoxais sobre Shaka e os Zulus em *Nada the Lily* reverberavam muitas das ideias de Shepstone, que, entre as décadas de 1850 e 1860, havia se inspirado na figura de Shaka para elaborar sua política de tratamento aos nativos em Natal, apenas para rejeitá-la no período imediatamente anterior à guerra de 1879.

Ao estabelecer seu sistema de reservas nativas na região da Colônia de Natal, Shepstone ancorou-se em concepções pré-existentes de governo e política africana, com a intenção de criar, por meio de uma imagem positivada de Shaka, um modelo efetivo para administração dos nativos e domínio colonial. Esta imaginação histórica em torno do monarca Zulu distinguia-se, por exemplo, dos escritos de viajantes e colonizadores que, entre as décadas de 1830 e 1840, enfatizaram-no enquanto um personagem tirânico e sanguinolento, sintomático do primitivismo associado aos grupos étnicos locais<sup>94</sup>. A questão fica demarcada nos relatos da coroação de Cetshwayo, elaborados por Haggard no início da década de 1880: na cerimônia, Shepstone encarnava simbolicamente a figura de Shaka, transferindo os encargos régios para o novo monarca. O episódio evidenciava as formas pelas quais a reelaboração da imagem do personagem histórico ocorria não apenas em textos históricos e ficcionais, narrativas orais ou escritas, mas pela sua inserção na ritualística das práticas políticas promovidas pela administração colonial. Ademais, era sugestivo das vias pelas quais Shepstone, ao tentar cercear os costumes nativos por meio da educação formal e do missionarismo, era informado, embora também restringido, pelo que compreendia como “a lógica cultural da sociedade em questão”<sup>95</sup>.

Na ficção haggardiana, a bravura dos Zulus era ilustrada pela personalidade e pelas ações de Umslopogaas, o qual teria herdado de seu pai, Shaka, atributos de nobreza e superioridade viril. Desde o início da trama, Haggard garante aos seus leitores que Umslopogaas “que era um grande rapaz à beira da vida adulta, de temperamento feroz, bem grande e crescido para sua idade”<sup>96</sup>. Seus feitos hercúleos transpareciam na juventude, em especial no episódio em que Umslopogaas e Nada, perdidos em meio às florestas, depararam-se com uma feiticeira enlouquecida que tenta assassinar a jovem; em um ato de bravura e auto-defesa, Umslopogaas salva a jovem, matando sua algoz. E, em outra situação, quando o jovem Zulu captura um filhote de leão para Nada, atitude que resulta em um ataque da manada leonina e no desaparecimento do mancebo africano. Ferido pela leoa, Umslopogaas foi eventualmente salvo por Galazi, o homem lobo, “um rapaz alto e forte, com uma

---

<sup>93</sup> HAMILTON, op. cit., 1998, p.120.

<sup>94</sup> RICHNER, op. cit., p.46-52.

<sup>95</sup> HAMILTON, op. cit., 1998, p.64.

<sup>96</sup> HAGGARD, op. cit., 1895, p.66.

expressão séria, e uma capa feita de pele de lobo, preta e cinza, recaindo sobre seus ombros de modo que a mandíbula e os dentes do lobo reclinassem sobre sua face”<sup>97</sup>.

A leoa – um símbolo de força feminina associada à maternidade – foi finalmente derrotada pelo esforço conjunto dos dois heróis negros, cuja representação reforçava um forte simbolismo homossocial em contextos pré-coloniais, bem como uma valorização da nobreza associada à masculinidade. Afinal, assim como Umslopogaas, Galazi descrevia-se como um descendente da elite Zulu, e herdeiro por direito dos Halazaki, na Suazilândia, após seu pai derrotar o antigo chefe. Clavas, *assegaïs* e peles de lobo: a construção da virilidade de Galazi e Umslopogaas evidenciava novamente as marcas da antropologia comparativa de Andrew Lang, na medida em que os termos utilizados por Haggard para descrevê-los evocavam imagens da antiguidade clássica, sobretudo de Hércules em peles de leão, ou ainda dos gêmeos Rômulo e Remo, salvos da morte certa por uma loba. Por meio desses personagens africanos, Haggard buscava encontrar as bases fundacionais de sua própria virilidade (europeia ou anglo-saxônica), remetendo-a a personagens que, devidamente fixos na escala evolucionária, poderiam servir de cotejo e comparação etnográfica. *Quid pro quo*.

Depois de resgatar Umslopogaas, Galazi relata ao nativo as circunstâncias que o tornaram em líder de uma matilha de lobos: após matar o macho-alfa da matilha, e revestir seus ombros com as peles do animal, o guerreiro tornou-se “o rei dos lobos-fantasmas, e então eu caminhei, e todos eles me seguiram”. Perseguido pelos nativos de um vilarejo por suas proezas aparentemente sobrenaturais, Galazi esconde-se nas florestas onde, aos uivos, convoca a presença de centenas de lobos fantasmagóricos em sua defesa, pois, segundo o personagem, “tornei-me um homem-lobo. Pois com os lobos eu cacei e pilhei, e eles me conhecem, e cumprem minhas ordens”<sup>98</sup>. Posteriormente, Galazi e Umslopogaas são confrontados por um batalhão enviado por Shaka para matar o jovem nativo. Armados com machados e *assegaïs*, e acompanhados pela matilha, os heróis africanos lançam-se ao combate, e impiedosamente derrotam seus oponentes Zulus. Haggard assegura aos seus leitores que:

Então, a irmandade dos lobos trouxe morte ao *impi* de Chaka, e esta foi apenas a primeira de muitas mortes que eles provocaram com a ajuda dos lobos. Para sempre, eles caçaram pela terra à noite, e ao cair sobre os que detestavam, devoraram-nos, até que seu nome e o nome dos lobos-fantasmas tornaram-se terríveis aos ouvidos dos homens.<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> Ibidem, p.91.

<sup>98</sup> Ibidem, pp.111-114.

<sup>99</sup> Ibidem, p.125.



O episódio coligia fantasias de uma masculinidade primitiva e atávica, embora estável, embasada na crença de características primevas que supostamente persistiriam na constituição étnica de certos grupos africanos. Não havia, contudo, nenhuma tentativa de vilanização por parte do romancista: a ferocidade de Umslopogaas era retratada como um elemento formador de sua própria masculinidade, na medida em que após “tornar-se o rei dos lobos”, o africano constituiu-se em um “homem adulto, um homem bravo e alto e astuto; um matador de homens, de valor e velocidade incomparáveis”<sup>100</sup>. Este imaginário do barbarismo em associação a figuras de virilidade tornava-se um *leitmotiv* em parte expressiva da ficção aventuresca entre as décadas de 1880 e 1890, momento em que, para muitos letrados e intelectuais ansiosos com as máculas da degenerescência racial, os homens na metrópole tornavam-se cada vez mais fracos e emasculados. É o que afirmava, por exemplo, o jornalista Robert Buchanan em seus ensaios *The Fleshly School of Poetry* (1871) e *The Voice of the Hooligan* (1899): de um lado, o diagnóstico em torno da emasculação, do sensualismo e da degenerescência em torno dos poetas pré-raphaelitas; de outro, o radicalismo político dos *hooligans*, o degenerado moderno, sintomático de um ultranacionalismo belicoso e expansionista, da brutalidade e do declínio intelectual da nação inglesa, o qual, na sua visão, era personificado pela produção literária de Rudyard Kipling<sup>101</sup>.

Na imaginação literária da época, o caráter primitivo e sanguinolento dos Zulus era um problema menor, se comparado com o espectro do enfraquecimento viril nos centros urbanos; relatos de mundos perdidos ou narrativas ambientadas no coração da África mapeavam um roteiro em direção ao passado remoto, onde qualidades perdidas da masculinidade poderiam ser redescobertas em contextos homosociais<sup>102</sup>. Apropriar-se de características previamente associadas às chamadas “raças primitivas” ou “raças inferiores” implicava em uma fantasia revitalizadora da masculinidade, ao concatenar qualidades como a agressividade, a força física e o destemor. Romances como *Nada the Lily*, ao mobilizar um elenco de personagens africanos, forneciam aos seus leitores uma cartilha de características inspiradoras a serem encontradas em nativos, e que, se devidamente assimiladas, garantiriam o sucesso da empreitada colonial. Simultaneamente, tais narrativas inscreviam-se nas dinâmicas de poder estruturantes das práticas políticas coloniais, na medida em que visavam informar seu público leitor na metrópole a respeito dos sujeitos a serem colonizados – algo que Haggard faz

---

<sup>100</sup> Ibidem, pp.125-126.

<sup>101</sup> ARATA, Stephen. *Fictions of Loss in the Victorian fin-de-siècle: Identity and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp.12-15.

<sup>102</sup> DEANE, Bradley. *Masculinity and the New Imperialism: Rewriting Manhood in British Popular Literature, 1870-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p.159.

reconhecendo as possibilidades de agência africana, ao mesmo tempo em que visa restringi-las com base em sua crença na dimensão valorativa do paternalismo em contextos coloniais.

A relação entre Galazi e Umslopogaas também ilustrava outro aspecto recorrente nos romances aventurecos e constitutivo da virilidade: a camaradagem, a amizade masculina, os laços de homossociabilidade. Como se sabe, tanto a experiência colonial de Haggard, quanto as suas vicissitudes na metrópole, eram permeadas por menções recorrentes aos laços de sociabilidade com funcionários da administração colonial, ao exemplo de Theophilus Shepstone e Arthur Cochrane, ou as longas amizades literárias com Rudyard Kipling e Andrew Lang. Estas relações integravam um contexto mais amplo em que, diante das crises de virilidade ao *fin-de-siècle* e a emergência do movimento feminista, diversos letrados experienciavam a “exaltação da energia corporal e da pura inteligência abstrata”<sup>103</sup> por meio da amizade entre homens, que se desdobra ainda por uma valorização da função guerreira e da camaradagem militar. Na literatura do período, estas experiências de amizade reverberavam em relações homossociais, que simultaneamente excluía a participação ativa de mulheres, ao mesmo tempo em que dependiam delas para evitar os riscos da homossexualidade. Haggard traduz estas vivências, tão caras a muitos homens das classes médias nas metrópoles, em um contexto sul-africano: Umslopogaas, pouco após conhecer Galazi, era descrito como um indivíduo que possuía apenas o desejo de vitórias militares em sua mente, “pois nenhuma mulher havia entrado lá, e quando ela entra, erradica todos os outros desejos – sim, meu pai, até mesmo aquele pelas boas armas”<sup>104</sup>.

A camaradagem entre Umslopogaas e Galazi, cingida pelo amor ao combate e pela bravura, era descrita em termos fraternos, pois “como árvores gêmeas, os dois irmãos de sangue cresceram lado a lado até que suas raízes se entrelaçassem”<sup>105</sup>. Ambos tornam-se soberanos da matilha, uma versão colonial do absolutismo político e da soberania que se iguala à ausência de poder material. Por meio da alcatéia, Haggard esforça-se para rearticular os poderes políticos dos Zulus, transferindo-o de seus governantes (Shaka, Dingane, e Cetshwayo) para Umslopogaas e Galazi, de modo que “nestes personagens ficcionais e desterritorializados, a *Zuluness* pode ser reconstruída como um apetrecho estético e um recurso de regeneração britânica”<sup>106</sup>. A amizade dos guerreiros distinguia-se das relações homoeróticas – as quais, acreditavam muitos intelectuais finisseculares, germinavam mais facilmente nas “zonas sotádicas” – graças a duas personagens femininas por quem

<sup>103</sup> BUFFAULT, op. cit., 1996, p.179.

<sup>104</sup> HAGGARD, op. cit., 1895, p.126.

<sup>105</sup> Ibidem, p.225.

<sup>106</sup> CHRISMAN, op. cit., 2000, p.117.

Umslopogaas apaixonou-se: Zinita, uma nativa Halakazi que o herói negro salva de um casamento malfadado após conquistar a liderança, e Nada, cuja beleza resultava da própria brancura (“sua pele era mais clara – mais parecida com a cor do puro cobre”<sup>107</sup>), em fuga de Shaka e de seu tirano sucessor, Dingane, que almeja incluí-la no seu harém de esposas.

Em linhas gerais, as personagens femininas do romance possuem pouco espaço de ação, e são delegadas a papéis de passividade ou de vítimas, já que praticamente todas as mulheres em *Nada the Lily* morrem de uma forma ou de outra. Baleka, a irmã do narrador e esposa de Shaka, é executada a mando do monarca Zulu; a rainha Unandi, é vítima de matricídio; a mãe de Mopo perece logo no início da trama, devido a um ferimento infeccionado na cabeça; Zinita é executada por Dingane, após conspirar contra Umslopogaas; as esposas de Mopo são todas mortas em um incêndio a mando de Shaka e, finalmente, Nada morre soterrada em uma caverna. A morte das mulheres no romance envolvia a complexidade política do reino Zulu, já que muitas são vítimas das tramas do poder de Shaka e Dingane. Somada à ênfase sobre a virilidade nativa, a marginalização e as mortes de mulheres evidenciam o que poderia ser visto como um esforço de “reinvenção do patriarcado” por parte de Haggard. Entre os Zulus, a unidade de sua sociedade era o *umizi* (lar), onde um único homem possuía autoridade sobre suas esposas e posses; cada esposa cultivava em seus próprios campos, vivendo com os filhos em uma casa. As mulheres faziam a maior parte do trabalho agrícola e doméstico, o que liberava os homens para integrar os exércitos, estabelecendo assim uma relação primordial entre o trabalho feminino e a força militar Zulu<sup>108</sup>. Lembremo-nos que *Nada the Lily* era um romance acerca das origens e da queda do Reino, de modo que a morte de mulheres indicava o desequilíbrio de forças constituintes da sociedade nativa. Como resultado, Haggard nega a força sexual e o potencial do trabalho feminino, ao enfatizar a capacidade viril de ação política e militar, tanto entre os desequilibrados e tirânicos reis Zulus quanto entre Galazi e Umslopogaas.

Por fim, as ilustrações que acompanhavam a edição serializada do romance também reforçavam a valorização da masculinidade em contextos homossociais, além de apontar aos vínculos entre discursos literários e antropológicos ou etnográficos. Ao lado de outros elementos da cultura visual, as revistas ilustradas e os folhetins contribuíam com a formação do arcabouço imaginativo de muitos dos seus leitores e leituras a respeito da ocupação geopolítica da África pelos europeus. Tome-se, como título de exemplo, a *Pearson's Magazine*, fundada em 1896 pelo “magnata das comunicações” Arthur Pearson: desde seus

---

<sup>107</sup> HAGGARD, op. cit., 1895, p.47.

<sup>108</sup> MCCLINTOCK, op. cit., pp.372-373.

primeiros volumes, a revista expressava vasto entusiasmo em fornecer informações a respeito das colônias britânicas e de seus habitantes. Os volumes publicados no primeiro biênio de existência da revista incluíam artigos sobre as jazidas diamantíferas na África do Sul, a mobilização de soldados nativos na Índia, as estratégias militares de manutenção das fronteiras europeias e a ação de capitães britânicos no Transvaal<sup>109</sup>. Amplamente ilustrado, o primeiro volume apresentava ao seu público leitor a saga do soldado anglo-irlandês William Beresford durante a Guerra Anglo-Zulu, com descrições sanguinolentas da ação militar de britânicos nos conflitos. O texto deu início à coluna *The bravest deed I ever saw* (O feito mais bravo que já vi)<sup>110</sup>, recorrente nos volumes seguintes, e que, por meio de relatos testemunhais e gravuras, apresentava episódios de companheirismo e coragem no embate colonial, valores associados à masculinidade dos soldados britânicos nos conflitos sul-africanos.

Com certa frequência, esses elementos visuais enfatizavam a natureza exótica ou inóspita da África Austral, de suas riquezas naturais e da necessidade de cercear e controlar a mão-de-obra africana sob pretextos civilizatórios. Ao mesmo tempo, reforçavam determinados estereótipos raciais em torno das populações negras africanas, representando-os tanto como rebeldes e perigosos, ou como exóticos e subservientes, destituídos de agência e ação própria. Em muitas situações, onde o sexismo fica evidente, a África era apresentada a partir de alegorias femininas, de mulheres passivas, usualmente negras, a serem conquistadas pelas investidas varonis de europeus<sup>111</sup>. Noutras, a ação colonial era encarnada pela ganância viril ou pelo heroísmo masculino, tal qual na famosa gravura de Cecil Rhodes publicada na *Punch* em 1892, o Colosso de Rhodes, *pith helmet* e linhas de telégrafo em mãos, um pé na Cidade do Cabo e outro no Cairo, ambicionando o controle sobre todo o território africano. Essas figurações textuais e imagéticas retratavam os territórios coloniais como espaços de risco ou de infundáveis oportunidades políticas e econômicas.

Durante a serialização no *Illustrated London News*, entre janeiro e maio de 1892, *Nada the Lily* foi ilustrada por Richard Caton Woodville Jr., artista educado na academia de Düsseldorf e que, ao longo de sua carreira, especializou-se em pinturas de episódios da história militar, tornando-se, portanto, um dos principais expoentes do heroísmo militar de seu tempo<sup>112</sup>. As gravuras de Woodville, ao seguir códigos pictóricos presentes nas pinturas de

<sup>109</sup> CLARKE, Clare. *Late Victorian Crime Fiction in the Shadows of Sherlock*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

<sup>110</sup> FORBES, Archibald. The bravest deed I ever saw. *Pearson's Magazine*, v. 1, n.1, 1896, pp.14-18.

<sup>111</sup> Ver, por exemplo: CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Caricaturas da África: a Partilha da África pela imprensa ilustrada de Lisboa. *Revista Outros Tempos*, v. 13, n.22, pp. 192-207, 2016.

<sup>112</sup> É importante destacar que, ao ser publicada em tomo único em maio de 1892, os editores de Haggard substituíram as ilustrações de Woodville por gravuras de Charles Kerr, colaborador frequente do romancista.

tema militar pós-1870<sup>113</sup>, enfatizam cenas de batalhas e de bravura masculina para destacar o indivíduo do tecido da coletividade, ao exemplo da ilustração que acompanha o capítulo no qual Umslopogaas se torna o líder do “povo do machado” (Figura 7). A imagem, que ocupa quase que integralmente a página de abertura do capítulo, retrata Umslopogaas, em primeiro plano, avançando sobre seus inimigos, enquanto que, ao fundo, o guerreiro Galazi se destaca pelo machado erguido. As imagens de Woodville prezam pela riqueza de detalhes e, sobretudo por meio da utilização de jogos de luzes e sombras, realçam o caráter épico em torno das sagas de Umslopogaas e Galazi (Figura 8).

No caso dos heróis Zulus do romance de Haggard, as gravuras de Woodville reforçavam os contextos homosociais e as fantasias de uma masculinidade primitiva e atávica. Contudo, as cenas de batalhas assemelham-se a *tableaux* cuidadosamente planejados e muitas das poses adotadas por Umslopogaas evidenciam algo estatuesco. Essas representações visuais estavam alinhavadas ao modo como alguns vitorianos passaram a entender os Zulus após a guerra de 1879: como o tipo “mais elevado” dentre as “raças selvagens”, movido por noções de obediência à autoridade militar, honra viril e disciplina física. Simultaneamente, o destaque atribuído por Woodville à indumentária Zulu, em especial pelos escudos e os *headrings* (adereços nas cabeças dos guerreiros mais notáveis), sugere o modo como as imagens eram igualmente tributárias a uma tradição antropológica, que pelo menos desde as décadas de 1830 e 1840 apresentava os Zulus enquanto curiosidades etnográficas. A gestualidade adotada por Shaka ao liderar seus guerreiros (Figura 9) por exemplo, parece ter sido inspirada numa litografia do naturalista George French Angas, publicada em seu *The Kafirs Illustrated* (1849), o qual, por sua vez, retratou os nativos sul-africanos em poses baseadas na estatuária Greco-Romana, neste caso, do Apolo Belvedere. Assim, Woodville, possivelmente intermediado por Angas, retoma uma “fórmula das emoções”<sup>114</sup> oriunda da cultura clássica Greco-romana, mas inverte seu significado: enquanto Angas preza pela passividade do africano, o ilustrador de Haggard, na contraposição de Shaka a seus soldados, enfatiza a liderança, a obediência e a ação militar.

---

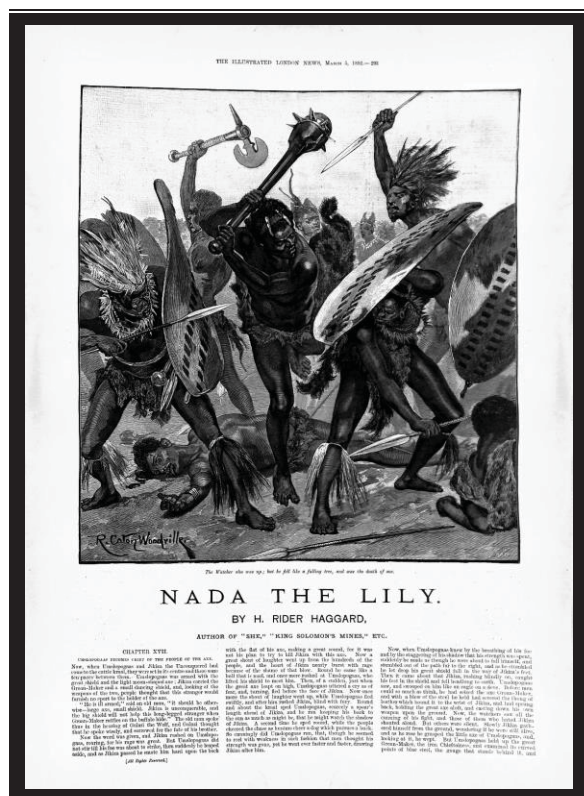
Contudo, enquanto Woodville enfatiza as cenas de confrontos e batalhas, as imagens produzidas por Charles Kerr referenciam as cenas “domésticas” do romance, especialmente o romance entre Umslopogaas e Nada.

<sup>113</sup> USHERWOOD, Paul. Officer material: representations of leadership in late nineteenth-century British battle painting. In: MACKENZIE, John M. *Popular Imperialism and the Military* (1850-1950). Manchester: Manchester University Press, 1992, pp.162-164.

<sup>114</sup> WARBURG, Aby. *The Renewal of Pagan Antiquity*. Los Angeles: Getty, 1999; GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp.7-12.



Figura 7: Umslopogaas e Galazi



(Fonte: HAGGARD, H. Rider. Nada the Lily. *The Illustrated London News*, 5 de março de 1892, p. 293)

Figura 8: O guerreiro Umslopogaas em batalha



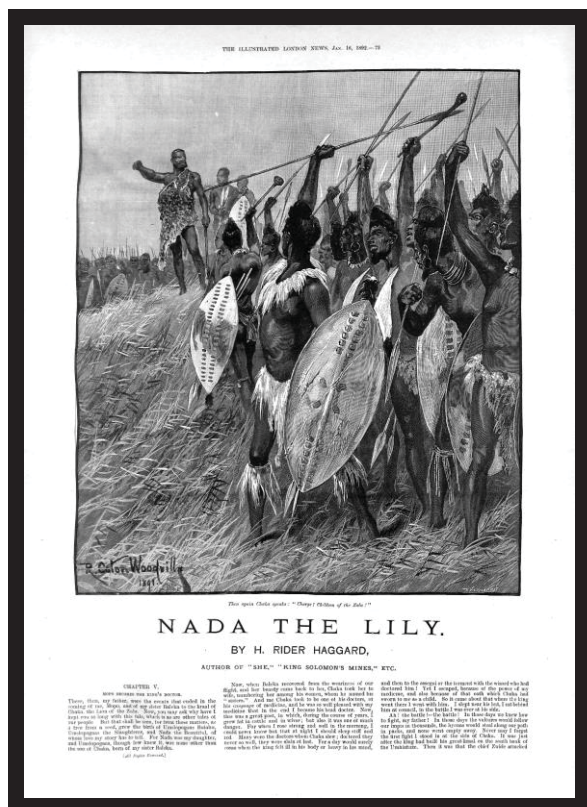
(Fonte: HAGGARD, H. Rider. Nada the Lily. *The Illustrated London News*, 27 de fevereiro de 1892, p. 265)

As ilustrações de Woodville para o romance de Haggard destacam ideais de força masculina em um cenário no qual parece prevalecer a premissa evolucionista da “sobrevivência do mais forte”. As imagens não se enquadram, necessariamente, no *leitmotiv* visual gerado a partir da guerra Anglo-Zulu, e que contrapunha a branquitude de oficiais britânicos, uniformizados e disciplinados, à nudez e às feições animais das Zulus; ainda assim, é preciso lembrar, Umslopogaas representa um tipo específico de africano – um “bom selvagem”, aquele que, na velhice (tal qual representado em *Allan Quatermain*) alia-se aos aventureiros europeus e que, em sua juventude retratada no romance, lutava contra os Zulus sob o domínio de Shaka e de Dingane. Hipermasculinizados, agressivos e bravos, destemidos e dispostos a matar ou morrer, os heróis Zulus retratados em *Nada the Lily*, na intersecção entre textos e imagens, reverberavam ansiedades comuns entre muitos homens das classes



médias ao final do século XIX: a busca por uma masculinidade revitalizada em contextos coloniais, no contato com as “raças primitivas”.

Figura 9: Shaka, o rei dos Zulus



(Fonte: HAGGARD, H. Rider. *Nada the Lily*. *The Illustrated London News*, 16 de janeiro de 1892, p. 75)

Figura 10: Utimuni, sobrinho de Shaka, por George French Angas



(Fonte: ANGAS, George French. *The Kafirs Illustrated...* Londres: Hogarth, 1849, p.13).

Sumariamente, assim como seus outros romances, *Nada the Lily* era uma narrativa a respeito da potência política da virilidade. Galazi e Umslopogaas, tal qual Haggard e muitos de seus personagens brancos, eram indivíduos que, a despeito de suas origens entre as elites nativas, tornaram-se expatriados e desterrados, abandonados à própria sorte e perseguidos enquanto párias sociais. Contudo, por meio de atributos masculinos como força física, bravura e coragem, galgavam ao posto de heróis, e tornavam-se monarcas, de modo efetivo (Galazi e Umslopogaas tornam-se reis dos Halakazi) ou simbólico (por exemplo, liderando uma alcatéia sobrenatural). *Nada the Lily* também fornecia uma interpretação literária da ascensão e queda do Reino Zulu, atribuindo seu destino político e militar aos excessos das suas lideranças, representadas na trama como tirânicas e opressoras, ainda que eficazes em manter a

organicidade social da Zululândia. Desta forma, o letrado diminui o peso do colonialismo britânico na desestabilização do Reino Zulu, atribuindo sua derrocada a elementos internos. Finalmente, no romance, Haggard e seus ilustradores forneciam representações enobrecidas de uma virilidade primitiva e agressiva, da camaradagem e da amizade masculina em contextos coloniais, de africanos destemidos e corajosos, os quais, apesar dos estigmas que recaíam sobre as “raças inferiores”, poderiam servir de paradigma para muitos de seus leitores na metrópole em tempos de crise de masculinidade, e ao mesmo tempo, graças às marcas da antropologia comparativa, confirmar sua própria virilidade.

## 7. NA TERRA DOS LÍRIOS AZUIS: DOMESTICIDADE, COLONIALISMO E ANSIEDADES RACIAIS

Em seus romances e contos, H. Rider Haggard escreveu e reescreveu a história social e política da África do Sul no longo século XIX, com ênfase em episódios históricos e personagens que considerava como representativos da construção da sociedade sul-africana. O capítulo precedente atentou-se aos personagens masculinos para problematizar a constituição do heroísmo colonial e de uma virilidade militante, associados por Haggard à vigência da hegemonia política e cultural britânica no terreno do colonialismo, bem como integrada à ideologia paternalista, que reforçava a crença no aspecto justo e benevolente da presença colonial no subcontinente sul-africano. Personagens como John Neil, Ralph Kenzie e Allan Quatermain transformavam-se na escrita de Haggard em símbolos de identificação coletiva, pois projetavam a ação de homens comuns alçados ao pedestal de heróis, por atuarem de modo favorável à perpetuação da autoridade colonial nas regiões retratadas nos romances. Neste mesmo ângulo de observação, personagens africanos como Umslopogaas atuavam, sobretudo a partir de elementos oriundos da antropologia comparativa, como uma forma de legitimar a virilidade a serviço dos interesses britânicos. Sentimentos como a bravura, lealdade e coragem, força física, individualismo e determinação eram atribuídos a estes personagens, e retratavam características que, na perspectiva do letrado, eram necessárias para a sobrevivência nas colônias. Por meio destes personagens, Haggard também tecia comentários às transformações políticas no período, sobretudo as oscilações entre os modelos de colonialismo advogados pelas administrações conservadora e liberal, o expansionismo territorial bôer, as resistências africanas e os conflitos interétnicos decorrentes.

Contudo, o mundo social retratado por Haggard em seus romances não era exclusivamente habitado por homens brancos. Um olhar minucioso sobre sua produção literária evidencia que suas tramas ambientadas nos territórios sul-africanos do século XIX eram povoadas por homens e mulheres, brancos, negros e mestiços, os quais não eram, necessariamente, descritos como formas de alteridade. Mas, sim, como elementos integrantes da constituição étnica e social da África do Sul, mesmo que retratados como extensões das vontades de homens britânicos ou estigmatizados a partir de argumentos raciais; mesmo que descritos, a partir de uma lógica paternalista, como membros de uma sociedade verticalizada, na qual os interesses, as resistências e as solidariedades entre os sujeitos coloniais, vistos como dependentes ou subalternos na lógica de Haggard, são encobertos ou categorizados como sintomáticos de seu primitivismo e barbárie. Este capítulo pretende acompanhar as

inflexões e ambiguidades do colonialismo em Haggard a partir destes outros personagens. Na primeira parte, busca compreender as relações das práticas políticas com o discurso da domesticidade e da feminilidade vitoriana, bem como o modo como o letrado articulava uma defesa da ação feminina nas colônias como alternativa para as pretensões políticas do movimento sufragista entre as décadas de 1880 e 1890. Por extensão, enfatiza a caracterização da bondade enquanto virtude feminina e elemento estruturante do colonialismo, a partir de relações aparentemente mais horizontais entre mulheres brancas e negras – mas que, nas entrelinhas, reforça a crença na subserviência de africanos perante a autoridade europeia.

A segunda parte do capítulo dialoga com as ansiedades raciais de Haggard, especialmente no lugar da mestiçagem em seus romances e na sua idealização da construção da sociedade sul-africana ao *fin-de-siècle*. Em *Jess*, *Swallow* e *Marie*, os personagens categorizados como “*half-breeds*”, resultantes do contato sexual entre britânicos, bôeres e africanos, são adjetivados em termos negativos, representados na escrita literária como desequilibrados, violentos e politicamente irresponsáveis. Ademais, estes personagens mestiços eram associados pelo romancista a processos macropolíticos, especialmente as políticas bôeres e sua resistência diante do avanço da esfera de influência britânica na África do Sul. Ou, ainda, vistos como ameaças sexuais, na medida em que desejavam as heroínas britânicas ou bôeres, articulando o simbolismo do colonialismo e um discurso de violência sexual. A análise da mestiçagem nos escritos de Haggard possibilita finalmente mapear as marcas das ideias degeneracionistas e dos medos diante do declínio racial na ficção do final do século XIX, em especial na imaginação literária acerca das colônias.

## 7.1 – A ESCOLHA DE BESSIE: DOMESTICIDADE E FEMINILIDADE COLONIAL

Após o censo populacional de 1851 ter apresentado índice elevado de mulheres entre a população britânica, a imigração feminina para as colônias passou a ser vista como uma solução para este “problema metropolitano”, sobretudo o que se categorizou na época como “mulheres redundantes”, isto é, solteiras ou desempregadas<sup>1</sup>. Os proponentes destas políticas de imigração, tanto naquele período quanto nas décadas seguintes, argumentavam que o número “anormal” de mulheres britânicas solteiras era um “indicativo de um estado social em desarranjo”, sugestivo da sua incapacidade em observar as mulheres em papéis sociais que não fossem o de “mãe, esposa e dona de casa”. Simultaneamente, a ideia de um excesso

---

<sup>1</sup> DREHER, Nan. Redundancy and Emigration: The ‘Woman Question’ in Mid-Victorian Britain. *Victorian Periodicals Review*, v. 26, n.1, 1993, pp. 3-4.

feminino apontava para as ansiedades dos setores mais conservadores da sociedade vitoriana diante da possibilidade dessas mulheres ocuparem outras funções sociais e profissionais, tradicionalmente masculinas. Apesar desses alertas, e da formação de diversas associações imigratórias voltadas para mulheres, ao exemplo da *South African Colonization Society* (fundada em 1899), as levas migratórias que partiam para as colônias continuavam a ser predominantemente compostas por homens. De acordo com Melissa Free, a África do Sul vivenciou um acentuado desnível populacional na quantidade de homens e mulheres como resultado das descobertas das minas de diamantes e ouro nas décadas de 1860 e 1880, situação que se agravou posteriormente com a permanência de diversos soldados britânicos após a guerra sul-africana de 1899. Os temores da miscigenação entre homens britânicos e mulheres bôeres ou africanas tornavam a imigração feminina, dentro deste contexto, em uma questão de importância nacional<sup>2</sup>.

Embora Haggard tenha sido associado por seus contemporâneos ao romance masculino, à produção de tramas marcadamente homosociais e relacionadas a um esforço de revitalização da virilidade, muitas de suas obras literárias apresentam uma preocupação com a ação de mulheres em âmbito colonial. Tais preocupações eram derivadas não apenas dos desconfortos de Haggard com as “mulheres supérfluas” na metrópole, ou com seu excesso numérico, mas também com as rivalidades nos mundos do trabalho e nos debates acerca do sufrágio universal. Embora o movimento sufragista tenha sido atravancado pela *Reform Act* de 1884, o qual manteve a exclusão das mulheres no sufrágio, a emergência da chamada Nova Mulher naquele período garantiu a visibilidade a muitas das suas defesas, e que incluíam o acesso ao ensino superior, a inserção em carreiras profissionais, o direito ao voto e, em alguns casos, a emancipação doméstica e sexual. Frequentemente associada às mulheres letradas oriundas das classes médias e às transformações sociais e políticas do *fin-de-siècle*, a Nova Mulher, que esteve associada ao feminismo sufragista, foi objeto de discussão de incontável número de romances e textos jornalísticos, muitos dos quais dedicados a debater o desafio que apresentavam aos valores domésticos tradicionais, sobretudo a maternidade e o casamento enquanto destinos naturais femininos. Ao mesmo tempo, muitas destas narrativas criticavam os hábitos atribuídos às Novas Mulheres – se julgarmos pelas caricaturas da época, elas se entregavam ao excesso de leituras e incontáveis horas escrevendo, fumavam, bebiam, praticavam sexo fora do casamento, eram adeptas de exercícios físicos, aos esportes e

---

<sup>2</sup> FREE, Melissa. “It is I Who Have the Power”: Settling Women in Haggard’s South African Imaginary. *Genre: Forms of Discourse and Culture*, v.45, n.3, 2012, pp. 359-363.

datilografavam – enfim, horror dos horrores para muitos homens das classes médias e elites no final do século XIX!<sup>3</sup>

Médicos e cientistas, por sua vez, advertiam sobre as doenças decorrentes das ambições femininas, as quais incluíam comportamentos aberrantes e esterilidade. As Novas Mulheres eram associadas a uma série de distúrbios nervosos e a outras patologias: a anorexia, a neurastenia e a histeria. Os intelectuais que se detinham em torno das diferenças entre o organismo masculino e feminino interpretavam as mulheres como componentes de espécies inteiramente distintas, submetidas a um alto risco de degenerar-se em uma espécie de hibridismo psicosexual ao visarem atravessar os limites adequados ao seu sexo<sup>4</sup>. Assim, a obsessão destas mulheres com o desenvolvimento do cérebro, manifesta pelas aspirações à inserção em carreiras e vínculos formais nas instituições de ensino superior, acarretaria em desastrosas consequências para a sobrevivência da raça anglo-saxônica, pois, acreditavam, resultariam em um definhamento de seu útero. Isto ficou evidente no discurso do médico William Withers Moore para a Associação Médica Britânica, em 1886, o qual advertiu que as mulheres emancipadas seriam “de certa forma assexuadas. E a espécie humana terá perdido aqueles que teriam sido seus filhos”. Moore afirmou que o esforço intelectual das mulheres contra “o peso e a força superior do cérebro do homem” causaria um esgotamento de sua “força e energia vital”, tornando-as “inadequadas para maternidade”<sup>5</sup>.

Romancistas como a sul-africana Olive Schreiner, a norte-americana Mary Heaton Vorse e as anglo-irlandesas Sarah Grand e Ella D’Arcy eram consideradas Novas Mulheres, pois utilizavam sua escrita para denunciar as limitações das figurações tradicionais com respeito às relações de gênero e as falhas do matrimônio enquanto instituição social. Esta atenção literária convergia com a constituição de movimentos favoráveis aos direitos civis das mulheres, à sua emancipação sexual, autonomia profissional e o acesso ao voto, os quais eram de caráter “basculante, ligado sem dúvida à modernidade e às suas exigências intrínsecas de mudanças”<sup>6</sup>. Esse movimento, embora celebrado por muitos, também foi abominado, sobretudo por literatos que percebiam nas Novas Mulheres as expressões do declínio político e da masculinização de mulheres. Na perspectiva dos setores mais conservadores da sociedade *fin-de-siècle*, sob uma ótica misógina e racista/racialista, os movimentos favoráveis aos direitos das mulheres eram interpretados como evidências da degenerescência no corpo

---

<sup>3</sup> Ibidem, p.364.

<sup>4</sup> STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.75.

<sup>5</sup> MOORE, William. The higher education of women. *British Medical Journal*, 14 Agosto de 1886, pp.298-299.

<sup>6</sup> PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. Vol.4: O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 499.



feminino, pois sugeriam a proeminência de mulheres masculinizadas ou combatentes selvagens<sup>7</sup>. A agressividade masculina no campo de batalha, na indústria ou na política, por outro lado, eram expressões da crença oitocentista na via do progresso, ao mesmo tempo em que o caminho para a decadência seria pavimentado pelas forças (ou pelas fraquezas) femininas.

Haggard certamente não permaneceu alheio a estes debates que incendiavam o campo da intelectualidade e da literatura ao *fin-de-siècle*, e pelo menos desde a publicação de *Cetywayo and his white neighbours*, verbalizou seus posicionamentos acerca dos entrecruzamentos da política colonial e da “questão da mulher”. Afinal, ao tratar sobre os problemas relacionados à desestabilização do Reino Zulu e a deposição de Cetshwayo, o letrado criticava a ação de mulheres letradas, ao exemplo de Frances Colenso e Florence Dixie, as quais – na sua visão de mundo – eram movidas pelo excesso de sentimentos, apoiavam fidedignamente o rei africano destronado, e ignoravam a complexidade dos fatos políticos na Zululândia. Segundo Haggard, estas escritoras haviam sido seduzidas pelas aparências cavalheirescas de Cetshwayo, e “suas defensoras mulheres” tentavam convencer o público de modo semelhante à “defesa em um caso de assassinato” e acrescenta: “tendo demonstrado que as alianças assumidas por Cetywayo não valiam nada, elas continuam a demonstrar que, mesmo que tivessem validade, o assassinato a sangue frio, quando perpetrado por um diamante negro como Cetywayo, não corresponde a um grave crime”<sup>8</sup>.

Em uma resenha publicada na *The African Review* em 1894, *A Man's View of a Woman*, Haggard reforçava a perspectiva vitoriana acerca das mulheres enquanto “anjos do lar”, afirmando que “a mulher é sempre potencialmente a criatura nobre, e de fato, frequentemente é, não há dúvidas (...). Quando imaginamos perfeição em qualquer forma ou formato, geralmente a imaginamos enquanto feminina – pelo menos os homens o fazem”. Ao mesmo tempo, Haggard verbalizava algumas das suas preocupações concernentes às “queixas da competição e os números elevados [da população feminina]”, somados à inserção de mulheres na esfera pública e o caminho inevitável rumo ao sufrágio, a partir dos seguintes termos:

Quanto tempo mais estas miríades numerosas de mulheres, para as quais nunca foi permitido nenhum tipo de oportunidade, continuarão a sorrir e sofrer? (...) Quando ela finalmente ocupar as urnas, e enquanto um fator político ocupar o lugar que seu número lhe propiciará, e o que fazer então? Na imprensa, na literatura, na sociedade

<sup>7</sup> DIJKSTRA, Bram. *Idols of Perversity: fantasies of feminine evil in fin-de-siècle culture*. Nova York: Oxford University Press, 1986, pp. 212-213.

<sup>8</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, p. 11.

já aparecem focos de rebeldia; e embora, talvez felizmente, a nossa geração não viverá para testemunhar isso, todos os homens pensantes precisam refletir acerca do seu destino final e da sua direção<sup>9</sup>.

A intersecção entre a “questão da mulher”, como foi categorizada pelos intelectuais ao final do século XIX, e a “questão sul-africana” pode ser avaliada pelo lugar ocupado pelas mulheres e as representações de sua “agency” nos romances sul-africanos de Haggard, os quais articulam heroísmo e domesticidade, aventura e feminilidade. A questão envolve, primordialmente, algo semelhante a uma reinvenção da domesticidade em territórios coloniais, na medida em que determinados valores, sentimentos e ações associados às condutas femininas eram enfatizados para consolidar e manter as práticas políticas coloniais. Afinal, como afirma Deirdre David, as mulheres vitorianas em situação colonial descritas na literatura do período eram frequentemente vistas como “símbolos de sacrifício para civilizar o ‘nativo’”, ou ainda “emblemas de adequada administração colonial”, e mobilizadas enquanto tal na manutenção do Império Britânico. Este simbolismo em torno da feminilidade (branca) e das sendas do colonialismo poderia ser vislumbrado na figura da Britannia, a alegoria feminina utilizada pelo menos desde o final do século XVIII para representar a Inglaterra e as suas colônias, e que evocava a ideia de uma mãe-pátria governando com simultânea severidade e afeto as suas posses coloniais, seus súditos e nativos<sup>10</sup>.

As personagens de Haggard, em especial as irmãs Jess e Bessie Croft, fornecem exemplos das tensões causadas entre modelos tradicionais de feminilidade vitoriana e as aspirações à emancipação por parte das Novas Mulheres, e demonstram o modo como o letrado, contrapondo estas questões a um plano de fundo colonial, fornece alternativas de conduta e subjetividade. Redirecionando as energias femininas para a manutenção das colônias, Haggard projeta em seus romances exemplos de “liderança feminina colonial nas fronteiras sul-africanas”, a partir de personagens que, seja por suas proezas físicas ou por sua sensibilidade, tornam-se capazes de “proteger homens e mulheres, brancos ou nativos, domesticando, em essência, o espaço sul-africano por meio de atos de autoridade que são, não menos importantes por serem realizados por mulheres, modernos”. Ademais, e de modo distinto aos seus heróis masculinos, muito mais propícios a golpes de loucura, às tentações sexuais ou aos riscos da degenerescência, as mulheres retratadas por Haggard em seus romances sul-africanos não “regridem”, pois constituem um “novo espaço para a autoridade feminina nos seus esforços em domesticar a fronteira sul-africana, reinventando a

<sup>9</sup> HAGGARD, H. Rider. A Man's View of Woman. *The African Review*, 22 de setembro de 1894.

<sup>10</sup> DEIRDRE, David. *Rule Britannia: Women, Empire and Victorian Writing*. Ithaca: Cornell, 1995, pp.5-6.

feminilidade na medida em que reforçam o império”<sup>11</sup>. Suas personagens demonstram como o engajamento político ao colonialismo, por sua perfídia e flexibilidade, escoava em discursos sobre a feminilidade e a domesticidade ressignificadas no ultramar.

Como mencionado previamente, Elizabeth “Bessie” Croft era apresentada aos leitores de *Jess* nas primeiras páginas do romance, ao auxiliar John Neil no confronto contra um avestruz desgarrado. Haggard não hesita em descrever a personagem como bela e sensível, ainda que fisicamente capaz de confrontar um animal selvagem: “a face era muito bonita, embora parecesse tão pálida agora. Sobrancelhas baixas, coroadas com cabelo louro e macio, o queixo arredondado e branco, os lábios afáveis, embora espessos. Os olhos não poderiam ver, pois estavam fechados, já que a moça havia desmaiado”. Logo de início, o letrado retrata Bessie como uma mulher dotada de características e valores dos mundos socioculturais da metrópole e da colônia, afinal, ela se enquadrava em um perfil conservador de feminilidade doméstica e angelical, mas, ao mesmo tempo, era descrita como “uma filha da selva [*wilderness*], com um ar muito charmoso em torno dela”<sup>12</sup>. Para o romancista e seus personagens, Bessie era “um símbolo de tudo aquilo que é belo e gracioso neste mundo violento”, sempre “tão boa, tão feliz, e tão dócil; uma resposta aos males do mundo, um símbolo da felicidade do mundo, uma encarnação da beleza do mundo!”<sup>13</sup>. A personagem enquadrava-se em um ideal de moralidade desejado para muitas mulheres vitorianas, baseado no cultivo da sensibilidade, na dedicação exclusiva ao cuidado do lar, dos filhos e de seu marido, na moderação e no comedimento da sexualidade.

Sob muitos aspectos, a personalidade de Bessie era caracterizada como uma fonte constante e estável de afeto e ternura, de modo distinto à sua irmã Jess, marcada pela efusão de sentimentos incontroláveis e paixões incandescentes. Ainda assim, ao marcar a feminilidade de Bessie em terreno colonial, Haggard frequentemente aludia à sensibilidade romântica por meio de metáforas da natureza. Assim, “Bessie era como uma flor; o quanto mais ela se banhava em luz e calor do seu amor, mais a sua personalidade se desenvolvia e desabrochava, espalhando um doce perfume ao seu redor e revelando encantos inesperados”. Ao associá-la a metáforas vegetais, Haggard parecia reforçar um *leitmotiv* presente na cultura, nas artes visuais e na ciência do final do século XIX: a ideia de que o corpo feminino encontrava-se em um estado natural, primitivo, e portanto voltado apenas às funções reprodutoras. Seu “desabrochar” implicava em qualidades morais, e não necessariamente no

---

<sup>11</sup> FREE, op. cit., p. 365.

<sup>12</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p. 5-6.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 118.

aprimoramento intelectual. O letrado assegura aos seus leitores que, apesar de Bessie possuir “mais do que a média comum de inteligência, (...) ela não era uma mulher intelectual”, capaz de cativar um homem graças à sua “indubitável beleza”<sup>14</sup>. A feminilidade de Bessie estava, desta forma, submetida aos imperativos biológicos pautados na lógica da “seleção sexual” delineada pelo darwinismo na época: a ideia, apresentada por Darwin em *The Descent of Man* (1871), de que o processo de perpetuação das espécies era baseada em uma combinação da escolha das fêmeas por um companheiro, e a competição entre os animais machos, situação enredada por Haggard em *Jess* a partir dos conflitos entre John Neil e Frank Muller.

A mobilização de metáforas vegetais em *Jess* ainda atuava para reforçar a domesticidade associada a Bessie. Afinal, seu amor por Neil era descrito como os “prados agradáveis do companheirismo. A visão é limitada, de fato, mas é verdadeira e caseira – repleta de cousas familiares”. Por extensão, Bessie era frequentemente associada à segurança doméstica da fazenda Mooifontein, a qual apresentava, entre outros fatores, “numa grande varanda, uma treliça com videiras verdes e trepadeiras que florescia agradavelmente, e além desta o solo vermelho, margeado com laranjeiras espessas repletas de flores cheirosas e frutos verdes e dourados”<sup>15</sup>. Terras férteis, árvores repletas de frutos e “plantações prósperas de eucalipto e acácias negras”: termos que retomavam não apenas o motivo edênico em torno do Transvaal, visto por Haggard como um paraíso perdido após sua devolução aos bôeres, mas que também relembavam o aspecto fértil de Bessie, sua capacidade de gerar filhos saudáveis e, por ser uma inglesa de nascimento, sem os riscos da miscigenação étnico-racial. A imagem da prosperidade agrícola em uma fazenda transvaalense distinguia-se de outros cenários sul-africanos, ao exemplo do *veldt* habitado por animais selvagens e nativos ou das correntezas caudalosas e inexoráveis de rios, os quais sugeriam possibilidades nas quais os ânimos aventureiros poderiam ser postos à prova, em uma “paisagem exótica e paradisíaca atuando nos colonos como um agente moral, capaz de destruir os fracos e perversos, mas que purifica e nutre os bons e fortes na beleza e na opulência de seu seio”<sup>16</sup>.

A fazenda sul-africana transforma-se, na lógica de Haggard, em um microcosmo no qual a feminilidade doméstica pode ser revitalizada em tempos de efervescência de movimentos de mulheres, sobretudo entre as classes médias e as elites letradas, que demandavam maior independência e autonomia, dentro e fora dos lares. Ademais, as dinâmicas entre Bessie Croft, John Neil e Frank Muller, evidenciam as extensões dos

---

<sup>14</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>15</sup> Ibidem, pp. 20-30.

<sup>16</sup> HUTCHINGS, Geoffrey; CHRISTIE, Sarah; MACLENNAN, Don. *Perspectives on South African Fiction*. Johannesburg: Donker, 1980, p.184.

discursos naturalistas e evolucionistas na escrita do letrado, afinal, os conflitos entre os homens também sugerem uma disputa pela sobrevivência da raça. Por extensão, é preciso notar, Mooifontein também conta uma história dos combates pelo desenvolvimento econômico em terreno colonial: trata-se, afinal, de uma fazenda de avestruzes, os quais foram criados em propriedades rurais da Colônia do Cabo pelo menos desde o início do século XIX, mas cuja produção expandiu-se consideravelmente sob a influência de técnicas agrárias introduzidas pelos colonos britânicos, em especial no Transvaal. Os colonos britânicos incorporaram as primeiras incubadoras para reprodução de avestruzes, elementos que triplicaram os índices de exportação entre 1869 e 1874, atendendo, sobretudo, às demandas por penas de avestruzes na indústria têxtil europeia. Além disso, os agricultores britânicos introduziram hábitos de empreendedorismo associados a uma competitiva e dinâmica sociedade industrial vinculada aos mercados europeus<sup>17</sup>. A preservação da domesticidade, dentro da visão do romancista, também implicava na manutenção dos interesses econômicos coloniais de agricultores britânicos – tais como Silas e seu parceiro de negócios, John.

Dócil e casta, a personagem Bessie era construída a partir de ideais de feminilidade cultivados entre as classes médias na segunda metade do século XIX, e que enfatizavam de modo reiterado a associação direta entre a mulher e o espaço doméstico, o casamento e o cuidado dos filhos e do esposo. O amor era visto como o destino natural de Bessie, e a promessa do casamento com Niel apresentava-se como um sonho de realização e felicidade doméstica, em uma atualização da celebração romântica do amor, ancorada em enredos melodramáticos que contrapunham bravos heróis a heroínas pálidas e melancólicas. A caracterização ficava evidente em um episódio ocorrido durante a guerra sul-africana, no qual Bessie, informada por carta sobre a suposta morte de seu noivo, inclinava-se sobre a varanda da fazenda, “enquanto a luz do sol parecia visivelmente desaparecer do dia diante de seus olhos, e substituída por uma escuridão fria e infindável. Ele estava morto! Seu amante morrera! O brilho havia desaparecido de sua vida assim como desaparecera do raiar do dia, e ela estava desolada”<sup>18</sup>. O amor atuava como um elemento que reforçava sua feminilidade angelical, e a própria jovem reconhecia que “eu não passo de uma fazendeira ignorante, com pouca educação, com nada que me privilegie, e sem riquezas exceto minha aparência”<sup>19</sup>. Ainda assim, apesar do modelo conservador de feminilidade da personagem e do peso dos determinismos biológicos, Bessie detinha as rédeas do mundo das sensibilidades, tanto que,

---

<sup>17</sup> BURDETT, Carolyn. *Olive Schreiner and the Progress of Feminism: Evolution, Gender, Empire*. Basingstoke: Palgrave, 2001, p. 42.

<sup>18</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p. 240.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 108.

diante do pedido de casamento de John, a garota enfatizava ao noivo que “não quero que você se case comigo porque sou uma mulher bonita, como os Kaffirs que se casam com suas esposas. Se você casar comigo, quero que se case comigo porque se importa comigo, com meu verdadeiro eu, e não com meus olhos ou meu cabelo”<sup>20</sup>.

Se Haggard garante a Bessie espaço para ação e escolha, este se realiza no terreno das relações intersubjetivas, em especial, na recusa pelos pedidos incessantes de casamento por parte do vilão anglo-bôer Frank Muller. Estes episódios são marcados por articulações entre a feminilidade doméstica, a política colonial e as disputas entre bôeres e britânicos. Frank Muller, ao argumentar as razões pelas quais Bessie deveria aceitar seu pedido, afirma que “eu sou muito rico, Bessie; tenho um lugar aqui, e também tenho quatro fazendas em Lydenburg, e dez mil *morgen* em Waterberg, mil cabeças de gado, centenas de ovelhas e cavalos e dinheiro no banco”<sup>21</sup>. Sabe-se que as riquezas e propriedades de Frank Muller eram oriundas de uma herança deixada pelo seu recém-falecido pai, Jacob, e que, a julgar por diversos episódios no romance, eram mantidas pelo trabalho servil de africanos e pela exploração de *bijwoners*. Estes elementos parecem apontar a uma questão frequente nos relatos sobre o Transvaal bôer: a prevalência do que autores da época descreviam de forma anacrônica como “um tipo de propriedade feudal” na produção agrícola transvaalense. Nesses relatos acerca da condição agrária do Transvaal, os fazendeiros bôeres visavam controlar a mão-de-obra africana por meio de contratos que a submetiam à autoridade dos proprietários de terras brancos, sobretudo pela ação do *veldkornet*, uma autoridade representante dos *landlords* e responsável por intervir, violentamente se necessário, para garantir a obediência dos lavradores aos contratos arrendatários<sup>22</sup>. Mooifontein distinguia-se deste modelo econômico agrário, na medida em que, até mesmo pelo investimento de capital britânico representado por John Neil (um *self-made man*), representava um outro tipo de propriedade agrícola, voltada às sendas econômicas do imperialismo e à exportação para os mercados têxteis europeus.

Apaixonada por John, Bessie recusa os avanços de Muller: “‘estou muito grata a você, Sr. Muller’ respondeu Bessie, arrebatando a sua mão, ‘mas, em suma, eu não posso casar-me com você. Não, é inútil, eu não posso de fato’”. A recusa de Bessie assume uma dimensão política, na medida em que na lógica de Haggard as mulheres atuam como símbolos ou metáforas para as terras ou o território transvaalense, e por isso a rejeição de Muller também demarca uma recusa do domínio político-econômico da elite agrária bôer sobre o Transvaal.

---

<sup>20</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>22</sup> KRIKLER, Jeremy. *The Agrarian Class Structure of the Transvaal Colony*. Paper não-publicado. Institute of Commonwealth Studies, 1990, pp. 1-40.



A réplica do vilão deixa a tonalidade política do episódio ainda mais evidente: “Veja! Eu quero você – eu preciso possuir você. (...) E vou lhe contar como o farei. Não me importo se custar a minha vida ou a do *rooibaatje* também. *Eu o farei mesmo se precisar promover uma revolta contra o governo*”<sup>23</sup>. E, de fato, Frank Muller não hesita em engajar-se com os bôeres revoltosos, aproveitando-se da oportunidade gerada pela guerra sul-africana para projetar uma carreira política como futuro presidente no Transvaal independente e também planejando formas perniciosas de forçar Bessie a aceitá-lo enquanto marido. O gesto da juvenzinha transvaalense, ao fazer uso de sua prerrogativa enquanto “anjo do lar”, evidenciava o modo como “a cultura vitoriana posicionava mulheres em espaços imperiais e autorizava as suas funções no cerne destes espaços”<sup>24</sup> em defesa do Império Britânico nas situações de crises políticas ou sob a ameaça da perda de territórios coloniais.

Finalmente, apesar de toda a candura, inocência e fragilidade associadas pelos personagens masculinos a Bessie, em terreno doméstico ela também poderia se tornar em algo semelhante ao que Silas categoriza como um “tigre”, especialmente na ausência de notícias sobre John no eclodir da guerra ao final de 1880. Haggard ainda acrescenta que “poderia haver alguma verdade naquela reflexão, mas um tigre não é um animal doméstico agradável, como o pobre e velho Silas descobriria nos dois meses seguintes. O quanto mais Bessie pensava a respeito, mais indignada ela ficava por terem mandado seu amado para longe”<sup>25</sup>. Por extensão, quando Silas e a sobrinha são alertados do avanço dos bôeres sobre as propriedades de colonos britânicos, “Bessie categoricamente recusou-se a mover uma polegada”, preferindo defender Mooifontein ao lado de seu patriótico tio. Os ânimos exaltados pela guerra revigoram a feminilidade de Bessie, e o desaparecimento de John ou sua possível morte não mais a afetam, afinal, “mulheres do seu tipo não morrem de coração partido ou se condenam a uma vida de celibato como sacrifício à tristeza daqueles que partiram”. Das montanhas próximas de Mooifontein, Bessie testemunha os sons da batalha de Majuba Hill, que representou uma derrota às tropas britânicas; e, em outro episódio na fazenda, assiste a um “plano de fundo sanguinolento, pois abaixo da laranjeira dois galos rivais brigavam furiosamente”<sup>26</sup> – uma metáfora ao modo como as disputas entre britânicos e bôeres eram traduzidas em um ambiente doméstico, na mesma medida em que a rivalidade entre Frank e John pelo amor de Bessie metaforizava a guerra sul-africana em termos sexuais.

---

<sup>23</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, pp. 36-37 (grifos nossos).

<sup>24</sup> DAVID, op. cit., p. 6-7.

<sup>25</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, pp. 232-233.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 237; p. 252.

Em suma, por meio de Bessie, Haggard reforça o ideal de feminilidade e domesticidade difundido entre as classes médias vitorianas em um terreno colonial, associando a personagem, dentre outros cenários, à fazenda sul-africana. Entretanto, o romancista também situa a personagem no contexto político-econômico do Transvaal na década de 1880, e suas escolhas e ações, em especial no terreno matrimonial, apontam ao modo como estes modelos de feminilidade eram redirecionados para servirem à causa do colonialismo britânico nos territórios sul-africanos. Para o letrado, as forças de Bessie advinham daquilo que categorizava como o lugar natural delegado para as mulheres – o espaço doméstico – simultaneamente canalizando suas energias, não para a luta pelo voto, a independência profissional ou a emancipação feminina, como defendiam as Novas Mulheres naquele contexto, mas para a defesa da esfera de influência colonial britânica. Mesmo sem deixar o ambiente doméstico, Bessie auxilia na resistência da fazenda contra os bôeres e recusa até o último momento os avanços sexuais de Frank Muller. Assim, a defesa da honra feminina, de sua castidade e domesticidade, confundiam-se e entrelaçavam-se aos embates pela supremacia política no Transvaal do início da década de 1880.

## 7.2 – “O AMOR SE ERGUE COMO O VENTO SOB O SEIO TÁCITO DE ALGUM MAR DISTANTE”: O CORAÇÃO PARTIDO DE JESS CROFT

A escrita de *Jess* era, sob muitos aspectos, debitária às leituras de *The Story of an African Farm*, romance de autoria da sul-africana Olive Schreiner, com quem Haggard manteve correspondência em meados da década de 1880. A literata, que publicou seu romance utilizando o pseudônimo de Ralph Iron, estava inserida em um amplo debate intelectual a respeito da presença colonial na África do Sul, da exploração de minérios e do uso da mão-de-obra africana, além de engajar-se publicamente na “questão da mulher”, tanto em seus escritos ficcionais quanto em seus ensaios políticos. Filha de missionários da *London Missionary Society*, Olive Emilie Albertina Schreiner nasceu em Wittenberg, no nordeste do território sul-africano em março de 1855. Problemas financeiros em sua família obrigaram-na, desde a adolescência, a trabalhar como preceptora de crianças em fazendas no interior da Colônia do Cabo, e, a partir da década de 1870, deu início à produção de pequenos contos e dos primeiros esboços de seu romance mais famoso, *The Story of an African Farm*, o qual articula elementos autobiográficos, posicionamentos políticos, resquícios de suas inquietações religiosas e as marcas do cientificismo. Em 1881, Schreiner partiu para a Inglaterra com a intenção de tornar-se médica, o que não se concretizou devido à saúde debilitada. Na

metrópole, passou a ter contato com outros intelectuais, ao exemplo do socialista Karl Pearson, do poeta Edward Carpenter, da escritora Eleanor Marx e do médico Havelock Ellis. Após participar dos debates a respeito da sexualidade no *Men and Women's Club*, criado por Pearson em 1885, Schreiner retornou à África do Sul, entregando-se à escrita de contos, artigos para jornais e ensaios. Além de seu *Thoughts on South Africa* (publicado apenas em 1923), no qual trata positivamente sobre os bôeres, também escreveu a novela alegórica *Trooper Peter Halket of Mashonaland* (1897), obra em que visava denunciar as ações de Cecil Rhodes e da *British South African Company* na exploração das riquezas minerais e na violência promovida contra a resistência africana<sup>27</sup>.

Haggard certamente admirara *The Story of an African Farm*, muito possivelmente pelo tom realista e a profundidade psicológica com os quais Schreiner descrevia o interior sul-africano. A se julgar pelas correspondências de Schreiner, o letrado não lhe causara uma impressão particularmente favorável: em carta enviada a Constance Lytton em 1895, a sul-africana afirma que “ler uma das novelas de Haggard seria tão agonizante quanto sentar num quarto e escutar Ta-ra-ra-boom-de-ay de novo e de novo. Elas não são arte para mim (...). Elas podem ser escritas com os motivos mais nobres e mais elevados; mas são desnecessárias”<sup>28</sup>. Em outra carta, Schreiner refere-se erroneamente à *Bess* como um romance de Haggard, tendo sido alertada de que “foi inteiramente copiado de S.A.F. [Story of an African Farm]”; a letrada possivelmente confundia-se com uma paródia de *Jess*, escrita por John de Morgan e publicada em 1887, mas também afirmava ter conhecimento do “artigo na P.M.G. [Pall Mall Gazette] mostrando que ele baseou todo *She* de um livro antigo escrito 70 anos atrás”<sup>29</sup>. Da parte de Haggard, o letrado deixou registrado em seu diário suas impressões de Schreiner pela ocasião do falecimento da autora em dezembro de 1920:

Olive Schreiner morreu. Ela escreveu um ótimo livro, *The Story of an African Farm* e nada mais que tenha sido notável. Eu acho que foi publicado pouco antes de *Jess*. Eu a admirava muito e mantive alguma correspondência com ela; também fui visitá-la. Minha lembrança é dela ser uma moça jovem e pequena de cabelos negros, esperta e agradável, mas particularmente não muito impressionante em qualquer aspecto. Nos seus posicionamentos, ela era fortemente feminista, o que talvez explique porque ela manteve seu próprio [sobre]nome após casada. Ela também era muito anti-Britânica, o que não é de se espantar, vendo que era filha de um missionário alemão. Particularmente ela detestava a Chartered Company e muitas das suas obras, o que é claro não era também de se admirar, e eu acho que as suas simpatias estavam com os bôeres durante a guerra. Ela passou muitos anos escrevendo um livro sobre mulheres que fez com que a Missionary Society banisse

<sup>27</sup> GOMES, op. cit., 2010, pp. 26-28.

<sup>28</sup> Carta de Olive Schreiner a Constance Lytton. 3 de fevereiro de 1895. Lytton Family Papers, Lytton 01229/10.

<sup>29</sup> Carta de Olive Schreiner a Havelock Ellis. 27 de março de 1887. Harry Ramson Center, University of Texas. HRC/CAT/OS4a-v.

durante a guerra, de modo que apenas um fragmento foi publicado. É curioso que uma autora cujo primeiro trabalho de ficção, escrito em sua juventude, tão cheio de premissa, não tenha escrito nada mais de valor. Parece que com aquele conto ela esvaziou-se de tudo o que tinha a falar. Nunca mais a vi depois de 1885 ou 1886<sup>30</sup>.

*The Story of an African Farm* consagrou Schreiner como uma celebridade literária após sua publicação, e foi considerada por W. T. Stead, editor da *Pall Mall Gazette* – e, lembremo-nos, velho dissabor de Haggard – como a “precedente de todos os romances da Mulher Moderna”<sup>31</sup>. Em linhas gerais, o romance narra as infâncias, juventudes e vidas adultas de três personagens em uma fazenda no Karoo sul-africano: a órfã britânica Lyndall, que desde a infância era marcada por sua personalidade obstinada e, posteriormente, por seus posicionamentos feministas e pelo pensamento livre; sua prima Em, apresentada na trama como uma garota feliz e amistosa, embora enquadrada em um perfil tradicional de feminilidade submissa e doméstica; e Waldo, o filho de um fazendeiro alemão, caracterizado por sua sensibilidade e inquietações religiosas. Outros personagens na trama incluem a madrastra bôer de Em, Tant Sannie, viúva solitária e grosseira, e proprietária da fazenda; o trapaceiro Bonaparte Blenkins, que tenta persuadir e seduzir Tant Sannie para apropriar-se de suas terras; e o andrógino britânico Gregory Rose, que passa a ocupar o cargo de capataz na fazenda após a morte do pai de Waldo. Na segunda parte do romance, que acompanha a vida adulta dos personagens, Schreiner revela que Lyndall realizou seu sonho de estudar fora, e retorna para passar alguns dias com a família, sendo aguardada ansiosamente por Em. Lyndall, contudo, está grávida de seu amante, e recusa-se a casar com o homem que ama com medo de submeter-se de corpo e espírito a um homem. A jovem foge para o Transvaal, e no final do romance, é encontrada por Gregory, que se disfarça de enfermeira: Lyndall, abalada pela morte de sua filha recém-nascida, definha até a morte. Na fazenda sul-africana, a vida segue: o casamento de Em e Gregory Rose aproxima-se, Tant Sannie visita com seu novo marido, e Waldo, “muito perturbado com a morte de Lyndall, encontra no sono sob o sol africano a única crença capaz de atenuar sua agonia. E não acorda”<sup>32</sup>.

Segundo Raquel Gomes, Lyndall foi constantemente categorizada como um alter-ego da própria Olive Schreiner, em especial por seus argumentos acerca do lugar social ocupado pelas mulheres em seu tempo. Por meio da personagem, Schreiner problematiza a “dependência econômica e intelectual da mulher, o papel do casamento e da maternidade”, enquanto que a roliça bôer Tant Sannie relembra recorrentemente os valores questionados

<sup>30</sup> HIGGINS, D. S (org.). *The Private Diaries of Sir H. Rider Haggard*. Londres: Cassell, 1980, pp. 210-211.

<sup>31</sup> STEAD, W. T. The Novel of the Modern Woman. *Review of Reviews*, v.10, 1894, p.64.

<sup>32</sup> GOMES, op. cit., 2010, p. 63.

pela narrativa literária, em especial a “religiosidade, acesso ao conhecimento, casamento, sexualidade”<sup>33</sup>. A recusa do matrimônio e a determinação em criar a filha sem a presença do amante evidenciam a rebeldia de Lyndall, e de Schreiner por extensão, diante de um modelo de feminilidade que a sufocava. Ademais, é preciso enfatizar que, a despeito de sua ênfase na experiência colonial branca, o romance não ignora a presença de negros africanos na trama – mesmo que nas margens da narrativa, condizentes com a sua condição na sociedade colonial do final do século XIX. Embora o *kaffir* e o bosquímano sejam recorrentemente representados pela autora como ladrões ou preguiçosos, a sua presença no romance promove a dinâmica de conflitos e negociações que constituem o tecido de relações interétnicas na própria fazenda. Neste microcosmo sócioeconômico, Schreiner contrapõe mulheres modernas e antigas; britânicos, bôeres e africanos; e valores contrastantes como a fé e o ceticismo.

Estas questões contextuais, concernentes à escrita e circunstância de *The Story of an African Farm* e à trajetória de Olive Schreiner, possibilitam emoldurar, em termos de apropriação e ressignificação, a imagem da mulher intelectual em terreno colonial tal qual representado por Rider Haggard em sua heroína, a órfã inglesa Jess Croft. Como mencionado previamente, sua irmã Bessie, caracterizada como uma jovem sensível e frágil, doméstica e angelical, assemelhava-se em muitos aspectos a Em, uma das protagonistas do romance de Schreiner, enquanto que Jess, com as aspirações intelectuais e ambições à carreira letrada, entrecortada pelos dilemas emocionais, aparenta ser uma versão haggardiana de Lyndall. Jess, que ao longo da trama anseia pela possibilidade de independência financeira na Europa, transforma-se em algo semelhante a uma mulher fatal, que emascula os homens ao seu redor e, no clímax da trama, assassina um homem para salvar sua família. Os motivos edênicos que eram aplicados pelo letrado na construção de suas descrições da paisagem transvaalense, eram igualmente articulados ao modo como narra a personalidade de Jess, comparando-a a Eva, personagem bíblica que, traída por seus desejos, leva Adão a cometer o pecado original. Na visão de Haggard, que oscila entre dois pólos, Jess era a encarnação da ambição pelo conhecimento e da intensidade dos sentimentos, especialmente do amor e da paixão tórrida que sente pelo noivo de sua irmã.

As distinções entre as irmãs Croft são estabelecidas logo nas primeiras páginas do romance. Bessie, ao descrever a irmã mais velha para John, afirma que “neste lugar, eu represento o trabalho e Jess representa o intelecto (...). Houve um erro em algum lugar, pois ela ficou com todo o cérebro”. Na sua visão, “Jess era a melhor, a mais querida, e a mais

---

<sup>33</sup> Ibidem, pp. 69-70.

inteligente mulher em todo o mundo – nela, acredito, exista apenas um único defeito”: o fato de que “se preocupa demais sobre mim”. Apesar da força dos sentimentos de Jess na segunda parte do romance, sua irmã acreditava que “ela é muito fria, fria como uma pedra às vezes, creio, mas quando ela se importa com alguém, é o suficiente para assustar qualquer um. (...) Ela é boa demais para esse lugar, ela deveria ir para a Inglaterra e escrever livros e se tornar uma mulher famosa, contudo, (...) temo que os livros de Jess sejam todos tristes”<sup>34</sup>. Os paralelos com Lyndall, e por extensão, com a própria Olive Schreiner, não poderiam ser mais evidentes, em especial pela caracterização da complexidade psicológica associada à personagem, suas aspirações ao mundo letrado e intelectual – e, nesse sentido, a impossibilidade de realização plena destas ambições na fazenda transvaalense – e a recusa a valores tradicionais associados à feminilidade e à domesticidade. Até mesmo as descrições físicas de Jess são profundamente remissivas àquelas que Haggard, décadas mais tarde, utilizaria para retratar Schreiner:

Ela era pequena e um tanto quanto franzina, com grandes quantidades de cabelo castanho encaracolado; de forma alguma era uma mulher encantadora, como sua irmã indubitavelmente era, mas possuía duas características marcantes – uma feição de extraordinária e uniforme palidez, e um par dos mais belos olhos negros que ele [John Niel] já havia visto. No conjunto, embora sua altura fosse quase insignificante, ela era uma pessoa de aparência impressionante, com um rosto que qualquer um dificilmente se esqueceria. (...) ‘Oh, céus’, ele pensou consigo mesmo ‘que mulher impressionante! Ela não deve ter muito coração’. Mas logo que ele pensou nisso, a garota observou-o, e então ele percebeu onde sua expressividade recaía. Era naqueles olhos impressionantes. Insensível como sua face era, os olhos negros estavam inflamados com vida e com um tipo de excitação que os fazia brilhar gloriosamente<sup>35</sup>.

Contudo, se Lyndall recusa o casamento enquanto uma atividade econômica e parasitária, que a submeteria à autoridade masculina, as razões para Jess recusar o matrimônio e a maternidade não partem necessariamente de posicionamentos feministas ou de questionamentos aos valores tradicionais. Mas, sim, das desilusões amorosas derivadas do fato de que sua irmã estava comprometida com o homem que amava, e em consequência disso, “ela não tinha mais ânimo para a vida; toda a cor havia desaparecido do céu. O que ela deveria fazer consigo mesma? Casar-se com alguém e ocupar-se em criar um punhado de filhos (...)? Não, ela iria para a Europa e se misturaria à grande correnteza da vida”. Para tanto, Jess decide rejeitar as paixões – de modo malfadado, como se sabe – pois “assim teria

---

<sup>34</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p. 24.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 9-10.



mais chances de ter sucesso, pois o êxito é para os insensíveis, os quais também são fortes”<sup>36</sup>. Assim, no processo de criação da sua personagem, Haggard a investe com energias semelhantes às de Lyndall, sobretudo na recusa do casamento e da maternidade, mas compreende as motivações de sua heroína como distintas daquelas da protagonista de *The Story of an African Farm*. Se Lyndall era movida por princípios feministas e pelo pensamento livre, Jess era movida pela paixão terna e pelo sofrimento amoroso.

À profundidade de seu espírito, o letrado caracteriza o amor que ela desenvolve por John como “o vento sobre o seio tácito de algum mar distante (...), arrastando as águas rumo à tempestade”<sup>37</sup>. Pelo compromisso assumido por John com Bessie, os amores de Jess são inevitavelmente dolorosos, associados a fortes golpes de sofrimento íntimo e da “mais obscura amargura e tristeza”; em nome da felicidade da irmã, estava disposta a sacrificar seu amor pelo capitão britânico, e partir “feito uma gazela ferida, e esconder-se até se recuperar – ou morrer”<sup>38</sup>. Ao lado da melancólica resignação, o amor de Jess era perpassado pelo sofrimento emocional e físico, circunstância ilustrativa de tendências, na literatura produzida na metade do século XIX, em associar a intensidade das sensibilidades a transformações fisiognômicas. A questão encontrava-se interligada a discursos de médicos e alienistas do período que acreditavam que as emoções circulavam pelo corpo humano, tais como as correntes sanguíneas, e eram capazes de afetá-lo fisicamente. Muitos médicos vitorianos acreditavam que as emoções femininas eram suficientemente fortes ao ponto de transformar e afetar a fisiologia, sobretudo os ciclos menstruais e as funções reprodutoras<sup>39</sup>.

O sofrimento por amor era um tema familiar nos romances sentimentais produzidos na segunda metade do século XIX, muitos dos quais retratavam heroínas afetadas física e emocionalmente após serem rejeitadas pelos homens que amavam; os corações partidos frequentemente conduziam a alterações físicas e enfermidades. Em *Jess*, Haggard associa diretamente a aflição física e mental aos sentimentos amorosos da protagonista, ao afirmar que “o sofrimento, ou o sofrimento mental, é uma prerrogativa de grandeza (...). Nervos como estes podem se agitar com uma grande felicidade, a qual irá varrer se sentir a massa dos homens”<sup>40</sup>. O clímax do martírio de Jess ocorre justamente nas últimas cenas do romance, quando, para proteger a irmã, decide assassinar o vilanesco bôer Frank Muller, que a perseguia; a jovem intelectual era descrita como “uma mulher infeliz, meio de coração

---

<sup>36</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>37</sup> Ibidem, p.62.

<sup>38</sup> Ibidem, p.63-64.

<sup>39</sup> FAULK, Laura Jane. *Body Language: Pain in Victorian Literature*. Tese de doutoramento em Literatura. New Orleans: Louisiana State University, 2014, p.147-149.

<sup>40</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p.62.

partido, assolada pela febre, e quase enlouquecida com o sofrimento da mente e do corpo, aguardando para ver um assassinato sendo cometido!”<sup>41</sup>. Da intensidade de seus sentimentos e da dor do coração partido, Haggard consegue vislumbrar um único final para sua heroína: a morte por exaustão, resultado da “fruição de seu amor, e seu leito conjugal”<sup>42</sup>, após garantir a sobrevivência e a felicidade conjugal de John e Bessie.

Para John, dividido entre sua obrigação com Bessie e seus sentimentos florescentes por Jess, esta última tornava-se “a mais estranha mulher que ele já havia visto, e da sua própria maneira, uma das mais atrativas (...). Para ele, Jess era um enigma que ele não conhecia a solução”. Em seus passeios pelas redondezas da fazenda, Jess “às vezes começava a falar, mas era sempre sobre livros, ou a Inglaterra, ou alguma questão intelectual. Ela nunca falava sobre si mesma”<sup>43</sup>. Intelectual, determinada e ambiciosa, Jess esforçava-se para esconder seus sentimentos, sobretudo para proteger a irmã. Ademais, de modo semelhante à feminilização da fazenda transvaalense em Bessie, a personalidade obstinada de Jess transparece pelas metáforas vegetais ou animais utilizadas por Haggard. No episódio em que Bessie e John relatam seu confronto com o avestruz desgarrado – que inaugura o romance demonstrando a força viril e masculina do britânico em oposição à natureza selvagem da África – Jess lamenta a morte do pássaro, afirmando que “nós éramos grandes amigos. Eu era a única pessoa que conseguia controlá-lo”. Bessie conclui, ao relatar que “o bruto selvagem seguia ela como um cão. Era a coisa mais estranha que eu já vi”<sup>44</sup>. Enquanto Bessie era associada ao ambiente doméstico da fazenda ou dos jardins transvaalenses, o percurso de Jess era frequentemente perpassado por forças incontrolláveis da natureza: tempestades arrebatadoras, correntezas caudalosas de rios, ou até mesmo a força comovente de um pôr-do-sol africano: “o raio desabou sobre sua alma da mesma forma que ele recaiu sobre o pilar de pedra (...). E caiu de um jeito tão repentino que houvera tão pouca felicidade e esperança!”<sup>45</sup>.

As associações entre o corpo feminino e a paisagem transvaalense são recorrentemente reforçadas por Haggard ao descrever sua heroína. Assim, por exemplo, a personagem era relacionada de modo constante a Lion’s Kloof, uma formação natural de pilares rochosos, onde Jess se refugiava para dedicar-se ao desenho ou às suas reflexões intelectuais e sentimentais; é em Lion’s Kloof também que, no desfecho da trama, John e Jess se reencontram, pouco antes da morte da heroína por exaustão. A denominação do lugar, com

---

<sup>41</sup> Ibidem, p.319.

<sup>42</sup> Ibidem, p.333.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 60.

sua referência felina, retoma certa ideia central de revitalização da feminilidade em territórios coloniais, ao mesmo tempo em que sugere a sua proximidade a um estado natural, mais primitivo ou animalesco, mesmo que a serviço do colonialismo – afinal as avestruzes da fazenda de Croft integravam o sistema econômico imperialista, e o leão, símbolo de força e vigor, era frequentemente representado em cartazes e ilustrações do Império Britânico. Jess também era associada a metáforas vegetais, e uma profusão de “lírios”, “sempre-vivas”, “anêmonas” e as “mais belas flores escarlates”<sup>46</sup> cerca a paisagem de Lion’s Kloof. Segundo Elizabeth Chang, estes episódios complementares em Lion’s Kloof correspondem à tonalidade política de Haggard no romance, isto é, “uma investigação detalhada” a respeito das “ações individuais, as quais, por sua vez, revertem nas consequências coletivas e comunais da guerra no Transvaal, contrapostas a outras formas coletivas e de comunhão singular com plantas e outras vidas orgânicas”<sup>47</sup>.

Por meio de Jess, Haggard narra as amarguras vivenciadas pelos homens e mulheres britânicos durante os meses da guerra sul-africana de 1880-1881. Afinal, com o coração partido após as notícias do noivado de Bessie e John, a heroína decide viajar para a capital, Pretoria, onde estaria acomodada na casa de alguns conhecidos. Foi neste ínterim que a guerra eclode, e Pretoria passa a ser sitiada por tropas bôeres. Enquanto que para Silas e Bessie, relativamente protegidos em Mooifontein, a guerra só é ouvida por notícias nos jornais ou pelo ecoar dos distantes sons da artilharia (pelo menos no início dos conflitos), Jess experiencia pessoalmente os atritos entre britânicos e bôeres. A questão ficava evidente com a declaração de lei marcial em Pretoria e

a cidade, que era vasta, dispersa e incapaz de defesa, foi abandonada, os habitantes organizados em um *laager* nas colinas acima da cidade. Lá eles estavam, jovens e velhos, doentes e sãos, mulheres delicadas e crianças pequenas, todos amontoados ao ar livre abaixo da entrada de um forte, sem nada além de tendas, carroças e cabanas para protegê-los do forte sol de verão e das chuvas<sup>48</sup>.

E ainda:

Enquanto isso, o cerco continuava lentamente. Nenhuma notícia externa alcançava a cidade, mas aquilo não incomodava muito os habitantes, que estavam certos de que [o comandante George Pomeroy] Colley estava avançando com seu auxílio, e até mesmo faziam apostas sobre a data de sua chegada. Aqui e acolá uma incursão militar era feita, mas como os resultados obtidos eram muito pequenos, e não eram, no conjunto, creditados às nossas tropas, talvez seja melhor não falar sobre isso. John, é claro, participava dessas ocasiões, e então Jess sofreria agonias que se

<sup>46</sup> Ibidem, p. 44-45.

<sup>47</sup> CHANG, Elizabeth Hope. *Novel Cultivations: Plants in British Literature of Global Nineteenth Century*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2019, s.n.

<sup>48</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p. 146.

agravavam já que ela precisava escondê-las. Ela vivia em constante terror caso ele estivesse entre os mortos<sup>49</sup>.

Os excertos fornecem bons exemplos da tonalidade que o romance assume a partir daquele momento, por demonstrar os impactos da guerra no cotidiano em Pretoria e por entrecruzar os sofrimentos físicos e emocionais de Jess às angústias partilhadas por colonos britânicos sitiados no Transvaal e acuados diante dos avanços das tropas de bôeres revoltosos. Haggard também utiliza deste estado de ansiedade e apreensão dos seus personagens para demarcar sua revolta diante da perspectiva de que os colonos transvaalenses haviam sido abandonados à própria sorte pela administração liberal de Gladstone. Subjacente às experiências da guerra, o letrado escoia a visão que, naquele momento, tinha dos bôeres e que, como apontado previamente, seria reformulada em outros de seus escritos, considerando a propensão dos bôeres à revolta e à violência como uma das causas da guerra. As menções aos africanos negros são breves nesta parte do romance, mas aparecem para sugerir que estes seriam aliados naturais dos britânicos, ao exemplo de Mouti, um empregado de origem Zulu, uma “raça inteligente mas pouco produtiva”<sup>50</sup>, e que auxilia Jess e John pela ocasião de sua fuga de Pretoria. A morte de Mouti, durante a fuga e o confronto com os bôeres, parece evocar um dos principais argumentos de Haggard em *Jess e Cetywayo and his white neighbours*: a ideia de que os africanos, desprotegidos da tutela paternal britânica, seriam os mais prejudicados com a devolução do Transvaal aos bôeres.

O episódio do cerco a Pretoria também possibilita a Haggard fornecer uma solução conservadora aos impulsos de Jess por autonomia, pois, após Neil ser gravemente ferido, Jess passa a tratar do mesmo e vivenciar uma experiência idílica de domesticidade e vida conjugal. A heroína, ao descobrir que o amado continuava vivo, desaba em prantos: “era uma posição estranha, e muito comovente. John era apenas um homem, e o espetáculo desta estranha mulher, a quem ele ultimamente ficara tão próximo, desabou na mais intensa emoção, despertada, aparentemente, pela ansiedade sobre seu destino”<sup>51</sup>. A ênfase nas sensibilidades de Jess assume um lugar político ao ser contraposta aos posicionamentos de Haggard e às circunstâncias da publicação do romance: humanizados, os personagens britânicos na trama poderiam promover com maior facilidade o engajamento afetivo de seus leitores na metrópole, e, por meio deste, convencê-los de que as perdas derivadas da guerra contra os bôeres não foram apenas materiais, sobretudo políticas e econômicas, mas também sensíveis,

---

<sup>49</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 192.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 162.

promovendo um senso generalizado de humilhação, sentimento vinculado ao rebaixamento e à inferioridade, mas também à “mutação da afetividade política, (...) de reações bruscas, de rejeição das humilhações”<sup>52</sup>. Por meio da linguagem ficcional, Haggard possivelmente visava, ao tocar no terreno do simbólico e das sensibilidades, alcançar um público muito mais amplo que aquele de seus escritos políticos e estritamente ensaísticos, mormente *Cetywayo and his white neighbours*, no qual apresenta muitos dos episódios ficcionalizados em *Jess*.

Em última medida, enquanto Lyndall questiona as bases socioeconômicas e culturais do colonialismo britânico em África – incluindo o casamento e a submissão feminina – a heroína de Haggard define-se como aquilo que Deirdre David categorizou como “o ideal de mulher vitoriana do Império”<sup>53</sup>. O caráter de Jess Croft combina o altruísmo e a força de vontade, a capacidade física para sobrevivência em território colonial, situação ilustrada, sobretudo, no episódio da fuga de Pretoria, e um claro senso de dever e moralidade, responsável por muitos dos seus conflitos internos. Além do mais, embora fosse uma mulher intelectual, Jess se enquadra em um perfil doméstico de feminilidade, especialmente durante o cerco à capital, no qual exerce simbolicamente a função de esposa, mãe e enfermeira.

Enquanto uma mulher do Império, Jess aceita implicitamente a infelicidade e a submissão como o preço a se pagar por sua autoridade colonial, a qual exerce, em especial, com os personagens africanos na trama. O elemento torna-se evidente no clímax do romance, quando Jess tenta convencer Jantje, o empregado negro da fazenda de seu tio, a matar Frank Muller para salvar Bessie e Silas. Na medida em que se aproximam da tenda onde Muller dormia, Jess incita o africano a “ser homem”<sup>54</sup> e vingar-se do bôer por ter assassinado toda a família de Jantje. O ato derradeiro de Jess – executar Muller após a fuga acovardada de Jantje – igualmente demarca-a como uma heroína patriota, ao eliminar uma das lideranças da revolta bôer e cumprir um ato de justiça, algo que, tal qual Haggard acreditava, não havia sido realizado no Transvaal após a guerra. Em sua vida e em sua morte heróica, Jess se converte em uma alternativa conservadora às Novas Mulheres (Lyndall, Schreiner): seu intelecto e sensibilidade exacerbada são mobilizados a serviço da presença colonial na África Austral, não para questionar as hierarquias entre homens e mulheres, brancos e negros, mas para garantir uma África do Sul mais segura para a colonização britânica.

---

<sup>52</sup> ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia. (org.) *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 20.

<sup>53</sup> DAVID, op. cit., p. 77.

<sup>54</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p. 319.

### 7.3 - “NATUREZA DOCE, PERSPICAZ E DE BOM CORAÇÃO”: SUZANNE E SIHAMBAMBA, OU, A BONDADDE ENQUANTO VIRTUDE COLONIAL

Na campanha para as eleições ao parlamento britânico realizadas em 1895, Rider Haggard apresentava-se como um candidato fortemente preocupado com o estado da economia agrícola na Inglaterra, valendo-se de sua experiência colonial como um argumento de legitimação da sua plataforma política. Os vínculos de Haggard com o campo eram, tal qual perceptível em sua trajetória, visíveis desde a infância em um mundo ruralizado de paróquias, *squires*, proprietários de terras e arrendatários. A partir da última década do século XIX, o letrado identificava um estado generalizado de declínio na produção agrícola britânica, e associava a situação a um conjunto mais amplo de fragilidades no Império Britânico. Como alternativa à situação, propunha, sobretudo em seus escritos agrícolas (*The Poor and the Land*, 1905), a realocação de trabalhadores pobres e desempregados para propriedades agrícolas dispersas nas colônias. O esquema agrário de colonização imaginado por Haggard naquele momento incluía uma parceria entre o governo britânico e organizações de caridade, ao exemplo do *Salvation Army*, em um misto de investimento financeiro estatal e gerência beneficente. Sarah Clark, ao analisar as visões agrárias de Haggard nesse período, descreve esta guinada de perspectiva política em termos de uma “colonização filantrópica”. A caridade promovida pelas elites passava a ser vista, sobretudo nos escritos de Haggard, como uma virtude estruturante da autoridade colonial, mormente para proteger ou controlar as populações nativas e as classes menos abastadas<sup>55</sup>.

Subjacente a esta perspectiva, incidia a crença em atos de bondade enquanto elementos constitutivos das práticas políticas em África, especialmente a partir da relação entre personagens brancas e africanas, as quais, por meio da idealização de possibilidades de solidariedade feminina e interétnica, enredavam, em termos simbólicos, a manutenção dos laços paternalistas e da autoridade das elites brancas nas colônias. A questão ficava evidente em *Swallow*, especialmente na relação entre as personagens Suzanne Botmar e Sihamba Ngenyanga. O vínculo entre estas personagens define-se nos romances de Haggard a partir de uma combinação complexa de elementos de condescendência, sentimento estruturante de muitas das atividades filantrópicas no Oitocentos e definido na inflexão ou ruptura de hierarquizações sociais entre superiores e inferiores em favor de relações mais horizontais, sem romper, necessariamente, com certo senso de autoridade, a qual seria, por sua vez, apenas

---

<sup>55</sup> CLARK, op. cit., pp. 1-27.



fraturada com a formação de amizades<sup>56</sup>. A análise destas personagens a partir de uma perspectiva histórica ainda possibilita captar um outro movimento, a saber, das práticas sociais e discursos culturais de feminilização da bondade ao longo do século XIX.

A bondade esteve associada, sobretudo em uma longa tradição filosófica e religiosa, a uma disposição para a realização de atos bons em um processo de reencontro com o plano divino. Especialmente no pensamento filosófico aristotélico, a bondade foi definida “como uma virtude moral, portanto uma qualidade aprendida e cultivada pelos indivíduos dotados de razão, capazes de fazer boas escolhas, ou as mais corretas na forma de conduzir suas vidas”<sup>57</sup>. Dentro desta lógica, as virtudes seriam possíveis a todos os humanos por serem racionais, mas ajustadas às naturezas e qualidades específicas de cada um, ou seja, adequadas à condição sociopolítica e ao gênero. Na tradição cristã, a benevolência era uma prática adequada para expressar qualidades morais no amor ao próximo e no amor a Deus, virtudes possíveis para todos os cristãos, homens e mulheres. A partir do humanismo renascentista, com a retomada da cultura clássica, o termo virtude passa a ser invocado e recorrentemente associado a valores masculinos e à ação viril pública ou política (virtude monárquica, por exemplo). Por volta deste período (séculos XVI – XVIII), a caridade e a castidade passam a ser vistas como virtudes femininas, para enaltecer os valores morais e espirituais das mulheres. Tanto em romances quanto em tratados político-filosóficos da época, a bondade passa a ser vista como uma qualidade naturalmente feminina, alentada por outras características, tais como a modéstia, a castidade, a caridade e a sensibilidade<sup>58</sup>.

A associação direta entre a bondade e a feminilidade intensificou-se na virada para o Oitocentos, sobretudo na França e na Inglaterra. Neste momento, a palavra filantropia tornou-se de uso recorrente ao abarcar um vasto leque de ações benemerentes, “fundamentalmente ligada àqueles valores sobre a compaixão e a bondade naturais, extensivos a todos os homens e mulheres racionais e sensíveis”<sup>59</sup>. Entre as ações delineadas no período, encontravam-se as campanhas pelo melhoramento das condições carcerárias; o combate ao alcoolismo; a abolição da escravidão e das penas capitais; e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, das mulheres e das populações de cor. A filantropia, muito mais ligada a grupos e ações coletivas, proporcionou um envolvimento crescente de mulheres vinculadas às classes médias e às elites, a despeito das críticas e contestações. Ao *fin-de-siècle*, a bondade

<sup>56</sup> SIEGEL, Daniel. *Charity and Condescension: Victorian Literature and the Dilemmas of Philanthropy*. Athens: Ohio University Press, 2012, pp. 124-125.

<sup>57</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. *História: Questões & Debates*, n.59, julho-dezembro de 2013, p. 148.

<sup>58</sup> *Ibidem*, pp. 143-170.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 167.

era vista como uma palavra feminina não apenas do ponto de vista do léxico gramatical, mas também como uma expressão feminina no terreno do imaginário social e das sensibilidades. Vistas como sensíveis e de natureza vinculada ao exercício da maternidade, as mulheres eram compreendidas como mantenedoras de sentimentos morais vinculados aos cuidados dos mais fracos. Na conclusão da historiadora Ana Paula Vosne Martins, a feminilização da bondade exerceu um efeito ambíguo pois, por um lado, proporcionava “a reclusão ao privado e ao mundo dos sentimentos; de outro, a abertura para sair e participar do mundo público pela prática da benevolência. Caminhos de conformismo, de adequação e de dominação de classe, mas também caminhos para a autonomia, a participação social e o envolvimento com a política e o feminismo”<sup>60</sup>. Além do mais, em um contexto demarcado por reivindicações operárias, sobretudo na França e na Inglaterra, a filantropia promovida pelas classes médias pode ser interpretada como um projeto de amenização dos conflitos sociais, especialmente na atuação junto à pobreza urbana.

O que se pode observar nas últimas décadas do século XIX é uma presença cada vez mais constante de ações femininas ligadas à benevolência e à defesa de direitos dos nativos em terreno colonial, especialmente na África do Sul. Em alguns casos, ao exemplo de Florence Dixie e das suas defesas pela restauração de Cetshwayo ao trono Zulu, sobretudo em seus escritos *A Defence of Zululand* e *In the Land of Misfortune*, publicados em 1882, a retórica pelos direitos políticos dos nativos convivia com posicionamentos imperialistas e com sua identificação com o Império Britânico; afinal, em seus posicionamentos feministas e críticos à sociedade patriarcal, Dixie identificava-se com o monarca deposto pela autoridade britânica<sup>61</sup>. Por volta desta mesma época, Harriette e Frances Colenso, filhas do primeiro bispo anglicano de Natal, John Colenso, publicaram textos em prol dos direitos dos Zulus desarticulados politicamente após o desfecho da guerra de 1879. Cerca de um ano após a deflagração da guerra sul-africana, a ativista Emily Hobhouse foi enviada à África do Sul em visita aos campos de concentração estabelecidos pelos britânicos para internar mulheres e crianças bóeres e africanas desalojados pela sua política de “terra queimada” que resultou na destruição de fazendas e propriedades. Seu relato, publicado em 1902 sob o título de *The Brunt of War and Where it Fell*, denunciava as péssimas condições sanitárias nos campos de concentração e os índices altíssimos de mortalidade causada pela desnutrição e doenças e

---

<sup>60</sup> Ibidem, p. 148.

<sup>61</sup> ANDERSON, Monica. *Women and the Politics of Travel (1870-1914)*. Madison: Farleigh Dickinson University Press, 2006, p. 119.

gerou acalorado debate em Londres. Estima-se que, até o final da guerra, aproximadamente 28 mil bôeres e 14 mil africanos morreram nos campos de concentração sul-africanos<sup>62</sup>.

A feminilização da bondade perpassa o conjunto de romances de Haggard, comumente associada a atos altruístas e dedicação aos mais necessitados, ainda que preservando ou mesmo estruturando a autoridade colonial e reforçando a ideia de superioridade moral ou espiritual feminina. A ênfase recai não tanto na bondade entre britânicos ou entre bôeres, ao exemplo do sacrifício da bôer huguenote Marie para salvar Allan Quatermain no desfecho do romance homônimo, mas sim nas relações interétnicas entre mulheres brancas e mulheres negras representadas nos romances de Haggard. Nestes romances, a esfera de ação de mulheres em prol de atos benevolentes contribui não apenas para gerar novos espaços de atuação feminina em âmbito colonial mas, acima de tudo, para promover o ideário de “colonização filantrópica”. A partir da expressão de sentimentos como a bondade e o altruísmo, a defesa e a proteção de africanos, Haggard articulava um imaginário social do paternalismo adequado às dimensões políticas de gênero no embate colonial. O caso de Suzanne Botmar e Sihamba Ngenyanga ilustra o modo como, no interior sul-africano da década de 1830, a benevolência e a condescendência feminina relacionavam-se com as dinâmicas das políticas nativas, construíam uma imagem empática com o sofrimento de africanos mas, em última medida, reafirmava o primado da autoridade colonial branca.

*Swallow* inicia-se em meados da década de 1820, e acompanha o movimento migratório dos *voortrekkers* rumo ao interior sul-africano. Desde a infância, Suzanne Botmar era apresentada aos leitores como uma jovem de espiritualidade sensível, e tinha sonhos premonitórios que a auxiliaram a salvar a vida do anglo-escocês Ralph Kenzie, abandonado à própria sorte após o naufrágio que causou a morte dos demais membros de sua família. Além disso, a jovem era admirada pelos africanos que viviam na fazenda, sendo afetuosamente apelidada de “Andorinha” (*Swallow*) desde criança. Somado à sensibilidade, Haggard dota sua personagem de qualidades físicas necessárias para a sobrevivência em um território pouco explorado pelos colonizadores brancos em meados das décadas de 1820-1830, afinal, logo nas primeiras páginas do romance, Jan encontra a filha carregando uma espingarda, sugerindo que, desde criança, a personagem adaptava-se às condições violentas na colônia:

‘Eu estava atirando em gazelas e kaffirs, papai’, ela respondeu, obedecendo-o com um beicinho.

---

<sup>62</sup> KREBS, Paula M. *Gender, race and the writing of empire: public discourse and the Boer War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 32-35.

‘Atirando em kaffirs, você estava? Bom, haverá muita oportunidade para isso antes de tudo estar ocupado nesta terra, pequena. Mas isso não é trabalho para meninas; você deveria ter nascido um menino, Suzanne’.  
 ‘Eu não posso; eu sou uma garota’, ela respondeu ‘e não tenho nenhum irmão como as outras garotas’<sup>63</sup>.

Com a juventude, Suzanne adquire características que a enquadram como uma personagem angelical, dotada de uma “natureza doce, perspicaz e de bom coração – sim, mesmo para os kaffirs ela tinha sorrisos”, mas também de bravura e coragem, explícitas por seu pai diante do aspecto obstinado da jovem: “a garota tornou-se como um tigre, aquela que era tão mansa quanto um cordeiro!”<sup>64</sup>. Haggard atualiza os preceitos vitorianos da mulher doméstica e angelical a um terreno colonial, fortalecendo-a fisicamente, tornando-a apta para sobreviver na *wilderness*, e, presume-se, para gerar filhos fortes e saudáveis. Ademais, enquanto outras interpretações do *Great Trek* observam-no a partir do martírio de seus patriarcas, ao exemplo das listas de nomes masculinos na narrativa de Stephanus du Toit, como apontado no primeiro capítulo, Haggard compreende este processo pelo destaque aos espaços de ação e atuação de personagens femininas. *Swallow* enfatiza o protagonismo de mulheres brancas na “grande jornada”, afinal, a trama é narrada por uma mulher bôer, forte e contumaz, deriva seu título da filha da narradora, e dedica parte significativa do enredo à solidariedade entre Suzanne e Sihamba, as quais se tornam simbolicamente irmãs espirituais: o literato utiliza o termo “*sister*” para caracterizá-las, sugerindo similaridade espiritual e um discurso interétnico capaz de legitimar a autoridade colonial.

Dentre os atos de bondade de Suzanne ao longo do romance, um dos principais episódios reside no capítulo em que a jovem bôer salva a vida de Sihamba, acusada falsamente por Piet van Vooren de roubo de gado. Sihamba Ngenyanga, “aquela-que-caminha-sob-o-luar”, foi descrita pela narradora bôer como uma “pequena feiticeira kaffir”, que “não pertencia a nenhuma das tribos do Transkei ou da vizinhança, mas havia desgarrado do Norte; de fato, ela tinha sangue Swazi ou algo semelhante”. Sob Sihamba, Haggard enfatiza as características raciais que a distinguiam não apenas de bôeres e britânicos mas também de outros africanos: “ela era muito estranha, pois, embora sadia, de forma perfeita e de pele na cor do cobre ao invés de negra, ela não era mais alta do que uma criança de doze anos – algo que fazia muitos pensarem que ela era uma bosquímana, o que certamente ela não era”. Vrouw Botmar ainda prossegue com as descrições fisiognômicas, afirmando que ela “tinha feições pequenas, belos dentes brancos, e uma franja de cabelo negro e ondulado que se

---

<sup>63</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p. 11.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 30; p. 49.

destacava ao redor de sua cabeça de modo semelhante às aureolas douradas que os santos usam nas imagens da nossa velha Bíblia”<sup>65</sup>. Até mesmo para a matrona bôer, que dentre os personagens do romance carrega os mais intensos sentimentos e preconceitos raciais, Sihamba era passível de admiração por auxiliar os colonos com ervas medicinais e amuletos, além de rituais que trouxessem chuvas. Desde o início, portanto, o letrado enfatiza Sihamba enquanto uma “boa selvagem”, uma africana que, mesmo preservando sua liberdade e práticas culturais, convivia de forma pacífica e em colaboração com os proprietários brancos na região.

Em um dos momentos centrais da trama, Haggard descreve a captura de Sihamba por Piet van Vooren e as ações benevolentes de Suzanne ao salvá-la. A jovem bôer observa “Sihamba, escassamente vestida, pois ela havia sido despida, com seus pequenos pulsos amarrados nas costas e uma corda no pescoço, cuja outra ponta havia sido posicionada sobre o galho da árvore”. Sihamba, rodeada por Piet, o qual “gargalhava brutalmente”, e por seus lacaios, compostos em sua “maioria de mestiços errantes que migram de lugar pra lugar buscando hospitalidade”, havia sido condenada à morte pelo vilão mediante o que ele categorizou como um “julgamento justo” – para a indignação de Suzanne. Revoltada com o caráter injusto das ações de Piet van Vooren, a jovem bôer afirma que “não é de se espantar que os ingleses cantem uma música sobre nós bôeres e a nossa crueldade com os nativos (...). Isso não é justiça, *myn Heer*, isso é um crime pelo qual, se você escapar da mão dos homens, Deus te levará a prestar contas”. Piet sugere à Suzanne que ele perdoaria os crimes de Sihamba se a bôer lhe beijasse, e esta, diante do sofrimento da africana, decide aceitar o preço pela liberdade: “solte essa mulher”, disse ela, ‘que me custou a minha honra’”<sup>66</sup>.

O episódio em questão evocava a ideia de uma feminilidade colonial, baseada na crença da superioridade moral das mulheres, sua propensão à bondade desinteressada e na aptidão a cometer sacrifícios em defesa das populações nativas<sup>67</sup>. De modo semelhante aos romances produzidos pelas Novas Mulheres, e que abordavam personagens autônomas, Haggard concentra-se em promover espaços de ação independente para sua heroína, direcionando suas energias a atividades que extravasam sua vida doméstica – sem, contudo, rejeitar o primado da domesticidade e de valores como a maternidade ou o casamento. Mesmo sem a presença masculina, o letrado idealiza cenários nos quais mulheres brancas exercem sua autoridade para além do espaço doméstico, mas que, de formas tangenciais, garantem a sua preservação, sobretudo por meio de valores como a castidade, a moderação e o comedimento,

---

<sup>65</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>66</sup> Ibidem, pp. 76-79.

<sup>67</sup> DAVID, op. cit., p. 5.

a bondade maternal. No caso de *Swallow*, a ação benevolente de Suzanne ao salvar a vida da africana, garante-lhe mais do que a gratidão de Sihamba – garante-lhe um estado de servidão voluntária. Assim, a curandeira afirma à bôer que a sorte “levou à Andorinha [*Swallow*] e à liberdade; não, não para a liberdade, mas para a escravidão, pois eu sou sua escrava, cuja vida você comprou a um grande custo”<sup>68</sup>.

Por meio de Sihamba, Haggard remete seu público leitor a um tema consolidado sobretudo na literatura romântica: a ideia da gratidão do escravo. Mormente em romances publicados na segunda metade do século XVIII, momento em que conceitos como igualdade e liberdade passam a permear o discurso político, a ficção sugeria que a escravidão poderia ser justificada em termos emocionais, a partir de uma relação de gratidão ao mestre benevolente. O tema apareceu, entre outras obras literárias, nas aventuras de Robinson Crusóé, de Daniel Defoe: o nativo Sexta-Feira submete-se ao explorador, ajoelha-se aos seus pés, oferecendo-se feliz como escravo em gratidão por Crusóé ter salvado sua vida. O tropo do escravo grato estava enraizado nas discussões a respeito da variação humana no século XVIII, na medida em que, em um primeiro momento, aproximava europeus e africanos em termos de igualdade, mas em última medida sugeria distinções essenciais, já que os escravos negros eram associados a sentimentos excessivos e incontroláveis, uma gratidão apaixonada e irracional, que os permitiria aceitar de forma entusiasmada sua condição social. Segundo George Boulukos, “o aspecto sentimental do escravo grato aciona uma tradição estabelecida – familiar desde o final do século XVII – de mobilizar respostas emocionais à opressão e à tortura de modo a se distanciar da responsabilidade por tais aspectos das empreitadas coloniais”<sup>69</sup>. O tropo da gratidão servil também evocava a ideia da bondade como uma forma de classificar os indivíduos em posições de poder, categorizando-os como virtuosos por seus atos de benevolência e generosidade.

A ideia da gratidão nativa e crença na tendência dos africanos negros à servidão espontânea conectava a vida e a escrita de Haggard. Como mencionado no segundo capítulo, a experiência colonial de Haggard era perpassada pela presença de Masooku [*Mazuku*], um jovem lacaio negro que aparece, nos escritos autobiográficos do letrado, como um modelo de obediência apaixonada e servidão desinteressada. Até mesmo as descrições do africano, comumente referenciado por Haggard enquanto um “garoto”, deixam entrever o *leitmotiv* da dependência, tão caro à visão de mundo paternalista cultivada pelo romancista. Sabe-se que

---

<sup>68</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p. 82.

<sup>69</sup> BOULUKOS, George. *The Grateful Slave: The Emergence of Race in Eighteenth Century British and American Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.14.



Masooku não era um “garoto” no sentido literal: possuía praticamente a mesma idade de Haggard, e pertencia ao grupo Zulu Buthelezi; seu pai havia lutado ao lado de Cetshwayo durante a batalha de Ndongakusuka, mas as tensões políticas e suspeitas de traição forçaram-no ao exílio em Natal<sup>70</sup>. Masooku representava, no ideário compartilhado por Haggard, um exemplo de “bom selvagem” pacato e desinteressado, capaz de atos de gratidão e conformidade com o projeto colonial. Seria preciso, contudo, indagar-se acerca dos dispositivos de ação, das estratégias de negociação, mobilizados por estes indivíduos enquadrados na perspectiva dos europeus como subservientes e afetuosamente apegados aos seus mestres – a documentação elencada, entretanto, é demasiadamente opaca. De qualquer forma, a mesma imagem parece repetir-se em *Swallow*: Ralph salva o africano Gaasha, que anteriormente havia sido prisioneiro dos Zulus, e com os bôeres se converte no “melhor empregado [*servant*] Kaffir já visto”; e Suzanne, ao escapar da vila dos Umpondwana durante o ataque Zulu, resgata uma criança que “até os dias de hoje é um empregado [*servant*] fiel em nossa casa, embora sua barba já seja branca”<sup>71</sup>.

Sihamba, contudo, não era uma africana comum: logo após ser resgatada, ela informa a jovem bôer de que, embora desterrada do reino Umpondwana, “por sangue eu sou sua governante, pois sou a única filha da esposa principal de meu pai. Mas eles não me aceitariam como chefe a menos que eu me casasse com um homem, e sobre casamento não tenho nenhum desejo, pois sou diferente de outras mulheres, tanto em corpo quanto em espírito”<sup>72</sup>. Talvez Haggard aludisse de forma velada às defesas das Novas Mulheres, em especial a recusa pelo casamento e as demandas pela inserção em espaços políticos, simultaneamente caracterizando-as como um sinal de um primitivismo característico das mulheres africanas. Ou, talvez, estivesse incorporando uma questão retomada recentemente pelos historiadores: o fato de que em algumas sociedades africanas da primeira metade do século XIX, especialmente entre os Zulus, as condições socioculturais e materiais das mulheres tornaram-se altamente estratificadas, e seus papéis sociais passaram a ser determinados não apenas por suas funções ligadas à reprodução biológica, mas também por suas associações políticas. Uma das mais importantes transformações na sociedade Zulu do período, a saber, a inserção de mulheres como principais praticantes dos ritos de divinação, pode ter sido resultante das insatisfações femininas com a interferência estatal nas suas relações pessoais e no controle estatal sobre o casamento. Ademais, o crescimento da autoridade de mulheres ligadas à

<sup>70</sup> COAN, Stephen. Introduction. In: HAGGARD, H. Rider. *Diary of an African Journey*. Nova York: New York University, 2001, nota 28, p.37.

<sup>71</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p. 246; p.296.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 81.

nobreza entre os Zulus e os Swazi, ao exemplo das esposas de chefes, mobilizaram práticas culturais e modelos ideológicos que permitiriam que outras mulheres ampliassem suas possibilidades de ação social ao final do século<sup>73</sup>.

Posteriormente, a africana revela a Suzanne que as razões para sua fuga haviam sido mais complexas, e estavam diretamente atreladas ao expansionismo Zulu e à própria ideia zulucêntrica do *mfecane*. Sihamba afirma pertencer ao “povo de Zwide, que Chaka expulsou da Zululândia, e eu sou por nascimento a chefe dos Umpondwana (...), e que eram as crianças de Zwide, mas agora são crianças de Chaka”. O exílio político de Sihamba devera-se não somente à sua recusa em enquadrar-se em um modelo tradicional de casamento, mas também por ter sido contrária ao acordo de paz realizado entre seu clã e o rei dos Zulus, e concluí, ao afirmar que “como eu não viveria sendo uma cadela Zulu, eu os abandonei”<sup>74</sup>. A referência ao chefe Zwide permite localizar as origens de Sihamba enquanto vassala dos Ndwandwe, e remete os leitores às rixas entre Dingiswayo, um chefe Mthethwa e antecessor de Shaka, e Zwide na região do rio Tugela nas primeiras décadas do Oitocentos. Os ataques promovidos por Shaka à capital de Zwide forçaram o chefe Ndwandwe e seus aliados a dispersarem-se. Esses eventos integravam os conflitos pela dominação no sudeste sul-africano, marcaram a expansão territorial máxima dos Zulus por volta de 1819, e foram parte central no processo de constituição de sua identidade política<sup>75</sup>.

Sihamba representava, portanto, uma referência de resistência africana diante da hegemonia Zulu, algo que Haggard aludira com Umslopogaas em *Nada the Lily*. Além disso, a bondade desinteressada de Suzanne possibilita inserir a jovem bôer no campo das políticas africanas e da autoridade dos chefes nativos. Afinal, após Sihamba resgatar Suzanne, que havia sido raptada por Piet, a africana sugere que ambas buscassem refúgio junto “ao grande chefe Sigwe, o chefe supremo dos Kaffirs Vermelhos, cujas lanças são contadas aos milhares”. Sigwe oferece proteção às mulheres, mas alerta-as de que seu reino estava prestes a entrar em guerra contra os Endwandwe [Ndwandwe]; o chefe afirma que uma de suas feiticeiras havia previsto que os batalhões seriam vitoriosos caso tivessem o auxílio de uma “Andorinha Branca” e “pouco do seu sangue seria derramado, e você retornaria com honra”<sup>76</sup>. Suzanne/Swallow imediatamente torna-se uma figura de reverência e autoridade entre os africanos devido à cor de sua pele, e ao acompanhar os exércitos de Sigwe, elabora um

<sup>73</sup> HANRETTA, Sean. Women, Marginality and the Zulu State: Women's Institutions and Power in the Early Nineteenth Century. *The Journal of African History*, v. 39, n. 3, 1998, pp. 391-399.

<sup>74</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p. 181.

<sup>75</sup> ETHERINGTON, op. cit., 2001, pp. 79-84.

<sup>76</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p. 175; p. 184.

ardiloso plano que evita um ataque traiçoeiro de seus rivais Mpondos, e ainda possibilita a captura de gado inimigo: “e então eles marcharam e, levando o gado capturado com eles, e após esta vitória sem sangue, Suzanne e Sihamba foram grandemente honradas pelos soldados”<sup>77</sup>. Após este episódio, Suzanne pessoalmente negocia os termos com Sikonyana [Sikhunyana], o filho de Zwide e chefe dos Endwandwe, garantindo um resultado satisfatório para Sigwe e evitando a mortandade dos envolvidos em combate:

‘Então, chefe’, ela disse, ‘eu entendo a causa desta guerra e em verdade é uma razão estranha. Ainda assim, como eu devo liderar seus exércitos, e como eu não gosto de ver homens mortos por disputa como essa, aqui e antes de iniciarmos, eu estabalecerei os termos de paz se agradar Sikonyana e o povo de Endwandwe para aceitá-los’<sup>78</sup>.

Na visão de Haggard, a personagem torna-se responsável pela intermediação das políticas entre reinos africanos, assumindo um papel comumente associado na trajetória do letrado a administradores coloniais, ao exemplo de Theophilus Shepstone e do próprio dedicatário do romance, Marshal Clarke. Sabe-se que Clarke integrara a comissão responsável pela anexação do Transvaal e, entre as décadas de 1880 e 1890, ocupou o cargo de comissário colonial na Basutolândia e na Zululândia. Descrito por seus contemporâneos como um administrador justo e firme, ele conseguiu obter a confiança de diversos chefes Basotos, e mobilizou seu contato pessoal com as lideranças africanas para a resolução de diversas crises internas e tensões interétnicas. Em decorrência do período de Clarke na Basutolândia, a autoridade imperial foi estabelecida sem o uso de forças militares tal qual ocorrido na Zululândia<sup>79</sup>. Talvez Haggard, por meio de sua personagem, reinterpretasse estas estratégias mobilizadas pela administração colonial no processo de apaziguamento das resistências africanas, ainda que preservando seus costumes e tradições – e há certamente algo de shepstoniano aqui. Como resultado, enquanto a heroína colonial em outros romances comumente sacrificava-se no seu esforço missionário junto aos nativos, Suzanne destacava-se por inserir-se diretamente nas relações políticas entre grupos rivais.

Em retribuição, Sigwe permite que Sihamba e Suzanne retornem ao clã da africana, os Umpondwana, protegidos em uma fortaleza natural em meio às montanhas rochosas. O retorno de Sihamba coincidia com a morte do seu meio-irmão, o chefe Koraanu, e de todos os

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 209.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 196.

<sup>79</sup> PHOOFOLO, Pule. Ambiguous interactions: Basotho-colonial relations on the eve of the rinderpest outbreak, 1896. In: KOLAPO, Femi; AKURANG-PARRY, Kwabena (orgs.). *African Agency and European Colonialism: Latitudes of Negotiation and Containment*. Lanham: University Press of America, 2007, pp. 84-85.

filhos dele, o que possibilitava à curandeira africana a ascensão à chefia dos Umpondwana. Como resultado, Sihamba e Suzanne governam os Umpondwana em posição de igualdade, ato legitimado “naquele mesmo dia por um grande concílio da tribo (...). E lá, como uma chefe entre selvagens, Suzanne estava destinada a permanecer por mais dois longos anos”<sup>80</sup>. Nestes episódios, a autoridade da jovem era justificada por Haggard tanto por ser dotada de características tradicionalmente masculinas, ao exemplo da calma, da força física, da coragem e do senso de justiça e liderança, como também por sua brancura (“*white chieftainess*”<sup>81</sup>), explicitamente mencionada em pelo menos duas ocasiões. Contudo, enquanto outras amizades interétnicas nos romances de Haggard, ao exemplo de Allan Quatermain e o africano Hans em *Marie*, eram marcadas por uma evidente verticalização, o vínculo entre Sihamba e Suzanne era muito mais espiritual, baseado na mutualidade e no intimismo, ou ainda “uma versão ligeiramente mais igualitária da sinergia nativo-colonial”<sup>82</sup>.

O desfecho da trama marca um retorno ao episódio inicial do resgate da africana pela jovem bôer: em pé de igualdade espiritual, Sihamba retribui o gesto, sacrificando-se para salvar a vida de Suzanne. Para possibilitar a fuga da jovem, seus cabelos são cortados, sua pele coberta por uma pigmentação negra e seu corpo revestido nas “vestes de mulher nativa feita de pele e miçangas”<sup>83</sup>; os demarcadores de sua brancura e feminilidade são ocultos, mas não de modo integral, já que durante a fuga, Suzanne é movida por certo instinto maternal e resgata uma criança africana cuja mãe havia sido morta durante a confusão e o pânico no iminente ataque dos Zulus. Este episódio evidencia certa evocação da maternidade enquanto função primordial e destino essencial do corpo feminino, e integra um verdadeiro culto à feminilidade fértil e redentora que ganha força entre muitos homens e mulheres das classes médias no século XIX<sup>84</sup>. Sihamba, por sua vez, permanece na *kraal* dos Umpondwana, e confronta-se com o vilanesco Piet van Vooren, ato que resulta no sacrifício heróico da africana no clímax do romance. Sua morte possibilita a reunião dos amantes Suzanne e Ralph, e, presumivelmente, marcam o retorno da jovem bôer à domesticidade, cuja segurança e estabilidade também foram garantidas por suas ações diplomáticas e apaziguadoras em meio às tensões interétnicas entre britânicos, bôeres e africanos.

Em suma, Haggard escreveu e publicou *Swallow* em um momento de sua trajetória na qual ações filantrópicas e sociedades beneficentes passavam a integrar sua visão de

---

<sup>80</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, pp. 221-222.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 282.

<sup>82</sup> FREE, op. cit., p. 381.

<sup>83</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p. 289.

<sup>84</sup> GAY, Peter. *A experiência burguesa: a educação dos sentidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, pp. 178-180.

revitalização do Império Britânico. No romance, e por meio de sua personagem Suzanne, Haggard evoca a ideia da feminilização da bondade, pautada na crença da superioridade moral e espiritual das mulheres; ao mesmo tempo, o letrado promove a possibilidade da bondade enquanto um elemento constitutivo da autoridade colonial. Afinal, é graças à generosidade desinteressada de Suzanne, ao salvar a africana Sihamba, que a jovem passa a ser reverenciada dentre os africanos e assume a chefia dos Umpondwana – não pelas armas ou pelo uso da violência, algo mais adequado aos heróis viris como Allan Quatermain, mas por seu senso aguçado de justiça e benemerência. Contraposto a um momento em que as Novas Mulheres demandavam maior autonomia e direitos políticos, Haggard promove uma heroína que se destaca na ausência da autoridade masculina, e não necessariamente em oposição a ela. Como conclui Melissa Free a respeito de outros exemplos de ação de mulheres na literatura colonialista, Suzanne exemplifica a capacidade de Haggard em imaginar cenários de liderança feminina nas colônias, mas, por seu regresso à domesticidade e à maternidade no desfecho de *Swallow*, também evidencia o caráter conservador de sua misoginia<sup>85</sup>.

#### 7.4 – “CÃES MESTIÇOS SÃO DIFÍCEIS DE LIDAR”: MISTIÇAGEM E ANSIEDADES POLÍTICO-RACIAIS

Na segunda metade do século XIX, o conceito de degenerescência, oriundo da medicina alienista francesa e sobretudo dos trabalhos de Bénédict Morel, popularizou-se e vulgarizou-se no outro lado do Canal da Mancha, mormente na escrita de médicos e intelectuais, literatos e jornalistas, os quais mobilizavam ideias de hereditariedade, declínio racial e contágio sanguíneo na articulação das suas tensões e ansiedades sociais. A emergência de teorias pseudocientíficas a respeito do declínio racial derivou de uma série de particularidades históricas daquele momento. No âmago do cientificismo, acirravam-se as preocupações a respeito das relações entre comportamentos desviantes, sobretudo entre as “classes perigosas”, criminosos e delinquentes, e os aspectos físicos pelos quais seriam capazes de serem identificados. Novos campos de conhecimento, ao exemplo da craniologia e da frenologia, e a partir da década de 1870, a antropologia criminal, estavam profundamente interessados nas expressões fisiognômicas dos homens e das mulheres considerados como degenerados. No final do século, havia um crescente consenso, quase que ao ponto do senso comum, de que a modernidade urbana na metrópole e os processos de industrialização

---

<sup>85</sup> FREE, op. cit., p. 385.

desenfreada haviam espalhado uma onda de declínio racial na população europeia. A ideia ameaçadora de que o *fin-de-siècle* também implicava em um *fin-de-race*, marcado pela anarquia social e sexual, desordem racial e exaustão cultural, não passou despercebido por muitos artistas e romancistas neste contexto<sup>86</sup>.

Estes temores do declínio racial conectavam as ansiedades entre a metrópole e as colônias, especialmente no contexto da guerra sul-africana de 1899. Naquele momento, um comitê interdepartamental formado por médicos e pesquisadores sociais (*Inter-Departmental Committee on Physical Deterioration*) concluiu que diversas derrotas sofridas pelos soldados britânicos contra os bôeres eram decorrentes dos lastros da degenerescência, perceptíveis nas fraquezas físicas, maus dentes e na má saúde dos recrutas, especialmente advindos das classes operárias. Na metrópole, “a deterioração racial era considerada resultante da fraqueza moral e da ignorância das mães advindas das classes trabalhadoras”, mas “nas colônias, os perigos eram mais generalizados e as possibilidades de contaminação ainda piores”<sup>87</sup>. Ao *fin-de-siècle*, medidas amparadas pelo Estado foram direcionadas à vida doméstica nas colônias, sobretudo contra a poligamia ou contra os riscos da mestiçagem. Nesse contexto, a união inter-racial representava um dos principais riscos para a pureza racial, pois, acreditava-se que os homens europeus, em contato com mulheres africanas, contrairiam não apenas doenças, mas também “sentimentos inferiores, inclinações morais e extrema suscetibilidade a estados incivilizados”<sup>88</sup>. Estes temores da degenerescência e da mistura racial implicavam em duas questões centrais: a) as classes ou grupos sociais poderiam ser descritos em termos de “raças”, e desta forma passíveis de isolamento enquanto seres contagiosos; b) a imagem da degenerescência exalava certa urgência na intervenção estatal, não apenas em âmbito público, como também na esfera íntima e doméstica, na metrópole e nas colônias<sup>89</sup>.

A mestiçagem ocupava um lugar central nas discussões a respeito da degenerescência racial, especialmente nos imaginários sociais a respeito das colônias, lugares em que, livres das restrições sociais e morais da metrópole, os homens britânicos estariam mais livres para dar vazão ao desejo sexual. Segundo Robert Young, o termo “miscigenação” foi cunhado na década de 1860, em substituição ao conceito de “amalgamação”, até então de uso recorrente nas ciências naturais para descrever a união entre diferentes grupos étnico-raciais. Em obras

<sup>86</sup> Ver: DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; HERMAN, Arthur. *A ideia da decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1991, pp. 119-158.

<sup>87</sup> STOLER, Ann Laura. Carnal Knowledge and Imperial Power: Gender, Race and Morality in Colonial Asia. In: DI LEONARDO, Micaela (org.). *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era*. Berkeley: University of Carolina Press, 1991, p. 74.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>89</sup> MCCLINTOCK, op. cit., p. 84.



como *Natural History of Man* (1843), de J. C. Prichard, o qual dedicou dois capítulos ao “fenômeno da hibridez” e à “mistura das raças humanas”, a miscigenação não adquiria necessariamente uma conotação negativa, sendo considerada como uma parte constitutiva da perpetuação das espécies. Contudo, a proliferação de teorias raciais poligenistas, que pressupunham a distinção entre “tipos” e “raças superiores e inferiores”, levou a uma aceção negativada da mistura interracial: nos escritos do médico e anatomista escocês Robert Knox, ao exemplo de *The Races of Men* (1850, segunda edição de 1862), a mestiçagem produziria indivíduos inférteis, ou linhagens que eventualmente seriam fadadas a extinguir-se<sup>90</sup>. Naquele contexto, o termo *half-breed* [mestiço] passou a ser carregado com estigmas morais, religiosos e sociais, características depreciativas que associavam o hibridismo a certa instabilidade racial e tendência à degenerescência.

Aliás, é preciso lembrar que Robert Knox foi um dos pioneiros na introdução de estudos antropométricos e na tipologização racial na África do Sul. Segundo Saul Dubow, seu interesse por anatomia comparativa foi estimulada pela experiência enquanto cirurgião do exército nas fronteiras da Colônia do Cabo no início do século XIX. Knox teria sido um dos primeiros intelectuais a se referir aos Khoisan como o “povo de pele amarelada no sudeste africano”, e creditava a si mesmo a responsabilidade por ter enviado o primeiro exemplar de “crânio Kaffir” para a Europa. Em seu *The Races of Men*, Knox tentou demonstrar que todos os aspectos da vida humana eram regidos por elementos raciais. O tratado baseava-se fortemente em exemplos retirados do contexto sul-africano, e muitas das suas reflexões acerca das características físicas e mentais dos “*Bosjeman*”, “*Hotentotes*” e “*Caffres*” reverberariam em estudos raciais no final do século XIX. Contudo, de um modo geral, a maior parte dos estudos antropológicos, etnográficos e linguísticos na África do Sul até o *fin-de-siècle* era realizada por amadores (missionários, viajantes e administradores coloniais), de forma pouco sistematizada e comumente em associação aos seus esforços em traduzir a Bíblia aos nativos, produzir dicionários e manuais de gramática dos idiomas locais, ou registrar as práticas costumeiras entre as sociedades africanas<sup>91</sup>.

A adoção dessas teorias raciais parecia atuar, no caso sul-africano, para legitimar, em tons cientificistas, formas de hierarquização social, paradigmas de inclusão ou exclusão do projeto colonial que se delineava na segunda metade do século XIX. É nesse sentido que a racialização se transformava em um argumento para a sedimentação das diferenças sociais enquanto que os discursos acerca da miscigenação atuavam como um lembrete acerca da

<sup>90</sup> YOUNG, Robert. *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*. Londres: Routledge, 1995, p. 10.

<sup>91</sup> DUBOW, Saul. *Scientific racism in modern South Africa*. Cambridge: University Press, 1995, pp. 27-33,

impossibilidade de uma nação constituída por “raças mistas”<sup>92</sup>. Estudos (pseudo)científicos acerca da miscigenação na África Austral tiveram forte impulso com a publicação de *Die Rehoboth Bastards und das Bastardierungsproblem beim Menschen* [Os bastardos de Rehobot e o problema da miscigenação dos seres humanos] (1913), do médico alemão Eugen Fischer, cujas pesquisas sobre os mestiços Basters na então chamada *Deutsch-Südwestafrika* (atual Namíbia) serviram de base para muitos dos argumentos de cientistas e eugenistas acerca das consequências negativas da “hibridização racial”. No caso sul-africano do início do século XX, as preocupações raciais com a miscigenação ou com a degeneração ainda incluíam um elemento de classe social, na medida em que seus articulistas temiam o declínio racial entre os “brancos pobres”, especialmente nas áreas rurais ou *afrikaners* recém-chegados nos centros urbanos, em um misto de determinismos biológicos e geográficos<sup>93</sup>.

Em muitos dos seus romances, Haggard alude à ameaça representada pela mestiçagem na África. Em *King Solomon's Mines*, a negra Foulata apaixonou-se pelo Capitão Good, mas é convenientemente morta no desfecho do romance, impossibilitando qualquer risco reprodutivo; a própria Foulata reconhece a Quatermain que, a despeito de suas paixões pelo oficial britânico, “o sol não pode acasalar com as trevas, e tampouco o branco com a negra”<sup>94</sup>. E, em *She*, a nativa Ustane apaixonou-se e, de acordo com os costumes matriarcais de sua tribo, casa-se com o belo britânico Leo Vincey, mas é executada pela rainha (branca) Ayesha, enciumada pela relação entre os dois. Embora descrita no romance como angelical e devota a Leo, uma versão africana da feminilidade doméstica vitoriana, sua racialidade continuava ameaçadora. O temor da degenerescência e da miscigenação informava os imaginários de literatos como Haggard que, mesmo que impressionados e cativados pela beleza nativa, reiteravam os medos acerca da “falibilidade do homem branco e da potência imperial”<sup>95</sup>. Alhures, sobretudo em seus escritos da década de 1870 e 1880, Haggard já apresentara suas ansiedades a respeito da poligamia entre os nativos, práticas que missionários e colonos recusavam em tom moral, associando-a a degenerescência racial e à sexualidade dos africanos, em especial das mulheres negras, vista como desenfreada e periculosa.

Nos romances privilegiados pela análise em questão, a imagem da mestiçagem era recorrentemente associada a um sentido macropolítico. Trata-se de personagens como Frank Muller de *Jess*, o fruto da união entre um rico fazendeiro bôer e uma mulher britânica; o vilanesco Piet van Vooren, em *Swallow*, resultante da mestiçagem entre um homem bôer e

<sup>92</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p..

<sup>93</sup> DUBOW, op. cit., 1995, p. 183.

<sup>94</sup> HAGGARD, op. cit., 1901, p. 241.

<sup>95</sup> MCCLINTOCK, op. cit, p. 82.

uma africana negra; e, por fim, o antagonista de *Marie*, Hernan Pereira, um luso-bôer desejoso pela protagonista homônima. Até mesmo em *Nada the Lily*, ambientado inteiramente no Reino Zulu e com personagens africanos, Haggard sugere as marcas da mestiçagem: a pele alva de Nada era associada pelo narrador às origens étnico-raciais de sua mãe, Macropha, a qual era “de sangue Swazi (...). Dizia-se que ela era a filha de um dos chefes Swazi da tribo dos Halakazi, e que ela nascera de sua esposa era verdade, mas se ele era seu pai eu não sei”. Afinal, “antes dela nascer, havia um homem branco no *kraal* do seu pai. Ele era um português da costa, um homem atraente, e habilidoso no trabalho com ferro”, e que, devido à proximidade com a mãe de Macropha, foi executado pelo chefe africano. Por isso, o narrador especulava que a beleza de Nada, “como a beleza do povo branco”<sup>96</sup>, teria suas origens numa união interracial – a mesma beleza que, na segunda parte do romance, captura o amor de Umslopogaas e os desejos sexuais de Dingane e, pelo confronto entre as forças dos rivais, desencadeia uma série de eventos que levaria à derrocada do Reino Zulu.

Em *Jess*, Frank Muller era representado por Haggard como uma ameaça político-econômica, por sua aliança com os bôeres e ambições a expulsar os britânicos do Transvaal, e uma ameaça sexual, devido à obsessão com Bessie, alvo de inúmeras das suas maquinções. Ademais, o personagem era retratado como um indivíduo cruel e capcioso, capaz de infligir vasto leque de violências e punições arbitrárias contra seus empregados africanos e, sobretudo na parte final do romance, metaforiza as ações repressivas promovidas pelos bôeres contra os transvaalenses de origem britânica. Muitas de suas atitudes eram associadas pelo letrado à sua origem interracial: Muller era filho de um cruel fazendeiro bôer, Jacob Muller, e de sua esposa britânica, a qual, apesar de pouco referenciada na trama, era descrita como piedosa e gentil, embora enfraquecida pelo alcoolismo e fadada à morte em território colonial. Haggard não poupa termos ao descrever a fisionomia de seu vilão, caracterizando-o como “um homem forte e excessivamente bonito, aparentemente com quarenta anos de idade, de feição empalidecida, olhos frios e azuis-claros, e uma barba dourada que se destacava recaindo sobre seu peito. Para um bôer, ele estava muito bem vestido em roupas britânicas”<sup>97</sup>. A atenção aos detalhes fisiognômicos não se distanciava dos discursos racialistas da época, em especial pela crença na capacidade da leitura de traços morais a partir de elementos externos.

Sua posição social, vinculada à elite agrária no Transvaal, era estabelecida desde o início, pois Bessie informa que Frank Muller, “metade bôer e metade britânico”, era “muito rico e muito astuto, e é dono de toda a terra ao redor deste lugar [Mooifontein], de modo que

---

<sup>96</sup> HAGGARD, op. cit., 1895, p. 47.

<sup>97</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p. 25.

o tio precisa ser polido com ele, embora tampouco goste dele”. Tudo indica que Muller ilustrava o oportunismo associado por Haggard a diversos bôeres que, prósperos com a anexação do Transvaal às posses britânicas na década de 1870, não hesitariam em recorrer às armas para expulsar os britânicos poucos anos depois. O escárnio de Muller com a presença colonial britânica ao sul da África desponta no momento em que encontra John Neil e identifica-o como um capitão do exército; o vilão anglo-bôer não perde tempo em relembrar o herói de que “vocês *rooibaats* não foram muito bem na guerra [Anglo-Zulu]. Eu estava lá com Piet Uys, e foi uma visão e tanto, posso lhe dizer”. A ação dos soldados britânicos contra os Zulus de Cetshwayo era caracterizada pelo fazendeiro como despreparada e desordenada, já que “eles atiravam – ah, eles atiravam – de qualquer forma, pra qualquer lugar, mas sobretudo nas nuvens, não havia como impedi-los”. A despeito da humilhação evocada, Muller lembrava Neil de que “eu não sou um bôer. Eu sou um britânico. Minha mãe era britânica; e além do mais, graças a Lord Carnarvon, todos nós somos britânicos agora” – proposição sintomática de seu oportunismo político, da capacidade em desfrutar das benesses da situação colonial e repudiá-la quando lhe fosse interessante, afinal, afirma que “e assim as árvores costumam se inclinar ao norte quando o vento sopra nelas, mas agora elas se inclinam ao sul, pois o vento mudou. Eventualmente pode voltar ao norte novamente – esse é outro assunto – e então veremos”<sup>98</sup>.

Sabe-se que, em *Cetywayo and his white neighbours*, Haggard destilou sua hostilidade contra os bôeres revoltosos, caracterizando-os como atrasados e extremistas. Simultaneamente, o letrado tentava denunciar as infrações e os crimes impunes provocados pelos bôeres no calor da guerra sul-africana de 1880-1881, incluindo, entre outros episódios, o massacre de homens e mulheres inocentes, tanto britânicos quanto africanos. Este clima de impunidade permeia a narrativa de *Jess*, especialmente no que diz respeito ao histórico de Frank Muller antes mesmo do estopim dos conflitos em dezembro de 1880. Afinal, Jess alerta sua irmã que observou o ódio crescente de Muller com o passar dos anos, e que “este homem trairia seu próprio pai se ele acreditasse que fosse pelos seus interesses”. Ademais, Muller parecia ser uma ameaça entre os próprios bôeres, já que a jovem intelectual havia sido informada por um de seus vizinhos, Hans Coetzee, que “ele denunciou [Hans] ao Veld-Cornet como um *uitlander* e um *verdomde Engelsmann* cerca de dois anos antes da anexação, e tentou persuadir o Landdrost a reportá-lo como um infrator da lei ao Raad”. Os termos deixam evidente o modo como Muller encontrava-se intimamente atrelado às instituições

---

<sup>98</sup> Ibidem, pp.25-26; p. 35.

sociopolíticas bôeres, ao exemplo dos *veldkornets* e do seu sistema de magistratura (Landdrost). Posteriormente, na guerra contra Sekhukhune, “provocou [os bôeres] a confiscar os dois melhores vagões e o gado do tio [Silas Croft] (...). Ele é um sujeito traiçoeiro, Bessie, e um sujeito perigoso; mas ele tem mais cérebro e mais poder em torno de si do que qualquer homem no Transvaal”. Haggard entrelaça a ameaça política representada por Frank Muller ao perigo sexual, afinal, no mesmo diálogo, Bessie afirma que “‘ele queria que eu casasse com ele, e quando eu disse que não o faria, ele se comportou como... Como...’ ‘Como um Bôer’ sugeriu Jess. ‘Como um bruto’, complementou Bessie, com ênfase”<sup>99</sup>.

Os termos mobilizados por Haggard em *Jess* conectam-se a tendências mais amplas na imaginação literária e política na década de 1880, sobretudo na idealização dos bôeres como uma população retrógrada e degenerada, afetada pela longa permanência em território africano, ou ainda rebaixados ao nível de africanos: “eu preferiria casar-me com um Kaffir do que casar-me com você, Frank Muller, não importa o quão grande você possa ser”<sup>100</sup>, afirma Bessie. Muller, assim como outros homens bôeres retratados na ficção aventuresca do período, encontrava-se destituído de todos os traços cavalheirescos que marcavam a ação de homens britânicos nas estruturas de relações de gênero em terreno colonial; ainda assim, por sua associação à vida nas fronteiras coloniais, Muller era dotado de habilidades na caça e no manejo de armas, além de ser um estrategista e invejável cavaleiro. Em outros romances publicados no período, tais como *The Young Colonists* (1885) e *With Buller in Natal* (1900), de G. A. Henty, a ação militar dos bôeres recebia elogios por sua coragem e destemor. Contudo, estas proezas eram frequentemente atribuídas à formação destes homens em um ambiente brutal, uma consequência natural de sua presença prolongada nas colônias e tendência a atos descomedidamente violentos<sup>101</sup>.

Nessas obras literárias e em discursos políticos da época, a violência bôer recaía majoritariamente sobre os africanos, ao mesmo tempo apontando ao modo como teriam adotado o primitivismo associado pelos britânicos aos negros africanos, deixando para trás quaisquer traços de justiça e benevolência. Bôeres como Muller seriam capazes até mesmo de compactuar com africanos, tal qual a dependência do vilão supersticioso sobre as práticas divinatórias do africano Hendrik. De forma semelhante, ao vislumbrar seus planos futuros para o Transvaal, o personagem evocava a imagem tirânica de Shaka: “sim, eu serei Presidente, e quando for, irei expulsar os Britânicos da África do Sul. Isso eu farei com a

---

<sup>99</sup> Ibidem, pp. 57-58.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 271.

<sup>101</sup> LEE, op. cit., p. 8-9.

ajuda dos Zulus de Natal. E então eu destruirei os nativos, como T'Chaka destruiu, mantendo apenas o suficiente para escravos. Este é meu plano, (...) e é um bom plano”<sup>102</sup>.

Naquele momento da sua trajetória intelectual, Haggard referia-se aos bôeres frequentemente a partir de argumentos raciais, caracterizando-os como degenerados e retrógrados. O caso de Frank Muller ilustra um adensamento destes argumentos, na medida em que o personagem era retratado como o fruto da miscigenação étnico-racial, processo que, na imaginação do letrado, resultava em desequilíbrio moral e mental. Desde o início da trama, Silas Croft, o qual metaforizava a visão de Haggard sobre muitas das atitudes de pequenos colonos britânicos no Transvaal, caracterizava Frank Muller como um indivíduo cuja periculosidade era agravada por sua condição racial: “eu o conheço por muitos anos, e ele tem um coração negro quando provocado. Veja bem, minha querida, você pode lidar com um bôer e você pode lidar com um britânico, mas cães mestiços [*cross-breed dogs*] são difíceis de lidar”<sup>103</sup>. As referências animais ficavam claras no racismo/racismo de Haggard, e se aproximavam ao que Howard Malchow designou de “imagens góticas de raça” na literatura do *fin-de-siècle*, isto é, a tendência a relacionar a miscigenação com cenários de decadência e extinção racial. Na segunda metade do século XIX, as perspectivas acerca da mestiçagem remetiam aos discursos moralizantes inseridos em uma longa tradição religiosa que observava a miscigenação como resultado de relações fora da santidade do casamento e com a condição da bastardia, somado ao crescente cientificismo e aos discursos (pseudo)científicos acerca da variação humana em termos biológicos. O próprio uso da noção de “mestiço” [*cross-breed*] apontava para os significados negativos associados à miscigenação no discurso racial do final do século XIX em termos supostamente científicos ou darwinistas de “hibridização”<sup>104</sup>.

Ao partir desta visão negativada da mestiçagem enquanto *locus* de instabilidade racial, Haggard sobrepõe a sexualidade desenfreada de Muller ao seu oportunismo político, na medida em que suas ambições políticas no Transvaal se entrecruzavam aos desejos sexuais pela jovem Bessie. Para o vilão, expulsar os britânicos da colônia transvaalense e galgar a posição de presidente da nova república alinhava-se ao intento de possuir Bessie, mesmo em termos da violência sexual. Afinal, afirma que “este é o caminho para conquistar uma mulher – pela captura; e, além disso, elas gostam disso. (...) Será uma corte de sangue. Bem, os beijos serão mais doces, e no final me amará por tudo o que ousei fazer por ela”. Na visão do personagem, a violação de Bessie representava a conquista do próprio Transvaal, de modo

<sup>102</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p. 186.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>104</sup> MALCHOW, Howard. *Gothic Images of Race in Nineteenth-Century Britain*. Stanford: Stanford University Press, 1996, pp. 176-179.



que, delirante, afirma para si mesmo: “em cinco anos, você terá o poder – poder absoluto. O velho é esperto; ele será Presidente. Mas eu sou mais esperto. (...) Minha língua será doce e minha mão de ferro. (...) Eu expulsarei os britânicos com a ajuda dos Kaffirs, e então eu matarei os Kaffirs e tomarei suas terras”<sup>105</sup>. Para garantir sua ascensão ao poder, Muller planeja a morte de Jess e John Neil após a fuga de Pretória e, para forçar Bessie a aceitá-lo, denuncia Silas Croft ao tribunal dos bôeres insurgentes como traidor da pátria.

Ao descrever seu personagem, Haggard possivelmente ecoava muitos dos preconceitos e do senso comum pautados no racismo vulgarizado na metrópole, que naquele momento interpretava a mestiçagem como responsável pela produção de indivíduos verdadeiramente degenerados, localizados no eixo entre a civilização e o primitivismo. Para o letrado, indivíduos como Muller “na sua forma desenvolvida eram felizmente praticamente impossíveis de existirem em uma nação altamente civilizada. O peso morto da lei o esmagaria de volta ao nível da massa humana que o cerca”. Nas regiões “mais selvagens do planeta”, contudo, estes tipos híbridos seriam possíveis, sobretudo “naqueles lugares onde um grupo oriundo de uma raça superior domina sobre a densidão de milhares de inferiores”. Aos determinantes biológicos somavam-se influências socioambientais, na medida em que “a companhia de homens altamente desenvolvidos (...) talha a individualidade”. As metáforas biológicas, em um contexto pós-darwinista, ficam evidentes na escrita de Haggard, na medida em que o romancista compara a formação do caráter humano ao crescimento de árvores nas campinas, onde, solitárias, “assumem a forma distorcida de sua natureza”, e em florestas, onde “a árvore cresce em direção de onde a luz está”<sup>106</sup>, adaptando e restringindo sua forma na companhia de outros vegetais. Por este motivo, o caráter de Frank Muller localizava-se:

na junção entre as águas da civilização e do barbarismo. Muito civilizado para possuir aquelas virtudes selvagens que, da sua maneira, representam a parte de bondade inata que a Natureza considerou adequada à mistura; e muito bárbaro para se submeter às restrições mais tenras da sociedade cultivada, ele é ao mesmo tempo forte nas forças de ambos e fraco nas suas fraquezas. Animado pelo espírito do barbarismo. Superstição; e quase inteiramente destituído do espírito de civilização<sup>107</sup>.

É interessante denotar também que, por intermédio de seu personagem, Haggard apresenta aos leitores as dinâmicas internas de autoridade entre os bôeres revoltosos. Isto porque, logo após a eclosão dos conflitos, Muller reúne-se secretamente com um general bôer

---

<sup>105</sup> HAGGARD, op. cit., 1887, p. 189.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 243.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 244.

– muito possivelmente uma ficcionalização de Piet Joubert, comandante-geral das tropas bôeres entre 1880 e 1900, além de membro do triunvirato responsável pela administração do governo provisório estabelecido pelos revoltosos em dezembro de 1800. O “General”, orgulhoso da bravura de suas tropas em avanço contra os britânicos, questiona Muller: “como isso terminará? Você não é tolo; me diga, como terminará?”. O vilanesco anglo-bôer responde-lhe que “no final, conquistaremos nosso país de volta. É isso que o armistício significa. (...) Nós teremos nosso país de volta, e você será o Presidente da República”. A réplica do General expressava os temores nutridos por muitos observadores contemporâneos do lado britânico dos conflitos, em especial frente ao esfacelamento dos projetos confederacionistas e os temores de uma unificação sul-africana sob bandeira bôer:

O governo britânico está tão louco quanto seus oficiais. Eles vão desistir. Mas isso significa mais que aquilo, Frank; vou lhe contar o que significa (...), o triunfo do Bôer por toda a África do Sul. Bah! Burgers não era um tolo quando ele falava sobre uma grande República Holandesa. Eu já fui duas vezes para a Inglaterra, e conheço o Britânico. Eu consigo medi-lo pelos seus *veldtschoens* [sapatos]. Ele não sabe de nada – nada. Ele entende seu comércio; ele está submerso no seu comércio, e não sabe pensar em nada mais. (...) Eles falam de honra e patriotismo também, mas ambos são deixados de lado pelo comércio. E eu lhe digo isso, Frank Muller: é o comércio que fez o Britânico, e é o comércio que irá destruí-lo. Bem, que seja. Nós teremos nossa parte: África para os Africaners. O Transvaal para os transvaalenses primeiro, depois o resto<sup>108</sup>.

Aqui, assim como alhures, Haggard visava interpretar aquilo que considerava como um dos traços predominantes da personalidade dos bôeres, a saber, seu apego violento ao território sul-africano e uma vontade lancinante de revanche contra os britânicos pela anexação do Transvaal em 1877. A morte de Frank Muller, no desfecho da trama, revestia o romance com um tom agri-doce, na medida em que seu desaparecimento permitiria a sobrevivência de Silas Croft, e a felicidade conjugal de Bessie e John Neil, mas à custa da perda do território colonial transvaalense para os bôeres revoltosos. O letrado parece utilizar de seu personagem anglo-bôer como uma válvula de escape para denunciar os crimes impunes perpetrados pelos bôeres durante o conflito, ao mesmo tempo em que alerta seu público leitor, tal qual exemplificado no excerto acima, das ambições bôeres para os demais corpos geopolíticos que, naquele momento, constituíam os territórios sul-africanos. Haggard certamente baseava-se na experiência da guerra e dos eventos subsequentes na década de 1880: liderados pelo presidente Paul Kruger, os bôeres do Transvaal utilizaram-se da instabilidade e do clima de guerra civil estabelecido entre os Zulus após a destituição de seu

---

<sup>108</sup> Ibidem, p. 186.

último soberano independente, Cetshwayo, durante a guerra Anglo-Zulu de 1879, para garantir a posse de terras naquela região. Além disso, o período assistiu ao estabelecimento das repúblicas bôeres de Stellaland e Goschen, em 1882, criadas para dificultar as rotas comerciais britânicas rumo ao norte através da Bechuanalândia, e da Nieuwe Republiek (Nova República) em 1884, em território previamente ocupado pelos Zulus.

Em *Swallow*, as ansiedades político-raciais de Haggard concentram-se em outro elemento presente no cenário sul-africano, o *half-caste* Piet van Vooren, no afã de rastrear os resultados fisiológicos, intelectuais e morais resultantes da união entre homens bôeres e mulheres africanas no período das grandes migrações das primeiras décadas do século XIX. Sabe-se que, no contexto de emergência das teorias racialistas do final do Oitocentos, e da criação de legislações segregacionistas nos territórios sul-africanos, a união interracial entre brancos e negros era vista como particularmente periculosa e apontada como um fator em potencial para a degenerescência racial. A sexualidade das mulheres africanas, interpretada nos discursos (pseudo)científicos e nas suas vulgarizações como desenfreada e incontrolável, era comumente culpabilizada pelos deslizes extraconjugais de muitos homens de ascendência europeia nas colônias. Ademais, no veredicto popular, “o *half-caste* é conhecido por sua covardia e falta de ajuste ao convívio social, o que o torna material perfeito para a formação de ladrões e prostitutas”<sup>109</sup>. Naquele mesmo período, intelectuais como Olive Schreiner atentavam ao fato de que a posição social ocupada pelo *half-caste* na comunidade colonial era particularmente peculiar, afinal ele seria resultante da união entre mulheres negras e escravizadas e homens brancos, dominantes e afoitos.

É preciso também lembrar que, nas últimas décadas do século XIX, um amplo debate a respeito da identidade de *half-castes* e *coloureds* começa a ganhar forma, sobretudo na esteira das discussões racialistas que compreendiam que este grupo era, em suma, o resultado da mestiçagem, híbridos raciais destinados à inferioridade. Na virada do século, foram circunscritos a uma zona intermediária em termos sociais, raciais e políticos, entre brancos e não-brancos. O argumento utilizado no período reforçava que estes indivíduos e grupos de *half-castes* eram destituídos de uma “harmonia interna ao ser”, e por integrarem uma sociedade que diminuía as possibilidades de mobilidade social, enquadravam-se em uma espécie de “limbo jurídico”, uma identidade de entremeio, portanto desclassificados enquanto sujeitos políticos e tampouco submetidos às leis nativas<sup>110</sup>. Não obstante, grupos políticos que defendiam os interesses de *coloureds* começaram a se mobilizar na virada do século, em

---

<sup>109</sup> GOMES, op. cit., 2010, p. 95.

<sup>110</sup> MAMDANI, op. cit., 1996, p. 19.

especial em torno do *African Political Organization*, fundado na Cidade do Cabo em 1902 e dirigido por Abdullah Abdurahman, a *Coloured People's Vigilance Council*, dirigido por Francis Peregrino, e a *Stone*, liderada por John Tobin<sup>111</sup>. Especificamente, a *African Political Organisation* mobilizou-se na primeira década do século XX em torno de um projeto assimilacionista, por meio de ações e negociações, no afã de estabelecer uma identidade *coloured* como fundamentalmente distinta – em termos sociais e legais – daquela dos nativos. Não existem evidências de que Haggard tomara contato ou conhecimento com estes movimentos políticos; contudo, seu tom reacionário com relação ao lugar social ocupado pelo *half-caste* enquadrava-se em um momento no qual esta categoria social adquiria uma conotação política nas tramas partidárias da África do Sul.

Ao partir dos estereótipos raciais e de seu racismo latente, Haggard imagina o *half-caste* não como um indivíduo que ocupa um lugar incerto na estrutura social colonial, mas sim como um homem degenerado, fruto dos elementos negativos derivados da união interracial. Assim como Frank Muller, Piet van Vooren era retratado em *Swallow* como uma ameaça econômica, por deter o controle sobre as terras aráveis no interior do subcontinente sul-africano; uma ameaça política, por realizar alianças com os Zulus e incitá-los a atacar tanto os bôeres quanto outros reinos africanos; e, finalmente, um perigo sexual e racial, por seus desejos incontroláveis por Suzanne Botmar e, ademais, por manter um harém de esposas africanas, presumindo-se, portanto, que Piet van Vooren continuaria a produzir crianças bastardas e mestiças. O personagem ainda era retratado como um indivíduo altamente supersticioso, e seu apelido, Swart Piet (Piet Negro), derivava não tanto de suas origens interétnicas, mas sim de sua proximidade com lacaios africanos e por utilizar-se de práticas religiosas africanas para cumprir seus objetivos, em especial a divinação. Traíçoeiro, não mede esforços para conquistar Suzanne e vingar-se de Sihamba, ao ponto de provocar a guerra entre os Zulus e os Umpondwana. Em última medida, para Haggard, que temia a mistura entre as raças, a morte de Piet demarca a impossibilidade da existência do mestiço na sociedade colonial imaginada em seus romances.

De modo semelhante ao anglo-bôer em *Jess*, Piet van Vooren encarnava uma mistura de elementos da civilização e barbárie, incorporando em seu comportamento traços negativos de ambos. Seu pai, Herr van Vooren, era descrito pela matrona Botmar como “um homem muito rico, de longe o mais rico de nós bôeres da fronteira, e ele veio morar aqui nestes rincões afastados por algum ato criminoso que ele cometeu; eu acho que foi a execução de

---

<sup>111</sup> SALVE, Giovanni Grillo de. *Uma história de traição: um projeto assimilacionista coloured na Cidade do Cabo, 1906-1910*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2012, p. 170-172

alguma pessoa de cor quando estava furioso”. Herr van Vooren ainda era representado como “um homem muito estranho e temido”, e dizia-se que “sua avó havia sido uma chefe entre os kaffirs vermelhos, mas se foi esse o caso, o sangue tornava-se mais aparente no seu filho”. Botmar, portanto, descrevia o caráter de Piet van Vooren como resultado da união entre a crueldade bôer com os negros africanos, e os elementos negativos associados às “raças inferiores”. Desta forma, desde criança, “sua face negra e temperamento selvagem” haviam garantido a Piet o apelido de “pequeno Kaffir”, e em vida adulta os nativos o chamavam de “Cabeça-de-Touro”. Ademais, a narradora bôer sugere que o pai de van Vooren havia introduzido o *half-caste* a práticas religiosas africanas, as quais eram sumarizadas como “rituais secretos e diabólicos”<sup>112</sup> – um claro indicativo, na perspectiva de Haggard ou pelo menos de sua narradora, da associação entre elementos culturais nativos e ideias de degenerescência racial ou inferioridade moral, sem mencionar a incapacidade do letrado (ou pelo menos de sua narradora bôer) em compreender a religiosidade africana se não por meio de estigmatizações.

Piet van Vooren também figurava na trama como um alerta ao público leitor britânico a respeito dos riscos que a África poderia acarretar em indivíduos de ascendência europeia, em especial, a regressão racial, afinal, o personagem era descrito por Sihamba como “nascido do sangue branco e preto, e falso para ambos e uma desgraça para ambos”<sup>113</sup>. Ao analisar as representações de bôeres na ficção anglófona no período entre as guerras sul-africanas, Todd Lee conclui que Piet van Vooren, por sua origem miscigenada, era um “produto vivo e simbólico de um imperialismo fracassado, da Europa branca seduzida pela mãe negra simbólica – a África. Swart Piet sucumbiu aos aspectos sensuais da cultura africana, incluindo aspectos pagãos de magia, feitiçaria e superstição”<sup>114</sup>. Além disso, como supramencionado, Piet mantinha um *kraal* escondido entre as montanhas, onde vivia em regime de poligamia com suas esposas africanas: uma de suas concubinas, Asika, confirma que “Cabeça-de-Touro, nosso chefe, é um homem maligno. Oh! Eu sei pois sou uma das suas esposas Kaffir”; e van Vooren, o qual possuía “sangue Kaffir nas suas veias”<sup>115</sup>, pretendia capturar Suzanne, reiteradamente descrita como dotada de uma racialidade superior, para incluí-la em seu harém. Haggard, que escrevia em um momento no qual a ideia de uma sociedade colonial sul-africana era imaginada tanto por literatos quanto por políticos e historiadores (vide George McCall Theal) enquanto dirigida por uma elite branca, nascida da união de elementos bôeres e

---

<sup>112</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, pp. 18-19; p. 25.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>114</sup> LEE, op. cit., p. 17-18.

<sup>115</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p. 161; p. 320.

britânicos, certamente aludia aos riscos que a miscigenação com “raças inferiores” poderia acarretar. A poligamia era vista, em *Swallow*, não apenas como uma ameaça racial, por permitir a (re)produção de *half-castes*, mas também como um sinal da persistência de instituições nativas africanas diante do projeto colonial.

Como demonstrou Anne McClintock, a questão da poligamia estava diretamente relacionada ao controle da mão-de-obra africana. Diversos documentos coloniais da segunda metade do século XIX evidenciam que os ataques de missionários e colonos às práticas poligâmicas eram, com efeito, um ataque aos hábitos africanos de trabalho. Afinal, o “trabalho excedente que o homem negro controlava através de suas esposas era visto como uma ameaça direta e mortal aos lucros dos colonos”. Entre os Zulus, por exemplo, a unidade fundamental da sua organização social era o lar (*umuzi*), no qual um único homem (*umnumzana*) tinha autoridade sobre suas esposas, filhos, gado, jardins, pastos. Cada uma das esposas trabalhava em suas próprias terras, vivendo com os filhos em casas separadas, o que favorecia uma estrita divisão sexual do trabalho. Em *Cetywayo and his white neighbours*, Haggard já havia apresentado a ideia de que a poligamia era a base do poder Zulu, e a circulação de mulheres representava a veia jugular de sua estrutura sociopolítica e militar. Diante da impossibilidade de dissolver certas práticas costumeiras entre os africanos, incluindo a poligamia, tanto Haggard quanto Theophilus Shepstone haviam sido favoráveis a um sistema de taxas e impostos sobre as esposas, de modo a desviar os “lucros femininos do lar para o tesouro colonial, na forma de impostos de moradia e de casamento”<sup>116</sup>. Em *Swallow*, a poligamia aparece como o epicentro das maquinações vilanescas de Piet van Vooren: não o sistema bôer de latifúndios e fazendas, como em *Jess*, mas sim o *kraal*, o harém de esposas africanas (e, presume-se, de filhos bastardos), os lacaios nativos.

Assim como no caso de Frank Muller, Haggard utiliza-se de descrições fisiognômicas para demarcar a racialidade de Piet van Vooren, vista na ótica do letrado como fundamentalmente distinta do heróico Ralph, cuja expressão facial era associada a “um cavalo puro-sangue”. Piet, por sua vez, destacava-se pela força física, “pois ele tinha a vantagem de cinco anos [a mais], com olhos Kaffirs e arredondados, negros e crueis, cabelo negro e crespo que recaía sobre sua testa, lábios vermelhos e espessos, o lábio inferior recaindo de modo que os dentes brancos e largos e uma linha de gengivas pudessem ser vistos”. Por um lado, Haggard assegura ao personagem características comumente presentes nas descrições de masculinidade em seus romances, ao exemplo da “força bovina”. Contudo, sua constituição

---

<sup>116</sup> MCCLINTOCK, op. cit., pp. 372-374.



física era atrelada à condição racial, de modo que em sua face ficava visível “a crueldade e o calculismo de uma raça negra, misturada com a mente e a dominação da branca; um homem mal e terrível, que não conhece mestre exceto suas paixões, e nenhuma religião exceto a feitiçaria negra e a vil superstição”<sup>117</sup>. Sua loucura, caracterizada como hereditária – “eu sou louco, eu sei que estou louco, como meu pai e avô foram antes de mim”<sup>118</sup> – era agravada com as paixões desenfreadas e o desejo sexual por Suzanne Botmar. Conjugando entrecruzamentos de questões raciais e de gênero, Haggard visava caracterizar o *half-caste* como um obstáculo para a civilização, o resultado de um imperialismo fracassado, um lembrete das ansiedades brancas e de sua “vulnerabilidade” diante das massas de africanos que estariam “inundando as cidades”<sup>119</sup> no final do século XIX e início do século XX.

A associação simbólica entre a mestiçagem e o fracasso de determinadas políticas de colonização ultramarina ficam evidentes no antagonista de *Marie*, o luso-bôer Hernando Pereira. Seu ódio movido contra o aventureiro Allan Quatermain provoca o agravamento das relações entre os Zulus e os *voortrekkers*, o que fornece um álibi literário às crenças vigentes no período de que o massacre de Piet Retief e sua expedição havia sido causado pela intervenção britânica na região. Não parece ser aleatório o fato de que o personagem, enlouquecido pelos ciúmes, fosse relacionado por Haggard à presença lusitana no sul da África: desde *Cetywayo and his white neighbours*, o letrado já havia caracterizado a empreitada colonial portuguesa na região da Baía Delagoa (atual Baía de Maputo) como ineficaz e improdutiva. Na sua perspectiva, a região “era de nenhum valor direto para Portugal exceto pela honra e glória da coisa. Portugal nunca fez nada com ela, da mesma forma que com suas outras posses africanas, e nunca fará nada com ela”. A alternativa ao “orgulho nacional português” dependeria das negociações com os britânicos com o intento de ceder seus territórios coloniais, caso contrário, estariam fadados ao mesmo destino de suas outras colônias, “que estavam inteiramente nas mãos das tribos nativas, muitas das quais submissas ao grande chefe Zulu, Umzeila [Muzila], que possui sua fortaleza no nordeste”<sup>120</sup>. O colonialismo português no sudeste da África, especialmente nas regiões correspondentes à costa moçambicana, era retratado como retrógrado, claudicante e politicamente desarticulado – uma sombra trepidante de um glorioso passado colonial e um alerta a respeito das forças que cercam a destruição de impérios poderosos embora mal administrados.

---

<sup>117</sup> HAGGARD, op. cit., 1899, p. 94.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>119</sup> DUBOW, op. cit., 1995, p. 181.

<sup>120</sup> HAGGARD, op. cit., 1896, pp. lxvi; p. 94.

O período que emoldura a publicação de *Cetywayo and his white neighbours* e *Marie* também foi marcado por intensas disputas territoriais entre o Império Britânico e Portugal a respeito dos limites geopolíticos entre as terras administradas pela *British South Africa Company*, especialmente a Matabelelândia, a Mashonalândia, regiões da Rodésia, e as colônias portuguesas de Moçambique e Angola. Apesar dos esforços portugueses em manter o controle sobre a região do vale do rio Zambezi desde a metade do século XIX, diversos interesses políticos conflitantes estavam em jogo, ao exemplo dos avanços do Transvaal sobre a Baía Delagoa, a fundação da colônia alemã de Angra Pequena (Namíbia), e as cláusulas estabelecidas na Conferência de Berlim, as quais estabeleceram o pressuposto da ocupação efetiva de áreas coloniais almejadas pelas potências europeias. Em meados da década de 1880, o governo português reivindicou as terras ao norte do Zambezi, as quais haviam sido ocupadas por missionários britânicos e avançavam sobre os territórios administrados pela *British South Africa Company*. As expedições portuguesas sobre o atual território do Malawi não foram reconhecidas pelos britânicos, o que levou a uma crise política e diplomática em 1890 e um ultimato, por parte do governo britânico, que exigia a retirada das tropas lusitanas. Após conflitos armados entre os oficiais de Rhodes e as tropas portuguesas, os governos envolvidos iniciaram negociações que culminaram na assinatura de um tratado luso-britânico em 1890, e que fixava as fronteiras das colônias de Angola e Moçambique, transferia a província de Manicalândia (atualmente no Zimbábue) aos britânicos e formalizava os limites dos territórios administrados por Rhodes<sup>121</sup>. Além disso, é preciso acrescentar que os interesses pela região no vale do Zambezi haviam se intensificado depois da descoberta de diamantes e ouro entre os rios Vaal e Orange, e que as ambições de Portugal sobre a província de Manicalândia incluíam os esforços em controlar as atividades de mineração naquela região<sup>122</sup>.

Percebe-se, portanto, que Haggard escrevia em um contexto marcado por recentes rivalidades e negociações tensas entre as forças lusitanas e britânicas, empenhadas em manter o controle político e econômico sobre o norte do rio Zambezi. Desta forma, Hernando Pereira era apresentado na trama não necessariamente como uma ameaça racial – afinal, era o resultado da união entre duas raças brancas – mas sim como um risco econômico. Desde o início da trama, era descrito como o filho de uma mulher bôer “que casou com um português da Baía Delagoa chamado Pereira, e que veio à Colônia do Cabo para negociar, muitos anos

<sup>121</sup> SCHREUDER, op. cit., 1980; AXELSON, Eric. *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.

<sup>122</sup> SANTOS, op. cit., p. 227

antes, e lá se estabeleceu”. Ambos estavam mortos, e o filho, primo de Marie Marais, “havia herdado toda a sua fortuna, muito considerável”. A família Pereira havia enriquecido graças às atividades comerciais do pai de Hernan, o qual “negociava vinho e bebidas espirituosas [*spirits*] sob algum monopólio governamental”. Após sua morte, “o governo da Colônia retirou o monopólio” das bebidas, “o qual [Hernan] considerava como um plano e um escândalo, um ato que deixou Hernando Pereira muito furioso, embora ele não precisasse mais de dinheiro, e lançou-se de coração e alma nos esquemas dos bôeres insatisfeitos”<sup>123</sup>. Como resultado, Pereira envolveu-se nos planos dos *voortrekkers*, tornou-se uma das lideranças no movimento migratório, e graças aos seus contatos na Baía Delagoa, mobilizou a partida de uma das caravanas para aquela região. O resultado foi trágico, já que o comboio de *voortrekkers*, que incluía Marie Marais e seu pai, foi massacrado por nativos, escassez de recursos, epidemias e fome.

De forma semelhante aos demais antagonistas mestiços, Hernan era descrito por Haggard como um “homem alto e escuro”, um “valentão opulento”, “homem alto e esplêndido, que se erguia diante de [Allan] com suas roupas refinadas, pois ele estava ricamente vestido à moda do período”<sup>124</sup>. Apesar da generosidade e bravura de Quatermain, que resgata Hernando após abandonar os *voortrekkers* e padecer de malária, o luso-bôer tenta assassinar o herói em diversas situações, em represália pelo relacionamento entre Allan e Marie: “Hernan Pereira”, [Allan] disse, “você é um mentiroso e um covarde. Você tentou me matar porque Marie me ama e te odeia, e você quer forçá-la a casar-se com você”. Como resultado, Quatermain passa a considerá-lo como “mais perigoso para mim do que todos os homens e feras selvagens na África juntos”<sup>125</sup>. Posteriormente, Quatermain descobre que a captura dos *voortrekkers* realizada pelos Zulus havia sido resultado de um acordo secreto realizado entre Dingane e Hernan Pereira. Além disso, após o massacre de Piet Retief e de sua delegação, o luso-bôer é o primeiro a acusar Allan de ser o responsável pelas mortes, envolve-se no julgamento bôer que o condena à execução, e posteriormente conspira para que a pena fosse executada imediatamente sob o risco de intervenção britânica. Ao imaginar o *Great Trek* a partir das trajetórias de homens e mulheres comuns, Haggard produz uma versão do passado que retira a responsabilidade da presença colonial britânica pelo acirramento da violência interétnica na região, e culpabiliza bôeres e luso-bôeres como Hernan Pereira pelos martírios de Piet Retief e seus companheiros.

---

<sup>123</sup> HAGGARD, op. cit., 1912, p. 47.

<sup>124</sup> Ibidem. p. 47; p. 53.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 165; p. 147.

O mundo social descrito em *Marie* ainda era permeado pelo peso do racismo, mas, comparativamente aos outros romances, as distinções entre brancos e negros eram mais acentuadas do que as diferenças entre britânicos e bóeres, tal qual em *Jess*. Como supramencionado, Haggard estava preocupado em elaborar quadros explicativos para a formação de uma elite colonial, surgida a partir da união de elementos britânicos e *afrikaners*. Isso explicaria talvez os motivos pelos quais a racialidade de Hernan Pereira não ser tão enfatizada quanto seus antecessores (Frank Muller e Piet van Vooren). Entretanto, conclui-se, a mestiçagem continuava a ser uma questão presente e estigmatizada na produção literária de Haggard. Anne McClintock sugere que esta ansiedade trazia consigo algo como uma nota autobiográfica, já que Haggard partilhava, assim como muitos homens da alta classe média no período tardo-vitoriano, uma preocupação com as origens e a “pureza” sanguínea. Para desconforto de Haggard e de sua primeira biógrafa (sua filha, Lílias Haggard), a linhagem familiar não parecia ser inteiramente sadia, já que sua bisavó judia-russa teria transmitido, por meio de seu “malfadado sangue”, traços de instabilidade mental<sup>126</sup>. Lembremo-nos dos termos utilizados pelo letrado para descrever-se em sua infância: criança estúpida e incompetente, apto somente a ser um verdureiro, sem futuro num mundo rural marcado pelo declínio nas relações paternalistas e queda dos preços na produção agrícola. Sua idiotice talvez seria compreendida na lógica do final do século XIX enquanto congênita e derivada das misturas interétnicas (sem mencionar o explícito antissemitismo). Para redimir sua mácula, Haggard lançar-se-ia ao serviço colonial em Natal na adolescência, engajaria fervorosamente com os projetos anexacionistas e confederacionistas na década de 1870, testemunharia a guerra entre os bóeres e britânicos entre 1880-1881, e ressentido com a derrota, retornaria à metrópole para destilar suas paixões políticas na escrita literária.

A análise dos personagens mestiços, *half-castes* e *coloureds*, na ficção de Haggard possibilita denotar a extensão dos discursos racialistas e degeneracionistas na imaginação literária, bem como a construção e a consolidação do racismo, especialmente a partir das figurações sobre a África e os africanos na intenção de legitimar práticas políticas nas colônias. Ainda que ambivalente a respeito de certos aspectos, como demonstrado por sua admiração pelas instituições e disciplina militar entre os Zulus, persiste nos romances de Haggard traços daquilo que Valentim Mudimbe designou de “biblioteca colonial”, isto é, um conjunto de discursos constituídos no signo da alteridade, erigidos a partir do Ocidente em categorias etnocêntricas, que teriam interferido fortemente na compreensão das circunstâncias

---

<sup>126</sup> MCCLINTOCK, op. cit., p. 347-348.

sociais concretas vivenciadas no continente, tanto dos atores externos quanto dos próprios africanos<sup>127</sup>. A mobilização de categorias raciais desempenhava um evidente papel político nos esforços da empreitada colonial em cercear e subjugar as populações africanas, bem como vilificá-las enquanto subhumanos, para assim legitimar práticas como a violência, o extermínio étnico, a segregação e a expropriação de terras. Por tocar no simbólico, no imaginário e no afetivo, e sobretudo por contribuírem para legitimar o colonialismo diante da opinião pública, os romances aventurecos desempenharam uma função nada desprezível nesse processo marcado pela corrida colonial.

---

<sup>127</sup> MUDIMBE, Valentim Y. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Lisboa: Mangualde, 2013, p. 12.

## 8. POST-SCRIPTUM: O RETORNO DE RIDER HAGGARD (ÁFRICA DO SUL, 1914)

Com o desfecho da guerra sul-africana de 1899-1902, e a dissolução das antigas repúblicas bôeres do Transvaal e do Estado Livre de Orange – incorporadas enquanto províncias britânicas no pós-guerra – os debates acerca da unificação nacional dos territórios se intensificaram. Esses projetos começaram a ganhar forma em maio de 1908, quando representantes políticos das Colônias do Cabo, de Natal, do Transvaal e de Orange River reuniram-se para elaborar planos acerca da construção de novas rotas ferroviárias no cenário pós-guerra e da tarifação de produtos que seriam transportados nestas linhas férreas. Na ocasião, o estadista Jan Smuts, que recentemente havia fundado o *Het Volk* (Partido do Povo), voltado aos interesses *afrikaners*, propôs que uma convenção nacional fosse realizada para planejar, de forma efetiva e coletivamente, a unificação política da África do Sul. Naquele mesmo ano, a Convenção reuniu-se em Durban, e contou com a participação de políticos de cada um dos territórios envolvidos, totalizando catorze *afrikaners* e dezesseis britânicos – “nenhum representante das populações nativas, contudo, estava presente”<sup>1</sup>. Embora houvessem expectativas de que a Convenção Nacional de 1908 fosse capaz de aprovar a formação de uma Federação Sul-Africana, semelhante ao modelo proposto na década de 1870 por Lord Carnarvon, um projeto unionista saiu vencedor.

Na perspectiva de alguns dos membros da Convenção, o projeto federacionista poderia dar margem à fragmentação política ou ainda resultar em conflitos semelhantes aos da guerra sul-africana de 1899. Entre 1908 e 1909, os membros da Convenção reuniram-se em quatro momentos – em Durban, entre outubro e novembro de 1908; na cidade do Cabo, entre novembro e dezembro de 1908 e, posteriormente, entre janeiro e fevereiro de 1909; e em Bloemfontein, em maio de 1909. Uma das questões discutidas e que causou acalorados debates dizia respeito ao direito dos nativos africanos ao voto, já que os representantes do Cabo, embasados em sua tradição “liberal”, desejavam que este direito fosse ampliado a todos os territórios da nação, enquanto que os demais membros opunham-se a essa proposta. Segundo Raquel Gomes, um dos políticos do Cabo presente na Convenção, John Xavier Merriman, afirmava que existiam “aqueles que gostariam de se livrar completamente das raças nativas sul-africanas; contudo, havia também aqueles que defendiam que o futuro da nação passava pelo debate sobre o voto nativo – os africanos deveriam não apenas ter liberdade, mas também direito à cidadania”<sup>2</sup>. Da tensão política na Convenção, a solução

---

<sup>1</sup> GOMES, op. cit., 2015, p.174.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 175.



firmada entre seus membros colocou a questão nativa em segundo plano, mantendo as leis que organizavam o sufrágio em cada um dos territórios e estabelecendo que a questão poderia ser discutida após a constituição da União Sul-Africana.

Em fevereiro de 1909, a Convenção produziu um documento que estabelecia um esboço da constituição da União Sul-Africana e fixava a representação de cada unidade geopolítica no novo estado nacional. A proposta foi recebida positivamente no Transvaal e em Orange River, enquanto que os representantes políticos de Natal desconfiavam das proposições econômicas elaboradas pela constituição. Ademais, a elite política de Natal relutara com relação à ideia da União Sul-Africana, pois temia a possibilidade de ser dominada pela esfera de influência *afrikaner*; contudo, a revolta Zulu de 1906 (ver capítulo anterior) provocou ansiedades acerca da segurança interna e estabilidade política, tornando seus representantes mais flexíveis ao projeto unionista. A proposta pouco tratava sobre os direitos políticos de africanos ou a legitimação de sua cidadania, pois se concentrava muito mais em garantir a reconciliação com o lado *afrikaner* da questão, para conseguir assim a estabilidade econômica após a criação do novo estado. Diversas organizações preocupadas com os direitos dos nativos e *coloureds* reuniram-se naquele contexto, ao exemplo da *Native Convention*, reunida em Bloemfontein em março de 1909, e que se constituiu num espaço de discussão dos africanos negros acerca de sua participação política no novo estado nacional, e, posteriormente, a publicação do discurso de Abdullah Abdurahman, *To the Coloured People of South Africa* (junho de 1910), concernente aos direitos políticos dos *coloureds* em um momento marcado pelo estabelecimento de políticas de controle e segregação<sup>3</sup>.

Em linhas gerais, a proposta elaborada em fevereiro de 1909 estabelecia um sistema político unitário, mantido por um parlamento composto por duas câmaras (Senado e Assembléia), e um governador-geral como chefe do executivo. As quatro colônias seriam transformadas em províncias da União Sul-Africana, cada uma contendo sua própria assembléia regional. Os idiomas inglês e holandês seriam igualmente reconhecidos, e a proposta ainda estabelecia a possibilidade da incorporação da Rodésia do Sul e dos territórios britânicos da Basutolândia, da Bechuanalândia e da Suazilândia. Os representantes de todas as quatro colônias concordavam que a União seria incompleta sem a anexação destes territórios. No clima de reconciliação política, a União Sul-Africana foi estabelecida em 31 de março de 1910 e o primeiro-ministro eleito, Louis Botha, estava cercado por um governo composto por figuras proeminentes do lado britânico e *afrikaner*, incluindo dois generais bôeres, Jan Smuts

---

<sup>3</sup> SALVE, Giovanni Grillo. *Uma história de traição: um projeto assimilacionista coloured na Cidade do Cabo, 1906-1910*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2012, pp. 189-190.

e Barry Hertzog. A constituição não estabelecia plena soberania quanto ao Império Britânico, e como resultado disso diversos setores da economia, especialmente do comércio, das finanças e da mineração, além do serviço civil, eram dominados por britânicos. É preciso também lembrar que a União Sul-Africana foi acompanhada pela aprovação de leis segregacionistas e pela exclusão política da população negra: o *Mines and Works Act* (1911) proibia negros de trabalhar em funções especializadas nas indústrias e o *Natives' Land Act* (1913) estabelecia bases jurídicas do segregacionismo, proibindo africanos de adquirir terras, exceto em reservas nativas, que sumarizavam uma fração minoritária de todo o território nacional. Como resultado, milhares de nativos foram desalojados e destituídos de seus direitos políticos, os quais estavam atrelados à posse de terras. O político e intelectual Sol Plaatje, um dos fundadores do *South African Native National Congress*, relatou que “ao despertar numa sexta-feira, 20 de junho de 1913, o nativo sul-africano percebeu-se não como um escravo, mas como um pária na sua terra natal”<sup>4</sup>.

Como Rider Haggard teria reagido às notícias do estabelecimento da União Sul-Africana? Talvez considerasse o momento como a concretização dos sonhos confederacionistas da década de 1870, com os quais ele engajou-se fervorosamente durante a anexação do Transvaal às posses britânicas. Possivelmente entusiasmara-se com o clima de reconciliação entre britânicos e bôeres, ou pelo menos é o que sugere seus romances publicados naquela década (em especial *Swallow* e *Marie*), e certamente preocupava-se com as diferenças numéricas entre negros e brancos no novo estado nacional. Em março de 1914, o jornal *Natal Witness* publicou um dos discursos de Haggard, no qual realizava uma retrospectiva de sua trajetória sul-africana, ao mesmo tempo em que apontava suas preocupações concernentes ao futuro da África do Sul: “qualquer um que conhece a África será imprudente ao profetizar que não há problemas adiante, pois sem problemas não haveria a África”. De modo prioritário, concernia à Haggard “a questão do aumento da população branca; que não está ocorrendo tão rápido como se poderia esperar (...). E então você tem o aumento da população nativa, que é uma questão séria e difícil”. Nas entrelinhas, acreditava que a nação sul-africana precisaria investir em sua economia interna, pois “você não pode construir uma civilização importando navios de corsets europeus baratos”, mas, acima de tudo, “as raças precisam aprender a conviver e lutar juntas com o objetivo do bem comum”<sup>5</sup>.

Em janeiro de 1912, Haggard foi convidado pelo secretário colonial para integrar uma Comissão Real com o objetivo de visitar, em um período de três anos, os antigos territórios

---

<sup>4</sup> MEREDITH, op. cit., 2008, p. 523.

<sup>5</sup> ECHOES OF THE Past: Famous Novelist's Reminiscences. *Natal Witness*, 28 de março de 1914, p. 1.

coloniais britânicos da Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Newfoundland e Canadá, categorizados como “domínios” ultramarinos, termo introduzido em 1907 para se referir a regiões com governo autônomo, embora ainda vinculadas ao Império. A Comissão seria integrada por seis emissários da metrópole, e cinco representantes de cada um dos territórios visitados. O projeto enquadrava-se em um momento de crescente competição internacional entre nações industrializadas, e possivelmente vinha em resposta aos temores de declínio nas esferas econômica e militar. Simultaneamente, as funções da Comissão possivelmente integravam as perspectivas de uma *Greater Britain* elaboradas no final do século XIX, uma fantasia política que enredava uma liga de nações anglo-saxônicas como alternativa ao colonialismo praticado até aquele momento<sup>6</sup>. A Comissão estaria encarregada de elaborar um relatório acerca da situação política, social e econômica nos domínios ultramarinos, além de investigar e relatar os recursos naturais, as possibilidades de investimento industrial, as condições de comércio entre os territórios, além de suas demandas de gêneros alimentícios e matérias primas. Feitos os preparativos, os membros da Comissão<sup>7</sup> viajaram para a Austrália e a Nova Zelândia em 1913, e para a África do Sul em fevereiro de 1914. O momento marcou o retorno de Haggard à África do Sul, e o letrado registrou suas impressões de viagens em um diário<sup>8</sup>, que corresponde ao período entre fevereiro e maio daquele ano.

A documentação elencada (diários de viagens) insere-se em uma longa tradição de viajantes que, pelo menos desde meados do século XV, registraram suas impressões a respeito da África pré-colonial, por meio de narrativas que revelavam as analogias, perplexidades e categorizações de europeus diante de espaços e grupos étnico-sociais desconhecidos. Além do mais, estes relatos de viagem “estavam orientados por esquemas de percepção e de

---

<sup>6</sup> BELL, Duncan. The Project for a New Anglo Century: Race, Space and Global Order. In: KATZENSTEIN, Peter (org.). *Anglo-America and its Discontents: Civilizational Identities Beyond West and East*. Londres: Routledge, 2012, pp.33-55.

<sup>7</sup> Segundo Stephen Coan, a Comissão Real era composta pelos seguintes membros: Edgar Vincent (presidente); Alfred Bateman; Joseph Tatlow; William Lorimer; Tom Garnett; e Rider Haggard. Os representantes dos domínios ultramarinos eram: George Foster (Canadá); Jan Willem Langerman (África do Sul); John Robert Sinclair (Nova Zelândia); Donald Campbell (Austrália); Edgar Rennie Bowring (Newfoundland). Edward Harding foi o secretário. A viagem a Newfoundland e ao Canadá começou em julho de 1914, e terminou após a deflagração da Primeira Guerra Mundial em agosto de 1914. A visita ao Canadá foi finaliza em Agosto de 1916, sem a participação de Haggard. O relatório foi entregue em fevereiro de 1917 (COAN, Stephen. Introduction. In: HAGGARD, H. Rider. *Diary of an African Journey*. Nova York: New York University Press, 2001, p. 24).

<sup>8</sup> É preciso esclarecer que, de fato, existiram quatro diários: um *rough diary* (esboço), salvo-guardado no Norfolk Records Office (MC32/51 NRO), o qual sumariza, em cerca de 190 páginas manuscritas, as informações mais essenciais da viagem (datas, lugares, e breves apontamentos sobre o trajeto percorrido); uma versão revisada, redigida na viagem de retorno (que se encontra desaparecida); e uma versão posteriormente datilografada por sua secretária, Ida Hector. Na década de 1950, uma segunda transcrição datilografada foi realizada, embora com diversas grafias alteradas, em especial acerca de topônimos sul-africanos. A pesquisa utiliza como base o *rough diary* e a versão publicada do diário datilografado, editado por Stephen Coan em 2001.

representação de sua época”<sup>9</sup>, comumente retratando a África e os africanos como povos sem conhecimentos de leis ou de escritas, anacrônicos ou extemporâneos. Em termos metodológicos, a análise sobre relatos de viagem implica em uma atenção redobrada aos entrecruzamentos de realidade e ficção, para apreender os lastros do imaginário do viajante e os processos de construção de suas visões de mundo. No caso em questão, interessa compreender as vias pelas quais o letrado viajante representa a ação política e as resistências africanas em um contexto marcado pelo enrijecimento de leis segregacionistas, especialmente devido aos impactos do *Natives' Land Act*.

No momento em que Haggard foi convidado para participar da Comissão Real, a família de seu antigo mentor, Theophilus Shepstone, havia contactado o literato com a proposta de escrita de um estudo biográfico do antigo administrador colonial. Ocupado com a perspectiva do trabalho árduo junto da Comissão, Haggard recusou a empreitada biográfica, mas ofereceu seus serviços a James Stuart (1868-1942), que possivelmente encarregara-se do projeto. Historiador, folclorista e linguista, James Stuart acumulara uma carreira como funcionário civil em Natal, atuando na implementação de políticas de controle colonial ao mesmo tempo em que demonstrava empatia com a situação política dos nativos sul-africanos. Como resultado, Stuart registrou os testemunhos orais de cerca de duzentos africanos de Natal, da Zululândia e da Suazilândia, constituindo um dos acervos mais expressivos no que diz respeito à história dos Zulus e dos reinos daquelas regiões. Stuart esteve em Londres entre maio e agosto de 1912, pela ocasião da publicação de seu *A History of the Zulu Rebellion*, no qual estudou o sistema de organização político-militar dos Zulus, bem como as causas e consequências da insurreição de Bambatha em 1906. É muito possível que o literato e o historiador tenham se conhecido neste período, e posteriormente Haggard dedicaria um dos seus romances da trilogia Zulu (*Child of Storm*, 1913) a Stuart<sup>10</sup>.

Após uma passagem pelas Ilhas Madeira, que serviram de cenário ao primeiro romance de Haggard (*Dawn*, publicado em 1881), a Comissão chegou ao porto da Cidade do Cabo no final de fevereiro de 1914. O itinerário de viagem da Comissão previa visitas pelas quatro províncias (Cabo, Orange River, Natal e o Transvaal); Haggard planejou ainda, após a finalização dos trabalhos, visitar a Rodésia e a Zululândia. A chegada ao Cabo – o retorno de Rider Haggard à África do Sul – foi registrada no diário como marcada por “prazer, misturada com uma certa melancolia, que mais uma vez eu vi as nuvens que se erguiam feito água

<sup>9</sup> CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Evidências de História nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial. Revista *Aedos*, v.1, n.1, 2008, p. 13.

<sup>10</sup> COAN, op. cit., p. 25.

jorrando sobre os *kloofs* e as laterais íngremes de Table Mountain”. Na perspectiva do letrado, a África do Sul não era a mesma de sua juventude, mas “o raiar do sol é o mesmo – o glorioso e eterno sol africano”, capaz de fazer “esta terra de problemas parecer tão pacífica”<sup>11</sup>.

Entre jantares e eventos políticos na cidade do Cabo, Haggard teve a oportunidade de encontrar-se com diversas lideranças políticas, bôeres e britânicos, ao exemplo do primeiro-ministro Louis Botha, o líder da oposição, Thomas Smartt, o ministro da agricultura, Hercules van Heerden, e o ministro da mineração, François Stephanus Malan. De imediato, uma mesma questão ressaltava nos diálogos narrados entre Haggard e Botha: o controle da mão-de-obra na África do Sul. O movimento operário e as greves trabalhistas em Joanesburgo, promovidas por mineradores brancos em 1913, eram vistas com ansiedade pela elite política no Cabo e, na ótica de Haggard, estava claro que Botha “favorecia o emprego de mais nativos e menos brancos problemáticos e bem pagos”, estes recebendo “nove vezes mais do que aqueles”<sup>12</sup>. Sabe-se que aquele contexto foi marcado pela emergência de movimentos trabalhistas ou de orientação socialista, especialmente no Cabo, ao exemplo do *Labour Party* (Partido Trabalhista), fundado em março de 1910 com a premissa de defender os direitos do operariado branco e que, em junho de 1913, cerca de 18 mil funcionários das minas de Witwatersrand aderiram à greve em resposta às condições de trabalho e à baixa remuneração. Os confrontos com as forças policiais levaram o governo sul-africano a instaurar lei marcial, e após semanas de repressão violenta, Botha e Smuts entraram em negociação com os trabalhadores em Pretória; a despeito das discordâncias de alguns líderes socialistas, outras lideranças do movimento aceitaram os termos e a greve foi dissolvida<sup>13</sup>.

É preciso lembrar que a fala de Botha, registrada no diário de Haggard, estava profundamente enraizada no contexto de aprovação do *Natives' Land Act* de 1913, o qual legitimava exatamente as ambições dos *randlords*, isto é, “o desejo de controlar o nativo e a demanda por mão de obra na indústria mineradora”<sup>14</sup>. Antes mesmo da implementação do *Natives' Land Act*, os governos sul-africanos já haviam promovido esforços para garantir a continuidade, o controle e o barateamento sobre a mão-de-obra africana. Em 1911, por exemplo, o governo criou o *Native Labour Bureau*, uma subseção do Departamento de Assuntos Nativos, e aprovou o *Native Labour Regulation Act*, com a intenção de manter um fluxo constante de trabalhadores migrantes para as minas de ouro, além de centralizar o

<sup>11</sup> HAGGARD, H. Rider. *Diary of an African Journey*. Nova York: New York University Press, 2001, pp. 52-53.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>13</sup> KATZ, Elaine. *White Workers in the Transvaal - A Trade Union Aristocracy: A History of White Workers in the Transvaal and the General Strike of 1913*. Joanesburgo: University of the Witwatersrand, 1976.

<sup>14</sup> GOMES, op. cit., 2015, p. 181.

controle estatal sobre operários negros nas áreas industriais<sup>15</sup>. Além do mais, o *Native Labour Regulation Act* criminalizava as greves realizadas por negros, se estivessem submetidos formalmente a contratos de trabalho<sup>16</sup>, e a já mencionada *Mines and Work Act* permitia a “garantia de certificados de competência para um grande número de ocupações especializadas na indústria mineira somente para brancos e *coloureds*”<sup>17</sup> – o que na prática atribuía posições de supervisão aos funcionários brancos e reservava aos negros o trabalho braçal.

Para Haggard, a questão do trabalho na África do Sul era indissociável da questão racial. O letrado descrevia de forma otimista a formação de uma elite sul-africana composta pela união de bôeres e britânicos, já que “as animosidades raciais estão começando a desaparecer” – embora, deva-se destacar, há certamente algo de paternalista no modo como o romancista descreve as novas lealdades dos bôeres à autoridade britânica, já que parece obliterar as resistências e ressentimentos nesse processo. Os rastros do emergente segregacionismo na África do Sul aparecem nas falas relatadas por Haggard em seu diário: em um dos jantares na Cidade do Cabo, o letrado registrou o posicionamento do político sul-africano Henry Nourse, o qual advogava a “segregação de todos os nativos, ao ponto de não permitir que nenhum deles seja empregado em funções domésticas” (...), e substituídos “por pessoas brancas, especialmente mulheres jovens, que seriam trazidas da metrópole”. Em nenhum momento Haggard parece opor-se à proposta, embora reconheça a impossibilidade de sua realização, já que “estas miríades exportáveis não existem no Reino Unido; e que se existissem eles nunca viriam à África do Sul para fazer o trabalho de um lacaio”<sup>18</sup>. A tendência, na perspectiva dele, rumava a direções contrárias:

O homem negro está movendo uma cunha no tecido da civilização Europeia, e está permeando através dele. Ele está se tornando habilidoso em muitas formas, e está adquirindo educação (...). Ele está começando a pensar por si próprio, e demandar uma retribuição justa pelas recompensas de seu trabalho. O trabalhador branco, por outro lado, está declinando, daí sua fúria e violência. Milhares deles, por exemplo, que foram importados ao Rand, sobretudo talvez para serem convertidos em eleitores brancos, perdem seus trabalhos, ou correm o risco, já que o nativo pode fazer o mesmo pela metade ou um quarto do preço, e é muito mais tratável e geralmente trabalha melhor. Um apto cavalheiro com quem almocei hoje na Parliament House, Sir Meiring Becke, foi ainda mais longe ao sugerir que uma solução final para os problemas desse país possa ser a fusão das raças branca e negra, não apenas para a África do Sul, mas para o mundo Ocidental em geral. Sua

<sup>15</sup> DUNCAN, David. The Regulation of Working Conditions for Africans, 1918-1948. *History Workshop: Structure and Experience in the Making of Apartheid*. Joanesburgo: University of the Witwatersrand, 1990, pp. 1-28.

<sup>16</sup> WILSON, Francis. *Labour in the South African Gold Mines (1911-1969)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972, p. 10.

<sup>17</sup> FRITZEN, Marlova Teresinha. *Classe e raça na formação do mundo do trabalho na União Sul-Africana, de 1907-1936*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2019, p. 30.

<sup>18</sup> HAGGARD, op. cit., 2001, pp. 56-57.



ideia era que se e quando os povos europeus falharem devido ao suicídio racial e exaustão, o Ariano e o Oriental amarelo irão invadir e absorver ao invés de massacrar os sobreviventes<sup>19</sup>.

Da perspectiva de Haggard, as reivindicações de africanos por direitos políticos, ao exemplo das pautas levantadas na *Native Convention* e do *South African Native National Congress*, partido fundado por Sol Plaatje e John Langalibalele Dube em 1912, aparentavam ser um elemento novo – “ele está começando a pensar por si próprio” – o que evidencia a extensão da visão de mundo paternalista do letrado, incapaz de observar o africano enquanto dotado de sua própria agência ou incapaz de reivindicar seus direitos e de resistir às forças coloniais, se não pela via da violência. Por outro lado, o romancista parece demonstrar razoável percepção dos processos de racialização do mundo do trabalho na África do Sul – daí a “fúria e violência” dos trabalhadores brancos? – na medida em que, mesmo no cerne dos movimentos trabalhistas, difundia-se a ideia de que brancos e negros possuíam vontades e atuações distintas no campo profissional, construindo assim uma estrutura rigorosamente hierárquica da força de trabalho. As ansiedades raciais parecem permear o cotidiano de Haggard em sua jornada pelo Cabo e, nas suas anotações referentes à tarde ensolarada de 7 de março de 1914, relata os almoços com a família do primeiro-ministro e as discussões a respeito do destino racial da África do Sul: “o nativo não pode mais ser suprimido, ou mesmo oprimido: ele deve seguir seu destino e frequentemente ele tem sido um indivíduo competente e capaz”. Por outro lado, entre os bôeres, Haggard já identificava as marcas do “suicídio racial”<sup>20</sup>, isto é, a transformação nos padrões familiares marcada pela diminuição do número de filhos. Como resultado,

Talvez finalmente a África do Sul seja o resultado das raças negras com uma mistura de sangue branco. O risco de guerra entre os brancos e os Bantos passou, mas há outros riscos. Assim, o que eu vi no dia anterior, homem branco e negro, trabalhando lado a lado, era um deles: assinalava a igualdade vindoura. E uma vez que isso seja estabelecido, como poderão as minguantes pessoas brancas defender-se contra uma raça emergente, que já é quatro ou cinco vezes mais numerosa?

Na metade de março, Haggard e a Comissão Real deixaram Port Elizabeth e seguiram de trem até Kimberley, atravessando a antiga república bôer do Estado Livre de Orange. Na região entre Kimberley e Bloemfontein, Haggard deparou-se com os efeitos da falta de chuvas no *karoo*, que resultou em perdas catastróficas para muitos agricultores na região e na desvalorização das terras. Além das fazendas locais, Haggard visitou as instalações da

<sup>19</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>20</sup> Ibidem, pp. 72-73.

companhia de mineração De Beers, fundada por Cecil Rhodes em 1888, com atenção flutuante às condições de vida e trabalho dos empregados nativos. Se julgarmos pelos registros do letrado, os trabalhadores nativos estavam submetidos a um processo de disciplinarização e adestramento para a labuta nas minas, vivendo em alojamentos “em um estado de estrito aprisionamento”, sob vigilância para evitar o contrabando de diamantes, inspeções médicas obrigatórias e sujeitos a constantes epidemias de pneumonia e escorbuto. Contudo, o viajante deixa escapar breves referências às instâncias nas quais a rede disciplinar era fraturada por meio de práticas culturais e táticas mobilizadas pelos trabalhadores nativos em contato com as normatizações cotidianas: seja por um dos mineradores que portava “um fragmento de algum amuleto ou medicamento (*mouti*) escondido em um chapéu”, ou o outro que “tocava banjo e lia a Bíblia”, ou nas “ocasionais lutas selvagens e tribais”<sup>21</sup> que certamente rompiam o cotidiano do trabalho nas minas e exigiam a intervenção de soldados. O reforço à disciplina e a hierarquização racial, enquanto formas de manutenção da ordem nos campos de mineração, conviviam com instâncias nas quais elementos culturais e práticas sociais dos trabalhadores negros eram acionados para criar fissuras nas forças de constrangimento no mundo do trabalho.

O período de estadia em Orange River foi breve, e na semana seguinte a Comissão avançou rumo à Natal, atravessando a cordilheira de Drakensberg rumo às cidades de Ladysmith, Colenso e Newcastle, trajeto no qual Haggard visitou os antigos campos de batalha e os túmulos de soldados britânicos e bôeres mortos durante a guerra de 1899-1902. Para Haggard, aquela parte da jornada soava como uma nota pessoal: o letrado aproveitou a ocasião para visitar sua antiga fazenda, Hilldrop, de onde acompanhou o desenrolar da primeira guerra sul-africana, no início da década de 1880. No destino seguinte, Maritzburg, Haggard encontrou-se com o supramencionado historiador e linguista James Stuart, que posteriormente acompanharia o letrado na jornada à Zululândia. Stuart também fora capaz de localizar um antigo conhecido de Haggard: seu lacaios Mazuku. Na visão de mundo de Haggard, marcada pelas forças do paternalismo, Mazuku continuava sendo o “menino Zulu”, fiel e obediente, e o letrado relata de forma emocionada o modo como o africano, já idoso, continuava a responder às ordens com um “*Inkoosi y pagate! Baba!* (antigo chefe! Pai!), portanto significando obediência à ordem”<sup>22</sup>. Posteriormente, descreve a devoção de Mazuku, ao afirmar que continuaria a viver com Haggard, caso este decidisse permanecer na África do Sul. O romancista ainda surpreende-se por ser identificado como “o filho de Sompseu”, em

---

<sup>21</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 112.

referência à Theophilus Shepstone – por extensão, um lembrete dos laços paternalistas que constituem sua percepção de relações hierárquicas de poder entre africanos e europeus, traduzidos em um mundo de simbolismo paterno e filial.

Na ocasião do reencontro com Stuart e Mazuku, Haggard discutiu com o historiador diversos tópicos referentes à história dos Zulus, especialmente elementos históricos que haviam sido apropriados pelo letrado em seu romance, *Nada the Lily*, incluindo as circunstâncias em torno da morte de Nandie, mãe de Shaka. No dia seguinte, o romancista interrogou Socwatsha, um Zulu idoso e caracterizado em suas anotações (mas não no diário datilografado) como o “filho de Papu da tribo Ngcobo”<sup>23</sup>, o qual relatou o luto proclamado por Shaka pela ocasião da morte de sua mãe, bem como os rumores em torno do falecimento do príncipe Mbuyazi, morto em disputas dinásticas com seu irmão, Cetshwayo. O episódio descrito no diário evidencia um dos traços centrais na constituição do arcabouço imaginativo de Haggard ao longo de sua trajetória, isto é, sua dependência em testemunhos orais de informantes africanos, especialmente se vinculados à realeza Zulu. Ao lado disso, demonstra que, na perspectiva do romancista, a produção ficcional estava profundamente entrelaçada aos relatos produzidos por historiadores como James Stuart e contribuiria para a formação do senso de coesão e unidade ao contexto sul-africano.

A Comissão chegou ao Transvaal no final de março, e iniciou sua visita em Pretória, onde Haggard havia atuado, no final da década de 1870, junto à comitiva de Theophilus Shepstone. Foi aqui que, em um dos jantares oferecidos pela elite política local, o letrado talvez tenha confrontado algumas das suas ações passadas: embora o elogiasse por suas obras literárias, o discurso do juiz-presidente Jacob De Villiers acusava Haggard de “nem sempre lidar de forma muito afetuosa com ‘a parte mais velha da população’”, em referências às atitudes racialistas do romancista com os bôeres em seus primeiros romances. O viajante defende-se, ao afirmar que em outros de seus romances, ao exemplo de *Swallow* e *Marie*,

eu lidei com eles de forma muito afetuosa, de fato. Pelo restante, o que há de ser retificado? *Cetywayo and his white neighbours* é uma história verdadeira, e os bôeres em *Jess* são imagens reais de algumas pessoas da época, e o vilão, que foi inspirado em fatos reais, é um retrato verdadeiro de certo tipo de homem mestiço, e quanto à própria Jess, todos amam ela, tanto ingleses quanto holandeses<sup>24</sup>.

A estadia no Transvaal foi perpassada por reuniões e conferências acerca da questão agrícola e da mineração na África do Sul, bem como os debates sobre os “brancos pobres, os

<sup>23</sup> HAGGARD, H. Rider. *Rough Diary* (1914). Norfolk Records Office. NRO MC32/51, s.p.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 130.

quais são muito numerosos na África do Sul e especialmente em Joanesburgo”. Neste ponto, Haggard parece mobilizar a perspectiva de remanejamento agrário que desenvolvia desde meados da década de 1890, propondo que tais camadas da população fossem reintegradas ao serviço agrícola com o apoio de instituições de caridade, as quais seriam responsáveis pela formação moral dos filhos de agricultores empobrecidos. Na perspectiva dele, “a questão do branco empobrecido é um dos grandes problemas da África do Sul moderna e é complicada pela presença de uma vasta população nativa que faz com que o homem branco pense que é indigno fazer o que ele chama de ‘trabalho de negro’”<sup>25</sup>. Haggard muito possivelmente aludia ao que, na documentação referente ao contexto laboral do período, era categorizado como *kaffir work*, o trabalho mais pesado e degradante, destinado somente aos trabalhadores africanos negros, ao exemplo da exploração das minas mais profundas. Na primeira década do século XX, uma grave crise de desemprego assolou Joanesburgo, e o governo municipal ofereceu estas vagas nas minas aos trabalhadores brancos e pobres, muitos dos quais se recusaram a ocupar funções consideradas como pesadas, mal remuneradas e associadas ao *kaffir work*<sup>26</sup>. Aquela era a ponta do *iceberg* de um quadro estrutural de transformações no mundo do trabalho na África do Sul da virada do século.

Como sumariza Marlova Fritzen, o desenvolvimento da exploração de minérios em Joanesburgo provocou a gradual industrialização e subsequente urbanização, especialmente com o estabelecimento de *afrikaners*, cuja população quintuplicou nas áreas urbanas nas primeiras décadas do século XX. Joanesburgo e as minas de Witwatersrand eram o ponto central de atração destes movimentos migratórios, intensificados pela depressão econômica pós-guerra de 1899-1902, e num momento no qual as condições agrícolas ficavam desfavoráveis, as terras para a ocupação latifundiária tornavam-se escassas e muitos pecuaristas *afrikaners* empobreceram com a epidemia de peste do gado de 1896-1897, que resultou na morte de milhões de cabeças de gado. É neste contexto que uma camada de *afrikaners* pobres, trabalhadores sem especialização e expostos a períodos prolongados de desemprego, surgiu e tentava subsistir, “trabalhando em pequenas parcelas improdutivas de terra ou trabalhando de arrendatários e meeiros em propriedades de terras maiores”<sup>27</sup>. A situação era agravada por imposições culturais, já que, durante gerações, estes *afrikaners* associavam o trabalho manual aos escravos negros, e muitos brancos destituídos de terras para a agricultura eram incapazes de superar tais preconceitos, tornando-se dependentes de

---

<sup>25</sup> Ibidem, p. 134.

<sup>26</sup> VAN ONSELEN, Charles. *New Babylon, New Nineveh: Everyday Life on the Witwatersrand, 1886-1914*. Jeppestown: Jonathan Ball Publishers, 2001, p. 321-326;

<sup>27</sup> FRITZEN, op. cit., p. 90.

familiares abastados ou mudando-se para os centros urbanos. Por isso, para Haggard, a solução ao problema residia não apenas em reintegrá-los ao trabalho agrícola, distribuindo terras a valores módicos, mas também em reeducá-los para se tornarem “cidadãos úteis”<sup>28</sup>, isto é, disciplinados, produtivos e laboriosos.

Com o encerramento das atividades da Comissão Real no Transvaal, Haggard partiu para a Rodésia do Sul, então administrada pela *British South Africa Company* graças a um alvará concedido pela coroa a Cecil Rhodes em 1889. Posteriormente, a companhia de colonização dividiu a Rodésia do Sul em duas províncias, a saber, a Mashonalândia e a Matabelelândia, que correspondiam respectivamente aos territórios dos Shona e dos Ndebele. Em decorrência de negociações e concessões realizadas com o rei dos Ndebele, Lobengula, a *Company* teve acesso aos territórios correspondentes atualmente ao Zimbábue e Zâmbia. Sabe-se que Haggard já havia se envolvido com aquelas questões diretamente, graças à atuação de seu irmão Alfred e os confrontos com Rhodes; e, de forma indireta, quando o letrado publicou o prefácio do tratado histórico de Alexander Wilmot sobre as ruínas do Grande Zimbábue, resultado de pesquisas patrocinadas pelo *randlord*.

De trem, Haggard deixou Mafeking, local de importância no contexto da guerra sul-africana, e rumou à Bulawayo, capital da Matabelelândia, que sofria com os efeitos da falta de chuvas. Após visitar o túmulo de Rhodes, Haggard partiu para Salisbury, cujo trajeto levou-o a concluir que a Rodésia “não é um lugar para o homem pobre”, e demandava o investimento de “homens com capital”<sup>29</sup> para garantir sua ocupação efetiva. No início de abril, Haggard alcançou as ruínas do Grande Zimbábue, e suas descrições da região são entrelaçadas às referências aos seus romances, em especial as minas do Rei Salomão, a cidade perdida de Kôr em *She*, e o romance histórico *Elissa, or the Doom of Zimbabwe*, publicado em 1900, no qual o letrado reforça sua crença no passado fenício da região. A se julgar pelo diário da viagem de 1914, Haggard continuou a sustentar esta teoria, zombando do modo como “qualquer antiquário poderia ter sugerido que estes edifícios foram erguidos por nativos africanos na Idade Média (...). Certamente, ele deve ter pouco conhecimento das raças *kaffir*”<sup>30</sup>.

A jornada pela Rodésia encerrou-se com “uma terrível tempestade (...), irregular e selvagem, feito as línguas de serpentes em chamas”<sup>31</sup> – o mesmo tipo de fenômeno natural que o romancista, com largas doses de sensibilidade romântica, incrementou em suas tramas sul-africanas. Na metade de abril, Haggard partiu para a última parte de sua jornada: uma

---

<sup>28</sup> HAGGARD, op. cit., 2001, p. 133.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 158.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 167.

travessia de quatrocentas milhas de Durban (Natal), em direção da Zululândia, acompanhado de seu antigo laçao Mazuku e do historiador James Stuart. Com um pouco de imaginação histórica, pode-se especular que aquele talvez fosse o momento mais aguardado da viagem para Haggard, pois representava uma oportunidade ímpar de visitar cenários que o letrado havia recorrentemente retratado em seus romances. O primeiro destino da travessia era a localidade de Gingindhlovu, onde Cetshwayo havia estabelecido um dos seus *kraals*, cenário de parte dos conflitos da guerra Anglo-Zulu. No caminho, Haggard referenciou a localidade de Phoenix, “onde vive o Reverendo John Dube, um clérigo nativo de mente muito progressiva”, o qual, além de “editar um jornal e manter uma escola”, era visto “com muita suspeita por aquilo que poderia chamar de partido ‘ultra-branco’”<sup>32</sup>.

Mesmo que em breve referência, Haggard aludia a John Langalibalele Mafukuzela Dube – educador, jornalista e político que fundou, ao lado de Solomon Plaatje, o *South African Native National Congress* (posteriormente *African Native Congress*), partido que buscava a representação e os direitos políticos dos nativos sul-africanos, em um contexto cada vez mais demarcado pela força das leis segregacionistas. Além disso, Dube criou o primeiro jornal (*Ilanga Lase Natal*) e foi o autor do primeiro romance redigido em isiZulu, *Insila kaShaka* (1930), por meio dos quais, somados às suas ações políticas, visava “interpretar e mudar um mundo nos quais princípios e práticas de igualdade e cidadania eram cotidianamente negados particularmente para a população africana e negra”, em um esforço para fornecer ao povo Zulu e sul-africano “experiências e perspectivas de liberdade e de acesso à cidadania”<sup>33</sup>. Influenciado pela religiosidade metodista e pelo pensamento de Booker T. Washington, Dube preocupou-se com os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pela população negra sul-africana, especialmente os Zulus, e em muitos dos seus escritos condenou as ações governamentais e dos administradores de nativos em Natal. Além disso, reconhecia a importância da escolarização, do acesso à educação e da leitura, especialmente de periódicos, na formação dos atributos morais e intelectuais do que chama de “nação Zulu”.

“Uma grande sede por educação”<sup>34</sup> entre os africanos era apontada por Haggard e por um de seus interlocutores, o ex-residente britânico na Zululândia, Charles Saunders, mas ambos lamentam que a única possibilidade formal de escolarização dependia exclusivamente das ações dos missionários, deixando-os “em completa confusão”. Posteriormente, o letrado

---

<sup>32</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>33</sup> BARROS, Antônio Evaldo Almeida. John Dube e os desafios da segregação na África do Sul. *Boletim do Tempo Presente*, n. 6, 2013, p. 1.

<sup>34</sup> HAGGARD, op. cit., 2001, p. 197.



visitou a missão de St. Augustine em Rorke's Drift, e a ordem religiosa beneditina sediada em Mariannhill, a qual se responsabilizou pelo estabelecimento de diversas missões em Natal, no Transkei, na Rodésia e na Griqualândia, atendendo – se levarmos em consideração os cálculos de Haggard – cerca de cinco mil crianças africanas nas suas escolas. Em alguns dos seus romances, ao exemplo de *The Ghost Kings* e *The Wizard*, Haggard descrevia os missionários europeus enquanto homens iludidos ou até mesmo demagogos, pouco conscientes das condições de vida e sobrevivência na África do Sul e desinteressados pelas práticas culturais e sociais dos africanos. O que Haggard parece ignorar neste ponto de sua viagem reside no fato de que “na virada do século XIX para o século XX, os conhecimentos engendrados no espaço das missões eram articulados por africanos na propagação de suas ideias e lutas políticas”. Líderes políticos e intelectuais africanos, ao exemplo de Solomon Plaatje e John Tengo Jabavu, haviam sido educados em missões, e atuaram na formação de periódicos e partidos políticos voltados ao público africano – e muitas vezes formados nas prensas missionárias ou a partir de “redes de solidariedade estabelecidas a partir das experiências missionárias”<sup>35</sup>.

É muito possível que Haggard, ao mencionar anteriormente a tomada de consciência e de pensamento por parte do nativo, estivesse se referindo a John Dube e a outros intelectuais africanos que, naquele contexto, inseriam-se nas tramas da política para reivindicar seus direitos. Neste ponto da jornada, poderíamos nos questionar sobre as visões de Haggard a respeito dos direitos políticos dos africanos, embora todas as evidências apontem a uma perspectiva racista, incapaz de reconhecer ou de aceitar a extensão da cidadania ou do direito ao voto às populações negras. Por um lado, o romancista viajante expressa preocupações a respeito da ocupação de terras nativas por parte dos bôeres e de “outros homens brancos”, questionando-se sobre o “que acontecerá com os pobres Zulus. E o que acontecerá se eles são continuamente amontoados juntos”. Para o letrado, o contato com as forças coloniais havia resultado na “degradação” das instituições nativas e de suas práticas culturais, somado ao fato de que a “miscigenação está por todos os lados” e “frequentemente os nativos são maltratados pelo homem branco”<sup>36</sup>. A Zululândia apresentava-se ao viajante, nesse sentido, como um território arruinado, permeado por túmulos e *kraals* destruídos, por nativos assolados pela fome e por doenças, resultados catastróficos da empreitada colonial.

Ainda assim, direta ou indiretamente, os relatos de Haggard pela Zululândia deixam a ver instâncias de reivindicação de direitos pelas chefias nativas locais. Ao chegar em Hlabisa,

<sup>35</sup> GOMES, Raquel G. A. Letras e missões: a influência da educação em espaço missionário na África do Sul – os casos de Olive Schreiner e Sol Plaatje. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 12, 2007, pp. 193-195.

<sup>36</sup> HAGGARD, op. cit., 2001, p. 181.

Haggard assistiu a uma reunião das autoridades locais com cerca de cinquenta líderes Zulus, descritos pelo letrado como pertencentes a “todos os tons de cor, do mais puro preto ao amarelo claro”. Após longas divagações a respeito dos processos de miscigenação racial entre os Zulus, o viajante passa a descrever as reivindicações nativas: “a alteração de fronteiras, isto é, a invasão e a implantação de fazendas nas suas terras. Outros reclamavam da proliferação de *nagani*, ou seja, da doença da mosca tsé-tsé, outros da nova lei de terras que os impediam de morar em fazendas a menos que pagassem pelo aluguel com o seu trabalho”<sup>37</sup>. De sua perspectiva paternalista, Haggard enfatiza a cordialidade e o aspecto ameno com o qual estes chefes africanos expressavam suas demandas; contudo, o episódio parece evidenciar uma das tensões centrais no processo de formação da nação sul-africana na década de 1910, a saber, as demandas nativas pelo acesso à e pela posse de terras. Esse contexto havia sido afetado pela promulgação da *Natives’ Land Act*, resolução que visava regular e controlar o nativo e sua relação com a terra, mas que, por outro viés, marcou “um caminho sem volta para a articulação política nativa naquela década do século XX”, momento no qual diversos esforços, sobretudo na imprensa e nas convenções, possibilitaram que os africanos negros ingressassem “num código político efetivo e incisivo, preocupado em denunciar a condução das políticas de segregação na União Sul-Africana”<sup>38</sup>.

A jornada de Haggard prosseguiu nos dias seguintes a lugares associados à história política dos Zulus: o letrado visitou a região de Nongoma, onde ocorreu parte da guerra civil entre o filho de Cetshwayo, Dinizulu, e o chefe Usibepu; a floresta Ingomi, onde Cetshwayo havia supostamente sido capturado ao final da guerra Anglo-Zulu; e as colinas próximas ao rio Pongola, onde Nongalazi, o general de Mpande, havia derrotado o rei Dingane; os cemitérios onde Mpande teria sido sepultado; a região correspondente à Ulundi e a colina de Isandhlwana, onde ocorreu uma das principais batalhas na guerra Anglo-Zulu; a fazenda localizada no antigo *kraal* de Dingane, uMgungundlovu, cenário de diversos romances de Haggard, ao exemplo de *The Ghost Kings*, e do massacre da comitiva de Piet Retief, descrito em *Marie*. Em Nongoma, Haggard também encontrou-se com o chefe uMpikanina, neto de Mpande e membro da família real Zulu, o qual apresentou-se ao magistrado acompanhado de um séquito de outras lideranças locais; as queixas destas chefias eram semelhantes às aquelas encontradas em Hlabisa, a saber, “a tomada das terras ancestrais” pelos “homens brancos”<sup>39</sup>. O letrado viajante, como era de se esperar, pouca atenção concede ao fato, que expressava,

---

<sup>37</sup> Ibidem, p. 184.

<sup>38</sup> GOMES, op. cit., 2015, p. 182.

<sup>39</sup> HAGGARD, op. cit., 2001, p. 189.

nas entrelinhas de seu diário, as insatisfações e descontentamentos das lideranças africanas diante de uma emergente legislação segregacionista que instituíra processos de apropriação e expropriação de terras que, na prática, já ocorriam há décadas por meio de conflitos armados.

Embora Haggard seja por vezes incapaz de dar-se conta das instâncias de reivindicação política por parte dos africanos, bem como das resistências cotidianas à presença colonial, não hesita ao descrever o modo como os negros eram tratados na África do Sul: do ponto de vista dos brancos, “um nativo é apenas um nativo, uma pessoa de quem a terra pode ser roubada com um pretexto ou outro, ou ter seu trabalho e impostos coletados, e que, se ele resiste ao processo ou se torna de algum modo inconveniente, pode levar um tiro com a consciência limpa”. Haggard reconhece “a nota dominante [daquele] tempo”, baseada na opressão dos nativos sul-africanos pela elite branca. É significativo que o trecho mencionado não apareça nas notas originais do diário (*rough diary*), e apenas na versão revisada, datilografada, redigida posteriormente na viagem de retorno à Inglaterra, certamente em tom retrospectivo. O que explicaria essa tomada de consciência acerca da condição sociopolítica do nativo sul-africano – precisamente nesse ponto da jornada?

Dois dias depois de deixar a Zululândia, Haggard estava de volta a Durban, onde finalizaria sua estadia na África do Sul e partiria à Europa. Após despedir-se de seus companheiros de viagem, o romancista relata ter sido “afortunado” em ter uma “longa entrevista com o Reverendo J[ohn] Dube de Phoenix, próximo a Durban, o clérigo e líder Zulu, o qual eu já havia mencionado, e que veio me visitar no seu caminho para Johannesburgo e para a Inglaterra”. Em seu diário, Haggard transcreve a entrevista deste “Zulu do mais elevado sangue”, apresentando alguns breves comentários ao final. Dube apresenta-se ao entrevistador como “um educador”, encarregado de “uma posição semi-política pelo meu povo”. Eleito para a presidência do *South African Native National Congress* desde 1912, Dube apresentava o objetivo do partido em termos de um esforço para “unir os nativos para motivos políticos, para considerar a legislação proposta afetando seus interesses e para fazer representações para aqueles em autoridade”. De início, o político africano apresenta suas objeções ao *Land Act*: ele “priva os nativos dos seus direitos”, por não terem o amparo legal para adquirir terras; os nativos tampouco poderiam “arrendar terras ou fazendas”, exceto sob a condição de se submeter à autoridade de um fazendeiro branco. Aquela era tanto uma situação problemática do ponto de vista étnico-racial, quanto um conflito de classes, na medida em que “os nativos foram muito deteriorados pelo contato com brancos de classe baixa”<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Ibidem, pp. 227-228.

No diálogo com Haggard, Dube enfatizava sua crença na “educação, tanto literária quanto agrícola, como um remédio e anseio de conduzir o nativo a melhores influências”. O letrado e o político provavelmente encontravam simpatias um com o outro ao observarem a poligamia como um obstáculo para o melhoramento da condição social e cultural dos africanos; Dube considerava que a poligamia iria eventualmente ser extinta por “pressões econômicas” derivadas das *hut taxes*. O intelectual africano, contudo, assegurava a Haggard que as relações entre negros e brancos haviam se deteriorado no atual cenário político, de modo que “nós [africanos] não temos meios de comunicação com as autoridades ou com a opinião pública exceto por magistrados que tem pouco tempo para ouvir as queixas de nativos”. A solução encontrada por Dube incide sobre a formação de um conselho de oficiais na Zululândia, os quais teriam o direito assegurado de criticar “todas as leis afetando os nativos”, além da prerrogativa de direcionar fundos adquiridos por impostos em “assuntos de importância local”<sup>41</sup>, ao exemplo da construção de estradas e escolas. A questão não era novidade, pois, através do jornal *Ilanga Lase Natal*, Dube “protestara contra a influência exercida pelo *Natal Farmer’s Congress* sobre o governo em problemas que afetavam os africanos”<sup>42</sup>. Especialmente após a Revolta de Bambatha, direcionou suas críticas aos departamentos que lidavam com a questão nativa, especialmente à truculência dos magistrados, acusados de maltratarem os africanos e de ignorarem suas leis e costumes. Como solução, Dube defendia que africanos educados deveriam ser nomeados como funcionários civis (intérpretes, policiais, mensageiros), atuando ao lado dos magistrados<sup>43</sup>.

Dube defende a criação de um sistema público de educação, similar ao modelo britânico, porém adequado às demandas locais: “nosso povo precisa ser educado... Eles estão sentados na escuridão”<sup>44</sup>. Haggard descreve de modo favorável a impressão causada por John Dube, mas parece pouco esperançoso quanto à eficácia das suas reivindicações. Contudo, o encontro com o líder africano, compreendido em termos da intersubjetividade e do contato interpessoal na formação de ideias políticas<sup>45</sup>, deve ter deixado o letrado um pouco mais sensível às condições sociais e políticas dos nativos na emergente nação sul-africana. Em carta enviada a Herbert John Gladstone, que ocupava o cargo de governador-geral da África do Sul, Haggard refletia sobre a “infeliz posição” ocupada pelos Zulus: “cerca de dois-terços

---

<sup>41</sup> HAGGARD, op. cit., 2001, p. 228.

<sup>42</sup> BARROS, op. cit., 2013, p. 15.

<sup>43</sup> GASA, Enoch. *John L. Dube, his Ilanga Lase Natali and the Natal African Administration, 1903-1910*. Tese de doutoramento em História. Kwadlangezwa: Universidade da Zululândia, 1999, pp. 26-27.

<sup>44</sup> HAGGARD, op. cit., 2001, p. 230.

<sup>45</sup> HEUER, Wolfgang. Corpo e vida: a crítica de Hannah Arendt à modernidade científica. *Revista Physis*, v. 20, n. 2, pp. 533-549, 2010.

das terras deles estão nas mãos de brancos: frequentemente eles são posseiros que pagam aluguel em territórios que seus pais ocupavam (...). Eles são um povo que nós destruimos e não consertamos”. Incorporando algumas das ideias de Dube, Haggard reforça a demanda por um sistema público de educação e pela representatividade de um conselho nativo, semelhante ao que já ocorria no Transkei e na Basutolândia. A respeito de Dube, Haggard mencionou-o posteriormente, em um dos relatórios enviados à Comissão Real, ecoando sua crença de que as animosidades entre brancos e negros estavam intensificando-se em um “ressentimento afiado pelas muitas memórias amargas e um senso de injustiça”<sup>46</sup>.

Aqueles eram os últimos dias da viagem de Haggard pela África do Sul em 1914, acompanhando a Comissão Real. Na semana seguinte, partiria a bordo do navio *Gaika* rumo à Inglaterra, com passagem pela costa da África, especificamente em Moçambique e em Zanzibar. Talvez sensibilizado pelo encontro com Dube, o letrado indaga-se acerca do futuro da nação sul-africana, certo de que “o homem branco possui uma conta alta para pagar ao nativo” e de que “nenhuma raça branca teve sucesso em se estabelecer na África”. Assim como “os brancos corromperam os negros, ao final os negros podem corromper os brancos e levar à derrocada”. Ou, eventualmente, “os negros podem alcançar o poder político”. Sem deixar de lado preconceitos raciais e preceitos racialistas, ao exemplo de suas ansiedades referentes à miscigenação ou a crença nos efeitos negativos do clima africano sobre “raças nortenhãs”, Haggard demonstra algum nível de clareza a respeito da violência e do desequilíbrio de poder provocados pelo colonialismo na África, ao compreender que “a superioridade do homem branco se deve apenas à superioridade da sua capacidade em destruir a vida com o auxílio de armas aperfeiçoadas”<sup>47</sup>. No que se refere ao futuro da África do Sul, diversos fatores estariam em jogo, ao exemplo do acesso à educação formal, o controle sobre a mão-de-obra, a questão da apropriação de terras, a mobilização política e os ressentimentos gerados ou gestados a partir da disseminação de leis segregacionistas.

Redigido em um momento histórico imediatamente posterior ao estabelecimento da União Sul-Africana, o diário de viagem de Rider Haggard apresenta-se como um documento importante das suas impressões pessoais e sensibilidades políticas referentes ao cenário sul-africano, em um contexto no qual diversos grupos políticos esforçavam-se para definir “quem era, afinal, o sul-africano que se queria para aquela nação”<sup>48</sup>. A África do Sul descrita por Haggard em seus diários configurava-se como uma nação marcada cada vez mais pela força

---

<sup>46</sup> HAGGARD, op. cit., 2001, p. 231; p. 300.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>48</sup> GOMES, op. cit., 2015, p. 4.

de leis de terras, de caráter fortemente excludente, ao exemplo da *Natives' Land Act*, que confinava milhões de nativos sul-africanos a pequenas frações territoriais.

Ao mesmo tempo, direta ou indiretamente, o diário de Haggard deixa ver a forma como as lideranças políticas africanas organizavam-se e mobilizavam-se em torno de conselhos tribais e partidos políticos de forma a questionar a apropriação ou expropriação de terras ancestrais.

As impressões escritas do letrado ainda evidenciam as resistências cotidianas diante das violências derivadas do encontro colonial: na Zululândia, Haggard e Stuart depararam-se com “uma bela vista, uma garota nativa erguida sob o telhado de uma pequena cabana”, ocupada com o cuidado dos filhos e da plantação. Ao ver a câmera de Stuart apontada para ela, a jovem nativa confundiu-a com uma pistola, e, temerosa pela própria vida, rapidamente fugiu em um “pânico repentino”<sup>49</sup>. A cena, um episódio aparentemente trivial descrito na viagem de Haggard, ilustra e exemplifica a miríade de reações africanas diante da presença colonial, de estratégias para sobreviver em um contexto marcado pela trucuência e traumas da violência associada ao colonialismo. Ao se esquivar da câmera fotográfica, a africana parecia resistir aos esforços reiterados de europeus em definir como estes homens e mulheres africanas seriam, por vias escritas ou visuais, representados.

---

<sup>49</sup> HAGGARD, op. cit., 2001, p. 201.



## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CORAÇÃO DAS TREVAS DE RIDER HAGGARD: LITERATURA, COLONIALISMO, RACISMO

Em 1902, Joseph Conrad, literato polonês erradicado na Inglaterra, publicou *Heart of Darkness* (Coração das Trevas), baseado em sua experiência como capitão de uma embarcação que viajou pelo rio Congo em 1890 a serviço da *Société Anonyme Belge pour le Commerce du Haut-Congo*. O romance relata o trajeto de Marlow, um aventureiro inglês que percorre o Congo a serviço de uma companhia de exploração de marfim, e parte ao interior do território em busca de Kurtz, um renomado caçador que se encontrava desaparecido. A carga dramática do romance intensifica-se na medida em que sua embarcação avança pela África equatorial. Finalmente, Marlow localiza Kurtz, e encontra-se não com um aventureiro poético e destemido, mas com uma figura enlouquecida e debilitada. Diversos autores pós-coloniais e críticos literários, ao exemplo de Chinua Achebe e Edward Said, enfatizaram no romance de Conrad seus elementos mais perniciosos, categorizando-o como um texto profundamente racista e colonialista e que contribuiu para propagar a ideia de que a África era um território primitivo e selvagem. Prefiro, contudo, alinhar-me às interpretações advindas da historiografia recente e dos estudos africanos, que observam, por meio de análises minuciosas e circunstanciadas da obra de Conrad, uma “denúncia da opressão colonialista que vitimava o Congo Belga”, não somente das atrocidades cometidas com os povos africanos, mas também da “desconstrução da humanidade dos homens que acaba dialogando, direta ou indiretamente, com as ações imperialistas/colonialistas”<sup>1</sup>.

Conrad não estava sozinho. Quando Olive Schreiner publicou sua novela *Trooper Peter Halket of Mashonaland*, a obra vinha acompanhada de uma fotografia de Frank Sykes no seu frontispício: três chefes Ndebele enforcados por ordens da companhia de Cecil Rhodes após serem acusados de espionagem em 1896; diversos jornais britânicos publicaram notícias de que os julgamentos arbitrários e os enforcamentos estavam se tornando práticas comuns em Bulawayo. As denúncias contra o colonialismo no Congo Belga também proliferaram na imprensa britânica na década seguinte. Dentro desse quadro, as últimas palavras de Kurtz, “o horror! O horror!”, podem ser lidas como um comentário à escuridão presente no coração dos homens, a barbárie que se encontra escondida sob a frágil camada de civilização, à sua própria loucura e, por conseguinte, à insanidade representada pelo colonialismo europeu na África.

---

<sup>1</sup> GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. O lugar das trevas: leituras e releituras de O Coração das Trevas em tempos de pós-modernismo. Revista *Veredas da História*, v. 1, n.1, 2008, p. 14.

Louco e degenerado, Kurtz aparece, nessa ótica, como uma metáfora daqueles indivíduos que, por sua ganância ou crueldade, engajavam-se de forma apaixonada e violenta com a exploração colonial. *Heart of Darkness* permaneceria, assim, como uma denúncia da irracionalidade colonialista, e de toda a vasta gama de violência derivada. Não tenho evidências concretas para afirmar que H. Rider Haggard e Joseph Conrad conheciam-se pessoalmente; sabe-se, contudo, que o polonês havia sido um leitor de Haggard, desprezando-o como “horrível com as palavras”<sup>2</sup>. Por todo o empenho e militância de Conrad na denúncia do “coração das trevas” da ação colonialista, de seus abusos e inumanidade, não espanta que romances aventurecos como os de Haggard, sejam vistos como politicamente desprezíveis e de qualidade literária questionável. Parece-me, contudo, que ambos os letrados, a despeito das evidentes distinções políticas, parecem coincidir em um mesmo ponto: a possibilidade ou a impossibilidade de compreender as experiências socioculturais no continente africano. Os projetos literários de Haggard, especialmente os romances que constituem o *corpus* documental desta pesquisa, incidem sobre uma tentativa de fornecer sentidos explicativos aos territórios sul-africanos, ao seu processo de formação nacional e ocupação territorial, bem como aos conflitos daí decorrentes.

Até a metade do século XIX, a África do Sul era entendida, do ponto de vista das políticas coloniais, como uma expressão geográfica de restrito significado político, um conceito que abarcava uma série de territórios divididos entre colônias britânicas, repúblicas bôeres e estados e reinos africanos. Vários eram os fatores que, pelo menos desde a década de 1870, desencorajavam os interesses políticos coloniais na região, e que incluíam a expressividade das repúblicas bôeres, fortemente apegadas à sua independência, os altos custos envolvidos nas propostas de confederação ou de unificação, e o número significativo de estados africanos que resistiam aos avanços do colonialismo. A situação se alterou drasticamente com a descoberta das jazidas de diamantes na Griqualândia Ocidental e as perspectivas de descoberta de ouro em vasta quantidade. A atividade mineradora desdobrou-se na expansão do investimento de capital estrangeiro e interno na região, o que levou os britânicos a agir de forma enérgica na afirmação de sua hegemonia política sobre todo o subcontinente. Desta forma, nas duas décadas seguintes, diversas comunidades africanas foram conquistadas ou anexadas, circunscritas a territórios ou protetorados, ou ainda desmanteladas pela força das armas, ao exemplo do Reino Zulu, anexado formalmente às posses britânicas no final da década de 1880. Ao mesmo tempo, interesses conflitantes entre

---

<sup>2</sup> RAY, Martin (org). *Joseph Conrad: Interviews and Recollections*. Iowa: University of Iowa Press, 1990, p. 78.

bôeres e britânicos, no controle do território das regiões de mineração e na extensão dos direitos políticos aos *uitlanders*, levaram à eclosão de disputas seculares, mormente nas guerras sul-africanas<sup>3</sup>.

Esses processos macropolíticos que emolduraram a intensificação de práticas políticas coloniais nos territórios sul-africanos no último quartel do século XIX provocaram ainda transformações socioeconômicas, sobretudo nos usos de terras e na questão da mão de obra africana. Como se viu ao longo dessa tese, as descobertas de jazidas de minérios provocaram expressivas levadas migratórias de africanos em busca de trabalho, muitos dos quais remunerados com armas e munições, situação que levaria a um notável desequilíbrio de forças nos conflitos entre europeus e reinos africanos. Ademais, desde os anos de 1870 na África Austral, as necessidades da agricultura comercial, praticada tanto por proprietários bôeres como britânicos, criara uma demanda significativa por mão-de-obra, e territórios como Natal, o Estado Livre de Orange e o Transvaal havia obtido amplos contingentes de trabalhadores dentre os seus vizinhos africanos, espoliados de suas terras e cuja liberdade de deslocamento era fortemente restringida graças à introdução de um sistema de passes. O contexto marcou aquilo que poderia ser caracterizado como um “processo de proletarização”<sup>4</sup>, baseado na expropriação de terras previamente pertencentes a reinos, estados ou chefias africanas, o que criaria um vasto número de populações sem-terra, deixados sem escolha a não ser trabalharem em condições rigorosas fixadas por seus rivais brancos. A questão permite compreender melhor as disputas ocorridas ao longo do período, ao exemplo das guerras entre os trasvaalenses e os Bapedi, ou a reestruturação do sistema militar dos Zulus sob o governo de Cetshwayo na década de 1870.

Foi nesse contexto da “questão sul-africana”, de profundas e expressivas transformações políticas, que H. Rider Haggard, um jovem oriundo do interior ruralizado da Inglaterra, deixou a metrópole e partiu para a África do Sul com a intenção de ocupar um cargo no serviço colonial. Tratava-se, afinal, de um momento no qual a imaginação de muitos homens e mulheres na metrópole era informada com textos e imagens que enfatizavam as colônias como territórios exóticos e perigosos, repletos de seres incompreensíveis, mas, simultaneamente, destacavam as suas riquezas naturais, sobretudo o ouro e os diamantes, e a premissa do rápido enriquecimento. Não obstante, as colônias ofereciam a estes homens uma oportunidade para se verem livres das rigorosas restrições morais e sociais da metrópole,

<sup>3</sup> NGWABI, Bhebe. Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 169.

<sup>4</sup> AJAYI, Jacob Adeniyi. A África às vésperas da conquista europeia. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 922.

espaços onde suas virilidades seriam revitalizadas nas vivências perigosas das fronteiras coloniais, e onde indivíduos comuns e ressentidos, vistos como arrivistas sociais ou “homens supérfluos” por muitos de seus contemporâneos, poderiam revestir-se com o manto de aventureiros e descobridores. Muitos destes arrivistas sociais, após retornarem à metrópole ou ainda nas colônias, deixaram escritos e publicaram suas impressões de viagens, narrativas onde suas trajetórias eram sacralizadas como modelos de identificação coletiva, as quais contribuíam para a formação do arcabouço imaginativo de boa parte do seu público leitor – gente que nunca havia deixado a metrópole, mas que, página após página, refestelava-se com descrições apaixonadas e altamente estereotipadas de nativos perigosos, animais ferozes, vivências aventureiras e naturezas exuberantes.

Com relação ao aventureirismo, o ímpeto pelo risco e pela aventura, lugar comum em muitos dos romances produzidos no século XIX e ambientados nas regiões almeçadas pelas práticas coloniais, o pensamento político de Hannah Arendt fornece chaves explicativas para a compreensão desta paixão política característica do colonialismo oitocentista: o amor pela expansão, a conquista pela conquista, em um misto de arrogância e respeito. Segundo Arendt, o romance, que acompanhou o declínio do drama e intensificou o interesse pelo âmagio individual, apresentou “as paixões humanas como o destino do homem, sem vício nem virtude, nem razão, nem livre arbítrio. Só o romance na sua completa maturidade, tendo interpretado e reinterpretado toda a gama dos temas humanos, podia pregar o evangelho da paixão do homem pelo seu próprio destino”<sup>5</sup>. Se o colonialismo proporcionou, como afirma Arendt, a emancipação política das classes médias, foi no heroísmo colonial que muitos de seus leitores e leitoras recorriam em busca de alívio e compensação emocional ou financeira de seus próprios limites. Nestes romances, encontravam-se com as peripécias do pequeno herói, que tem no Robinson Crusoe de Daniel Defoe seu protótipo, o qual se responsabilizava pela conquista de fortunas graças à genialidade ou ao mero acaso do destino, e que conforma uma nova atitude política diante da conquista de outros territórios.

As paixões políticas cultivadas por estes romances aventureiros, que se sustentavam sobre a sensibilidade romântica e contribuíam para a legitimação pública do colonialismo e do racismo, intensificaram-se entre as décadas de 1870 e 1880. Este momento marcou um acirramento nas disputas parlamentares a respeito dos territórios sul-africanos, e na emergência de projetos confederacionistas promovidos pelo então Secretário de Estado para as Colônias, Lorde Carnarvon. Políticos e administradores coloniais, ao exemplo de Henry

---

<sup>5</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 171.

Bulwer e Theophilus Shepstone, haviam sido encarregados com as dimensões mais pragmáticas da *Realpolitik*, e aproveitaram-se da frágil situação político-econômica do Transvaal para garantir a sua anexação entre 1876 e 1877. Os transvaalenses haviam sido derrotados pelos Bapedi, e as contas públicas e gastos militares estavam prestes a levar o estado à bancarrota, o que municiou as forças britânicas com argumentos para promover a anexação. Shepstone, que por muito tempo envolvera-se com a administração de nativos na Colônia de Natal e foi o responsável pela comitiva que anexou o Transvaal, inadvertidamente provocara dois conflitos na região: a guerra Anglo-Zulu, motivada por disputas territoriais e ao ultimato britânico que obrigava Cetshwayo a desmembrar seu exército, e a primeira guerra sul-africana, que levou à “perda” ou “devolução” do território aos bôeres.

Apesar da fragmentação territorial que marcava o subcontinente sul-africano naquele período, a ideia de uma África do Sul unificada começava a ser gestada. Como um desdobramento da questão sul-africana, diversos intelectuais anglo-africanos ou bôeres começaram a gestar projetos de compreensão do passado sul-africano para compor quadros explicativos para sua contemporaneidade geopolítica. Assim, entre as décadas de 1870 e 1880, historiadores amadores, ao exemplo de Alexander Wilmot, John Centlivres Chase e Stephanus du Toit, vinculados a instituições culturais ou políticas, publicaram tratados histórico-geográficos que visavam reintegrar a região a quadros macropolíticos e, a partir de uma visão etnocêntrica, narrar o seu “progresso” rumo à civilização e à modernização. Tais narrativas igualmente contribuíram para a construção de certo mito fundacional em torno do *Great Trek*, um processo histórico de migrações de bôeres rumo ao interior do subcontinente na metade da década de 1830, os quais eram frequentemente descritos nessas obras como aventureiros ou mártires em busca da liberdade e longe da influência política britânica. Ao mesmo tempo, autores como George McCall Theal associavam esse contexto aos efeitos das “guerras de extermínio” promovidas pelos Zulus nas primeiras décadas do século XIX, e que teriam resultado num efeito dominó de extermínio étnico e esvaziamento territorial. O aprimoramento dessa versão Zulucêntrica do que ficou conhecido posteriormente como *mfecane* era intrínseco aos interesses políticos e econômicos da época, sobretudo concernentes à autonomia do Reino Zulu, vista por muitos apologistas do colonialismo como empecilho à construção de uma África do Sul dirigida por uma elite branca.

Muitos romances aventureiros publicados a partir da década de 1880 e ambientados na África do Sul eram informados por esse contexto, e até mesmo com certa frequência contribuíam para uma reescrita do passado pré-colonial ou colonial, geralmente com a intenção de culpabilizar os africanos pela desestruturação de suas sociedades. A ficção de

aventura no *fin-de-siècle* contribuiu para reformulações em torno da própria acepção cultural da aventura e da personagem do aventureiro: não mais aquela figura ladina, byroniana, envolvida em peripécias amorosas e românticas, mas sim o homem bravo e viril, capaz de romper com os limites geográficos da Europa para conquistar territórios e riquezas. Ademais, os romances de aventura contribuíam para a legitimação pública do colonialismo, ao apresentarem a conquista de outros territórios como o resultado das ações de homens e mulheres comuns, dotados de emoções e sentimentos que poderiam capturar o engajamento afetivo dos leitores e leitoras. Por elencarem episódios e personagens históricos, especialmente as guerras sul-africanas e a guerra Anglo-Zulu, os romances de aventura contribuíam para a formação de certa consciência histórica, ao narrarem momentos que poderiam ser considerados como formadores da África do Sul.

Nesse ponto, é preciso lembrar que essas narrativas de entretenimento, aparentemente triviais e inofensivas, contribuíram para reforçar um dos aspectos mais violentos e insidiosos do colonialismo: o racismo. Embora os escritores de ficção nem sempre fossem tão explícitos em sua linguagem racial, seu racismo era igualmente pernicioso, sobretudo pela frequência e rápida circulação em múltiplas comunidades de leitores. Por vezes, epítetos e insultos racistas aparecem de forma dispersa, aparentemente desmotivada ou incidental, projetada por atitudes cotidianas e habituais com relação aos africanos. Em outros casos, o racismo se faz presente na caracterização unidimensional da personalidade de africanos, retratados como selvagens e violentos, bárbaros e primitivos, ou ainda como “alívio cômico” para o deleite e riso de seus espectadores europeus. Metáforas e comparações animalescas contribuíam para o *leitmotiv* da degenerescência racial e a violência contra negros africanos, em muitos destes romances, aparecia como uma prática corriqueira, pouco problematizada, vista muito mais como defensiva do que ofensiva. De qualquer forma, a crítica literária e a historiografia têm demonstrado que as atitudes racistas na ficção aventureira tornaram-se muito mais intensas na medida em que o colonialismo se intensificava nas últimas décadas do século XIX, sobretudo após a Conferência de Berlim. Afinal, o racismo era “essencial para a relativa estabilidade”<sup>6</sup> do colonialismo britânico, um agente intrínseco à organização do Império, capaz de legitimar e justificar a conquista de outros territórios com base no argumento de que seus habitantes, por serem inferiores, requeriam a tutela benevolente e civilizacional do Império ou, em sua propensão à violência, necessitavam ser neutralizados por serem ameaças.

---

<sup>6</sup> KATZ, Wendy. *Rider Haggard and the Fiction of Empire: A Critical Study of British Imperial Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 131.



No jogo político engendrado pelo colonialismo, o racismo provocava nos apologistas e partícipes do Império um efeito de “perda do senso de realidade” no “contato com outros povos”, uma conjuntura de elementos capazes de instrumentalizar a ordenação das sociedades coloniais baseada na arbitrariedade justificada pela crença na “superioridade da raça branca”. A partir dessa percepção, o racismo estrutura-se na ausência de valor atribuído ao ser humano, o negro africano, o qual, destituído de “qualidades substanciais”<sup>7</sup>, perde a possibilidade de ser tratado como um semelhante. Assim, de acordo com Hannah Arendt:

Sua base e sua justificativa ainda eram a própria experiência, uma terrível experiência de algo tão estranho que ficava além da compreensão e da imaginação: para os brancos foi mais fácil negar que os pretos fossem seres humanos. No entanto, a despeito de todas as explicações ideológicas, o homem negro teimosamente insistia em conservar suas características humanas, só restando ao homem branco reexaminar a sua própria humanidade e concluir que, nesse caso, ele era mais do que humano, isto é, escolhido por Deus para ser o deus do homem negro. Era uma conclusão lógica e inevitável no caminho da radical negação de qualquer laço comum com os selvagens<sup>8</sup>.

Por sua pernícia e violência, pelos gastos dispendiosos e desavenças político-partidárias em torno da expansão colonial em África, o colonialismo demandava elementos ideológicos capazes de comover a população, e engajá-la afetivamente com essas práticas políticas. Daí a importância de uma série de representações e práticas culturais ou simbólicas, que contribuíam para a legitimação pública do colonialismo e do racismo. Nesse ponto, a literatura desempenhava um papel importante, pois colaborava para tornar o projeto colonial em algo familiar a muitos de seus leitores e leitoras na metrópole. Nos romances publicados no último quartel do século XIX, o colonialismo não era visto como resultado da ação de Estados ou partidos políticos, mas sim como direito e dever de indivíduos comuns, que encontravam nos territórios ultramarinos a possibilidade de vivências aventureiras, de fortes emoções, coroadas pelo rápido enriquecimento e ascensão social. As diferenças entre as raças “civilizadas” e as “primitivas” ou “selvagens” eram mobilizadas nestas ficções como um dos critérios essenciais para glorificar o “fardo do homem branco”, a crença na missão civilizadora dos europeus, sobretudo de britânicos, na África.

H. Rider Haggard, por sua vida e escrita, certamente encontrava-se inserido nesta economia emocional baseada em cultivos do ódio, ressentimentos e mágoas, paixões e afetos políticos do colonialismo. Nessa tese, não houve a intenção de escrever uma biografia do

<sup>7</sup> HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 93.

<sup>8</sup> ARENDT, op. cit., p. 225.

letrado, mas partir de elementos de sua trajetória para conectá-lo a processos macropolíticos vinculados ao colonialismo na África do Sul. Por esse motivo, o primeiro movimento da pesquisa voltou-se à experiência colonial de Haggard, a saber, seu engajamento fervoroso com a administração da Colônia de Natal e com a anexação do Transvaal entre 1875 e 1881. Jovem ambicioso, descrito por seus contemporâneos como um indivíduo franzino e considerado por sua família como estúpido e inconsequente, Haggard ascendera rapidamente aos círculos da elite política colonial. Ao mesmo tempo, o jovem produziu suas primeiras incursões ao mundo das letras, ao redigir artigos e relatos de viagens que foram publicados em revistas na metrópole. Esses textos de juventude evidenciam um esforço político para justificar a anexação do Transvaal, bem como apresentar ao seu público leitor as particularidades da questão nativa na África do Sul. Desde cedo, Haggard considerava o colonialismo britânico como uma força paternal e tutelar, justa e bondosa, capaz de promover a civilização no “continente negro”. Por outro lado, um aspecto paradoxal desponta de seus escritos: a percepção de que o colonialismo, para o bem ou para o mal, arruinaria práticas culturais e formas tradicionais de organização social e política dos reinos e estados africanos.

Amargurado com a devolução do Transvaal aos bôeres após o final da primeira guerra sul-africana e nostálgico pela África perdida de sua juventude, Haggard retornou à metrópole. Seu regresso também coincide com o momento em que os projetos confederacionistas mobilizados por administradores coloniais como Bartle Frere e Theophilus Shepstone caíam por terra. Foi nesse período, entre os anos de 1882 e 1885, que Haggard tentaria se inserir no mundo intelectual e no campo literário. Seus primeiros esforços, por meio de romances sentimentais e dramas domésticos, receberam pouca atenção do público leitor. O ensaístico *Cetywayo and his white neighbours*, que teve uma segunda edição apenas após o sucesso editorial de seus romances aventureiros, apresentava muitos dos ressentimentos de Haggard com a perda territorial na África do Sul, bem como as críticas ao governo liberal de William Gladstone, que o letrado responsabilizava pelas derrotas contra os bôeres. Categorizado por Haggard como uma “história política” da questão nativa, *Cetywayo* também apresenta as perspectivas do escritor a respeito do Reino Zulu e dos seus dirigentes, e fornece pistas dos posicionamentos políticos acerca da destituição de Cetshwayo e da divisão territorial da Zululândia após a derrota na guerra Anglo-Zulu.

O estudo pormenorizado das circunstâncias históricas da cultura escrita possibilita percorrer as polêmicas literárias e as redes de sociabilidade nas quais Haggard envolvia-se. Assim, o movimento de idas e vindas pela imprensa periódica, especialmente no *Pall Mall Gazette*, permitiu vislumbrar os debates a respeito do plágio e da qualidade literária dos

romances aventurecos e as defesas engendradas por Haggard e por seus paladinos literários. A análise das correspondências entre Haggard, o poeta Rudyard Kipling e o antropólogo Andrew Lang (seus principais defensores na questão do plágio), evidencia o modo como o mundo dos intelectuais não está resumido aos seus livros, pois abarca práticas cotidianas de amizade, afeto e estima, colaborações literárias e políticas, bem como a formação de redes editoriais com o afã de maximizar o retorno financeiro na publicação de folhetins e romances. Além disso, as missivas analisadas possibilitam demarcar o perfil dos indivíduos envolvidos nas trocas intelectuais, localizados entre o pêndulo da amizade e da introspecção. O assunto da política não estava apartado dos diálogos entre Haggard e seus interlocutores, de modo que as referências à questões coloniais aparecem cá e acolá, e apontam aos vínculos que aproximam e interligam os mundos da literatura e da política. Tal qual se pode denotar, essa articulação também se faz presente, e de forma circunstanciada, nos prefácios e dedicatórias dos romances de Haggard, afinal o letrado cuidadosamente escolhia indivíduos vinculados à administração colonial para homenageá-los em suas obras literárias.

A análise histórica da trajetória do romancista, de seus contextos de formação, atuação profissional, sociabilidade literária e amizade intelectual, permite compreender sua produção ficcional a partir de condições sociais e culturais. Portanto, privilegiou-se uma história cultural e política do literário, para investigar os romances de Haggard em sua interlocução com o contexto das políticas coloniais nos territórios sul-africanos, em recusa a vertentes teórico-metodológicas que consideram “o texto pelo texto”. A perspectiva de análise visou estabelecer interligações e complexas conexões engendradas entre as percepções de mundo de Haggard em suas ficções, sua experiência colonial e os debates político-partidários a respeito da África do Sul. Por esse motivo, o literário torna-se um ponto de partida para interrogar o tipo de racionalidade mobilizada pelo sujeito histórico em questão, levando em consideração o modo como ele lidava com os conflitos, ambiguidades e incoerências que fazem parte das vivências humanas ao longo do tempo. Adicionalmente, seus romances convertem-se em chaves de análise dos processos de produção de imaginários políticos a respeito da África do Sul, os quais, revestidos com afetos e sensibilidades, informavam os corações e imaginações de muitos dos seus leitores e leitoras na metrópole e nas colônias.

Os romances aventurecos de Haggard demonstram o modo como o “inconsciente imperial”, do qual tratou Laura Chrisman, se materializava por intermédio da escrita literária. Em *Jess*, ambientado em uma fazenda no interior do Transvaal, o letrado visou relatar a experiência da derrota e da humilhação no conflito entre britânicos e bôeres entre 1880 e 1881. Nesse romance, personagens como Silas Croft, o pequeno colono abandonado à própria

sorte e expatriado após a devolução do território aos bôeres, personificava as perspectivas de Haggard a respeito da humilhação política e econômica pós-1881. A morte de sua heroína, a intelectual apaixonada Jess Croft, metaforizava a perda da colônia, convertida na escrita do letrado em um verdadeiro paraíso perdido, repleto de oportunidades econômicas, especialmente agrárias, porém entregue aos bôeres insurgentes. Aliás, em *Jess*, Haggard destila com maior intensidade suas animosidades raciais contra os bôeres, representando-os, especialmente por meio de seu vilão, Frank Muller, como indivíduos degenerados, afetados pela longa permanência no continente africano, religiosamente fanáticos, politicamente ambiciosos e irresponsáveis. *Jess* aproxima a política e as sensibilidades, ao apresentar determinados afetos e emoções (humilhação, mágoa, ressentimento, sofrimento amoroso) como resultados dos conflitos entre britânicos e bôeres.

Escrito poucos meses após a anexação da Zululândia às posses britânicas na África Austral, *Nada the Lily*, um romance histórico ambientado nos reinados de Shaka e Dingane, visava fornecer quadros explicativos para a derrota Zulu, simultaneamente construindo álibis políticos que fossem capazes de redimir a culpa britânica na desestabilização e destruição de formas tradicionais de organização social e política africana. *Nada the Lily* igualmente demonstra as vias pelas quais Haggard adere a certo paradigma shepstoniano de compreensão da sociedade Zulu, o qual pressupunha que o seu governo eficaz dependia de uma administração centralizada e despótica. Ao mesmo tempo, o letrado aproxima-se de certas perspectivas da historiografia colonial produzida na segunda metade do século XIX, e que foram responsáveis pela construção de uma interpretação Zulucêntrica dos processos sociais e políticos que marcaram o interior do subcontinente sul-africano nas primeiras décadas do Oitocentos. Aqui, assim como alhures, o modelo militar implementado por Shaka era responsabilizado pelo extermínio étnico e esvaziamento populacional, o qual teria formado um vácuo a ser eventualmente ocupado pelos *voortrekkers* em meados dos anos de 1830.

As tensões políticas entre bôeres e britânicos intensificaram-se na metade da década de 1895, quando velhos ressentimentos e disputas territoriais foram inflamados pelo chamado Jameson Raid, uma tentativa malfadada de invadir e anexar o Transvaal, engendrada por Cecil Rhodes e Leanderr Star Jameson. Paradoxalmente, aquele mesmo contexto foi marcado por esforços de alguns intelectuais, sobretudo alinhavados ao chamado “sul-africanismo”, que vislumbravam a formação de uma elite colonial construída a partir da aliança de bôeres e britânicos e pela subjugação das populações africanas, relegadas à força de trabalho. O amor da bôer Suzanne Botmar e do jovem anglo-escocês Ralph Kenzie, em *Swallow*, metaforizava essas utopias étnico-raciais. Enquanto uma “ficção de fundação” (expressão de Doris

Sommer), *Swallow* visava engajar afetivamente seus leitores e leitoras numa trama em que o amor entre elementos britânicos e bôeres justificaria a unificação dos territórios sul-africanos – ainda que submetidos à autoridade do Império Britânico. A trama era contraposta a um plano de fundo histórico: as sagas de homens e mulheres bôeres que, descontentes com a esfera de influência britânica, deixaram a Colônia do Cabo entre 1836 e 1838, e migraram rumo às regiões ocupadas no final do século por Natal e pelas repúblicas bôeres. Em paralelo, Haggard apresenta a saga de Sihamba Ngenyanga, uma sacerdotisa e líder política, que une esforços a Suzanne para protegê-la do vilanesco Piet van Vooren e resistir ao avanço dos guerreiros Zulus sobre seu pequeno reino.

A eclosão da segunda guerra sul-africana em 1899 esfacelou muitas dessas esperanças de uma convivência harmoniosa entre britânicos e bôeres. As resistências africanas naquele contexto, ao exemplo da *Chimurenga* dos Ndebele e dos Shona em 1896, que opôs essas nações aos colonos brancos na Matabelelândia e na Mashonalândia, demonstravam que o avanço do colonialismo britânico na África também suscitava iniciativas africanas em face da partilha e da conquista. O coração partido de Allan Quatermain e a morte de sua esposa, a bôer Marie Marais, em *Marie*, parece tocar diretamente nessa questão: a violência, as suspeitas e os preconceitos entre britânicos e bôeres como um empecilho para a concretização de uma elite branca, capaz de controlar as massas de populações negras na África do Sul. *Marie* foi publicado poucos meses após a União Sul-Africana ser aprovada e, nesse romance, Haggard parece alinhar-se a uma perspectiva que deslocava as oposições entre britânicos e bôeres para as oposições entre brancos e negros. Ao mesmo tempo em que reconhece as demandas ancestrais de africanos por terra, o romancista retoma o martírio de Piet Retief para legitimar a apropriação de territórios por bôeres e britânicos, marginalizando africanos ou subjugando-os enquanto mão de obra. Assim como em outros de seus romances, Haggard retoma em *Marie* uma preocupação com as políticas Zulus nos idos de 1830, caracterizando o rei Dingane como um indivíduo cruel e supersticioso, facilmente influenciável pelas maquinações do vilão, o luso-bôer Hernan Pereira.

Em comum, esses romances mobilizam personagens comuns contrapostos a um plano de fundo histórico, por meio do qual Haggard visava selecionar eventos e episódios significativos do processo de ocupação territorial e formação da nação sul-africana. As migrações dos bôeres e seus conflitos com britânicos, o expansionismo militar dos Zulus, as disputas territoriais e as contendas pelo poder político na África do Sul são apresentados ao seu público leitor a partir das impressões e dos sentimentos de seus heróis e heroínas. Com efeito, as sensibilidades – amores, ódios, mágoas, ressentimentos – aparecem, na ficção

histórica de Haggard, como um componente essencial de compreensão do passado sul-africano e força motriz de transformação social e política. Ao mesmo tempo, as entrelinhas dos seus romances possibilitam vislumbrar as políticas de resistência adotadas pelos reinos, estados e chefias africanas nesse processo, movimentos que, pela perspectiva colonialista, eram vistas como primitivas e irracionais, ausentes de sentido político ou de organização. Ao narrar suas histórias, Haggard também se atentava às instâncias de colaboração entre africanos e europeus no embate colonial, ao exemplo de Allan Quatermain e seu laçao Hans em *Marie*, ou Suzanne e Sihamba em *Swallow*. Contudo, é importante lembrar que “resistência e colaboração não obedecem a uma lógica única, nem estão submetidos a um único parâmetro de ação e legitimidade”<sup>9</sup>, afinal, “o que os europeus encontravam nas colônias não era um terreno aberto para a dominação econômica, mas pessoas capazes de lograr e minar os princípios e práticas”<sup>10</sup> estruturantes do colonialismo. A ficção de Haggard possibilita rastrear as extensões de seu racismo, ao dividir os africanos entre “bons selvagens”, subservientes e úteis ao colonialismo, e “maus selvagens”, ao exemplo dos Zulus, vistos pelo letrado e muitos de seus contemporâneos, como uma ameaça aos projetos expansionistas do Império.

A crítica literária e a historiografia têm enfatizado nos romances de Haggard traços essenciais do culto da masculinidade no final do século XIX, por meio da valorização da potência viril, da capacidade de ação, do gosto pela aventura e por seu engajamento explícito ou implícito com as forças de manutenção e expansão do Império Britânico. E, de fato, os romances analisados pululam de homens corajosos e apaixonados, que enfrentam forças rivais para salvar as mulheres amadas. O soldado John Neil, o órfão Ralph Kenzie e o caçador Allan Quatermain evidenciam o modo como as ficções de Haggard investiam na formação do heroísmo colonial, de modelos de conduta e atuação desejáveis aos indivíduos que partiam às colônias em busca de ascensão social e protagonismo político. Graças às marcas da antropologia comparativa em sua ficção, heróis africanos, como Umslopogaas e Galazi, também atuavam como um contraponto às masculinidades brancas, recuperando elementos como a homossociabilidade e a camaradagem masculina, a força física e o gosto pela violência, o morrer e matar em nome da glória. O contexto de publicação destes romances havia sido marcado pelos temores da degenerescência, declínio colonial e por certa patologização da masculinidade, e esses personagens demonstram as vias pelas quais Haggard

---

<sup>9</sup> PARADA, Mauricio; MEIHY, Murilo Sebe Bom; MATTOS, Pablo de Oliveira. *História da África Contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Pallas, 2013, p. 40.

<sup>10</sup> STOLER, Ann Laura; COOPER, Frederick. *Between Metropole and Colony: Rethinking a Research Agenda*. COOPER, Frederick; STOLER, Ann Laura. *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley: University of California Press, 1997, p.5.



acreditava que a revitalização da virilidade poderia ocorrer nos territórios coloniais, onde as condições difíceis de sobrevivência transformariam meninos em homens.

No entanto, a virilidade e o heroísmo colonial cingem apenas um elemento dentre muitos outros que Haggard apresenta na “lógica social” de seus romances. A ação de mulheres, africanos e *half-castes* em suas ficções ilustra as complexidades do tecido social das colônias retratados na literatura e, por extensão, o modo como Haggard visava solucionar crises e dilemas metropolitanos por meio dos destinos de seus personagens sul-africanos. Nesse sentido, o romancista criou personagens como Bessie Croft, que se enquadra em um modelo vitoriano de feminilidade doméstica reforçado nas elites e nas classes médias ao longo do século XIX – o anjo do lar, a *proper lady* – e baseado na abnegação, exaltação da castidade e do sentimento, sublimação da sexualidade e valorização do casamento e da maternidade. Contudo, Haggard atribui à personagem outros valores necessários para a sobrevivência nas colônias em tempos conflituosos, ao exemplo da resistência física e determinação de caráter. Sua recusa em casar-se com Frank Müller assumia uma função política, na medida em que metaforizava a resistência britânica diante dos avanços bôeres. Por meio de Bessie, Haggard enredava uma personagem que se fortalecia na ausência de homens, e não necessariamente em oposição a eles. Sua irmã, Jess, apresentava qualidades que, no período, eram associados às Novas Mulheres e às sufragistas, sobretudo pela valorização do intelecto e forte personalidade. No final, entretanto, ela se redime ao amor, e sacrifica-se para garantir a sobrevivência e a felicidade da irmã e do homem que amava.

Em *Swallow*, Haggard narrou as aventuras de Suzanne Botmar e Sihamba Ngenyanga, uma mulher bôer e uma africana que, após fugirem da Colônia do Cabo e das maquinacões diabólicas de Piet van Vooren, buscam refúgio em um reino africano e passam a governar os Umpondwana. Por meio da ação dessas personagens, é possível perceber o modo como que, na visão de mundo de Haggard, a benevolência e a bondade desinteressada tornam-se elementos estruturantes do colonialismo. Por salvar a vida de Sihamba, Suzanne consegue influenciar os destinos da política africana e ocupa, ao lado da africana, a chefia do reino Umpondwana e exerce resistência diante dos avanços Zulus. Suzanne Botmar tornava-se o paralelo ficcional de um elemento do colonialismo que passa a ganhar forças no final do século XIX: não mais o uso da força e do controle militar, mas sim a persuasão administrativa e a burocratização, que ficavam cada vez mais expressivas nas políticas que visavam o controle das populações negras. Portanto, a heroína bôer não estava muito distante de figuras como Theophilus Shepstone e Marshal Clarke, funcionários civis e administradores coloniais

que, nas memórias de Haggard, haviam promovido a causa do colonialismo graças à negociação pacífica com as elites africanas.

Os romances do letrado de Norfolk apresentam também uma preocupação evidente com a miscigenação étnico-racial e a condição social do mestiço na sociedade sul-africana, elemento que encontra-se diretamente interligado às particularidades de seu pensamento racial e do seu racismo expresso na literatura. Haggard escrevia justamente em um momento no qual diversas associações e organizações políticas formavam-se na África do Sul com o objetivo de reivindicar direitos sociais e políticos aos africanos negros, aos *half-castes* ou *coloureds*. Mas, informado por um racismo fortemente hierárquico, que considerava a mestiçagem como sintoma da degeneração, Haggard não era capaz de encontrar lugar social para os *half-castes* em seus romances. Todos eles, indivíduos nascidos do contato entre britânicos, bôeres e africanos, enlouqueciam e degeneravam, tornavam-se ameaças políticas, econômicas e sexuais, conspiravam contra a felicidade dos colonos britânicos. Todos eles encontravam fins trágicos, e refletiam o que o letrado possivelmente considerava como modelos fracassados de colonialismo, sobretudo de portugueses e holandeses (bôeres) na África Austral. Vilanizados, vilificados enquanto subhumanos, dificilmente atrairiam a empatia de seus leitores e leitoras e, por suas ações abomináveis, seriam desmerecedores de direitos políticos e privilégios sociais na sociedade sul-africana que se delineava.

Face às transformações nos territórios sul-africanos na segunda metade do século XIX, muitas das quais reverberações da expansão político-econômica engendrada pelo colonialismo, a produção literário-intelectual de Haggard visava fornecer respostas aos impasses deflagrados pela “questão sul-africana”. A despeito de seu ávido interesse pelas formas de organização social e política de reinos e estados africanos, sobretudo dos Zulus, o projeto literário do romancista parecia enveredar-se, nas primeiras décadas do século XX e especialmente após a União Sul-Africana, a um esforço de legitimar a composição de uma elite sul-africana a partir da coexistência de elementos britânicos e bôeres. Essa estrutura sociopolítica ainda seria mantida pela apropriação de terras e pela subjugação da população negra à função de mão de obra nas lavouras, indústrias ou na mineração. Ainda assim, ecos das resistências africanas e das suas atuações políticas são sentidos explícita ou implicitamente nos escritos de Haggard, e seus relatos da viagem à África do Sul em 1914 aparecem permeados com instâncias de reivindicações de africanos diante da institucionalização de leis segregacionistas que, ao longo do século XX, fundamentaram vasto leque de violências simbólicas e concretas no regime de *apartheid*.

A problematização histórica das circunstâncias políticas do racismo e do colonialismo integram um esforço (igualmente político) de desnaturalizá-los e, assim, abominar qualquer tipo de ação contrária aos direitos humanos e à construção de uma sociedade plural, democrática. Investigar as ideias políticas de Haggard, sua produção literária e suas propostas para a África do Sul, implica em mapear o seu “coração das trevas” – a mobilização de discursos raciais e racistas, os ódios e ressentimentos, as mágoas e humilhações, e o modo como esses sentimentos confluíam no campo da política e da literatura. Como se viu ao longo dessa tese, os abusos e as violências do colonialismo já eram reconhecidas e denunciadas no final do século XIX. Dentre uma infinidade de questões, a análise empreendida visou demonstrar como indivíduos comuns e ressentidos, “homens supérfluos”, engajavam-se fervorosa e apaixonadamente com processos macropolíticos responsáveis pelo “horror! o horror!”, do qual tratou o enlouquecido Kurtz no desfecho da novela de Joseph Conrad.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

### Bibliográficas

ANGAS, George French. *The Kafirs illustrated in a series of drawings taken among the Amazulu, Amaponda and Amakosa tribes*. Londres: J. Hogarth, 1849.

CAREY-HOBSON, Mary Ann. *The Farm in the Karoo: or, What Charley Vyvyan and his friends saw in South Africa*. Londres: Juta, Heelis & Company, 1883.

CAREY-HOBSON, Mary Ann. *At Home in the Transvaal*. Londres: Sonnenschein, 1884.

CARLYLE, Thomas. *On Heroes, Hero Worship and the Heroic in History*. Londres: Chapman and Hall, 1840.

CARNARVON, Lord. Imperial Administration. *The Fortnightly Review*, v.24, jul-dez.1878.

CHESSON, F. W. *The Dutch Boers and Slavery in the Trans-vaal Republic*. Londres: Tweedie, 1869.

COLENSO, Harriette. *The present situation among the Zulus, with some suggestions for the future*. Londres: Burt & Sons, 1893.

DISRAELI, Benjamin. Conservative and Liberal Principles: Speech at Crystal Palace, June 24, 1872. In: KEBBEL, Thomas Edward (org.). *Selected speeches of the late Right Honourable the Earl of Beaconsfield*. Londres: Longmans & Green, 1882.

DOYLE, Arthur Conan. *The Lost World*. Nova York: Hodder & Stoughton, 1912.

DU TOIT, Stephanus Jacobus. *Die Geskiedenis van Ons Land in die Taal van Ons Volk*. Paarl: D. F. Du Toit & Co., 1895.

FYNNEY, Fred. Zululand and the Zulus (1880). In: HAGGARD, H. Rider; MONSMAN, Gerald (org.). *King Solomon's Mines*. Nova York: Broadview Press, 2002.

FORBES, Archibald. The bravest deed I ever saw. *Pearson's Magazine*, v. 1, n.1, pp.14-18, 1896.

HENTY, G. A. *The Young Colonists: a Story of the Zulu and Boer Wars*. Londres: Blackie & Son, 1885.

HENTY, G. A. *With Roberts to Pretoria: a Tale of the South African War*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1901.

HIGGINS, D. S (org.). *The Private Diaries of Sir H. Rider Haggard*. Londres: Cassell, 1980.

KIPLING, Rudyard. Recessional. Disponível em:  
<[http://www.kiplingsociety.co.uk/poems\\_recess.htm](http://www.kiplingsociety.co.uk/poems_recess.htm)> Acesso em 13 fev. de 2019.

LANG, Andrew. Literary plagiarism. *Contemporary Review*, junho de 1887, pp. 831-841.

LANG, Andrew. *Myth, ritual and religion*. Londres: Longman's, Green & Co., 1887.

LANG, Andrew. Realism and Romance. *Contemporary Review*, novembro de 1887, pp. 683-693.

LANG, Andrew; POLLOCK, Walter Herries. *He*. Londres: Longman, Green & Co, 1887.

LATHAM, Robert Gordom. *The Natural History of the Varieties of Man*. Londres: John Van Voorst, 1850.

LEIBBRANDT, H. C. V. *Précis of the archives of the Cape of Good Hope*. Cape Town: W. A. Richards & Sons, 1896.

MANN, Robert James. *The Zulus and Boers of South Africa: A Fragment of Recent History*. Londres: Edward Stanford, 1879.

MARTINEAU, John. *The Life and Correspondence of Sir Bartle Frere*. Londres: Albermale, 1895.

MOORE, William. The higher education of women. *British Medical Journal*, 14 Agosto de 1886, pp.298-299.

ROSE, Cowper. *Four Years in Southern Africa*. Londres: Colburn & Bentley, 1829.

RUNCIMAN, James. King Plagiarism and His Court. *Fortnightly Review*, março de 1890.

SALMON, Edward. *Juvenile Literature as it is*. Londres: Henry J. Drane, 1888.

SCHREINER, Oliver. *The Story of an African Farm*. Londres: Chapman and Hall, 1892.

SELOUS, Frederick. *The War*. The Times, 24 de outubro de 1899, p.15.

SHEPSTONE, Theophilus. The Zulus. *Cape Monthly Magazine*, v.11, 1875.

SIR T. SHEPSTONE on Slavery in the Transvaal. *The Anti-slavery reporter*, v. 1, 1881.

SOUTH AFRICA – The Zulu War – The Expenditure – Questions. Relatório do House of Commons, 02 de maio de 1879, v.246, cc.1363-4.

SOUTH AFRICA – The Zulu War – The Transvaal – Question. Relatório do House of Commons, 27 de maio de 1879, v.246, cc.1363-4.

STEAD, W. T. The Novel of the Modern Woman. *Review of Reviews*, v.10, 1894.

THEAL, George McCall. *Compendium of South African History and Geography*. Alice, South Africa: Lovedale Missionary Institution, 1878.

THEAL, George McCall. *Kaffir Folk-lore: A Selection from the Traditional Tales Current among the People Living on the Eastern Boarder of the Cape Colony*. Londres: Swan Sonnenschein, 1886.

THEAL, George McCall. *Progress of South Africa in the Century*. Londres: Linscott, 1901.

THEAL, George McCall. *The History of the Emigrant Boers in South Africa, or, the wanderings and wars of the emigrant farmers from their leaving the Cape Colony to the acknowledgment of their independence by Great Britain*. Londres: Swan Sonnenschein, Lowrey & Co., 1888.

THEAL, George McCall. *The Story of the Nations: South Africa*. Londres: T. Fisher, 1900.

THOMPSON, George. *Travels and Adventures in Southern Africa*. Londres: Colburn, 1827.

WILMOT, Alexander. *History of the Zulu War*. Londres: Richardson, 1880.

WILMOT, Alexander. *Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, and its History from the most Ancient Times to the Present Century*. Londres: T. Fisher Unwin, 1896.



WILMOT, Alexander; CHASE, John Centlivres. *History of the colony of the Cape of Good Hope*. Cape Town: J.C.Juta, 1869.

### **Livros e artigos de H. Rider Haggard**

‘South Africa’, a review of The Story of the Nations by G. M. Theal. *The African Review*, n.7, julho de 1894, p.10.

A Man's View of Woman. *The African Review*, 22 de setembro de 1894.

A Visit to the Chief Secocœni. *Gentleman's Magazine*, n.241, setembro de 1877, pp. 302-318.

A Zulu War-Dance. *The Gentleman's Magazine*, n.243, julho de 1877, pp. 94-107.

About Fiction. *Contemporary Review*, v.51, fevereiro de 1887, pp. 172-180.

*Allan Quatermain*. Londres: Longmans, Green & Co., 1888.

*Allan's Wife*. Nova York: M. J. Ivers & Co., 1899.

*Books which have influenced me*. Londres: Hodder & Stoughton, 1897.

*Cetywayo and his white neighbours, or remarks on recente events in Zululand, Natal and the Transvaal*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co, 1896.

*Dawn*. Londres: Spencer Blackett, 1888.

*Diary of an African Journey*. Nova York: New York University Press, 2001.

Hunter Quatermain's Story. In: AMHERST, Margaret. *In a good cause*. Londres: Wells Gardner, Darton & Co., 1885.

Jameson's Surrender. *The Times*, 14 de março de 1896, p.10.

*Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1887.

*King Solomon's Mines*. Londres: Cassel's, 1901.

*Maiwa's Revenge*. Londres: Hodder & Stoughton, 1920.

*Marie*. Londres: Longman's, Green & Co., 1912.

*Mr. Meeson's Will*. Londres: Spencer Blackett, 1888.

Mr. Rider Haggard and His Critics. *The Times*, 27 de abril de 1887.

*Nada the Lily*. Londres: Longman's, Green & Co., 1895.

Nada the Lily. *The Illustrated London News*, 2 de janeiro a 7 de maio de 1892.

Preface. In: WILMOT, Alexander. *Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, and its History from the most Ancient Times to the Present Century*. Londres: T. Fisher Unwin, 1896

*Queen Sheba's Ring*. Toronto: Top Clark Co., 1910.

*Rural England: being an account of agricultural and social researches carried out in the years 1901 [and] 1902*. Nova York: Longmans, Green & Co., 1902.

*She, a history of adventure*. Londres: Longmans, Green & Co., 1887.

*Swallow, a tale of the Great Trek*. Londres: Longman's, Green & Co., 1899.

The Crisis in the Transvaal. *The Times*, 02 de janeiro de 1896, p.4.

*The days of my life*. 2 vols. Londres: Longmans, Green & Co., 1926

*The Ghost Kings*. Londres: Cassel and Company, 1908.

The Transvaal Crisis. *The Times*, 13 de janeiro de 1896, p. 11.

The Transvaal. *Macmillan's Magazine*, v.36, n.211, maio de 1877, pp. 70-79.

The War. *The Times*, 25 de outubro de 1899, p.7.

*The Witch's Head*, 3 vols. Londres: Hurst & Blackett, 1885.

Umslopogaas and Makokel. Sir H. Rider Haggard on Zulu Types. *The Times*, 16 de Agosto de 1913, p.5.

## **Periódicos**

Contemporary Review.

Gentleman's Magazine.

Macmillan's Magazine.

Pall Mall Gazette.

Punch, or the London charivari.

Saturday Review.

St. James Gazette.

The Academy.

The African Review.

The Cape Monthly Magazine.

The Norfolk Chronicle.

The Norfolk News.

The Spectator.

The Times.

## **Fundos - Séries documentais**

Norfolk Records Office. NRO BUL 16/122/1-32, 705X5.  
 Norfolk Records Office, NRO MS 4694/22/1-7.  
 Norfolk Records Office, NRO MS 4694/21/1-42.  
 Norfolk Records Office, NRO MS 4694/23.  
 Norfolk Records Office. NRO MS 4692/16.  
 Norfolk Records Office, NRO MC 621.  
 Norfolk Records Office. NRO MC 32/51.  
 Harry Ramson Center, University of Texas, HRC/CAT/OS/2b-iii (online).  
 Harry Ramson Center, University of Texas. HRC/CAT/OS4a-v (online).  
 Lytton Family Papers, Lytton 01229/1 (online).

## Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. As memórias do outro. In: ROCHA, João Cezar de Castro. *A força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011.

AJAYI, Jacob Adeniyi. A África às vésperas da conquista europeia. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.

ALEXANDER, Peter. *Workers, War and the Origins of Apartheid: Labour and Politics in South Africa 1939-48*. Oxford: Currey, 2000.

ANDERSON, Catherine. Red Coats and Black Shields: Race and Masculinity in British Representations of the Anglo-Zulu War. *Critical Survey*, v.20, n.3, pp.6-28, 2008.

ANDERSON, Monica. *Women and the Politics of Travel (1870-1914)*. Madison: Farleigh Dickinson University Press, 2006.

ANNIS, Mathew. Half Devil and Half Child: British Perceptions of Native Opponents in Southern Africa (1878-1879). *Journal of the Anglo Zulu War Historical Society*, v.23, 2008.

ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Curitiba: UFPR, 2019.

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia. (org.) *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

ANSART, Pierre. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. *História: Questões & Debates*, n.33, julho-dezembro de 2000.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004.

ANSART, Pierre. *Los Clinicos de las Pasiones Políticas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1997.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: PUC-SP, 2014.

ARATA, Stephen. *Fictions of Loss in the Victorian fin-de-siècle: Identity and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ARMSTRONG, Nancy. *How Novels Think: The Limits of Individualism from 1719-1900*. Nova York: Columbia University Press, 2005.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos históricos*, v. 11, n. 21, pp. 9-34, 1998.

ATMORE, Anthony; MARKS, Shula. The Imperial Factor in South Africa in the Nineteenth Century: Towards a Reassessment. *Journal of Imperial and Commonwealth History*, v. 3, n. 1, pp. 120-127, 1974.

ATTRIDGE, Steve. Character, Sacrifice and Scapegoats: Boer War Fiction. In: HOUEN, Alex; SCHRAMM, Jan-Melissa. *Sacrifice and Modern War Literature*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

AXELSON, Eric. *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.

BADINTER, Elisabeth. *XY – sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press, 1981.

BARROS, Antônio Evaldo Almeida. John Dube e os desafios da segregação na África do Sul. *Boletim do Tempo Presente*, n. 6, pp.1-37, 2013.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BEGHETTO, Lorena. *Aventura e Alteridade: o domínio de outros territórios na literatura de aventura de Emilio Salgari*. Tese de doutoramento em História. Curitiba: UFPR, 2014.

BELL, Duncan. The Project for a New Anglo Century: Race, Space and Global Order. In: KATZENSTEIN, Peter (org.). *Anglo-America and its Discontents: Civilizational Identities Beyond West and East*. Londres: Routledge, 2012.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, JeanFrançois (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998..

BERTAUD, Jean-Paul. A virilidade militar. In: COURBIN, Alain (org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2018.

BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. *Revista Estudos Históricos*, v.17, pp.151-160, 1997.

BOULUKOS, George. *The Grateful Slave: The Emergence of Race in Eighteenth Century British and American Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BOYD, Kelly. *Manliness and the Boy's Story Paper in Britain: A Cultural History (1855-1940)*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

BRAKE, Laurel; MUSSEL, James. Introduction: W.T. Stead, newspaper revolutionary. *19: Interdisciplinary Studies in the Long Nineteenth Century*, v.16, 2013.

BRANTLINGER, Patrick. *Taming Cannibals: Race and the Victorians*. Ithaca: Cornell University, 2011.

BRANTLINGER, Patrick. *Dark Vanishings: Discourse on the Extinction of Primitive Races (1800-1930)*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

BRANTLINGER, Patrick. *Rule of Darkness: British Literature and Imperialism, 1830-1914*. Nova York: Cornell University Press, 1990.

BRANTLINGER, Patrick. *The Reading Lesson: The Threat of Mass Literacy in Nineteenth Century British Fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

BRANTLINGER, Patrick. *Victorian literature and postcolonial studies*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

BRANTLINGER, Patrick. Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent. *Critical Inquiry*, v.12, n.1, pp.166-203, 1985.

BREPOHL, Marion. *Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo (1880-1945)*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

BREPOHL, Marion. Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do império, 1896-1914. *Revista Brasileira de História*, v.33, n.66, pp.13-29, 2013.

BRISTOW, Joseph. *Empire Boys: Adventures in a Man's World*. Nova York: Routledge, 1991.

BROUGHALL, Quentin J. *Assuming the purple: the rehabilitation of ancient Rome in Victorian culture, 1837-1901*. Tese de doutoramento em Clássicos Antigos. Maynooth: Maynooth University, 2015.

BUFFAULT, Anne-Vincent. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2010.



BURDETT, Carolyn. *Olive Schreiner and the Progress of Feminism: Evolution, Gender, Empire*. Basingstoke: Palgrave, 2001.

BURGESS, Michael. Imperial Federation: Continuity and Change in British Imperial Ideas, 1869-1871. *The New Zealand Journal of History*, v.17, n.1, 1983.

CAIN, Peter. Radicalism, Gladstone and the liberal critique of Disraeli 'imperialism'. In: BELL, Duncan (org.). *Victorian visions of global order empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CANNADINE, David. *The Decline and Fall of the British Aristocracy*. Londres: Picador, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHANAIWA, David. Iniciativas e resistências africanas na África meridional. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

CHANG, Elizabeth Hope. *Novel Cultivations: Plants in British Literature of Global Nineteenth Century*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2019.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, v. 7, n.13, pp.97-113, 1994.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: UNESP, 2014.

CHARTIER, Roger. Literatura e História. *Topoi*. v.1., n1., pp.197-216, 2000.

CHARTIER, Roger. O homem das letras. In: VOVELLE, Michel (org.). *O homem do iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

CHARTIER, Roger. O passado no presente. Ficção, história e memória. In: ROCHA, João Cezar de Castro. *Roger Chartier: a força das representações, história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Carlos: UFScar, 2012.

CHASE, Richard. *The American Novel and Its Tradition*. Nova York: John Hopkins, 1980.

CHRISMAN, Laura. *Rereading the Imperial Romance: British Imperialism and South African Resistance in Haggard, Schreiner and Plaatje*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CHRISMAN, Laura. The imperial unconscious? Representations of imperial discourse. *Critical Quarterly*, v.32, n.3, pp.38-58, 1990.

CLARK, G. S. Imperial Stereotypes: G. A. Henty and the Boy's Own Empire. *The Journal of Popular Culture*, v.18, n.4, pp.43-51, 1985.

CLARK, Sarah. *Regeneration of Empire: Agrarian Vision and Philanthropic Colonisation in H. Rider Haggard's Novels*. Dissertação de Mestrado em Literatura. Wellington: Victoria University, 2017.

CLARKE, Clare. *Late Victorian Crime Fiction in the Shadows of Sherlock*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

COAN, Stephen. Introduction. In: HAGGARD, H. Rider. *Diary of an African Journey*. Nova York: New York University Press, 2001.

COBBING, Julian. The Mfecane as Alibi: Thoughts on Dithakong and Mbolompo. *Journal of African History*, v. 29, pp. 487-519, 1988.

COHEN, Ilka Stern. Entre História e Política. *Revista de Sociologia e Política*, n.9, 1997.

COHEN, Morton. *Rudyard Kipling to Rider Haggard: the record of a friendship*. Londres: Hutchinson, 1965.

CONNEL, R.W. Políticas da Masculinidade. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n.2, pp.185-206, 1995.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós moderno. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, pp.129-149, 1998.

COOPER, Frederick. *Decolonization and African Society: The Labor Question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COPE, R. L. Local Imperatives and Imperial Policy: The Sources of Lord Carnarvon's South African Confederation Policy. *The International Journal of African Historical Studies*, v. 20, n.4, pp. 601-626, 1987.

CORBIN, Alain. Introdução. In: CORBIN, Alain (org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013, p.7.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. A ‘partilha do gorila’ entre ciência e literatura, de alhures e saberes locais. *Revista História: Questões & Debates*, v.62, n.1, pp. 107-132, 2015.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Evidências de História nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial. *Revista Aedos*, v.1, n.1, pp.11-21, 2008.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Caça e preservação da vida selvagem na África colonial. *Revista Esboços*, v. 18, n. 25, pp. 164-183, 2011.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Caricaturas da África: a Partilha da África pela imprensa ilustrada de Lisboa. *Revista Outros Tempos*, v. 13, n.22, pp. 192-207, 2016.

CURRAN, Andrew. *The Anatomy of Blackness: Science and Slavery in an Age of Enlightenment*. Baltimore: John Hopkins University, 2013.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DAVIDSON, J. H. Editor's Introduction. In: TROLLOPE, Anthony. *South Africa*. Cape Town: Taylor & Francis, 1973.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEANE, Bradley. Imperial Barbarians: Primitive Masculinity in Lost World Fiction. *Victorian Literature and Culture*, v.36, pp.205-225, 2008.

DEANE, Bradley. Imperial Boyhood: Piracy and the Play Ethic. *Victorian Studies*, v.53, n.4, pp.689-714, 2001.

DEANE, Bradley. *Masculinity and the New Imperialism: Rewriting Manhood in British Popular Literature, 1870-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

DEIRDRE, David. *Rule Britannia: Women, Empire and Victorian Writing*. Ithaca: Cornell, 1995.

DELIUS, Peter. Migrant labour and the Pedi before 1869. *Collected Seminar Papers on the Societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1977.

DELIUS, Peter. The History of Migrant Labor in South Africa (1800-2014). In: SPEAR, Thomas; ACHEBE, Nwando (orgs.). *Oxford Research Encyclopedia of African History*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

DENTITH, Simon. Heroic Poetry in a Novelized Age: Epic and Empire in Nineteenth Century Britain. In: BROWN, Barry. et. al. (orgs.). *Bakhtin and the Nation*. Lewisburg: Bucknell University Press, 2000.

DIJKSTRA, Bram. *Idols of Perversity: fantasies of feminine evil in fin-de-siècle culture*. Nova York: Oxford University Press, 1986.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EdUSP, 2009..

DREHER, Nan. Redundancy and Emigration: The ‘Woman Question’ in Mid-Victorian Britain. *Victorian Periodicals Review*, v. 26, n.1, pp.3-17, 1993.

DUBOW, Saul. *A Commonwealth of Knowledge: Science, Sensibility and White South Africa (1820-2000)*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

DUBOW, Saul. *Scientific racism in modern South Africa*. Cambridge: University Press, 1995.

DUESTERBERG, Susanne. *Popular Receptions of Archaeology: Fictional and Factual Texts in 19th and Early 20th Century Britain*. Transcript, 2015.

DUNAE, Patrick A. Boys’ Literature and the Idea of Empire (1870-1914). *Victorian Studies*, v.24, n.1, pp.105-121, 1980.

DUNCAN, David. The Regulation of Working Conditions for Africans, 1918-1948. *History Workshop: Structure and Experience in the Making of Apartheid*. Joanesburgo: University of the Witwatersrand, 1990.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Revista Varia História*, n.28, pp. 13-28, 2002.

ELDRIDGE, C. C. *England's Mission: The Imperial Idea in the Age of Gladstone and Disraeli, 1868-1880*. Londres: Palgrave Macmillan, 1973.

ELDRIDGE, C. C. *The Imperial Experience: From Carlyle to Foster*. Londres: Macmillan, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIOT, Simon; FREEBURY, Richard. A year of publishing: 1891. In: MCKITTERICK, David (org.). *The Book in Britain: vol.4 (1830-1914)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ELREDGE, Elizabeth. *The Creation of the Zulu Kingdom, 1815-1828: War, Shaka and the Consolidation of Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ETHERINGTON, Norman. Labour Supply and the Genesis of South African Confederation in the 1870s. *Journal of African History*, v.20, n.2, pp. 235-253, 1979.

ETHERINGTON, Norman. The 'Shepstone system' in the Colony of Natal and beyond the borders. In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (org.). *Natal and Zululand From Earliest Times to 1910: A New History*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1989.

ETHERINGTON, Norman. *The Great Treks: the transformation of Southern Africa (1815-1854)*. Londres: Longman, 2011.

FAHEY, David. The Politics of Drink: Pressure Groups and the British Liberal Party, 1883-1908. *Social Science*, v.54, pp.76-85, n.2, 1979.

FAULK, Laura Jane. *Body Language: Pain in Victorian Literature*. Tese de doutoramento em Literatura. New Orleans: Louisiana State University, 2014.

FELSKI, Rita. *The Gender of Modernity*. Harvard: Harvard University Press, 1995.

FERREIRA, Carlos Rogé. *Literatura e jornalismo, práticas políticas*. São Paulo: EdUSP, 2003.

FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968)*. Tese de doutoramento em História. Campinas: Unicamp, 2015.

FOSTER, Jeremy. *Washed with Sun: Landscape and the Making of White South Africa*. Pittsburgh: University of Pittsburg Press, 2008.

FOURIE, Fiona. A "New Woman" in the Eastern Cape. *English in Africa*, v. 22, n.2, pp. 70-88, 1995.

FREE, Melissa. "It is I Who Have the Power": Settling Women in Haggard's South African Imaginary. *Genre: Forms of Discourse and Culture*, v.45, n.3, pp. 359-394, 2012.

FRITZEN, Marlova Teresinha. *Classe e raça na formação do mundo do trabalho na União Sul-Africana, de 1907-1936*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2019.

GALLAGHER, Catherine. The Rise of Ficcionalilty. In: MORETTI, Franco (org). *The Novel: History, Geography and Culture*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GASA, Enoch. *John L. Dube, his Ilanga Lase Natali and the Natal African Administration, 1903-1910*. Tese de doutoramento em História. Kwadlangezwa: Universidade da Zululândia, 1999.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: o cultivo do ódio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: a educação dos sentidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: o coração desvelado*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

GAY, Peter. *Represálias selvagens: realidade e ficção na Literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Seuil, 2002.

GILLIOMEE, Hermann. *The Afrikaners: Biography of a People*. Londres: Hurst & Company, 2011.



GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. Desventuras e venturas da escrita da História: entrevista com Carlo Ginzburg. Revista *Tempos Históricos*, v.20, n.1, pp. 12-19, 2016.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de Il retorno de Martin Guerre, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. A "cultura histórica" do Estado Novo. *Projeto História*, v.16, pp.121-141, 1998.

GOMES, Angela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. Letras e missões: a influência da educação em espaço missionário na África do Sul – os casos de Olive Schreiner e Sol Plaatje. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 12, pp. 181-200, 2007.

GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. *De Espinhos e Agulhões: segregação e lei de terras na obra de Sol Plaatje, 1902-1930*. Tese de doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2015.

GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. O lugar das trevas: leituras e releituras de O Coração das Trevas em tempos de pós-modernismo. Revista *Veredas da História*, v. 1, n.1, pp. 1-22, 2008.

GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. *Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2010.

GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. Para quem contar sua história: *Mhudi*, de Sol Plaatje, 1930. *Transversos: Revista de História*. v.06, n.06, pp.36-51, 2016.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quem construiu o Grande Zimbábue? Em torno do mito da incapacidade civilizadora dos povos africanos. *Revista Diálogos*, v.8, n.1, pp.79-106, 2004.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *A palavra mascarada: sobre alegoria*. Santa Maria: UFSM, 1996.

GREEN, Martin. *Dreams of Adventure, Deeds of Empire*. Nova York: Routledge, 1979.

GRIFFITHS, Andrew. *The New Journalism, the New Imperialism and the Fiction of Empire (1870-1900)*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

GROOT, Jerome de. *The Historical Novel*. Londres: Routledge, 2010.

GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUAGE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, Alain (org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013..

GUMP, James. Origins of the Zulu Kingdom. *The Historian*, v. 50, n. 4, pp. 521-534, 1988.

GUY DALE, Alexander. *Paternalism in crisis: aristocratic responses to the agricultural depression in England (1870-1900)*. Dissertação de mestrado em História. York: Universidade de York, 2012.

HAEFELE-THOMAS, Ardel. *Queer Others in Victorian Gothic: Transgressing Monstrosity*. Cardiff: University of Wales Press, 2012.

HAGGARD, Liliás. *The cloak that I left: a biography of the author, Henry Rider Haggard*. Londres: Hodder & Stoughton, 1951.

HALL, Catherine; ROSE, Sonya. *At Home with the Empire: Metropolitan Culture and the Imperial World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HAMILTON, Carolyn. *Terrific Majesty: The Powers of Shaka Zulu and the Limits of Historican Invention*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1998.

HANRETTA, Sean. Women, Marginality and the Zulu State: Women's Institutions and Power in the Early Nineteenth Century. *The Journal of African History*, v. 39, n. 3, pp. 391-399, 1998.

HANSEN, João Adolfo. Autor. In: JOBIM, José Luis. *Palavras de crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

HAWKINS, Angus. *Victorian Political Culture: Habits of Heart and Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HEUER, Wolfgang. Corpo e vida: a crítica de Hannah Arendt à modernidade científica. *Revista Physis*, v. 20, n. 2, pp. 533-549, 2010.

HIGGINSON, John. *Collective Violence and the Agrarian Origins of South African Apartheid (1900-1948)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HILTON, J. L. Andrew Lang, Comparative anthropology and the classics in the African romances of Rider Haggard. *Akroterion: journal for the classics in South Africa*, v.56, pp. 107-128, 2011.

HOBSEBORN, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOLZER, Kellie. The Body Writes Back: Self Possession in Mr. Meeson's Will. *Nineteenth Century Gender Studies*, v.8, n.3, 2012.

HUTCHINGS, Geoffrey; CHRISTIE, Sarah; MACLENNAN, Don. *Perspectives on South African Fiction*. Johannesburg: Donker, 1980.

HUTCHINSON Bertram. Some Social Consequences of Nineteenth Century Missionary Activity among the South African Bantu. *Africa: Journal of the International African Institute*, v.27, n.2, pp.160-177, abril de 1957.

ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

ISER, Wolfgang. Problemas da teoria da literatura atual: o imaginário e os conceitos-chaves da época. In: COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

IVEY, Jacob Mckinnon. *The White Chief of Natal: Sir Theophilus Shepstone and the British Native Policy in Mid-Nineteenth Century Natal*. Dissertação de Mestrado em História. Orlando, Florida: University of Central Florida, 2008.

IWAI, Marcia. *O romance de aventura europeu e a construção do Outro: uma análise de O mundo perdido (1912), de Arthur Conan Doyle*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 2010.

JAMIESON, Theresa. Working for the Empire: Profession's of Masculinity in H.G. Wells The Time Machine and R.L. Stevenson's The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde. *Victorian Network*, v.1, n.1, pp. 72-91, 2009.

JENKINS, T. A. *Disraeli and Victorian Conservatism*. Londres: Macmillan, 1996.

JOHNSON, David. *Imagining the Cape Colony: History, Literature and the South African Nation*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

JONES, Arthur Keppel. *Rhodes and Rhodesia: The White Conquest of Zimbabwe (1884-1902)*. Kingston: McGill-Queen's University Press, 1983.

KALIFA, Dominique. Escribir uma historia del imaginario (siglos XIX-XX). *Secuencia*, v.105, pp.1-17, 2019.

KAMINSKI, Rosane. Reflexões sobre a pesquisa histórica, a ficção e as artes. In: FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane (orgs.). *História e Arte: encontros disciplinares*. São Paulo: Intermeios, 2013.

KATZ, Elaine. *White Workers in the Transvaal - A Trade Union Aristocracy: A History of White Workers in the Transvaal and the General Strike of 1913*. Joanesburgo: University of the Witwatersrand, 1976.

KATZ, Wendy. *Rider Haggard and the Fiction of Empire: A Critical Study of British Imperial Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

KEEGAN, Tim. *Colonial South Africa and the Origins of the Racial Order*. Londres: Leicester University Press, 1996.

KREBS, Paula M. *Gender, race and the writing of empire: public discourse and the Boer War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KRIKLER, Jeremy. *The Agrarian Class Structure of the Transvaal Colony*. Paper não-publicado. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1990.

KUITENBROUWER, Vincent. *War of Words: Dutch Pro-Boer Propaganda and the South African War*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012.

LABAND, John. *Historical Dictionary of the Zulu Wars*. Maryland: Scarecrow Press, 2009.

LABAND, John. *The Transvaal Rebellion: The First Boer War, 1880-1881*. Nova York: Routledge, 2014.

LAW, Graham; STERENBERG, Matthew. Old v. New Journalism and the Public Sphere; or, Habermas encounters Dallas and Stead. *19: Interdisciplinary Studies in the Long Nineteenth Century*, v.16, 2013.

LEE, Todd. The Fiction of Difference: The Afrikaner in British Adventure Fiction. *UCLA Historical Journal*, v.18, pp.1-26, 1999.

LEGASSIK, Martin. British hegemony and the origins of segregation in South Africa. In: BEINART, William; DUBOW, Saul (org.). *Segregation and Apartheid in Twentieth-century South Africa*. Londres: Routledge, 1995.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: USP, 1996.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LEWIS, Spalding. Romancing the Zulu: H. Rider Haggard, *Nada the Lily* and Salvage Ethnography. *English in Africa*, v.39, n.2, pp. 69-84, 2012.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LORIGA, Sabina; SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. *Métis: História & Cultura*, v.2, n.3, pp. 11-22, 2003..

LORIGA, Sabina; SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da Historiografia*, n.9, pp.22-37, 2012.

LOUIS, W. Roger. The Stokes Affair and the Origins of the Anti-Congo Campaign, 1895-1896. *Revue belge de Philologie et d'Histoire*, v.43, n.2, 1965, pp.572-584.

LUCA, Tânia Regina de. História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2018.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*, vol. II: do século XIX aos nossos dias. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

M'BOW, Amadou Mahtar. Prefácio. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África*, vol. I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

MACFARLANE, Robert. *Original Copy: Plagiarism and Originality in Nineteenth Century Literature*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Resenha: PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação. *Revista Brasileira de História*, v.20, n.39, 2000.

MACKENZIE, John. Introduction. In: SÈBE, Berny. *Heroic imperialists in Africa: the promotion of British and French colonial heroes, 1870-1939*. Manchester: Manchester University Press, 2013.



MAIA, Tatyana de Amaral. A imprensa como arena de ação política: debates e intrigas nas disputas pela educação nacional (1958-1964). *Revista do Mestrado de História*, v. 12, n. 2, pp.73-98, 2010.

MAKHURA, Tlou. Another road to the Raid: the neglected role of the Boer-Bagwananwa war as a factor in the coming of the Jameson Raid (1894-1895). *Journal of Southern African Studies*, v.21, n.2, pp.257-267, 1995.

MALCHOW, Howard. *Gothic Images of Race in Nineteenth-Century Britain*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

MALKIN, Emily. *Imperialism, White Nationalism, and Race: South Africa, 1902-1914*. Monografia em História. Middletown: Wesleyan University, 2008.

MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subjects: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

MAMDANI, Mahmood. *Define and rule: native as political identity*. Harvard: Harvard University Press, 2012.

MANGAN, J. A. *Manufactured' Masculinity: Making Imperial Manliness, Morality and Militarism*. Nova York: Routledge, 2012.

MARKS, Shula. Khoisan resistance to the Dutch in the seventeenth and eighteenth century. *The Journal of African History*, v.13, n.1, pp.55-80, 1972.

MARKS, Shula. War and Union, 1899-1910. ROSS, Robert; MAGER, Anne Kelk; NASSON, Bill (orgs.). *The Cambridge History of South Africa*. Vol.2. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. *História: Questões & Debates*, n.59, pp. 143-170, 2013.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Nem Minotauro, nem maternal: repensando o conceito de paternalismo no contexto da formulação das políticas da maternidade. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero. *Diversidades: Dimensões de Gênero e Sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *História, Questões & Debates*, n.34, pp.45-63, 2001.

MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. SP: Companhia das Letras, 1987.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: UNICAMP, 2010.

MEREDITH, Martin. *Diamond's, Gold and War: the British, the Boers and the Making of South Africa*. Nova York: Public Affairs, 2007.

MEREDITH, Martin. *O destino da África*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MERRINGTON, Peter. Nothing new under the Sun: anatomy of a literary historical polemic in Colonial Cape Town, circa 1880-1910. DELMAS, Adrien; PENN, Nigel (orgs.). In: *Written Culture in a Colonial Context: Africa and the Americas, 1500-1900*. Leiden: Brill, 2012.

MILLGATE, Jane. *Macaulay*. Abingdon: Routledge & Paul, 1973.

MONSMAN, Gerald. *Colonial Voices: The Anglo-African High Romance of Empire*. New Orleans: University Press of the South, 2010.

MORETTI, Franco. O romance: história e teoria. *Revista Novos Estudos*, v.85, pp.201-212, 2009.

MORRIS, Donald. *The Washing of the Spears*. Londres: Random, 1989.

MORTON, R. Fred. Linchwe I and the Kgatla Campaign, 1899-1902. *Journal of African History*, v.26, n.2-3, pp.16-191, 1985.

MOSMAN, Gerald. *H. Rider Haggard on the Imperial Frontier*. Greensboro: University of Carolina, 2006.

MUDIMBE, Valentim Y. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Lisboa: Mangualde, 2013.

NASH, Julie. *Servants and Paternalism in the Works of Maria Edgeworth and Elizabeth Gaskell*. Hampshire: Ashgate, 2007.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e texto literário. *História: Questões e Debates*, v. 44, pp. 37-48, 2006.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Brasília: UNB, 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Natureza e civilização. In: ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004..

NAXARA, Márcia Regina Capelari; CAMILLOTTI, Virginia. História e Literatura: fontes privilegiadas na produção historiográfica recente no Brasil. *História: Questões & Debates*, n.50, pp. 15-49, 2009.

NDLOVU, Sifiso Mxolisi. *African Perspectives of King Dingane Kasenzangakhona*. New York: Palgrave Macmillan, 2017, pp.1-35.

NDLOVU, Sifiso Mxolisi. Women, Authority and Power in Precolonial Southeast Africa: The Production and Destruction of Historical Knowledge on Queen Mother Ntombazi of the Ndwandwe. In: WORGER, William H.; AMBLER, Charles; ACHEBE, Nwando (orgs.). *A Companion to African History*. Hoboken: Wiley & Sons, 2019.

NGCONGCO, Leonard D. O Mfecane e a emergência de novos Estados africanos. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.

NGWABI, Bhebe. Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v.10, pp.7-28, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

PARADA, Mauricio; MEIHY, Murilo Sebe Bom; MATTOS, Pablo de Oliveira. *História da África Contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Pallas, 2013.

PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. Vol.4: O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PHOOFOLO, Pule. Ambiguous interactions: Basotho-colonial relations on the eve of the rinderpest outbreak, 1896. In: KOLAPO, Femi; AKURANG-PARRY, Kwabena (orgs.). *African Agency and European Colonialism: Latitudes of Negotiation and Containment*. Lanham: University Press of America, 2007.

PINTO, Sarah. Emotional histories and historical emotions: looking at the past in historical novels. *Rethinking History*, v.14, n.2, pp.193-200, 2010.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, vol.2, n.3, pp.3-15, 1989.

PONTES, Heloísa. Círculos de intelectuais e experiência social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n.34, 1997.

POON, Angelia. *Enacting Englishness in the Victorian Period: Colonialism and the Politics of Performance*. Nova York: Routledge, 2008.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.

PRICE, Richard. *Making Empire: Colonial Encounters and the Creation of Imperial Rule in Nineteenth-Century Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. *Revista Varia Hist.*, v.21, n.34, pp. 305-324, 2005.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, Rene (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PSOMIADES, Kathy Alexis. Hidden Meaning: Andrew Lang, H. Rider Haggard, Sigmund Freud and Interpretation. *Romanticism and Victorianism on the Net*, n.64, 2013.

RANGER, Terence. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

RAY, Martin (org). *Joseph Conrad: Interviews and Recollections*. Iowa: University of Iwoa Press, 1990.

READMAN, Paul. The 1895 General Election and Political Change in Late Victorian Britain. *The Historical Journal*, v.42, n.2, pp.473-491, junho de 1999.

REDDING, Sean. A Blood-Stained Tax: Poll Tax and the Bambatha Rebellion in South Africa. *African Studies Review*, v.43, n.2, pp.29-54, setembro de 2000.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v.15, n.45, p.434-44, 2010.

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

RICHARDS, Jeffrey. With Henty to Africa. In: RICHARDS, Jeffrey (org.). *Imperialism and Juvenile Literature*. Oxford: Manchester University Press, 1989.

RICHNER, Jürg Emil. *The historiographical development of the concept mfecane and the writing of early Southern African history (1820-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Rhodes University, Grahamstown, 2005.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins, 2010.

ROBERTS, David. *Paternalism in Early Victorian England*. Londres: Croon Helm, 1979.

RODRIGUES, Helenice. Transferência de saberes: modalidades e possibilidades. *História: Questões & Debates*, n. 53, pp. 203-225, 2010.

ROSE, Jacqueline. *The Case of Peter Pan, or The Impossibility of Children's Fiction*. Londres: Macmillan, 1984.

ROTBURG, Robert. *The Founder: Cecil Rhodes and the Pursuit of Power*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALVE, Giovani Grillo de. *Uma história de traição: um projeto assimilacionista coloured na Cidade do Cabo, 1906-1910*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2012.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2017.

SANTOS, Kennya Souza. *As guerras anglo-bôeres através de caricaturas da revista ilustrada Punch Magazine (1881-1902)*. Monografia em História. Florianópolis: UFSC, 2014.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, Margareth (org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: UNICAMP/IFICH, 2014.

SCHMIDT, Benito Bisso. Flávio Koutzii: pedaços de vida na memória (1943-1984) - apontamentos sobre uma pesquisa em curso. *Revista História (Unisinos)*, v.13, n.12, pp.190-197, 2009.

SCHREUDER, Deryck. The Imperial Historian as Colonial Nationalist: George McCall Theal and the Making of South African History. In: MARTEL, Gordon (org.). *Studies in British Imperial History*. Nova York: Palgrave Macmillan, 1986.



SCHREUDER, Deryck. *The Scramble for Southern Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SIEGEL, Daniel. *Charity and Condescension: Victorian Literature and the Dilemmas of Philanthropy*. Athens: Ohio University Press, 2012.

SILVA, Bruno da. *Inventário do homem americano: viagens, teorias, degeneração e composição das raças nos séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

SIMPSON, Kathryn. *H. Rider Haggard, Theophilus Shepstone and the Zikali trilogy: A Revisionist Approach to Haggard's African Fiction*. Tese de Doutorado. Edinburgo: Napier University, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SMITH, K.W. The Fall of the Bapedi of the North-Eastern Transvaal. *The Journal of African History*, v.10, n.2, pp.237-252, 1969.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SPIEGEL, Gabrielle. *The Past as a Text*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

STIEBEL, Lindy. *Imagining Africa: Landscape in H. Rider Haggard's Romances*. Westport: Greenwood Press, 2001.

STOLER, Ann Laura. Carnal Knowledge and Imperial Power: Gender, Race and Morality in Colonial Asia. In: DI LEONARDO, Micaela (org.). *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era*. Berkeley: University of Carolina Press, 1991.

STOLER, Ann Laura. *Carnal Knowledge and Imperial Power: Race and the Intimate in Colonial Rule*. Berkeley: University of Carolina Press, 2010.

STOLER, Ann Laura; COOPER, Frederick. Between Metropole and Colony: Rethinking a Research Agenda. COOPER, Frederick; STOLER, Ann Laura. *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley: University of California Press, 1997.

SULLIVAN, Zohreh T. *Narratives of Empire: the fictions of Rudyard Kipling*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

SUZMAN, Mark. *Ethnic Nationalism and State Power: the rise of Irish Nationalism, Afrikaner Nationalism and Zionism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1999.

TARAUD, Christelle. A virilidade em situação colonial. In: CORBIN, Alain (org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013..

THERON, Bridget. Shepstone and the Transvaal Colony. *Kleio*, v.34, pp.104-127, 2002.

THOMPSELL, Angela. *Hunting Africa: British Sport, African Knowledge and the Nature of Empire*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

THOMPSON, James. Modern Liberty Redefined. In: JONES, Gareth Stedman (org.). *The Cambridge History of Nineteenth-century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TOSH, John. *A man's place: Masculinity and the Middle-Class Home in Victorian England*. New Haven: Yale University Press, 1999.

TOSH, John. What historians should do with masculinity? Reflections on Nineteenth-century Britain. *History Workshop*, v.38, pp.179-202, 1994.

TREBITSCH, Michel. Correspondances d'intellectuels: le cas de lettres d'Henri Lefebvre à Norman Gutenberg (1935-1947). In: *Les Cahiers de l'IHTP*, n.20, março de 1992.

USHERWOOD, Paul. Officer material: representations of leadership in late nineteenth-century British battle painting. In: MACKENZIE, John M. *Popular Imperialism and the Military (1850-1950)*. Manchester: Manchester University Press, 1992.

VAN ONSELEN, Charles. *New Babylon, New Nineveh: Everyday Life on the Witwatersrand, 1886-1914*. Jeppesstown: Jonathan Ball Publishers, 2001.

VANINSKAYA, Anna. The Late-Victorian Romance Revival: A General Excursus. *English Literature in Transition, 1880-1920*, v.51, n.1, pp.57-79, 2008.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. *A formação do romance inglês*. São Paulo: Hucitec, 2007.

VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Prefácios de Vianna na coleção Brasiliana: estratégia de legitimação e construção da autoria. *Locus*, v.13, n.2, pp.49-60, 2007.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, n.28, pp.23-47, 2001.

VENAYRE, Sylvain. La Belle époque de l'aventure (1890-1920). *Revue d'histoire du XIXe siècle*. v.24, pp.93-110, 2002

VENAYRE, Sylvain. Une histoire des representations: l'aventure lointaine dans la France des annés 1850-1940. *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, n.84, pp.93-112, 2001.

VIDROVITCH, Catherine Coquery. *Africa and the Africans in the Nineteenth Century: a Turbulent History*. Nova York: Sharpe, 2009.

VIDROVITCH, Catherine Coquery. O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra. In: FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

VIOLA, Ana Isabel; SEARA, Isabel Roboredo. Da (des)construção da dedicatória: análise linguístico-textual. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, n.1, v.10, pp.791-815, 2016.

WARBURG, Aby. *The Renewal of Pagan Antiquity*. Los Angeles: Getty, 1999.

WARWICK, Peter. *Black People and the South African War (1899-1902)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

WATT, Ian. *Myths of modern individualism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. *Revista Letras*, n. 43, pp.47-59, 1994.

WESSELING, H. *Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

WILSON, Francis. *Labour in the South African Gold Mines (1911-1969)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

WORDEN, Nigel. *The Making of Modern South Africa: Conquest, Apartheid, Democracy*. Oxford: Wiley-Blackwel, 2012.

WORGER, William. Southern and Central Africa. WINKS, Robert (org). *The Oxford History of the British Empire: Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

WRIGHT, John; HAMILTON, Carolyn. Traditions and transformations: the Phongolo-Mzimkhulu region in the late eighteenth and early nineteenth centuries. In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (orgs). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1989, p. 63.

WYLIE, Dan. *Myth of Iron: Shaka in History*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2006.

YOUNG, Robert. *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*. Londres: Routledge, 1995.